

# HISTÓRIA E CONTEMPORANEIDADE

articulando espaços, construindo conhecimentos

**Bruno Araújo**  
**Janaína Guimarães**  
**Lucas Victor Silva**  
(organizadores)



# HISTÓRIA E CONTEMPORANEIDADE

articulando espaços, construindo conhecimentos



Bruno Araújo  
Janaína Guimarães  
Lucas Victor Silva  
(organizadores)

# HISTÓRIA E CONTEMPORANEIDADE

articulando espaços, construindo conhecimentos



Associação Nacional de História  
Seção Pernambuco

Recife, 2016

Catálogo na fonte:

Biblioteca Josely de Barros Gonçalves, CRB4-1748

---

H673 História e contemporaneidade : articulando espaços, construindo conhecimentos [recurso eletrônico] / organizadores : Bruno Araújo, Janaína Guimarães, Lucas Victor Silva. – Recife : ANPUH, PE, 2015.

Inclui referências.

ISBN 978-85-415-0703-5 (online)

1. Pernambuco – História – Século XXI. 2. História contemporânea – Estudo e ensino – Pernambuco. 3. História – Estudo e ensino. I. Araújo, Bruno (Org.). II. Guimarães, Janaína (Org.). III. Silva, Lucas Victor (Org.).

909.09813408312 CDD (23.ed.) UFPE (BC2015-124)

---

Todos os direitos reservados aos organizadores: *Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.*

# Apresentação

## Tempos de ANPUH Pernambuco

A publicação deste livro digital retoma uma tradição da Associação Nacional de História – seção Pernambuco (ANPUH PE) em lançar a produção de destacados historiadores brasileiros que participaram dos simpósios estaduais. Ao leitor, disponibilizamos textos de conferências, palestras e comunicações apresentados nos encontros desde o ano de 2010.

A disponibilização desta obra fecha com chave de ouro as atividades da Gestão 2012-2014 da ANPUH PE cujo mandato se encerrou em outubro de 2014. A despeito das adversidades, contribuímos para fortalecer a nossa entidade. Eis algumas das nossas conquistas:

- Formalizamos a ANPUH PE, projeto acalentado por diversas gestões anteriores;
- Apoiamos a luta nacional pela regulamentação da profissão de historiador;
- Investimos em ferramentas de comunicação através do facebook, do e-mail e do site institucional e do novo informativo da ANPUH PE, além de disponibilizarmos nossas atas de reunião e prestação de contas on-line;
- Procurando fortalecer o papel social da ANPUH PE realizamos parceria com a Secretaria Executiva de Justiça

e Direitos Humanos, vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, para a divulgação da *Exposição Anistia e Democracia* em cidades do interior do Estado e na Região Metropolitana do Recife.

- Destacamos ainda o nosso investimento da interiorização da ANPUH PE através da nossa participação em eventos nas diversas regiões do Estado sediados nas instituições FAL, (São Lourenço da Mata), UPE (Nazaré da Mata), UPE (Petrolina), UFRPE (Recife), FUNESO (Olinda) e FAMASUL (Palmares).
- Representamos a entidade nas reuniões com a ANPUH Brasil e as diversas seções estaduais durante os anos de 2013 e 2014.

Durante a gestão, pactuamos que a diretoria da Associação se reuniria, aos sábados pela manhã, bimestralmente e presencialmente em caráter ordinário e extraordinariamente de acordo com as demandas exigidas e os propósitos da associação. E como nossa gestão possui representantes de todas as regiões do Estado, colegas puderam participar das reuniões através da internet e das ferramentas de comunicação virtual como o Skype. Outra decisão tomada foi o estabelecimento do local das reuniões da gestão da ANPUH/PE: o Memorial da UFRPE. Na medida do possível, procuramos compatibilizar as disponibilidades dos membros da diretoria com as atividades da ANPUH-PE.

Destacamos ainda a parceria estabelecida entre a ANPUH PE, a Fundação Joaquim Nabuco e a Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Em 11 de abril de 2014, realizamos uma visita de inspeção nas instalações do APEJE. A visita implicou na realização de entrevista com os funcionários e chefias presentes na entidade no

período da tarde e de visita aos espaços de armazenamento documental, consulta e atendimento ao público.

Neste relatório, registramos as inadequações do acervo DOPS-PE, no APEJE, no tocante a gestão documental pautada nas Leis 8.159/1991, que dispõe sobre Arquivos Públicos e Privados e da Lei 12.527/2011, a chamada Lei de Acesso a Informação.

Tal relatório deverá subsidiar a ação público que obrigará o Estado de Pernambuco a criar uma nova política de gestão documental. Acreditamos que deixaremos um importante legado para a sociedade pernambucana se conquistarmos o cumprimento da legislação vigente por parte do governo estadual bem como a melhoria das condições de funcionamento do APEJE.

Já podemos comemorar pelo menos uma grande vitória: a liberação do acesso aos prontuários do DOPS aos pesquisadores pernambucanos depois que denunciemos ilegalidades cometidas nos primeiros dois anos de vigência da Lei de Acesso a informação. Contamos, neste caso, com o apoio dos associados que informaram tais inadequações à secretaria da ANPUH PE. Entendemos que precisamos conquistar a conservação e o acesso de todos os acervos documentais de Pernambuco, além dos da ditadura militar. Assim, destacamos que é preciso:

- Retirar o Arquivo Público do organograma da Secretaria de Educação e subordiná-lo à Casa Civil, onde, a exemplo do que aconteceu no Estado de São Paulo, ele poderá ser destino de mais recursos.
- Criar um necessário sistema de gestão de documentos a exemplo do SIGA do Governo Federal para, assim, cumprir a Lei 8.159/1991 que dispõe sobre Arquivos Públicos e Privados.

- Criar política permanente de conservação, restauro e digitalização dos acervos documentais sob a guarda da instituição para, assim, cumprir a Lei 8.159/1991 que dispõe sobre Arquivos Públicos e Privados.
- Criar política de recursos humanos compatível com as necessidades do APEJE;
- Criar o cargo de arquivista no quadro de servidores estadual e realização imediata de concurso público para, assim, cumprir a Lei nº 6.546/1978;
- Criar de política de extensão e de ações educativas;
- Criar de website institucional do APEJE que disponibilize guias, catálogos, índices que permitam a consulta eficiente do acervo documental.

E, finalmente, consideramos a realização do X Encontro Estadual de História em Petrolina uma das nossas mais relevantes conquistas também. Foram os associados e estudantes de Petrolina que propuseram na Assembleia da ANPUH PE, em 2012, sediarem o evento. O que foi acatado por todos que como nós valorizamos a significativa presença de Petrolina no IX Encontro Estadual.

A presença do evento em Petrolina contribuiu para a articulação da produção da pesquisa Histórica presente nas diversas regiões do Estado e continuou a política da gestão anterior (liderada pelo prof. Edson Silva) de valorizar *campi* localizados no interior do Estado como sede do evento maior da ANPUH PE.

Aproveitamos também para registrar nossos agradecimentos, pois nossas conquistas foram coletivas:

- A Universidade de Pernambuco (UPE), seus gestores, professores e estudantes pelo compromisso demonstrado por todos na realização do nosso encontro;
- A Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos;
- A Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos, vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos;
- Ao Núcleo de Diversidade e Identidades Sociais/UPE, ao DCE-UFRPE, ao DA-UFRPE, ao Instituto Fernando de Noronha e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) pela parceria na realização do evento “50 anos do Golpe: para nunca esquecer, para nunca mais acontecer”;
- A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), por ter se tornado a sede administrativa da ANPUH PE;
- Aos associados que souberam entender nossos limites e que nos apoiaram durante a caminhada.

\*\*\*

O que motivou a escolha da temática do X Encontro Estadual de História e desta coletânea? Entendemos que a contemporaneidade é matéria prima do trabalho do professor/historiador. Afinal de contas, a historiografia é filha de seu tempo. A história que se conta, que se narra, está sempre articulada à história que se vive. E, afinal de contas, como a história que ensinamos e narremos tem sido conduzida pelo tempo em que vivemos? E, afinal de contas, qual a singularidade da nossa contemporaneidade?

Em meados da década de 1990, o historiador Eric Hobsbawm, lançava a sua obra-prima, *Era dos Extremos*. E com ela o diagnóstico de que o século XX havia acabado em 1991, com a fragmentação da União Soviética. O final do “breve século” ou a crise da modernidade vem sendo enunciada na obra de intelectuais de diversos olhares teóricos desde Jean-François Lyotard.

Inegavelmente, é possível perceber mutações nos processos de produção dos sujeitos, das configurações espaciais, das identidades, das subjetividades, dos mundos do trabalho, da política e da cultura. Se enunciamos a presença desta nova configuração histórica, parece que ainda não encontramos uma expressão que signifique a singularidade desta nova era que parece se iniciar.

No entanto, a pós-modernidade é o *nosso tempo*, nossa “contemporaneidade”, nosso devir atual, nosso espaço de (co)existência, de reflexão, de exercício profissional, de ensino e de pesquisa.

Entendemos que, ao problematizar o *nosso tempo*, a coletânea “História e Contemporaneidade” pode ser entendida como um possível e hodierno ponto de articulação entre os diversos espaços, interesses e práticas de ensino e de pesquisa na área de História, especialmente em Pernambuco.

A obra é aberta por textos em torno da temática “história e teoria”. No artigo, “O desafio historiográfico”, José Carlos Reis reconstrói o debate sobre as identidades do conhecimento histórico e defende a sua pertinência enquanto saber que se constitui “na contra-mão da filosofia, da ciência, da religião e do senso-comum”. Em “Tempo de Experimento: o ofício do historiador e as novas linguagens” o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior chama a atenção para a necessidade dos

historiadores profissionais repensarem suas práticas de pesquisa com as chamadas “novas linguagens” e incorporarem em suas reflexões teórico-metodológicas os desafios que a análise destas novas fontes impõe. O que implica em uma transformação na formação acadêmica e nos modos de produção e divulgação da narrativa histórica. Alexandro Silva de Jesus participa desta coletânea com o artigo “Patrimônio, atualidade e experiência: elementos para um programa” onde reflete sobre o funcionamento político do dispositivo patrimonial ou museal, uma vez que entende que os processos de patrimonialização e musealização se confundem. O texto articula reflexões de Nietzsche, Benjamin e Agamben à problematização da ordem patrimonial moderna.

A temática “História e Educação” traz quatro contribuições. Carlos Augusto Lima Ferreira em “Ser Professor de História: da academia a sala de aula, algumas questões formativas” constrói uma reflexão sobre a formação do campo de investigação do ensino de história no país apontando o crescente interesse dos historiadores pela temática bem como as fronteiras e/ou barreiras que os pesquisadores da área precisam vencer para a consolidação da área de interesse tais como as relações hierarquizadas entre o ensino e a pesquisa.

Ricardo de Aguiar Pacheco discute no artigo “As representações e práticas sociais associadas à formação de professores: formando o professor profissional” como os modelos de formação de professores se articularam às mudanças nas concepções de educação e de professor no Brasil e nos chama a atenção para os dilemas contemporâneos que afetam a construção da identidade docente atual.

Os historiadores Nathalia Cavalcanti da Silva e Lucas Victor Silva participam da coletânea com o artigo “Os fatos históricos valem menos como conhecimento a adquirir do que pelas conclusões de ordem social e econômica que deles podemos tirar” que realiza estudo sobre os conteúdos históricos nos Programas de Educação Primária do Estado de Pernambuco na década de 1930.

Encerrando esta seção, Juliana Alves de Andrade busca em seu artigo: “Trabalhadores rurais, camponeses e movimentos sociais rurais nos livros didáticos de História: breves apontamentos para uma reflexão sobre o lugar desses sujeitos na literatura escolar” analisar como obras didáticas de História, no contexto atual, abordam as temáticas Campesinato, Trabalhadores Rurais e Movimentos Sociais Rurais nos livros de história, destinados aos alunos do 3º ano do Ensino Médio.

A seção “História, infância e Juventude” traz duas contribuições. O artigo “A poesia como estratégia metodológica na escolarização das jovens privadas de liberdade de Pernambuco” de autoria da historiadora Vera Lúcia Braga de Moura tem por objetivo analisar as estratégias de escolarização das adolescentes privadas de liberdade implementadas pela Secretaria Estadual de Educação nos Centros de Atendimento Provisórios (CENIP). A autora analisa a proposta pedagógica, os relatórios dos docentes envolvidos na execução da política, bem como o processo de desenvolvimento da proposta pedagógica no CENIP Santa Luzia, localizado no bairro da Iputinga.

No segundo texto, Humberto Miranda em artigo intitulado “Para além do bem estar: a FEBEM e a assistência aos ‘menores’ na Ditadura Civil-Militar em Pernambuco (1964-1990)” discute a trajetória do sistema Funabem/Febem enquanto complexo

tutelar voltado para crianças das classes populares. O historiador analisa as práticas e discursos do Estado ditatorial que legitimaram a lógica de controle social e as estratégias disciplinares presentes na montagem e no funcionamento do sistema Funabem/Febem em Pernambuco.

A temática “História e Cultura” também traz relevantes contribuições. O historiador Augusto Neves da Silva participa desta coletânea com um artigo sobre uma manifestação carnavalesca pouco estudada pela historiografia do carnaval do Recife e que sofreram significativa oposição ao longo do século XX: as escolas de samba. Em “Intelectuais e tradição: disputas pelos dias de Momo no Recife (1955-1956)” analisa os debates, conflitos e tensões intelectuais em torno da presença das escolas de samba na “terra do frevo”. Já a historiadora Joana D’arc de Sousa Lima parte das memórias de sua trajetória profissional em relevantes instituições culturais de São Paulo e Pernambuco para refletir sobre os temas da formação do público, da mediação e da participação. No artigo “Entre a lembrança e o esquecimento: Histórias da formação de públicos nas instituições culturais” construiu uma abordagem que articula à História, reflexões de campos como a arte, a museologia, a educação e a arte/educação.

Sobre “História e Literatura”, a coleção registra a participação de dois artigos. Em “Memorando para ler o Recife em Manuel Bandeira”, o historiador Flávio Weinstein Teixeira constrói uma releitura sobre três conhecidos poemas do escritor pernambucano dedicados à capital: *Evocação do Recife* (1925/30), *Minha Terra* (1948) e *Recife* (1966). O diálogo entre história e literatura é tema da contribuição do historiador Marcus Vinícius Santana Lima. Em “A mulher do vizinho: um conto de Fernando Sabino”,

o autor explora a narrativa literária como fonte para o estudo do década de 1960.

A temática “Ensino de História e as leis 10639/2003 e 11.645/08” traz contribuições dos pesquisadores Edson Silva e Maria da Penha da Silva, que participam deste livro com o artigo “De qual ‘índio’ estamos falando?! Reflexões para o ensino da temática indígena”. Aqui o leitor tem a sua disposição a denúncia sobre os estereótipos e a ignorância sobre a temática que permanecem no cotidiano escolar mesmo após o advento da Lei 11.645/08 que determina a inclusão do tema História e Culturas dos povos indígenas nos currículos da Educação Básica no Brasil. O artigo ressalta a necessidade de renovação dos livros didáticos brasileiros e finaliza sugerindo princípios para uma abordagem renovada e uma rica lista de contribuições atualizadas sobre a temática disponíveis aos pesquisadores e professores brasileiros.

Em “Por uma história a partir dos conceitos: África, cultura negra e lei 10639/2003: reflexões para desconstruir certezas”, Ivaldo Marciano de França Lima revisita criticamente a utilização dos conceitos de “afro-brasileiro”, “afrodescendente” e “africano” atualmente convencionados como sinônimos para nomear as populações “não brancas”. Um texto que sugere uma abordagem alternativa para a efetivação da lei 10639/2003 na educação básica brasileira.

A temática “História e cidade” traz contribuições sobre violência e relações de gênero no espaço urbano. Wellington Barbosa da Silva recua até o Recife do século XIX para analisar o medo motivado pela criminalidade urbana. A leitura do texto “Cidade, violência e medo: o caso do Recife oitocentista (1840-1880)” nos

proporciona, entre outras coisas, a percepção de que, pelo menos, desde meados do Oitocentos o problema da violência urbana e os temores por ela provocados povoam as páginas dos periódicos locais.

Ricardo dos Santos Batista colabora, neste livro, com um capítulo sobre os “usos femininos” do espaço urbano de Jacobina, Bahia, em meados do século XX. Em “Mulheres, convenções de gênero e espaço urbano”, o autor reflete sobre as convenções de gênero e sexualidade através das quais se tentava controlar os comportamentos femininos desafiadores das normas vigentes.

Sobre a “História e Sertão”, temos debates sobre cultura material e propriedade fundiária. As autoras Kalina Vanderlei Silva, Amanda Isabela A. da Silva, Hortênsia Calado Pedro e Suelane Matos da Silva exploram a riqueza analítica dos inventários e testamentos referentes à capitania de Pernambuco no século XVIII, em especial do acervo do Memorial de Justiça de Pernambuco no que diz respeito às comarcas sertanejas. É o tema do artigo “O Sertão em inventários: cultura material e sociedade na Capitania de Pernambuco no século XVIII” que convida pesquisadores a se debruçarem sobre a documentação ainda pouco consultada.

A historiadora Maria Ferreira retoma descobertas de sua tese de doutoramento no artigo “Proprietários, famílias e sociabilidade: notas para uma história da apropriação fundiária, Vale do São Francisco, PE, 1840-1880”, onde constrói uma releitura da história da propriedade privada no Vale Médio São Francisco, margem de Pernambuco.

Fechando a coletânea, temos os textos sobre a temática “História, fontes e memórias”. O texto que inaugura esta seção de autoria de Bruno Melo de Araújo e Maria Emília Vasconcelos

dos Santos versa sobre as características e as possibilidades de uso dos ofícios policiais para discutir as experiências dos trabalhadores dos engenhos no período entre a abolição e o pós-abolição. O texto também propicia algumas reflexões metodológicas sobre a utilização dos ofícios policiais como fonte para a pesquisa histórica e, no caso específico, para estudar o imediato pós-abolição.

Em “Memórias indígenas e História Pública sobre os índios: historiografia e emergência étnica no Nordeste contemporâneo” o historiador Carlos Fernando dos Santos Júnior discute as maneiras através das quais os povos indígenas Pankará e Atikum de Pernambuco se utilizam de suas memórias coletivas e das memórias públicas para o acionamento de suas identidades e legitimação de suas lutas pelo reconhecimento social e pelo direito a manutenção de seus territórios tradicionais. Em “Trajetórias marcadas pelo Golpe de 1964”, Márcio A. F. Vilela e Pablo F. de A. Porfírio analisam como foram alteradas as vidas de Francisco Julião e Paulo Stuart Wright, dois militantes e exilados políticos, após o golpe civil-militar de 1964.

Então, a você que nos confiou sua atenção, desejamos uma boa leitura.

*Bruno Araújo, Janaína Guimarães, Lucas Victor Silva*

é aberta por textos em torno da temática “história e teoria”, no entanto, “O desafio teórico”, José Carlos Reis, o debate sobre as identidades do conhecimento histórico e defende a sua pertinência enquanto saber que se constitui “na contra-mão da filosofia, da ciência, da religião e do senso-comum”. Em “Tempo de Experimento: o ofício do historiador e as novas linguagens” o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior chama a atenção para a necessidade dos historiadores profissionais repensarem suas práticas de pesquisa com as chamadas “novas linguagens” e incorporarem em suas reflexões teórico-metodológicas os desafios que a análise destas novas fontes impõe. O que implica em uma transformação na formação acadêmica e nos modos de produção e divulgação da narrativa histórica. Alexandre Silva de Jesus participa desta coletânea com o artigo “Patrimônio, atualidade e experiência: elementos para um programa” onde reflete sobre o funcionamento político do dispositivo patrimonial ou museal, uma vez que entende que os processos de patrimonialização e musealização se confundem. O texto articula reflexões de Nietzsche, Benjamin e Agamben à problematização da ordem patrimonial moderna. A temática “História e Educação” traz quatro contribuições. Carlos Augusto Lima Ferreira em “Ser Professor de História: da academia a sala de aula, algumas questões formativas” constrói uma reflexão sobre a formação do campo de investigação do ensino de história no país apontando o crescente interesse dos historiadores pela temática bem como as fronteiras e/ou barreiras que os pesquisadores da área precisam vencer para a consolidação da área e interesse tais como as relações hierarquizadas entre o ensino e a pesquisa. Ricardo de Aguiar Pacheco discute no artigo “As representações e práticas sociais associadas à formação de professores: formando o professor profissional” como os modelos de formação de professores se articularam às mudanças nas concepções de educação e de professor no Brasil e nos chama a atenção para os dilemas contemporâneos que afetam a construção da identidade docente atual. Os historiadores Nathalia Cavalcanti da Silva e Lucas Victor Silva participam da coletânea com o artigo “Os fatos históricos valem menos como conhecimento a adquirir do que pelas conclusões de ordem social e econômica que deles podemos tirar” que realiza estudo sobre os conteúdos históricos nos Programas de Educação Primária do Estado de Pernambuco na década de 1930. Encerrando esta seção, Juliana Alves de Andrade busca em seu artigo: “Trabalhadores rurais, camponeses e movimentos sociais rurais nos livros didáticos de História: breves apontamentos para uma reflexão sobre o lugar desses sujeitos na literatura escolar” analisar como obras didáticas de História, no contexto atual, abordam as temáticas Campesinato, Trabalhadores Rurais e Movimentos Sociais Rurais nos livros de história, destinados aos alunos do 3º ano do Ensino Médio. A seção “História, infância e Juventude” traz duas contribuições. O artigo “A poesia como estratégia metodológica na escolarização das jovens privadas de liberdade de Pernambuco” de autoria da historiadora Vera Lúcia Braga de Moura tem por objetivo analisar as estratégias de escolarização das adolescentes privadas de liberdade implementadas pela Secretaria Estadual de Educação nos Centros de Atendimento Provisórios envolvidos na execução da política, bem como o processo de de bairro da Iputinga. No segundo texto, Humberto Miranda em art uma Ditadura Civil-Militar em Pernambuco (1964-1990)” discute a trajetória do sistema Funabem/Febem enquanto complexo tutelar voltado para crianças das classes populares. O historiador analisa as práticas e discursos do Estado ditatorial que legitimaram a lógica de controle social e as estratégias disciplinares presentes na montagem e no funcionamento do sistema Funabem/Febem em Pernambuco. A temática “História e Cultura” também traz relevantes contribuições. O historiador Augusto Neves da Silva participa desta coletânea com um artigo sobre uma manifestação carnavalesca pouco estudada pela historiografia do carnaval do Recife e que sofreram significativa oposição ao longo do século XX: as escolas de samba. Em “Intelectuais e tradição: disputas pelos dias de Momo no Recife (1955-1956)” analisa os debates, conflitos e tensões intelectuais em torno da presença das escolas de samba na “terra do frevo”. Já a historiadora Joana D’arc de Sousa Lima parte das memórias de sua trajetória profissional em relevantes instituições culturais de São Paulo e Pernambuco para refletir sobre os temas da formação do público, da mediação e da participação. No artigo “Entre a lembrança e o esquecimento: Histórias da formação de públicos nas instituições culturais” construiu uma abordagem que articula à História, reflexões de campos como a arte, a museologia, a educação e a arte/educação. Sobre “História e Literatura”, a coleção registra a participação de dois artigos. Em “Memorando para ler o Recife em Manuel Bandeira”, o historiador Flávio Weinstein Teixeira constrói uma releitura sobre três conhecidos poemas do escritor pernambucano dedicados à capital: Evocação do Recife (1925/30), Minha Terra (1948) e Recife (1966). O diálogo entre história e literatura é tema da contribuição do historiador Marcus Vinícius Santana Lima. Em “A mulher do vizinho: um conto de Fernando Sabino”, o autor explora a narrativa literária como fonte para o estudo do década de 1960. A temática “Ensino de História e as leis 10639/2003 e 11.645/08” traz contribuições dos pesquisadores Edson Silva e Maria da Penha da Silva, que participam deste livro com o artigo “De qual ‘índio’ estamos falando?! Reflexões para o ensino da temática indígena”. Ao o leitor tem a sua disposição a denúncia sobre os estereótipos e a ignorância sobre a temática que permanecem no cotidiano escolar mesmo após o advento da Lei 11.645/08 que determina a inclusão do tema História e Culturas dos povos indígenas nos currículos da Educação Básica no Brasil. O artigo ressalta a necessidade de renovação dos livros didáticos brasileiros e finaliza sugerindo princípios para uma abordagem renovada e uma rica lista de contribuições atualizadas sobre a temática disponíveis aos pesquisadores e professores brasileiros. Em “Por uma história a partir dos conceitos: África, cultura negra e lei 10639/2003: reflexões para desconstruir certezas”, Ivaldo Marciano de França Lima revisita criticamente a utilização dos conceitos de “afro-brasileiro”, “afrodescendente” e “africano” atualmente convenionados como sinônimos para nomear as populações “não brancas”. Um texto que sugere uma abordagem alternativa para a efetivação da lei 10639/2003 na educação básica brasileira. A temática “História e cidade” traz contribuições sobre violência e relações de gênero no espaço urbano. Wellington Barbosa da Silva recua até o Recife do século XIX para analisar o medo motivado pela criminalidade urbana. A leitura do texto “Cidade, violência e medo: o caso do Recife oitocentista (1840-1880)” nos proporciona, entre outras coisas, a percepção de que, pelo menos, desde meados do Oitocentos o problema da violência urbana e os temores por ela provocados povoam as páginas dos periódicos locais. Ricardo dos Santos Batista colabora, neste livro, com um capítulo sobre os “usos femininos” do espaço urbano de Jacobina, Bahia, em meados do século XX. Em “Mulheres, convenções de gênero e espaço urbano”, o autor reflete sobre as convenções de gênero e sexualidade através das quais se tentava controlar os comportamentos femininos desafiadores das normas vigentes. Sobre a “História e Sertão”, temos debates sobre cultura material e propriedade fundiária. As autoras Kalina Vanderlei Silva, Amanda Isabela A. da Silva, Hortênsia Calado Pedro e Suelane Matos da Silva exploram a riqueza analítica dos inventários e testamentos referentes à capitania de Pernambuco no século XVIII, em especial do acervo do Memorial de Justiça de Pernambuco no que diz respeito às comarcas sertanejas. É o tema do artigo “O Sertão em inventários: cultura material e sociedade na Capitania de Pernambuco no século XVIII” que convida pesquisadores a se debruçarem sobre a documentação ainda pouco consultada. A historiadora Maria Ferreira retoma descobertas de sua tese de doutoramento no artigo “Proprietários, famílias e sociabilidade: notas para uma história da

# História e teoria

# O desafio historiográfico

JOSÉ CARLOS REIS  
Departamento de História/UFMG

## a) O Pirronismo Histórico

A história é um conhecimento possível? Seria possível fazer afirmações com significado lógico sobre o passado? Seria possível fazer uma descrição objetiva do passado, referindo-se de fato a ele? Se isto for possível, quais os limites dessa possibilidade? O que faz efetivamente o historiador? Qual é o seu real interesse, a sua sensibilidade profunda? Qual seria a relevância intelectual de uma pesquisa histórica? Enfim, qual seria a identidade epistemológica da história?

Estas questões de epistemologia revelam o desafio historiográfico. Elas põem em dúvida a possibilidade do conhecimento histórico e, apesar de irritantes e insolúveis, o historiador não pode deixar de enfrentá-las permanentemente. Ao reformulá-las, aqui, nosso interesse não é lançar a história em crise, pois não duvidamos da legitimidade do trabalho histórico. A nossa reflexão retorna a elas, sem buscar respostas definitivas, pois não há consenso, sobretudo para consolidar e fortalecer o trabalho do historiador. A enorme relevância desta reflexão é demonstrada pela bibliografia vasta e riquíssima sobre tais questões. Esta bibliografia leva a múltiplas direções, revelando a época, as instituições e a personalidade dos autores que as discutiram.

Para nós, “pensar” não se restringe a encontrar respostas. O pensamento fecundo adia a dissolução dos seus problemas, a sua “solução”. “Pensar” é perguntar continuamente, transformando possíveis soluções em novos enigmas. Paradoxalmente, o pensamento não quer resolver o mundo, mas torná-lo vertiginosamente enigmático. Ele não deseja dissolvê-lo, mas mantê-lo como problema. “Pensar bem” é construir e explorar aporias, impasses, dilemas. É complexificar o que parece simples ou dado. Não é cortar o nó górdio com a espada, de forma impaciente, autoritária e violenta, mas desatá-lo serenamente, fazendo a sua teoria. “Pensar”, enfim, é problematizar um objeto bem demarcado, criar hipóteses, testá-las. Depois, procurar articular um discurso sobre este objeto em linguagem clara e comunicável, debatendo-o publicamente, iluminando-o sob diversos ângulos, percebendo-o em suas mudanças no tempo. Para ver este objeto tornar-se um enigma ainda maior! Haverá um final feliz para tais interrogações? Alguém encontrará a fórmula do universo e da história, o segredo de Deus? Há os que, ingênuos, crêem já terem atingido este grau zero, este ponto arquimediano do conhecimento. O que, felizmente, não impediu a história de continuar em sua busca. Quando se esperava ter acedido à verdade, ao fim da história, um temporal muda a direção das folhas e tudo o que era sólido se desfaz no ar. Por isso, há necessidade da reflexão teórica, não sistemática, não dogmática, não totalitária, mas problematizante, descrente, histórica. A teoria da história acompanha e se confunde com a história da história.

Não é possível, portanto, ser historiador sem tomar o conhecimento histórico como problema, sem avaliar o tamanho das dificuldades do empreendimento historiográfico. Se o

conhecimento histórico é a construção de um sujeito, este não pode praticá-lo surda e cegamente, precisa por em dúvida a sua capacidade de tocar o seu objeto, os “homens no tempo”, e partir da possibilidade do nada ao ser. Admitamos, portanto, que, embora exista há cerca de 2500 anos, o conhecimento histórico é epistemologicamente muito problemático. Há autores que o consideram impossível. Os argumentos céticos são inúmeros e todos muito fortes. Entre outras objeções à possibilidade da historiografia, afirma-se:

a) é um conhecimento indireto, que não mostra o vivido ao vivo. É inconsistente. O historiador conhece o passado recorrendo a testemunhos, intermediários suspeitos, que, ou não sabiam o que estavam vivendo ou desejavam controlar a imagem que o futuro – o historiador - faria deles. Entre o sujeito e o objeto do conhecimento há uma inultrapassável distância temporal, uma barreira invisível, apenas perceptível em documentos, vestígios, testemunhos, sempre precários, lacunares, arruinados, e muitas vezes estrategicamente depositados. Conhecimento indireto, o historiador não pode tocar o seu objeto, experimentá-lo, testá-lo, reproduzi-lo, repeti-lo. O passado é uma abstração, *não é mais*, e ninguém jamais saberá como teria sido. E mesmo se o historiador pudesse retornar ao passado, isso o tornaria um conhecedor mais eficiente? Ele se tornaria apenas mais um contemporâneo, envolvido pelo seu objeto, e saberia tanto daquela época como alguém que a viveu, i.é., muito pouco;

b) Ao produzir o seu discurso, conhecimento indireto, do passado, o historiador não cria uma linguagem específica, mas utiliza a sua língua materna, cheia de preconceitos, anacronismos, arcaísmos, equívocos, sentidos múltiplos, conotações, crenças,

partidarismos. Em busca da “verdade”, os historiadores, por um lado, reproduzem a linguagem das fontes e, por outro, criam novas palavras, às quais dão o nome de “conceitos”, nos quais confiam cegamente. Contudo, observando de perto, tais “conceitos” nunca mantêm o significado explicitado na Introdução e, ao longo do trabalho, acabam decaindo em metáforas ou palavras-chave mestras (falsas). Portanto, a linguagem da história não a distingue de um discurso mentiroso! Em história, o que diferencia a linguagem da verdade da linguagem da mentira? Enquanto pura linguagem, código, não há diferença alguma. Aliás, o bom mentiroso é aquele que sabe explorar em seu interesse a linguagem da verdade: oferece dados, gráficos, números, nomes, locais, datas, eventos, autoridades, pés-de-página, álibis, testemunhos oculares, farta documentação anexa. Todos falsos! A história nem chegaria a ser um “romance verdadeiro”;

c) Conhecimento indireto, do passado, em linguagem polissêmica, apoiado em documentação suspeita, o conhecimento histórico é incapaz de fazer previsões e é articulável apenas depois do evento ocorrido, limitando-se a uma retrodicção pouco rigorosa. É um conhecimento falacioso: *post hoc ergo propter hoc* (depois disso, então, por causa disso). O historiador cria explicações *a posteriori*, selecionando e hierarquizando causas, elegendo causas e eventos mais e menos “importantes”. Ele atribui a condição de causa de um acontecimento ao evento que ocorreu antes, mas a anterioridade não é suficiente para garantir a causalidade. Não é um conhecimento prognóstico, mas pós-gnóstico. Depois que o evento imprevisível ocorreu, o charlatão afirma que era “óbvio que ele iria ocorrer”! A história oferece uma causalidade sublunar, imprecisa, produzida por uma subjetividade em

expansão. É um conhecimento “metafísico”, inverificável, não falseável, (Popper), que permite a convivência de inúmeros discursos incompatíveis entre si. Eles criam uma regressão infinita, sem chegarem a causa alguma. O historiador não tem método, não explica nada e não tem teorias. A história não faz reviver os eventos que narra, pois é uma criação do autor e não dos seus atores. O autor tria, simplifica, organiza, sustenta um século em uma página. O evento é uma diferença, uma experiência vivida, que não se pode conhecer *a priori e*, talvez, nem *a posteriori*. É individual, singular, único, acontece em um momento e lugar determinados no passado e não se repetirá jamais. A história só pode ser anedótica;

d) Conhecimento indireto, do passado, em linguagem polisêmica, falacioso, o conhecimento histórico pratica sistematicamente o que mais abomina, o anacronismo. Ele olha o passado com os olhos e as cores do seu presente, apagando a diferença que deveria preservar e conhecer entre presente e passado. Ele é ligado à época de sua produção, violentamente pessoal e arbitrário, e dura tanto quanto dura um determinado presente. Por isso, precisa ser constantemente reescrito. E para não permanecer! É um Castigo de Sísifo: permanente reinício, cheio de ilusões de verdade, verdades que duram o que dura uma geração;

e) Finalmente, como conhecimento das ‘mudanças humanas no tempo’, o conhecimento histórico é uma reconstrução fantasmagórica, pois, enquanto mudança, o seu objeto é misterioso, indecifrável, pois não é - *deixa sempre de ser*. Pode-se fazer um discurso racional, intersubjetivo, sobre o que não permanece? Baseados em quê? A história é um conhecimento sem objeto, que não chegaria a produzir nem erro, mas confusão. Os

historiadores nunca estão de acordo sobre a Queda do Império Romano ou a Inconfidência Mineira. Os problemas da história são de crítica e de retrodicção: ocorrido o evento, qual seria a sua explicação? A retrodicção vai do ocorrido aos seus antecedentes, o caminho oposto do da previsão. Ela parte do evento para a sua causa. Por isso, a explicação histórica é confusa e não pode ser uma lei - não é uma explicação dedutiva ou nomológica. Em história, a cadeia de eventos é imprevisível, pois entram em cena sempre dados novos, que mudam as relações entre os dados anteriores, que se supunha que já eram conhecidos.

Descartes foi o que mais insistiu neste pirronismo histórico. Para ele, a história é um conhecimento impossível: não tem objeto, não tem linguagem própria, não descobre leis, não prova. O relato histórico, mesmo minucioso, ou melhor, quanto mais minucioso, pior. Ele não se refere nunca ao que se passou. Os historiadores não ofereceriam nem mesmo uma imagem pálida do que investigam. As explicações produzidas sobre os homens do passado estão marcadas pela subjetividade e arbitrariedade e preconceitos não valem como conhecimento. O conhecimento histórico produziria uma mutilação da experiência passada, uma organização ilusória e fantasmagórica dos homens do passado. São os historiadores que falam pelos fatos do passado. Mas, não são os fatos do passado, os feitos do passado, os homens do passado, o objeto do historiador? Não deveria ele recuperá-los em seus próprios termos, tal como se passaram? A utopia rankiana seria mesmo tão desprezível? Não seria ela a realização plena do conhecimento histórico? Para continuar crítico, não há outro recurso, o historiador precisa aceitar a crise, as limitações, a precariedade dos resultados da sua “ciência”. Ele não pode evitar

este questionamento que atinge profundamente a identidade da história. (Topolsky, 1982; Collingwood, 1981; Fontana, 1998; Veyne, 1983)

## **b) A História, Antípoda da Ficção?**

Esta argumentação cética acima suspeita da capacidade da história realizar o seu objetivo original: vencer a imaginação e o discurso ficcional. Desde Heródoto, o desafio historiográfico foi sempre o de lutar contra o erro, contra o falso, procurando produzir a “verdade”. Em sua origem grega, “História” significa pesquisa, investigação, busca da visão do fato que teria o testemunho ocular. O historiador narra os fatos que ouviu de alguém que esteve presente ou que ele próprio testemunhou. A história surgiu e continuou se legitimando como luta contra fábulas, lendas, mitos, falsos testemunhos. O seu esforço é o de representar adequadamente o real, realizando as seguintes operações cognitivas: *registro, memorização, revivência, reconstituição, reconstrução, interpretação, compreensão, descrição, quantificação, narração, análise, síntese*. Como busca da verdade, como conhecimento adequado da realidade dos fatos humanos, ela reivindica o estatuto de “ciência” e quer ser considerada como “antípoda da ficção”. O seu horror à ficção é tal, que, quando se aproxima das ciências naturais, denuncia as sombras da ficção que descobre nelas. Para Michel de Certeau, a história pretende ser mais realista do que as ciências naturais ao denunciar o seu “conteúdo ficcional”: linguagem formal, artificial, um artefato verbal esvaziado de realidade. O historiador desconfia dessa “ficção científica”, que ignora fatos, a realidade, o referente

do discurso. A ambição da história é ultrarealista, ela aspira ser mais “científica” do que a ciência. O seu realismo é mais radical do que o da ciência, pois é avessa a modelos, leis, conceitos, tipos, que, para o historiador, são abstrações, que se colocam no lugar do real. Para a história, a ciência é fraca, deixando-se convencer e dominar pela ficção. Contudo, quando percebe que, apesar das suas brechas ficcionais, a ciência pode ser um forte aliado em seu combate à ficção, ela se aproxima e procura fazer aliança. Da ciência, ela quer imitar o seu controle da prova, a sua obsessão com o teste, a experimentação laboratorial. Ela se inspira em seu espírito rigoroso, em seu esforço de objetividade, em suas estratégias e técnicas para apreender e dominar a realidade empírica. (Certeau, 1983 e 1987)

Contudo, os céticos têm razão: a busca da “verdade” parece incompatível com o objeto do historiador, os homens no tempo, e, desde o início, a historiografia se misturou à literatura. A história jamais atingiu plenamente o seu objetivo de ser “antípoda da ficção”. Para Michel de Certeau, a história se deixa dominar pela ficção quando esconde ou não consegue perceber a força organizadora do presente em sua refiguração do passado. Na verdade, a sua organização do passado não é tão realista assim, pois muito orientada pelo presente. A história se mostra pouco realista em relação à sua própria atividade, não vê que a sua representação do passado oculta o aparelho social e técnico que a produz, a instituição profissional. A reconstrução do passado disfarça a prática que a organiza, escapa às pressões sócio-econômicas que determinam as autorepresentações de uma sociedade. Uma comunidade científica é uma fábrica em série, submetida a limites de orçamento, ligada a políticas, a um recrutamento estreito e

homogêneo, aos interesses do patrão e do momento. Os livros produzidos nessas fábricas não revelam as condições de sua produção e, por isso, se aproximam da ficção. Eles se referem ao passado como se fossem autônomos em relação às pressões institucionais e aos problemas postos pela realidade presente, fazendo uma abordagem abstrata do passado, não percebendo as suas âncoras e algemas no presente. (Certeau, 1983 e 1987).

Portanto, os céticos teriam razão se a história insistir em ser “antípoda da ficção”. Mas, se ela mudasse de posição, se aceitasse que é contígua a ela, faria uma redefinição do seu conceito de verdade e daria outro sentido ao desafio historiográfico. A argumentação cética se esvaziaria completamente. Nietzsche é contra a “atitude científica” historicista e sugere que seria melhor que, em vez de lutar contra a ficção, a história assumisse as suas íntimas relações. A história não deve pretender ser “antípoda da ficção”, pois está mais próxima da arte. Nietzsche é contra a atitude científica para a história, cujo lema seria: “seja a verdade, pereça a vida”. Ora, se a vida deve perecer, a quem serviria a verdade? Se a vida deve perecer a verdade perecerá junto, pois a verdade é a vida. Para ele, o ideal objetivista da história científica estuda fatos despídos de toda subjetividade, eliminando o sonho e a imaginação, que animam a vida. Ele se refere a três atitudes diante do passado, que podem ser positivas ou negativas, dependendo da medida:

a) a *história monumental* serve àquele homem que age e aspira, que procura no passado exemplos, modelos para a sua ação, valorizando o grande e o magnífico, protestando contra a fuga do tempo e a precariedade do ser. Nessa perspectiva, só o grande homem conta e só ele é exemplar e pode inspirar a imitação dos

homens do presente. A história é mestra da vida, pois serve a esta imitação. Mas, esta atitude monumental pode ser desfavorável à vida ao fazer do passado um ideal e desqualificar o presente e a possibilidade do futuro. O risco do “monumentalismo” é os mortos enterrarem os vivos;

b) a *história antiquária* serve àquele que ama e venera o passado em todos os seus detalhes, como raiz e origem. Este espírito colecionador cataloga fatos e mais fatos, preserva o passado enquanto passado em arquivos e museus. O risco do “antiquarismo” é a mumificação de um passado que não anima mais o presente, não o inspira mais, e os mortos enterram os vivos. A vida só deve ser preservada na medida em que se vê aumentada em potência;

c) a *história crítica* coloca o passado diante do tribunal da Razão e o condena enquanto passado, por ser passado. O presente quer criar para si uma segunda natureza e rompe com as referências da tradição. O risco do “radicalismo crítico” é a destruição de tudo o que já foi. Nestes três modelos, o excesso de história representa uma desvantagem para a vida, pois o passado oprime e soterra o presente. No entanto, já em sua época, surgia a *hermenêutica*, com Schleiermacher e Dilthey, que propunha uma relação de diálogo entre o presente e o passado: os vivos do presente interpretam e dialogam com os vivos do passado! Na verdade, desde Heródoto, a história esteve ligada à vida e não à morte. Desde os gregos, ela foi o testemunho dos tempos, a luz da verdade, a luz da memória, a mestra da vida, a mensageira da antiguidade e a protetora do futuro. (Nietzsche, 1983 [1984]; Domingues, 1996)

Portanto, a história poderia ou deveria esperar ser uma “ciência”? Após Nietzsche, que revelou a dimensão de sonho e

imaginação da experiência vivida, interessaria a ela continuar imitando a ciência? Não seria melhor assumir as suas características de arte literária? As relações entre a história e o discurso científico são complexas. Para Bloch, perguntar sobre o caráter científico da história é formular a “questiúncula que agitava os nossos avós”. Para Veyne, ao contrário, não é vão saber se a história é uma ciência, pois “ciência” não é um vocábulo nobre, mas um termo teoricamente preciso. Talvez, possa se extrair da clássica classificação positivista das ciências de Comte, embora não fosse o seu objetivo, uma saída para este impasse. Para Comte, a hierarquia das ciências inclui seis ciências: matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia. Aparentemente, a história não está presente. Elas apareceram sucessivamente por sua ordem lógica: grau de generalidade, de simplicidade e de independência recíproca, uma ordem de generalidade decrescente e complexidade crescente. Esta classificação tem um duplo critério: epistemológico e histórico. Embora Comte enfatize o seu caráter epistemológico, esta classificação traz implicitamente uma história das ciências: elas apareceram “sucessivamente”, emergiram em épocas diferentes e cada surgimento trouxe mudanças profundas na ordem do conhecimento. Esta classificação inclui implicitamente a historicidade dessas ciências, o que nos leva à hipótese de que, talvez, a ciência das ciências seja a história. Só a história pode explicar a matemática, a astronomia e a física a elas mesmas. A história seria a primeira ciência, anterior à matemática, pois só ela explica cada ciência a si mesma e a relação de todas entre elas. Todas elas dependem da história, epistemologicamente, pois precisam da memória e da linguagem para continuarem existindo, e historicamente, pois os registros,

os anais, são anteriores e mais importantes do que os teoremas. A possível saída do impasse: se a história é ciência ou arte somente a história da historiografia poderá responder. A história, para conhecer a sua identidade epistemológica, deve aplicar-se o princípio que aplica a todos os seres e saberes: conhecer as suas mudanças no tempo, fazer uma história de si mesma. (Comte, 1984; Bloch, 2002; Veyne, 1983)

### c) A História da Historiografia

Recoloquemos, então, o problema já posto: de Heródoto a Ginzburg, existiria uma identidade estável e reconhecível do conhecimento histórico? Afinal, o que é a história e o que faz o historiador? Geralmente, evitam-se respostas abstratas. A resposta abstrata mais freqüente: *é o conhecimento do passado humano, dos homens do passado, dos fatos e feitos humanos do passado*. Isto exclui os fatos naturais. É um conhecimento que pretende obter a verdade do seu objeto, através da investigação, da interrogação e controle das fontes. No entanto, uma resposta segura só seria possível através da análise da prática concreta dos seus especialistas. A história existe e é praticada por uma comunidade especializada, logo, ela seria “aquilo que os historiadores fazem”. Ela seria o que pratica a comunidade dos historiadores e pode-se encontrar a estrutura lógica do seu método observando o modo como os historiadores operam. No entanto, o “modo como os historiadores operam” é histórico, muda, e, mesmo observando a prática concreta da comunidade historiadora, não se pode definir de forma estável e incontestável o que ela faz. Hoje, talvez, se possa afirmar, observando a operação histórica concreta dos

historiadores, que a história é o conhecimento “cientificamente conduzido” do passado humano, i.é., problematizante, hipotético, comunicável, técnico, documentado. Ela procura realizar um diálogo entre os homens vivos do presente e os homens vivos do passado, de forma racionalmente conduzida. Mas, ela não foi sempre assim e já está deixando de ser assim. (Reis, 2005)

A história da história é um caleidoscópio! Há cerca de 2500 anos, ela existe em permanente crise, autodefinindo-se vagamente. Como “obra escrita em prosa”, ela surgiu nos séculos V/IV aC, opondo-se ao mito, à lenda, à poesia épica e à especulação filosófica, que também emergia. Ela era um olhar novo, uma revolução cultural, que buscava a verdade das mudanças humanas no tempo, em uma cultura que contemplava o eterno, o supralunar. Heródoto acreditava ser possível falar das coisas humanas, temporais, e com verdade. Mas, ofereceu várias versões da verdade e foi considerado “fabulador”. O próprio pai da ciência dos homens no tempo foi tido como contador, fabulador, mentiroso! Depois, a história se confundiu com a mitologia política. Em Roma, o historiador “investigava e pesquisava” para legitimar o poder, oferecendo-lhe uma origem, uma tradição, que lhe garantisse a continuidade. Depois, a história confundiu-se com a fé cristã, tornando-se o levantamento dos casos em que a Vontade de Deus se expressou, uma história das manifestações divinas, milagres e teofanias. No século XVIII, apesar da busca da “história perfeita” dos séculos XVI/XVII, pelos eruditos Mabillon e La Popelinière, a história deixou-se dominar pela especulação filosófica e tornou-se um grande discurso especulativo, universalizante, teleológico, utópico. No século XIX, ela retornou à sua origem grega, especificamente a Tucídides, e quis

outra vez romper com a intuição poética, com a especulação filosófica, com a retórica literário-política, com a inspiração artística, com a fé, e inventou uma nova identidade: “ciência”. Mas, não era uma atitude original. Assim como havia cedido ao poder romano, à fé cristã, à especulação filosófica, agora se rendia ao sucesso das ciências naturais, em seu modelo ainda empirista e indutivista. Ela passou a buscar fatos concretos, documentos, e procurava estabelecer impossíveis leis de desenvolvimento histórico. Esta não foi a última imagem da história. Com o surgimento das ciências sociais, no final do século XIX e no século XX, a história deixou-se fascinar por Marx, Weber, Durkheim, Marcel Mauss e Lévi-Strauss e pretendeu tornar-se uma ciência social. Identidade que, hoje, no início do século XXI, não a satisfaz plenamente e ela volta a se relacionar mais intimamente com a literatura, com a poesia, a psicanálise, o cinema, a publicidade. (Bourdé e Martin, s/d; Lefebvre, 1974; Fontana, 1998; Collingwood, 1981)

A identidade do conhecimento histórico dependeu, portanto, das alianças que a história estabeleceu ao longo dos séculos. O seu realinhamento permanente com os conhecimentos dominantes do momento a tornaram epistemologicamente muito instável. Seus objetos nunca são os mesmos, o que se espera do historiador nunca é o mesmo, a tal ponto que a proposta de uma “metodologia da história” estável, de um mesmo caminho seguro e controlável, seria absurda. E as novas gerações de historiadores são sempre “parricidas”, pois sentem-se portadoras de uma “verdade histórica nova” e se consolidam rejeitando e desvalorizando as teses históricas anteriores. As “histórias novas” ou “novas histórias” se sucedem, intolerantes com as precedentes,

ingenuamente dogmáticas, ignorando a história da própria historiografia. Foi assim entre Tucídides e Heródoto, entre Mabillon e os historiadores medievais, entre Ranke e Hegel, entre Marx e Hegel, entre Febvre e Ranke, entre H. White e os Annales, entre a História Cultural e os Marxismos. Se, por um lado, os historiadores novos sempre eliminam os antigos, por outro lado, os outros saberes com os quais os historiadores se dizem alinhados mantêm com a história uma relação tensa: os filósofos não querem a companhia dos historiadores e fazem eles mesmos a sua própria história da filosofia; os cientistas também querem fazer a sua própria história da ciência; antropólogos, sociólogos e economistas simplesmente não se interessam pela perspectiva do historiador e quando se interessam dizem não precisar dele; os religiosos, os ignoram; o senso-comum vive mergulhado na anti-história, comemorando mitos e arcaísmos. Os historiadores procuram alianças com aqueles que os desprezam epistemologicamente. Só os políticos os valorizam. E talvez aquele desprezo se explique por este apreço.

A história anda na contra-mão da filosofia, da ciência, da religião e do senso-comum. Estes procuram uma verdade fora do tempo, protegem seus resultados com enorme cuidado - a filosofia, a ciência, a religião, o senso comum se dirigem ao atemporal, à teoria sistemática, ao absoluto, ao agora eterno do mito. O historiador faz o caminho inverso. Ele pulveriza, dissolve, desintegra, em durações múltiplas e incompatíveis, as suas “verdades”. A história busca a verdade no tempo e não fora dele. Ela revela aos outros saberes, que por isso não apreciam a sua companhia, o seu passado, mostrando-lhes o que eles fazem questão de esquecer: que mudaram, que nunca foram os mesmos e sempre

estiveram envolvidos com verdades absolutas diferentes, que também traíram os pais e fizeram alianças que lhes garantiram a sobrevivência. A história revela as suas raízes temporais, que são tão caleidoscópicas quanto as dela, que as suas autorepresentações mudaram tão freqüentemente como as dela. O apreço do político também é compreensível, pois a história, habilmente, jamais lhes diz que os tempos lhes são desfavoráveis, oferecendo-lhes raízes no passado mais longínquo, profundas, consolidando poderes frágeis, visando alianças e proteções demasiadamente humanas. A história, como conhecimento da mudança, explica todos a eles mesmos. Ela dá sucessividade, historicidade, lugar e época, nomes, datas, aos saberes. Ela desintegra a sua ambição de verdade universal, global, total, absoluta, final. A história revela os seus fracassos, decepções, frustrações, traições. Ela mostra o transcurso, a passagem do seu ser ao novo ser.

Ela própria sofre esta passagem e a assume. Ela já foi registros, crônicas, compilações, genealogia, teologia, filosofia, ciência, ciência social, romance verdadeiro, imagens. O próprio termo “história” é polissêmico, referindo-se ao conhecimento e à sua matéria. Por exemplo: *história do Brasil* - são os fatos e processos passados da sociedade brasileira e as obras escritas de história do Brasil. Além disso, o conhecimento se confunde com a sua matéria, pois o que sabemos do passado é o que é transmitido como conhecimento. O passado não fala por si, mas através do que se conhece dele. A Revolução Francesa é uma leitura de uma série de eventos ocorridos na França no final do século XVIII, que não existiram em si como “Revolução Francesa”. Foram nomeados assim por alguns historiadores e, aqueles mesmos eventos, tiveram uma outra construção por outros historiadores. O

historiador não está condenado a registrar fatos, a constatar-los. Ele raciocina sobre eles, busca a sua inteligibilidade, atribuindo-lhes sentido, pensando as possibilidades objetivas e os seus desdobramentos. Afinal, pensar não é registrar, mas considerar caminhos possíveis, alternativas. A crítica erudita, a apuração e o estabelecimento de fatos é condição necessária, mas não suficiente para uma ciência histórica. É preciso construir um juízo histórico, atribuir um sentido aos fatos.

Portanto, o desafio historiográfico é infinitamente aberto, abrangente, flexível, fascinante! Tudo é história, inclusive a própria historiografia. Tudo é historiografia, inclusive o “todo” e o “nada”! Na medida em que “tudo” está no tempo e existe para os homens e em linguagem humana, cada coisa só possui inteligibilidade através da reconstrução e descrição da sua trajetória. Inclusive o “todo”: a pergunta “quem é Deus”, por exemplo, exige uma história das representações humanas do sagrado e do divino e constata-se que a mudança, o tempo, atravessa e domina a eternidade; inclusive o “nada”: a pergunta “quando terminou um governo, uma vida, uma técnica?” exige uma história dos eventos que conduziram ao fim de um mundo e época. E talvez seja isto que Certeau quis dizer com “a história é antípoda da ciência e da ficção”: ela as inclui e supera. Mesmo quando se envolve com a ciência e a ficção, não se confunde com elas, porque é uma forma específica de saber. Para Michel de Certeau, a função social da representação histórica, é “reparar as rupturas entre o passado e o presente, assegurar um sentido que supere violências e divisões do tempo, criar referências e valores comuns que garantam ao grupo uma unidade e uma comunicabilidade simbólica. A história é o trabalho dos vivos para acalmar os mortos. Ela é uma

imitação da presença, um discurso que luta contra a corrupção do tempo, que cria a habitabilidade do presente. Ela é uma técnica particular entre várias que têm o mesmo objetivo: produzir narrativas que explicam o que se passa, superando as rupturas com uma linguagem de sentido. Ela cria uma referência comum entre homens separados pelo tempo. A história fabrica o real, diz o que é preciso dizer, crer e fazer. Pretendendo dizer o real, ela o fabrica. Ela torna crível o que ela diz. E faz agir. Essas narrativas fabricadas produzem a história efetiva. Por isso, os poderes econômicos e políticos esforçam-se por pô-la do seu lado, a adulam, pagam, orientam, controlam.” Para Febvre, a função social da história é “organizar o passado em função do presente”. Ela é a construtora de sentidos que permitem à sociedade funcionar. Ela centraliza a cultura, organizando o espaço-da-experiência, para abrir, tornar perceptíveis, visíveis e possíveis os horizontes-de-expectativa de cada presente. (Certeau, 1976 e 1987; Veyne, 1983; Febvre, 1992; Koselleck, 1990)

## REFERÊNCIAS

BLOCH, M. *Apologia da História ou Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2002.

BOURDÉ, G. e MARTIN, H. *As Escolas Históricas*. Mem Martins/Portugal : Europa-América, s/d.

CERTEAUX, M. de. A Operação Histórica. In: LE GOFF e NORA. *História, Novos Problemas*. RJ. Fco. Alves, 1976.

CERTEAUX, M. de. *Histoire et Psychanalyse, entre Science et Fiction*. Paris : Gallimard, 1987, (folio).

COLLINGWOOD, RG. *A Idéia de História*. Lisboa : Presença, 1981.

- COMTE, A. A Filosofia Positiva e o Estudo da Sociedade. In: GARDINER, P. *Teorias da História*. Lisboa : Calouste Gulbenkian, 1984.
- DOMINGUES, I. *O Fio e a Trama*. São Paulo-Belo Horizonte : Iluminuras/UFMG, 1996.
- FEBVRE, L. *Combats pour l'Histoire*. Paris : A. Colin, 1992.
- FONTANA, Josep. *História: Análise do Passado e Projeto Social*. Bauru/SP : EDUSC, 1998.
- KOSELLECK, R. *Le Futur Passé*. Paris : EHESS, 1990.
- LEFEBVRE, G. *El Nacimiento de la Historiografía Moderna*. Barcelona : Martines Roca, 1974.
- NAGEL, E. Alguns Problemas da Lógica da Análise Histórica. In: GARDINER, P. *Teorias da História*. Lisboa : Calouste Gulbenkian, 1984.
- NIETZSCHE, F. *Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida*. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 2003 [1874].
- PROST, A. *Douze Leçons sur l'Histoire*. Paris : Seuil, 1996.
- REIS, JC. *História & Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. Rio de Janeiro, FGV, 2005.
- TOPOLSKY, J. *Metodología de la Historia*. Madrid : Cátedra, 1982.
- VEYNE, P. *Como se Escreve a História*. Lisboa : Ed. 70, 1983a.
- WEBER, M. A Objetividade do Conhecimento nas Ciências e Política Sociais. In: *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Lisboa : Presença, 1979.

# Tempo e Experimento: o ofício do historiador e as novas linguagens

DURVAL MUNIZ DE ALBUQUERQUE JÚNIOR  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Departamento de História

A discussão da temática das chamadas “novas linguagens”, seja no campo da escrita da história, seja no campo do ensino da história, está eivada de lugares comuns, da repetição acrítica de dados enunciados como sendo verdades incontestes. Nestas formulações vamos encontrar a resistência de uma dada tradição disciplinar, já que a historiografia surge na antiguidade como uma narrativa em prosa, o que era, para a época, uma nova linguagem, que vinha substituir as narrativas poéticas das epopéias como forma de elaboração do passado por parte dos povos helenos, mas que terá enorme dificuldade de se relacionar com as linguagens não prosaicas surgidas desde pelo menos o século XIX. Nelas vamos encontrar, também, uma concepção muito particular de temporalidade, notadamente um significado bastante alargado para a ideia de novo, afinal em que sentido podemos considerar a fotografia, o cinema, a pintura, a literatura, as artes plásticas e a música como novas linguagens? Nem mesmo o vídeo, o quadrinho, o rádio ou a televisão podem ser considerados, nos dias que correm, de novas linguagens, afinal a mais nova destas linguagens, a do vídeo já passou dos cinquenta anos de existência. Por que, então, os

historiadores continuam dedicando reflexões e até eventos como este a discutir a relação entre história e as chamadas novas linguagens? Que sentido tem aí o adjetivo novas e para quem estas linguagens constituem uma novidade? Como estas chamadas novas linguagens impactam o discurso do historiador, que desafios trazem para a escrita e para o ensino da história? Certa vez ouvi estupefato uma especialista na área de ensino de história atribuir à Michel Foucault a introdução das chamadas novas linguagens em nosso campo, o que se constituiria, e era este o sentido de sua afirmação, em mais um dos males trazidos por este pensador para nosso ofício. Confesso que levei um tempo alargado para entender qual o sentido de tal afirmação, embora o seu conteúdo reativo a qualquer mudança em nosso campo estivesse desde o início explícito. Com o tempo pude perceber que para a autora da afirmação o uso das chamadas novas linguagens constituir-se-ia em práticas diversionistas que afastava a história, notadamente o ensino da história, de seus verdadeiros objetivos: denunciar as injustiças sociais, conscientizar os indivíduos e grupos sociais e preparar quadros para a transformação da sociedade.

Hayden White em seu conhecido texto *O texto histórico como artefato literário* (WHITE, 2001, p. 97-116) vai chamar atenção para o conservadorismo dos historiadores no que tange a adoção de formas narrativas, mesmo quando estas estão vazadas na forma escrita e em prosa. Ele diz que nossos modelos narrativos, as estruturas de enredo que utilizamos ainda estão relacionadas com a literatura realista e naturalista de fins do século XIX, que não fomos capazes de trazer para o texto historiográfico os modelos narrativos elaborados pelas escolas modernistas ao longo do século XX. Considero que esta reação a adoção de novos modelos

narrativos em prosa por parte da historiografia advém de entre outros motivos do fato de que a historiografia constitui em si mesma uma tradição narrativa própria. Embora considerada até fins do século XVIII como um gênero literário, a historiografia constituiu, ao longo de séculos de existência, um conjunto de modelos narrativos próprios, que tendem a ser transmitidos não só pelo ensino, mas pela própria leitura e recepção dos textos escritos por historiadores. A dificuldade de diálogo com novos modelos narrativos aportados inicialmente pelo romance, pelo jornalismo, assim como pelo cinema, pelo rádio, pela televisão, pelo vídeo, advém me parece, desta sedimentação de uma tradição narrativa que muitos vêem em perigo sempre que a historiografia se aproxima destas outras maneiras de narrar, porque, afinal, é disto de que se trata quando se fala em novas linguagens, ou seja, novas linguagens ou outras linguagens, já que questiono até que ponto estamos diante de novas linguagens, se trata da possibilidade de uso de novas maneiras de elaborar discursivamente, de urdir narrativamente o passado. Da mesma forma que nos habituamos a pensar a historiografia, enquanto área disciplinar de produção e ensino da história, como um artefato de escrita em prosa, como um gênero literário no sentido amplo do termo, temos dificuldade em admitir que a história também se escreve através das narrativas fotográfica, jornalística, cinematográfica, pictórica, musical, radiofônica e televisiva. No máximo admitimos que a história também é articulada narrativamente pelos museus, pelos monumentos, por aqueles espaços e objetos nomeados como sendo patrimônio histórico.

Talvez seja isto que explique o enunciado “novas linguagens”. Elas seriam novas linguagens para os historiadores, elas seriam

linguagens novas para aqueles profissionais dedicados a escrita e ao ensino da história. Não seriam essas linguagens em si mesmas que se constituiriam em uma novidade, afinal algumas delas já contam com mais de um século de existência. Embora saibamos que nós historiadores temos uma concepção muito particular da duração temporal, que em nosso ofício um século possa significar para dados processos ocorrerem um tempo bastante curto, não podemos considerar que a fotografia ou o jornalismo seja propriamente uma linguagem nova, quando já estamos entrando na segunda década do século XXI. Nem mesmo a utilização da fotografia e do jornal como fonte de pesquisa, como documento e testemunho é mais novo entre nós, afinal de contas já nas primeiras décadas do século passado elas começaram a interessar autores pioneiros e inovadores como Gilberto Freyre. O que me parece constituir a novidade e, por isso mesmo, cause reações de desagrado, é que estas linguagens estão sendo propostas, na Europa desde pelo menos os anos sessenta e no Brasil desde os anos oitenta do século XX, como novas possibilidades de construção narrativa da história. Isto é bem diferente de entender, como se faz muito no ensino de história, estas chamadas novas linguagens como formas de ilustrar, de exemplificar, de mostrar como foi efetivamente o passado para os alunos. Esta é uma compreensão equivocada e, muitas vezes, acompanhada de certa esperteza, pois utiliza-se destes recursos para pretensamente substituir o trabalho do professor, ocupar o horário da aula que deveria ser ministrada. A forma como se utiliza filmes em sala de aula é bem ilustrativo do que eu estou dizendo. Para muitos professores o filme é equivocadamente tomado como uma cópia da realidade do passado, ele, assim como

as pinturas e fotografias estampadas nos livros didáticos dariam acesso direto ao que realmente o passado foi. Eles ilustrariam, fariam ver o passado, já que este por ser abstrato, pois passado, seria trazido novamente à frente daquele que veria as imagens. Colabora para esta percepção o fato de que na cultura ocidental há, desde muito cedo, uma relação entre o ver e o conhecer. A própria historiografia nasceu na Grécia vinculada a ideia de testemunho, de testemunho ocular, de ver para contar. Há em nossa cultura uma valorização da imagem como atestadora da realidade. Daí a diversidade e o poder que os aparatos visuais ganharam em nossas sociedades. Em nossa cultura há uma clara articulação entre o sentido da visão e a ideia de verdade. É verdadeiro tudo aquilo que se vê, é se vendo que se conhece e que se aprende algo. Estes traços culturais favorecem a armadilha que é tomarmos a imagem pela realidade, a imagem pela verdade, numa sociedade que, desde muito cedo, fabricou imagens, investiu na construção imagética do mundo. Já na Idade Média, a Igreja lançou mão de recursos visuais para construir e tornar convincente a visão cristã de mundo. Toda a imaginária, presente nas igrejas, compostas de pinturas, esculturas, vitrais visavam narrar a versão cristã da realidade e torná-la crível e aceitável por todos os fiéis. Não é mera coincidência que a pintura e a escultura se constituíram em atividades artísticas privilegiadas no Renascimento, muito ainda sob a encomenda da própria Igreja. O desenvolvimento neste momento da técnica da perspectiva acentuou, ainda mais, a medida que permitiu a representação de figuras tridimensionais, a percepção de uma relação imediata e não mediada, entre imagem e realidade, entre imagem e verdade.

O século XX se notabilizou pela explosão das formas de representação visuais, dos artefatos óticos, muito incentivada por esta busca constante dos homens de encontrar formas de representação, de encontrar linguagens que sejam capazes de dizer a realidade em toda a sua complexidade e inteireza. A busca do conhecimento, cada vez mais, completo, a busca por conseguir figurar o mundo em toda a sua complexidade e diversidade de formas, que só tendem a se aprofundar no século que passou, levou a criação e o investimento em uma diversidade de linguagens, de formas de representação, que contribuíram, elas próprias, para a dilatação do que convencionalmente chamamos de realidade. Estas novas linguagens, é bom que se diga, não representam apenas possibilidades de figuração do mundo, mas são elas mesmas realidades que passam a interagir e a interferir na própria vivência e experimentação do que seria o real, assim como de sua representação. Elas além de se constituir em formas de linguagem através das quais se pode narrar à história, são elas mesmas acontecimentos históricos. Não se pode contar a história do século passado sem levar em conta o papel que estas linguagens exerceram em todos os campos de que se for tratar. A economia foi profundamente afetada pela linguagem da propaganda, veiculada através dos jornais, das revistas, do cinema, do rádio, da televisão utilizando recursos da pintura, do desenho, dando origem, inclusive, a artefatos e linguagens próprias como os cartazes, os anúncios, as placas, os outdoors, os reclames, os jingles, os letreiros, o desenho e o filme publicitários. A vida política foi totalmente modificada pelo uso da propaganda, pela colocação das artes e destas linguagens a serviço da disseminação de ideologias, da defesa e legitimação de dados regimes políticos,

da criação e destruição de dados personagens políticos. A estetização da política, no século XX, a transformação das práticas e dos costumes políticos numa sociedade de massas, lançou mão de todos estes recursos de imagem, som e texto trazidos pelo cinema, pelo rádio, pela televisão, pelo vídeo e agora pela internet, modificando completamente seu próprio significado. O campo da história social é convocado a pensar as transformações trazidas para as relações sociais, cada vez mais, mediadas por estas linguagens. Se partimos do pressuposto que não existe sociedade sem laços ou relações sociais e se consideramos que os laços sociais, aquilo que conecta os seres humanos em sociedade são as diversas formas de linguagem, se consideramos que a construção do social é mediado por relações lingüísticas, como pensar a história das sociedades, desde pelo menos o século XIX, sem pensar o impacto causado por estas linguagens que foram surgindo no estabelecimento de vínculos e de lugares sociais. O jornal, o romance, a fotografia, o desenho, o cinema, o rádio, a televisão, a internet se fazem presentes nas relações entre as pessoas, suas mensagens e linguagens municiam as pessoas de informações, concepções, conceitos, formas de pensar, formas de se comportar, enunciam e convocam desejos e necessidades, que terão repercussão direta naquilo que fazem consigo e com os outros, naquilo que dizem para si e para os demais, em como se comportam e em como se julgam e percebem. Causa-me espécie o enunciado “novas linguagens” porque ele parece nomear coisas que estariam fora da vida social, fora da própria história, como se fosse um repertório de linguagens, uma espécie de vitrine ou mostruário de linguagens nos quais cada um, cada pesquisador ou professor de história, poderia ir lá escolher uma para usar e

depois guardar de volta no lugar, como se guarda o retroprojetor ou o data-show. As novas linguagens seriam, para alguns, inclusive um modismo introduzido por pensadores e historiadores mal intencionados como sempre são pensados os nomeados de pós-modernos ou os pós-estruturalistas, esta malta de pequenos burgueses satisfeitos como este mundo de fartura lingüística trazido pelo capitalismo, por aquilo que Guy Debord, nomeou de sociedade do espetáculo, ou com o que Stephen Greenblat chamou de capital mimético (DEBORD, 1997; GREENBLAT, 1996). Para estes historiadores as chamadas novas linguagens não fazem parte, inclusive, de um novo arranjo, de uma nova forma de aparecer e de se efetivar do capitalismo e da própria sociedade burguesa. As novas linguagens não estão descoladas do processo histórico, elas conformam o próprio mundo social em que vivemos, elas mediam as relações sociais, elas se fazem presente nos movimentos sociais, elas são fundamentais como fornecedoras de modelos de subjetividade e formuladoras de identidades, elas estão presentes no cotidiano de todos os homens e mulheres. Quando formos contar a história de nossos dias não poderemos desconhecer o papel que o telefone celular, que os blogs, que os sites de relacionamento, que o computador, que a educação à distância, que a teleconferência, que o videogame, que os e-books, que a internet, que o twitter têm nas relações sociais, na construção de identidades, na articulação, inclusive, política das pessoas. As chamadas novas linguagens são elementos fundamentais na própria história social em nossos dias.

Quando se trata de história cultural não há grandes contestações em relação ao fato de que as chamadas novas linguagens não só seria objeto privilegiado de seus estudos, como teria sido

esta área de pesquisa que teria introduzido esta temática em nosso campo. Normalmente considera-se que teria sido com a prevalência dos estudos de história cultural na historiografia francesa, na década de sessenta, com o que se enunciou como sendo à saída do porão para o sótão da história, e na historiografia brasileira, a partir dos anos oitenta, que teria se colocado como objeto e como questão as chamadas novas linguagens, daí a hostilidade de parcela dos historiadores sociais e econômicos em relação a esta problemática. Antes mesmo de se constituírem em objeto de estudo dos historiadores que militam na história cultural, estas linguagens e os artefatos que dão origem foram tomados pioneiramente como fontes de pesquisa, na medida em que há o alargamento da própria ideia de documento em nossa área. O uso de fotografias, de pinturas, de desenhos, de quadrinhos, de charges, de anúncios, de filmes, de programas de rádio e TV, de romances e poemas, de músicas, como fontes para a escrita da história causou o que podemos chamar uma revolução documental em nossa área, embora este uso não tenha vindo acompanhado da necessária modificação em nossos modelos narrativos, o que gerou e continua gerando uma série de impasses em nossa área. O uso de músicas e filmes na narrativa historiográfica, na escrita da história é, neste sentido, bastante exemplar dos dilemas que são colocados para uma disciplina que não modificou suficientemente suas regras de produção, notadamente quando falamos de produção acadêmica, como também para o próprio ensino da história, que não deixa de estar pautado, pelo menos em suas grandes linhas, nas regras que imperam em nosso ofício. Quando os historiadores utilizam como fonte músicas, seja em seus escritos, seja em sala de aula, a música é

quase sempre reduzida à sua poesia, a sua letra. Como somos profissionais treinados e preparados para lidar com o escrito, com a fonte escrita, a sonoridade, que é aquilo que define a própria arte musical, o arranjo que é tão importante e central para a compreensão do significado da canção, bem como é central em sua recepção e decodificação pelos ouvintes, é quase sempre ignorado ou deixado de lado pelo historiador, pelo simples fato de não ter em sua formação preparação para lidar com a linguagem sonora. É interessante pensarmos e refletirmos sobre o fato de que em nossos cursos de graduação, notadamente aqueles de bacharelado, que seriam voltados para a pesquisa, aprendemos paleografia, ou seja, uma técnica de leitura de documentos escritos em épocas recuadas, mas nada aprendemos sobre as linguagens que constituem e constituíram o mundo contemporâneo. Quando um pesquisador em nossa área vai se especializar no estudo do período colonial, ele tratará de aprender paleografia, mas quando vai tratar do final do século XX, e vai usar canções como documentos em seu trabalho, não se sente na obrigação de dominar a linguagem musical, não se preocupa em saber decodificar partituras e arranjos. O mesmo ocorre com o cinema, quem vai utilizar filmes em sala de aula ou em seu trabalho de tese não se sente na obrigação de fazer um curso de iniciação ao cinema, para saber lidar com a linguagem cinematográfica e seus códigos próprios. É este despreparo que leva a que tenhamos diante destas linguagens uma visa ingênua, de que elas apenas mostram ou ilustram a realidade do passado, quando, de fato, são formas de construção do passado, são formas de narrativa que dão a história uma dada forma distinta daquela que os historiadores conseguem dar em seus escritos.

O trabalho com estas linguagens coloca outra dificuldade que nasce da falta de legitimidade que ainda tem em nosso campo outros formatos de narrativa da história que não seja o texto escrito em prosa. Ainda reagimos violentamente a ideia de que a narrativa historiográfica também possa ser feita através do filme, do vídeo, da fotografia ou da música. É impensável para nós uma tese apresentada em forma de filme ou apresentada na forma de uma peça de teatro. Quando se trabalha com estas formas de linguagem esbarra-se no fato de que elas não são traduzíveis completamente para o formato de texto escrito em prosa. Sabemos que não temos como transformar sons em texto, por mais que nos esmeremos em nossa capacidade descritiva. A sensação sonora não é completamente expressa por um texto. Mesmo a partitura, que é uma forma de representação escrita da sonoridade, não é o próprio som. O artifício que se tem utilizado e que mesmo assim ainda encontra resistência na academia, é dotar a tese de um anexo sonoro, um CD onde estarão gravadas as canções utilizadas. O CD pode ser inclusive referido nas notas de rodapé que podem remeter a escuta de uma dada faixa em um dado instante do trabalho. O mesmo pode ser feito quando se utiliza o cinema ou o vídeo. Esta intradutibilidade de linguagens nos convoca a pensar a possibilidade de outras formas de narrativa para a história, que teriam regras próprias, que constituiriam gêneros narrativos distintos a ser aceitos por nossas instituições universitárias. Por que não ser aceito um filme ou uma canção tese, assim como se aceita o texto do gênero tese? Cabe, claro, a própria academia estabelecer as regras para que estes novos gêneros possam ser aceitos. Nossos currículos dos cursos de graduação têm que ser reformulados no sentido

de serem bem mais abertos a que os alunos possam cursar disciplinas que possam capacitá-los tecnicamente para a área e a temática de pesquisa que escolherem. Se o aluno quiser trabalhar com cinema, com teatro, com pintura, com artes plásticas, com música, com jornalismo, com literatura, com propaganda, com design, com humor, com vídeo, com música, com jogos eletrônicos, com internet, com dança deve ter condições de fazer, no interior dos cursos específicos, disciplinas que lhe dê a formação adequada. Paulatinamente já se começa a aceitar que a produção de um vídeo, de um documentário ou de uma peça teatral por um historiador, dando uma leitura específica a um dado evento histórico, se constitua em produção acadêmica, tão importante quanto o artigo ou o livro publicado. As resistências ainda são muitas, dificilmente um historiador terá avaliado em seu currículo um filme com o mesmo peso com que será avaliado um artigo publicado em periódico. A ideia ainda prevalecente é a de que ele está brincando de cineasta, ele é um historiador brincando de fazer cinema, já que não se vê ainda a narrativa fílmica como uma das formas narrativas possíveis para a história. Ele só será historiador mesmo quando escrever o livro e o texto.

O grande equívoco desta concepção, que traz graves consequências para a inserção do profissional de história, dificultando o conhecimento social de nosso ofício, daí a não regulamentação de nossa profissão, é que em nossa sociedade são estas outras formas de narrativa, são com o uso destas linguagens que crescentemente se elabora e se veicula versões e interpretações sobre o passado. Nunca se demandou tanto narrativas sobre o passado, sociedade alguma requereu tanto trabalhos de memória, nunca tantos grupos sociais e indivíduos quiseram ter seu nome

na história como em nossa sociedade e em nossa época. Esta demanda, no entanto, vem sendo, cada vez mais, atendida por outras formas de elaboração do passado, diferente da elaboração oferecida pelos historiadores e pela historiografia. É inegável que a demanda por obras historiográficas cresceu, inclusive na sociedade brasileira, a área da historiografia é uma de maior número de publicações anuais, quando se trata obviamente de áreas com caráter acadêmico, no entanto, a demanda por narrativas sobre o passado, há muito vêm sendo satisfeita pela literatura, pelo cinema, pelas mini-séries e novelas de televisão, por publicações de divulgação histórica de caráter jornalístico e por obras escritas por jornalistas. Os usos do passado, os artefatos e linguagens que constituem o que chamamos de cultura histórica em muito ultrapassa os limites da historiografia. Talvez se deva a este fato certa percepção social de que os profissionais de história não são de muita utilidade, que a própria história não serve para muita coisa, o que termina por refletir em nosso desprestígio político como categoria profissional. O próprio fato de que se julgue que qualquer pessoa pode ministrar a disciplina nas escolas, sem o preparo adequado, talvez nasça desta percepção de que outros sujeitos e instituições, alheias à comunidade de historiadores, não cessam de oferecer versões para o passado, com menor ou maior sofisticação. Os historiadores vêm travando uma enorme batalha para defenderem seu nicho de mercado simbólico, a hostilidade em relação a literatura, parente muito próxima pois também articula o passado através de uma narrativa textual em prosa, linguagem similar a usada pelos historiador, advêm da percepção da ameaça que a literatura representa na hora de oferecer interpretações para o passado, conseguindo,

muitas vezes, tornar este passado mais verossímil e crível do que os próprios historiadores, por dispor de recursos narrativos como o diálogo direto, do qual não se permite ainda o uso pelo historiador. Mas parece que os historiadores não percebem que para além da literatura há circulando em nossa sociedade outras formas de elaboração do passado, há outras ofertas de passados, que vão tornando muito sem lugar o nosso ofício, a menos que travemos também com estas outras formas de leitura do passado o mesmo embate diferenciador que estabelecemos em relação à literatura. Ou melhor, talvez ao invés de ficarmos reagindo a estas outras formas de elaborar o passado, possamos delas nos apropriar, possamos levar para elas aquilo que falta quando são utilizadas por profissionais que não são do ramo: o aparato crítico, a formação teórica e metodológica que nos permitiria produzir narrativas sobre o passado usando estas linguagens, de formas diversas da maneira como são usadas por leigos. Da mesma forma que só enfrentamos a produção de história e de biografias por parte de jornalistas, se fizermos história para divulgação de massa, se tomarmos a biografia histórica como uma atividade nossa, só enfrentaremos a oferta de passado por cineastas e pelos profissionais de rádio e televisão, se nos dispusermos a concorrer neste mercado, para isto temos que dominar estas linguagens, que se aprende não apenas praticando, mas tendo acesso a teoria de cada área, porque se não pensarmos assim estaremos validando o ponto de vista de que um historiador também se forma na mera prática de freqüentar arquivo e escrever relatos cronológicos, ele não precisa de uma formação específica, caminho que nos leva ao argumento do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, ao julgar a ação que

pedia o fim da exigência de formação universitária para o exercício da profissão de jornalista, pois segundo ele jornalista é igual a um cozinheiro, se faz na prática.

O que eu quero ressaltar, portanto, é, primeiro, que as chamadas novas linguagens enquanto formas de linguagem não são tão novas assim, o que se tornou uma novidade nos últimos cinquenta anos foi não apenas se constituírem em objeto de estudo do historiador, mas em se tornarem formas concorrentes com a historiografia escrita de elaboração de versões do passado. As chamadas novas linguagens não só participam ativamente da vida social, fazem parte da realidade social e, portanto, da história há pelo menos mais de um século, mediando e conformando o que chamamos de sociedade e de realidade social, como se tornaram veículos privilegiados de construção, circulação e legitimação de versões sobre os acontecimentos passados, neste sentido não podem ser vistas como meras formas de ilustração e de exemplificação do que teria sido as realidades passadas. Como linguagens, elas constituem formas particulares de construir narrativas, de representar e dar conformação e confirmação ao passado, já que cada uma delas obedece a códigos e regras próprios, sejam de caráter técnico, tecnológico, estético, semântico, simbólico, argumentativo, etc. Elas são, por isso mesmo, em grande medida, intraduzíveis para a linguagem narrativa textual em prosa, para a narrativa literária em sentido amplo com que tradicionalmente trabalha o historiador. Haverá sempre certos ruídos, certas perdas, certas defasagens entre a narrativa do passado formulada por um documento vazado em uma destas linguagens e o texto historiográfico escrito em prosa, o que não deixa de ocorrer também quando o documento utilizado é o

documento escrito, embora as defasagens e limites, as aporias sejam de outra natureza.

Portanto, lidar com a temática das chamadas novas linguagens coloca de saída alguns desafios que implicam e convocam mudanças na própria forma como praticamos, pensamos e formamos pessoas para exercerem o ofício de historiador. A começar da formação que requer a abertura para o domínio técnico e teórico destas novas formas de linguagem, se queremos utilizá-las com maior rendimento, tanto na escrita como no ensino da história. Utilizar um filme em sala de aula requer domínio da linguagem do cinema para problematizar a versão do passado que ali é construída. O filme não pode apenas ocupar as duas horas de aula do professor, e ser apresentado como a versão real do passado, como sendo a representação do que efetivamente se passou. Ele deve ser tratado como aquilo que ele é: um discurso sobre o passado, um discurso que se utiliza de vários recursos, como imagens, cenários, vestimentas, sons, textos, canções, efeitos sonoros e visuais, para construir uma leitura de um dado acontecimento do passado que, como todas elas, devem ser pensadas a partir de seu lugar de produção, a partir das condições históricas e dos contextos em que foi pensada e produzida, deve ser pensada como fruto de interesses diversos que se articularam em dado momento; um discurso que deve ser pensado como atravessado por relações de poder e por estratégias políticas e estéticas, que representam dados valores, interesses e concepções de mundo que circulam socialmente em dado momento; como produto de um imaginário, de um arquivo de imagens e enunciados; como fruto de um dado aparato técnico e tecnológico; como expressão de uma dada formação discursiva, de dada

visibilidade e de dada dizibilidade. Como poderemos analisar um discurso se não dispusermos dos conhecimentos teóricos e técnicos necessários para fazê-lo? Como podemos desmontar a montagem da realidade que todo filme implica se não dominamos o universo conceitual desta forma de linguagem?

A segunda consequência é que teremos que encarar a possibilidade destas linguagens se constituírem em formas alternativas de elaboração narrativa do passado. Talvez seja preciso descentrar o nosso ofício do texto escrito, o que ocorre tanto em nossa formação, quando as aulas se debruçam insistentemente sobre textos, como no ensino, quando utilizamos o livro didático às vezes como único recurso didático, ou mesmo na produção historiográfica, quando insistimos em achar que a única forma de produção que dignifica o historiador são os livros e artigos que escreve. A comunidade tende a torcer o nariz para toda inserção e aparecimento do historiador na mídia, tende a ver como produto de segunda categoria, como um adendo a verdadeira produção qualquer outra forma de elaboração dos acontecimentos do passado que não seja o texto em prosa, numa sociedade onde o hábito de leitura parece estar diminuindo, quando o que diminui é a leitura no sentido tradicional, muita gente lê em nossos dias, na internet e em outras formas rápidas e dinâmicas de leitura. Talvez seja a necessidade de nos adaptarmos a produzir artefatos históricos que permitam ser consumidos numa temporalidade mais veloz e intensiva que é a temporalidade prevalente em nossos dias. Não entendam que estou defendendo o fim do velho e consagrado gênero histórico, acho que somos sociedades onde a diversidade e a pluralidade de opções devem se fazer cada vez mais presentes. Acho que possivelmente sempre

existirá o leitor para o tradicional livro de história, mas não podemos deixar de ter uma formação que, como na maioria das demais profissões, nos capacitem para assumir distintos e múltiplos lugares de sujeito e de discurso, uma formação que nos ofereça uma gama de possibilidades outras de exercermos aquilo que é o cerne de nosso ofício e de podermos realizar a sua função social básica: que é ofertarmos versões do passado para serem consumidas, utilizadas e instrumentalizadas no presente, de modo a tornar este presente mais complexo e podendo ser visto de uma maneira crítica e perspectiva. Embora muitos possam se arrepiar com o que vou afirmar: para mim se trata de encarar o fato de que estamos diante de um mercado ávido por memórias e por versões sobre os acontecimentos passados. Um livro como *O Vendedor de Passados*, (AGUALUSA, 2004) do escritor angolano José Eduardo Agualusa parece explicitar uma problemática para a qual, talvez por pruridos típicos da comunidade, teimamos em fechar os olhos e negar a existência. Como sempre a literatura parece se antecipar aos historiadores na colocação de problemas com que estes devem se defrontar. A realidade é que, hoje, nós historiadores disputamos um mercado por memórias e por história com outros profissionais, que dispõem de linguagens distintas daquelas que utilizamos. Não se trata de assumir que a nossa forma de linguagem é obsoleta ou passadista, creio que sempre haverá lugar para ela, mas trata-se de pudermos disputar com aqueles que detêm o domínio técnico e teórico de outras linguagens o mercado de produção e consumo de passados. Para isso devemos melhorar e modificar nossa formação agregando ao aparato teórico e metodológico que a disciplina histórica constituiu e acumulou, ao longo de seus séculos de

existência, com o domínio destas chamadas novas linguagens, o que fará de nosso produto possivelmente um produto de melhor qualidade do que o daqueles que apenas dominam a linguagem mas não dominam as regras e tecnologias do ofício de historiador. Vivemos numa sociedade de mercado em que existe uma demanda por passado, que pode ser atendida por produtos vis e com fins meramente comerciais, como parece ser a realidade do momento, ou pode ser atendida por uma produção de qualidade, por uma produção que tenha repercussões sociais e políticas distintas do que esta pode ter. Por que continuarmos deixando para os cineastas sozinhos a produção de filmes e documentários de conteúdo histórico demandada pelas estações de televisão e pelo cinema? Para lutarmos por uma lei de regulamentação da profissão que preveja a participação de historiadores em toda empresa como esSa, ou mesmo para nós mesmos historiadores podermos oferecer um produto concorrente e alternativo, é preciso que tenhamos outra formação, que dominemos a linguagem do cinema. Vamos continuar deixando o mercado de comentários históricos para os senhores dos institutos históricos ou para jornalistas? Vamos continuar assistindo a televisão produzir novelas de época sem a consultoria de um historiador que possa não apenas fornecer os fatos e os dados, mas que possa discutir a própria linguagem adequada à representação daquele evento? Vamos continuar transformando canções em letras, ignorando as sonoridades, os arranjos, os ritmos, as harmonias, as tonalidades, a instrumentação, a vocalização como tendo espessura histórica elas mesmas, como estando marcadas por uma temporalidade? A bossa nova não pode ser reduzida as suas letras sobre barquinho, mar e violão, ela é um acontecimento não por

causa disto, mas por causa da nova sonoridade, dos novos arranjos, da forma de cantar, da impostação de voz, da maneira de executar o violão que introduzia na canção popular brasileira. Sendo uma sociedade profundamente musical como é a nossa, em que a maior parte de nossos principais momentos históricos foram pontuados por uma verdadeira trilha sonora, temos produzido até hoje, no Brasil, uma história muda, sem sonoridades. Como separarmos os eventos da luta pelas eleições diretas no início dos anos oitenta de músicas como *Coração de Estudante e Menestrel das Alagoas* de Milton Nascimento ou da performance da cantora Fafá de Belém cantando o Hino Nacional. Como podemos separar a campanha eleitoral de 1989 do jingle que embalou a propaganda do candidato Luis Inácio Lula da Silva que o acompanha ainda hoje e emociona ainda seus partidários daquela época sempre que ouvem. Num país em que as memórias tanto privadas quanto públicas estão marcadas por canções, por músicas, que se associam a amores, casamentos, rompimentos, separações, nascimentos e mortes, mudanças e permanências, fatos políticos e econômicos, tragédias naturais e pessoais, como podemos fazer história sem trilha sonora, como podemos ser historiadores sem dominar a linguagem da música?

Portanto, creio que nosso ofício precisa passar por reformulações urgentes tanto no que tange a formação, quanto no que tange a seu exercício, tanto no que concerne à escrita da história, quanto no que concerne a seu ensino. Estas reformulações não devem se dar no sentido apenas de podermos usar novas linguagens, usá-las para sermos moderninhos e antenados, pois o mal uso delas é tão danoso quanto o mal uso da velha linguagem do texto em prosa. As novas linguagens nos colocam diante

da possibilidade de nos relacionar diferentemente com o passado, de representá-lo, de narrá-lo, de urdi-lo de novas maneiras, de tratarmos os eventos e os testemunhos de outras maneiras. Mas as linguagens em si mesmas não garantem a qualidade da produção, a formação e a qualificação adequadas. A aquisição metodizada de habilidades e competências continua sendo uma exigência, agora acrescida da necessidade de dominarmos as linguagens que vamos usar. Aconselha-se que se fique com a velha e tradicional prosa se não souber fazer melhor outro tipo de elaboração discursiva do passado, aliás, muitos há que nem mesmo a velha tecnologia da linguagem em prosa domina. As novas linguagens não poderão se constituir em um suplemento ou como substitutas do domínio da linguagem narrativa em prosa, elas possuem regras e códigos próprios, mas que não são necessariamente substitutos dos textos. Quase sempre o bom cineasta é um grande leitor, assim como o grande músico ou cenógrafo. Mas devemos encarar o desafio de reinventar nossa formação para que sejamos profissionais que possam disputar em pé de igualdade as disputas e conflitos que atravessam as demandas pelo passado.

## REFERÊNCIAS

AGUALUSA, José Eduardo. *O Vendedor de Passados*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2004.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GREENBLAT, Stephen. *Possessões Maravilhosas*. São Paulo: EDUSP, 1996.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: EDUSP, 2001.

## Patrimônio, atualidade e experiência: elementos para um programa

ALEXANDRO SILVA DE JESUS  
Universidade Federal de Pernambuco  
Departamento de Antropologia e Museologia

Os diagnósticos que Henry-Pierre Jeudy vem produzindo sobre a relação da atualidade com os processos de patrimonialização podem ser tomados como espécies de considerações intempestivas sobre a maquinaria patrimonial [contemporânea], e que alcança, devido a abrangência e generalidade daquele mecanismo, o museu. Transmissão patrimonial e transmissão museográfica fundam um mesmo procedimento, e Jeudy não hesita em afirmar a “reduplicação museográfica do mundo” que está na origem do sentido atual da patrimonialização (JEUDY, 2005, p.16-19).

Em Jeudy a maquinaria patrimonial mantém, em seu funcionamento, uma estreita e bifurcada relação com a morte. Numa trilha, ela opera para que o luto chegue a seu termo final, ela atua na intenção de vê-lo elaborado. Aqui, o sentido da ordem patrimonial se revela a partir do que ela produz: a aceitação de uma perda e o compromisso de não deixar partir da lembrança o objeto desaparecido. Noutra via, o funcionamento compulsivo da maquinaria patrimonial produz um *mais de memória*, e esse suplemento exerce um poder paralisante sobre a vida, já que sua atividade de antecipar o passado e preencher o futuro com a

matéria própria do presente, priva o devir de ser anunciado pela incerteza que se antecipa ao encontro com a diferenciação.

É o caso, para Jeudy, do “Celeiro do século”: o armazenamento, para as gerações futuras, dos seus objetos, faz com que o presente preencha o futuro com “surpresas organizadas” (JEUDY, 2005, p.45-6). Nesta direção, a maquinaria patrimonial é um diagrama cego e mudo, ainda que sua função seja «fazer ver e fazer falar»: existindo apenas para funcionar, ela nada seleciona; e é seguro que tudo aquilo que hoje não está patrimonializado, apenas não foi, ainda, alcançado. Mas o que, fundamentalmente, essa maquinaria obriga a ver e a falar?

Na perspectiva aqui marcada, a dizibilidade e a visibilidade próprias a maquinaria patrimonial produz objetivações e discursos sobre a modernidade. Fazem parte do feixe de luminosidade e de enunciados que sustentam a ordem moderna. E o seu gesto mais extremo, que consiste em garantir as condições de consecução de um futuro que se efetue sob a rubrica moderna, deve ser lido como um ritual de conjuração: evita-se todos os riscos que envolvem o ato de transmissão, como forma de fazer passar de uma temporalidade a outra, a estrutura moderna. Nesse estado de coisas, os processos de patrimonialização devem ser definidos em função de seu poder de firmar um acordo entre presente e futuro, e que o consistente de sua matéria seja a constituição moderna.

Parece, em todo caso, que no momento mesmo em que a modernidade toma providências para conter sua desestruturação, algo de outra natureza, mas animado por um mesmo imperativo, ocorre em sua estrutura. Ora, a memória não é o único suplemento que a maquinaria patrimonial produz, e o papel cada vez mais determinante ocupado pela Antropologia e seus técnicos

para a instauração de procedimentos de patrimonialização atesta *um mais* que é também *de simbólico*. Jeudy está convencido que a vampirização da técnica etnográfica por parte dos procedimentos de patrimonialização, indica a natureza *gerável* do simbólico. Existe aí, uma oportunidade de recolocar a problemática sobre a operacionalidade do conceito de identidade, decidido que seu caráter ficcional não atenta contra sua realidade, nem faz cessar os efeitos de seus agenciamentos.

Este aspecto, incapaz de ser aqui desenvolvido, fica, em todo caso, indicado na forma de um questionamento sobre o que pode ser dito a respeito do deslocamento do simbólico das estruturas do inconsciente para a maquinaria patrimonial que o instrumentaliza. Por ora é necessário assinalar que a maneira como Henry-Pierre Jeudy analisa a relação da atualidade com os processos de patrimonialização torna perceptível que seu procedimento se constituiu a partir de uma redução de escala da problemática nietzscheana sobre a memória.

Em Nietzsche (2005) trata-se, antes de qualquer outra coisa, da necessidade de determinar, como um médico, a dosagem de memória capaz de garantir seu serviço a vida dos indivíduos e das coletividades. E já que uns e outros são definidos como singularidades, não existirá nunca a possibilidade de determinação, de antemão, da justa medida de memória. É que, em Nietzsche, as singularidades são compostos de forças plásticas, nos quais os graus diferenciais de maleabilidade que essas forças atualizam, permitem um uso terapêutico da faculdade de lembrar. A memória se vê possuída, assim, da mesma ambigüidade que a escritura, desde Sócrates, se acha investida: elas são *fàrmakón*, espécies de veneno ou droga, e esta sua condição impõe que só

se possa decidir sobre sua natureza após cada aplicação concreta que delas se faça.

A vontade de determinação de uma justa medida de memória está diretamente implicada na condenação da positividade que o historicismo assumiu para os contemporâneos de Nietzsche. *As II considerações intempestivas* é um dos lugares onde as divergências de Nietzsche com sua época são marcadas: nelas o filósofo pretende ferir o “decoro público”, e para isso rebaixa os valores que sua atualidade sacralizou. Mas esta profanação se institui como medida terapêutica: Nietzsche constata que o excessivo acúmulo de memória que se formou a partir e em torno do empreendimento historicista colocava a cultura cada vez mais em estado de delírio. Paciente, Nietzsche inventaria os diversos usos da memória e os relaciona a necessidades determinadas.

A história interessa aos seres vivos por três razões: porque eles agem e perseguem um fim, porque eles conservam e veneram o que foi, porque eles sofrem e têm necessidade de libertação. A estas três relações correspondem três formas de história, na medida em que é permitido distinguir aí uma história monumental (monumentalische), uma história tradicionalista (Antiquarische), e uma história crítica (Kritische) (NIETZSCHE, 2005, p.82).

E em todas essas aplicações Nietzsche localiza uma mesma febre, um mesmo mal que corrompe a vida. Observe-se o caso do uso monumental. Ele se sustenta no pressuposto de um passado exemplar, e que traduz uma fé na humanidade que não alcança o presente. O vivido caracteriza-se, assim, por uma falta (de “modelos”, de “mestres” e de “consoladores”) que o uso monumental

localiza e procura suprir. É o que está em jogo na inclinação, desde a antiguidade, para o uso da história política como meio de garantir um preparo eficiente ao homem de Estado. Deixo de lado todos os aspectos que em Nietzsche demonstram a própria lacuna que se acha instalada no seio da história monumental e que formam as condições de impossibilidade de seu cumprimento efetivo, para destacar o efeito de seus equívocos: o uso monumental não somente julga como asfixia tudo aquilo que se passa por obra do presente; leva à morte toda experiência que não testemunha sobre o passado.

Jeudy recupera a função diagnosticadora dos escritos de Nietzsche, e tal opção lhe oferece um lugar privilegiado para identificar os processos de patrimonialização como uma atualização da cultura historicista. Sobre uma e outra, a mesma desconfiança deve se instalar. A maquinaria patrimonial é experimentada, em Jeudy, da mesma maneira que o historicismo em Nietzsche: trata-se, aqui e ali, de um uso doentio. O excesso de memória produzido pela maquinaria patrimonial é acusado de engendrar o mórbido cuja realidade alcança o devir: a aparelhagem patrimonial sustenta, assim, uma usina de memória, cuja força não se limita mais a asfixiar o presente; ela agora compromete o próprio sonho de futuro.

Em todo caso, já existe, em Nietzsche uma analítica da lembrança que considera a relação entre memória e patrimônio. Um de seus momentos é marcado, em minha percepção, na descrição da especificidade patológica apresentada pela história monumental. O quadro mais trágico que Nietzsche pôde antecipar sobre o uso monumental, trata-se do julgamento e destruição da arte pelas potências de negação da vida. Ele convida seu leitor a imaginar

[...] personalidades totalmente ou parcialmente infensas à arte, armadas e paramentadas pela história monumental dos grandes criadores: contra quem voltariam eles as suas armas? Contra os seus inimigos hereditários, contra as fortes naturezas artísticas, quer dizer, contra os únicos que sabem tirar desta história um verdadeiro ensinamento, um ensinamento orientado para a vida, para em seguida transformá-lo numa prática superior. O caminho é barrado, o horizonte é ocultado [...] (NIETZSCHE, 2005, p.88-9).

Neste equívoco, a severidade do julgamento é justificada pela não-monumentalidade da arte do presente. Sem autoridade canônica, essa arte vê sua sorte decidida “por amantes da arte [...] que se pretendem médicos quando são somente envenenadores” (Idem, p.89). Concretamente, não seria esse o caso da destruição de uma arte julgada degenerada pela aparelhagem nazista, experiência essa que se situa á meio caminho entre a atualidade e a época de Nietzsche?

É verdade que somente em sua descrição do uso *tradicional* da história, Nietzsche considera estar se referindo a relação do homem com seu patrimônio, na acepção mais atual do termo. Pois aquele que se serve desse ‘ferro-velho ancestral’, como assinalava o filósofo, gosta de conservar e venerar; ele mesmo se conserva fiel a seu mundo. “Esta alma”, Nietzsche afirma, “é possuída por seu patrimônio”. Mais que isso, esse possuído “quer conservar para aqueles que nascerão depois dele as condições nas quais ele próprio nasceu” (Idem, p.91), ação essa que, segundo Jeudy, a modernidade, através da ordem patrimonial, não cessa de aplicar.

Dessa forma, o que eu desejo destacar é que, em Jeudy, os caminhos estão abertos para a determinação da atividade da teoria sobre o museu e sobre o patrimônio. Doravante, seu papel deverá ser crítico e estratégico: crítico porque assume, como em Nietzsche, a tarefa de diagnosticar a atualidade (museu e patrimônio atuam aqui, de modo privilegiado, como termômetros); estratégico, porque deseja compor o mapa milimétrico dos lugares, dos discursos e das forças que atualizam a patrimonialização. E assim fazendo, permite que forças sociais bem mais amplas possam traçar, objetivando o patrimônio e o museu como uma espécie de campo de luta, diversos planos de batalha.

Este último aspecto chama a atenção para o fato de que boa parte do trabalho de diagnóstico consiste em traçar a genealogia das forças que fazem a máquina patrimonial funcionar. Deleuze insistiu no fato de que para Nietzsche, “[...] a história de uma coisa, em geral, é a sucessão de forças que dela se apoderam, e a coexistência das forças que lutam para dela se apoderar” (DELEUZE, 2001, p.9). Só assim será possível determinar, em cada situação concreta, o sentido da patrimonialização. Em todo caso, são forças que a reflexão de Jeudy passa em revista. A maquinaria patrimonial opera a partir do seu agenciamento: a política, a comunidade, a antropologia, os antropólogos, todos esses agentes, e tantos outros que se possa determinar, são forças que, de origens diversas (origens espaciais, enunciativas) são postas em relação. E a hierarquização precária que entre elas se firma é que instituí para a patrimonialização, sua razão de ser.

Pressente-se que o caráter intempestivo da herança nietzscheana exige tomar a divergência com a atualidade como uma espécie de posição político-metodológica. Nietzsche tinha ciência

disso: fazia questão de se apresentar como “discípulo de épocas mais antigas”, ainda que fosse, por direito consanguíneo, “filho do tempo presente”. Foi nessa distância que Nietzsche assentou toda a possibilidade de exercer um diagnóstico sobre a atualidade. O princípio metodológico consiste, então, no deslocamento da posição filial para discipular; recusa-se o hereditário do contemporâneo em favor de uma escolha pelo inatual.

Parece-me, de qualquer modo, que a estratégia desenvolvida por Nietzsche de fazer uso do inatual como princípio de análise, já possui uma história. É essa mesma perspectiva que se pode encontrar nos estudos desenvolvidos por Michel Foucault, à sombra de Nietzsche, mas também de Marx e Freud. São autores que, na compreensão foucauldiana, munem suas perspectivas com um anti-humanismo que só podiam marcá-los como pensadores inatuais. Há de se investigar, ainda, a cifra do inatual no modo como Foucault conduz suas análises sobre a história da sexualidade. O mesmo se pode afirmar da filiação deleuziana a Nietzsche e a Gabriel Tarde, ou do mecanismo benjaminiano que orienta as análises de Giorgio Agamben. Ademais, a escrita de parte desses autores enfrentou, em algum momento (de uma forma que, longe de ser exaustiva, abre perspectivas insuspeitadas), a problemática patrimonial.

A atividade de diagnóstico da atualidade a partir de uma interrogação dirigida a maquinaria patrimonial se esbarra, como mostra Jeudy, com atividades de perenização da estrutura moderna, procedimento cujo efeito fabrica para modernidade seu estatuto de matéria improfanável. Mas ao fazê-lo, a duplicação museográfica do mundo moderno transforma o passado e o futuro numa espécie de ficção que não pode ser experimentada,

de maneira que “[...] as imagens d[o] mundo passado não tem o poder de fantasmas e espectros, e mesmo sua inquietante estranheza se tornou algo trivial” (JEUDY, 2005, p.17). Essa denúncia sobre a perda da função fantasmática do objeto indica, em minha opinião, o papel central do dispositivo patrimonial para a manutenção das condições de destruição da experiência na atualidade.

Já se sabe que Walter Benjamin foi o primeiro a apontar a “pobreza de experiência” na vida moderna. Sua miséria é pressentida com o desaparecimento da arte da narrativa. É que, na impossibilidade de experimentar uma relação mais profunda com as coisas, o sujeito moderno não possui mais experiências compartilháveis, sendo destituído, assim, de autoridade. Essa experiência tinha um sentido prático: sua transmissão através de máximas e provérbios denuncia seu valor de conselho. Sobre essa capacidade de aconselhar, Benjamin acredita que a experiência da Primeira Grande Guerra está na origem desse empobrecimento.

Uma coisa está clara: a cotação da experiência baixou. E precisamente numa geração que de 1914 a 1918 viveu uma das experiências mais monstruosas da História universal. [...] Já não se podia constatar [...] que as pessoas voltavam mudas do campo de batalha? Não voltavam enriquecidas, senão mais pobres de experiência comunicável. [...] Uma geração que tinha que tinha ido à escola em bonde puxado a cavalo encontrava-se em pé, sob o céu, numa paisagem em que nada permanecera inalterado, salvo as nuvens; e no centro, em um campo de força de correntes destrutivas e explosões, o frágil, minúsculo corpo humano (BENJAMIN, 1986, p.195).

A lembrança do meio de locomoção “rudimentar” próprio da geração de Benjamin antecipa seu diagnóstico sobre a desforra da técnica como efetuação da primeira guerra. Excluídas as possibilidades de efetuarem interações harmônicas, as técnicas passam a se justificar pela guerra. A devastação causada pela guerra informava a Benjamin que, de um lado, a realidade social não se apresentava madurecida para transformar a técnica em seu órgão, e, de outro, que à técnica não se reunira as condições necessárias para o domínio das forças elementares da sociedade (BENJAMIN, 1986, p.130).

O diagnóstico benjaminiano sobre a pobreza da experiência foi retomado, recentemente, por Giorgio Agamben. Nele, o quadro se torna mais crítico: “todo discurso sobre a experiência”, ele afirma, “deve partir atualmente da constatação de que ela não é algo que ainda nos seja dado fazer (AGAMBEN, 2005, p.21). Há muito se fala de um mal-estar, de um insuportável na vida cotidiana; em Agamben, isso é o efeito da impossibilidade do homem moderno em traduzir o ordinário em experiência. É como se de Benjamin a Agamben as condições de experiência tivessem minguado e finalmente desaparecido. Em certo sentido, tal destruição é afirmada em parte como efeito do deslocamento analítico que se efetua entre os autores: Benjamin está convencido do papel da técnica e da guerra no empobrecimento da experiência, enquanto Agamben enxerga no projeto científico moderno as condições de possibilidade de sua destruição. Eis, tal como surgem em Agamben, os fatos.

Em Agamben, tudo se passa como se até o século XVIII a experiência só fosse possível em meio ao cotidiano. O ordinário formava, então, a matéria prima da experiência possível de ser

transmitida de uma geração a outra. Nessas condições, a experiência se achava em correlação, não com o saber, mas com a autoridade [a experiência não produz saber, ela produz autoridade]. Pressente-se que, assim fundamentada, a experiência até o Setecentos é incompatível com a certeza; toda vez que calculada e certa, “perde imediatamente a sua autoridade” (Idem, p.26). Foi essa incerteza que a ciência moderna buscou eliminar ao fazer do experimento a “comprovação científica da experiência”. Tem-se aí que a história de experiência, a partir do século XVIII, é a história sobre deslocamentos, de uma experiência que desliza da função de *suporte de autoridade* para *suporte de conhecimento*.

Primeiro deslocamento: até o século XVIII, não somente a experiência e o conhecimento não estavam implicados, como os agentes que deles faziam uso eram também distintos: a experiência estava facultada ao senso comum, enquanto o conhecimento era produto de um *nous*, intelecto tomado como um ente ad-hoc, que vinha se reunir ao homem para operar o saber. O êxito da ciência moderna consistiu em superar essa separação e fazer coincidir, num só sujeito (o *Ego* cartesiano), conhecimento e experiência.

Segundo deslocamento: a experiência passa a existir fora do homem. Transferida para os instrumentos e os números, ela perdeu sua finalidade anterior de aproximar o homem da morte, de “conduzir o homem à maturidade por meio de uma antecipação da morte enquanto limite extremo da experiência”. Daí que o sentido mais próprio para experienciar é “um aprender somente através e após um sofrimento, que exclui toda possibilidade de prever, ou seja, de conhecer com certeza alguma coisa” (Idem, p.27). O deslocamento da experiência para fora do homem arrasta para o horizonte da teoria sobre o patrimônio,

como quero demonstrar, a problemática filosófica sobre a economia do cuidado de si.

Terceiro deslocamento: a imaginação é deslocada de sua função de produzir conhecimento. Na formação histórica própria a experiência tradicional, a imaginação exercia a mediação entre o mundo sensível e o intelecto. Doravante, tudo que lhe era atribuído se reorganiza em torno do Ego. Trata-se da desqualificação da fantasia pela estrutura moderna.

Deslocada do homem, privada de seu elemento fantasioso e, através do Ego, reunida ao conhecimento, a experiência se apresenta agora como um saber técnico, nunca como um aprendizado para a vida. Assim, o diagnóstico de Agamben sobre a ciência moderna acaba aprofundando a intuição de Benjamin sobre a relação entre pobreza de experiência e a supremacia da técnica: a experiência visará sempre um conhecimento que se possa acumular, nunca uma maturidade que se possa atingir. E dado que a afirmação sobre a destruição da experiência está referida as condições de possibilidade da estrutura moderna, a problemática que ela desenvolve alcança maquinaria patrimonial.

Primeiro, porque, caso aceito o diagnóstico de Agamben, a constatação, de Jeudy, sobre a perda do “poder de fantasma e espectro” sofrida pelo objeto patrimonial deve ser integrada a uma crítica mais geral sobre a desqualificação da fantasia e sua relação com a destruição da experiência que alcança a atualidade.

Segundo, porque a reflexão de Agamben sobre a destruição da experiência implica o patrimônio cultural:

[...] uma visita a um museu ou a um lugar de peregrinação turística é, desse ponto de vista, particularmente instrutiva. Posta

diante das maiores maravilhas da terra [...] a maioria da humanidade recusa-se hoje a experimentá-las: prefere que seja a máquina fotográfica a ter experiência delas (Idem, p.23).

Esse privilégio pedagógico da maquinaria patrimonial é absolutamente meritório. Sua operação mais fundamental consiste em deslocar os objetos do cotidiano, e, ao fazê-lo, se encarrega em transmiti-los. Mas antes, agrega ao objeto o mesmo que a ciência, de um modo geral, une a experiência, um conhecimento preciso, inimigo da imaginação, capaz de retirar do objeto sua função fantasmática.

A essa altura já é possível relacionar entre si uma atividade teórica, uma consistência sobre qual esta possa se aplicar, e um método operacional. Assim, a problematização sobre o patrimônio tem por função diagnosticar a atualidade; sua matéria é o campo das relações provisórias e reversíveis entre patrimônio e experiência; o gesto que determina sua análise é o compromisso com o fora de época.

O lugar metodológico antecipa a essa relação um programa político. A teoria sobre o patrimônio se justifica por seu engajamento. O mapa das forças que a maquinaria patrimonial agencia permite, na prática, a desmontagem de dispositivos ligados a destruição da experiência na atualidade. Dispositivo pode ser definido como todo mecanismo resultante de um cruzamento de forças, cuja consistência é determinada pelas relações de poder e saber que lhe atravessa, e capaz de criar disposições físicas e subjetivas. O dispositivo age impulsionado por urgências; seu uso é efetivamente tático:

[...] o dispositivo tem natureza essencialmente estratégica, que se trata, como conseqüência, de uma certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e combinada das relações de força, seja para orientá-las, em certa direção, para bloqueá-las ou para fixá-las e utilizá-las (FOUCAULT apud AGAMBEN, 2009, p.28).

Existem dispositivos capazes de manter as condições de possibilidade que desapropriam no homem o seu direito de ter experiência, através de uma atitude geral de separação das coisas de todo o uso. E com eles a ordem patrimonial se acha implicada. Sua relação é direta para ser comentada, é preciso que o diagnóstico seja anexado:

A impossibilidade de usar tem o seu lugar tópico no Museu. A museificação do mundo é atualmente um dado de fato. Uma após outra, progressivamente, as potências espirituais que definiam a vida dos homens — a arte, a religião, a filosofia, a idéia de natureza, até mesmo a política — retiraram-se, uma a uma, docilmente, para o Museu. Museu não designa, nesse caso, um lugar ou um espaço físico determinado, mas a dimensão separada para a qual se transfere o que há um tempo era percebido como verdadeiro e decisivo, e agora já não é. O museu pode coincidir, nesse sentido, com uma cidade inteira (Évora, Veneza, declaradas por isso mesmo patrimônio da humanidade), como uma região (declarada parque ou oásis natural), e até mesmo com um grupo de indivíduos (enquanto representa uma forma de vida que desapareceu). De forma mais geral, tudo hoje

pode tornar-se Museu, na medida em que esse termo indica simplesmente a exposição de uma impossibilidade de usar, de habitar, de fazer experiência.

Por isso, no Museu, a analogia entre capitalismo e religião se torna evidente. O Museu ocupa exatamente o espaço e a função em outros tempos reservados ao Templo como lugar de sacrifício. Aos fiéis do Templo — ou aos peregrinos que percorriam a terra de Templo em Templo, de santuário em santuário — correspondem hoje os turistas que viajam sem trégua num mundo estranhado em Museu. Mas enquanto os fiéis e os peregrinos participavam, no final, de um sacrifício que, separando a vítima na esfera sagrada, estabelecia as justas relações entre o divino e o humano, os turistas celebram, sobre sua própria pessoa, um ato sacrificial que consiste na angustiante experiência da destruição de todo possível uso. Se os cristãos eram “peregrinos”, ou seja, estrangeiros sobre a terra, porque sabiam que tinham no céu a sua pátria, os adeptos do novo culto capitalista não têm pátria alguma, porque residem na forma pura de separação [o capitalismo é uma religião onde todos os dias e celebração e o trabalho faz parte do ritual]. Aonde que quer que vão, eles encontrarão, multiplicada e elevada ao extremo, a própria impossibilidade de habitar, que haviam conhecido nas suas casas e nas suas cidades, a própria incapacidade de usar, que haviam experimentado nos supermercados, nos shopping centers, e nos espetáculos televisivos. Por isso, enquanto representa o culto e o altar central da religião capitalista, o turismo é atualmente a primeira indústria do mundo, que atinge anualmente mais de 650 milhões de homens. E nada é mais impressionante do que o fato de milhões de homens comuns conseguirem realizar na própria

carne talvez a mais desesperada experiência que a cada um seja permitido realizar: a perda irrevogável de todo uso, a absoluta impossibilidade de profanar (AGAMBEN, 2007, p.73-4).

Ainda que leve à vertigem, o que em Agamben é revelado sugere uma toda uma revisão nos estudos sobre o patrimônio. Sua teoria, como foi visto, deve ser integrada a problemática sobre a experiência. Sugere também, que a teoria sobre o patrimônio se torna um lugar adequado para a desmontagem de dispositivos, devido o lugar central que a análise do dispositivo patrimonial passa a ocupar. Sugere, finalmente, a possibilidade de uma relação mais fecunda com outras teorias. É o caso, para manter o exemplo sob o horizonte de um interesse imediato de pesquisa, das teorias sobre a identidade. O imperativo de desmontagem de dispositivos deve conduzir a teoria do patrimônio não para uma discussão sobre essência ou o caráter ficcional da identidade, e sim para o idiossincrático de sua integralidade. A ênfase desloca-se, assim, para seus componentes, o que permite não só desligá-los, como conduzi-los a outras integrações.

É evidente que a teoria do patrimônio assim direcionada mira o museu e a maquinaria como dispositivos concretos que devem, eles mesmos, ser agenciados. O que desses dispositivos deva atravessar a atualidade, dependerá de um juízo sobre a própria situação contemporânea. Dessa forma, por processos de musealização se entenderá uma atividade crítica de recolha do inatural. E seu conceito de conservação, doravante fará signo com o conceito de socialização (não é esse o termo). Não se trata mais de conservar objeto por seu valor de elo que separa mais do que une o contemporâneo e o inatural; conservar significa dar ao inatural

um valor de força capaz de operar uma intervenção na contemporaneidade, multiplicando, assim, as trilhas de sua atualização.

Parece-me possível julgar o saber fitoterápico de vários remanescentes de quilombos, com o mesmo critério que Nietzsche aplicou sobre a filologia clássica. “Não sei que sentido [elas] poderia[m] ter hoje, senão aquele de exercer uma influência intempestiva, quer dizer, agir contra a época, por conseguinte, sobre esta época e, esperamos nós, em benefício de uma época vindoura” (NIETZSCHE, 2005, p.70).

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009.

\_\_\_\_\_. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Porto-Portugal: Rés Editora, 2001.

JEUDY, Henry-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre História*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

é aberta por textos em torno da temática “história e cultura”, no entanto, “O tempo, o desafio histórico e teórico”, José Carlos Reis, o debate sobre as identidades do conhecimento histórico e defende a sua pertinência enquanto saber que se constitui “na contra-mão da filosofia, da ciência, da religião e do senso-comum”. Em “Tempo de Experimento: o ofício do historiador e as novas linguagens” o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior chama a atenção para a necessidade dos historiadores profissionais repensarem suas práticas de pesquisa com as chamadas “novas linguagens” e incorporarem em suas reflexões teórico-metodológicas os desafios que a análise destas novas fontes impõe. O que implica em uma transformação na formação acadêmica e nos modos de produção e divulgação da narrativa histórica. Alexandre Silva de Jesus participa desta coletânea com o artigo “Patrimônio, atualidade e experiência: elementos para um programa” onde reflete sobre o funcionamento político do dispositivo patrimonial ou museal, uma vez que entende que os processos de patrimonialização e musealização se confundem. O texto articula reflexões de Nietzsche, Benjamin e Agamben à problematização da ordem patrimonial moderna. A temática “História e Educação” traz quatro contribuições. Carlos Augusto Lima Ferreira em “Ser Professor de História: da academia a sala de aula, algumas questões formativas” constrói uma reflexão sobre a formação do campo de investigação do ensino de história no país apontando o crescente interesse dos historiadores pela temática bem como as fronteiras e/ou barreiras que os pesquisadores da área precisam vencer para a consolidação da área e o interesse tais como as relações hierarquizadas entre o ensino e a pesquisa. Ricardo de Aguiar Pacheco discute no artigo “As representações e práticas sociais associadas à formação de professores: formando o professor profissional” como os modelos de formação de professores se articularam às mudanças nas concepções de educação e de professor no Brasil e nos chama a atenção para os dilemas contemporâneos que afetam a construção da identidade docente atual. Os historiadores Nathalia Cavalcanti da Silva e Lucas Victor Silva participam da coletânea com o artigo “Os fatos históricos valem menos como conhecimento a adquirir do que pelas conclusões de ordem social e econômica que deles podemos tirar” que realiza estudo sobre os conteúdos históricos nos Programas de Educação Primária do Estado de Pernambuco na década de 1930. Encerrando esta seção, Juliana Alves de Andrade busca em seu artigo: “Trabalhadores rurais, camponeses e movimentos sociais rurais nos livros didáticos de História: breves apontamentos para uma reflexão sobre o lugar desses sujeitos na literatura escolar” analisar como obras didáticas de História, no contexto atual, abordam as temáticas Campesinato, Trabalhadores Rurais e Movimentos Sociais Rurais nos livros de história, destinados aos alunos do 3º ano do Ensino Médio. A seção “História, infância e Juventude” traz duas contribuições. O artigo “A poesia como estratégia metodológica na escolarização das jovens privadas de liberdade de Pernambuco” de autoria da historiadora Vera Lúcia Braga de Moura tem por objetivo analisar as estratégias de escolarização das adolescentes privadas de liberdade implementadas pela Secretaria Estadual de Educação nos Centros de Atendimento envolvidos na execução da política, bem como o bairro da Iputinga. No segundo texto, Humberto Mota de Souza discute a trajetória do sistema Funabem/Febem enquanto complexo tutelar voltado para crianças das classes populares. O historiador analisa as práticas e discursos do Estado ditatorial que legitimaram a lógica de controle social e as estratégias disciplinares presentes na montagem e no funcionamento do sistema Funabem/Febem em Pernambuco. A temática “História e Cultura” também traz relevantes contribuições. O historiador Augusto Neves da Silva participa desta coletânea com um artigo sobre uma manifestação carnavalesca pouco estudada pela historiografia do carnaval do Recife e que sofreram significativa oposição ao longo do século XIX: as escolas de samba. Em “Intelectuais e tradição: disputas pelos dias de Momo no Recife (1955-1956)” analisa os debates, conflitos e tensões intelectuais em torno da presença das escolas de samba na “terra do frevo”. Já a historiadora Joana D’arc de Sousa Lima parte das memórias de sua trajetória profissional em relevantes instituições culturais de São Paulo e Pernambuco para refletir sobre os temas da formação do público, da mediação e da participação. No artigo “Entre a lembrança e o esquecimento: Histórias da formação de públicos nas instituições culturais” construiu uma abordagem que articula à História, reflexões de campos como a arte, a museologia, a educação e a arte/educação. Sobre “História e Literatura”, a coleção registra a participação de dois artigos. Em “Memorando para ler o Recife em Manuel Bandeira”, o historiador Flávio Weinstein Teixeira constrói uma reflexão sobre três conhecidos poemas do escritor pernambucano dedicados à capital: Evocação do Recife (1925/30), Minha Terra (1948) e Recife (1966). O diálogo entre história e literatura é tema da contribuição do historiador Marcus Vinícius Santana Lima. Em “A mulher do vizinho: um conto de Fernando Sabino”, o autor explora a narrativa literária como fonte para o estudo do Recife na década de 1960. A temática “Ensino de História e as leis 10639/2003 e 11.645/08” traz contribuições dos pesquisadores Edson Silva e Maria da Penha da Silva, que participam deste livro com o artigo “De qual ‘índio’ estamos falando?! Reflexões para o ensino da temática indígena”. Ao longo do texto, o leitor tem a sua disposição a denúncia sobre os estereótipos e a ignorância sobre a temática que permanecem no cotidiano escolar mesmo após o advento da Lei 11.645/08 que determina a inclusão do tema História e Culturas dos povos indígenas nos currículos da Educação Básica no Brasil. O artigo ressalta a necessidade de renovação dos livros didáticos brasileiros e finaliza sugerindo princípios para uma abordagem renovada e uma rica lista de contribuições atualizadas sobre a temática disponíveis aos pesquisadores e professores brasileiros. Em “Por uma história a partir dos conceitos: África, cultura negra e lei 10639/2003: reflexões para desconstruir certezas”, Ivaldo Marciano de França Lima revisita criticamente a utilização dos conceitos de “afro-brasileiro”, “afrodescendente” e “africano” atualmente convenionados como sinônimos para nomear as populações “não brancas”. Um texto que sugere uma abordagem alternativa para a efetivação da lei 10639/2003 na educação básica brasileira. A temática “História e cidade” traz contribuições sobre violência e relações de gênero no espaço urbano. Wellington Barbosa da Silva recua até o Recife do século XIX para analisar o medo motivado pela criminalidade urbana. A leitura do texto “Cidade, violência e medo: o caso do Recife oitocentista (1840-1880)” nos proporciona, entre outras coisas, a percepção de que, pelo menos, desde meados do Oitocentos o problema da violência urbana e os temores por ela provocados povoam as páginas dos periódicos locais. Ricardo dos Santos Batista colabora, neste livro, com um capítulo sobre os “usos femininos” do espaço urbano de Jacobina, Bahia, em meados do século XX. Em “Mulheres, convenções de gênero e espaço urbano”, o autor reflete sobre as convenções de gênero e sexualidade através das quais se tentava controlar os comportamentos femininos desafiadores das normas vigentes. Sobre a “História e Sertão”, temos debates sobre cultura material e propriedade fundiária. As autoras Kalina Vanderlei Silva, Amanda Isabela A. da Silva, Hortênsia Calado Pedro e Suelane Matos da Silva exploram a riqueza analítica dos inventários e testamentos referentes à capitania de Pernambuco no século XVIII, em especial do acervo do Memorial de Justiça de Pernambuco no que diz respeito às comarcas sertanejas. É o tema do artigo “O Sertão em inventários: cultura material e sociedade na Capitania de Pernambuco no século XVIII” que convida pesquisadores a se debruçarem sobre a documentação ainda pouco consultada. A historiadora Maria Ferreira retoma descobertas de sua tese de doutoramento no artigo “Proprietários, famílias e sociabilidade: notas para uma história da

# História e educação

# Ser Professor de História: da academia a sala de aula, algumas questões formativas

CARLOS AUGUSTO LIMA FERREIRA<sup>1</sup>

Universidade Estadual de Feira de Santana

Doutor em educação pela Universidade Autônoma de Barcelona - UAB.

O título desta apresentação foi um estímulo para que eu desenvolvesse as reflexões contidas nesta fala e que objetivam contribuir com o debate, bem como chamar a atenção dos profissionais, professores e alunos de História para a importância do ensinar e pesquisar nos diferentes contextos de atuação desta área, apesar dos desafios e dificuldades, notadamente no campo da formação. Formação esta que se oferece na Universidade, lugar de contestação, debates, análises críticas, formação de opinião... São momentos que, frequentemente, definem e imprimem significados ao espaço físico das salas de aula durante o curso de História.

Ao observar alguns aspectos presentes no processo da formação docente, surge uma série de questões que avaliam a contribuição do conhecimento adquirido no espaço da graduação, para o exercício da prática de Ensino de História pelos alunos egressos da universidade. Dentre as questões identificadas, a

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. Professor do Programa de Pós Graduação em História (mestrado) e da graduação em História. Doutor em educação pela Universidade Autônoma de Barcelona - UAB

percepção de que grande parte do que se aprende na universidade não foi elaborado com base nos desafios a serem vivenciados no cotidiano do ofício de professor. Evidencia-se um distanciamento das atividades realizadas no espaço acadêmico (debates, produção acadêmica, análise bibliográfica, transmissão e produção desse conhecimento, etc.), da produção de um conhecimento pedagógico, um saber a ser ensinado nas salas de aulas das escolas (Ensino Fundamental e Médio).

Fenelon (1982) a esse respeito nos diz:

Se aceitamos então essa dissociação referida acima entre a ciência e o social, sem a devida perspectiva crítica, estamos assumindo na prática um modo de pensar a nossa disciplina, a História, e o seu ensino e a pesquisa, dentro de um esquema tradicional, onde a Universidade é sempre pensada como centro de produção do saber, ou como diria Michel Certeau, ela se transforma no “lugar social” de onde falam os cientistas [...] E assim a ciência que se produz neste espaço social está circunscrita a ele, começa e acaba nele, produzida, consumida e criticada, revista e analisada dentro de um círculo cada vez mais fechado que lhe determina o permitido e o interdito. (FENELON, 2008, p.23-35).

A própria organização curricular do curso de História, transmite a dicotomia entre as chamadas “disciplinas específicas” do curso e as “disciplinas pedagógicas” necessárias, conduz-se ao falso entendimento de que há disciplinas sem caráter pedagógico, quando a própria disciplinarização é uma ação pedagógica. Além disso, identifica-se uma compreensão de complementaridade atribuída às “disciplinas pedagógicas” em relação às

demais disciplinas, dando-lhes a falsa impressão de irrelevância para a formação do acadêmico de História, identificada, na prática, pela atitude de desinteresse e desprezo dos graduandos às chamadas “disciplinas pedagógicas”. Nesse momento, rememoro outra questão, bastante comum (felizmente começa a ser revista) de que estas inquietações são conseqüências de um anseio pessoal dos professores da área pedagógica, isto é: de que a universidade garanta aos formandos, ao concluírem seus cursos, um “manual de como ser professor!”. Não é isso que almejo ou proponho.

Quando começamos a discutir sobre o ensino de História, no início dos anos 80, tínhamos um argumento infalível para justificar a inserção no debate sobre a temática: É bem verdade, que não havia uma profusão de estudos e pesquisas sobre o tema e assim contribuir e subsidiar teoricamente aqueles que tivessem interesse investigativo. Ou seja, tínhamos um alibi poderoso que justificava as posturas sempre que se discutia Ensino e formação de professores. A não existência da pesquisa e uma sólida e consistente bibliografia sobre, estávamos todos, portanto, absolvidos!

Uma providencial justificava, que de fato, encontrava respaldo na ausência dos trabalhos de Ensino de História, algo que parecia distante e que pouco fazia parte do nosso universo formativo, em outras palavras tema absolutamente incipiente nas pesquisas. Lembro-me, ainda hoje, do curso da Pós-graduação em Metodologia e Didática do Ensino Superior que despertou em mim o gosto pela discussão de formação de professores e Ensino de História, porém, por mais que debatêssemos sobre formação de professores, Ensino de história era uma discussão

que inexistia em meu curso, ainda que eu buscasse ancorar-me nas leituras de Cabrini, Silva, Freire e Fenelon. Pode ser que alguns tenham sido esquecidos, mas, em geral, eram a esses autores que recorriamos para refletir sobre o Ensino de História e formação de professores,

O ensino de História, para o governo da ditadura civil-militar, era encarado como questão estratégica e fundamental para os planos de difusão do projeto político a ser implementado na sociedade brasileira, e na direção de concretizar estes objetivos, os gerais foram taxativos, como nos informa Cláudia Sapag Ricci: “A História representa valioso papel na conservação e no fortalecimento do Poder Nacional, mormente em épocas críticas como esta em que estamos vivendo”. (RICCI, 1992: 19).

A lógica desta política, desenvolvida pelos militares, justificava-se em função de estarmos vivendo, naquele momento, um período de repressão política. Nesta perspectiva, é possível entender a razão e quais as consequências para a formação do professor. A História constituía-se, assim, como um espaço que deveria ser fiscalizado e controlado em nome da Política de Segurança Nacional. Sobre esta questão Circe Bittencourt nos aponta que “De um modo geral, rejeitavam-se os Estudos Sociais, que pretendiam - tirando da História e Geografia seus métodos próprios de produção de conhecimento - excluir do ensino as possibilidades de crítica à realidade brasileira”. (BITTENCOURT, 1997, p. 40).

Ao longo desse processo, ocorria, ao mesmo tempo, uma desqualificação dos professores de História e uma massificação e proliferação dos livros didáticos, reprodutivistas, factuais, comprometidos com a história oficial. Esta política, segundo Freire,

além de tornar o comportamento destes profissionais passivos diante das circunstâncias, podá-lhes a possibilidade de construir, de criar e acreditar na transformação, contribuindo para sua desvalorização, levando-os a se transformarem em parentes “postigos” dos alunos, a assumirem o papel de tias e tios. E, ainda nesta direção, no seu livro Professora Sim, Tia Não, conclui:

O que me parece necessário na tentativa de compreensão do enunciado professora, sim; tia, não, se não é opor a professora à tia é também identificá-las ou reduzir a professora a condição de tia. (...) Isto não significa, porém, que a tarefa de ensinar transforme a professora em tia de seus alunos da mesma forma como uma tia qualquer não se converte em professora de seus sobrinhos só por ser tia deles. Ensinar é profissão que envolve certa tarefa, certa militância certa especificidade no seu cumprimento enquanto ser tia é viver uma relação de parentesco... (FREIRE, 1993, p. 10-11).

Percebe-se assim que o ensino de História no Brasil notadamente na década de 70 caracterizou-se,

... de um lado, pela existência de uma história única e já pronta para ser transmitida; de outro, de uma história cuja noção in-projectada favorecia a legitimação da memória dos dominantes e dificultava a efetivação de experiências que rompiam com o modo tradicional de ensino de História. (FONSECA, 1993, p. 11).

Algumas mudanças começam a acontecer no final da década de 70 e em meados de 80 (ocaso da ditadura militar), quando

História e Geografia voltam a existir como disciplinas autônomas, nas últimas séries do 1º grau (7ª e 8ª) e no 2º grau (1º, 2º e 3º anos). Inicia-se, também, um processo de reforma dos currículos.

Com a redemocratização do País a partir de 1985, uma luta por mudanças, novas abordagens e novos currículos de História, começou a ser travada pela comunidade de professores, tendo a Associação Nacional de História - ANPUH - à frente, buscando soluções para a questão do ensino de História.

Os debates levaram ao enfrentamento das questões principalmente em duas vertentes: modernização dos currículos de 1º, 2º e 3º graus e a qualificação e atualização de professores de História. Muitos esforços, recursos humanos e financeiros foram e estão sendo dispendidos nesse sentido em vários estados do Brasil, por parte de Secretarias de Educação, Instituições de Ensino Superior e de 1º e 2º graus. (SCHIMIDT, 1997, p. 54, grifo nosso).

Na Bahia, como de resto no Brasil, depois de uma longa e árdua discussão, as diretrizes curriculares estaduais de 1986 trazem essa proposta de mudança, defendida pelos especialistas da área, buscando a revalorização das duas disciplinas e a extinção de Estudos Sociais.

No entanto, e, em que pese as constatações anteriores, as décadas de 80 (a partir da redemocratização) e 90 são extremamente importantes para o ensino da História, pelo empenho e esforço dos profissionais que têm por objetivo a (re)valorização da disciplina como conhecimento fundamental na formação do pensamento crítico do cidadão. Um desses caminhos ocorre

com a divulgação das correntes historiográficas, que colocam em evidência novos temas e novos objetos para o conhecimento histórico.

Tornaram-se objetos e sujeitos do conhecimento histórico os “excluídos da história” como a mulher, a criança, o negro, o índio, o trabalhador, o velho. Os temas foram extraídos do contexto das relações sociais existentes no cotidiano, presentes no imaginário social, na história das mentalidades, na vida privada.

Essa nova postura historiográfica deu-se e vem se dando, via de regra, nos meios acadêmicos embora muito ainda precise ser feito para que estas novas dimensões cheguem ao ensino fundamental e médio, evitando-se, dessa forma, o fosso entre a universidade e a escola. Assim, os meios universitários estarão rompendo com a tradicional distância, em que:

Procura-se dar voz aos excluídos, ora tentando introduzir novos materiais, novas fontes, novas questões sobre os esquemas preexistentes. (...) As propostas expressam a necessidade histórica de trazer para o centro da reflexão, ações e sujeitos até então excluídos da História ensinada na escola fundamental. (FONSECA, 1993: 109).

Por conseguinte, como aponta com singular propriedade Marcos A. da Silva, é preciso não só criticar uma concepção de história conservadora e reprodutora do modelo dominante, mas alertar os intelectuais, professores e alunos universitários para o fato de que a academia deve ter uma prática diferente da que até então vem sendo desenvolvida, visto que:

Enquanto graduados em história têm dificuldades para se assumirem como historiadores, muitos historiadores que lecionam em universidades não se vêem como professores. Reforçam o descompromisso do ensino superior com o prazer da história para todos, deixando de assumir responsabilidades na preparação de seus próprios alunos para ensino e pesquisa, desqualificando-os por não saberem línguas estrangeiras nem técnicas de pesquisa e estudo (em lugar de reconhecerem o aprendizado dessas e outras habilidades como tarefas da universidade). Contribuem, assim, para a reprodução ampliada daquela desqualificação. Na medida em que a escola não é encarada como patrimônio histórico, legitima-se mais a degradação do ensino, com prédios e equipamentos destruídos ou escondidos por outdoors, professores pessimamente remunerados, obrigados a fazer sofridas greves, alunos sem aprender e ‘altos estudos’ apropriados por minorias muito (o)cultas. (SILVA, 1995, p. 83-84. Grifo nosso).

Tais questões envolvem fatores que circunscrevem determinados espaços: a universidade enquanto lócus de produção de conhecimento científico, e enquanto espaço de formação de profissionais, no caso, professores ou profissionais da educação; e a escola, em suas dimensões de local de trabalho desses profissionais. Mas, devemos, todavia, superar o distanciamento entre a universidade, caracterizada como aquela na qual se produz o saber, e o ensino fundamental e médio, qualificado como aquele que tem como tarefa única e exclusiva transmitir este conhecimento “produzido” pela universidade.

Refletindo sobre o papel da universidade, Miceli amplia e dá uma maior visibilidade a essa discussão, quando atribui à hierarquização dos níveis a cristalização do distanciamento entre a universidade e o ensino médio. Segundo ele,

A expressão ensino superior também produz, em contrapartida (= equivalência), não a sua complementação, mas o seu contrário: existe um ensino inferior. Sendo o ensino do terceiro grau o superior, os níveis anteriores são, portanto, inferiores... Mas, inferior/superior em relação a quê? Essa hierarquização - perigosa e elitista, além de imobilizadora - atribui funções e papéis específicos e extremamente diferenciados a cada um dos níveis de escolaridade: ao ensino universitário (o superior...) compete produzir conhecimentos para consumo do ensino inferior (MICELI, 1988, p. 104-105).

O ensino superior ainda vê o ensino fundamental e médio como áreas de intervenção dissociadas de sua própria realidade, mas os problemas vivenciados nas escolas públicas estão em certa medida sendo vivenciados por alunos e professores no ensino superior. Por conseguinte, é necessário que se evite um *gap* entre a universidade e o ensino básico, fazendo com que as diversas produções oriundas da academia cheguem às salas de aula e que este seja um espaço para pensar, refletir e levantar questões enfrentadas pelos professores e contribuam com o processo de ensino aprendizagem.

A História cristalizou-se, ao longo dos anos, como uma disciplina que em nada ou quase nada acrescenta no processo de

formação do educando, servindo apenas para a memorização dos fatos, grandes nomes e datas, com a agravante de trazer para o seu estudo algo distante da sua realidade, deslocado do seu universo.

O cenário da escola não problematizadora favorece que o ensino de História pouco desperte o aluno para a apreensão do conhecimento, já que, para eles, este ensino não tem utilidade, além de propiciar uma visão que assume o passado como a única possibilidade de análise histórica.

A este respeito, Eric Hobsbawm, em sua obra “Sobre la Historia”, nos descreve:

Quando el cambio social acelera o transforma la sociedad más allá de cierto punto, el pasado debe dejar de ser el patrón sobre el que se traza el presente para pasar a ser como máximo un modelo de referencia. ‘Tendríamos que recuperar las costumbres de nuestros antepasados’ cuando ya no las seguimos ni se espera que lo hagamos. Esto significa que ha tenido lugar una transformación radical en el propio pasado, que se convierte - y debe convertirse - en una máscara de la innovación, puesto que su misión ya no consiste en expresar la repetición de lo acaecido con anterioridad, sino determinadas acciones que, por definición, son diferentes de las que produjeran en otra época. (HOBSBAWM, 1998, p. 26-27).

Para Hobsbawm, a análise do passado é importante como referência, jamais para vivermos nele. No entanto, os nossos professores do ensino fundamental e médio, via de regra,

mantêm-se com construções e concepções do ensino de História ligadas a um passado distante, periodizada de forma linear e ainda divididas em momentos estanques.

Nessa perspectiva, compreendemos a História não como a ciência do passado, mas como ensina Marc Bloch (2002), a “ciência do homem no tempo”. Um tempo que não se deixa capturar pela cronologia, um tempo atento aos problemas, aos conflitos e às tensões. Portanto, torna-se imprescindível, pois, desvelar e repensar o ensino de História. Como bem retrata Eric Hobsbawm:

Es tarea de los historiadores tratar de arrancar dichas vendas, o, por lo menos, un poco alguna que otra vez; y, en la medida en que lo hagan, estarán en condiciones de decirle a la sociedad contemporánea algunas cosas de las que podrá beneficiarse, incluso en el caso de que se resista a aprenderlas. Por suerte, la universidad es la única institución del sistema educativo en la que a los historiadores se les ha permitido, e incluso se les ha animado, a hacer tal cosa. (HOBSBAWM, 1998, p. 50-51).

E este repensar tem sido propagado, nos últimos anos, notadamente na produção didática que nos tem apresentado concepções de História que visam à superação da história factual, puramente narrativa e descontextualizada. Todavia, o que em realidade se apresenta nas escolas dos níveis básicos, é um ensino ainda refém dos livros textos em que os professores transmitem os “fatos” históricos como “verdades” definitivas, absolutas e cristalizadas. Este fazer pedagógico compromete o ensino de História e desestimula o processo de ensino aprendizagem.

## Ensino de História e sua afirmação

A principal tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender. O que dificulta a compreensão não são apenas nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou. (HOBSBAWM, 1995, p. 75).

A prática do ensino de História busca uma renovação e esta insere-se em um novo panorama epistemológico que avança rapidamente dentro das ciências humanas: o de contrapor a herança positivista, em que o objeto de estudo era reduzido ao cientificismo a verdades absolutas e incontestáveis, levando a um cenário que considere a diversidade da História em sua dimensão social.

Por todas essas questões entendemos que não podemos estudar história, educação ou o próprio processo de ensino-aprendizagem da história como sendo algo descolado da realidade existente, distante e sem significado da nossa realidade de educadores. Precisamos buscar o sentido de cada fato histórico dentro do movimento histórico do qual a educação e o ensino de história são produtos, que carregam consigo todas as contradições da sociedade do qual são frutos.

Nesta perspectiva, o historiador, hoje, tem a preocupação de compreender e analisar as vivências de diferentes sujeitos, isto é, de recuperar as experiências vividas das múltiplas categorias de trabalhadores do campo, da cidade, da indústria, dos pescadores, enfim do conjunto de sujeitos que compõem o tecido social. Assim, como nos diz Selva Guimarães Fonseca:

A história do ensino de história é um campo complexo, contém caminhos que se entrecortam, que se bifurcam, estando longe de circunscrever-se à formalidade dos programas curriculares e dos livros escolares. Suas múltiplas relações com as várias dimensões da sociedade, sua posição como instrumento científico, político, cultural, para diferentes grupos, indica a riqueza de possibilidades para o seu estudo e o quanto ainda há para investigar. (FONSECA, 2004, p. 28)

Nos últimos anos, a história da educação tem se dedicado a não somente aprofundar os estudos sobre instituições escolares, práticas escolares, vida de professores, etc. Mas igualmente a ampliar sua área de discussão acerca do currículo escolar. Contudo, são ainda poucos os estudos acerca do ensino de história. Fonseca realizou um levantamento acerca da produção historiográfica sobre o tema nos últimos dez anos e constatou que “raramente trabalhos desta natureza ultrapassam a marca de 18% do conjunto da produção sobre o ensino de História” (FONSECA, 2004, p. 29)

Quando são realizados estão mais diretamente ligados aos problemas do cotidiano escolar. A história da disciplina ensino de história no Brasil parece interessar muito pouco os professores e os historiadores da educação que a ela se dedicam. Todavia, existe uma produção ainda que recheada de lacunas.

O tema Ensino de História era ainda pouco pesquisado no meio acadêmico. No período de 1984 a 1989, foram produzidos, entre dissertações de mestrado e teses de doutorado e de livre docência na área de História, 1.729 trabalhos, dos quais apenas

13 abordam o ensino de História. O quadro agrava-se quando estes mesmos assuntos são apresentados em periódicos nacionais especializados em História, ou seja, de um total de 1.048 artigos produzidos entre 1961-1992, apenas 44 (4,19%) discutem, especificamente, o ensino de História, enquanto que 1.004 artigos (95,81%) discutem outros temas ligados à história e/ou à historiografia. Quando a produção é específica da área de educação, o quadro é o seguinte: dos 3.248 artigos produzidos entre 1944-1992, apenas 11 (0,33%) são relativos ao ensino de História e 3.237 (99,67%) abordam outros temas. (NUNES, 1996, p.17-20).

Números mais atuais indicam que a temática é pouco discutida no seio acadêmico. Para o XXI Simpósio Nacional de História realizado, em julho de 2001, foram apresentadas apenas 30 comunicações (5,6%) sobre o ensino de história num universo de 533 produções selecionadas para este evento. No XXII Simpósio Nacional de História realizado em julho de 2003, de um total de 284 trabalhos inscritos, 51 (18%) artigos tratavam sobre o ensino de história, o que representou um avanço em relação ao encontro de 2001, mas que ainda é representativamente muito modesto.

Estes dados revelam que a falta de trabalhos sobre o ensino de história é um elemento relevante e que, mesmo na área específica de História, a produção acerca do tema ainda é restrita. Os estudos demonstram que a maior parte do volume da produção concentra-se na área de Educação.

Ao longo das últimas décadas, entre os anos 1985 e 2000, os estudos e pesquisas sobre o ensino de História começam a ganhar visibilidade. Aqui aponto um conjunto de autores da

chamada historiografia do ensino de História no Brasil, com ênfase para as obras de Marcos Silva (História: o Prazer em Ensino e Pesquisa), Conceição Cabrini (Ensino de História uma revisão urgente), Elza Nadai (O Ensino de História e a Pedagogia do Cidadão), Jaime Pinsky (O Ensino de História e a Criação do Fato), Selva Fonseca (Caminhos da História Ensinada), Silma do Carmo Nunes (Concepções de Mundo no Ensino de História), Circe Bittencourt (O saber histórico na sala de aula), entre outras e outros que contribuíram e influenciaram decisivamente novos pesquisadores.

As evidências sobre a produção acadêmica na área do ensino de História com novos olhares ganham novos contornos, com o surgimento de encontros como o ocorrido no ano de 1993 na Universidade Federal de Uberlândia. Era o I Encontro de Pesquisadores na Área de Ensino de História - ENPEH, com apresentações e debates de trabalhos científicos tendo o ensino de História como objeto. A partir de então, o evento foi ampliado e passa a ser realizado, de dois em dois anos, nas seguintes instituições: UFF, UNICAMP, UNIJUÍ, UFJF, UEL e o último evento, o X ENPEH, congregando pesquisadores brasileiros e estrangeiros foi realizado em Aracaju, na Universidade Federal de Sergipe, no ano de 2013. Assim, vamos experimentando um aumento quantitativo e qualitativo das pesquisas na área do ensino de História. Ressalta-se, que nesse evento, foi criada a Sociedade Brasileira de Estudos e Pesquisas na área de Ensino de História.

Com a criação, nesse mesmo período, de um Grupo de Trabalho sobre História e Educação na Associação Nacional de História (ANPUH), muito se contribuiu para um maior reconhecimento

do campo de pesquisa sobre o Ensino de História. Com o intuito de observar a produção e o debate, sobre o ensino de História nas últimas duas décadas, Thaís Nívia, a partir dos anais dos eventos específicos do campo, verifica os eixos temáticos que nortearam as discussões. Ela atesta os avanços e estreitamentos de relações entre a produção historiográfica e o Ensino de História, além de propostas para a utilização de novas linguagens e novas tecnologias.

A autora avalia também as produções mais recentes, como dissertações de mestrado e teses de doutorado, livros e capítulos de livros além de textos apresentados em eventos nas áreas de História e Educação. Apesar dos avanços em termos de aproximação entre o ensino e a produção historiográfica, há ainda, de acordo com a autora, muito que caminhar. Em várias linhas de pesquisa continuam os célebres “relatos de experiência”, ligados ao cotidiano do ensino da disciplina e carecendo de fundamentação teórico-conceitual, uma ausência que parece teimar não ser superada. Portanto, ainda que com vagar, já não se podia e não se pode mais valer da justificativa da carência de estudos sobre o Ensino de História.

Por outro lado, quero lembrar o colega Luís Fernando Cerri, que juntamente com outros estudiosos, já indicavam, pelo menos desde o final da década de 1990, que a área de ensino de História e Educação são de olhares em convergência. Em texto que vale a pena revistar, apresentado por ele em 2005, nos Cadernos de História da UFU afirmava que

O ensino de História vem se constituindo do trabalho de pesquisadores que estão institucionalmente ligados a História e à

Educação, principalmente, valendo-se de conceitos, métodos e técnicas dessas e de outras ciências, e portanto institucionalmente o que existe não é ainda uma disciplina, mas uma área de interesse interdisciplinar que é compartilhada por profissionais diversos, dentro e fora da academia, e isso é de uma riqueza ímpar. (CERRI, 2005, p. 8).

Apesar do que nos aponta Cerri eu diria que em realidade são olhares sem convergência, pois, via de regra, o que temos presenciado é a manutenção de barreiras, tal como corre objetivamente nos diversos concursos para Ensino de História e isso é empobrecer o campo de investigação, e forjar limites artificiais que impedem a circulação dos pesquisadores.

Superar estes limites é condição *sine qua non* para a formação do historiador, até porque considero o professor como tal, não procurando estabelecer diferenciação entre quem ensina e quem pesquisa. E aqui posso trazer vários exemplos de que esta questão de hierarquização é muito pequena para não dizer uma questão irrelevante e sem sentido, ou seja, o *locus* onde “...lutamos por mais espaço para as nossas idéias e posicionamentos, demarcamos territórios, ganhamos ou cedemos terreno, pensamos sobre o lugar de nossas propostas dentro do processo educativo, e assim por diante”. (CERRI, 2001, p.1).

Nos espaços dos encontros Perspectivas do Ensino de História e Pesquisadores do Ensino de História e em Simpósios temáticos sobre Ensino de História realizados nos diversos encontros da Anpuh nacional ou regional vem acontecendo, cada vez mais, a aproximação das pesquisas aos campos historiográficos,

notadamente da Europa francesa e inglesa. Ou como nos diz Circe Bitencourt (2004), estas pesquisas circulam entre historiadores brasileiros junto com novos objetos, métodos e problemas, novos desafios para se pensar a pesquisa e o ensino de história na universidade brasileira.

Desta maneira, quero me referir a uma experiência singular na disciplina de Estágio IV (que ministrou na universidade) em que foram realizadas oficinas de ensino tendo a história local como campo investigativo. Foram confeccionados pelos alunos 30 materiais didáticos (cartilhas), a partir de pesquisas, leituras de artigos e textos, discussões em grupos, discussões nas aulas, consultas bibliográficas, relatos orais e relatórios escritos das atividades. O conhecimento adquirido nas oficinas por estes alunos contribuiu para a reflexão e planejamento de atividades didáticas para o ensino na Educação Básica.

Compreendendo, portanto, que as linguagens estão presentes de forma intensa no nosso cotidiano, notadamente no universo das crianças e jovens, os estudantes desenvolveram atividades que discutiam o impacto da televisão, cinema, fotografia, histórias em quadrinhos, charges, músicas, entre outras, no cotidiano dos alunos da escola campo de estágio. As produções desenvolvidas a partir dessas oficinas de ensino favoreceram o processo de aprendizagem, constituindo-se em um espaço para os educandos da Educação Básica perceberem-se como sujeitos do processo histórico.

Deste modo, pode-se estabelecer um diálogo estimulante com os participantes envolvidos com o ensino da História na Educação Básica e também com aqueles interessados pelos

problemas de formação docente na área de História, a partir das articulações entre teoria e prática. Estes aspectos oportunizam aos professores visualizar para além dos hábitos e conceitos adquiridos com a experiência e a formação inicial, por meio da sistematização do que ocorre em sala de aula. Assim sendo, os professores adquirem competências para analisar, refletir e debater as experiências contemporâneas de ensinar história diante das questões contemporâneas que precisam ser entendidas no universo dos que frequentam os lugares de formação de saberes.

Acredito que pensar a pesquisa sobre e no Ensino de História, pressupõe uma renovação e reposicionamento do papel do professor desta disciplina nas escolas de Educação Básica. Esse redirecionamento implica olhares diferenciados, tanto para as temáticas discutidas em sala, quanto para as fontes empregadas. Isto é, provocar a busca pela superação das relações hierarquizadas entre o ensino e a pesquisa em História.

O momento convida para uma reflexão que leve em conta a noção de saber histórico e da sua produção oriundas de uma sólida formação acadêmica, para que o professor em formação se perceba também no papel de pesquisador. Enfim, uma articulação entre o ensino e a pesquisa sem hierarquias nem dicotomias, requisitos indispensáveis para a formação de docentes comprometidos com a constituição de outras práticas e saberes pedagógicos na busca de uma escola necessária às transformações.

## RERERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe. **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. **Os novos caminhos do ensino de história**. Nossa História, Rio de Janeiro, p. 80 - 82, 01 set. 2004.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de História: Fronteiras interdisciplinares, avanços e problemas**. Cadernos de História (UFU), Uberlândia, v. 12/12, n.1, p. 07-21, 2005.

FENELON, Déa Ribeiro. **A Formação do Profissional de História e a Realidade do Ensino**. In: Projeto História. São Paulo: PUC-SP, 1982.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. La Formación y la práctica de los profesores de Historia: enfoque innovador cambios de actitudes y incorporación de las nuevas tecnologías en las escuelas publicas y privadas de la provincia de Bahía, Brasil. **Tese de Doutorado**, Barcelona: Departamento de Pedagogía Aplicada, 2004.

FONSECA, Selma Guimarães. **Caminhos da História ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **História e ensino de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FREIRE, Paulo. **Professora Sim Tia Não: cartas a quem ousa ensinar**. 2ª edição, São Paulo: Editora Olho d'Água, 1993.

GOFF, Jaques Le; CHARTIER, Roger; REVEL, Jaques. et alii. **A Nova História**. Coimbra: Almedina, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre la Historia**. Barcelona: Crítica, 1998.

MICELI, Paulo. O quadro (muito) negro do ensino no Brasil. In: SANFELICE, José Luis. (org.). **A universidade e o ensino de 1º e 2º graus**. Campinas, S.P.: Papirus, 1988.

RICCI, Claudia Sapag. Da Intenção ao gesto - Quem é Quem no ensino de História em São Paulo. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica - SP, **Dissertação de Mestrado**, 1992.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe. (org.) **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

# **As representações e práticas sociais associadas à formação de professores: formando o professor profissional**

RICARDO DE AGUIAR PACHECO  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Doutor em História/ Professor PGH UFRPE  
pacheco\_ricardo@yahoo.com.br

Ser professor já significou coisas muito distintas. O professor já foi visto como mestre, mas também como orientador; já foi tido como uma pessoa de qualidades exemplares, mas também como um técnico que aplica métodos de ensino. Ser professor já dependeu de uma vocação pessoal, mas também já foi visto como uma segunda atividade profissional. Enfim, ser professor foi – e ainda é – possuir uma série de características muito distintas entre si.

A presente pesquisa testa a hipótese de que os modelos de formação de professores vividos no Brasil têm acompanhado as mudanças nas concepções de educação e de professor. Ou seja, o ato de preparar uma pessoa para exercer a profissão de professor tem mudado no tempo e no espaço, acompanhando as concepções teóricas do campo da Educação naquilo que ela tem de avanços, mas também dialogando com as estruturas simbólicas que informam a sociedade sobre a função social da educação.

Apresentamos um ensaio – portanto uma ideia inicial e precária – sobre as mudanças na legislação brasileira acerca

da formação de professores. Entendemo-las não apenas como ordenamento jurídico, mas como manifestações das estruturas mentais de longa duração presentes na sociedade brasileira. Manifestações de um tempo de longa duração, tal como proposto por Fernand Braudel (1997), que incidem na formação dos professores. Queremos produzir um argumento plausível, uma representância do passado que, como proposta por Paul Ricoeur (2007), nos auxilie a observar o processo histórico e compreender a historicidade das práticas de formação de professores.

Desejamos operar elementos da Teoria da Reprodução, desenvolvida por Pierre Bourdieu (2009), para entender como o sistema escolar produz e reproduz valores de sua própria época e de suas estruturas hegemônicas. Sendo que, neste caso, nos interessa a produção e reprodução de valores culturais associados à identidade do professor.

Buscamos esse entendimento aceitando o princípio da modernidade líquida, descrito por Zygmunt Bauman (1999), em que se percebe o mundo contemporâneo como uma sociedade em constante mudança, uma ordem social que faz da mudança sua continuidade, um tempo em que a única certeza que temos é que amanhã tudo será diferente.

Com essas referências, entendemos que as experiências históricas vividas na longa duração influenciam corações e mentes que batem no interior das novas conjunturas. São rupturas e continuidades que se materializam no campo simbólico na forma de representações e práticas sociais. Como aponta Roger Chartier (2010), esses elementos concretos do mundo social, presentes na dimensão simbólica, informam aos agentes como interpretar e se portar no mundo social objetivo.

Para conduzirmos nossa observação longitudinal sobre a preparação dos sujeitos para o exercício da docência, para dizer das representações e práticas sociais associadas ao exercício da profissão professor, utilizaremos os três grandes movimentos das teorias do currículo no Brasil categorizados por Tomaz Tadeu da Silva (1999) ao fazer sua sistematização das teorias da Educação no Brasil.

Inicialmente falamos da escola jesuítica colonial, comumente chamada de *educação tradicional*, que não era apenas jesuíta, mas também de outras ordens, e tampouco se extinguiu com o fim do período colonial. O segundo momento refere-se ao movimento escolanovista, vivenciado com maior força no Brasil nas primeiras décadas do século XX, de onde ainda ouvimos os chamados para uma educação crítica das estruturas sociais. Por fim, queremos perceber algumas implicações da emergência do chamado *paradigma pós-crítico da Educação*, que se espalhou no campo da Educação na virada para o século XXI, e seu impacto nos processos de formação do sujeito.

De cada uma dessas conjunturas, faremos apenas caricaturas, ressaltando, de forma muito grosseira, os traços de interesse para nossa argumentação. Faremos isso tanto para respeitar os limites desta comunicação, quanto em razão da incompletude dos estudos que sustentam nossos argumentos. Ou seja, este ensaio é muito mais um balanço de um projeto de investigação em curso que uma monografia conclusiva sobre o tema.

Uma última demarcação para entender as mudanças na formação profissional do professor é compreender que as transformações no mundo do trabalho têm afetado todas as atividades profissionais, não sendo exclusividade para o profissional da

Educação. No contexto do mundo contemporâneo, marcado pela alteração das relações sociais por força do desenvolvimento tecnológico, inúmeras profissões têm visto suas atribuições e habilidades serem alteradas. Algumas atividades profissionais encontram-se em rota de extinção – como o caso do datilógrafo, que foi extinto dos escritórios por entender-se que cada trabalhador possa corrigir e imprimir seus textos –, outras transformam-se a ponto de não serem mais reconhecidas – como o caso do desenhista, que virou designer gráfico ao incorporar novas ferramentas digitais e processos produtivos –, ao passo que novas profissões proliferam dia a dia resolvendo problemas que antes simplesmente não existiam em nossa vida – como é o caso do técnico de informática, do podólogo, do massoterapeuta. Enfim, a mudança no perfil do professor é uma demanda do mundo do trabalho e – o que nos interessa – as mudanças no processo de formação profissional do professor não são algo específico da área do magistério, do espaço da escola ou do campo da Educação, mas uma tensão vivida em toda a dimensão do mundo do trabalho por conta das transformações advindas das novas tecnologias da informação e da aceleração do tempo histórico.

A visão mais conservadora de educação está associada à ideia de transmissão de informação. Essa ideia aparece em textos fundadores do pensamento educacional, já esquecidos no tempo passado – como a *Didática Magna*, do protestante Comênio, e o *Ratio Studiorum*, que servia como manual para a congregação jesuíta –, mas permanece viva no coração e na mente do presente.

Nesses documentos, educar é informar alguém dos saberes e fazeres de uma dada atividade. Paulo Freire (2005), ao chamar essa concepção de *educação bancária*, cria uma dupla metáfora:

a educação tradicional é bancária porque ensina os sujeitos a ficarem sentados em bancas apenas ouvindo uma única verdade de alguém habilitado para tal; mas também é bancária por entender o conhecimento como um valor, como uma quantidade, um cheque que é depositado na memória de outro. Nessa metáfora, as pessoas apenas absorvem o conhecimento, como se ele fosse um líquido insípido. Nenhum esforço cognitivo é exigido de quem absorve, e nenhuma transformação ocorre com o conhecimento absorvido. A centralidade do processo, nessa visão, está toda na pessoa que coloca um – o líquido do conhecimento – sobre o outro – a pessoa-esponja.

Nessa educação tradicional, o professor é necessariamente um sujeito erudito, detentor de grande saber. A ele é dado o *status* de quem professa a verdade diante dos alunos, que não carregam em si a luz do conhecimento. Por isso, esses textos fundadores da didática apontam ao professor como utilizar diferentes instrumentos para fazer valer a sua palavra, como fazer crer sua verdade pronunciada. Falam de uma didática prescritiva, que, como aponta Vera Candau (2009), não passa de um receituário de técnicas de transmissão do conhecimento.

Seguindo essa visão de educação, no Brasil, não se pensou em cursos de formação de professores por séculos. Os profissionais da Educação eram profissionais de outras áreas – sobretudo da Teologia – que, detentores do saber, utilizavam técnicas de transmissão do conhecimento, em sua maioria próprias da oratória; ou seja, estratégias de repetição oral de estruturas lógicas de argumentação. No caso do ensino de História, era valorizado o modelo da história religiosa centrada na vida e obra dos santos. E esse ramo da História, essa estratégia argumentativa, que

reforçava os modelos exemplares de vida, era transposto também para os homens e eventos da vida pública, reforçando, assim, os atos de bravura dos heróis nacionais em uma história cívica.

Essa visão de educação e de professor hoje é duramente criticada, mas mesmo assim ainda mantém-se viva, em muitos corações e mentes, a identidade do professor como aquele que diz o que deve ser repetido pelo aluno. Ainda hoje ouvimos pessoas que solicitam dos professores respostas para todas as perguntas, que buscam no professor uma conduta virtuosa e sem falhas. O professor de História, por exemplo, é sempre indagado sobre a data de um evento, como se fosse uma enciclopédia; é sempre questionado sobre a adequação moral da conduta de um personagem histórico, como se fosse um juiz do passado.

Essas falas materializam um imaginário em que, para ser um bom professor, é necessário deter muito conhecimento socialmente legitimado e ter um comportamento virtuoso. Nessa representação social, não há necessidade de formação para o exercício da docência, pois quem sabe ensina. E esse imaginário faz com que muitas pessoas e instituições ainda esperem – de forma mais ou menos consciente – formar professores sábios, formar professores eruditos, que dominem o conjunto do conhecimento acumulado pela humanidade. Ou, como dizem, o professor de História deve saber um mínimo de cada coisa: um pouquinho de História Antiga, um geralzão de Medieval, uma base de Moderna, um apanhado de Contemporânea. Ou seja, saber um pouco, mas de tudo.

Com o amadurecimento das teorias pedagógicas, ao final do século XIX o conceito de *educação* foi reavaliado. Utilizando os estudos da Psicologia de Sigmund Freud (JOLIBERT, 2010)

– e mais tarde da Psicologia do Conhecimento, de Jean Piaget (1999) –, mas também utilizando as conclusões da Sociologia da Educação, de Émile Durkheim (FILLOUX, 2010), os pensadores da Educação perceberam que o ato de educar estava marcado tanto pelas subjetividades de cada indivíduo como carregado de intencionalidades da estrutura social.

Do ponto de vista da Psicologia, percebeu-se que, para ensinar alguém, é necessário analisar como funcionam as estruturas de pensamento para entender como as pessoas, de maneira geral, apreendem e o que cada pessoa, especificamente, aprende em cada atividade de ensino. Com a Sociologia da Educação, percebeu-se que educar uma pessoa não é apenas informá-lo de algo, mas é fazer com que alguém incorpore determinada habilidade, determinada capacidade de fazer ou de pensar algo da maneira considerada certa por dada visão de sociedade. Essa percepção de que educar é mais que transmitir – é selecionar o que é transmitido, é produzir determinadas habilidades desejadas pelas estruturas sociais – criou a demanda por uma formação profissional que dotasse o professor de um aparato técnico e teórico apropriado.

Nos primeiros anos da nossa república, a educação era entendida como um processo de reforma dos costumes do povo inculto. Para os intelectuais responsáveis pela operação da política educacional, como Anísio Teixeira (NUNES, 2010), educar era civilizar, era preparar o sujeito para a vida na era moderna e para o uso de todo o aparato técnico e tecnológico que a sociedade industrial nos colocava à disposição.

A educação das massas deveria produzir uma reforma social. Mas, para alcançar êxito nessa transformação, era preciso investir na formação de professores. Prepará-los tecnicamente

para aplicar as melhores metodologias disponíveis no campo da Educação. Os primeiros cursos de licenciatura para a Educação Básica surgem no final do século XIX. Mas é com a legislação educacional da década de 1930, inspirada no movimento modernizador da educação conhecido por Nova Escola, que se difundem os cursos de formação de professores.

Para Otaíza Romanelli (1978), é na década de 1940 que ganham escala os cursos de nível médio para formação de professores para a escola elementar – primeiro chamado de *curso normal*; e, mais tarde, de *magistério*. Nesses cursos eram estudados métodos e técnicas de ensino para as diferentes áreas do conhecimento. O professor aí formado tornava-se o detentor das modernas técnicas de ensino, conhecedor dos recursos didáticos adequados para fazer o aluno aprender. Nos cursos de licenciatura das escolas superiores, eram formados os professores das diferentes disciplinas. Neles prevalecia o modelo chamado de *três mais um*. Para o aprendizado dos conteúdos específicos, eram reservados os três primeiros anos do curso de formação de professores, quando eram cursadas as disciplinas do curso de bacharelado, seja em Matemática, Língua Portuguesa, Física ou qualquer outra área. Após esse aprendizado propedêutico, num quarto ano eram cursadas as disciplinas pedagógicas: Psicologia, Sociologia, Didática, Métodos de Ensino e Estágio Docente.

Nesse modelo, a formação do professor dá-se após a formação do profissional, ou seja: primeiro forma-se o historiador; depois, o professor, que, na soma das habilidades, será o professor de História. Esse modelo, embora avance ao introduzir os saberes pedagógicos na formação do profissional, faz da docência uma segunda carreira, ou ainda uma carreira profissional de

segunda categoria. Esse modelo de formação profissional para os professores espelha o imaginário social de meados do século XX acerca da educação, refletindo permanências e rupturas com a estrutura simbólica da situação anterior sobre o campo da Educação. De um lado, esse modelo mantém vivo o princípio de que o professor é, primeiro, um profundo conhecedor de sua área de saber. Por outro lado, institui uma profunda separação entre os estudos disciplinares – ministrados pelos professores da área científica – e os estudos pedagógicos – sob a direção da faculdade de Educação. E dizer que um grupo de disciplinas não dialoga com o outro é apenas uma eufemismo para ocultar que uma área fala muito mal da outra.

Essa prática social produz no campo do imaginário uma representação social sobre a relação das disciplinas específicas com as pedagógicas. De um lado, entendemos que a escola deve ensinar – de forma simplificada – os conhecimentos científicos próprios do Ensino Superior. Assim, o professor de História, que aprendeu na sua formação sobre o debate historiográfico, julga – justificadamente – que deve reproduzir esse debate na Educação Básica, fato que é observável em qualquer diário de classe. Mas também vemos, por conta da desarticulação das disciplinas específicas com as disciplinas pedagógicas, que o professor reproduz na escola o currículo – e as práticas de estudo – próprias do Ensino Superior. Sem suspeitar que as disciplinas escolares, segundo André Chervel (1990), têm – ou deveriam ter – objetivos, conteúdos e métodos diferentes das suas disciplinas universitárias de referência.

De outro lado, diversas falas coletadas em qualquer escola evidenciam-nos que os saberes pedagógicos ensinados ao professor

em seus cursos de formação ainda têm pouco ou nenhum valor no contexto da escola. Esses registros e falas, comuns no interior das escolas, materializam nossas representações sociais acerca da educação. Evidenciam a dificuldade que temos, ainda hoje, de tratar os temas e assuntos próprios do campo da Educação de forma científica: objetivos, organização, métodos e técnicas, controle e avaliação do ensino não são conceitos, são termos vagos.

O chão da escola mostra-nos que a teoria da Educação, apartada dos saberes disciplinares, é inútil ao profissional professor. Saber da função social da escola – seja ela de reprodução ou transformação social – sem saber como materializá-la em objetivos e procedimentos de ensino é insuficiente. Assim como é improdutivo conhecer boas técnicas de ensino sem conectá-las com conteúdos significativos para o público escolar.

A segunda metade do século XX assistiu a um crescimento exponencial do conhecimento científico em todas as áreas do conhecimento. O campo da Educação foi afetado por esses avanços teóricos e conceituais, gerando um movimento que autores como Tomaz Tadeu da Silva (1999) chamam de *teorias pós-críticas da Educação*.

O campo dos estudos culturais, como bem sintetiza Stuart Hall (2010), promoveram um deslocamento da noção de sujeito. Criticando a ideia de um sujeito iluminista das teorias modernas, a noção de relativismo cultural, desenvolvida no campo da Antropologia, empurrou os pensadores do campo da Educação a ver o sujeito como um ser fragmentado, múltiplo e em constante transformação. O sujeito racional da modernidade, considerado como alguém autocentrado, com consciência de si e controle sobre suas escolhas, é contraposto à noção de sujeito múltiplo da

pós-modernidade, formado na diversidade das experiências que vive e impossível de ser reduzido a uma unidade em tudo coerente.

No denso debate sobre o currículo, sistematizado por autores como Alice Casimiro Lopes (2011), os saberes a serem ensinados passam a ser observados como uma seleção cultural que orienta o processo de construção identitária do sujeito. Reconhece-se que a formação dos sujeitos – agora objeto privilegiado dos estudos em Educação – se estabelece não apenas na escola, mas em tantos outros processos onde o sujeito apropria-se de valores culturais: família, ambiente de trabalho, convívio com amigos, mídias sociais, enfim, onde houver interação social.

Nesse debate – e em outros conexos – a educação passa a ser entendida como o processo de formação do sujeito. Educar é formar uma identidade. O currículo passa a ser o conjunto de experiências que oferecem ao sujeito ferramentas que lhe permitem interpretar e agir no mundo social. Sejam elas estruturas de pensamento – numa visão estruturalista – sejam competências técnicas – na visão instrumental. É com base no debate sobre a formação do sujeito e a amplitude do currículo que passamos a falar em cursos de formação de professores, e não mais em cursos de licenciatura ou de magistério. Passamos a entender que o professor – como sujeito do mundo contemporâneo – está em permanente formação identitária. A ideia de formação do sujeito, transposta para a formação de professores, alerta-nos para os limites de pensar o professor como alguém que tudo sabe, posto que o conhecimento, desde as reflexões propostas por Michel de Foucault (1969), é sempre parcial e posicional. Também alerta-nos para os riscos e limites de apenas informar aos professores em formação dos saberes disciplinares e pedagógicos, posto que

o conhecimento de teorias e técnicas não implica o seu uso efetivo, a sua incorporação à identidade docente.

A Sociologia do Trabalho Docente, desenvolvida por Maurice Tardif (2002), aponta que o professor aprende a ser professor em diferentes contextos. Que o profissional da Educação desenvolve suas habilidades de docente recolhendo informações sobre o que seja o papel social do professor em diferentes contextos sociais. O conceito de *saberes docentes* diz-nos que as habilidades operadas pelo professor têm origens tanto nos bancos universitários como na sua vivência profissional e na memória de sua experiência como aluno. Como mostram-nos os estudos de Ana Maria Monteiro (2007) sobre a formação da identidade docente, o professor de História aprende a ser professor sendo professor, vivenciando a profissão, colocando-se em situações de trabalho. Com isso, não se pode mais pensar em um professor iniciante que nada sabe da profissão ou em professores de longa carreira que têm respostas adequadas a todos os desafios da sala de aula. Da mesma forma não se pode mais esperar que o corpo profissional de uma escola trabalhe de forma harmônica e equânime. Ou que todos os professores tenham o mesmo entendimento e a mesma adesão ao projeto político pedagógico da escola. O conceito antropológico de *cultural*, quando ilumina o processo de formação profissional, obriga-nos a reconhecer e aceitar não apenas a diversidade cultural dos alunos, mas também a diversidade de opiniões e posicionamentos entre os profissionais da Educação. Força-nos a perceber as opiniões e convicções que cada profissional tem sobre diferentes aspectos da sua atividade profissional.

No contexto do mundo contemporâneo marcado pela ambivalência dos processos culturais, explorada por autores como

Zygmunt Bauman, a formação de professores deve reconhecê-lo como sujeito que se transforma no dia a dia incorporando à sua identidade valores, conhecimentos e habilidades. Como já propunha Paulo Freire, devemos pensar o professor como sujeito sempre incompleto – como de resto, somos todos – que tem diante de si o desafio profissional de promover a formação identitária de outros sujeitos de forma também plural e respeitosa. O reconhecimento do sujeito como múltiplo impele-nos a ver que cada profissional da Educação – como em qualquer área de atuação – terá sempre uma margem de autonomia para realizar a sua tarefa dialogando com suas experiências e expectativas particulares. Logo, é preciso preparar o professor não para aplicar técnicas, mas para selecionar soluções didáticas adequadas ao contexto que atua.

Este debate – que vai da formação do sujeito às teorias do currículo – coloca a prática pedagógica como elemento central da política oficial de formação de professores no século XXI. As regulamentações do Conselho Nacional de Educação (CNE) do começo do século orientam a inserção, no currículo dos cursos de licenciatura, de 200h/a destinadas à discussão do que se chama *prática como componente curricular* e a ampliação do estágio docente para 400h/a.

Mesmo sem termos uma definição clara por parte do CNE do que significa a expressão conceitual *prática como componente curricular* utilizada nas suas resoluções, mesmo sem termos uma diretriz clara que diz que o estágio docente – assim como em outras profissões – se dá no efetivo exercício profissional, entendemos, a partir do contexto teórico que temos explicitado, que o desejo do legislador foi forçar uma modificação na formação

inicial de professores. Forçar os cursos a deixarem de ser essencialmente teóricos – tanto nas teorias disciplinares, como nas teorias pedagógicas – e passarem a fazer uma formação de professores que considere o próprio exercício profissional como um eixo formativo do sujeito professor. Forçá-los a considerar a experiência no campo de trabalho – ou seja, na escola – como elemento formador da identidade do profissional professor.

Assim, a noção de formação de professores opõe-se tanto à ideia de professor como uma pessoa vocacionada quanto à visão de professor como um técnico conhecedor dos bons métodos e técnicas. O princípio teórico que considera o professor como sujeito em formação exige a incorporação de um elemento até então negligenciado nos currículos de formação profissional do professor: a prática profissional.

Mas, ao contrário de fazer uma substituição da formação teórica por uma formação prática, observamos uma vontade de construir um contexto formativo em que se assuma a noção de prática como ação refletida. Noção próxima àquela desenvolvida por Hannah Arendt (2004) ao debater a condição humana como essencialmente ligada à ação, à reflexão da experiência humana no mundo social. Nessa visão, a prática como componente curricular pode ser entendida como ação refletida. E a reflexão da ação passa a ser considerada como um elemento formativo da identidade do professor. Aqui a experiência no campo profissional não vale por si, mas pelo que pode provocar no aprimoramento de habilidades necessárias ao exercício profissional. Concebe a formação de um professor profissional que não apenas exerça um ativismo irrefletido, tampouco elabore um debate teórico improdutivo. Deseja um profissional

politicamente responsável e tecnicamente capaz de agir no cotidiano de trabalho.

Essa perspectiva contemporânea de formação profissional de professores constitui uma ruptura com as estruturas lógicas até então hegemônicas no campo da Educação. Por um lado, ela se afasta das visões autoritárias conservadoras que colocavam o professor como um sábio detentor de todas as respostas e o reconhece como um sujeito limitado às suas condições culturais — em geral precárias condições culturais. Por outro lado, afasta-se da visão autoritária de esquerda, que aposta na educação como elemento reformador dos hábitos e costumes da massa inculta, que necessita ser instruída para viver os sonhos da modernidade. Membro de uma sociedade multicultural, o sujeito professor partilha sonhos e desejos contraditórios de transformação e permanência social, fazendo alianças e rupturas esporádicas com diferentes projetos políticos pedagógicos e grupos sociais.

No poluído imaginário sobre a educação da sociedade contemporânea, o professor deve ser tanto um sujeito vocacionado — e por conta da vocação aceitar os baixos salários —, como também precisa ter formação qualificada para bem ensinar. Nessa representação social, ele ainda é o detentor do saber sábio, mas deve utilizar as novas tecnologias da educação, que reúnem mais informações que qualquer ser humano pode deter. O professor deve ser um modelo de conduta, mas deve saber respeitar a diversidade cultural dos alunos. Sob a pressão das velhas estruturas do campo simbólico que ainda animam o exercício docente, germina uma identidade contemporânea marcada pelo multiculturalismo. Uma identidade profissional que se afasta dos velhos sonhos da modernidade progressista e sofre com as expectativas irrealizáveis

da contemporaneidade transitória; uma identidade que se transforma na velocidade da aceleração histórica, mas tem dificuldade em reconhecer sua própria transitoriedade como marca; uma identidade fluida, mas receosa de assumir sua ambivalência.

Assim, percebemos que a formação de professores vivenciada em nosso tempo-espaço está envolvida por uma disputa no campo simbólico. De um lado, temos sólidas representações, moldadas ao longo de gerações de professores, pais e alunos exigindo a manutenção de um conjunto de condutas tradicionais. No canto oposto do ringue, temos as mais modernas teorias da Educação, com golpes oriundos de diferentes campos científicos, cobrando que o professor assuma e exerça sua multiculturalidade. Nesse embate simbólico do mundo contemporâneo, a identidade do profissional da Educação está marcada por um conjunto de práticas e representações sociais que a tornam não apenas esquizofrênica, mas plenamente impraticável. A nós, sujeitos da contemporaneidade, parece que nos resta tão somente aprender – e ensinar – a viver nesse contexto.

## REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 [©1958].

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999 [©1991].

BOURDEIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978 [©1969].

- CANDAU, Vera. *A didática em questão*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2009 [©1984].
- CHARTIER, Bourdieu. *O poder simbólico*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 [©1989].
- CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. In: *Revista Teoria & Educação*, 2, 1990, p. 177–229.
- FILLOUX, Jean-Claude. Émile Durkheim. Recife: Massangana, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro, 2010 [©1969].
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 49. imp. Rio de Janeiro, 2005.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Porto Alegre: DP&A, 2010 [©1992].
- JOLIBERT, Bernard. *Sigmund Freud*. Recife: Massangana, 2010.
- LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Teorias de currículo*. São Paulo: Cortez, 2011.
- MONTEIRO, Ana Maria F. C. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- NUNES, Clarisse. Anísio Teixeira. Recife: Massangana, 2010.
- PIAGET, Jean. *Seis estudos de Psicologia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999 [©1964].
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007 [©2000].
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010 [©1978].
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007 [©1999].
- TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006 [©2002].

# **“Os fatos históricos valem menos como conhecimento a adquirir do que pelas conclusões de ordem social e econômica que deles possamos tirar”: um estudo sobre os conteúdos históricos nos Programas de Educação Primária do Estado de Pernambuco na década de 1930.**

LUCAS VÍCTOR SILVA  
Doutor em História UFPE  
Departamento de Educação UFRPE

NATHALIA CAVALCANTI DA SILVA  
Licenciada em História UFRPE  
Mestranda em Educação UFPE

## **1. Estado pós-trinta e utopia modernizadora: o papel da educação e do ensino de História durante o regime varguista.**

As cidades despertavam significativa preocupação nos responsáveis pela direção do novo regime pós-trinta. O Estado precisava atender aos desejos do povo entendido como massa ingênua e suscetível a ameaça bolchevista cada vez mais concreta a partir do triunfo da Revolução Russa e, sobretudo, da fundação do Partido Comunista e das suas ações cada vez mais visíveis na organização do movimento operário, na disputa eleitoral de 1933 e, principalmente, na realização do levante comunista de 1935.

A década de 1930 fervilhada com a presença de projetos políticos antagônicos para o país. Havia grupos constitucionistas defendendo o retorno imediato ao regime democrático enquanto remanescentes do movimento tenentista apoiavam a perpetuação do Governo Provisório. Faziam parte deste cenário também as elites políticas alijadas do poder, os integralistas, os católicos, os militares superiores e os adeptos de mudanças mais radicais como os comunistas, os anarquistas, membros do movimento sindical e outros revolucionários. Em comum, havia a percepção de que o regime democrático liberal falhara. Assim, os projetos apontavam quase sempre para saídas autoritárias em uma época em que a política no Brasil e no mundo caminhava para a radicalização (SKIDMORE, 1975, p. 21-41). Estas percepções tenderam a se acentuar com o recrudescimento da situação do país após a crise de 1929.

Na década de 1930, o receio da subversão revolucionária possuía uma justificativa específica no contexto da cidade do Recife. Por ocasião do movimento armado comunista de 1935, partes da cidade haviam se tornado verdadeiras praças de guerra, onde revoltosos enfrentavam as forças ligadas ao governo Vargas. A derrota do levante comunista precipitou a ilegalidade dos comunistas e o empenho estatal na desarticulação das várias células comunistas do país. A repressão se abateu também contra todos os considerados opositores do regime. O ano de 1935 marcou uma guinada política em direção ao endurecimento do regime. Em abril, por exemplo, antes do levante, o Congresso aprovou a Lei de Segurança Nacional que suprimiu diversas garantias constitucionais democráticas presentes na carta de 1934, cujo objetivo imediato era conter os ativos movimentos grevistas da época.

Para Daniel Pécaut (1990), o Estado pós-trinta procurou constituir-se como instituição central na remodelação daquela sociedade através da produção de novas representações sobre si mesmo, sobre seu papel e sua centralidade na organização e definição dos papéis e identidades dos diversos grupos sociais no país. Novas leis, novas práticas e novas instituições procuravam representar a sociedade como dependente, ou melhor, como plenamente submetida à autoridade estatal. Através da ação estatal, as elites dirigentes desejavam trilhar o caminho para o progresso agindo “de cima”, procurando “dar forma” à sociedade (PÉCAUT, 1990, p.15).

Conforme afirmou Messeder Pereira (1994, p.34), “a Revolução de 30 havia reforçado a possibilidade institucional para que as ideias modernas ocupassem os vários ‘lugares’ socialmente disponíveis e o fazia na medida em que se afirmava uma onda de crescente autoritarismo.” Tratava-se da emergência de novas práticas e representações que recriavam uma percepção sobre as relações entre Estado e sociedade. Entre os intelectuais brasileiros no período entre 1925 e 1940 constituíam pontos pacíficos a rejeição da democracia liberal representativa e a defesa do fortalecimento das funções do Estado como único caminho para a transformação da sociedade. O Estado emerge, neste discurso, como espaço legítimo para a atuação destes intelectuais reivindicativos de status de elite dirigente (PÉCAUT, 1990, p.15).

O intelectual assumia a responsabilidade em auxiliar o Estado na reconstrução da sociedade brasileira em bases racionais. Conforme afirmava Daniel Pecáut, entre 1925 e 1940, fosse participando das funções públicas, fosse produzindo conhecimento ou arte, o intelectual subordinava suas preocupações sobre

cultura e educação às questões da política e do controle social (1990, p. 21 ss.).

Segundo Ângela de Castro Gomes, nos diagnósticos das novas elites políticas sobre a situação do país, apontava-se como solução dos problemas nacionais

a criação de novas esferas de intervenção do Estado que incluíssem áreas como educação, saúde e o mercado de trabalho. Neste último caso, tais reflexões objetivavam claramente o trabalho urbano, conturbado por agitações grevistas cada vez mais consideradas ameaçadoras, mas alcançavam também o trabalho rural, visto como desorganizado e completamente abandonado (GOMES, 1998, p.54).

Neste sentido, o Estado pós-trinta, através de novas instituições, procurava controlar a proliferação dos sentidos ao difundir e legitimar suas representações sobre o mundo social a partir de uma nova diversidade de documentos e práticas para definir os grupos sociais, ou “classes” que formariam a nação: operários, trabalhadores, industriais, homens, mulheres, as autoridades dirigentes, as comemorações de datas festivas cívicas, a escrita e o ensino da “história nacional” e a “defesa da família”.

Se no final do século XIX e início do XX, as elites políticas e intelectuais do país empreendiam esforços para “civilizar” o país a partir dos valores e padrões europeus, a partir dos anos 1920 procurava-se um caminho alternativo para o país: o Brasil moderno implicava na busca do progresso do país a partir de suas especificidades culturais e de suas possibilidades institucionais (PEREIRA, 1994, p.12).

Em Pernambuco, os interventores Carlos de Lima Cavalcanti e Agamenon Magalhães cuidariam de controlar os sindicatos e de utilizar os meios de produção cultural como ferramentas de manutenção daquela ordem. Para a geração intelectual dos anos trinta, a produção cultural e a educação apareciam como ferramentas de controle social, de apagamento da capacidade de resistência, contestação política e domesticação de mentes e corpos para o trabalho. A educação deveria consolidar a liderança das elites e dos intelectuais (cientistas, engenheiros, artistas, pesquisadores e outras categorias) sobre o povo, as massas.

À medida que o país canaliza o desejo de renovação presente no imaginário dos intelectuais do período para o campo educacional, acabou-se por sintetizar e reforçar as ideias que davam ânimo ao pensamento moderno (a ciência, a industrialização e a democracia). Neste contexto, a escola tornar-se-á um dos principais alvos das aspirações modernizadoras das elites intelectuais do país. Novos saberes como a biologia, a psicologia e a estatística são agenciados para a elaboração de um novo olhar sobre a educação entendida como necessária para a orientação das massas urbanas diante das novas demandas e condições de trabalhos trazidas pela nova sociedade urbano-industrial (NUNES, 1994).

Os educadores participaram ativamente destes debates sobre as estratégias necessárias à modernização do país, tendo sido eles integrantes e repartidores do poder institucional. Essa presença foi expressa tanto de forma objetivamente material como a promoção de políticas visando a construção de novas escolas e aquisição de equipamentos e livros, quanto nos artifícios e atos de manipulação simbólica através da proposição de novas teorias pedagógicas (NUNES, 1994).

Neste momento, a História escolar era considerada, por excelência, disciplina formadora de cidadãos e de difusão do amor pela pátria. Cabia às elites a decisão sobre o que deveria ser ensinado às massas, pois seria nos estudos de História que o aluno poderia ser educado politicamente e aceitar a inevitabilidade da ordem coletiva (ABUD, 1998). A História deveria funcionar como uma “genealogia da nação”. Ficava a cargo dos historiadores definir os heróis, períodos, fatos e cenários históricos da nação.

A discussão sobre a identidade nacional também absorvia o ambiente intelectual entre os anos vinte e trinta. Coadunava-se com o empenho em se constituir uma nova identidade cultural brasileira através da descoberta do folclore, da cultura popular. Todavia, ao mesmo tempo em que se produziam imagens bucólicas, festivas e folclóricas (que constituiriam a base das tradições nacionais, daquilo que formava a identidade nacional), as regiões mais dinâmicas do país sofriam acelerado processo de urbanização e industrialização.

Analisando os programas e livros didáticos produzidos à época, Kátia Abud (1998) destacou os três pilares que alicerçavam a narrativa da História escolar da identidade brasileira: a unidade étnica, a unidade administrativa e territorial e a unidade cultural. Todavia, a construção desta narrativa nacional seria objeto de disputas historiográficas regionais. Como destaca Abud, historiadores de prestígio, como Alfredo Ellis Júnior, professor catedrático de História do Brasil na Universidade de São Paulo, defendiam a superioridade do paulista, resultante do cruzamento entre portugueses e índios, sobre o mestiço nordestino, cujo sangue estaria maculado pela herança africana. Como veremos,

havia uma produção discursiva em Pernambuco que invertia esta narrativa paulista.

Para o pesquisador francês André Chervel (1990), as disciplinas escolares devem ser entendidas enquanto criações espontâneas e originais do sistema escolar. Relacionam-se com os saberes científicos, porém possuem práticas discentes e docentes, finalidades específicas e relação com fenômenos culturais próprios que instituem as disciplinas escolares como instâncias originais de produção de conhecimento. Em outras palavras, disciplina escolar é o conjunto de conhecimentos identificado por um título ou rubrica e dotado de organização própria para o estudo escolar, com finalidades específicas ao conteúdo de que trata e formas próprias para sua apresentação (conteúdo, finalidades e métodos). Todavia, existem relações externas à escola que interferem nesta autonomia (conjunturas político-partidárias, movimentos sociais, políticas públicas culturais, festas públicas, identidades ou práticas culturais mais amplas).

Este artigo tem como objetivo refletir sobre como estas relações externas se articulam aos efeitos de sentido presentes nos Programas de Educação Primária publicados nos anos de 1931, 1934 e 1937 pela Diretoria Técnica de Educação do Estado de Pernambuco. Nossa intenção é discutir as finalidades e usos políticos da disciplina História no contexto dos anos trinta em Pernambuco e as narrativas históricas e identidades veiculadas no espaço escolar.

Aqui frisamos que nossa pesquisa foi destinada a uma análise das determinações oficiais, dos princípios que regiam o ensino em sua perspectiva teórica. Por questões documentais, não temos como mensurar a recepção dessas normas e se sua execução

prática pelos sujeitos envolvidos na dinâmica escolar foi coerente com aquilo que era determinado pelo Estado. Como sabemos, quem colocava em prática o sistema educacional eram os trabalhadores e esses não eram meros agentes reprodutores dos discursos e das políticas do governo. Podemos inferir inclusive que a educação não foi um campo tão coerente assim no consumo da propaganda varguista.

## **2. Os Programas para Educação Primária de Pernambuco e o ensino dos conteúdos históricos na década de trinta.**

O ensino primário na década de 1930, ao contrário do que aconteceu com o ensino secundário<sup>2</sup>, não foi objeto de diretrizes ou programas nacionais, cabendo aos Estados a gestão do ensino primário. “Como era a administração dos Estados que cuidava do ensino primário, as reformas referentes a este nível de ensino foram todas feitas pelos Estados, mas de maneira isolada e sem muita continuidade” (ROMANELLI, 1992, p. 160).

No final da década de 1920, Pernambuco conheceu a Reforma Carneiro Leão que também atuou no âmbito da educação primária que se iniciava aos sete anos e durava quatro anos, quando se dava o ingresso na educação secundária. A chamada Revolução de 1930 e a queda de Estácio Coimbra contribuíam para a duração efêmera das transformações defendidas pelo educador. No entanto, Cristina Araújo (2009, p. 133) ressalta que

2 A Era Vargas trará modificações significativas no que dizia respeito ao controle estatal do ensino secundário. As reformas Campos (1931) e Capanema (1942) empreenderam esforços no sentido da centralização das políticas educacionais. As escolas perderam a autonomia para a definição dos programas, sob a responsabilidade, a partir de então, exclusiva do Ministério da Educação (ABUD, 1993).

[...] várias iniciativas foram concretizadas: a implantação da Diretoria Técnica de Educação, das Escolas Técnicas Profissionais Feminina e Masculina, da Escola de Aplicação, nos moldes preconizados pela Reforma, dos cursos de férias; a utilização dos métodos ativos, da nova estrutura curricular proposta para a Escola Normal (ARAÚJO, 2009, p.133)

Em Pernambuco, os Programas em discussão foram postos em execução pelo então Diretor Técnico de Educação, Aníbal Bruno, e organizados pela Comissão Permanente de Programas e Livros Didáticos. Os conteúdos históricos estão organizados na disciplina “Iniciação ao estudo da sociedade e educação social”, cujos objetivos seriam o ensino da ideia de sociedade, família, pátria, e humanidade “como conjuntos coletivos humanos, cujos membros se acham ligados por vínculos de sentimentos de interesses comuns”. Com a intenção de “formar” cidadãos, os conteúdos históricos são agenciados para despertar o patriotismo e as virtudes morais e políticas do cidadão através do conhecimento das instituições políticas e sociais, das leis, e do respeito à ordem e à disciplina. É recomendada a prática metodológica tradicional, o ensino de uma narrativa biográfica e episódica. Conteúdos de história de Pernambuco aparecem no terceiro ano da educação primária que é dedicado totalmente aos conteúdos de história de Pernambuco. Nos conteúdos de história do Brasil a serem ensinados no 5.º ano também aparecem conteúdos referentes a Pernambuco como “Perda e Restauração de Pernambuco e Bahia”, Guerra dos Mascates como “movimento nativista”, “Revolução Pernambucana de 1817” e “Revolta Praieira”.

Durante esse período, verificamos o predomínio do ensino da história da civilização onde predominava o olhar iluminista que entendia a história humana a partir da ideia de racionalidade e progresso, da perspectiva de que a história deve ser a exposição narrativa do progresso técnico-material das sociedades. Uma escrita preocupada em instituir o estado-nacional como agente primordial da história moderna. É claro que se impusera um olhar colonizado que representava a Europa como modelo e centro da história.

Neste contexto, a História ensinada era entendida como matéria escolar formadora do patriotismo, da moralidade cristã e do civismo. A história do Brasil era ensinada como conteúdo suplementar e entendida como extensão da história europeia, e o Brasil representado como uma invenção portuguesa na era dos descobrimentos (BITTENCOURT, 2004). Segundo Fonseca (2011, p. 54):

Programas curriculares e orientações metodológicas pautavam-se, assim, pela ideia da construção nacional que, a partir das noções de pátria, tradição, família e nação, formaria na população o espírito do patriotismo e da participação consciente. Mesmo com a adoção de maior grau de “cientificidade” para o ensino de História, algumas matrizes da história sagrada foram estrategicamente mantidas, em atendimento a presença de setores ligados à educação (FONSECA, 2011, p. 54).

Os Programas em questão também evidenciam o ensino de uma História escolar masculinizada, narrada em suas versões viris. É o que indica a presença de conteúdos como “Homens

Ilustres” e “Heróis de Pernambuco”. Dessa forma, a atribuição de importância apenas a fatos protagonizados por homens, torna indiferente a participação das mulheres dentro dos processos históricos e revela os objetivos daqueles que instituem as diretrizes da educação do período de restringir e calar a participação feminina dentro dos processos históricos e políticos. Lembremos aqui que o Movimento Feminista em Pernambuco fora atuante, sobretudo após a fundação da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminista, liderada pela professora Edwigens de Sá Pereira. Na busca pela garantia dos direitos da mulher, o movimento colocou como luta central o exercício que as reconhecia enquanto cidadãs: o direito de votar e serem votadas (SIQUEIRA, 2014). Portanto, muito distante do que os Programas buscam instituir como ideal, muitas mulheres não estavam alheias aos processos políticos e tampouco subordinadas às normas sociais machistas. Havia lutas a serem caladas por essas determinações presentes no ensino.

Outra observação pertinente pode ser feita a respeito das relações de gênero estabelecidas dentro do ambiente escolar. Os Programas determinavam o ensino de trabalhos domésticos e da puericultura post-natal (cuidados com um bebê após o parto) havendo inclusive a execução prática de atividades que induzem as alunas à sua função social de mulher doméstica, mãe e dona de casa. Com isso, notamos a escola, sobretudo, como espaço de reprodução de normas e discursos sociais, ligando aspectos da vida privada à pública com o propósito de legitimá-los e os tornarem culturalmente aceitos. Dentro dessa perspectiva trazida pelo Estado de maneira determinista a respeito do desenvolvimento de habilidades domésticas, e mesmo da ratificação de um

discurso restrito em relação ao exercício das profissões destinada aos homens ou as mulheres, nos diz Scott (1991):

O gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontraram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm um força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” - a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. (SCOTT, 1991, p.4-5).

A questão da mestiçagem, muito cara à década de 1930 - contexto do aparecimento da obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala* -, também aparece explícita nos Programas. O mestiço é eleito como figura representante dos traços raciais e culturais do país. Nos Programas destinados às turmas do terceiro e quarto ano, observamos a determinação de conteúdos, como “Os elementos etnográficos de nossa nacionalidade”. A temática intitulada “Insurreição pernambucana: Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros e Felipe Camarão” (PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA, 1934, p. 24) emerge como símbolo da união entre luso-descendentes, índios e ex-escravos em torno dos interesses da nacionalidade brasileira.

Neste discurso, a miscigenação durante a história brasileira havia demonstrado mais a capacidade de diluição da cultura não-branca e das raças inferiores, do que sua integração efetiva à nacionalidade em posição semelhante a do elemento branco. A

apologia da mestiçagem articulava sutilmente argumentos racistas em um momento de redefinição de uma narrativa da nacionalidade. (SILVA, 2009, p.341).

A presença da temática da abolição da escravatura também aparece nos Programas do ensino primário. Podemos inferir que, neste contexto, o ensino dos assuntos “O movimento abolicionista em Pernambuco; Joaquim Nabuco e José Mariano; O clube do Cupim” e “Escravatura: leis que contribuíram para a sua extinção parcial. Abolição” enfatizava a centralidade de membros das elites intelectuais locais e do Estado no processo de ruptura com o sistema escravocrata. Neste sentido, a população escravizada era representada como passiva. Ainda sobre esta questão, não podemos avaliar se o papel de negros abolicionistas como José do Patrocínio era abordado nas salas de aula.

De acordo com os Programas estaduais, o professor tem o papel de transmitir aos alunos os seus deveres cívicos. Ademais, inspirar-lhes o patriotismo e a solidariedade humana a partir do conhecimento das instituições sociais, das leis e da moral. O docente teria sucesso nessa empreitada caso conseguisse despertar nos discentes sua parcela de responsabilidade no desenvolvimento do país.

O uso de fotografias, mapas, jornais, revistas, imagens e estampas era incentivado enquanto métodos ativos para o ensino, assim como a visita a bibliotecas, museus e lugares históricos. O ensino cívico deveria ser efetivado através de situações didáticas práticas com o intuito de estabelecer vínculos de responsabilidade comum entre os educandos e para que se formasse uma juventude conscientizada com o seu o compromisso de servir à pátria.

Nesse quadro, constatamos claramente a presença de instruções inspiradas nos procedimentos trazidos pela Escola Nova, com o realce da metodologia ativa exercendo o estímulo dos alunos para o ensino da disciplina e o despertar da observação e criação de atividades, como a confecção de álbuns, desenhos, questionários, composições, testes, jornais de classe e a homenagem aos representantes dos acontecimentos. Além disso, as incorporações de atividades que encorajavam ao trabalho e ao desenvolvimento técnico de habilidades.

Segundo os Programas, o ensino dos conteúdos de Geografia, História e Educação Moral e Cívica deveria iniciar-se pelo ensino dos fatos previamente conhecidos dos alunos. O professor deve levar aos educandos o aprendizado de sua posição no meio onde vivem e no conjunto da nação. A história era trazida à sala de aula na forma de uma narrativa marcada por episódios que evidenciavam a centralidade do Estado nacional, por meio das atuações de seus governantes, na construção do país.

Nestes Programas percebemos a disposição de colocar a educação a serviço da formação da força de trabalho urbano-industrial. Assim, estimula-se a visita recorrente dos alunos aos espaços fabris e comerciais, e valoriza-se o aprendizado do sentimento de amor ao trabalho. Nessa perspectiva, os estudos e reflexões escolares sobre o bairro e seus espaços comerciais e industriais possuíam o objetivo de valorizar o trabalho como motor do desenvolvimento e do progresso do país. Assim estabelece o Programa de 1934:

Partindo de observações que poderão ser feitas durante excursões a companhia de transporte, a fábricas e estabelecimentos comerciais a repartições de estatística, etc., faremos ressaltar a

importância dos meios de transporte, a necessidade de aumentar a produção, alargar o comércio e fomentar as indústrias.

A História escolar emerge como instrumento da construção de um nacionalismo e de uma modernidade autoritária que se instalara no país. A História escolar deveria ensinar a obediência do cidadão e a importância do cumprimento dos deveres cívicos. Segundo os Programas de 1934:

No ensino de História da Pátria, devemos ter sempre presente que os fatos históricos valem menos como conhecimento a adquirir do que pelas conclusões de ordem social e econômica que deles possamos tirar.

O ensino primário foi objeto de regulamentação nacional depois de 1942, quando a reforma empreendida pelo então Ministro da Educação Gustavo Capanema lançava transformações também no âmbito do ensino secundário. Até o ano de 1946 oito decretos-lei originaram as chamadas Leis Orgânicas do Ensino. Para Almeida, especialmente em Pernambuco, o ensino foi designado como instrumento de fundamental importância para a consolidação da ordem autoritária estadonovista (ALMEIDA, 1998). Entendido como instrumento de educação política, o ensino de História é central nas propostas de formação do cidadão nacional, patriota e respeitador da moral e adepto do civismo (FONSECA, 2011). Enfim, no contexto do Estado Novo, nota-se a permanência da orientação da História tradicional: ensino de uma História biográfica e episódica, veículo da divulgação das noções de pátria, tradição, família e nação.

### **3. Algumas considerações finais: os conteúdos de História como instrumentos de instituição dos dispositivos da nacionalidade e governamentalidade.**

A reflexão sobre os Programas de Ensino Primário do Estado de Pernambuco nos remete à escola como palco das tentativas de instituição de uma nova governamentalidade, das tentativas de instituição de uma sociedade disciplinada e de um o “novo corpo social” do país na recente ordem republicana. Segundo Michel Foucault, o dispositivo da governamentalidade diz respeito ao “conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas [do regime republicano brasileiro, neste caso] que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população [entidade visível no Brasil após a abolição da escravatura e proclamação da República], por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2001, p. 291-292).

Se nas primeiras décadas republicanas, procura-se instituir a nova governamentalidade a partir do discurso real-naturalista, nos anos 1920, o discurso nacional-popular transformará as representações acerca da “população” e, por conseguinte, sua relação com a nação e o governo. Como a governamentalidade institui o Estado com as funções de gerir a população, um “sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo” (FOUCAULT, 2001, p.289), o discurso nacional-popular transforma a representação hegemônica sobre o “povo” enquanto sujeito e objeto do Estado.

O dispositivo da governamentalidade dirige as relações entre o Estado e a população, enquanto o dispositivo da nacionalidade

governa as relações simbólicas entre os diversos grupos sociais, entre os intelectuais e o “povo” e também entre o “povo” e a “nação”.

O dispositivo da nacionalidade é definido, segundo Albuquerque Júnior (1994, p.2), como

uma rede tecida [que envolve o homem ocidental desde o século XVIII] entre discursos, instituições, organizações administrativas, decisões regulamentares, leis, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, ou seja, entre o dito e o não-dito, que têm como preocupação central o “princípio da nacionalidade”.

Conforme colocou Stuart Hall, “a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural” (2001, p.49). A nação é narrada como uma comunidade imaginada (ANDERSON, 1989) que supera as divisões e diferenças internas, os conflitos e diferenças sociais. O discurso nacional procura representar a diferença como unidade ou identidade no exercício da criação da coesão social e da manutenção da estrutura de dominação dos Estados Modernos.

O dispositivo das nacionalidades criava também o “cidadão”, indivíduo

disciplinado pela sujeição e subjetivação dos códigos de civismo e patriotismo [...] O homem das nacionalidades é também uma invenção dos séculos XVIII e XIX, filho da modernidade burguesa. Tornar-se membro de uma nação soberana requer, desde uma disciplinarização dos corpos, até uma disciplinarização do espírito,

eliminando ou gerindo as forças, os movimentos, os desejos que sejam discrepantes (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1994, p.2).

É justamente isso que está em jogo na escola pública e no ensino dos conteúdos históricos da década de 1930. A escola emerge como espaço privilegiado de funcionamento destes “mecanismos de produção de territórios homogêneos: como a nação, a cultura nacional, a política nacional, a economia nacional, o trabalhador nacional, o movimento trabalhista nacional” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1994, p.2). A escola é esse espaço por excelência de formação deste cidadão nacional disciplinado, de interpelação e subjetivação do indivíduo como sujeito nacional em um contexto de fragmentação e esgarçamento das relações sociais com a integração periférica do país nas redes internacionais de trocas econômicas, culturais e tecnológicas, da transformação das sensibilidades e práticas culturais com a crescente modernização e urbanização do país e de ação dos movimentos regionalismos que reagem às tentativas de unificação cultural a partir do Centro-Sul. Neste sentido, o olhar regionalista impresso nos Programas do ensino primário contrastava com os Programas nacionais para o ensino secundário implementados no Ginásio Pernambucano impostos nacionalmente a partir da Reforma Campos de 1931, onde observamos a exclusão de personagens históricos regionais e a valorização de personagens que representassem a unidade nacional.

Os Programas referentes aos conteúdos históricos para o ensino primário gozaram de certa autonomia até 1942 quando começaram as reformas encampadas por Gustavo Capanema. Escaparam, de certa forma, da queima das bandeiras estaduais,

evento simbólico das políticas que visavam o apagamento das identidades regionais no Estado Novo. Apesar do olhar historiográfico eurocêntrico, “estadocêntrico”, masculino, cristão e positivista ser comum, havia diferenças entre os Programas pernambucanos para o ensino primário e os Programas nacionais para o ensino secundário tal como a centralidade das narrativas e personagens locais na definição do passado nacional. O dispositivo da nacionalidade é construído em torno de disputas entre regiões na definição da face histórica e cultural do nacional. No entanto, se também refletirmos sobre o funcionamento do dispositivo da governamentalidade nos dois Programas (o primário e o secundário), percebemos a coincidência nas finalidades do conhecimento histórico e na feição do ideal de cidadão nacional que uniam as elites locais e nacionais definidoras dos conteúdos a serem ensinados. Estavam unidas em torno do projeto de nação e da definição das novas estratégias de controle social no pós-trinta.

Conquanto pertença a todas as disciplinas do curso a formação da consciência social do aluno, é nos estudos de História que mais eficazmente se realiza a educação política, baseada na clara compreensão das necessidades da ordem coletiva e da estrutura das atuais instituições políticas e administrativas. (ABUD, 1993, p. 166).

A desvalorização do ensino de conteúdos que demonstravam o protagonismo ou mesmo a existência dos movimentos sociais, a transformação da sociedade e a sucessão de regimes políticos era estratégico para um regime que pretendia uma representação despolitizada do social atribuindo ao Estado “uma margem ilimitada

de ação para promover politicamente a cooperação orgânica entre os diversos segmentos sociais” (PÉCAUT, 1990. p.51).

## REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia Maria. Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas. In *Revista Brasileira de História*, vol.18, no.36, p.103-114, 1998.

\_\_\_\_\_. O ensino de história como fator de coesão nacional: os programas de 1931. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, vol.13, n° 25/26, 1993.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A moldura das nacionalidades. In *O Engenho Antimoderno: a invenção do Nordeste e outras artes*, Campinas, Unicamp, 1994 (Tese de Doutorado). Disponível em <<http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/index2.htm>>. Acesso em 30 de março de 2008.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência nacional*. São Paulo, Editora Ática, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Pernambuco Imortal: evolução histórica e social de Pernambuco*. Recife: Editora CEPE, 1997.

ARAÚJO, Cristina. A reforma Antonio Carneiro Leão no final dos anos 1920. *Revista Brasileira de História da Educação*, n° 19, Campinas, p. 119-136, jan./abr. 2009

ARAÚJO, Maria Cristina de Albuquerque. A Reforma Carneiro Leão em Pernambuco. In: ARAUJO, J. C. de S.; MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.. *Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)*. Uberlândia: EDUFU, 2011.

ATAÍDE, Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida. *A construção da verdade autoritária*. São Paulo: Humanitas; USP, 2001.

BITTENCOURT, Circe Maria F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. (Coleção docência em formação. Série ensino fundamental). São Paulo: Cortez, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no Plural*. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2003.

\_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHERVEL, A. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Teoria e Educação. Porto Alegre, nº 2, p. 177-229, 1990.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1989.

FONSECA, Thais Nívia de Lima; VEIGA, Cynthia Greive. *História e historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. *História & Ensino de História*. Autêntica: Belo Horizonte, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2001a.

GEORGE, Michael. A educação e o Estado Novo: a ratificação da ordem dominante e a construção do imaginário político brasileiro. *Periódico de Divulgação Científica da FALS*, ano I, nº 2, 2008.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. São Paulo: FGV, 1998. p. 53 – 72.

GOMINHO, Zélia. *Veneza Americana X Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40)*. Jaboatão dos Guararapes: Ed. do Autor, 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A editora, 2001

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.

- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus: Unicamp, 1986.
- MICELI, Sérgio. A política cultural. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. São Paulo: FGV, 1998. p. 191 – 196.
- NADAI, Elza. O Ensino de História e a “Pedagogia do Cidadão”. In: PINSKY, Jaime (Org.). *O Ensino de História e a Criação do Fato*. São Paulo: Contexto, 1988b. P. 23-30.
- NUNES, Clarice. A escola reinventa a cidade. In: HERSCHMANN, Micael M.. PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.
- PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 9 – 42.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. *História e História Cultural*. 2º edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PILETTI, Nelson. *História da educação no Brasil*. São Paulo: Editora Ática. 4º Edição, 1994.
- PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1988.
- PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA. Recife: Diretoria Técnica de Educação, 1934.
- ROMANELLI, Otaíza. *História da educação no Brasil: 1930-1973*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- SAVIANI, Dermeval. *Histórias das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1991.

SILVA, Lucas Victor. *O carnaval na cadência dos sentidos: uma história sobre as representações das folias do Recife entre 1910 e 1940*. Recife, UFPE, 2009 (Tese de Doutorado).

SILVA, Nathalia Cavalcanti da. *Entre a nação e a região: o ensino de História em Pernambuco na década de 1930*. Recife: Ed. da autora, 2013. Relatório do Programa Institucional de Iniciação Científica: CNPq/UFRPE.

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. Brasília: *Estudos RBEP*, vol. 88, nº 219, 2007. p. 291-309.

# **Trabalhadores rurais, Camponeses e Movimentos Sociais Rurais nos livros didáticos de História: breves apontamentos para uma reflexão sobre o lugar desses sujeitos na literatura escolar**

JULIANA ALVES DE ANDRADE  
Doutora em História UFPE  
Departamento de Educação UFRPE  
Coordenadora do NEPHECS

Retratar as mudanças de vida dos trabalhadores rurais, dos artesãos e tecelões pode parecer um registro de frustrações e fracassos, mas a experiência apresenta muitas tradições que se originam deste período. Dos primeiros estágios da autoeducação política de uma classe, que dizem respeito aos efeitos morais da sociedade, acompanhamos com o autor [Grifo nosso E. P. Thompson] o despertar de uma autoconsciência coletiva, associada a teorias, instituições, normas disciplinares e valores comunitários correspondentes que distinguem a classe operária do século XIX da plebe do século XVIII. (VENDRAMINI, 2000, p. 32).

O debate proposto por Célia Regina Vendramini sobre a riqueza das experiências vividas pelos trabalhadores rurais,

artesões e demais sujeitos que vivem no campo<sup>3</sup> é um convite à comunidade acadêmica e escolar a lançar luz sobre o importante papel desempenhado por esses sujeitos na construção de uma tradição organizativa e colaborativa que contribuem positivamente na formação dos movimentos sociais contemporâneos.

Esse chamado é, sobretudo, os profissionais do campo da história para estudar a resistência cotidiana de trabalhadores, camponeses, quilombolas e indígenas frente às mudanças impostas pelo avanço das fronteiras agroexportadoras e enfrenta-lo em sala de aula, num movimento de rememorar os grupos sociais silenciados por um currículo pautado pelo modelo civilizatório da sociedade europeia. Haja vista ser o papel do ensino da história nos conduzir “ao aprendizado da alteridade, da tolerância e da mudança como condição mesma de nossa existência e de todas as coisas” (DURVAL JÚNIOR, 2012, p.11).

Diante desse desafio, como pesquisadora do universo rural<sup>4</sup> e professora dos componentes curriculares Metodologia do Ensino

3 Para Célia Vendramini a concepção de trabalho adotada difere do trabalho assalariado e alienado, que separa atividade intelectual e manual, produtor e produto, e individualiza as relações entre os próprios homens. Portanto, o trabalho é aqui compreendido como relação social fundamental que define a existência humana, sendo a educação e a escola processos que se desenvolvem historicamente concomitante às formas de trabalho e às necessidades da vida social. VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra, trabalho e educação: experiências socioeducativas em assentamentos do MST.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.

4 Durante o mestrado e o doutorado estudamos a formação do campesinato em Alagoas. No primeiro momento, investigamos quem eram os sujeitos que viviam na zona da mata alagoana, e em seguida o seu lugar social numa sociedade marcada pelas relações escravistas. ANDRADE, Juliana Alves de. **A mata em Movimento: Coroa portuguesa, Senhores de Engenho, Homens Livres e a produção do espaço na Mata Norte de Alagoas.** Mestrado: UFPE, João Pessoa, 2008.; \_\_\_\_\_ . **Gente do Vale: Experiências Camponesas no interior da Província das Alagoas (1870-1890).** Doutorado: UFPE, Recife, 2014.

de História e Estágios Supervisionados no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, percebemos a necessidade de problematizarmos como os sujeitos que vivem no campo estão sendo abordados nos livros didáticos de história e na prática pedagógica dos futuros professores de história, por ser uma temática ausente no planejamento de ensino desses docentes em formação. Como não sistematizamos a representação desses sujeitos na prática pedagógica dos professores, apresentaremos neste artigo, breves apontamentos sobre o lugar do camponês, trabalhador rural e dos movimentos sociais rurais na literatura escolar.

O presente trabalho tem como objetivo analisar como a literatura escolar no contexto atual aborda as temáticas Campesinato, Trabalhadores Rurais e Movimentos Sociais Rurais nos livros de história, destinados aos alunos do 3º ano do Ensino Médio. A fim de propor reflexões iniciais sobre o tema, neste artigo nos dedicamos a estudar como esses sujeitos são representados nos textos didáticos quando problematizados nas aulas de história os seguintes assuntos: a expansão das fronteiras agroexportadoras no século XX e XXI, a ocupação do território e a mobilidade populacional na primeira metade do século XX, modernização, industrialização e globalização da agricultura. Com o intuito de traçar algumas relações entre o saber histórico escolar e saber de referência (a produção da chamada Nova História Agrária). Nossa proposta é apresentar alguns caminhos para se pensar práticas pedagógicas e curriculares mais inclusivas, mostrando que, embora os livros didáticos não tratem esses sujeitos de forma pejorativa e estereotipada, observa-se que devemos trabalhar para que seja minimizado o silenciamento em torno desses

importantes personagens para o processo de ocupação econômica, política e cultural do campo.

Para que pudéssemos sistematizar esses breves apontamentos, lançamos mão do debate historiográfico acerca do universo rural brasileiro e da observação de seis coleções de livros didáticos de história aprovados pelo PNLEM 2015. O ponto de partida para o estudo foi à observação de como seus respectivos autores trabalhavam as categorias camponês e trabalhador rural e alguns temas: às formas de acesso a terra, às relações de trabalho no campo, às lutas e organização dos trabalhadores rurais sem terra e demais grupos organizados; tipos de propriedades rurais, agricultura patronal e agricultura familiar, formas alternativas de agricultura; biotecnologia e agricultura; produção de alimentos versus fome.

Tal proposta de estudo se justifica pelo fato do livro didático ser considerado como currículo visível e um dos dispositivos específicos do processo de escolarização; um objeto repleto das interferências dos mais variados setores e grupos sociais, desde os que tratam das especificidades técnicas e econômicas até os que exploram suas possibilidades didático-pedagógicas e dimensões política e cultural e Produto da cultura de um tempo-espaço, indissociável da mirada sobre/para a escola, a educação e os diferentes conhecimentos e papéis que lhe são reconfigurados (CHOPPIN,1990,p.177-229).

Assim, tentando identificar em que medida o saber histórico escolar incorporou em seus livros didáticos os novos debates acerca do mundo rural, organizaremos o artigo em duas partes. A primeira que trata sobre a atual produção do campo da chamada Nova História Agrária, e em seguida passaremos para os apontamentos sobre o universo rural nos livros didáticos.

## Os novos cenários e antigos atores do mundo rural brasileiro: perspectivas historiográficas

Nas últimas três décadas, presenciamos a consolidação da História Agrária<sup>5</sup> enquanto um campo de pesquisa no Brasil. O intenso debate tem produzido importantes revisões em torno de temas já consagrados pela historiografia. Os estudos sinalizam aspectos até então negligenciados da realidade agrária brasileira, ao trazer a público, um debate sobre os conflitos rurais, as formas de organização, resistência e ação política camponesa, a problemática das fronteiras, a sociabilidade rural, a legitimação de formas de dominação da propriedade em suas distintas modalidades, e a formação do campesinato independente de recorte temporal (de curta ou longa duração) e espacial.

Desse, o termo camponês além de ser polissêmico, sempre foi muito polêmico. Seu emprego é marcado por debates acalorados e, normalmente, encontra-se associado ao seu processo de reconhecimento político. Em síntese, os “largos limites” que o termo camponês conquistou, de certa forma, dialogam com o debate proposto pela historiografia recente. Segundo Reinhart Koselleck um conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito. E diferente do que acontece com as palavras, que o

5 Chama-se história agrária ou história social da agricultura um conjunto de pesquisas que privilegiam o universo rural em seus múltiplos desdobramentos. História Agrária. In: MOTTA, Márcia. (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp.72-75.

sentido pode ser determinado pelo emprego, o conceito deve *manter-se polissêmico*<sup>6</sup>.

Entre a caracterização de homens livres pobres, trabalhadores nacionais, pequenos proprietários, moradores, lavradores, camponeses brasileiros (WELCH, 2009. p.24) vimos o conceito de camponês se modificar. Para historiador Ciro Flamarion, a lógica de uma economia camponesa, estaria pautada numa estrutura, caracterizada por quatro características: 1) acesso estável a terra, seja ele em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar (o que não exclui, em certos casos, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar); 3) economia fundamentalmente de subsistência, sem excluir por isto a vinculação eventual ou permanente com o mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões essenciais sobre o que plantar e de que maneira, como dispor do excedente (CARDOSO, 1982, pp.51-52).

Ao estudar os camponeses do vale do Mundaú e Paraíba na minha tese de doutorado, adotei como referência a concepção de campesinato formulada por Ciro Flamarion e Hebe Maria Mattos, esses autores, além de incorporar à lógica de A. Chayanov, ou seja, a de uma economia caracterizada pelo acesso a terra e pela utilização da mão-de-obra familiar, os autores concebem ser possível num projeto camponês à utilização do

6 Sobre história dos conceitos e seu papel no processo de construção do conhecimento histórico ver os Capítulos I, II, III do livro *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

trabalho adicional, que, no caso brasileiro, poderia significar o trabalho livre ou escravo. Eles não descartam a possibilidade de um vínculo dessa economia com o mercado, que se traduzia na comercialização de eventuais excedentes e na compra do que era produzido diretamente nas propriedades. Outro ponto a ser destacado na análise desses autores é a concepção de campesinato sob a ótica da autonomia.

Para Ciro Cardoso, a autonomia era estrutural, de modo que o camponês decidia sobre as suas atividades agrícolas, escolhendo o que, quando, onde plantar e como dispor dos excedentes. Ao analisar o campesinato brasileiro. No entanto, entre os estudiosos desse tema, tal autonomia era relativa, mas, sobretudo uma descaracterização da unidade produtiva familiar. Para Márcia Motta, o que caracteriza o pequeno lavrador como camponês é a ausência de escravos em sua unidade produtiva, no caso em há a posse de escravos esses sujeitos, não podem ser mais considerados como camponeses, mas sim, como pequeno produtor escravista.

No meio desse debate, dos que tentavam definir quem era ou não camponês, encontramos um esforço coletivo, não só intelectual, mas também político de diferentes profissionais, em torno do papel e do lugar dos camponeses nas sociedades capitalistas. Desde os finais dos anos de 1970 e início dos anos 1980, quando a complexidade das relações sociais no mundo rural aumentaram em decorrência das transformações ocorridas no campo e o surgimento de uma nova mobilização coletiva. Nota-se que a partir de então os trabalhos no campo das ciências sociais tem dado preferência pelo emprego de categorias descritivas, ou categorias empíricas, como as de sem-terra, assentados, em

detrimento do uso de conceitos-síntese como o de camponês ou o de pequeno produtor.

Segundo a socióloga Marta Marques, essa postura se volta para a problemática das diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital e para o processo de diferenciação social interna à produção familiar e sua polarização entre agricultores integrados e pequenos produtores excluídos (MARQUES, 2008, pp. 57-67). Nos últimos anos, reconhece a autora, o conceito de agricultura familiar é proposto por alguns autores como substituto para o de camponês enquanto conceito-síntese, por não abrigar tais relações. Para Marta Marques, isso é uma postura que precisa ser melhor refletida por muitos, seja na academia, na burocracia do Estado, ou também entre os próprios agricultores, seus sindicatos e movimentos sociais. Essa substituição se dá com base na adoção de uma abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento da história e contribui para o empobrecimento do debate político em torno da questão agrária. Diferentemente do que ocorreu com o conceito de pequena produção, que aparece de forma articulada ao de camponês em algumas produções, o emprego do conceito de agricultura familiar passa pela afirmação de sua diferença em relação ao de camponês, que não mais se aplicaria às novas realidades criadas a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Por fim a presente Marta Marques, observa que, curiosamente, desde meados dos anos 1990, a crescente crítica ao modelo de agricultura industrial capitalista e aos seus impactos negativos sobre a diversidade cultural e ambiental do planeta, tem dado lugar ao ressurgimento do campesinato como identidade política. Neste cenário, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

Terra (MST) passa a se auto-definir como um movimento camponês, filiando-se à Via Campesina, organização internacional que congrega camponeses de várias partes do mundo, e contribuindo ativamente para as ações que esta realiza no Brasil.

O podemos observar que esse debate sobre o uso do conceito, abre um campo de possibilidades, que rompe não só com o essencialismo das reflexões marxistas dos anos de 1960, mas também com o formalismo das definições mais rígidas instituídas nos anos de 1980, seriam aquelas que tomam o campesinato como uma identidade, construída e redefinida em função de fatores diversos, de contextos históricos, sociais, culturais, e mesmo do trabalho de representação de atores políticos, como organizações, partidos e lideranças, formuladas a partir dos anos de 2000, quando o diálogo multidisciplinar no interior das ciências humanas estabeleceu novas delimitações para o termo *camponês*.

Segundo Mario Grynspan “camponês é uma forma determinada de estar no campo” (MOTTA, 2005. pp.72-75). E, essa “forma determinada” para ser reconhecida como tal, possui alguns princípios básicos que permite tanto aos intelectuais, quanto aos militantes dos movimentos sociais, dialogarem em torno de “pontos comuns” capazes de demonstrar a presença, a forma ou a condição camponesa, sob as variadas possibilidades de objetivação ou de situações sociais. Entre as mais reconhecidas estão aquelas em que (os sujeitos) tem acesso a uma parcela de terra para produzir (legal ou não). Sua produção se faz, fundamentalmente, a partir da força de trabalho familiar (não excluindo uma força adicional) e sendo a unidade de produção familiar, ao mesmo tempo, consumidores e produtores (o que não exclui a possibilidade da comercialização de excedentes).

Já que viver o rural é uma forma de estar no campo, empregamos para essa prática o termo com vistas a nos aproximar das *experiências* dos sujeitos que “viveram no/o rural”. Para E.P. Thompson é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente.

E como acreditamos que essa “vida rural” possui diversos significados. Não podemos reduzi-la, por exemplo, a três elementos “Monocultura, latifúndio e Escravidão”, como fez Gilberto Freyre na década de 1930 ao definir a “sociedade que surgiu, floresceu e depois entrou em declínio nas regiões litorâneas do Nordeste Brasileiro entre meados do século XVI e o final do século XIX”. Toda experiência histórica é obviamente, em certo sentido, única.

Segundo Raymond Williams essa diversidade pode ser percebida tanto nos sentidos, quanto a partir das atividades, do espaço e do tempo (WILLIAMS, 2011,pp.11-22). Para ele, a ideia de “vida rural” está ligada a experiência de cada sujeito. Inclusive, traz a sua própria concepção de mundo rural, para mostrar a existência de diferentes sentidos para o mesmo

7 Conceito problematizado por Edward Paul Thompson para explicar o processo histórico, visto pela produção intelectual como um termo ausente. Para o autor a experiência “surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao mundo”. Ela é “determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados”. THOMPSON, Edward Paul. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p 16.

espaço, quando comparada a outras narrativas (literárias ou não) ao afirmar que:

São os olmos, os pilriteiros, o cavalo branco no campo que vejo pela janela enquanto escrevo. São os homens na tarde de novembro, voltando para casa depois da poda, as mãos enfiadas nos bolsos dos casacos cáqui; as mulheres de lenço na cabeça, paradas às portas das casas, esperando pelo ônibus azul que o levará para o campo, onde trabalharão na colheita durante o horário escolar. È o trator descendo a estrada, deixando a marca denteada dos pneus na lama; é a luz acesa na madrugada, na criação de porcos do outro lado da estrada, no momento de um parto; o caminhão lerdo na curva fechada, repleto de carneiros amontoados na carroceria; o cheiro forte do melão na forragem. É a terra estéril, de argila saibrosa, não muito longe daqui que está sendo loteada para a construção de casas, ao preço de 12 mil libras o acre (WILLIAMS, 2011,p 14).

Esse enfoque nas experiências “vivas” pelos sujeitos históricos busca, de alguma maneira, entender as relações sociais de uma forma mais ampla, mesmo que esse universo seja o microcosmo. Partindo dessa perspectiva, muitos pesquisadores com variadas motivações, enfatizam um ou alguns desses elementos e acrescentam outros sentidos, um exemplo desse movimento está no reconhecimento de que não basta considerar a especificidade da organização interna da unidade de produção (a família trabalhadora e gestora dos meios de produção alocados), porque, muitas vezes, essa distinção será usada para diferenciar os modos de existência dos camponeses dos de outros trabalhadores

(urbanos e rurais), que não operam produtivamente sob tais princípios. É preciso compreender o mundo cultural, político, econômico e social em que o camponês produz e se reproduz. Nesse sentido, acrescenta os autores, que ser *camponês* é:

Categoria política, reconhecendo-se pela possibilidade de referência identitária e de organização social, isto é, em luta por objetivos comuns ou, mediante a luta, tornando comuns e projetivos. A esse respeito, devemos romper com a primazia do econômico e privilegiar os aspectos ligados à cultura. Ao incorporar as múltiplas dimensões da prática dos agentes, destacamos o papel da experiência na compreensão e explicitação política das contradições do processo histórico. Essas contradições revelam conflitos entre normas e regras que referenciam modos distintos de viver, em plano local ou ocupacional<sup>8</sup>.

Dessa forma, acreditamos que a ampliação dos limites conceituais do termo *camponês*, nos faz perceber que muitos deles que não estavam vivendo uma condição camponesa, não deixavam de desejá-la. Muitos desses homens, que viviam em Alagoas no século XIX, por exemplo, encontravam-se mobilizados politicamente para lutar pela objetivação dessa condição de produção e reprodução de vida, como os moradores de engenho. No caso do nordeste, especialmente o alagoano, essa elasticidade

8 Definição atual do conceito de Camponato. MOTTA, Márcia, ZARTH, Paulo. (org.). **Apresentação à Coleção**. In: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, Vol. 1: Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP, Brasília Editora UNESP, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008. pp. 07-08

e capilaridade conceitual, tem permitido o reconhecimento da presença camponesa em áreas de *Plantation*. Para os pesquisadores, as práticas camponesas coexistiam com outros modos de produzir, que mantêm relações de interdependência, fundamentais à reprodução social nas condições hierárquicas dominantes. As experiências são parte importante da tradição organizativa desse grupo e compõem uma tradição de solidariedade que contribuiu positivamente na construção dos movimentos sociais contemporâneos. Os trabalhos mais recentes têm demonstrado que a produção de alimento tem sido realizada lado a lado ou no interior das grandes fazendas de produção de cana, algodão e café. Essa condição camponesa aparece, geralmente, sob a designação de colonos, arrendatários, parceiros, agregados, moradores e até sitiantes.

Percebemos com isso que, compartilhar em nosso trabalho os debates estabelecidos pela sociologia rural, ou ainda as calorosas discussões da história social da escravidão sobre o que é ser livre, liberto, pardo, preto e pobre numa sociedade rural marcada pelas relações escravistas, e as entusiasmadas conclusões da história agrária sobre a dinâmica e estrutura agrícola brasileira em diferentes regiões do século XVI ao XX é há grande chance de construir um quadro interpretativo que possa aproveitar os inúmeros significados produzidos pelas mais variadas especialidades em torno da vida do camponês brasileiro do século XIX.

É nesse sentido que, não podemos considerar o camponês como um sujeito “excluído” da história e da historiografia. Essa assertiva precisa ser questionada. Por que nem o camponês se encontra excluído do fazer histórico, já que sua socialização e sua condição de vida têm sido intensamente debatidas por

diferentes áreas do saber, como foi citado anteriormente e nem a historiografia pode afirmar que eles estão excluídos do seu *métier*, uma vez que não faltam estudos específicos sobre as diversas maneiras como os camponeses foram vistos, classificados, problematizados e conceituados.

A partir desse debate redefinimos o nosso trabalho que era “analisar o lugar social ocupado por homens e mulheres livres na região dos rios Paraíba do Meio e Mundaú no período de desagregação da escravidão entre os anos de 1850 a 1889”<sup>9</sup>. Em função de, reorientamos o trabalho para ser um estudo de caso sobre o campesinato. Desejávamos saber a partir de então “como a população livre moradora dos vales entre 1870-1890 tinha acesso à terra e que tipo de implicação esse acesso possibilitava a suas vidas”. Já que a minha preocupação não se restringia a questão fundiária, uma vez que, procuramos perceber as estratégias de sobrevivência adotadas pelo segundo maior grupo populacional, que habitava o universo rural alagoano durante o período escravista e pós-escravista. Com isso, buscávamos entender de que maneira a reorganização da economia do vale do Paraíba do Meio e do Mundaú e as reformas sociais refletiam na vivência cotidiana de parte significativa da população que habitava Alagoas. Estamos interessados em saber Como a estrutura agrária local se especializou num determinado tipo de produção? Como se organizavam suas esferas produtivas? Elegemos assim como espaço de investigação, a região

9 Projeto de pesquisa cujo título recebeu o nome de **Gente do Vale**: Trajetórias dos homens livres no Vale do Paraíba do Meio (Alagoas 1850-1889) foi apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco em 2009, para que fosse desenvolvido em nível de doutorado até o presente momento

do Vale do Mundaú e Vale do Paraíba do Meio (onde estão situadas as comarcas de Atalaia, Imperatriz, Pilar e Assembleia), por vários motivos, entre tantos, podemos destacar o significado que a região assumiu a partir de 1870, quando o processo de expansão das fronteiras agroexportadoras voltava-se para ocupação desses espaços.

Além do dinamismo econômico, que marcou a região, ela era densamente povoada e possuía um forte comércio e concentrava grande número de *homens livres*. O fato da Comarca de Atalaia possuir um considerável número de livres e libertos nas últimas décadas de vigência da escravidão, sendo, segundo o recenseamento de 1872, possuidora da segunda maior população livre das Alagoas, ficando atrás apenas, da região Norte (Passo do Camaragibe), reduto de uma das famílias mais influentes da Província (Família Mendonça). Essa presença acentuada da população livre fez com que os vales, não passassem despercebidos. Como em épocas anteriores, no século XIX o sentimento não podia ser diferente. Os *desmedidos* do movimento *quebra-quilos* em 16 de Janeiro de 1875 em União dos Palmares demonstraram toda a sua força “na feira da cidade”, expressando que possuíam suas próprias práticas comerciais “por isso desconhecia essa forma de medir”<sup>10</sup>.

10 Nas primeiras semanas do ano de 1875 os pequenos produtores de Muricy, Imperatriz e Assembleia se recusavam a usar o novo sistema métrico para medir seus produtos vendidos na feira de Imperatriz. Essa recusa por parte dos “feirantes”, não acontecia somente na Província das Alagoas, mas em outras províncias como na Paraíba, em Pernambuco e Rio Grande do Norte entre os meses de dezembro de 1874 a março de 1875. Tal revolta teve uma grande repercussão na imprensa. APA. **Relatório da delegacia de polícia do termo de Atalaia 20 de Janeiro de 1875**. Caixa Movimento sediosos na Província. Folha 9.

Com isso, percebemos que, diferente do que considera a historiografia alagoana, o Vale do Mundaú e do Paraíba do Meio, não era nem “encoberta por engenhos e nem por fazendas de algodão”. Os vales formavam uma *outra fronteira* a ser conquistada pelo “progresso industrial capitalista do final do século XIX”. Embora essa meta só tenha sido alcançada nos anos de 1950, quando os usineiros, conseguiram subir e descer os tabuleiros e alcançar as várzeas do Mundaú e Paraíba do Meio.

Além disso, como se percebe, com a abolição da escravidão, a região acabou aproveitando a força de trabalho de sua população, em atividades ligadas à agricultura familiar (pequenos sítios com produção de mandioca, inhame, laranja, milho e gado), situação que será modificada a partir da década de 1950 com a consolidação dos complexos industriais de açúcar e álcool, quando “terá início um intenso processo de expropriação”, e esse segmento começará a migrar para a capital (Maceió) ou se tornar os contemporâneos trabalhadores do corte da cana (moradores de usinas ou de cidades cuja economia depende desse setor). Com isso, não digo que a migração interna em Alagoas só tenha acontecido a partir desse período, tenho consciência de que esse fenômeno, como demonstra a historiografia, parecer ser atemporal, tendo em vista as características das populações rurais, sobretudo, dada a sua necessidade de sobrevivência individual ou coletiva.

Esse recorte oferece a oportunidade de entender as consequências e implicações da Lei de terras implementada em 1850, a crise econômica do setor agroindustrial e abolição da escravatura sobre uma região que abrigou uma das mais duradouras “comunidades camponesas” do Atlântico Sul. Esse recorte

temporal de perspectiva social foi formulado no diálogo com o debate da historiografia atual, no qual, reconhece que estudar a população livre, liberta e ex-escrava a partir da ótica da “transição” da escravidão para o trabalho livre, além de reforçar a linearidade do processo histórico. Essa “abordagem sobre a ‘transição’ limita a discussão aos aspectos econômicos da substituição dos escravos pelos trabalhadores livres, quase sempre desconsiderando que os ‘livres’, em sua maioria, haviam sido escravos ou descendiam destes”<sup>11</sup>.

Esse nosso estudo sobre a formação do campesinato em Alagoas permitiu que olhássemos para o livro didático a partir da perspectiva da Nova história Agrária, observando, sobretudo, como no final do século XIX com a desagregação da escravidão e as mudanças na ordem produtiva no meio rural, a cultura camponesa conseguiu resistir. Investigação que nos ajudou a verificar como o abastecimento das famílias, a produção de alimentos e a cultura da agricultura familiar serão abordadas durante o processo de modernização das cidades.

Para analisar como os livros didáticos abordam essas temáticas, basta observar como a capa do livro *História Global-Brasil*

11 Para Walter Fraga Filho esse período deve ser pensado para além do conceito econômico de sistema escravista que tem início no período colonial e o seu fim em 1888. O autor acredita que a escravidão por moldar práticas, definir hierarquias sociais e raciais, e forjar sentimentos, ela não deve ser estudada como um processo linear, contínuo e sem rupturas. FRAGA FILHO, Walter. Encruzilhada da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas, SP: EDUNICAMP, 2006. Inicialmente outros autores já fizeram a crítica essa “visão de transição” Silvia Lara num artigo intitulado “**Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil**” na Revista Projeto História. Nº16 em 1998, pp.26-27 e Sidney Chalhoub na introdução de sua tese de doutorado intitulada **Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. pp.19-20.

e Geral, de Gilberto Cotrim, Ensino Médio, Vol.3, editado pela Editora Saraiva, São Paulo, apresentado, em 2014, para ser avaliado nos termos do Edital do Programa Nacional para o Livro do Ensino Médio para o ano de 2015-PNLEM apresentada o universo rural.



Capa do livro História Global-Brasil e Geral 3. Gilberto Cotim.

A editora Saraiva recorre a duas imagens para sinalizar as mudanças ocorridas no universo rural nos últimos tempos,

mudanças que ocorreram também nas cidades com a influência da informática e das máquinas. A imagem no lado superior é obra do pintor Jean-François Millet, que retrata as respigadeiras<sup>1857</sup>, coletoras de trigo francesas, e no lado inferior uma fotografia da colheita de trigo no estado de Washington (EUA) atualmente (2014). Esse expressivo quadro feito pelo autor nos faz ver as modificações nas formas de produção no meio rural, o modo de vida no campo e a avassaladora ação do capital.

Essa imagem também permite fazer uma leitura de que atualmente, a forma mais eficiente de produzir é o uso da tecnologia. No entanto, não podemos deixar de lembrar a sociedade contemporânea que, embora o campo tenha uma produção em grande escala, os 70% dos alimentos consumidos pelas famílias brasileiras são produzidos pelos agricultores familiares em pequenos sítios ou fazendas de produção de gêneros alimentícios. Tal argumento deve ser apresentado à medida que os adolescentes comecem a perceber que há setores da produção que dependem da produção agrícola industrial, outras das práticas da agricultura familiar.

Assim, se faz necessário historiar o processo de ocupação do campo brasileiro e o papel desempenhado pelos povos tradicionais do campo, como uma forma de mostrar que essas práticas tradicionais não deixaram de existir e que a nossa sociedade depende muito do trabalho desses sujeitos para sobreviver, por que são esses sujeitos responsáveis pela produção dos gêneros alimentícios. Essa preocupação deve ser presente no campo do ensino da história, principalmente, por que os livros didáticos que são:

(...) efetivamente, uns caleidoscópios, e não deveríamos considerá-los como uma única imagem, ou apenas como um reflexo da luz do ensino. A forma de considerá-los depende do que somos, de qual possa ser nosso ponto de vista sobre o curriculum e o ensino, do conhecimento e da aprendizagem (PURVES apud JOHNSEN, 1996).

Partindo da ideia apresentada por Johsen de que o livro didático é um caleidoscópio, podemos afirmar do nosso lugar, que os livros analisados tratam do universo rural numa perspectiva agroexportadora, sinalizando como se deu a organização econômica brasileira por meio da produção açucareira, mineradora e cafeicultura. Os senhores de engenhos e fazendeiros aparecem como sujeitos desse universo e o campesinato brasileiro irá surgir nos anos do século XX com a formação das Ligas Camponesas. O livro *História Global-Brasil e Geral*, de Gilberto Cotrim, Ensino Médio, Vol.3, editado pela Editora Saraiva, aborda no capítulo 6 intitulado “Sociedade e Economia na Primeira República” no item “uma sociedade rural” o quadro populacional e o setor produtivo no qual estava relacionado. Nesse item, são tratados, sobretudo, o contexto político do clientelismo, o voto do cabresto, fraudes eleitorais, a produção econômica em números e os principais produtos de exportação (açúcar, cacau, café, algodão). No capítulo seguinte o autor trata da revolta de canudos e o movimento messiânico.

Observa-se que, embora os autores apresentem o contexto em que vive o povo brasileiro, em espaços ruralizados, o modo de viver no campo dos trabalhadores rurais e camponeses não é mencionado. O mais próximo que o debate histórico chega da proposta da nova história agrária é tratando desses temas. O

silenciamento no material didático sobre esses sujeitos e conceitos, nos alerta sobre os problemas que a naturalização da ocupação espacial pode ocasionar no processo de construção da identidade local e regional.

Nesse sentido, como o livro didático é orientado a organização do curricular no universo escolar e um dos poucos recursos utilizados por crianças e adolescentes para leitura, segundo uma pesquisa nacional do Instituto Pró-Livro, 73% das crianças consultadas apontaram as mães responsáveis pela iniciação à leitura, enquanto que as principais formas de acesso aos livros foram, segundo 60% dos entrevistados, os distribuídos pelo governo e/ou escolas e emprestados por bibliotecas escolares (GALZERANI, 2013, p.288), devemos reforçar que sua produção deve estar em diálogo com a inclusão de novos temas e objetos em seu livro texto.

Embora Ernesta Zamboni, considere que um dos grandes desafios para o processo educativo no contexto contemporâneo é fazer com que os currículos escolares dialoguem com os paradigmas da cultura atual e que comportem práticas que considerem as diferenças sociais, culturais, étnicas, geracionais, de escolhas sexuais, religiosas e outras. Nosso desafio é contribuir com a organização de um currículo escolar de história que colabore com a presença do debate sobre a pluralidade ético-cultural nas escolas.

### **Retratos do mundo rural nos livros didáticos de história**

Como afirmamos anteriormente, escolhemos o livro de Gilberto Cotrim para analisar de que maneira as temáticas aparecem nos livros didáticos. No entanto, a fim de apresentar um

breve panorama de como o universo rural está sendo abordado, observamos seis coleções apresentadas no PNLDEM 2015. Verificamos se os conceitos ou temáticas apareciam no livro texto ou em imagem, se fosse positivo sinalizaríamos numa tabela, que segue abaixo com a letra S, se não fosse apresentado com a letra N, e caso aparecesse parcialmente, marcaríamos a letra P.

Selecionados as cinco primeiras coleções que aparecem no Guia do Livro didático, e nos apropriamos da obra de Gilberto Cotim, por que é o autor mais mencionado pelos alunos do curso de licenciatura em história, por esse ser uma material que no início dos anos 1990 estava problematizando o saber histórico no universo escolar. Cada livro recebeu uma sinalização, conforme está sendo apresentado no quadro abaixo.

Vejamos de forma preliminar o que tem sido abordado nas coleções intituladas (Caminhos do Homem. Autores Adhemar Marques e Flávio Berutti; Conexão História. Autor: Roberto Catelli Júnior; História. Autor José Geraldo Vinci de Moraes; Integralis- História. Autor Divalte Garcia Figueira; História: Cultura e Sociedade. Autor Sandro Vieira e Jean Moreira; História Geral- Brasil e Geral 3. Autor Gilberto Cotrim):

**Breve Panorama dos conceitos e temáticas presentes em seis coleções de livros didáticos de história destinados ao 3º ano do Ensino Médio e aprovadas pelo PNLDEM 2015.**

Conceitos Específicos	Obras Analisadas					
	A	B	C	D	E	F
Campeinato	N	N	N	N	N	N
Trabalhador Rural	N	P	N	P	P	P

Conteúdos Explorados						
Formas de acesso a terra	S	P	S	S	P	P
Relações de trabalho no campo	S	S	S	S	S	S
As lutas e organização dos trabalhadores rurais sem terra e demais grupos organizados	P	P	S	P	S	P
Tipos de propriedades rurais	N	N	N	P	N	N
Agricultura familiar	N	N	N	N	N	N
Produção de alimentos versus superação da miséria	N	N	N	N	P	P

De modo geral, percebemos que a categoria campesinato não aparece em nenhuma das coleções, consideramos que esse silenciamento em torno do conceito, tem suas causas aparentemente ligadas a campanha estabelecida durante os anos 1970 contra a ameaça comunista e o trabalho midiático dos anos 1990 contra o MST. Assim, como camponês a agricultura familiar também não é mencionada. A razão para que esse tema não seja debatido em sala de aula, embora toda a comida consumida nas grandes cidades seja produzida pela agricultura familiar está intimamente ligado ao modelo de desenvolvimento e progresso propagado pelo pensamento moderno, por meio do saber acadêmico e escolar. Os demais temas que aparecem parcialmente fazem parte de um debate mais pontual sobre a organização do mundo do trabalho no período de desagregação da escravidão ou no processo de urbanização das cidades.

Nesse sentido, como se trata de um diálogo inicial, nossa proposta é apresentar alguns caminhos para se pensar práticas pedagógicas e curriculares mais inclusivas, mostrando que,

embora os livros didáticos não tratem esses sujeitos de forma pejorativa e estereotipada, observa-se que devemos trabalhar para que seja minimizado o silenciamento em torno desses importantes personagens para o processo de ocupação econômica, política e cultural do campo.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Juliana Alves de. *A mata em Movimento: Coroa portuguesa, Senhores de Engenho, Homens Livres e a produção do espaço na Mata Norte de Alagoas*. Mestrado: UFPB, João Pessoa, 2008.

ANDRADE, Juliana Alves de. *Gente do Vale: Experiências Camponesas no interior da Província das Alagoas (1870-1890)*. Doutorado: UFPE, Recife, 2014.

CARDOSO, Ciro F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982. pp.51-52.

FRANCO, M.L.P.B. *O Livro Didático de História no Brasil: A versão fabricada*. São Paulo: Global Editora, 1982, 105p. (Coleção Teses Educação 9).

FREITAG, B; COSTA, W.F; MOTTA, V.R. *O Livro Didático em Questão*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989, 159p. (Coleção Educação Contemporânea).

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. *Paisagens da Pesquisa Contemporânea sobre livro didático de História*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

GATTI JUNIOR, D. *A escrita escolar da História: Livro didático e ensino no Brasil(1970-1990)*. Bauru, Edusc, 2004.

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da Leitura para a Leitura do mundo*. São Paulo: Editora Ática, 2002, 6ª ed., 112p.(Série Educação em Ação; Prêmio Jabuti 1994).

LAJOLO, Marisa. *O livro didático em questão*. Brasília, MEC, 1998.

LOMBARDI, J.C. (org.). *Globalização, pós-modernidade e educação: História, Filosofia e Temas transversais*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UNC, 2003, 2ª ed.rev. e ampl. (Coleção educação contemporânea)

LOMBARDI, J.C. (org.). *Pesquisa em Educação: História, Filosofia e Temas Transversais*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UNC, 2000.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. *A atualidade do uso do conceito de camponês*. Revista NERA Presidente Prudente Ano 11, nº. 12 pp. 57-67 Jan.-jun./2008.

MOTTA, Márcia. (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp.72-75.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

PERROT, Michele. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RUDÉ, George. *A multidão na história*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SILVA, A.C. *et al.* A leitura do texto didático e didatizado. In: CHIAPPINI, L. *Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos*. São Paulo, Ed. Cortez, 1997.p.31-93.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária – v. 1. A árvore da liberdade. – v. 2. A maldição de Adão. – v.3. A força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses. In: NEGRO, Antonio Luigi e Sergio Silva (org.). *E P. Thompson: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

VENDRAMINI, Célia Regina. *Terra, trabalho e educação: experiências socioeducativas em assentamentos do MST*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.

*ZEQUERA, L.H.T. História da Educação em Debate: As tendências teórico-metodológicas na América Latina. Campinas, SP: Alínea, 2002.*

WELCH, Clifford Andrew (org.). Introdução- Estudos Clássicos Brasileiros sobre o Campesinato. In: *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, vol. 1. São Paulo: UNESP, Brasília/DF: NEAD, 2009. p.24.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

\_\_\_\_\_. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

é aberta por textos em torno da temática “história, cultura e identidade”. O texto discute a importância da história e defende a sua pertinência enquanto saber que se constitui “na contra-mão da filosofia, da ciência, da religião e do senso-comum”. Em “Tempo de Experimento: o ofício do historiador e as novas linguagens” o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior chama a atenção para a necessidade dos historiadores profissionais repensarem suas práticas de pesquisa com as chamadas “novas linguagens” e incorporarem em suas reflexões teórico-metodológicas os desafios que a análise destas novas fontes impõe. O que implica em uma transformação na formação acadêmica e nos modos de produção e divulgação da narrativa histórica. Alexandre Silva de Jesus participa desta coletânea com o artigo “Patrimônio, atualidade e experiência: elementos para um programa” onde reflete sobre o funcionamento político do dispositivo patrimonial ou museal, uma vez que entende que os processos de patrimonialização e musealização se confundem. O texto articula reflexões de Nietzsche, Benjamin e Agamben à problematização da ordem patrimonial moderna. A temática “História e Educação” traz quatro contribuições. Carlos Augusto Lima Ferreira em “Ser Professor de História: da academia a sala de aula, algumas questões formativas” constrói uma reflexão sobre a formação do campo de investigação do ensino de história no país apontando o crescente interesse dos historiadores pela temática bem como as fronteiras e/ou barreiras que os pesquisadores da área precisam vencer para a consolidação da área e o interesse tais como as relações hierarquizadas entre o ensino e a pesquisa. Ricardo de Aguiar Pacheco discute no artigo “As representações e práticas sociais associadas à formação de professores: formando o professor profissional” como os modelos de formação de professores se articularam às mudanças nas concepções de educação e de professor no Brasil e nos chama a atenção para os dilemas contemporâneos que afetam a construção da identidade docente atual. Os historiadores Nathalia Cavalcanti da Silva e Lucas Victor Silva participam da coletânea com o artigo “Os fatos históricos valem menos como conhecimento a adquirir do que pelas conclusões de ordem social e econômica que deles podemos tirar” que realiza estudo sobre os conteúdos históricos nos Programas de Educação Primária do Estado de Pernambuco na década de 1930. Encerrando esta seção, Juliana Alves de Andrade busca em seu artigo: “Trabalhadores rurais, camponeses e movimentos sociais rurais nos livros didáticos de História: breves apontamentos para uma reflexão sobre o lugar desses sujeitos na literatura escolar” analisar como obras didáticas de História, no contexto atual, abordam as temáticas Campesinato, Trabalhadores Rurais e Movimentos Sociais Rurais nos livros de história, destinados aos alunos do 3º ano do Ensino Médio. A seção “História, infância e Juventude” traz duas contribuições. O artigo “A poesia como estratégia metodológica na escolarização das jovens privadas de liberdade de Pernambuco” de autoria da historiadora Vera Lúcia Braga de Moura tem por objetivo analisar as estratégias de escolarização das adolescentes privadas de liberdade implementadas pela Secretaria Estadual de Educação nos Centros de Atendimento Provisórios envolvidos na execução da política, bem como o processo de deslocamento do bairro da Iputinga. No segundo texto, Humberto Miranda em “A Ditadura Civil-Militar em Pernambuco (1964-1990)” discute a trajetória do sistema Funabem/Febem enquanto complexo tutelar voltado para crianças das classes populares. O historiador analisa as práticas e discursos do sistema e as estratégias disciplinares presentes na montagem e no funcionamento do sistema “Cultura” também traz relevantes contribuições. O historiador Augusto Neves da Silva discute a manifestação carnavalesca pouco estudada pela historiografia do carnaval do Recife e que sofreram significativa oposição ao longo do século XX: as escolas de samba. Em “Intelectuais e tradição: disputas pelos dias de Momo no Recife (1955-1956)” analisa os debates, conflitos e tensões intelectuais em torno da presença das escolas de samba na “terra do frevo”. Já a historiadora Joana D’arc de Sousa Lima parte das memórias de sua trajetória profissional em relevantes instituições culturais de São Paulo e Pernambuco para refletir sobre os temas da formação do público, da mediação e da participação. No artigo “Entre a lembrança e o esquecimento: Histórias da formação de públicos nas instituições culturais” construiu uma abordagem que articula à História, reflexões de campos como a arte, a museologia, a educação e a arte/educação. Sobre “História e Literatura”, a coleção registra a participação de dois artigos. Em “Memorando para ler o Recife em Manuel Bandeira”, o historiador Flávio Weinstein Teixeira constrói uma releitura sobre três conhecidos poemas do escritor pernambucano dedicados à capital: Evocação do Recife (1925/30), Minha Terra (1948) e Recife (1966). O diálogo entre história e literatura é tema da contribuição do historiador Marcus Vinícius Santana Lima. Em “A mulher do vizinho: um conto de Fernando Sabino”, o autor explora a narrativa literária como fonte para o estudo do Recife na década de 1960. A temática “Ensino de História e as leis 10639/2003 e 11.645/08” traz contribuições dos pesquisadores Edson Silva e Maria da Penha da Silva, que participam deste livro com o artigo “De qual ‘índio’ estamos falando?! Reflexões para o ensino da temática indígena”. Ao longo do texto o leitor tem a sua disposição a denúncia sobre os estereótipos e a ignorância sobre a temática que permanecem no cotidiano escolar mesmo após o advento da Lei 11.645/08 que determina a inclusão do tema História e Culturas dos povos indígenas nos currículos da Educação Básica no Brasil. O artigo ressalta a necessidade de renovação dos livros didáticos brasileiros e finaliza sugerindo princípios para uma abordagem renovada e uma rica lista de contribuições atualizadas sobre a temática disponíveis aos pesquisadores e professores brasileiros. Em “Por uma história a partir dos conceitos: África, cultura negra e lei 10639/2003: reflexões para desconstruir certezas”, Ivaldo Marciano de França Lima revisita criticamente a utilização dos conceitos de “afro-brasileiro”, “afrodescendente” e “africano” atualmente convenionados como sinônimos para nomear as populações “não brancas”. Um texto que sugere uma abordagem alternativa para a efetivação da lei 10639/2003 na educação básica brasileira. A temática “História e cidade” traz contribuições sobre violência e relações de gênero no espaço urbano. Wellington Barbosa da Silva recua até o Recife do século XIX para analisar o medo motivado pela criminalidade urbana. A leitura do texto “Cidade, violência e medo: o caso do Recife oitocentista (1840-1880)” nos proporciona, entre outras coisas, a percepção de que, pelo menos, desde meados do Oitocentos o problema da violência urbana e os temores por ela provocados povoam as páginas dos periódicos locais. Ricardo dos Santos Batista colabora, neste livro, com um capítulo sobre os “usos femininos” do espaço urbano de Jacobina, Bahia, em meados do século XX. Em “Mulheres, convenções de gênero e espaço urbano”, o autor reflete sobre as convenções de gênero e sexualidade através das quais se tentava controlar os comportamentos femininos desafiadores das normas vigentes. Sobre a “História e Sertão”, temos debates sobre cultura material e propriedade fundiária. As autoras Kalina Vanderlei Silva, Amanda Isabela A. da Silva, Hortênsia Calado Pedro e Suelane Matos da Silva exploram a riqueza analítica dos inventários e testamentos referentes à capitania de Pernambuco no século XVIII, em especial do acervo do Memorial de Justiça de Pernambuco no que diz respeito às comarcas sertanejas. É o tema do artigo “O Sertão em inventários: cultura material e sociedade na Capitania de Pernambuco no século XVIII” que convida pesquisadores a se debruçarem sobre a documentação ainda pouco consultada. A historiadora Maria Ferreira retoma descobertas de sua tese de doutoramento no artigo “Proprietários, famílias e sociabilidade: notas para uma história da

# História, infância e juventude

# A poesia como estratégia metodológica na escolarização das jovens privadas de liberdade de Pernambuco

VERA LÚCIA BRAGA DE MOURA  
Faculdade Maurício de Nassau  
Doutora em História pela UFPE  
[verabragam@yahoo.com.br](mailto:verabragam@yahoo.com.br)

## 1. Introdução

Este texto tem como objetivo principal analisar as estratégias de escolarização que estão sendo desenvolvidas nos Centros de Atendimento Provisórios para as adolescentes privadas de liberdade do Estado de Pernambuco – CENIP. O eixo central é refletir sobre a forma como a educação básica, está sendo ofertada pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco aos adolescentes e jovens nesses espaços educativos, bem como, verificar a forma como esta instituição desenvolve e se apropria da proposta pedagógica implementada pela Secretaria de Educação.

O Universo da amostra para este estudo consiste em avaliar a metodologia empregada no Centro de Internação Provisório-CENIP Santa Luzia, localizado no bairro da Iputinga, em Recife, que atende as meninas adolescentes em privação de liberdade do Estado de Pernambuco, em um período que vai de um a quarenta e cinco dias que ficam aguardando a sentença do juiz, a fim de saber se a adolescente será recolhida nos Centros de

Atendimento Socioeducativo-CASEs, que poderão permanecer até no máximo três anos, ou se ficarão em Liberdade Assistida, onde serão localizadas para cumprirem medidas socioeducativas nas Casas de Semiliberdade- CASEM. Os adolescentes e jovens que estão no Casem são os que cumprem as medidas socioeducativas, mas que participam de atividades externas. Na semiliberdade, os adolescentes poderão frequentar escolas da comunidade e também cursos profissionalizantes e ainda visitar as famílias nos fins de semana.

Foram analisados para esta pesquisa os documentos oficiais, especificamente, da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, que norteiam a política de escolarização dos CENIPs, como também, o processo de desenvolvimento da proposta pedagógica *in loco*, e também o acompanhamento pedagógico através de relatórios dos professores envolvidos no processo, bem como, a apresentação de mostra de poesias apresentado pelas estudantes.

Diante da proposta pedagógica analisada nos Centros de Atendimento Socioeducativos em privação de liberdade de Pernambuco, e também nos Centros de Internação Provisório-CENIPs, verifica-se que a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco é parceira no atendimento aos adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas, na esfera da escolarização básica, colocando-se como corresponsável junto a Secretaria da Criança e da Juventude e da Fundação de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco - FUNASE, no sentido de se comprometer também com a ressocialização desses estudantes, garantindo seu direito de estudar com qualidade, possibilitando-lhe as condições de escolarização, em termos de componentes

curriculares, que ocorrem na escola regular, visando a sua participação ativa na sociedade como um sujeito de direito.

Ressalta-se que a infraestrutura dos Centros de Atendimento Socioeducativos não permite que se desenvolva uma escolarização de qualidade na medida em que não existem salas de aulas suficientes para atender os adolescentes que estão internados nestes espaços de ressocialização. O processo de ensino-aprendizagem sofre impactos negativos na medida em que as superlotações dos adolescentes e jovens nesses espaços dificultam o processo escolar, pois, nem sempre o estudante tem acesso a sala de aula, por falta de espaço suficiente ou adequados, ou também por falta dos Agentes de Segurança para deslocarem os adolescentes e jovens das Alas de recolhimentos para o espaço escolar. Também outro agravante observado neste estudo é a forma como muitos funcionários dessas instituições de acolhimento percebem os adolescentes e jovens, pois devido as infrações cometidas, acreditam que os socioeducandos recolhidos nestes espaços de ressocialização não estão preparados para a educação formal, estigmatizando-os e relegando apenas a ociosidade para estes adolescentes.

## **2. Meninas adolescentes acreditando na educação como mudanças nas suas vidas: aprendendo, escrevendo e recitando poesias**

A educação é um direito humano em que todos devem ter acesso a educação e se inserir no mundo como um sujeito de direito. Esta possibilidade, muitas vezes, é negada ao adolescente e jovem privado de liberdade cumprindo medidas socioeducativas no Brasil. A educação deve, portanto, estar integrada a uma

expectativa e a uma orientação de vida do estudante como assinala Miguel Arroyo (2011, p. 103). Não devemos pensar a educação como um processo a parte, fora do contexto da experiência de vida do sujeito social. Assim, “frequentemente separamos as trajetórias escolares das trajetórias humanas dos educandos”. (ARROYO, 2001, p.103). Dessa forma, segundo ainda Arroyo:

Classificamos os alunos entre aqueles que querem estudar e se esforçam e aqueles que não querem nada com a dureza. Ou dando uma conotação moralista, os classificamos nos bons e nos maus, nos disciplinados e nos indisciplinados. Terminamos dando uma conotação preconceituosa: os pobres, os negros, os preguiçosos e violentos e os outros, dóceis e esforçados. Na medida em que avançamos para entender profissionalmente que o que as crianças, adolescentes ou jovens são como alunos(as) é inseparável do que lhe é permitido ser como gente, evitaremos visões parciais e julgamentos apressados. A educação nos vai conformando como humanos, mas exige a condição prévia de uma existência humana.( ARROYO, 2011, p.103, 104).

Nessa direção, considerando as experiências de vida dos estudantes que estão cumprindo medidas socioeducativas em privação de liberdade , a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco visou possibilitar o direito a educação básica aos jovens internados nos CASEs e nos CENIPs, sob uma Coordenação Pedagógica, tendo como objetivo escolarizar este público juvenil com base em uma proposta educacional específica, visando atender aos estudantes socioeducandos em privação de liberdade.

Nessa perspectiva se compreende que a esfera pública deve ser um espaço de diálogo, de negociação e de acordos, visando qualificar a assistência como competência do poder público e da sociedade. É muito complexo educar nos espaços de internação de adolescentes e jovens, onde, aquela ideia formal de escola inexistente, mesmo que se tenha a ideia de escola, professores, currículo específico, salas que são utilizadas para a escolarização, porém, o espaço existente não é de uma escola como comumente conhecemos, mas, de uma instituição de internação para “menores infratores”.

Assim, a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco vem tentando, com base em uma política pública pautada na Educação em Direitos Humanos, escolarizar estes jovens, com uma proposta voltada para suas realidades, considerando a dinâmica da instituição e o contexto em que estão vivendo. Para tanto, foi elaborada uma proposta pedagógica que traz um currículo pautado nos direitos humanos, com conteúdos que contemplam os componentes curriculares da educação básica e estratégias pedagógicas que contempla o tempo de permanência do educando na instituição, seus possíveis deslocamentos de uma ala para outra ou de uma instituição para outra e também a prática pedagógica do professor visa desenvolver aulas mais, interativas, mais dinâmicas, como também, poderá possibilitar aulas mais individualizadas, considerando as necessidades pedagógicas de cada educando.

Nessa direção, foi desenvolvido um projeto de poesias para o Centro de Internação Provisória Santa Luzia, fundamentando-se na importância de mostrar o potencial criativo das adolescentes, de elevar a sua autoestima e, também contribuir para o desenvolvimento de outras habilidades que favoreçam o gosto pela

educação formal e desenvolva valores construtivos para fortalecer positivamente a vivência individual e coletiva da adolescente.

O projeto foi pensado no formato de oficinas, compreendendo três momentos denominados de sensibilização, vivência e socialização, os quais trouxeram no seu bojo a valorização de conhecimentos relacionados ao tema, a escrita e reescrita de poesias e o recital. Este tem a coordenação pedagógica da profissional de pedagogia da Secretaria de Educação, localizada no CENIP Santa Luzia, a professora Glória Machado, responsável pela escolarização nesta unidade. As oficinas foram realizadas mensalmente para atingir ao público de adolescentes do CENIP, que por sua natureza de internação provisória, tem caráter rotativo. Os dois primeiros momentos foram realizados por profissionais de áreas afins, com a contribuição de poetas. O terceiro momento, pela pedagogia da Secretaria de Educação. Ao final das oficinas, na culminância do Projeto, pretendeu-se organizar as poesias em material para publicação.

As oficinas foram realizadas, propiciando reflexões acerca da transformação individual e coletiva das estudantes, visando valorizar suas histórias de vida através de relatos que se aproximam das autobiografias, categorias utilizadas no campo da História. É importante ressaltar que no campo da história biografia histórica é antes de tudo história, como afirma Schmidt (2012, p.187), a narrativa deste gênero tem por objeto a história de uma vida particular articulado a outras questões sociais que implicam em conhecer aquele momento estudado. A historiadora Ângela de Castro Gomes (2004, p. 9-11), lembra que o tipo de escrita autobiográfica, a escrita de si, representa um campo de estudo importante para a história, educação, onde se pode analisar os

processos de ensino aprendizagens, as práticas culturais, ensino da leitura, escrita etc. As cartas, relatos de estudantes, são documentos importantes acumuladas pela escola, professores como fonte de informações para vivências pedagógicas não registradas em outras fontes.

Assim, as oficinas são fontes documentais que informam sobre estratégias pedagógicas muito ricas utilizadas, visando escolarizar as estudantes internadas temporariamente no CENIP. As oficinas foram trabalhadas, de forma lúdica, pela arte educadora Maria de Fátima Marinho, do Espaço Cultural Educativo Pipoquinha. O segundo momento compreendeu uma roda de conversa sobre poesia e a vivência da oficina, na coordenação do poeta Onildo Moreno e da poetisa Adriana Barbosa, ambos da Sociedade dos Poetas Vivos de Olinda e como resultado destes momentos, foram produzidos oito poemas. O terceiro momento, destinado ao recital teve início com a apresentação, em *PowerPoint*, da experiência vivenciada nos dois primeiros momentos, oportunizando as adolescentes se perceberem no processo educativo como autoras e sujeitos construtores da sua própria história. Em seguida, as estudantes recitaram suas poesias e a comissão julgadora, constituída por técnicos da Fundação de Atendimento Socioeducativo- FUNASE escolheram os três primeiros lugares finalizando o evento com as premiações.

Esta metodologia de ensino, valorizando as histórias de vida das adolescentes e colocando-as como protagonistas de suas trajetórias de vida, teve como base de elaboração a Formação Continuada, que ocorreu em junho do ano de 2013, em Itamaracá, Pernambuco, oferecida pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco através da Gerência de Educação em

Direitos Humanos e também sob a Coordenação da Equipe do Socioeducativo que é responsável pela política de escolarização nas Escolas dos Centros de Atendimento Socioeducativo-CASEs e Centros de Internação Provisória - CENIPs sob a gestão da FUNASE e da Secretária da Criança e da Juventude. Este encontro trouxe os seguintes objetivos:

- Trabalhar a Proposta Pedagógica da Secretaria de Educação para escolarização nos CASEs e CENIPs;
- Socializar as experiências já vivenciadas nestes locais;
- Elaborar coletivamente o plano de trabalho para ser vivenciado no segundo semestre.

Na socialização das experiências surgiu a ideia de dar continuidade a experiência já realizada no CENIP Santa Luzia com a oficina de leitura e a produção de textos, levando esta estratégia pedagógica para o CENIP Recife. O convite foi expresso à professora Lourdes Paz que é atualmente a Coordenadora Pedagógica do CASE Santa Luzia, representante da Secretaria de Educação de Pernambuco nesta unidade escolar. A referida professora aceitou a ideia e deu continuidade a experiência pedagógica sobre a escrita de si com os adolescentes. Após uma série de encontros o plano de trabalho foi concluído.

No mês de agosto do ano 2013, o CASE Santa Luzia foi palco da Oficina de Poesias com as adolescentes sob a coordenação da pedagoga Gloria Machado e a participação da professora Lourdes Paz como facilitadora e, também, com o apoio de pessoas que estão ligadas a área da pedagogia da FUNASE. No mês de setembro aconteceu a oficina no CENIP Recife, que atende adolescentes do sexo masculino, sob a coordenação da pedagoga

Arlene Eufrásio, a professora, Lourdes Paz, como facilitadora e, também, com o apoio da equipe técnica desta Instituição.

É importante esclarecer que esta atividade sobre relatos de vidas através de poesias não teve o objetivo de “formar” poetisas ou escritores, mas tornar concreto o desejo de proporcionar a estes adolescentes as competências necessárias de se perceberem como construtores da sua própria história, de sujeitos históricos, exercendo suas cidadanias e que compõem uma sociedade. Pretendeu-se também contribuir para elevar a autoestima dos adolescentes; mostrar para a família e a sociedade que estes adolescentes também têm competências e constroem suas trajetórias de vida como os que estão do outro lado dos muros, e que estes podem ser reinseridos na sociedade, a diferença está no que lhes foi negado enquanto cidadãos de direito; mostrar que seus direitos forma violados, como também propor momentos de escolarização enquanto eles estão aguardando a decisão judicial no que se refere a medida socioeducativa.

As oficinas tiveram os seguintes formatos: Primeiro, foi preparado o ambiente com poemas impressos em papel ofício coloridos e cartazes com poemas de autores diversos afixados nas paredes. Foram, também, colocadas lâminas para, oralmente e conjuntamente, as adolescentes exercitarem um pouco de rima. Em seguida, destacaremos as etapas desenvolvidas nas oficinas:

1. Foi exibida uma mensagem em PowerPoint para leitura, proporcionando uma conversa informal e reflexão;
2. Foram elaboradas dinâmicas, visando facilitar a apresentação de todos os envolvidos na oficina e, neste momento, já

existia um estímulo para que os adolescentes falassem um pouco de si;

3. Foi feita uma leitura coletiva dos poemas colocados nas paredes, também uma interpretação oral dos mesmos, finalizando esta etapa com a leitura do poema de José Carlos Paes;
4. Foi exibido em PowerPoint dicas de como elaborar poemas com explanação dos mesmos e complementação de versos com rimas;
5. O próximo momento foi o da criação. Os adolescentes, meninos e meninas, foram convidados a “brincar com as palavras, como quem brinca de bola, papagaio e pião” Neste momento, os adolescentes costumavam dizer que não sabiam, mas à medida que lhes era dito que não existia a preocupação com a ortografia, concordância, letra etc. e que o objetivo era que os adolescentes falassem um pouco de si, que contassem as suas histórias, e que registrassem os que eles tinham guardado e pudessem socializar, então, eles relaxavam e produziam. Algumas paisagens ficavam expostas para servirem de inspiração (tema), mas a maioria preferia se expressar livremente. Após a primeira escrita, os adolescentes eram convidados a realizar a reescrita do texto e neste momento existia um envolvimento de todos na oficina para orientar e auxiliar aqueles adolescentes que apresentavam dificuldades, alguns não necessitavam e, às vezes, nem aceitavam ajuda. Há casos bem especiais, e também raros, de adolescentes que não dominavam o sistema alfabético, mas que desejavam participar. Para exercitar a inclusão de todos, os adolescentes iam falando e

uma pessoa registrava suas ideias. No final o texto era lido para o adolescente dizer se o mesmo traduzia ou não o que ele pretendia dizer. Se ele não se sentisse contemplado nesta ou naquela palavra, solicitava para que o texto fosse modificado;

6. Àqueles adolescentes que concluíram seus trabalhos mais rápidos foram oferecidos papel e lápis para que desenhasssem e pintassem sobre seus textos, alguns fizeram, mas a maioria deles dizia que já trabalhara muito e que estava cansada.

### **3. Escrita de si, escrita de histórias de vidas das adolescentes privadas de liberdade de Pernambuco**

Em seguida, destacaremos três poesias de estudantes que estavam internadas nos Centros de Atendimento Provisório Santa Luzia, no ano de 2013. Essas histórias de pessoas comuns, longe do estereótipo de “pessoas importantes” da sociedade, mostram como a história é tecida nestes espaços tão complexos, a escrita de si ou sobre si, através de poesias, é uma das formas de fazer com que estas adolescentes falem e que contem uma parte da história do sistema socioeducativo com base em seus olhares.

É raro fazer estas jovens falarem de si sem ter receio de algo e, esta estratégia metodológica, além de elevar sua autoestima, pois mostra que outras pessoas sem serem elas próprias estão interessadas em suas histórias, lhes capacitam, também, para expressarem suas opiniões, desenvolverem competências de construir narrativas e elevar seu nível de importância ao verem suas poesias afixadas em painéis, bem como, participarem de recitais.

## Minha Vida

Eu nem gosto  
De minha vida falar  
Eu não gosto de minha vida  
Pois até com minha mãe deixei de falar

Hoje em dia não moro com ela  
Sofro muito  
Hoje eu sei  
O que é não ter uma mãe

Hoje estou sofrendo numa cadeia  
E precisando de uma mãe  
Hoje em dia  
Mãe é tudo para mim  
Minha mãe é minha vida

Minha mãe é minha rainha  
Pessoa que eu não imaginaria  
Que hoje me visitaria  
Minha rainha, minha vida

## Viva Para Liberdade

Todas querem sua liberdade  
Todo mundo erra, peca,  
Mas nem por isso merece ficar preso

Trágica foi à escolha que eu fiz  
E agora é tarde pra voltar atrás

Eu sou como um passarinho  
Quero ser livre pra voar  
E viver minha liberdade

“Sou aquela ave engaiolada”  
E triste, que lamenta  
A liberdade que não tem  
Mas resisto na esperança  
Que a liberdade um dia vem.

## Uma Menina Encarcerada

Agora estou aqui  
Na cadeira pensando  
Porque estou na cadeia?  
Foram coisas erradas  
Que eu fiz no mundão

Pois eu sinto tanta solidão  
Meu Deus tenha compaixão!  
Me arrependo de ter traficado  
E agora estou  
Vivendo no quadrado

Dia vinte vai ter minha audiência  
Eu vou receber minha sentença  
O que a juíza vai me dar?  
Será que vou receber minha L A

As práticas da escrita de si podem mostrar como uma trajetória de uma pessoa pode contribuir para esclarecer muitas outras histórias. A preocupação da adolescente com o seu destino é notório na poesia intitulada “Uma Menina Encarcerada”, o próprio título já denota o significado para ela de estar neste espaço de ressocialização.

Para Erving Goffman (1963, p. 15), o estigma é uma ideologia para tentar explicar a “inferioridade’ e dotar de perigo uma pessoa, um indesejado na sociedade. Assim, constrói-se uma teoria de estigmas com denominações diversas, tipificando e desqualificando sujeitos sociais. Em relação aos adolescentes cumprindo medidas socioeducativas nos CASEs e CENIPs escuta-se muito “este não tem jeito”, “ é bandido e vai morrer assim”. O determinismo afirma que ‘quem não é cumpridor da norma, não é visto como normal’ , é desvio de conduta , merece com base no normativo de controle social ser trancafiado e privado de liberdade até cumprir a sua penalidade. Assim, a adolescente da poesia acima já incorporou o estigma de “ menina encarcerada”.

Na poesia da “menina encarcerada”, é registrada uma gíria que os adolescentes institucionalizam para se comunicarem, “o mundão”, significa para eles o mundo lá fora, o mundo fora dos muros. Erving Goffman ( 1990, p.53) vai dizer que se estabelece uma gíria institucional em que os internos descrevem os acontecimentos decisivos em seu mundo único, onde os funcionários destas instituições conhecem este vocabulário específico destes internos e que até utilizam quando lhes é viável.

A liberdade, a cadeia, a figura da mãe, da mulher são temas muito corriqueiros e utilizados nos relatos de vida dos

adolescentes, conforme estão expressos nas poesias das meninas que foram narradas anteriormente no texto. A escrita de si mostra o quanto é possível registramos e analisarmos a história por outro viés que não só pelo olhar adultocêntrico, daqueles responsáveis pela institucionalização dos adolescentes em privação de liberdade.

A política educacional da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco foi implementada de forma a reconhecer a especificidade de cada espaço de internação. As diretrizes pedagógicas visam chegar o mais próximo possível das necessidades dos adolescentes que vivem nestes espaços de ressocialização e possibilitar uma estratégia que lhes garantam os processos pedagógicos da educação formal.

No contexto extremamente difícil, complexo e violador de direitos humanos, para muitos professores, os jovens dos Centros de Atendimento Socioeducativos da FUNASE serão sempre estudantes, e não meninos e meninas infratores, em que professores, nas relações com seus alunos, buscarão nos constantes desafios, estratégias para viabilizar a educação como um direito e um valioso instrumento de transformação social.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. *Imagens Quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

GOFFMAN, Erving *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora perspectiva, 1990.

\_\_\_\_\_. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 1963.

GOMES, Angela de Castro(Org.). *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ZABALA, Antoni. *A Prática Educativa: como ensinar*. São Paulo: ARTMED, 1998.

## **Para além do bem-estar: a FEBEM e a assistência aos “menores” na Ditadura Civil-Militar em Pernambuco (1964-1990)**

HUMBERTO DA SILVA MIRANDA  
Departamento de Educação/ UFRPE  
Doutor em História pela UFPE

Esse milagre que, hoje e aqui, proclamamos a toda a nação brasileira, nós o devemos por inteiro à Revolução de Março. E não tenho dúvidas em afirmar que a contestação mais cega e mais surda, que tudo negasse à obra revolucionária, haveria pelo menos, de bendizê-la por apagar o sangue, a corrupção e a vergonha do mencionado SAM, para, neste mesmo lugar, erguer a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Esse milagre nós devemos a quantos enunciaram a criminosa irresponsabilidade daqueles tempos anteriores à Revolução. Nós devemos à determinação dos presidentes Castelo Branco, Costa e Silva, nós devemos ao Dr. Mário Altenfelder e à equipe de educadores da Fundação, assim como aos representantes da magistratura e do Ministério Público, juízes e curadores, que souberam dar ao problema a marca de sua sensibilidade humana. (Presidente Emílio Garrastazu Médici, FUNABEM, 1978)

Em uma das suas visitas à Fundação de Bem-Estar do Menor - Funabem, localizada no Rio de Janeiro, o Presidente Emílio

Garrastazu Médici proferiu um discurso sobre a instituição, marcando efetiva aproximação entre esta e o Regime Militar, chegando a afirmar que a mesma representava um “milagre” da chamada *Revolução de Março* no campo da assistência social.

Nesse discurso, Médici defende a ideia de que a Funabem e as respectivas Febems são frutos da *Revolução de Março*, ou seja, do ideário militar e que representava uma reação ao Serviço de Assistência aos Menores – SAM, fundado na década de 1940, no governo de Getúlio Vargas. De acordo com o Decreto/Lei nº 3.799, de 5 de novembro de 1941, o SAM foi criado para “[...] sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares [...]”, além de promover as políticas referentes aos *menores* em todo território nacional. Em relação ao SAM, Médici buscou proferir o texto denunciador, acusando-o de “criminoso e irresponsável”, reproduzindo o discurso utilizado por aqueles que defendiam a “campanha” Anti-SAM.

O pronunciamento do Presidente Emílio Garrastazu Médici se tornou um instrumento de divulgação das políticas públicas construídas pelos militares na área da assistência às crianças e aos adolescentes atendidas pela Febem. É possível entender esse instrumento como uma tentativa de legitimação das ações dos governos militares na área da assistência às crianças e aos adolescentes no Brasil.

De acordo com as pesquisas realizadas pela socióloga Maria José Rezende, “durante todos os governos militares, e não apenas nos primeiros anos, houve uma constante tentativa de montagem da relação entre autoridade e legitimidade”. Os governos

buscaram construir estratégias de articulação na tentativa de assegurar a manutenção do poder. Para Rezende:

Toda organização de poder se situa diante do desafio de encontrar meios de legitimidade, os quais não necessariamente de natureza democrática. O princípio daquela primeira pode estar assentado em bases absolutamente autocráticas e/ou ditatoriais; no entanto, o processo de adesão e reconhecimento decorrente dessas bases não inviabiliza a sua existência. O poder se define como tal a partir desses elementos. Ou seja, se este for democrático, a natureza da legitimidade também será; sendo ele autocrático, o princípio da legitimidade situa-se, também, nessas bases. (REZENDE, 2001, p. 201)

Em sua fala, Médici procura atrelar diretamente à criação da Funabem a ideia de um “milagre social”, o que representa uma das marcas de sua gestão. Trabalhos construídos no campo da historiografia política registram que o governo Médici foi marcado não apenas pelo conhecido milagre econômico, mas também pelo avanço de mecanismos e repressões contra aqueles que se apresentavam opositores ao Regime Militar.

Médici ainda traz a memória de Castelo Branco e Costa e Silva, seus antecessores, e faz referência direta ao presidente da Funabem, Mário Altenfelder. O culto ao personalismo se mistura com a valorização daqueles que operavam no campo da Justiça, como os juízes e curadores dos *menores*. Desse modo, podemos perceber como foi construída a ideia de Febem pelo Presidente Médici, levando-nos a entender que tal discurso foi disseminado pela instituição, que procurou construir uma

conexão entre a ideia de que a proposta à Política do Bem-Estar do Menor estava efetivamente afinada com a proposta da chamada *Revolução*.

Mário Altenfelder, presidente e um dos fundadores da Funabem, afirmou em discurso, proferido na ocasião de visita à Escola Superior de Guerra, que não poderíamos entender a instituição distante do Regime Militar, assegurando que a lei da criação da Funabem representa fruto do compromisso dos militares com a “questão do menor”. Altenfelder afirma que a –Lei nº 4.513 é uma Revolução” e continua: “foi sancionada neste período histórico de nossa vida. Duvidamos que pudesse ser executada fora desse regime. As dificuldades que ainda encontramos para implantar a nova política sem contestação o que afirmamos”. (ALTENFELDER, 1970, p. 67)

A Febem era uma instância estadual da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem, que foi criada no primeiro ano da Ditadura Civil-Militar, quando o então Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco promulgava a lei que estabelecia a Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM, fazendo parte dessa política o sistema Funabem/Febem. Anos depois, em junho de 1966, o então Governador de Pernambuco Paulo Guerra inaugurava sua instância local, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, Febem. Assim como em outros estados da Federação, a instituição passava a responder oficialmente, de acordo com a lei de criação, pelo atendimento a meninos e meninas que viviam em situação de “abandono”, de “desvalia” e/ou de “delinquência”.

Em 1966, ano em que a Febem foi inaugurada em Pernambuco, o governador Paulo Guerra procurou, através da imprensa local,

disseminar a ideia de uma sintonia entre os governos para implantação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor em Pernambuco. Nesse ano, a imprensa local noticiava a criação da Febem, como um dos feitos da sua gestão.

Em 16 de abril daquele ano, o periódico *Diário de Pernambuco* anunciava em letras garrafais a criação da Febem em Pernambuco. De acordo com o jornal, o Governador Paulo Guerra já tinha enviado para a Assembleia Legislativa o projeto de lei destinado à implantação de uma instituição voltada para o atendimento a meninos e meninas em situação de abandono, pobreza ou infração. De acordo com a reportagem, ao relatar a – exposição de motivos – para a criação da Febem, Paulo Guerra afirmou que:

A elaboração do projeto atende à necessidade de aplicar uma nova orientação ao grave problema da proteção ao menor, a exemplo do que ocorreu ao Governo Federal, que, tendo estudado o assunto sob todos os ângulos, houve por bem substituir o sistema superado de administração, até então adotado, e que se mostrava inadequado e ineficiente. Acrescenta o Sr. Paulo Guerra que a – atual administração do Estado devotou interesse especial ao relevante problema, constituindo um dos objetivos prioritários do Governo o trabalho destinado a ampliar e melhorar os órgãos assistenciais de menores e procurando atrair a colaboração da comunidade, através de medidas especiais a cargo da Secretaria do Interior e Justiça. [...] No seu ofício, a Assembleia Legislativa, o Governador Paulo Guerra afirma que – não há a menor dúvida quanto à oportunidade, e mesmo a necessidade, da iniciativa, a que se reporta o referido projeto,

sendo esta a maneira mais consentânea de manter e expandir a assistência ao menor abandonado, que é uma das metas do Governo do Estado (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16 de abril de 1966, Editorial).

O tom de comemoração da matéria publicada pelo *Diário de Pernambuco* nos possibilita analisar que, para o periódico, a implantação da instituição no Estado foi permeada por uma positividade, representando uma inovação no campo da assistência às crianças e adolescentes que viviam em situação de abandono. No decorrer das pesquisas, não foram encontrados documentos que registrassem os impactos da criação da Febem em Pernambuco, contudo é possível afirmar que os veículos de comunicação, de grande circulação local, afirmaram que a construção da Febem “representava uma nova fase da assistência aos menores no Estado”. De acordo com o *Diário*, competia à Febem:

Realizar estudos, inquéritos e pesquisas para desempenho da missão que lhe cabe, promovendo cursos e seminários e procedendo ao levantamento, no território do Estado, do problema do menor; treinar pessoal técnico; articular-se com entidades públicas e privadas; opinar, quando solicitado pelo governador, secretários ou presidente da Assembleia Legislativa, em processos concernentes à concessão de subvenções; fiscalizar o cumprimento de contratos celebrados, assistir tecnicamente aos municípios que solicitarem; e mobilizar a opinião pública no sentido da indispensável participação de toda a comunidade na solução do problema do menor. (IDEM)

Na imprensa local, comemorava-se a “nova política do menor”, que prometia resolver em pouco tempo os problemas dos meninos e meninas em situação de abandono, pobreza ou no mundo da delinquência. Os jornais anunciavam que esta era mais uma ação da “Revolução de Março”, reproduzindo um discurso nacional. Os periódicos, mais notadamente o *Jornal do Commercio* e o *Diário de Pernambuco*, ainda afirmavam, em tom de festa, que Pernambuco seguia os passos dos generais. A Febem se apresentava como a “alternativa ideal” encontrada pelo Estado, “protetor” e “tutor” para resolver o “problema do menor”.

Na década de 1978, dez anos depois da publicação decreto que criava a Funabem, a instituição publicou em relatório que divulgava as suas ações nos estados que aderiram à Política Nacional. De acordo com as publicações divulgadas pela FUNABEM, Pernambuco foi um dos primeiros estados que aderiram à proposta da Política Nacional do Bem-Estar do Menor.

É possível conhecer o complexo tutelar que marca a estrutura e o funcionamento da Febem. Na década de 1960, a instituição possuía uma rede de unidades, distribuídas na capital e outros municípios do interior do Estado. De acordo com os estudos de João Constantino Ferreira Neto, a FEBEM possuía as seguintes unidades na capital pernambucana: a Casa de Carolina (Boa Viagem), o Núcleo de Menores Rodolfo Aureliano (Engenho do Meio), o Centro de Educação do Menor Yvone Ribeiro de Vasconcelos (Jangadinha), o Centro de Recolhimento Provisório (Boa Vista), o Centro de Recepção e Triagem (Bongi) e a Casa do Egresso (Graças). Na cidade de Jaboatão dos Guararpes, o Centro de Reeducação de Menores Olga Gueiros Leite. Em Vitória

de Santo Antão, a Cidade do Menor (Pacas) e em Garanhuns o Aprendizado Santa Rosa. (FERREIRA NETO, 2011).

Na década de 1970, a Febem passou a produzir a política preventiva através dos núcleos preventivos, chegando a construir 36 espaços na Região Metropolitana do Recife e no interior do Estado. Os núcleos preventivos foram construídos para atender ao ensino regular de crianças que pertenciam às famílias populares, para promover educação profissionalizante para os adolescentes e para os pais e as mães. Através dos núcleos, a Febem buscava atuar de forma mais próxima com a comunidade, partindo da ideia de intervir diretamente no cotidiano das famílias populares.

Não podemos entender tal complexo tutelar sem compreender a concepção construída pelo Estado em relação às crianças e aos adolescentes. No século XX, meninos e meninas pobres ou que vivenciavam alguma forma de risco ou representava o próprio risco a segurança nacional passaram a ser chamados, no Brasil, de “menores”. O sociólogo Edson Passetti afirma que, no século XX, “o Estado assume o lugar da igreja como centro da caridade, procurando ofuscar, com sua racionalidade, uma experiência de milênios”. A partir dessa perspectiva, este Estado se apoiou no sistema jurídico, materializado no Código de Menores de 1927, que por sua vez representou:

O instrumento jurídico balizador desta continuidade foi, em primeiro lugar, o Código de Menores de 1927, que procurava não só regulamentar o trabalho de crianças e adolescentes, mas também definir a emergência do “menor perigoso” como decorrente da situação de pobreza. O Código de Menores de 1979 reviu essa

perspectiva a partir da concepção de situação irregular como origem do delinquente. (PASSETTI, 1999, p. 25).

Através dessa burocracia, a Funabem estabelecia um contrato com estados, buscando controlar as ações desenvolvidas nas unidades estaduais chamadas Febems. De acordo com a matéria intitulada *De que um Estado precisa para atender o menor*, publicada pela *Revista Brasil Jovem*, periódico da Funabem, noticiava como foram pactuadas a burocracia para a execução dos projetos realizados nos estados:

Estabelecido o campo de atuação da Funabem, verificou a entidade a necessidade de criar uma infraestrutura, ao nível estadual, capaz de garantir o desenvolvimento de programas visando ao atendimento das necessidades básicas do menor: saúde, educação, recreação, amor e compreensão e segurança social. Para tanto, foram celebrados 72 convênios, desde 1966, com estados, territórios e Distrito Federal, proporcionando o Governo Federal assistência técnica e financeira direta no total de 18 milhões de cruzeiros, em todos os pontos do país. Para assegurar a expansão da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, os estados são convidados pela Funabem a seguir diversas etapas para concretizar a infraestrutura local destinada ao atendimento social dos menores. (FUNABEM, 1971, Ano V, 4º trimestre, p.13).

Desse modo, a Funabem faz opção para o assistencialismo, e não por uma política de direitos, quando os estados passaram a ser reprodutores da chamada “doutrina do bem-estar do menor”. De acordo com os estudos do sociólogo João Clemente de Souza,

o discurso de tal “doutrina” esteve presente nas produções da Funabem. Para a Fundação, a doutrina tinha o objetivo de:

Financiar o capital constante e o variável, ou seja, a tecnologia e a reprodução do trabalhador, para reduzir os conflitos sociais e garantir o desenvolvimento do capitalismo. Um dos seus indicadores são as políticas sociais, geralmente analisadas por especialistas como instrumento de reprodução social do capital e manutenção das necessidades básicas dos trabalhadores, que vão sendo colocadas à medida que a sociedade se desenvolve, habitação, saúde, transporte, segurança, salário-desemprego, assistência social, educação, benefícios sociais e lazer para todos. (SOUZA, 2003, p.57).

De acordo com os estudos historiográficos, a chamada *doutrina do bem-estar*, também conhecido como *Welfare State*, nasceu no cenário da Guerra Fria, representando uma tentativa de os Estados Unidos intervirem na política econômica e social dos países da Europa, América Latina e alguns países do Oriente, como o Japão. Para Enrique Serra Padrós, a lógica do bem-estar atende à demanda do Estado-providência, aquele que planeja, racionaliza e orienta a produção econômica e regula as políticas sociais.

A historiografia contemporânea sinaliza que, no Brasil, a “doutrina do bem-estar social” não foi vivenciada na sua forma literal. Contudo, o discurso do “bem-estar” foi reproduzido na política econômica a partir da década de 1950, intensificando-se durante os governos militares. As pesquisas desenvolvidas na área da sociologia e serviço social, afirmam que os princípios do

*Welfare State* foi disseminando no Brasil pelos militares, que por sua vez defendiam a ideia da “responsabilidade estatal na manutenção de vida dos cidadãos, universalidade dos serviços sociais e a implantação de uma rede de segurança de serviços de assistência” deveria se a marca do Regime. (PADROS, 2008)

De acordo com os estudos do sociólogo João Clemente de Souza, a doutrina do bem-estar legitimou as ações da Funabem, que por sua vez entendia que:

A finalidade do Estado de bem-estar social é financiar o capital constante e o variável, ou seja, a tecnologia e a reprodução do trabalhador, para reduzir os conflitos sociais e garantir o desenvolvimento do capitalismo. Um dos seus indicadores são as políticas sociais, geralmente analisadas por especialistas como instrumento de reprodução social do capital e manutenção das necessidades básicas dos trabalhadores — que vão sendo colocadas à medida que a sociedade se desenvolve — habitação, saúde, transporte, segurança, salário-desemprego, assistência social, educação, benefícios sociais e lazer para todos. (SOUZA, 2003, p.57).

Nesse sentido, acredito que a criação da Funabem procurou reproduzir o discurso da “doutrina do bem-estar”, aplicada à política social referente às crianças e aos adolescentes pobres ou que viviam em situação de abandono e/ou em conflito com a lei no Brasil. De acordo com o memorial comemorativo dos 20 anos da Funabem, publicado em 1984, seus idealizadores reafirmam o seu interesse de garantir uma política de governo, baseada no assistencialismo, pautada na lógica do bem-estar. De acordo com documentos da Funabem:

Em primeiro lugar, a Funabem é a expressão da decisão política do Governo de reorientar as estruturas sociais da nação a fim de reparar e prevenir os efeitos negativos sobre o menor, efeitos considerados resultantes do esforço de crescimento econômico instalado. Nesse sentido, a Funabem se entende não como uma instituição criada para formular pelo Governo e implantar uma Política do Bem-Estar do Menor, mas já é, na linha concreta da execução, o primeiro passo governamental. A Funabem, ademais, coloca o problema social do menor em nova perspectiva. Com efeito, por força da decisão política de encarar o problema do menor no contexto das responsabilidades de Estado, as atividades com e para menores são profissionalizadas, isto é: passam à categoria os serviços racionais. Em consequência, o seu sentido moral procede, doravante, não apenas da elevação das intenções ou dos motivos éticos que inspiram a ação, mas dos seus reais resultados para o menor no plano curativo e preventivo. (FUNABEM, 1984, p. 168)

Ao produzir um discurso de si, os idealizadores da Funabem assumem que a sua proposta institucional se construiu a partir dos problemas econômicos vivenciados no País, reproduzindo o discurso da doutrina do bem-estar que atrelava a política social às questões econômicas. O discurso que a Funabem representava uma “nova perspectiva” surgia do argumento da racionalização e profissionalização da sua equipe técnica. Conforme sinaliza Behring e Boschetti, as políticas sociais construídas no “Brasil Militar” emergem das preocupações políticas e econômicas, pautadas no caráter assistencialista e tecnocrático, na lógica de uma “inovação conservadora”. (BEHRING & BOSCHETTI, 2010).

Desse modo, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, que institui a Funabem e as suas respectivas unidades estaduais, emerge de um cenário político marcado pelo atrelamento do Brasil ao contexto internacional, pautado na lógica do Estado-provedor, responsável pela condução da vida de crianças e adolescentes e de suas famílias. Foi neste sentido que os idealizadores do projeto Funabem buscaram legitimar o discurso que a instituição foi criada como alternativa ideal para se resolver o “problema do menor”.

Ao se voltar para questão do abandono e da pobreza, os documentos institucionais buscavam construir conexões entre esses dois universos, procurando justificar a sua atuação no controle sobre as famílias pobres. O documento *Aspectos da Política do Bem-Estar do Menor no Brasil* afirma que nem sempre a situação da pobreza pode resultar no abandono ou na internação, estabelecendo recomendações no sentido de reafirmar a necessidade de desenvolver sempre a política de fortalecimento do núcleo familiar e a busca permanente de sua consolidação como medida preventiva da marginalização do menor. De acordo com o referido relatório:

A internação poderá ser uma derivada de complicações financeiras ao nível do grupo familiar, impedindo de adquirir serviços de educação e de financiar as necessidades básicas de alimentação, vestuário e saúde, mas, que, compelida a atendê-las exerce pressão para o internamento do menor. (FUNABEM, 1968, p. 115)

Para a Funabem, além do fator econômico, o problema do êxodo rural, da ocupação da mulher no mundo do trabalho e

as outras formas de “patologias sociais”, como a “embriaguez” e a “prostituição”, são responsáveis pelo comprometimento do “automatismo” do grupo familiar, implicando diretamente no aumento dos casos de internação e abandono. A Funabem recomendava que suas respectivas fundações estaduais optassem pelo fortalecimento das famílias e que procurassem a internação como última instância. De acordo com as recomendações técnicas:

A problemática do menor compõe-se, em essência, da demanda de serviços substitutivos das funções familiares exercidas junto às associações assistenciais. Surge quando os serviços extra-familiares, em qualquer de suas formas, passam a ser consideradas como a melhor alternativa, quer solicitada pelos responsáveis, quer imposta pela autoridade judiciária. A situação-limite, centro de nossas negociações, é o internamento. (FUNABEM, 1968, p. 110)

Constata-se que, para a Funabem, a concepção de família pobre foi construída a partir da preocupação com a função que esta instituição e seus membros exercem na sociedade. Para a instituição, tais funções devem ser exercidas em conjunto com as associações assistenciais, sendo tal relação legitimada pela “autoridade judiciária”. Esse discurso visa legitimar toda a atuação em relação a essas famílias, uma vez que os mecanismos de intervenção estavam direcionados no sentido de controlar o seu cotidiano. Daí surge a expressão “família estruturada”, ou seja, família ideal a partir da lógica do Estado tutor, que a partir da lógica conservadora alimentava a ideia da manutenção de um

“modelo” de família, que se tratava, mais notadamente, da “família nuclear burguesa”, construída a parti do pai (chefe e provedor), mãe (esposa e rainha do lar) e do filho ou filha (obediente e dócil, futuro da nação).

A crescente demanda da assistência social se desdobrou na construção de estratégias políticas por parte da gestão estadual. De acordo com reportagem divulgada em Recife, o governo de Paulo Guerra estava sintonizada com as recomendações da FUNABEM. A reportagem afirmava que:

Face às deficiências nos atuais abrigos, o Governador Paulo Guerra determinou ao Serviço de Assistência que efetue rigorosa pesquisa junto às famílias, através das assistentes sociais, nas próprias residências, a fim de observar as reais condições das requerentes. [...] Após esse trabalho, o Juizado de Menores procede a uma completa triagem, aproveitando nas vagas existentes nos diversos abrigos aqueles meninos cujos pais, por extrema necessidade, não dispõem de condições suficientes para mantê-los. No caso de ser constatada a possibilidade de o menor ser assistido pela própria família, o juiz entrega-o aos seus pais. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16 de abril de 1966, Editorial).

Através da leitura desse trecho, é possível afirmar como foi construído o complexo tutelar, que representava a rede de atendimento aos casos de abandono do Recife. Compunha esse complexo o sistema de assistência social e o Poder Judiciário, que, de acordo com o texto, procuravam estabelecer articulações no enfrentamento das deficiências dos abrigos. Como saída, a matéria afirmava que o Estado se comprometia em

construir novas unidades de internamento e um trabalho de combate às práticas de abandono no Recife, contando com o apoio do Juizado.

Tal sistema representava um dispositivo de controle sobre as crianças e as famílias populares. De acordo com a matéria publicada, as famílias pobres passaram a conceber o Estado como tutor da sociedade, responsável pela criação dos seus filhos. Por sua vez, o Estado procura responder intervindo no cotidiano dessas famílias, apontando, inclusive, como uma das soluções do problema do abandono, a ampliação de números de vagas nos abrigos e articulando procedimentos técnicos de intervenção direta no cotidiano dessas famílias populares.

A partir da análise do discurso do *Diario de Pernambuco*, observa-se uma forma de conceber a relação do Estado com o problema do abandono de crianças. De acordo com os estudos de Irma e Irene Rizzini, a relação entre a cultura política de assistência às crianças e adolescentes pertencentes às famílias populares pode ser entendida com o próprio surgimento da categoria jurídica do “menor abandonado”, que passou a definir um conjunto de procedimentos legais e a estabelecer políticas de atendimento baseadas no discurso da “ausência dos pais quanto à incapacidade da família de oferecer condições apropriadas de vida à sua prole”, fazendo com que o Estado passasse a tutelar o cotidiano dessas crianças e suas famílias. (RIZZINI & RIZZINI, 2004, p. 29)

Ao se voltar sobre as práticas de controle social sobre as famílias, Jacques Donzelot nos afirma que o Estado moderno buscou criar mecanismos de controle demográfico e político sobre a população, buscando interferir diretamente com a educação

dos filhos das famílias pobres, a partir do conceito de *prevenção social*. De acordo com Donzelot, tal estratégia buscava fortalecer a própria ideia de família como grupo homogêneo, reprodutor dos interesses do Estado. (DONZELOT, 2001)

Para a Funabem, a família tem uma função definida na sociedade e o problema da “disfunção” familiar poderia gerar desdobramentos negativos na vida das crianças e dos adolescentes. Procurando identificar os desdobramentos deste problema e apontando que essa situação conduzia os pais a internarem seus filhos nas unidades de recolhimento, os técnicos da Funabem argumentam que:

As situações anômalas ao nível do menor, derivadas em geral da disfunção do grupo familiar, resultam no ingresso do menor em instituições de internamento, destinadas a exercer o papel substitutivo das funções familiares, ou complementares delas. As situações decorrentes exclusivamente da patologia individual, menos significativas numericamente, podem resultar também no internamento

A partir da leitura desse trecho, percebo que o internamento era visto como um dos desdobramentos dos problemas sociais vividos pelas crianças e adolescentes, em virtude da chamada “disfunção” do grupo familiar, sendo as instituições responsáveis para substituir as “funções familiares”. De acordo com este discurso, os espaços de internação eram observados como “lares substitutos”, onde crianças e adolescentes poderiam viver “em família”, apontando a internação como alternativa para a “solução” dos problemas da criança, tendo o apoio do sistema de justiça.

Nesse sentido, é possível afirmar que a questão da assistência às crianças e aos adolescentes abandonados passou a ser pautado pela FUNABEM, através de suas publicações, de forma recorrente. No centro dos debates, percebe-se que os jornais da época reproduziam como estavam sendo construídas as políticas de atendimento do governo estadual frente ao número expressivo de solicitação de internamento. Como reposta, o governo buscava propor um acompanhamento mais direcionado às famílias pobres e à própria construção de abrigos para atender às demandas.

Percebo nesse discurso como a Febem construiu a concepção de família, que esteve relacionada ao conceito tradicional, baseada no – modelo ideal –, nuclear, onde o pai, a mãe e os filhos possuíam papéis definidos. Para a instituição, a família era um grupo responsável pela “sociabilização” das novas gerações e pela transmissão da cultura. Esse conceito partia em defesa da família tradicional, criticando a chamada “família contemporânea”, formada por grupos de mães solteiras, ou seja, famílias chefiadas por mulheres.

Esse discurso nos faz lembrar o que a historiadora Michelle Perrot nos fala sobre o ideário burguês acerca da relação entre família e Estado, quando afirma que:

A família átomo da sociedade civil, é a responsável pelo gerenciamento dos “interesses privados”, cujo bom andamento é fundamental para o vigor dos Estados e o progresso da humanidade. Cabe-lhe um número de funções. Elemento essencial da produção, ela assegura o funcionamento econômico e a transmissão dos patrimônios. Como célula reprodutora, ela produz

as crianças e proporciona-lhes uma primeira forma de socialização. (PERROT, 2009, p. 312)

Perrot nos afirma que, para a lógica burguesa, a “boa família é o fundamento do Estado”, daí o seu interesse pela manutenção da mesma, principalmente das famílias pobres, que representam o “elo fraco do sistema”. Para a historiadora francesa, as funções da família estão intimamente relacionadas às questões políticas e econômicas do Estado moderno. A partir dessa reflexão podemos analisar de forma mais efetiva o discurso e as medidas de prevenção e combate ao abandono, praticadas pela Funabem.

As estratégias de controle social construídas pela Funabem buscavam atuar sobre a vida das pessoas, representando uma espécie de biopolítica, como afirma Michel Foucault, construindo um poder sobre a população, construindo mecanismos de regulação, ou seja, a Funabem constatou que no combate ao abandono, era preciso estabelecer técnicas de observação, estar atendo às estatísticas para que os “organismos administrativos, econômicos e políticos”, ao construir as estratégias de assistência aos chamados “menores”, estivessem atentos às “condições de vida de uma cidade”.

É através da pesquisa documental nos jornais da época que podemos perceber como a biopolítica se materializou no discurso e nas práticas do governo militar em Pernambuco. A crescente demanda da assistência social se desdobrou na construção de estratégias por parte da gestão estadual inspirada nas recomendações de FUNABEM. De acordo com matéria publicada pelo Diário de Pernambuco:

Face às deficiências nos atuais abrigos, o Governador Paulo Guerra determinou ao Serviço de Assistência que efetue rigorosa pesquisa junto às famílias, através das assistentes sociais, nas próprias residências, a fim de observar as reais condições das requerentes. [...] Após esse trabalho, o Juizado de Menores procede a uma completa triagem, aproveitando nas vagas existentes nos diversos abrigos aqueles meninos cujos pais, por extrema necessidade, não dispõem de condições suficientes para mantê-los. No caso de ser constatada a possibilidade de o menor ser assistido pela própria família, o juiz entrega-o aos seus pais. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16 de abril de 1966, Editorial).

Através da leitura desse trecho, é possível afirmar como foi construída a rede de atendimento aos casos de abandono do Recife. Compunha esse cenário o sistema de assistência social e o Poder Judiciário, que, de acordo com o texto, procuravam estabelecer articulações no enfrentamento das deficiências dos abrigos. Como saída, a matéria afirmava que o Estado se comprometia em construir novas unidades de internamento e um trabalho de combate às práticas de abandono no Recife, contando com o apoio do Juizado.

De acordo com a matéria publicada, as famílias pobres passaram a conceber o Estado como tutor da sociedade, responsável pela criação dos seus filhos. Por sua vez, o Estado procura responder intervindo no cotidiano dessas famílias, apontando, inclusive, como uma das soluções do problema do abandono, a ampliação de números de vagas nos abrigos e articulando procedimentos técnicos de intervenção direta no cotidiano dessas famílias populares.

O problema do abandono buscou ser resolvido a partir de mecanismos de controle sobre a *população* pobre das grandes cidades do Brasil. Observo que o conceito de população construído por Foucault pode ser bastante apropriado para esse debate, uma vez que ele afirma população como:

Um grupo humano numeroso, mas de seres vivos atravessados, comandados, regidos por processos, leis biológicas. Uma população tem taxa de natalidade, mortalidade. Uma população tem uma curva de idade, uma pirâmide de idade, uma morbidez, um estado de saúde, uma população pode perecer, ou, ao contrário, se desenvolver. (FOUCAULT, 2012, p. 177)

Para Foucault, a “descoberta da população é ao mesmo tempo a descoberta do indivíduo e do corpo adestrável”. Desse modo, é possível afirmar que a Febem procurou resolver o problema do abandono a partir de uma estratégia de ação que procurava atuar sobre a vida das famílias pobres; para isso, ela buscou atuar para além de seus muros. Os jornais da época, os relatórios institucionais e os documentos publicados pela equipe técnica da Funabem demonstram como foi construído o conceito de *abandono* e como a instituição buscou atender a criança e o adolescente considerados “menores abandonados”.

Mas, será que tal proposta política conseguiu cumprir seus objetivos? O sistema FUNABEM/FEBEM foi articulado no processo da Ditadura Civil-Militar e foi extinta no bojo da redemocratização do país na década de 1980. Neste período, as sucessivas rebeliões denunciavam a falência do sistema. O “grito” maior

veio das próprias crianças e adolescentes que se organizavam por meio de motins, rebeliões e fugas.

De acordo com Frontana, foi nesse cenário, marcado pelas “sucessivas rebeliões e fugas em massa de internos da Febem”, que as manchetes de jornais passaram a retomar a “questão do menor”. Durante a década de 1980, a imprensa nacional passou a pautar sistematicamente a questão das crianças e dos adolescentes que viviam sob a tutela do Estado, “renovando temores e inquietações e chamando atenção da opinião pública”, fazendo com que “as falhas da instituição no cumprimento de seu objetivo primordial, isto é, de recuperar e reintegrar o menor à sociedade” passassem a ser questionadas. (FRONTANA, 1999).

No texto, Antônio Carlos Gomes da Costa afirmava que era “preciso” mudar a política do bem-estar do menor para que ela supere a limitação assistencialista do ESTAR de *menor* e se dirija à totalidade do SER do educando. O discurso de mudança, veio acompanhado da crítica do modelo Funabem, fazendo emergir dentro da própria instituição um movimento que buscava repensar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor. De acordo com Costa:

É preciso mudar a componente repressiva que essa política herdou do SAM e do DSM, órgãos que antecederam o sistema Febem-Funabem, para transformar a política de bem-estar numa política de promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente. (COSTA, 1980, p. 51)

A partir da leitura do texto, é possível afirmar que a campanha anti-Febem teve desdobramento na estrutura e no

funcionamento da instituição. Ao adentrar no mundo da Febem, conhecer a instituição a partir dos documentos que ela produziu, observei que a Funabem buscava se adequar às demandas, mas a sua missão institucional não correspondia às novas formas de conceber o sistema de atendimento e a própria criança e o adolescente. Enquanto a sociedade civil buscava construir uma outra forma de pensar a infância, questionando, inclusive, a expressão *menor*, a Funabem estava atrelada aos princípios da Política do Bem-Estar do Menor.

Mesmo buscando atender às demandas apresentadas pelos movimentos sociais, o projeto Funabem/Febem já não atendia aos novos desafios estabelecidos pela sociedade civil organizada, que buscava questionar os padrões institucionais construídos pelo Regime Ditatorial. Foi no cenário de redemocratização que os grupos passaram a se organizar coletivamente, fazendo surgir organizações e movimentos, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, que partiram em defesa dos chamados *direitos da criança e do adolescente*, passando a questionar o Código de Menores e o modelo Febem.

No final da década de 1980, a Funabem se reconhece como instituição falida. O relatório institucional busca construir uma autocrítica, na qual constatava que:

A essas questões acrescenta-se a herança da política seguida nas últimas duas décadas, pela Funabem e órgãos estaduais, de implantação do modelo correcional-repressivo, apoio na construção de grandes centros de internamento de crianças e adolescentes, cujos resultados negativos são públicos e notórios. De nada adianta, porém, decretar a falência do modelo convencional

que se apoia na APREENSÃO – TRIAGEM – ROTULAÇÃO – DEPOSTAÇÃO – CONFINAMENTO de menores tirando-os do ambiente de suas famílias, bem como de seu meio sócio cultural, se a Funabem não se reorganizar como uma instituição que, em novo momento da história do País, tem que oferecer alternativas mais adequadas ao atendimento a crianças e jovens marginalizados que sofrem os mais variados tipos de dificuldades. (FUNABEM, 1988, p. 51)

O relatório ainda trazia a informação de que a Funabem possuía uma estrutura e um funcionamento marcados pela: centralização excessiva, pela ênfase no controle da sociedade pelo Estado, pelo burocratismo dispendioso, pelo clientelismo político, pela baixa remuneração dos servidores, pelo baixo investimento em recursos humanos. Esse relatório indicava que a instituição deveria se modificar para atender às novas demandas sociais e que a Funabem já não correspondia ao seu objetivo central de oferecer o atendimento aos meninos e às meninas que vivenciavam as mais diferentes formas de exclusão social.

No final da década de 1980, a Funabem se reconhece como instituição falida. Em Pernambuco e no Brasil, a campanha anti-Febem foi articulada no sentido de garantir que meninos e meninas passassem a ser atendidos de acordo com as suas particularidades. Nesse processo, a campanha pela infância recebeu uma importante contribuição dos movimentos sociais, que somaram esforços na campanha em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Em 1990 foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente, e a partir desse marco jurídico e assistencial a FUNABEM/FEBEM foi extinta.

## Considerações Finais

O sistema Funabem/Febem, implantado em 1964 e extinta em 1990, passou mais de 20 anos procurando garantir a manutenção da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, a partir de medidas de disciplina e controle, onde os estados e as instituições particulares passaram a estar sob sua administração centralizadora, constituindo-se como um complexo tutelar voltado para crianças e famílias das classes populares. De acordo com Passetti,

Em nome do bem, o Estado acaba realizando o bem-estar da própria burocracia, fazendo recair a ênfase no grau maior ou menor de corrupção. O que perpetua é a possibilidade — por vias mais ou menos obscuras — de realizar, primordialmente, o bem-estar da própria categoria, como em toda corporação. (PASSETTI, 1999, p. 56)

A Febem passou, então, a fazer parte da história da assistência à infância no Brasil e da trajetória de vida dos meninos e das meninas que estiveram pelas suas unidades de internação, durante toda a Ditadura Civil-Militar. O projeto de assistência aos chamados “menores” foi produzido a partir de uma “modernização conservadora”, amparada no sistema de justiça punitiva, materializada no Código de Menores (promulgado em 1927 e reformulado em 1979). Desse modo, o discurso do “bem-estar”, voltado para a área da assistência aos meninos e menina, foi marcada por práticas assistencialistas e coercitivas, de um Estado ditatorial, que buscava “tutelar” o cotidiano de crianças e famílias das classes populares.

Para além do “bem-estar”, a história institucional da FUNABEM e da FEBEM em Pernambuco é necessária para que possamos conhecer as práticas e discursos que legitimaram a lógica de controle social e as estratégias disciplinares. É importante reforçar que não basta apenas saber que a FEBEM não deu certo, o necessário é conhecer e problematizar o processo que fez construir e emergir uma biopolítica voltada para o controle do cotidiano das crianças e adolescentes pobres e suas famílias. Entender a FEBEM é um passo importante para adentrar no universo dos meninos e meninas que passaram por ela.

## REFERÊNCIAS

### Documentos Pesquisados

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Criação da Febem atualizará a política do amparo ao menor*. Recife, 16 de abril de 1966. Acervo: Arquivo Estadual de Pernambuco Jordão Emereciano.

FUNABEM. *Aspectos da Política do Bem-Estar do Menor no Brasil*. Rio de Janeiro, 1968.

\_\_\_\_\_. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Revista Brasil Jovem*. Ano V, 4º trimestre. Rio de Janeiro: Funabem, 1971.

\_\_\_\_\_. *Funabem: 10 anos*. Rio de Janeiro, 1978.

\_\_\_\_\_. *Funabem ano 20*. Rio de Janeiro: Coordenadoria de Comunicação Social, 1984.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Gestão*. Rio de Janeiro: FUNABEM, 1988.

PERNAMBUCO. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Lei N. 5810. Recife, 14 de junho de 1966.

## Bibliografia

ALTENFELDER, M. *Política Nacional do Bem-Estar do Menor*. Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra. 11 de junho de 1970. Funambem, Setor de Relações Públicas, 1970. p. 67. Acervo: Fundo CBIA. Fundação Arquivo Nacional/Rio de Janeiro.

BEHRING, Elaine Rossetti & BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamento e história*. São Paulo: Cortez, 2010.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Relatório É preciso Mudar*. Belo Horizonte: FUNABEM, 1980.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FERREIRA NETO, João Constantino. *Dificuldades na escolarização dos adolescentes privados de liberdade em Pernambuco*. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2011.

FOUCAULT, Michel. *As malhas do poder*. In: FOUCAULT, Michel. Segurança, penalidade e prisão – Ditos e Escritos Vol. VIII. Rio de Janeiro: Forense editora, 2012.

FRONTANA, Isabel. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

PADRÓS, Enrique Serra. *Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social*. In: REIS, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste. O século XX, o tempo crises: revoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.

PASSETTI, Edson. *Violentados: crianças, adolescentes e justiça*. São Paulo: Editora Imaginário, 1999.

PERROT, Michelle. *Funções da família*. In: PERROT, Michelle (Org.) História da vida privada 4; da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

REZENDE, M. J. *A ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade*. Londrina: editora da UEL, 2001.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil*. Rio de Janeiro: Loyola, 2004. P. 29.

SOUZA, João Clemente de. *A trajetória do menor a cidadão*. São Paulo: Arte Imprensa, 2003.

é aberta por textos em torno da temática “história e cultura”, José Carlos Reis, “O debate sobre as identidades do conhecimento histórico e defende a sua pertinência enquanto saber que se constitui “na contra-mão da filosofia, da ciência, da religião e do senso-comum”. Em “Tempo de Experimento: o ofício do historiador e as novas linguagens” o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior chama a atenção para a necessidade dos historiadores profissionais repensarem suas práticas de pesquisa com as chamadas “novas linguagens” e incorporarem em suas reflexões teórico-metodológicas os desafios que a análise destas novas fontes impõe. O que implica em uma transformação na formação acadêmica e nos modos de produção e divulgação da narrativa histórica. Alexandre Silva de Jesus participa desta coletânea com o artigo “Patrimônio, atualidade e experiência: elementos para um programa” onde reflete sobre o funcionamento político do dispositivo patrimonial ou museal, uma vez que entende que os processos de patrimonialização e musealização se confundem. O texto articula reflexões de Nietzsche, Benjamin e Agamben à problematização da ordem patrimonial moderna. A temática “História e Educação” traz quatro contribuições. Carlos Augusto Lima Ferreira em “Ser Professor de História: da academia a sala de aula, algumas questões formativas” constrói uma reflexão sobre a formação do campo de investigação do ensino de história no país apontando o crescente interesse dos historiadores pela temática bem como as fronteiras e/ou barreiras que os pesquisadores da área precisam vencer para a consolidação da área e interesse tais como as relações hierarquizadas entre o ensino e a pesquisa. Ricardo de Aguiar Pacheco discute no artigo “As representações e práticas sociais associadas à formação de professores: formando o professor profissional” como os modelos de formação de professores se articularam às mudanças nas concepções de educação e de professor no Brasil e nos chama a atenção para os dilemas contemporâneos que afetam a construção da identidade docente atual. Os historiadores Nathalia Cavalcanti da Silva e Lucas Victor Silva participam da coletânea com o artigo “Os fatos históricos valem menos como conhecimento a adquirir do que pelas conclusões de ordem social e econômica que deles podemos tirar” que realiza estudo sobre os conteúdos históricos nos Programas de Educação Primária do Estado de Pernambuco na década de 1930. Encerrando esta seção, Juliana Alves de Andrade busca em seu artigo: “Trabalhadores rurais, camponeses e movimentos sociais rurais nos livros didáticos de História: breves apontamentos para uma reflexão sobre o lugar desses sujeitos na literatura escolar” analisar como obras didáticas de História, no contexto atual, abordam as temáticas Campesinato, Trabalhadores Rurais e Movimentos Sociais Rurais nos livros de história, destinados aos alunos do 3º ano do Ensino Médio. A seção “História, infância e Juventude” traz duas contribuições. O artigo “A poesia como estratégia metodológica na escolarização das jovens privadas de liberdade de Pernambuco” de autoria da historiadora Vera Lúcia Braga de Moura tem por objetivo analisar as estratégias de escolarização das adolescentes privadas de liberdade implementadas pela Secretaria Estadual de Educação nos Centros de Atendimento Provisório envolvidos na execução da política, bem como o processo de bairro da Iputinga. No segundo texto, Humberto Miranda em uma Ditadura Civil-Militar em Pernambuco (1964-1990)” discute a trajetória do sistema Funabem/Febem enquanto complexo tutelar voltado para crianças das classes populares. O historiador analisa as práticas e discursos do Estado ditatorial que legitimaram a lógica de controle social e as estratégias disciplinares presentes na montagem e no funcionamento do sistema Funabem/Febem em Pernambuco. A temática “História e Cultura” também traz relevantes contribuições. O historiador Augusto Neves da Silva participa desta coletânea com um artigo sobre uma manifestação carnavalesca pouco estudada pela historiografia do carnaval do Recife e que sofreram significativa oposição ao longo do século XX: as escolas de samba. Em “Intelectuais e tradição: disputas pelos dias de Momo no Recife (1955-1956)” analisa os debates, conflitos e tensões intelectuais em torno da presença das escolas de samba na “terra do frevo”. Já a historiadora Joana D’arc de Sousa Lima parte das memórias de sua trajetória profissional em relevantes instituições culturais de São Paulo e Pernambuco para refletir sobre os temas da formação do público, da mediação e da participação. No artigo “Entre a lembrança e o esquecimento: Histórias da formação de públicos nas instituições culturais” construiu uma abordagem que articula à História, reflexões de campos como a arte, a museologia, a educação e a arte/educação. Sobre “História e Literatura”, a coleção registra a participação de dois artigos. Em “Memorando para ler o Recife em Manuel Bandeira”, o historiador Flávio Weinstein Teixeira constrói uma releitura sobre três conhecidos poemas do escritor pernambucano dedicados à capital: Evocação do Recife (1925/30), Minha Terra (1948) e Recife (1966). O diálogo entre história e literatura é tema da contribuição do historiador Marcus Vinícius Santana Lima. Em “A mulher do vizinho: um conto de Fernando Sabino”, o autor explora a narrativa literária como fonte para o estudo do Recife da década de 1960. A temática “Ensino de História e as leis 10639/2003 e 11.645/08” traz contribuições dos pesquisadores Edson Silva e Maria da Penha da Silva, que participam deste livro com o artigo “De qual ‘índio’ estamos falando?! Reflexões para o ensino da temática indígena”. Ao leitor tem a sua disposição a denúncia sobre os estereótipos e a ignorância sobre a temática que permanecem no cotidiano escolar mesmo após o advento da Lei 11.645/08 que determina a inclusão do tema História e Culturas dos povos indígenas nos currículos da Educação Básica no Brasil. O artigo ressalta a necessidade de renovação dos livros didáticos brasileiros e finaliza sugerindo princípios para uma abordagem renovada e uma rica lista de contribuições atualizadas sobre a temática disponíveis aos pesquisadores e professores brasileiros. Em “Por uma história a partir dos conceitos: África, cultura negra e lei 10639/2003: reflexões para desconstruir certezas”,IVALDO MARCIANO DE FRANÇA LIMA revisita criticamente a utilização dos conceitos de “afro-brasileiro”, “afrodescendente” e “africano” atualmente convenionados como sinônimos para nomear as populações “não brancas”. Um texto que sugere uma abordagem alternativa para a efetivação da lei 10639/2003 na educação básica brasileira. A temática “História e cidade” traz contribuições sobre violência e relações de gênero no espaço urbano. WELLINGTON BARBOSA DA SILVA recua até o Recife do século XIX para analisar o medo motivado pela criminalidade urbana. A leitura do texto “Cidade, violência e medo: o caso do Recife oitocentista (1840-1880)” nos proporciona, entre outras coisas, a percepção de que, pelo menos, desde meados do Oitocentos o problema da violência urbana e os temores por ela provocados povoam as páginas dos periódicos locais. Ricardo dos Santos Batista colabora, neste livro, com um capítulo sobre os “usos femininos” do espaço urbano de Jacobina, Bahia, em meados do século XX. Em “Mulheres, convenções de gênero e espaço urbano”, o autor reflete sobre as convenções de gênero e sexualidade através das quais se tentava controlar os comportamentos femininos desafiadores das normas vigentes. Sobre a “História e Sertão”, temos debates sobre cultura material e propriedade fundiária. As autoras Kalina Vanderlei Silva, Amanda Isabela A. da Silva, Hortênsia Calado Pedro e Suelane Matos da Silva exploram a riqueza analítica dos inventários e testamentos referentes à capitania de Pernambuco no século XVIII, em especial do acervo do Memorial de Justiça de Pernambuco no que diz respeito às comarcas sertanejas. É o tema do artigo “O Sertão em inventários: cultura material e sociedade na Capitania de Pernambuco no século XVIII” que convida pesquisadores a se debruçarem sobre a documentação ainda pouco consultada. A historiadora Maria Ferreira retoma descobertas de sua tese de doutoramento no artigo “Proprietários, famílias e sociabilidade: notas para uma história da

# História e cultura

# Intelectuais e tradição: disputas pelos dias de Momo no Recife (1955-1956)

AUGUSTO NEVES DA SILVA

Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense

[augustonev@gmail.com](mailto:augustonev@gmail.com)

O carnaval do Recife é um acontecimento que tem *status* de uma das mais importantes festas populares do Brasil. Todos os anos, inúmeros foliões saem às ruas para saudarem os dias de folia, para se entregarem à alegria de momo e construírem inúmeros outros significados para este festejo.

Parte relevante da historiografia sobre essa festa estabelece como seu maior símbolo musical o frevo<sup>1</sup>. Nessa esteira, pode-se

**1 Sobre uma concepção que naturaliza a história do carnaval em Recife ver, entre outros:** SILVA, Leonardo Dantas; TINHORÃO, José Ramos. Carnaval do Recife. Recife: Prefeitura da Cidade, 2000; MAIOR, Mário Souto. Carnaval, carnavais, In: *Nordeste: a inventiva popular*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978; MAIOR, Mário Souto; SILVA, Leonardo Dantas (org). *Antologia do Carnaval em Recife*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1991; LIMA, Cláudia. *Evoé: história do carnaval – das tradições mitológicas ao trio elétrico*. 2. Ed. Recife: raízes brasileiras, 2001. **Sobre os estudos antropológicos da festa ver:** REAL, Katarina. *O Folclore no carnaval do Recife*. 2. ed. rev e aum. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990; ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Festas: máscaras do tempo: entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996. **A respeito do silêncio dos intelectuais a história das escolas de samba na capital pernambucana ver:** SILVA, A. N. *Debate Historiográfico em torno das escolas de samba em Recife (1955 – 1970)*. Monografia de Conclusão de Curso de História. Recife: UFPE, 2009; SILVA, A. N. *Quem gosta de samba, bom pernambucano não é?* Dissertação (Mestrado em História). UFPE: Recife, 2011. **Sobre a atuação da Federação Carnavalesca Pernambucana ver:** VIDAL, F. M. C. *A fresta do Estado e o brinquedo para os populares: histórias da Federação Carnavalesca*

afirmar também que os maracatus e caboclinhos completam o arcabouço tradicional da festa carnavalesca recifense. No entanto não foram apenas essas práticas que compunham o diapasão cultural daqueles alegres dias de momo. Outras manifestações culturais, como as escolas de samba, também atraíam inúmeros foliões para suas apresentações.

E foi em torno da presença das escolas de samba no carnaval do Recife que ocorreu um dos mais relevantes debates a respeito da tradição carnavalesca local. O processo de oficialização dos dias de momo pela prefeitura foi permeado por inúmeros conflitos e tensões. Assim, busco entender nessas linhas os sentidos e os significados que deram sustentação a esse acontecimento.

No ano de 1955, os dias de momo foram oficializados pela Prefeitura da cidade do Recife por meio da Lei Municipal 3.346/55.<sup>2</sup> Em seu artigo primeiro, a Lei destacava a preservação daquilo que entendia enquanto a tradição do carnaval local:

*Pernambucana*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010. **No que tange a atuação das agremiações carnavalescas nas ruas do Recife ver:** SANTOS, Mário Ribeiro dos. *Trombones, tambores, repiques e ganzás: a festa das agremiações carnavalescas nas ruas do Recife (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010. **Sobre a relação entre Estado e o Carnaval do Recife durante o regime militar ver:** MELO, D. B. *Brincantes do Silêncio: A atuação do Estado Ditatorial no Carnaval do Recife (1968 – 1975)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2011. **Sobre as representações do carnaval ver:** SILVA, L. V. *O carnaval na cadência dos sentidos: uma história sobre as representações das folias do Recife entre 1910 e 1940*. Tese (Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

2 A referida Lei Municipal (e outras) encontra-se disponível para consultas no 3º andar do prédio sede da Prefeitura do Recife, na Biblioteca Setorial. Como também pode ser visualizada no site <http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/>. Acesso em 31 de março de 2014.

A Prefeitura Municipal do Recife, por intermédio do Departamento de Documentação e Cultura, organizará, patrocinará e promoverá os festejos carnavalescos do Município, a partir do ano de 1956, dentro dos moldes folclóricos, preservando sobretudo (sic): os clubes de frêvo;(sic) os maracatús, (sic) em sua forma primitiva e os clubes de caboclinhos.

A partir dessa data, as agremiações carnavalescas contariam com uma verba dos cofres públicos para custear parte das despesas com as apresentações durante as homenagens ao deus da galhofa. Esse processo de institucionalização do carnaval pela prefeitura pode ser visto como mais uma das tentativas das elites dominantes de controlar a cidade e de normatizar os divertimentos populares<sup>3</sup>.

Durante os festejos momescos, ocorriam (ocorrem) frequentemente aglomerações de homens e mulheres nas ruas, e toda essa quantidade de alegres foliões podia representar um perigo, se não fossem normatizadas e determinadas as regras para quem quisesse participar da festa.

A oficialização do carnaval pela Prefeitura do Recife foi um dos momentos de maior ênfase no debate sobre a validade ou não da presença das escolas de samba nos festejos carnavalescos da cidade. Para parcela significativa dos intelectuais, “sambar

3 É importante destacar que em outros momentos as elites dominantes procuraram disciplinar, vigiar, controlar e ordenar os festejos populares. Em 1935 foi criada a Federação Carnavalesca Pernambucana - órgão responsável pela organização do carnaval do Recife até o ano de 1949. Para saber mais sobre a atuação da Federação Carnavalesca no carnaval de Recife ver: VIDAL, F. M. C. *A festa do Estado e o brinquedo para os populares: histórias da Federação Carnavalesca Pernambucana (1935-1949)*. Dissertação (Mestrado em História) - UFPE, Recife, 2010.

era descaracterizar a tradicional folia recifense”. Em face disso, escreviam nos jornais condenando a forma como o processo de oficialização do carnaval estava sendo conduzido.

A Lei nº 3.346/55 salientou que o órgão responsável pela organização do carnaval, o Departamento de Documentação e Cultura, deveria ajudar técnica e financeiramente todas as agremiações carnavalescas, inclusive escolas de samba, que contribuissem para a animação e grandeza do carnaval da cidade.

§ único. Deverá também o Departamento de Documentação e Cultura da Municipalidade, ajudar técnica e financeiramente, todos os blocos, troças, escolas de samba e demais organizações carnavalescas que contribuïrem para a animação e grandeza do *carnaval do Recife*.<sup>4</sup>

E a inclusão das escolas de samba - como uma prática carnavalesca da cidade - recebeu inúmeras críticas por parte da intelectualidade local, como foi o caso do jornalista Mário Melo<sup>5</sup> que

4 Lei Municipal Nº 3.346/55. Essa e outras leis encontram-se disponíveis para consultas no 3º andar do prédio sede da Prefeitura da cidade do Recife, na Biblioteca Setorial. Como também pode ser visualizada no site <http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/>. Acesso em 05 de agosto de 2014.

5 Mário Carneiro do Rego Melo nasceu a 05 de fevereiro de 1884, filho de Manoel do Rego Melo e de Maria da Conceição Carneiro da Cunha (Ciçone), no Sítio Barbalho, atual bairro de Iputinga, no Recife. Em 1907 graduou-se em Direito. Escreveu vários livros, entre eles: *A Maçonaria e a Revolução de 1817* em 1912. Mas sua grande paixão era o jornalismo. Trabalhou nos jornais Folha do Povo, Correio do Recife, Jornal Pequeno, A Província, Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio, dentre outros. Em 1948 foi eleito Deputado Estadual pela legenda do PSD. Participou da fundação da Universidade do Recife, como criador da Escola de Belas Artes e Faculdade do Comércio e Ciências Econômicas, das quais foi professor. Membro do IAGHPE, presidente da Federação Carnavalesca, dentre outras entidades públicas. Morreu em 24/05/1959. Sobre Mário Melo, ver: ROSTAND, Paraíso. *Cadê Mário Melo*. Recife: COMUNIGRAF, 1997.

afirmou: “o maior equívoco da referida lei consistia no fato de o Conselho de Vereadores que a aprovou ter incluído a entidade que representava as escolas de samba (União das Escolas de Samba<sup>6</sup>) como um órgão auxiliar na organização dos festejos de momo.” (JORNAL DO COMMERCIO, 13/01/1956, P. 02).

Como se fosse pouco, se não bastasse a oficialização das Escolas de Samba, organizou esse conselho eleitoralmente um representante da Federação, um representante dos Cronistas, um das Escolas de Samba e três da Rua da Guia<sup>7</sup>. De início, quatro votos do Conselho, um do samba e três da Rua da Guia, contra dois. (JORNAL DO COMMERCIO, 15/01/1956, P. 02).

Assim que chegou ao poder municipal, em janeiro de 1956, o prefeito eleito Pelópidas Silveira, convocou os vereadores para rever a lei aprovada em 1955, que ditava sobre os festejos de momo. Segundo Pelópidas, a Lei nº 3.346/55 não preservava o “tradicionalismo histórico da festa carnavalesca recifense” e precisava ser revista para se corrigir esse erro.

[...] Em defesa dos recifenses, o Prefeito Pelópidas Silveira convocou extraordinariamente a Câmara da Rua da Guia, para reexaminar o assunto, expurgando da oficialização as Escolas de Samba. Insistindo em colocar-se contra os recifenses, de que são indignos representantes, os vereadores deliberaram não atender

6 A União das Escolas de Samba era a entidade que congregava as principais escolas de samba no Recife. A referida instituição foi criada em 1954 e em 1985 passou a designar-se Federação das Escolas de Samba de Pernambuco (FESAPE).

7 Rua da Guia era o local onde se localizava a Câmara de Vereadores do Recife.

ao Prefeito. Querem a oficialização do samba no carnaval recifense, porque nas <Escolas>, que consideram elementos de cultura (!!!) – assim figuram no orçamento municipal – contam com eleitorado. Entende o Prefeito, e entende muito bem, que não deve empregar o dinheiro dos recifenses com a descaracterização de seu carnaval, mesmo porque seu antecessor deixou o tesouro municipal como terra queimada. E assim, acertadamente, não despenderá um centavo com o carnaval. De tudo isso resulta que, ou a Câmara Municipal conserta seu erro para ser prestigiado somente o que se enquadra no folclore recifense, ou por culpa dos Vereadores da Rua da Guia, à falta de amparo monetário, os cordões de frevo, os maracatus e caboclinhos serão privados de exibir-se. (JORNAL DO COMMERCIO, 19/01/1956, P. 02).

Entretanto os vereadores recusaram-se a votar uma nova lei que (re) organizasse os festejos de momo, uma vez que já haviam votado uma lei que tratou do tema. De acordo com o memorialista Mário Melo, essa foi mais uma das medidas eleitorais promovidas pelos representantes da Câmara Municipal para proteger seus redutos eleitorais onde estavam localizadas as escolas de samba.

Assim Mário Melo escreveu nos jornais para criticar essa recusa dos vereadores em “corrigir o erro anteriormente aprovado”, pois valorizar, incentivar e financiar escolas de samba em terras recifenses é acabar com o carnaval da cidade, é buscar convertê-lo numa imitação da festa que era feita no Rio de Janeiro.

[...] incentivar o samba pelo carnaval, é trabalhar contra o frevo. É tirar o frevo do carnaval pernambucano, é acabar de

vez com o que ele tem de original e metê-lo como reboque no carnaval carioca. [...] convém que os vereadores pernambucanos meditem nas minhas palavras e, se querem o carnaval do Recife com sua originalidade, com suas características inimitáveis, evitem qualquer referência, no projeto às <Escolas de Samba> porque equivalem a um câncer no frevo. (JORNAL DO COMMERCIO, 07/01/1956, P. 02).

O ex-secretário da Federação Carnavalesca, Mário Melo, acreditava que a oficialização do carnaval do Recife com valorização das escolas de samba iria prejudicar o frevo. Frevo entendido por ele e alguns de seus congêneres como o símbolo máximo da cultura local. E nada nem ninguém poderiam ameaçar a soberania do “ritmo da terra”. Para Melo, as escolas de samba eram uma prática invasora, advinda de outro Estado. Para embasar suas afirmações, ele evocou a defesa dos regionalismos: “As infiltrações prejudicam fundamentalmente o regionalismo.” (JORNAL DO COMMERCIO, 13/01/1956, P. 02).

Inúmeras matérias foram publicadas em diversos jornais recifenses - por Mário Melo, Aníbal Fernandes<sup>8</sup> e outros jorna-

8 Aníbal Gonçalves Fernandes nasceu em Nazaré da Mata, no dia 30 de dezembro de 1894, em Pernambuco. Filho do casal Albino Gonçalves Fernandes e Maria Luzia Lobo Guido Fernandes. Aníbal Fernandes fez seus estudos no Seminário de Olinda e na Faculdade de Direito do Recife, tendo concluído o curso superior em 1916. Foi professor do Ginásio Pernambucano, da Faculdade de Filosofia do Recife, diretor do Museu do Estado e da Inspetoria de Monumentos Artísticos. Entretanto encontrou no Jornalismo sua plena e verdadeira vocação. Em 1912 passou a ser revisor do Jornal de Pernambuco. Em 1914, no dia 17 de julho se transferiu para o Diário de Pernambuco permanecendo até 1952, quando se aposentou, mas continuou escrevendo para o jornal. Faleceu em 12 de janeiro de 1962, com 68 anos de idade. Sobre Aníbal Fernandes ver: FERRAZ, Marilourdes. Aníbal Fernandes: jornalista – Nos caminhos da liberdade. Associação da Imprensa de Pernambuco. Recife: CEPE, 1996.

listas e cronistas -, o que provocou um debate nos periódicos sobre a forma como deveria ser (re) conduzida a oficialização do carnaval pela Prefeitura do Recife. Diversos intelectuais procuraram dialogar uns com os outros, buscando a legitimidade dos seus escritos. Foram praticamente unânimes em afirmar uma posição contrária à disponibilização de recursos públicos da Prefeitura para subsidiar as escolas de samba, pois julgavam que essas práticas culturais não serviam para representar a “legítima” cultura do (nosso) Estado.

Diante dessa disputa pelo formato de festa desejado, pode-se afirmar que os intelectuais e o Prefeito Pelópidas Silveira saíram vitoriosos, pois a Lei nº 3.346/55 foi reorganizada por meio do Decreto Lei nº 1.351/56. Seu artigo primeiro afirma que “Serão, também, auxiliadas outras organizações carnavalescas que contribuam para a animação e grandeza do carnaval, devendo esse auxílio ser de natureza técnica e de ordem financeira.”

Entretanto, em seu artigo segundo, o Decreto Lei 1.351/56 estabelece uma classificação hierárquica entre as agremiações carnavalescas, na qual as escolas de samba ocupavam a última posição, recebendo 5% do valor destinado para financiar as organizações que participavam do carnaval da cidade.

ART. 2º - A verba orçamentária destinada ao carnaval recifense será utilizada do seguinte modo:

a) 60% para os prêmios em dinheiro e aquisições das taças referentes aos concursos previstos no artigo anterior e seus parágrafos e para a distribuição às agremiações com existência legal, observando-se, nessa distribuição, as seguintes porcentagens:

Clubes.....	35%
Blocos .....	20%
Maracatus.....	15%
Caboclinhos .....	15%
Troças e Ursos.....	10%
Escolas de Samba.....	5%

b) 40% para atender à organização, iluminação, propaganda e animação dos festejos. Dêses (sic) 40% da verba orçamentária, 25% serão destinados aos serviços extraordinários de limpeza na cidade, durante as festas carnavalescas.<sup>9</sup>

Diante dessas questões, procuro entender o que estava em jogo no processo de oficialização do carnaval do Recife pela Prefeitura. Quais as bases que deram sustentação àquele debate em torno do que significava a “tradição carnavalesca local”, algo tão defendido pelos intelectuais. Busco compreender por que, para parte da intelectualidade local, sambar em dias de carnaval era considerado crime de lesa pátria. Assim, o caminho mais evidente para compreender essas questões é problematizar os conceitos de intelectuais, de tradição e de campo intelectual, bem como a relação entre eles.

### **Intelectuais: o território da palavra**

O tema dos intelectuais já foi amplamente discutido por outros intelectuais, entre eles posso destacar os estudos de quatro autores: Antônio Gramsci, Michael Löwy, Norberto Bobbio e Edward

<sup>9</sup> Decreto Lei Municipal que se encontra disponível para consultas no 3º andar do prédio sede da Prefeitura do Recife, na Biblioteca Setorial. Como também pode ser visualizada no site <http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/>. Acesso em 31 de março de 2014.

W. Said. Assim procuro compreender de que forma determinados indivíduos, entendidos como “intelectuais”, pensaram sua própria função na sociedade.

A noção de intelectual é de contornos fluidos e se transforma com o tempo, indicando dificuldades que se traduzem na impossibilidade de uma definição rígida do termo. Dessa forma, opto por chamar de intelectuais os sujeitos que escreviam nos jornais sobre a cultura e o carnaval na cidade do Recife, como os jornalistas Mário Melo e Aníbal Fernandes. Esses indivíduos apropriavam-se da folia momesca e procuravam representá-la por meio da escrita, convertendo-a em crônicas, narrativas históricas, poesia, relatos, memórias, buscando, com isso, construir um “modelo” de festa carnavalesca para a urbe.

Compreendo que esse grupo constituído de sujeitos que se propunham a criar um projeto ideológico-cultural para o carnaval da capital pernambucana pode ser associado às definições propostas por Michael Löwy. Esse sociólogo propôs o conceito de “*intelectualidade*”, que pode assim ser definida:

[...] uma categoria social definida por seu papel ideológico: eles são os produtores diretos da esfera ideológica, os criadores de produtos ideológico-culturais. Ocupam, então, um lugar específico naquilo que se poderia chamar de processo de produção ideológica, o lugar do produtor imediato, que se distingue daquele do empresário, do administrador ou do distribuidor de bens culturais. Os intelectuais assim definidos compreendem grupos como os de escritores, artistas, poetas, filósofos, sábios, pesquisadores, publicistas, teólogos, certos tipos de jornalistas, certos tipos de professores e estudantes etc. (LÖWY, 1979, P. 01).

Ainda a respeito dos intelectuais, destaco as análises empreendidas pelo filósofo, marxista e jornalista italiano Antônio Gramsci. Para esse autor, “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.” (GRAMSCI, 1995, P. 07). Gramsci tenta demonstrar que as pessoas que desempenham a função de intelectual na sociedade podem ser divididas em dois grupos, denominados por ele como o dos *tradicionais*, composto por professores, clérigos e administradores que geração após geração continuam a fazer a mesma coisa, ou seja, a exercer o mesmo ofício; e o dos *orgânicos*, ligados a classes ou empresas, que os usavam para organizar seus interesses. (GRAMSCI, 1995, P. 04-08).

Outro intelectual a problematizar sua própria função foi o filósofo político italiano Norberto Bobbio. Ele considera os intelectuais como os sujeitos que estão em constante interação entre o que denomina de “*poder ideológico e poder político*”. Para Bobbio, em “qualquer sociedade” sempre existirá uma diversidade de pessoas cujo atributo central é lidar com as ideias em suas mais diversas dimensões. Dessa forma, na medida em que nas sociedades contemporâneas o aparato tecnológico e institucional de “difusão da palavra” se tornou crescente, crescente também se evidenciou “o espaço aos intelectuais concedido para se fazerem ouvir” e, ao mesmo tempo, “multiplicaram-se os meios de difusão das produções” dos mesmos. Mas, enfim, o que seriam os intelectuais? Norberto Bobbio assim os definiu:

[...] hoje, chamam-se intelectuais aqueles que em outros tempos foram chamados de sábios, doutos, philosophes, literatos, gens

de letre, ou mais simplesmente escritores, e, nas sociedades dominadas por um forte poder religioso, sacerdotes e clérigos. (BOBBIO, 1997, P. 11).

Para Norberto Bobbio, o que define os intelectuais não é o tipo de trabalho, mas a função que desempenham, ou seja, “um operário que realiza uma propaganda sindical, mesmo que inconscientemente, está desempenhando a função de um intelectual”. (BOBBIO, 1997, P. 114). Dessa forma, jornalistas, escritores, literatos, folcloristas, memorialistas, entre outros, configuraram o grupo denominado de intelectuais com o qual trabalho. Esses indivíduos, imbuídos do saber, da posição de legitimidade, do poder de falar e influenciar a sociedade - por meio da palavra -, escreviam nos jornais, lançavam sobre a população ideias diretivas, visões de mundo e concepções sobre os mais variados aspectos da vida pública.

Para Edward W. Said, em *“Representações do Intelectual”*, o intelectual é um indivíduo com tamanho papel público na sociedade que não pode ser reduzido a um profissional sem rosto. A questão central para Said é o fato de o intelectual ser dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem ou mesmo um ponto de vista a um público. (SAID, 2005, P. 25).

Em primeiro lugar, é claro, está a noção de que todos os intelectuais representam alguma coisa para seus respectivos públicos e, dessa forma, se auto-representam (sic) diante de si próprios. Seja um acadêmico, seja um ensaísta boêmio ou um consultor do Departamento de Defesa, o intelectual faz o que faz de acordo

com uma ideia ou representação que tem de si mesmo fazendo essa coisa: pensa em si próprio como fornecedor de conselhos “objetivos” em troca de pagamentos, ou acredita que o que ensina aos alunos tem um valor de verdade, ou se vê como uma personalidade advogando uma perspectiva excêntrica, mas consistente? (SAID, 2005, P. 14-15).

Os intelectuais do período em questão – principalmente os jornalistas Mário Melo e Aníbal Fernandes – colocavam-se como detentores da “verdade”, a qual deveriam transmitir ao “povo”, para assim modelar a sociedade. Pensavam que, por serem compreendidos como possuidores do saber, e conseqüentemente do poder, poderiam ser ouvidos, e foram durante algum tempo.

Esse sentimento de transmitir a “verdade ao povo”, de ensinar, de mostrar o caminho a ser seguido, estava presente em vários escritos dos intelectuais com que trabalhei. Muitos deles colocavam-se como condutores da sociedade e tradutores de uma tradição. Sobre isso, Mário Melo dissertou: “[...] papel do jornalista é esclarecer o povo a responsabilidade do inevitável futuro do carnaval recifense [...] mesmo velho, ainda tenho força de gritar e converter minha terra”. (FOLHA DA MANHÃ, 15/01/1956, P. 04).

Esses intelectuais, marcados pelo território da palavra e, principalmente, pela palavra escrita que torna viável a relação das suas visões de mundo com a sociedade, tomavam, muitas vezes, os anseios dos grupos dominantes como interesses gerais. Assim, de certa forma, estavam defendendo uma concepção de grupo, visto que “a grande parte dos intelectuais faz parte das elites”. (SIRINELLI, 2003, P. 235). E, como ocupavam o lugar

da legitimidade de maneira autorizada e com autoridade de quem pode falar e escrever ao “povo”, lançavam os seus ideais sobre a sociedade. Acreditavam, com isso, que os seus escritos, as suas ideias tinham um caráter pedagógico e disciplinador para a população.

### ***Re-inventando tradições: o samba entre o nacional e o regional no Recife***

Durante os anos de 1950, de acordo com a historiografia sobre o tema<sup>10</sup>, o samba já havia “ascendido” ao posto de maior símbolo musical da brasilidade, processo esse que ocorreu, principalmente, nos anos de 1930, durante o governo Vargas.<sup>11</sup> Entretanto em

10 Sobre isso ver, entre outros: CUNHA, Fabiana Lopes. *Da marginalidade ao estrelato: o samba na construção da nacionalidade (1917 – 1945)*. São Paulo: AnnaBlume, 2004; SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Editora UFRJ, 2001; VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, UFRJ, 1998.

11 A historiadora Martha Abreu alerta para o fato que a historiografia sobre o samba e a música popular no Brasil tem se apresentado, de certa forma, cristalizada. Haja vista que em sua maioria toma, sem questionamento, a ideia de que somente a partir dos anos de 1920, e mais enfaticamente no governo Vargas, buscou se pensar a brasilidade. “Muitos olhares e interpretações sobre a história cultural da Primeira República estão comprometidos com a sentença de que só a partir de 1920 e 1930 a genuína cultura brasileira começaria a ser reconhecida. Mais ainda, que só a partir destes marcos teriam surgido intelectuais verdadeiramente comprometidos com a descoberta do Brasil e um governo empenhado em elevar a cultura brasileira através da valorização da música popular e do samba em especial como gênero nacional por excelência. Tudo o que teria acontecido antes dos anos 20 e 30 seria desqualificado pelos parâmetros e enfoques sacralizados a partir daí.” Esse tipo de visão serve apenas para “mostrar que essas visões e julgamentos sobre a jovem República contribuem para colocar no esquecimento determinados atores sociais e para estreitar a análise de experiências e projetos no campo musical e político.” ABREU, M. C. Histórias musicais da Primeira República. *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, Uberlândia, v. 13, n. 22, pp. 71-83, jan.-jun. 2011, p. 73.

Recife o samba não desfrutava dessa posição de prestígio entre muitos intelectuais, mas, ao contrário, chegou a ser perseguido e combatido por diversos atores sociais mais comprometidos com a construção da “pernambucanidade”.

O que defendiam alguns intelectuais quando combatiam a presença das escolas de samba no processo de oficialização do carnaval do Recife pela prefeitura municipal? Pelo que pude interpretar, o principal problema enfrentado pelo samba em sua forma institucionalizada, ou seja, pelas escolas de samba no carnaval na cidade foi o fato de essas práticas culturais estarem associadas a fenômenos cariocas. Para alguns dos intelectuais, a permanência dessas manifestações culturais no carnaval iria corrompê-lo e deturpá-lo, transformando o que eles denominavam de “legítimo”, “autêntico” e “tradicional” da região numa cópia dos festejos carnavalescos do Rio de Janeiro.

Porém o que estava em torno da definição do samba como um produto carioca, e, conseqüentemente, não pernambucano? Durante a década de 1950, as escolas de samba estavam presentes na cidade, principalmente nos subúrbios, e atraíam relativo contingente de foliões.<sup>12</sup> As escolas eram construídas por indivíduos que moravam em Recife (ou em sua região metropolitana),

12 Entre as escolas de samba que apareciam nos jornais, há destaque para Gigante do Samba, Estudantes de São José, Duvidosas do Samba, Sapato Furado, Quatro de Outubro, Limonil. É importante destacar que não possuo dados a respeito de quem foram essas pessoas que faziam essas escolas nesse momento. Alguns nomes aparecem com frequência nos jornais, como é o caso do José Carlos (conhecido como Lavanca, mestre de Bateria de Gigantes), do seu Bui de Gigantes, Cabrocha Ana de Gigantes, Irack (mestre sala de Estudantes), Valdeck Melo (de Estudantes de São José). Saliento também, que esses indivíduos habitavam os morros da capital pernambucana, moravam nos lugares mais ermos da cidade, o que pode denotar sua condição social.

eram feitas por pernambucanos, que preferiram o samba em detrimento de outras práticas, ou mesmo dividiram seu gosto com as manifestações culturais nomeadas de “da terra”, como é o caso dos maracatus, caboclinhos e clubes de frevo - já elevados à condição da “verdadeira cultura da terra”.

No entanto, mesmo assim, para os intelectuais, sambar em dias de momo era crime contra o regionalismo. Essa escolha de parcela da intelectualidade recifense refletia questões políticas, pois, ao incorporar o discurso sobre das escolas de samba em Recife como uma organização associada ao Rio de Janeiro, relegava-se aos sambistas pernambucanos o lugar social do exilado, do estrangeiro em seu próprio Estado.

O samba, e conseqüentemente as escolas de samba, não era entendido como uma manifestação passível de ser constituída como o resultado de práticas diversas, produzidas por inúmeros atores sociais no Recife. Mas, era atribuída a ele uma “origem carioca”. E aqui residia o problema, pois para os intelectuais do recorte temporal da pesquisa (1955-1956), só poderia representar o carnaval recifense aquilo que estivesse associado ao Estado de Pernambuco, e, como o samba foi construído como um produto que remete ao Rio de Janeiro, este deveria ser condenado em terras pernambucanas.

Um tema importante dentro dessa discussão é a concepção de tradição, ou, como a maioria dos intelectuais gostava de proclamar, “a defesa da legítima tradição carnavalesca recifense”. Vale ressaltar que essa tradição não era entendida apenas em seu sentido antropológico (Antropologia Cultural), como regras, hábitos e costumes, mas numa visão mais conservadora, composta de aspectos que resistem à mudança e aos quais se imputam

valores que devem ser preservados, muitas vezes, almejando a construção de um passado forjado e invariável.

A noção de tradição possui problemas epistemológicos que devem ser levados em consideração. Naquilo que se define como tradições, observa-se habitualmente uma tentativa da permanência do passado no presente. Mais do que isso, elas são discriminatórias, pois “tendem a constituir um sistema de referências que estabelece distinções entre o que é tradicional e o que não é. Inscrever-se numa tradição significa, portanto, marcar uma diferença, sendo preciso interrogar as funções políticas das tradições”. (CAPONE, 2004, P. 29).

Falar de uma tradição carnavalesca recifense “pura” incita a refletir a respeito de um objeto postulado como dado e natural. No entanto os contornos nem sempre são bem definidos. Eric Hobsbawm e Terence Ranger ressaltaram a construção presente em toda a tradição, criando a noção de “tradições inventadas”. Com isso mostraram que as tradições são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores ou estabelecem seu próprio passado através da repetição. (HOBSBAWM; RANGER, 2008, P. 10).

Inventar tradições significa criar rituais e regras que busquem traçar uma continuidade com o passado, criando uma memória que funcione com um estoque de lembranças. Deve-se entender que nem tudo que a “tradição inventada” abarca é realmente passado; várias de suas manifestações são recentes, mas surgem para as pessoas como algo há muito existente. Dessa forma, a invenção da tradição carnavalesca recifense - como o retorno ao “passado original” -, pode suscitar nos foliões questões sobre sua autenticidade.

Mas que circunstâncias fazem com que se busque restabelecer a tradição? Isso está atrelado ao processo de perda da tradição em face das mudanças determinadas pelo avanço da modernidade. A perda da tradição é o motor do retorno às origens, cujo objetivo principal é sempre reconstrução de um estado original. Como afirmou a antropóloga Stefania Capone:

[...] quem possui uma tradição possui um passado, uma continuidade histórica que a metamorfoseia em sujeito de sua própria história: afirmar sua tradicionalidade equivale a se distinguir dos outros, aqueles que não tem mais identidade definida. Construir sua própria representação do passado – a tradição – passa a ser assim um meio de negociar a posição ocupada na comunidade em questão. (CAPONE, 2004, P. 255-256).

Assim falar em tradição implica referir-se à operacionalização do passado no presente, com o objetivo de conservar esse passado. Deve-se destacar também que as tradições não são um simples reservatório de ideias, mas um modelo de interação social, por meio da qual se constroem as identidades, operacionalizando uma seleção de determinados elementos que ajudem a estabelecer as diferenças entre “nós” e os outros. E os intelectuais desempenham papel central nesse processo como os defensores de “certos” projetos ideológico-culturais.

Entretanto, quando foca-se por demais a atenção no papel desempenhado pelos intelectuais na construção das tradições, esquece-se da ação dos sujeitos simples, das pessoas comuns que vivenciam e significam as práticas culturais. Como se fossem indivíduos inertes e receptores passivos nesse processo,

e as tradições, produtos “inventados” pelos intelectuais, como mediadores culturais<sup>13</sup>. Deve-se, portanto, compreender que a legitimação histórica das tradições é fruto de diálogos travados entre diferentes grupos, internos e externos, mediados por interesses e ideologias diversas.

Muitas vezes, a tradição é compreendida enquanto uma forma de entendimento da cultura que encobre seus aspectos mais dinâmicos em favor de uma perspectiva única, interessada na reconstrução de um passado harmonioso e linear. Entretanto prefiro pensar em tradições no plural. Acredito ser preciso distinguir o que os intelectuais definiam enquanto tradição da tradição que era vivida e significada pelos sujeitos que se envolvem com determinadas manifestações culturais. É preciso reconhecer nesses indivíduos o direito de criar, de compor, de ter suas próprias tradições. Dito de outra forma, a apropriação feita pelos intelectuais das tradições nem sempre corresponde ao que foi incorporado e vivenciado pelos atores sociais das práticas culturais. (GUILLEN, 2003). Nessa perspectiva, proponho analisar a tradição como dotada de sentidos mais amplos, a partir dos quais ela não seja vista como um dado homogêneo e limitador das práticas culturais, mas como uma espécie de resposta ao seu tempo. Por vezes, a definição de um aspecto “tradicional”

13 Os mediadores culturais foram assim definidos por Michel Vouvelle: “posso logo afirmar que é em termos dinâmicos que entendo o intermediário cultural, como seu próprio nome sugere, transitando entre dois mundos”. O mediador cultural assume diversas feições. Situado entre o universo dos dominantes e dominados, adquire uma posição excepcional e privilegiada, ambígua também, na medida em que pode ser visto tanto no papel de cão de guarda das ideologias dominantes, como portavoz das revoltas populares. (VOUVELLE, Michel. *Os Intermediários Culturais*, In: *Ideologias e Mentalidades*. Tradução de Maria Julia Cottvasser. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, PP. 207-239, 1991).

não pode ser colocada como um dado natural diante do sentido de todas as práticas culturais existentes. Destarte, as maneiras pelas quais uma tradição é evocada devem ser consideradas.

### **Os intelectuais e o carnaval: construindo um *campo de debates***

Alguns estudos têm compreendido a atividade dos sujeitos que escreviam nos jornais, sejam eles jornalistas ou mesmo cronistas, como uma forma ideológica de intervenção nas práticas de carnaval das camadas mais baixas da sociedade a serviço de um projeto elitista. (COUTINHO, 2006). Nessa perspectiva historiográfica, esses sujeitos são tidos como os “pedagogos da civilização de Momo”, ideólogos que pretendiam moldar a festa, relegando ao esquecimento as práticas que não serviam aos moldes do que entendiam como “tradicionalismo histórico” e ameaçava o bom gosto e a sensibilidade das elites dominantes. (CUNHA, 2001, P. 181).

Os jornalistas Mário Melo, Aníbal Fernandes, entre outros, produziam seus escritos dialogando com seus iguais. Numa rede de relações de forças que representava os interesses dos dominantes. Ocupavam uma posição de prestígio e legitimidade perante a sociedade recifense e assim foram ouvidos. Esses intelectuais representavam o poder ideológico, que se faz presente na sociedade, não sobre os corpos, nem sobre a economia, mas sobre as ideias, sobre as visões de mundo e concepções de sociedade mediante o uso da palavra. (BOBBIO, 1997, P. 11).

Para que se possa entender o jogo das relações em que esses intelectuais estavam inseridos, é preciso primeiro “compreender o campo com o qual e contra o qual cada um se fez”.

(BOURDIEU, 2005, P. 40). Não posso afirmar que havia entre esses agentes um *campo intelectual* - conceito tão bem analisado e debatido Pierre Bourdieu -, visto que dificilmente se poderia vislumbrar uma *autonomia intelectual* entre seus integrantes. Entretanto é possível identificar um espaço específico, um *campo de debates* entre intelectuais sobre o tema do carnaval no Recife desses anos. Neste *campo de debates*, cada indivíduo se utilizava das armas que possuía a partir das relações de forças estabelecidas.

[...] cada um dos agentes investe a força (o capital) que adquiriu pelas lutas anteriores em estratégias que dependem, quanto à orientação, da posição desse agente nas relações de força, isto é, de seu capital específico. (BOURDIEU, 2004, P. 172).

No período a que a pesquisa se refere (1955–1956), interpreto esse *campo de debates*, pois, para que exista o campo - de acordo com Bourdieu -, há a necessidade das lutas em torno de um objeto em questão, no caso aqui uma prática de carnaval, e de sujeitos dotados do *habitus* interessados em entrar nessa disputa, no caso os sambistas.

Um campo, e também o campo científico, se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos (não se poderia motivar um filósofo com questões próprias dos geógrafos) e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar nesse campo “cada categoria de interesses implica à indiferença em relação

a outros interesses, a outros investimentos, destinados assim a serem percebidos como absurdos, insensatos, ou nobres, desinteressados.”. (BOURDIEU, 1983, P. 89).

Outra questão que está em jogo nas lutas é a definição dos limites desse próprio *campo*, ou seja, a participação legítima ou não de certos indivíduos, se eles possuem ou não a legitimidade de estarem inseridos nas disputas. Nesse ínterim, ocorre o desejo de excluir certos sujeitos do debate, recusar-lhes a existência legítima, de excomungá-los. Tal exclusão simbólica tem o objetivo de deslegitimar o sujeito excluído do *campo*. (BOURDIEU, 2004, P. 175). Isto é, intelectuais procuravam retirar os sambistas (e sua prática) do debate sobre o formato de carnaval legítimo para a cidade do Recife.

Esse *campo de debates* é o espaço da luta concorrencial. O que está em jogo é o monopólio da autoridade, definida enquanto a capacidade de falar e de agir legitimamente, que é outorgada socialmente a um agente determinado. O fato é que todas as práticas colocadas em execução estão interessadas em adquirir a capacidade e legitimidade da autoridade intelectual.

Quando Mário Melo e muitos dos seus congêneres afirmavam que escolas de samba não faziam parte do conjunto do “tradicionalismo histórico do carnaval na cidade do Recife”, eles não falavam sozinhos. Construía uma rede, dialogavam com vários indivíduos, em sua maioria, escritores e jornalistas como eles. Dito de outra forma, esses intelectuais foram em busca dos fios que podiam legitimar seus escritos.

Em suas matérias, buscavam associar os seus pensamentos ao de vários outros jornalistas, entendidos por eles como

“defensores da legítima tradição carnavalesca recifense”, mesmo alguns sendo desafetos históricos, como é o caso das disputas entre os jornalistas Mário Melo e Aníbal Fernandes. Entretanto a estratégia era legitimar suas afirmações, se inserir no jogo das disputas, mas não desvirtuando as regras do jogo.

### **Carnaval Xinfrim por causa da Rua da Guia**

A atitude dos marmeladeiros da Rua da Guia, de emprestar o carnaval folclórico recifense com as exóticas e indesejáveis escolas de samba, foi condenada de público por vários jornalistas: Aníbal Fernandes, Valdemar de Oliveira, Alberto Campelo, José do Patrocínio. Condenação positiva: uns brandos, pacientes, conforme seu temperamento, outros furibundos, trepidantes. Nenhuma voz a favor dos marmeladeiros. Se, por desgraça, não tivermos o carnaval de rua, a culpa única e exclusiva será dessa pobre gente da Rua da Guia. [...] Condenando também, o que sempre de público condenei, tanto que a Federação Carnavalesca jamais as admitiu em seu grêmio essas escolas de samba, cujo padrão, no Rio foi a de <Mimosos Colibris> - quartel general dos invertidos sexuais – Nelson Ferreira estranha que a Associação dos Cronistas Carnavalescos venha contemplando.<escolas de samba que se exibem no Recife, com dotações e auxílios superiores aos destinados aos maracatus, caboclinhos, bumba-meu-boi, do carnaval do Recife.

Como se vê, mais uma voz autorizada contra os núcleos eleitorais, sob rótulo de Escolas de Samba, dos fabricantes de marmeladas da Rua da Guia.(JORNAL DO COMMERCIO, 22/01/1956, P. 02).

Para escrever suas crônicas, os intelectuais precisavam estar envolvidos num circuito de sociabilidade que, ao mesmo tempo em que lhe situe num mundo cultural, os permita interpretar o mundo político e social de seu tempo. Assim justificava-se a premissa de que o relevante não era somente a condição de “ser intelectual”, mas sim a sua participação numa rede de contatos, pois é ela que demarca a inserção de um intelectual no mundo cultural. E, como bem salientou a historiadora Ângela Maria de Castro Gomes, “intelectuais são, portanto, homens cuja produção é sempre influenciada pela participação em associações, mais ou menos formais, e em uma série de outros grupos, que se salientam por práticas culturais de oralidade e/ou escrita”. (GOMES, 2004, P. 51).

Participar do *campo* significa incorporar o *habitus* socialmente construído, compartilhar da *illusio*<sup>14</sup> que atrai, congrega determinados indivíduos e os afasta de tantos outros, inseridos numa disputa pela luta legítima por prestígio, reconhecimento, poder e hegemonia. (BOURDIEU, 1994, P. 52). Assim o que é interpretado como importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido como tal perante os *pares*, pois é a partir dos olhos de seus *outros* que o agente produtor e o seu produto se tornavam importantes e interessantes para e dentro do *cam-*

14 A *illusio* está intimamente associada à existência do campo, pois é a partir “da vontade de indivíduos socialmente predispostos a se comportarem como agentes responsáveis, a arriscarem seu tempo, seu dinheiro, sua honra, para perseguir os interesses e objetivos e obter os proveitos decorrentes, que visto, de outro ponto de vista podem parecer ilusórios, o que afinal sempre são, na medida em que repousam sobre aquela relação de cumplicidade ontológica entre o hábito e o *campo* que está no princípio da entrada no jogo, da adesão ao jogo, da *illusio*”, In: BOURDIEU, Pierre. *Lições de Aula*. São Paulo: Ática, p. 52, 1994.

po em questão. (BOURDIEU, 1993, P. 123-125). Sobre isso, o jornalista Mário Melo buscou a legitimidade de suas afirmativas contra a presença do samba no carnaval em Recife, dialogando com seus pares e procurando ratificar sua posição ao evidenciar a opinião de outros jornalistas.

### **Prestigiemos o que é nosso**

Praz-me ver que o velho “Diário de Pernambuco” esposa o ponto de vista da Federação Carnavalesca, no concernente a escoimar de nossa festa folclórica as excrescências que a maculam. Tendo o município oficializado, o Carnaval, dando às Escolas de Samba o mesmo tratamento que ao frevo, ao maracatu e aos caboclinhos, organizações tipicamente recifenses, o que resultou dum contubérnio do Prefeito Djair Brindeiro com a gente da Rua da Guia: os diretores da Federação Carnavalesca, em sinal de protesto, renunciando coletivamente, não chegando a tomar efetiva a renúncia por solicitação do Prefeito Pelópidas Silveira, que prometeu envidar esforços para o restabelecimento em sua pureza. [...] Foi justamente para restaurar e estimular o tipicamente recifense, quando se procurava cariocar a nossa festa característica, que surgiu a Federação Carnavalesca, tendo conseguido, quando possível, reerguer e animar em sua pureza nossos costumes. A própria oficialização do carnaval pelo Município foi de iniciativa da Federação. Infelizmente, saiu o tiro pela culatra, porque o anteprojeto da Prefeitura, ao tempo do senhor José Maciel, foi para o limbo da Câmara dos Vereadores, donde emergiu um substitutivo, colocando no mesmo pé de igualdade o que era puro e o que era espúrio, e fixando

a interferência de vereadores na organização dos festejos populares. Foi contra tudo isso que a Federação protestou, tendo seu protesto encontrado ressonância ao Sr. Pelópidas Silveira, que prometeu diligenciar a extirpação das impurezas existentes na lei de oficialização. E é com agrado que vejo estar vibrando a fibra pernambucana no velho Diário. Povo que não valoriza o que é seu, tipicamente seu; que deixa enfraquecer os elos que o prendem ao passado; que não presa suas tradições; que apreço não dá a seus costumes é povo em degenerescências. (JORNAL DO COMMERCIO, 08/01/1956, P. 02).

Nesse sentido, intelectuais como os jornalistas Mário Melo e Aníbal Fernandes, mesmo em meio às suas disputas pessoais, estavam inseridos numa rede de relações, na qual dialogavam e legitimavam uns aos *outros* quando escreviam nos jornais do Recife sobre os festejos momescos. Da mesma forma que se legitimavam, procuravam retirar dos sambistas o direito da participação diante do debate de uma prática de carnaval na cidade, deslegitimando as escolas de samba enquanto elemento digno de participar do conjunto das “tradições carnavalescas recifenses”.

### **Cinzas: para tudo não se acabar numa quarta-feira ingrata**

O carnaval é uma festa plural! É impossível ter conhecimento de todos os diversos significados que os mais variados atores sociais atribuíram aos dias de folia durante o recorte temporal desta pesquisa. Em nenhum momento tive a intenção de “julgar” os intelectuais pelo fato de criticarem a presença das escolas de samba na festa de momo recifense. Procurei interpretar o

sentido de tradição que estavam defendendo quando emitiram determinados discursos, pois “Cada época elenca novos temas que, no fundo, falam mais de suas próprias inquietações e convicções do que de tempos memoráveis, cuja lógica pode ser descoberta de uma só vez”. (SCHWARCZ, 2001, P. 07).

Neste trabalho, busquei tornar mais inteligíveis as disputas que ocorreram em torno do controle simbólico sobre a festa carnavalesca. Procurei situar como aqueles alegres dias de momo não eram tão pacíficos e coloridos assim, e compreendi que em torno deles havia as lutas, as batalhas, as disputas pelo cenário a ser construído para a folia. O discurso de “terra do frevo” foi fruto de uma construção que encobriu inúmeras outras memórias. É papel da história mexer com aquilo que é entendido como dado e natural.

Compreendi que a presença das escolas de samba no carnaval recifense mostrou-se atrelada a conflitos e tensões que foram silenciados em nome de uma história oficial. Procurei assim, desmistificar essa autenticidade exclusivista que busca determinar o silenciamento de outras manifestações, consideradas sob esse ângulo como estrangeiras, desvirtuadoras de uma cultura local própria e “pura”.

Hoje as escolas de samba não provocam mais a mesma atratividade que nos anos de 1950 e 1960. Entretanto ainda são umas das maiores atrações do carnaval multicultural da cidade do Recife. O luxo, *glamour* e a ostentação das fantasias dessas agremiações ficaram no passado, mesmo assim, ainda é possível visualizar não só nos dias de folia, mas o ano todo, inúmeros foliões que se dedicam com garra aos desfiles das escolas de samba recifenses. Diferente das suas congêneres cariocas, as escolas

de samba recifenses não usufruem das mesmas condições de visibilidade, não contam com os altos valores para financiarem seus carnavais, tampouco seus desfiles possuem o mesmo status de comercialização e espetacularização. Diferentemente do Rio de Janeiro, em Recife não existem bicheiros nem emissoras de televisão ou mesmo grandes empresas que patrocinem suas apresentações. Como os sambistas mesmos me disseram: “fazer samba em Recife é muito difícil”, mas mesmo assim eles romperam e contrapuseram a dominação evidente que se apresentava. Não se comportaram como seres passivos e inertes, mas foram à luta e modificaram aquele cenário eminente de condenação e oposição intelectual. Se, por um lado, não contavam com o apoio da maioria da intelectualidade recifense, em contrapartida recebiam os aplausos de foliões, que corriam para suas quadras para ver suas apresentações.

Em oposição ao que a intelectualidade estava pregando naqueles anos (1955-1956), parcela consistente dos foliões preferiu acorrer para a quadra das escolas de samba, mesmo quando parte dos intelectuais afirmavam que essas práticas culturais maculavam a “legítima tradição carnavalesca recifense”, ou seja, ao que parece, naqueles alegres dias de folia, os muitos súditos de momo estavam construindo uma identidade carnavalesca diferente da almejada por parcela da intelectualidade local.

Por meio deste trabalho, pude compreender outra Recife, situando-a como uma urbe que se colocava em disputas. Eram as disputas pela memória a ser instituída como oficial a respeito dessa cidade. Busquei, com essas páginas carnavalescas, os fios que deram forma aos sentidos atribuídos ao carnaval recifense pelos intelectuais. Como esses indivíduos, por meio de suas

experiências, construíram infinitas possibilidades de significados que se aproximavam/afastavam do próprio processo de construção da “pernambucanidade”.

## REFERÊNCIAS

### Jornais, Lei e Decreto Lei Consultados.

Decreto Lei nº 1.351/56.

Folha da Manhã. Aqui e Ali. *Folha da Manhã*, 15 de janeiro de 1956, p. 04. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

Jornal do Commercio. Crônica da Cidade: A Oficialização do Carnaval, 13 de janeiro de 1956, p. 02. (Departamento de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ).

Jornal do Commercio. Crônica da Cidade: prestigiemos o que é nosso, 08 de janeiro de 1956, p. 02. (Departamento de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ).

Jornal do Commercio. 07 de janeiro de 1956, p.02. (Departamento de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ).

Jornal do Commercio. 13 de janeiro de 1956, p. 02. (Departamento de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ).

Jornal do Commercio. Crônica da Cidade: Carnaval xinfrim por causa da Rua da Guia, 22 de janeiro de 1956, p. 02. (Departamento de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ).

Jornal do Commercio. Crônica da Cidade: O Carnaval da Rua da Guia, 15 de janeiro de 1956, p. 02. (Departamento de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ).

Jornal do Commercio. Crônica da Cidade: O Presente de grego dos marmeladores, 19 de janeiro de 1956, p. 02. Departamento de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.

Lei Municipal Nº 3.346/55.

## Referências Bibliográficas

- ABREU, M. C. Histórias musicais da Primeira República. *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, Uberlândia, v. 13, n. 22, pp. 71-83, jan.-jun. 2011.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. *Festas: máscaras do tempo: entrada, mascarada e frevo no carnaval do Recife*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: UNESP, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. Campo Científico, In: *Pierre Bourdieu Sociologia*. Renato Ortiz (org.). São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. Campo Intelectual: um mundo à parte, In: *Coisas Ditas*. Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Monteiro. – São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Esboço de Auto análise*. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *Lições de Aula*. São Paulo: Ática, 1994.
- CAPONE, Stefania. *A Construção da África no Candomblé*. Rio de Janeiro: Contra-capa/Pallas, 2004.
- COUTINHO, Eduardo Granja. *Os Cronistas de Momo: imprensa e carnaval na Primeira República*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.
- CUNHA, Fabiana Lopes. *Da marginalidade ao estrelato: o samba na construção da nacionalidade (1917 – 1945)*. São Paulo: AnnaBlume, 2004.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca (1880 – 1920)*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- FERRAZ, Marilourdes. *Aníbal Fernandes: jornalista – Nos caminhos da liberdade*. Associação da Imprensa de Pernambuco. Recife: CEPE, 1996.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre, In: *Escrita de Si, Escrita da História*. Ângela Maria de Castro Gomes (Organizadora). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 9<sup>a</sup>. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GUILLEN, Isabel C. M. Maracatus-nação entre os modernistas e a tradição: discutindo mediações culturais no Recife dos anos de 1930 e 1940, In: *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*. Nº 21, 2003. Recife. Universidade Federal de Pernambuco. pp. 107 – 135.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (Orgs.). *A Invenção das Tradições*. 6. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

LIMA, Cláudia. *Evoé: história do carnaval – das tradições mitológicas ao trio elétrico*. 2. Ed. Recife: raízes brasileiras, 2001.

LÖWY, Michel. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MAIOR, Mário Souto. Carnaval, carnavais, In: *Nordeste: a inventiva popular*. Mário Souto Maior (organizador). Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.

MAIOR, Mário Souto; SILVA, Leonardo Dantas (org). *Antologia do Carnaval em Recife*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1991.

MELO, Diogo Barreto. *Brincantes do Silêncio: A atuação do Estado Ditatorial no Carnaval do Recife (1968 – 1975)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2011.

REAL, Katarina. *O Folclore no carnaval do Recife*. 2. ed. rev e aum. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

SAID, Edward W. *Representações do Intelectual: as conferências de Reith de 1993*. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Editora UFRJ, 2001.

SANTOS, Mário Ribeiro dos. *Trombones, tambores, repiques e ganzás: a festa das agremiações carnavalescas nas ruas do Recife (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010.

SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna: Intelectuais, arte e videocultura na Argentina*. Tradução de Sérgio Alcides. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

SCHWARCZ, L. K. M. Apresentação, In: BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

SILVA, A. N. *Debate Historiográfico sobre as escolas de samba em Recife (1955 – 1970)*. Monografia de Conclusão de Curso (Bacharelado em História). Recife: UFPE, 2009.

SILVA, A. N. *Quem gosta de samba, bom pernambucano não é?* Dissertação (Mestrado em História). UFPE: Recife, 2011.

SILVA, Leonardo Dantas; TINHORÃO, José Ramos. *Carnaval do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade, 2000.

SILVA, Lucas Victor. *O carnaval na cadência dos sentidos: uma história sobre as representações das folias do Recife entre 1910 e 1940*. Tese (Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais, In: RÉMOND, René. *Por Uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, UFRJ, 1998.

VIDAL, F. M. C. *A fresta do Estado e o brinquedo para os populares: histórias da Federação Carnavalesca Pernambucana*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

# Entre a lembrança e o esquecimento: Histórias da formação de públicos nas instituições culturais

JOANA D'ARC DE SOUZA LIMA

Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco

Professora visitante no Programa de Pós Graduação em História/UFPE

## I. Primeiras Considerações

Memória que reinventam o passado

Este texto carrega inquietações e incertezas que me acompanham a alguns anos, desde que eu venho trabalhando com a mediação em instituições culturais. Iniciei no Instituto Itaú Cultura em São Paulo em meados dos anos 1990. Lá aprendi o ofício e me apaixonei. Éramos denominados pelo nome de orientadores culturais e nossa principal atuação era o embate direto com o público que visita o acervo virtual que estava disponibilizado aos visitantes e a apreciação de filmes documentários. Recebíamos escolas agendadas e os transeuntes curiosos da Avenida Paulista. Naquela época o computador era ainda algo de pouco acesso para a maioria da população, assim, mais do que visitar um acervo que contava a história da pintura, da literatura brasileira e da história de São Paulo via a reunião de um acervo fotográfico os visitantes curtiam também ter a oportunidade de manusear um computador, mesmo que com limites. Outra das

nossas atividades era a pesquisa nos campos de conhecimento da história da arte, fotografia, música, cinema, pedagogia da arte/educação e a produção decorrente da primeira de roteiros de visita, que disponibilizávamos para escolas, instituições sociais e para o público geral. Foi nessa época que tive acesso a literatura sobre a arte/educação, textos de Ana Mae Barbosa, Mirian Celeste, Rosa Iavelber e de algumas de suas referências teóricas. Estas mulheres são muito presentes em minhas lembranças, sem dúvida que foi nesta época que conheci as experiências com a então chamada época, metodologia triangular<sup>15</sup>. Segundo Ana Mae Barbosa<sup>16</sup>:

A Proposta Triangular é construtivista, interacionista, dialogal, multiculturalista e é pós-moderna por tudo isto e por articular arte como expressão e como cultura na sala de aula, sendo esta articulação o denominador comum de todas as propostas pós-modernas do ensino de arte que circulam internacionalmente na contemporaneidade. (1998, p.41)

15 Variação segundo Ana Mae Barbosa, primeiramente de natureza epistemológica em relação ao ensino aprendido pelas noções de criação (*fazer artístico*), leitura da obra de arte e contextualização. Gênese da Abordagem Triangular: *Escuelas al Aire Libre*, México, 1910/20, idéia de arte como expressão e cultura em oposição aos padrões europeus; *Critical Studies*, Inglaterra, 1970, desenvolvimento da capacidade crítica como resposta a catarse do ensino modernista; *DBAE (Discipline Based Art Education)*, Estados Unidos, 1980/90, inclusão da produção, crítica, estética e história da arte na composição do currículo escolar. Nossa apropriação se deu pelo projeto do DBAE, mais precisamente pelo: produzir, ver, contextualizar e analisar. Mais recentemente a abordagem triangular foi lida e resignificada pelas professoras Christina Rizzi, Rejane Coutinho, Regina Machado e o professor Fernando Azevedo, entre outros atuais e recentes devoradores e deglutidores desta abordagem.

16 BARBOSA, Ana Mae. *Tópicos Utópicos*. Minas Gerais: C/Arte, 1998.

Entre a tentativa de experimentar esta “metodologia”, e a fuga dela - tínhamos dificuldades estruturais e de realizar a chamada terceira etapa do trabalho, o fazer prático - buscávamos potencializar a visita com narrativas históricas, desejos do público e acolhimento afetivo, potencializávamos a contextualização histórica, da obra e da vida do artista e provocávamos o visitante na “peregrinação do olhar”. O encontro com os mais diversos públicos – pense em muita diversidade mesmo, o edifício que abrigava o Itaú Cultural, nesta época localizava-se no final da Paulista, próximo da Consolação, o edifício que hoje não mais existe era simples e modesto, o que facilitava a entrada de muitos transeuntes, dos (as) moradores (as) de rua, dos (as) loucos (as), dos (as) solitários (as), dos (as) jovens (as) escolares da região, dos (as) trabalhadores (as) dos arredores em horário de almoço, dos mauricinhos e das patricinhas consumidores da Augusta, entre tantos outros tipos humanos moradores ou não da cidade de São Paulo – era sempre uma **experiência singular**, das duas partes e de fusão de horizontes, como apostaria Gadamer. Penso atualmente a respeito e acho que em certa medida construíamos experiências hermenêuticas de mediação, sem saber. Valorizo muito atualmente os processos de apropriação, leitura e interpretação, assim o processo de interpretação hermenêutica dos objetos artísticos é processo de conhecimento, historicamente contextualizados, sendo o primeiro passo o **reconhecimento** do objeto a partir de **relações com os conhecimentos pré-existentes** através de analogias e da memória visual, segundo a hermenêutica.<sup>17</sup>

17 Sobre o assunto ver: HOOPER-GREENHILL, Eilean, *Museums and the Shaping of Knowledge*, London, Routledge, 1992; \_\_\_\_\_ *Museum and Interpretation of Visual Culture*, London, Routledge, 2000; BLEICHER, Josef. *Hermenêutica Contemporânea*. Lisboa: Edições 70, 1980.

A equipe composta de oito pessoas era espetacular. Todos já eram formados e alguns já mestrandos. Historiadores, a maioria, história da arte, ciências sociais, museologia e semiótica, estes eram os campos de conhecimento que marcavam a formação da equipe. Discutíamos política cultural, cinema, arte, literatura e política além das relações trabalhistas estarem sempre na pauta do dia. Nesta época os centros e institutos culturais de bancos e iniciativas privadas estavam se proliferando e fomentando políticas culturais para públicos visitantes. Os referenciais principais destes trabalhos eram pautados pelas experiências exitosas de espaços públicos, como o Museu Lasar Segal, tendo a frente a educadora Denise Grispum, o MAC USP na gestão de Ana Mae Barbosa e de seus herdeiros que vão experimentar e readequar a abordagem triangular. A realização de uma exposição importantíssima para nós naquela época que estremeceu as nossas práticas e nossas certezas, com curadoria de Glaucia Amaral de Sousa, o Labirinto da Moda: uma aventura Infantil (1996) no Sesc Pompéia, que possibilitou ao público uma curtição e uma experiência em leitura de obra e para nós profissionais do campo um novo olhar sobre nossas práticas metodológicas. Este trabalho educativo foi idealizado e coordenado por Christina Rizzi, Cildo Oliveira e Ana Amália Barbosa. Uma exposição belíssima, lúdica em quase toda a representação estética dos objetos e artefato e uma equipe de educadores, ou monitores, como penso que eram chamados à época, preparados para intervir e dialogar com o público, muito propositiva que instigava os visitantes a ler e refletir por meio de questionamentos e materiais de mediação.

Na minha lembrança estão “esquecidas” duas experiências importantes que sem sombra de dúvida foram pioneiras para os

anos 1980 e 90. A Pinacoteca do Estado de São Paulo, na gestão de Araci Amaral em meados dos 1970, tinha uma espécie de setor de relacionamento com o público, que foi dado ao educador Paulo Portela Filho a coordenação, que praticamente sozinho, mesmo com a tutela de Amaral, vai delinear e construir práticas e formas de atendimento, sobretudo para escolas, buscando pensar na relação escola e museu<sup>18</sup>. Paulo Portela ainda se refere nesta entrevista ao trabalho do MAC USP, na gestão de Walter Zanini, que segundo Portela cria o “primeiro setor educativo” tendo a frente Martim Grossman que fica no museu até 1987, sob a gestão de Zanini e de Aracy Amaral.

Um dos motivos que talvez justifique o esquecimento no trabalho da memória – memória é lembrança e esquecimento - seja a minha não formação inicial em artes plásticas, mas mesmo me inserindo no campo, estas experiências talvez tenham sido pouco difundidas, havia sem dúvida uma disputa pelos espaços, um jogo de poder e é possível que ambas experiências tenham ficado submersas para os novos que estavam chegando e sobretudo para os *outsides* oriundos de outros departamentos, faculdades e campos de conhecimento. Entretanto noto atualmente que estas memórias estão sendo escritas, recolocadas e inventadas por aqueles jovens, atualmente “os estabelecidos” neste campo de debate e de reflexão e pelos novos.

18 Sobre o assunto ver BARBOSA, Ana Mae (Org.). Ensino da Arte: Memória e História. São Paulo: Perspectivas, 2008; MOURA, Lídice Romano. ALGUNS MOMENTOS DA EDUCAÇÃO EM MUSEUS NO BRASIL. Revista Ceciliana, São Paulo: no. 27, p. 55-67, 2007. Pesquisar o trabalho que resultará em monografia de especialização em Arte educação da Universidade Católica do Recife da pesquisadora Simone Luizines, sob minha orientação, a ser defendida em março de 2009. A pesquisadora realizou entrevista com Paulo Portela sobre o assunto.

Neste contexto o público torna-se um “elemento” que passa a ser olhado com cuidado pelas instituições, que reorganizam seus trabalhos educativos e na maioria delas ocorrem processos de organização de setores educativos e trabalhos de mediação. Os gestores destes visam o público, pois estes passam a representar moeda de troca nas justificativas dos pedidos de patrocínios e fomentos públicos, via lei de incentivo a cultura. Novos mecenas entram em cena assim como os produtores culturais (figura que ganha destaque nesta década) que propõem mostras e exposições em grandes formatos para grandes públicos. O Estado público em alguma medida preocupado em potencializar seu papel investe agora no laser cultural – tema que se torna muito recorrente em debates públicos nesta década - entre outras demandas e iniciativas que começam a se estruturar neste arcabouço novo que esta sendo delineado. O *slogan* dar acesso aos programas culturais da cidade de São Paulo aos que não tem acesso torna-se fala comum de educadores engajados na luta pela democratização dos bens culturais e simbólicos a empresário que entenderam que o sistema passava neste momento por estas novas estratégias e regras do jogo. O sistema cultural funciona, mesmo que sendo destinadas cifras diferenciadas a cada parte, e a que cabe a educação era - e poderia arriscar que continua sendo - na maioria das vezes menor, orquestrando produção artística, artistas, curadores, críticos, publicações e público, em ritmos diferenciados, entretanto, interligados pelo capital financeiro e simbólico.

Então, o tema da formação do público dentro das instituições culturais, ganha visibilidade e poder simbólico dentro do sistema cultural. O termo mediação parece que começa a ser construído

para o campo cultural no finalzinho dos anos 90. Minhas lembranças apontam para o ano de 1998 na organização da Bienal da Antropofagia curada por Paulo Herkenhoff. Naquele momento o projeto curatorial soube manter um trânsito bom e positivo com a proposta educativa que ficou sob coordenação geral de Evelyn Berg Iochpe, com a presença marcante em minha lembrança de Mila Chiavenatto<sup>19</sup>, que realizou processo seletivo para monitores e coordenadores de monitoria.

Vale ressaltar que desde 1985 que a Bienal havia criado seu setor educativo sob a coordenação de Ana Cristina Pereira de Almeida, que permaneceu até a seguinte edição (1987). Alguns depoimentos públicos de artistas e críticos de arte apontam para a importância da bienal como um “lugar” formador de profissionais para o campo das artes plásticas, pois eram estudantes e jovens artistas que acabavam ficando responsáveis pelas monitorias na bienal, dali muitos dos atuais artistas estabelecidos no campo passaram alguns críticos e curadores, montadores e designers de exposições, professores universitários, entre outros. Esse aspecto formador que possuía a bienal extrapolava para os visitantes, numa época onde a internet era ainda raridade, onde as “grandes mostras internacionais” estavam se esboçando e se chegavam ocupavam os espaços expositivos no Rio de Janeiro ou em São Paulo, era, portanto a bienal que cumpria este papel para os demais estados do Brasil, por exemplo, oferecendo aos

19 Sua presença é marcante porque participei do processo de seleção para monitoria e me lembro bem que nos foi solicitado a escrita de um texto sobre o tema da antropofagia e surrealismo, pelo menos foi desta forma que escrevi o texto todo articulado com as discussões de Walter Benjamin, *Surrealismo, o Último Suspiro da inteligência européia*. Depois o projeto oficial era apresentado e seguiam-se os debates.

interessados em arte e para os artistas e os jovens aspirantes in-formarem-se, ampliar seus conhecimentos visuais e repensar sua produção.

Um dos exemplos que pode ser considerado como um precursor na constituição de sentidos sobre o conceito de mediação foi o Seminário Internacional sobre ações educativas em Instituições Culturais realizado pelo Itaú Cultural em 2000<sup>20</sup>, já em sua atual sede, no outro extremo da Paulista. Este fórum reuniu importantes pensadores da cultura e dos trabalhos educa-

20 O Itaú Cultural é fundado em 1986, pelo então presidente do grupo Olavo Setubal. Com a inauguração do primeiro Centro de Informática e Cultura (CIC I), o Instituto é aberto ao público, em uma casa na avenida Paulista, São Paulo, em 5 de outubro de 1989. O Banco de Dados Informatizado passa a ser disponibilizado aos visitantes, e o ICI torna-se a primeira instituição da América Latina a oferecer esse tipo de serviço. Inicialmente, o Banco de Dados Informatizado oferece, no *Módulo Pintura - Setor Pintura no Brasil, Séc. XIX e XX*, 500 imagens digitais de obras de arte, dados de 800 artistas e 1.350 obras selecionadas. São lançados os primeiros títulos da série de filmes em vídeo, *Panorama Histórico Brasileiro*. É adquirido um terreno na avenida Paulista para a construção do espaço cultural, que se tornaria, em 1995, a sede da instituição. Sob a direção do engenheiro Ernest Roberto Mange o Itaú Cultural muda sua sede para a Av. Paulista 149, em um prédio arrojado de ferro, concreto e vidro, projeto arquitetônico do diretor Ernest Roberto Mange. Em 1997 O artista visual Ricardo Ribenboim torna-se diretor-superintendente da instituição e imprime outro perfil para o instituto cultural, ficando sob sua responsabilidade as criações dos programas rumos e a otimização de uma política de exposição, criação dos eixos curatoriais, linhas temáticas anuais que passam a orientar as ações do Itaú Cultural. O primeiro eixo é *Imaginário Popular*, com as exposições *Brasil Sons e Instrumentos Populares* e *Apropriações Antropofágicas*. Desenvolvimento do Núcleo de Mídias Interativas, que realiza o evento *Arte e Tecnologia*, com exposições, debates, oficinas e espetáculos. A exposição *Tridimensionalidade na Arte Brasileira do Século XX* marca a inauguração do *Setor Tridimensionalidade* do Banco de Dados Informatizado. Na exposição *Diversidade da Escultura Contemporânea Brasileira*, esculturas de 19 artistas são instaladas em vários pontos da Avenida Paulista e criação do site Itaú Cultural. Além da “re-organização” do setor educativo com a demissão da equipe de orientadores já citada no texto. O artista visual Ricardo Ribenboim torna-se diretor-superintendente da instituição. Em 2001 assume a presidência da instituição Milu Vilela. Ver mais no site [www.itaucultural.org.br](http://www.itaucultural.org.br).

tivos em museus e instituições culturais contou como integrante organizador o filósofo francês *Jean Gallard*, fundador e responsável à época do Serviço Cultural do Museu do Louvre, e penso que a partir daí o termo medição passa a inserir de forma mais recorrente o nosso vocabulário passa a ser significado em nossas práticas dentro das instituições museais culturais.

Do final dos 1990 do século XX aos primeiros anos dos 2000 do XXI o campo proliferou em novas instituições, novos setores educativos são ativados, inusitadas proposições e estratégias pedagógicas são colocadas em prática, assessorias educativas são constituídas como “laboratórios conceituais e operacionais” que vão atuar em instituições e exposições específicas adequando-se a chamada nova ordem mundial do trabalho terceirizado e novos debates e formações de profissionais são oferecidos visando à profissionalização de sujeitos para a área. O tema da formação de públicos entra na ordem do dia e atravessa verticalmente e horizontalmente as estruturas de poder do sistema das artes, inserindo-se como parte integrante dele. Sem perspectivas e proposições de criar fissuras internas e ou inserir-se em possíveis rachaduras, antes corrobora para o pleno funcionamento dele.

Na cidade do Recife a partir dos anos 2000<sup>21</sup>, com a proposta levada a cabo pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE - de retomada do Salão

21 Cabe salientar que esta pesquisa sobre a história da medição cultural e educacional aqui no Recife está sendo realizada pelo Grupo de Pesquisa Mediação e Cultura: Recepção, mediação e arte educação, coordenado por mim, assim a narrativa que se segue aborda pontualmente alguns acontecimentos em processo que são da ordem da reflexão, da ação e das experimentações com metodologias.

de Artes Plásticas de Pernambucano, em sua 44<sup>o</sup>. edição <sup>22</sup> sob a coordenação da Museóloga Maria Regina Batista e curadoria do artista Raúl Córdula<sup>23</sup>, o tema da arte educação e mais precisamente da mediação nestes eventos e lugares das artes visuais ganha dimensão de visibilidade, sendo esboçado um programa de formação de professores, mediadores, público de maneira geral, oficinas e atendimento a escolas que deu a dimensão de um salão voltado não para o artista, como argumentou o curador e sim para o público. Os Salões de Arte seguintes que ocorreram em 2002 e 2004 atenderam ao chamado da formação com projetos e ações educativas e culturais que ampliaram o público visitante e investiu na formação dos professores e na ida dos alunos para visitar a produção de arte contemporânea, sendo disponibilizados ônibus gratuito para o acesso das instituições de ensino públicas. No Salão de 2004 sob curadoria de Cristiana Tejo houve como no de 2000 uma tomada de partido pela formação em todos os âmbitos, formação de artista, de

22 Sobre o assunto ver texto publicado nos anais do Congresso de Formation Artistica y Cultural para La Region Del America Latina El Caribe 2007. Fui aceita para apresentar comunicação com o texto, *Mediações Propositivas Provocam Atitudes de Reflexão e Imersão: Experiências educativas em Salões de Artes Plásticas de Pernambuco/Brasil*. Neste texto trabalho discutindo e apresentando os programas educativos dos Salões edições: 2000 curadoria do artista plástico Raul Córdula; 2002, cuja curadoria foi do artista plástico Paulo Bruscky e 2004, com curadoria da curadora independente Cristiana Tejo.

23 Raul Córdula apresentou um texto analítico sobre a relação do binômio arte e educação, no Salão Pernambucano e no Seminário Internacional de Arte, Crítica e Mundialização organizado pela Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA) nas semanas de realização da 28<sup>o</sup>. Bienal Internacional de Artes, que tinha como tema **Território Livre**. O seminário visou problematizar o jogo entre a prática e a reflexão teórica, em relação às realidades coercitivas da mundialização.

público para a arte contemporânea, de críticos, com oficinas e debates voltados para estes espectadores.<sup>24</sup>

Outros acontecimentos importantes que foram alargando e difundindo o uso dos conceitos de mediação em entrecruzamento com as questões da arte/educação se deu na segunda Semana de Artes Visuais do Recife (SPA) edição 2003, onde ocorreu uma programação sediada na Fundação Joaquin Nabuco cujo fio de ligação era o tema da formação: do artista, do público, do mercado. Neste, estiveram debatendo a questão do público, eu, representando o Instituto Ricardo Brennand, que havia aberto suas portas ao público em 2002, recebia já naquela época um número expressivo de visitantes e tinha um Setor Educativo de referência e Guilherme Vergara do Museu de Arte Contemporânea – MAC - de Niterói, o entendimento naquele momento foi o de continuidade em ações que pensassem a formação de diversos públicos apostando também na reverberação destes debates na produção artística.

Na mesma linha de seminários reflexivos com caráter formativo foram organizados dois cursos<sup>25</sup> sobre mediação cultural e

24 Verificar textos que compõem o catálogo do Salão: Lima, Joana D' Arc de Sousa. *Mediações propositivas provocam atitudes de reflexão e imersão*; TEJO, Cristina. *Estratégias de formação: apostas no futuro*. IN Catálogo do 45º. E 46º. Salões de artes plásticas de Pernambuco. Fundarpe: Recife, 2004.

25 Especificamente em um dos cursos realizado em 2006, cujo título foi *Artes Visuais: Interfaces entre instituições*, a ementa do mesmo foi apresentada assim: *A formação de pessoal qualificado para atuar em espaços educativos e culturais desenvolvendo estratégias de mediação é o objetivo deste curso*. Aqui fica expresso a vontade de qualificação de mão de obra (vontade institucional que possivelmente as professoras convidadas respeitaram) e a mediação como estratégia de trabalho no âmbito de instituições culturais. *No campo das práticas artísticas, os projetos de mediação situam-se como ação de formação, circulação e apropriação de bens cultural*. Neste enunciado acho importante salientar que a noção de mediação aqui é bastante

social no Instituto de Arte Contemporânea – IAC – com Ana mãe Barbosa, Heloisa Margarido e Rejane Coutinho, esta última aprofunda as pesquisas sobre mediação inspirada em parte na literatura francesa de mediação e da comunicação e os seminários de formação encampados pela Fundação de Cultura da Prefeitura da cidade pela coordenadoria de Artes Visuais, os **Diálogos entre Arte e Público**<sup>26</sup> que ocorreram em três edições no período de 2006 a 2008. A terceira edição propunha reflexões e apresentações de experiências acerca de novas estratégias para a mediação cultural e pela formação de público. Nomes como Ana Mae Barbosa, Stela Barbieri (Instituto Tomie Othake), integram a lista de convidados. Para encerrar o evento, foram realizados exercícios práticos, os Laboratórios Metodológicos, no Instituto Ricardo Brennand.

Os esforços estavam e continuam voltados, em larga medida - e entendam que são esforços teóricos e de pesquisa, de prática e reflexão, de ação e de capital financeiro- para o tema da formação de públicos, neste momento já consolidado pelo viés conceitual e semântico da mediação, estes programas *certamente assumiram um lugar destacado na economia das exposições*

ampliada como projeto de formação, circulação e apropriação dos bens culturais. *A ideia que estes mediadores proporcionem ao público visitante oportunidades de aprendizagem significativa com a arte e a cultura visando, principalmente, construir parcerias com o público escolar, alunos e professores, estabelecendo interfaces entre instituições comprometidas com o desenvolvimento social.* Dentro desta ideia de *ampliação* a mediação é colocada como possibilidade de oportunidade para aprender pela e arte e aprender a ler a arte (as referências são da arte educação) para construir relações de trocas (parcerias) com escolas, professores e no âmbito social via “parcerias institucionais”.

26 Na última edição deste seminário foi publicado um livro, organizado pelo arte-educador Anderson Pinheiro com diversos artigos de pesquisadores brasileiros.

*de arte, que tendem a se transformar em corpos pedagógicos ou, por vezes, assistenciais* (HONORATO: 2008). Em 2006 a 27<sup>o</sup>. Bienal Internacional de Arte, com curadoria de Lisette Lagnado cujo tema versou sobre **Como Viver Junto**, foi convidada uma curadora educativa<sup>27</sup> para realizar o programa educativo para a mostra, uma novidade, a institucionalização de um curador educativo, com presença na mídia apresentando as linhas gerais do trabalho ao lado da curadora geral. Uma novidade em termos da mundialização das práticas no campo cultural e das artes contemporâneas foi a oficialização de um curador educativo para a 6<sup>o</sup> Bienal do Mercosul. O curador-geral desta edição, Gabriel Pérez-Barreiro, alegou que “talvez” um dos principais aspectos desta Bienal seja a “relação” estabelecida entre a mostra e o público local que *expressa no investimento em um programa educativo cujo desafio é responder ao visitante médio, interessado em arte, mas não necessariamente profissional desse campo* (HONORATO: 2008). Assim, foi convidado para construir um programa educativo como curador pedagógico o artista e teórico Luis Camnitzer. Segundo

27 A pesquisadora e crítica de arte Lisette Lagnado, foi escolhida curadora geral da 27<sup>o</sup>. Bienal Internacional de São Paulo por meio de um concurso de projetos realizado pela Fundação que mantém a mostra. Com Rosa Martinez, Cristina Freire, Adriano Pedrosa, José Roca e Jochen Volz formou a equipe que preparou a exposição “Como Viver Junto”. O programa educativo foi coordenado pela curadora e à época diretora do Museu Lasar Segal Denise Grispum. Tive oportunidade de participar do programa como uma espécie de educadora residente, por uma semana, assim, acompanhei alguns percursos de mediação com público de alunos, reuniões com os mediadores, o serviço de atendimento para públicos especiais, formação de educadores e o programa Bienal Periferia. Entre alguns diferenciais deste programa as ações que privilegiaram áreas (ou ilhas como eram chamadas) da periferia da cidade de São Paulo, foram ações importantes e criaram impactos significativos, sendo este trabalho específico coordenado por Guilherme Teixeira.

Caio Honorato<sup>28</sup>, que analisa os efeitos que este acontecimento e outras duas exposições a **Manifesta e a Documenta 12 de Kassel**<sup>29</sup>, *parecem sinalizar [para] uma redefinição do estatuto da mediação educacional nestas[citadas] situações, (...) [e uma] suposta virada educacional, em duas direções opostas: a cooptação da mediação pela lógica corporativa e a sua efetiva politização.* (idem). Para além, ainda analisa que essa virada corresponde [pode corresponder] *ao influxo das práticas artísticas contemporâneas.*

A discussão localizada aqui me parece se pautar, por um lado no entendimento que fazendo parte da lógica corporativa da produção cultural das exposições a mediação se torna instrumento de marketing, um dos serviços onde se deposita capital financeiro retornável em médio prazo; em tecnologias de

28 HONORATO, Cayo. *Expondo a mediação educacional: questões sobre educação, arte contemporânea e política.* In: Revista Ars. São Paulo, nº 09, ECA/USP, junho de 2007, p. 103-114.

29 A Documenta é um dos eventos internacionais de artes visuais sinaliza uma preocupação com a formação de um público apreciador de arte contemporânea com a formação de um público apreciador de arte contemporânea ao eleger temática de uma de suas publicações a educação estética e o alcance social da arte contemporânea. A Manifesta é uma bienal de arte contemporânea itinerante por cidades ou regiões europeias, escolhidas entre candidatas pela comissão diretora de uma fundação, segundo uma variedade de critérios: “fatores sociais, políticos e geográficos, finanças, infra-estrutura e estabilidade institucional, considerações pessoais e, é claro, o contexto artístico e intelectual geral”. Para a sexta edição, foi escolhida a cidade de Nicósia, capital do Chipre, dividida ao meio pela oposição entre cipriotas-gregos e cipriotas-turcos. Também escolhidos entre candidatos, seus três curadores (Mai Abu ElDahab, Anton Vidokle e Florian Waldvogel), em vez do esperado formato das exposições de arte, propuseram uma “escola de arte” – a *Manifesta 6 School*. Surpreendentemente, o projeto não chegou a ser realizado, por motivos que não serão discutidos neste artigo. Tudo o que sobrou foi uma coletânea de artigos, com o título *Notes for an art school*, disponível na página eletrônica da Fundação Manifesta.

inclusão social, em partilha da responsabilidade social da educação entre governo e setores privados.

Não é inoportuno lembrar que, no Brasil, descontadas as nossas defasagens sócio-econômicas, vivemos a notícia do desenvolvimento emergente da economia cultural. Obviamente, a cooptação da mediação educacional pela lógica corporativa, privada ou governamental, não serve à denegação do trabalho de mediação em geral, que se torna, justamente por isso, indispensável à redistribuição dos poderes da arte. O que os educadores conseqüentes não devem ignorar, sob o risco de serem inadvertidamente porta-vozes dessa lógica, é que os programas educativos são lugares de uma possível disputa ideológica. (ibdem)

De outra parte é possível pensar na relação “necessária” criada pela emergência da arte contemporânea e o público, pegando carona nas reflexões apontadas pela socióloga francesa, Nathalie Heinich. A mediação como estratégia da produção contemporânea na relação do público com os trabalhos artísticos e a formação de um gosto. Segundo ela é, portanto, a arte contemporânea que nos convida a pensar sobre o papel do público e de sua relação com as obras expostas, é a arte contemporânea que expõe, de forma mais transparente, o problema da recepção do público. Para Nathalie Heinich (1985), é a arte contemporânea nascida sob a *spectralidade* da recepção. Ambas, arte moderna e contemporânea apresenta alguns traços característicos em comum; por exemplo, sempre foram objetos de rejeição sistemática pelo público (Heinich, 1998b). No moderno, a rejeição se constituía como valor; no entanto, no contexto da arte contemporânea, ela se converteu num

obstáculo (Bueno, 1999). Tal “problema”, se é que se apresenta dessa forma, é amenizado com a criação de um sistema de mediação que ajuda a decifrar o segredo, colocando a produção ao alcance do público. Nathalie Heinich (1998a) considera que esse é o triplo jogo que marca o *modus operandi* da arte contemporânea:

(...) sua impopularidade se constituía como um valor — reforçando o caráter elitista de seu campo —, no contexto da arte contemporânea ela se converteu num obstáculo (a transgressão das fronteiras da arte pelos artistas; as reações negativas do público; e a integração da produção a partir da intermediação de instituições e especialistas. Esse triplo jogo é um dos componentes responsáveis pelas constantes redefinições no conceito de arte corrente e também pelo movimento de ampliação dos domínios do mundo da arte (Bueno e Ortiz: 2001, sp).

Considerando que “*a circulação da arte contemporânea só se concretiza a partir do desvendamento da produção para o público, a construção da recepção passou a ser um elemento fundamental na organização de seu universo*” (*idem*). No âmbito mais restrito do mercado de arte moderna, o *marchand* e o crítico atuavam nesse campo junto aos diretores de museus e colecionadores. Na atualidade, com as diversas e cada vez mais proliferadas instituições culturais funcionando como tentáculos da indústria cultural, voltadas para um público ampliado, esse empreendimento revelou-se não apenas mais custoso, como também mais complexo.

São, portanto, os artistas e a produção artística contemporânea, e da cultura de modo geral, que convidam e provocam

as equipes dos setores educativos a refletirem sobre públicos e também sobre os processos singulares de significação que cada repertório possibilita. Já não bastam informações e orientações, é preciso construir novos paradigmas de ação, que todo o tempo nos diz e nos pede “mediações”. É esse estado que gera desafios. E estes se amplificam se considerarmos os diferentes ambientes de apreensão e compreensão no qual estão inseridos os setores educativos dos museus.

Portanto a mais de uma década praticamente estamos fomentando este debate por meios de práticas e ações bastante contundentes, o que parece ser conclusivo neste momento é que ao passo que o campo das artes visuais vai se oficializando por meio dos editais públicos, das leis de incentivo, dos salões, prêmios e residências – novas e velhas formas resignificadas no contemporâneo de dar e disputar legitimidade ao campo e ao sistema – a formação de público pela mediação é captada, para fazer valer os jogos e as estratégias contemporâneas do sistema de arte e se fazer valer.

O modelo que estava sendo esboçado e se firmando, por exemplo, em São Paulo, nos anos 90, chega aqui no Recife no início dos 2000, como um programa a ser esboçado com, evidentemente autonomia local. Ninguém nos impõe efetivamente isso, mas estamos sistemicamente conectados a essas redes de poder e saber. Resta talvez perguntar neste momento, passados os primeiros anos de euforia do surto temático da formação de público - isso não quer dizer que terminamos, não, queremos atuar neste campo com propósitos libertadores e não asujeitadores – resta-nos a pergunta: o que estamos fazendo dentro das instituições culturais e dos museus? Convencendo pessoas a

gostar do que escolhemos para elas verem, sentirem, tocarem? Defendendo a verba do programa em nome da responsabilidade social? Participando, junto com a família e a escola da formação do gosto do público? Formando os olhares atônitos pela velocidade do tempo contemporâneo? O que nos estamos a fazer no sistema? Estas são indagações que acompanharam o grupo de estudo que a Fundação Joaquin Nabuco acolheu no segundo semestre de 2008.

Retomando o alerta que Honorato faz em seu artigo já citado é importante que os educadores “conseqüentes” envolvidos com a mediação sejam levados a algumas dessas reflexões, que possam problematizar o campo de atuação de si mesmos por estes fios de questionamentos sugeridos nesta primeira metade do texto, para que “inadvertidamente” não sejam os porta-vozes de uma lógica de um sistema que usando de termos como “participar” “incluir e integrar” e “responsabilidade social”, pareça criar máquinas de guerra e trincheiras de fugas libertadoras. *“De que modo a potência de alguma máquina de guerra tracejada pela arte estaria já desmontando a subjetivação assujeitada do controle, na qual ser adaptável e participativo se tornaram padrões?”* (CARNEIRO: 2007, 228). Segundo a autora na sociedade de controle o apelo a participação é contínuo e por meio de atividade artísticas.

*O que é arte? Arte é o que: Arte tira criança da rua. Arte inclui moradores da periferia na comunidade. Arte promove a participação. Arte estimula a auto-estima. Arte denuncia as falhas de instituições procurando aprimorá-las. A arte conscientiza. A arte leva à maioria. Arte é o que: O artista [mediador] passa a ser um animador cultural, não precisa mais*

*fugir por nenhuma linha que o leve pra fora, agora é um cidadão participativo.*

Entretanto é entorno dessa relação mediação e participação, seus encontros e entrecruzamentos forjados na experiência, adquirindo por vezes feições mais libertárias e em outros momentos sendo capturados pelo sistema, que estabeleço uma narrativa de entrecruzamentos de campos, como a arte, a museologia, a educação e a arte/educação para produzir uma espécie de começo, uma “genealogia” sobre o tema formação de público e a mediação no Brasil.

## II. Mediação e Participação entrecruzamentos possíveis

O tema da formação de público dentro de museus e instituições culturais, a meu ver, se entrecruza com a questão do acesso a cultura e a educação que grosso modo é a origem da noção de mediação<sup>30</sup>. Integrar o campo da cultura e da educação no horizonte maior de nossa abordagem significa **participar** deles, entrar e sair das estruturas com uma postura crítica e com um olhar atento e curioso, ter acesso como possibilidade de alimento e de ampliação do universo cultural, *uma sociedade só é cultural e artisticamente desenvolvida quando, paralelamente a uma produção cultural e artística de alta qualidade, existe também uma alta capacidade de acesso e entendimento dessa produção por parte do público*, diz Ana Mae, (BARBOSA: 2008b). Apropriar-se dos bens culturais e obras da arte como

30 As referências ao termo mediação foram retiradas da estrutura de serviço cultural aplicado nos museus franceses nos anos 80. Uma obra nos inspirou bastante para pensar o termo e a apropriação feita no Brasil, *La Mediation sur Passagem*.

público fruidor. A história mostra que a transformação do museu foi determinada pelo “aparecer” e pelo ato de apropriação do público do espaço museal, e por consequência da aproximação deste dos objetos da arte e da cultura.

A questão do público se coloca de maneira quase que oficial no campo cultural francês e no campo acadêmico como estudo e objeto de pesquisa depois que o sociólogo *Pierre Bourdieu e Alan Darbel*<sup>31</sup> no trabalho de pesquisa realizado nos anos 1960 em museus europeus demonstrou que a cultura não é privilégio da natureza; pelo contrário, conviria e bastaria proporcionar meios para tornar possível sua apropriação. Assim ele viria pertencer a todos. Apropriação por meio de possibilitar o acesso, assim foi lido pelos sociólogos. A pesquisa enfatiza o tema da necessidade cultural que pode ser incentivada pela família e pela escola gerando assim a busca e o entendimento pelos bens da cultura e do patrimônio cultural, redefinindo as disposições do sujeito dentro de sua classe social.

Aqui, no Brasil o tema da formação de públicos nas instituições culturais me parece entrecruzar-se ao campo da educação, da museologia, da arte educação e do campo das artes plásticas - na redefinição das produções artísticas e do artista. Este entrecruzamento, ou como aponta Norbert Elias estas interdependências entre uma configuração e outra será aqui construído por um fio condutor que se denomina pela emergência da **idéia de participação**, que talvez seja esta idéia comum a todos estes campos citados, sobretudo nos finais dos anos 50 e durante toda

31 BOURDIEU, Pierre e ALAN, Darbel. *O amor pela Arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: Edusp e ZOUK, 2003.

a década de 1960. Então o esforço é o de construir por meio de um corte cronológico e de uma questão uma narrativa da formação de público.

No campo da museologia o debate aparece com mais clareza<sup>32</sup>, sobretudo, a partir da inserção e do aprofundamento de um novo pensamento museológico que traz para o seu campo de reflexões o tema da educação e da participação dos sujeitos no espaço do museu, evidenciado de forma mais visível, como fenômeno mundial, a partir da publicação de documentos produzidos entre 1958 e 1992, sendo quatro deles fundamentais (ARAÚJO & BRUNO, 1995: p.6 e GRISPUM, 2000: p.8):

- Seminário Regional da UNESCO pelo Conselho Internacional de Museus - ICOM – e por autoridades e especialistas brasileiros que inseriu a discussão **sobre a função que deveria**

32 No final da década de 1930 verifica-se uma preocupação em torno da educação artística em museus, ou a tentativa de esboçar um perfil educativo para as instituições museais. Na década de 40, com a abertura pública dos Museus de Arte Moderna do Rio de Janeiro, de São Paulo e do MASP, que configura as experiências de atividades de formação de públicos. As atividades de educação do MASP tiveram início antes mesmo da abertura de suas portas com o curso para formação de monitores que deveriam atender o público, principalmente o escolar, e manter o interesse das cerca de 300 pessoas que freqüentavam o museu por dia. Além da recepção do público, dos cursos de história da arte, estética, cinema, teatro, arquitetura entre outros, o MASP contava ainda com o *Clube Infantil*, primeira realização educacional em um museu do Brasil. Criado em 1948, por Suzana Rodrigues, o *Clube Infantil* tinha um programa composto de dois planos, A e B. O Primeiro deles era dedicado as ações no Museu e as apresentações em locais públicos, como praças e jardins. Desenho de cenários e figurinos, modelagem de personagens, construção e representação de histórias e desenho livre, além de visitas às exposições do MASP eram algumas das atividades desenvolvidas por este plano, enquanto que no plano B, eram postas em pratica ações de intercâmbio do Museu com hospitais e asilos. (ver BARBOSA, Ana Mae (Org.). *Ensino da Arte: Memória e História*. São Paulo: Perspectivas, 2008c.) Uma jovem pesquisadora do Recife vem trabalhando nesta dimensão em uma pesquisa bastante relevante sobre uma história da arte educação no Brasil e a relação com a mediação em Instituições culturais a partir dos anos 80. Ver LUIZINES, Simone. Monografia sobre história

**cumprir o museu como meio educativo dentro da sociedade, realizado no Rio de Janeiro, 1958**, “o Brasil colaborou com grande generosidade e eficácia, especialmente através do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – IBECC, do Comitê Brasileiro do ICOM...”

- A Declaração da Mesa-Redonda de Santiago do Chile de 1972, introduzindo o conceito de Museu Integral;
- A Declaração de Quebec, de 1984, que sistematizou os princípios básicos da Nova Museologia;
- A Declaração de Caracas de 1992, reafirmando o museu enquanto canal de comunicação

No campo da educação e da cultura como possibilidade de formação do sujeito social no final dos anos 50 para os anos 1960 configura-se uma tendência que se prolifera em redes solidárias valorizando os processos de alfabetização do povo brasileiro e sua ampliação cultural por meio de Centros de Cultura Popular<sup>33</sup> (CPCs) e do Movimento de Cultura Popular (MCPs). Todos os projetos e iniciativas propunham uma emancipação do sujeito

33 Os CPCs foram organizados originalmente por ex-integrantes do Teatro de Arena de São Paulo, objetivando promover espetáculos revolucionários nas ruas, sindicatos e na área rural. Os CPCs ganham força ao se juntar com os intelectuais do ISEB, à UNE e aos militantes do PCB. Em linhas gerais essa organização aproximava o fazer artístico da política, chamava atenção para o papel social do artista na conscientização das massas em prol da revolução. Aracy Amaral salienta a atuação dos CPCs como experiências fundamentais de arte e política, tomando como exemplo a atuação do MCP, implantado em Recife. Sobre o CPC ver: PEIXOTO, F. *O Melhor teatro do CPC da UNE*. SP: Global, 1989; MARTINS, C. E. Anteprojeto do CPC. In **Arte em Revista**, São Paulo: Kairós, n° 1, jan-mar, 1979, pp.67-79; BERLINCK, M.T. *CPC: UNE*. Campinas: Papyrus, 1984; GULLAR, F. *Cultura posta em questão*. RJ: Civilização Brasileira, 1965. AMARAL, A. As experiências dos clubes dos gravuras. In *Arte para quê? A preocupação social na arte brasileira: 1930-1970*. SP: Nobel, 1984. pp. 173/226.

por meio do acesso a cultura e a educação. Propostas que grosso modo eram de um romantismo revolucionário, mas que traziam em suas entre linhas a idéia da participação do sujeito nos processos de construção de uma sociedade mais justa. Uma figura emblemática neste contexto foi a do educador Paulo Freire que insere neste debate temas como a valorização do contexto do sujeito, das histórias de vida e da formação de uma consciência social e crítica.

No campo das artes plásticas<sup>34</sup> esse tema aparece sob o postulado da **participação** e é evidenciado quando do questionamento do papel do museu nos anos 1960, e também do próprio questionamento da obra de arte. Na exposição Opinião 65 no MAM/RJ o artista plástico Hélio Oiticica, apresentou pela primeira vez, como num desfile, seus Parangolés (capas, estandartes, tendas). Os Parangolés eram usados por integrantes de um grupo da escola de Samba da Mangueira. Definitivamente foi um acontecimento impar na história das artes plásticas, como menciona o artista plástico Rubens Gerchman, que ressalta ter sido esta a primeira vez que o ‘povo’ entrou no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Naquela época o Museu era um espaço público, porém no cotidiano, privado das classes médias intelectualizadas. Não se visitava um Museu sem estar trajando um terno com gravata, o museu era lugar de distinção e privilégios. Portanto, o que Oiticica provocou, primeiramente foi a des-sacralização do espaço museológico, inserindo em sua estética

34 Parte das questões trazidas sobre este assunto, em especial, está escrito na minha dissertação de mestrado, defendida em 2000, que versa sobre a trajetória artística e política de uma geração das artes plásticas que atuou na cidade do Rio de Janeiro, precisamente entre o ano de 1968 a 1972.

espacial a representação da entidade “povo”, naquele momento ainda bastante solicitado pelos intelectuais como os agentes da transformação social.

No campo formal das artes plásticas, provocou uma alteração radical no conceito de obra de arte. Oiticica propõe fazer um trabalho que fosse coletivo, e que as pessoas pudessem repetir sem que ele estivesse presente. Outra novidade foi a inserção de temas particulares da cultura brasileira singularizada na cultura da urbe da cidade do Rio de Janeiro: a favelização, ao colocar em cena os componentes negros da escola de Samba da Mangueira, apresentando a sensualidade das manifestações artísticas populares.

Evidentemente que, uns, mais, outros menos, mas todos ficaram atônitos com a apresentação e Hélio Oiticica, juntamente com o grupo da Mangueira, foi expulso do Museu. O artista Rubens Gerchman (MORAIS, 1985, s/p) comenta o episódio:

Ninguém sabia se Oiticica era gênio ou louco e, de repente, eu o vi e fiquei maravilhado. Ele entrou pelo museu adentro com o pessoal da Mangueira e fomos atrás. Quiseram expulsá-lo, ele respondeu com palavras, gritando para todo mundo ouvir: ‘é isso mesmo, crioulo não entra no MAM, isto é racismo’. Expulso, ele foi se apresentar nos jardins, trazendo consigo a multidão que se acotovelava entre os quadros.

Segundo o antropólogo Hermano Vianna, é possível olhar para o artista plástico Hélio Oiticica e entrever algumas das características de sua atuação como mediador cultural, entendendo por tal o exercício do papel desempenhado por indivíduos

que são intérpretes e transitam entre diferentes segmentos e domínios sociais (Gilberto Velho).

Naquele momento foi esboçado o conceito de antiarte<sup>35</sup>. O conceito de antiarte foi inaugurado por Mário Pedrosa que também inventou o termo de arte pós-moderna, para conceituar as novas experimentações da arte que rompia com alguns postulados da modernidade. Pedrosa vai esboçar esse conceito – antiarte – para analisar a tentativa de rompimento entre arte e vida que já estava se formulando nas experimentações de Oiticica e Lygia Clark. No Manifesto da *Nova Objetividade Brasileira*, Hélio Oiticica recoloca o problema da antiarte como uma necessidade do artista em estar se comunicando com um numero maior de pessoas: *“essa comunicação teria que se dar em grande escala, não em uma elite reduzida a ‘experts’ mas até contra essa elite, com a proposição de obras não acabadas, ‘abertas’, (...) onde o artista assumisse papel de proponentista”*. Fundado pela criação do Parangolé, *“antiarte ambiental de Hélio Oiticica (...) a antiarte transforma a concepção de artista (e do público): não mais um criador de objetos para a contemplação, ele se torna um motivador para a criação”*. Segundo Celso Favaretto, esse deslocamento aponta para uma nova inscrição arte, mas a visionária atividade coletiva que intercepta subjetividade e significação social. A *antiarte* tem, pois como princípio a ‘participação’. (1992: p.124).

Os anos seguintes o tema da participação se torna recorrente em seminários e nas produções artísticas de parte desta

35 Cf. OITICICA, H. Esquema Geral da Nova Objetividade. In. *Aspiro ao grande labirinto: entrevistas (1954-1969)*. Org. Por Luciano Figueiredo, Lygia Pape, Waly Salomão. RJ: Rocco, 1986. P.81

geração, por exemplo, o evento *Seminário de Propostas 66*, um evento, organizado pelo artista Waldemar Cordeiro, que ocorre na Biblioteca Municipal Mário de Andrade na cidade de São Paulo, acontece como resultado de caráter reflexivo da efervescência cultural ocorrida no ano de 1965 nas artes plásticas, com a realização da exposição *Opinião 65*, no MAM do Rio de Janeiro.

Esses eventos foram acontecimentos importantes, entre outras coisas, para a consolidação da *Nova Objetividade Brasileira* que incluía a participação de 47 artistas. Segundo o documento, *Esquema Geral da Nova Objetividade (1967)*<sup>36</sup> elaborado pelo artista Hélio Oiticica,

‘Nova Objetividade’ seria a formulação de um estado típico da arte brasileira de vanguarda atual, cujas principais características são: 1) vontade construtiva geral; 2) tendência para o objeto ao ser negado e superado o quadro de cavalete; 3) participação do espectador (corporal, tátil, visual, semântica, etc); 4) abordagem e tomada de posição em relação a problemas políticos, sociais e éticos; 5) tendência para composições coletivas e consequentemente abolições dos “ismos” característica da primeira metade do século na arte de hoje (tendência esta que pode ser englobada no conceito de “arte pós-moderna” de Mário Pedrosa); 6) ressurgimento e novas formulações do conceito de antiarte;

36 Texto publicado no Catálogo da exposição *Nova Objetividade Brasileira*, IN Uma Nova Objetividade Brasileira. RJ: abr. 1967.

O evento serviu como referência para outras manifestações das novas vanguardas no Brasil, e despertou uma série de novas ações coletivas que envolviam público, artistas, críticos e interessados de forma geral, no Rio de Janeiro: *Arte na Rua* (1968), proposta por Hélio Oiticica; *Arte Pública no Aterro* (1968), organizada por Frederico Moraes e Oiticica, e a exposição temática organizada na Escola Desenho Industrial (ESDI) do Rio de Janeiro. Todas organizadas e realizadas no ano de 1968: a tônica dos eventos era a questão da *participação*, herança do neoconcretismo que buscava propiciar a experiência da integração do homem/mundo, estimulando a participação do público na obra de arte (CARNEIRO e PRADILLA, 1997: p. 44). Nesse momento essa proposição ampliava-se: englobava o processo de inserção do povo como produtor e criador artístico, através de atividades didáticas.

No início dos anos 1970 o crítico Frederico Moraes organiza na área externa do MAM/RJ Os Domingos de Criação que em síntese foram manifestações abertas à participação coletiva que visavam à libertação da criatividade colocando público e artistas envolvidos em um determinado fazer da arte. Todas as pessoas são inerentes criadores e todo o material pode servir a realização de trabalhos de arte. O objeto artístico tende a ser substituído pela ação criadora, diminuindo assim a distância entre o artista e o espectador. O museu, neste contexto, não deve limitar-se à guarda e à conservação de obras consagradas, devendo estimular o exercício da criatividade do público. Foram realizados seis eventos. Cada um deles teve um tema geral sugerido pelo material a ser trabalhado: papel, fio, tecido, terra, som e o próprio

corpo. Os domingos foram as últimas manifestações de arte pública comandadas por Morais.

No decorrer dos anos 1970 e 1980, por exemplo, como já foi pontuado na primeira parte deste artigo o MAC - USP, a Pinacoteca do Estado de São Paulo, o Parque Lage, no Rio de Janeiro, o MAC - Olinda potencializam tanto ações e debates que visam a formação do artista, exposições da produção e a exibição de filmes de artista em super oito e em VHS, a formação do público como fruidor e como criador. No Recife, por exemplo, houve agenciamentos de artistas como ateliers coletivos, grupos, coletivos em ações, brigadas muralistas, entre outras iniciativas que potencializavam a produção e a formação de público apreciador e inspiravam os mais jovens. Novamente o tema da participação, mesmo que sob o regime da ditadura, ganhava formas mais palpáveis nestas ações. Explode nos anos, além das redes mais fluidas de comunicação, explode a vontade coletiva de sair às ruas para participar da vida política e social do país.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Aracy. As experiências dos clubes dos gravuras. In *Arte para quê? A preocupação social na arte brasileira: 1930-1970*. SP: Nobel, 1984. pp. 173/226.

ARAÚJO, Marcelo Mattos e BRUNO, M.C. Oliveira (Org.). A memória do pensamento museológico contemporâneo: Documentos e depoimentos. Comitê Brasileiro de ICOM, 1995.

BARBOSA, Ana Mae. *Tópicos Utópicos*. Minas Gerais: C/Arte, 1998.

BARBOSA, Ana Mae (Org.). *Ensino da Arte: Memória e História*. São Paulo: Perspectivas, 2008a.

\_\_\_\_ (org.). *Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte*. 4 ed., Cortez: São Paulo, 2008b.

\_\_\_\_ (Org.). *Ensino da Arte: Memória e História*. São Paulo: Perspectivas, 2008c.

BARBOSA, Ana Mae (Org.). *Ensino da Arte: Memória e História*. São Paulo: Perspectivas, 2008; MOURA, Lídice Romano. Alguns momentos da educação em Museus no Brasil. *Revista Ceciliania*, São Paulo: no. 27, p. 55-67, 2007.

BERLINCK, M.T. *CPC: UNE*. Campinas: Papyrus, 1984.

BLEICHER, Josef. *Hermenêutica Contemporânea*. Lisboa: Edições 70, 1980.

BOURDIEU, Pierre e ALAN, Darbel. *O amor pela Arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: Edusp e ZOUK, 2003.

BUENO, Maria Lúcia & RAMOS, José Mário Ortiz. *Cultura audiovisual e Arte Contemporânea*. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo Perspectivas. vol.15 no.3, São Paulo, Junho a Setembro, 2001.

CARNEIRO, Beatriz Scigliano. *Arte: Máquina de Guerra*. *Revista Verve*. São Paulo: vol.11, *Revista do Núcleo do Nu- Sol – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduandos em Ciências Sociais*, Puc, 2007.

CARNEIRO, Lúcia e PRADILLA, Lleana. (Org). *Iole de Freitas*. Editora Lacerda: Rio de Janeiro, 1997.

FAVARETTO, Celso. *A invenção de Hálío Oiticica*. Edusp: São Paulo, 1992.

GRISPUM, Denise. *Educação para o Patrimônio: Museu e escola – Responsabilidade compartilhada na formação de públicos*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

GULLAR, F. *Cultura posta em questão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

HEINICH, N. *Le triple jeu de l'art contemporain*. Paris, Minuit, 1998a.

\_\_\_\_\_. *L'art contemporain exposé aux rejets*. Nîmes, Jacqueline Chambon, 1998b.

HONORATO, Cayo. A formação do artista: conjunções e disjunções entre arte e educação arte. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. *Expondo a mediação educacional: questões sobre educação, arte contemporânea e política*. In: Revista Ars. São Paulo, nº 09, ECA/USP, junho de 2007.

HOOPER-GREENHILL, Eilean, *Museums and the Shaping of Knowledge*, London, Routledge, 1992.

\_\_\_\_\_. *Museum and Interpretation of Visual Culture*, London, Routledge, 2000

LIMA, Joana D'Arc de Sousa. *Mediações Propositivas Provocam Atitudes de Reflexão e Imersão: Experiências educativas em Salões de Artes Plásticas de Pernambuco/Brasil*. ANAIS do Congresso de Formation Artistica y Cultural para La Region Del America Latina El Caribe. Bogotá, 2007.

\_\_\_\_\_. *Mediações propositivas provocam atitudes de reflexão e imersão*. In: Catálogo do 45º. E 46º. Salões de artes plásticas de Pernambuco. Fundarpe: Recife, 2004.

MARTINS, C. E. Anteprojeto do CPC. In **Arte em Revista**, São Paulo: Kairós, nº 1, jan-mar, 1979, pp.67-79.

MORAIS, Frederico. *Depoimentos de uma Geração: Ciclo de Exposições sobre arte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Galeria Banej, 1986.

PEIXOTO, F. *O Melhor teatro do CPC da UNE*. São Paulo: Global, 1989.

OITICICA, Hélio. Esquema Geral da Nova Objetividade. In. *Aspiro ao grande labirinto: entrevistas (1954-1969)*. Org. Por Luciano Figueiredo, Lygia Pape, Waly Salomão. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. P.81.

TEJO, Cristina. *Estratégias de formação: apostas no futuro*. In Catálogo do 45º. E 46º. Salões de artes plásticas de Pernambuco. Fundarpe: Recife, 2004.

VELHO, Gilberto e Kuschnir, Karina. (Org). *Mediação, Cultura e Política*. Aeroplano editora: Rio de Janeiro, 2001.

é aberta por textos em torno da temática “história e cultura”, José Carlos Reis, “O debate sobre as identidades do conhecimento histórico e defende a sua pertinência enquanto saber que se constitui “na contra-mão da filosofia, da ciência, da religião e do senso-comum”. Em “Tempo de Experimento: o ofício do historiador e as novas linguagens” o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior chama a atenção para a necessidade dos historiadores profissionais repensarem suas práticas de pesquisa com as chamadas “novas linguagens” e incorporarem em suas reflexões teórico-metodológicas os desafios que a análise destas novas fontes impõe. O que implica em uma transformação na formação acadêmica e nos modos de produção e divulgação da narrativa histórica. Alexandre Silva de Jesus participa desta coletânea com o artigo “Patrimônio, atualidade e experiência: elementos para um programa” onde reflete sobre o funcionamento político do dispositivo patrimonial ou museal, uma vez que entende que os processos de patrimonialização e musealização se confundem. O texto articula reflexões de Nietzsche, Benjamin e Agamben à problematização da ordem patrimonial moderna. A temática “História e Educação” traz quatro contribuições. Carlos Augusto Lima Ferreira em “Ser Professor de História: da academia a sala de aula, algumas questões formativas” constrói uma reflexão sobre a formação do campo de investigação do ensino de história no país apontando o crescente interesse dos historiadores pela temática bem como as fronteiras e/ou barreiras que os pesquisadores da área precisam vencer para a consolidação da área e o interesse tais como as relações hierarquizadas entre o ensino e a pesquisa. Ricardo de Aguiar Pacheco discute no artigo “As representações e práticas sociais associadas à formação de professores: formando o professor profissional” como os modelos de formação de professores se articularam às mudanças nas concepções de educação e de professor no Brasil e nos chama a atenção para os dilemas contemporâneos que afetam a construção da identidade docente atual. Os historiadores Nathalia Cavalcanti da Silva e Lucas Victor Silva participam da coletânea com o artigo “Os fatos históricos valem menos como conhecimento a adquirir do que pelas conclusões de ordem social e econômica que deles podemos tirar” que realiza estudo sobre os conteúdos históricos nos Programas de Educação Primária do Estado de Pernambuco na década de 1930. Encerrando esta seção, Juliana Alves de Andrade busca em seu artigo: “Trabalhadores rurais, camponeses e movimentos sociais rurais nos livros didáticos de História: breves apontamentos para uma reflexão sobre o lugar desses sujeitos na literatura escolar” analisar como obras didáticas de História, no contexto atual, abordam as temáticas Campesinato, Trabalhadores Rurais e Movimentos Sociais Rurais nos livros de história, destinados aos alunos do 3º ano do Ensino Médio. A seção “História, infância e Juventude” traz duas contribuições. O artigo “A poesia como estratégia metodológica na escolarização das jovens privadas de liberdade de Pernambuco” de autoria da historiadora Vera Lúcia Braga de Moura tem por objetivo analisar as estratégias de escolarização das adolescentes privadas de liberdade implementadas pela Secretaria Estadual de Educação nos Centros de Atendimento envolvidos na execução da política, bem como o preceito do bairro da Iputinga. No segundo texto, Humberto Miu na Ditadura Civil-Militar em Pernambuco (1964-1990)” discute a trajetória do sistema Funabem/Febem enquanto complexo tutelar voltado para crianças das classes populares. O historiador analisa as práticas e discursos do Estado ditatorial que legitimaram a lógica de controle social e as estratégias disciplinares presentes na montagem e no funcionamento do sistema Funabem/Febem em Pernambuco. A temática “História e Cultura” também traz relevantes contribuições. O historiador Augusto Neves da Silva participa desta coletânea com um artigo sobre uma manifestação carnavalesca pouco estudada pela historiografia do carnaval do Recife e que sofreram significativa oposição ao longo do século XX: as escolas de samba. Em “Intelectuais e tradição: disputas pelos dias de Momo no Recife (1955-1956)” analisa os debates, conflitos e tensões intelectuais em torno da presença das escolas de samba na “terra do frevo”. Já a historiadora Joana D’arc de Sousa Lima parte das memórias de sua trajetória profissional em relevantes instituições culturais de São Paulo e Pernambuco para refletir sobre os temas da formação do público, da mediação e da participação. No artigo “Entre a lembrança e o esquecimento: Histórias da formação de públicos nas instituições culturais” construiu uma abordagem que articula à História, reflexões de campos como a arte, a museologia, a educação e a arte/educação. Sobre “História e Literatura”, a coleção registra a participação de dois artigos. Em “Memorando para ler o Recife em Manuel Bandeira”, o historiador Flávio Weinstein Teixeira constrói uma releitura sobre três conhecidos poemas do escritor pernambucano dedicados à capital: Evocação do Recife (1925/30), Minha Terra (1948) e Recife (1966). O diálogo entre história e literatura é tema da contribuição do historiador Marcus Vinícius Santana Lima. Em “A mulher do vizinho: um conto de Fernando Sabino”, o autor explora a narrativa literária como fonte para o estudo do Recife na década de 1960. A temática “Ensino de História e as leis 10639/2003 e 11.645/08” traz contribuições dos pesquisadores Edson Silva e Maria da Penha da Silva, que participam deste livro com o artigo “De qual ‘índio’ estamos falando?! Reflexões para o ensino da temática indígena”. Ao longo do texto o leitor tem a sua disposição a denúncia sobre os estereótipos e a ignorância sobre a temática que permanecem no cotidiano escolar mesmo após o advento da Lei 11.645/08 que determina a inclusão do tema História e Culturas dos povos indígenas nos currículos da Educação Básica no Brasil. O artigo ressalta a necessidade de renovação dos livros didáticos brasileiros e finaliza sugerindo princípios para uma abordagem renovada e uma rica lista de contribuições atualizadas sobre a temática disponíveis aos pesquisadores e professores brasileiros. Em “Por uma história a partir dos conceitos: África, cultura negra e lei 10639/2003: reflexões para desconstruir certezas”, Ivaldo Marciano de França Lima revisita criticamente a utilização dos conceitos de “afro-brasileiro”, “afrodescendente” e “africano” atualmente convenionados como sinônimos para nomear as populações “não brancas”. Um texto que sugere uma abordagem alternativa para a efetivação da lei 10639/2003 na educação básica brasileira. A temática “História e cidade” traz contribuições sobre violência e relações de gênero no espaço urbano. Wellington Barbosa da Silva recua até o Recife do século XIX para analisar o medo motivado pela criminalidade urbana. A leitura do texto “Cidade, violência e medo: o caso do Recife oitocentista (1840-1880)” nos proporciona, entre outras coisas, a percepção de que, pelo menos, desde meados do Oitocentos o problema da violência urbana e os temores por ela provocados povoam as páginas dos periódicos locais. Ricardo dos Santos Batista colabora, neste livro, com um capítulo sobre os “usos femininos” do espaço urbano de Jacobina, Bahia, em meados do século XX. Em “Mulheres, convenções de gênero e espaço urbano”, o autor reflete sobre as convenções de gênero e sexualidade através das quais se tentava controlar os comportamentos femininos desafiadores das normas vigentes. Sobre a “História e Sertão”, temos debates sobre cultura material e propriedade fundiária. As autoras Kalina Vanderlei Silva, Amanda Isabela A. da Silva, Hortênsia Calado Pedro e Suelane Matos da Silva exploram a riqueza analítica dos inventários e testamentos referentes à capitania de Pernambuco no século XVIII, em especial do acervo do Memorial de Justiça de Pernambuco no que diz respeito às comarcas sertanejas. É o tema do artigo “O Sertão em inventários: cultura material e sociedade na Capitania de Pernambuco no século XVIII” que convida pesquisadores a se debruçarem sobre a documentação ainda pouco consultada. A historiadora Maria Ferreira retoma descobertas de sua tese de doutoramento no artigo “Proprietários, famílias e sociabilidade: notas para uma história da

# História e literatura

# Memorando para ler o Recife em Manuel Bandeira

FLÁVIO WEINSTEIN TEIXEIRA  
Universidade Federal de Pernambuco

1. São bem conhecidos os três poemas de Manuel Bandeira dedicados ao Recife: *Evocação do Recife* (1925/30), *Minha Terra* (1948) e *Recife* (1966)<sup>1</sup>. Já as circunstâncias e motivações em conformidade com as quais cabe considerar a produção de cada um deles não são igualmente conhecidas. Com exceção de *Evocação do Recife*, cuja fortuna crítica é vasta e exaustiva, os outros dois poemas – provavelmente por ocuparem uma posição “marginal” na obra do poeta – jazem envoltos sob uma nebulosa de incertezas no que concerne à sua escrita. Retomo aqui alguns dados mais elementares destes poemas porque considero que eles permitem descortinar determinadas problemáticas instigantes para o campo de estudos historiográficos que se preocupam por refletir acerca da “reconstrução de um mundo de experiências através dos textos de cultura”, conforme postulado por Beatriz Sarlo em um de seus trabalhos sobre a história intelectual/cultural de Buenos Aires (SARLO, 2010, p. 22).

1 A fim de facilitar a argumentação, preferi transcrever a íntegra dos 3 poemas ao fim deste texto. Pediria ao leitor que os lesse antecipadamente, a fim de melhor acompanhar o raciocínio que exponho nas páginas a seguir.

2. *Evocação do Recife*, sabemos todos, foi escrito em 1925 a pedido do jovem Gilberto Freyre que, à época, estava incumbido de editar livro comemorativo dos 100 anos do Diário de Pernambuco<sup>2</sup>. Por essa ocasião, G. Freyre e M. Bandeira já mantinham uma relação mediada por correspondência, mas não se conheciam pessoalmente. Ao que se sabe, o primeiro contato deu-se por iniciativa de Bandeira que teria tido sua atenção chamada por um artigo de jornal no qual Freyre discorria sobre a culinária regional. A essa primeira carta seguiram-se várias outras – inclusive aquela em que G. Freyre solicita um poema sobre “o Recife da meninice do poeta”. Encomenda, esta, que Bandeira teria achado um tanto impertinente, por se tratar de poema encomendado, com temática e abordagem definida – coisa que não costumava fazer. Todavia, como as afinidades intelectuais entre ambos já tinham ficado patente, o já maduro Bandeira resolveu aquiescer à abusada solicitação do jovem sociólogo. (Lembremos que nesses meados dos anos 1920, G. Freyre estava profundamente envolvido com o Centro Regionalista, criado em 1924, e dando trato aos mais variados aspectos das tradições locais<sup>3</sup>.)

3. As informações acerca da feitura do segundo poema, inversamente, são vagas e imprecisas. Publicado em 1948 (em uma coletânea intitulada *Belo Belo*), o poema, contudo, traz marcas muito nítidas de ter sido escrito após uma viagem ao Recife. Até onde sabemos, Bandeira esteve no Recife em duas ocasiões

2 Posteriormente, Bandeira incluiu este poema em seu livro *Libertinagem*, publicado em 1930.

3 Sobre o Movimento Regionalista e o envolvimento da intelectualidade local, Gilberto Freyre entre eles, consultar o trabalho pioneiro de Neroaldo Pontes de AZEVEDO. *Modernismo e Regionalismo. Os anos 20 em Pernambuco*. Recife/João Pessoa: Editora Universitária UFPE/ Editora Universitária UFPB, 1996.

– 1926 e 1929 – a convite de amigos. Diferente, portanto, de *Evocação do Recife*, que havia sido escrito por meio de reativação da memória afetiva do poeta – trata-se, literalmente, de uma evocação –, *Minha Terra* não tem nada de evocativo: seu tom é de um testemunho, de uma constatação *in loco* de algo a propósito do que já se dispunha de informações talvez imprecisas, talvez inconclusas. Não se sabe ao certo, entretanto, quando o poema foi escrito neste intervalo de praticamente 20 anos que separa suas viagens ao Recife e a publicação.

4. *Recife*, o terceiro poema, por outro lado, no que concerne à sua elaboração, é um caso curioso, que merece certa atenção. Escrito em 1963 (e publicado em obra de 1966, que reuniu a poesia completa de Bandeira), são claramente identificáveis nele alguns dos marcadores daqueles anos: referências à ascensão das forças de esquerda ao poder político-institucional, aos edifícios que começavam a definir a fisionomia da cidade, e, o que gostaria de me deter um pouco mais, à polêmica sobre a colocação de um busto do poeta em logradouro público.

5. Ainda no governo de Barbosa Lima Sobrinho – em algum momento entre finais dos anos 1940, início dos anos 1950 –, cogitou-se em homenagear o poeta com um busto em praça pública. Entres idas e vindas pelos escaninhos das repartições públicas, com indefinições quanto à forma de financiar a obra, e, sobretudo, sofrendo questionamentos a propósito da legalidade da iniciativa, já que havia uma lei estadual que proibia dar nome de pessoas vivas a logradouros e edifícios públicos, a ideia foi postergada por anos a fio, se estendendo por toda a década de 1950. Este é um aspecto importante, dada as dimensões e repercussões da polêmica que gerou – chegando os jornais da cidade

a elaborarem enquetes com artistas, intelectuais, políticos, consultando-os se a favor ou contra a iniciativa de homenagem ao poeta, de tal sorte que o próprio prefeito à época, Pelópidas Silveira, se sentiu obrigado a emitir nota pública se posicionando sobre o assunto. Todavia, para o que aqui importa, por mais saborosa que seja a polêmica e o frisson decorrente de seu “uso” pela imprensa, este episódio se torna interessante porque se deve à polarização provocada por ele um tensionamento na, por assim dizer, relação de Bandeira com a cidade, fazendo-o introduzir um novo ingrediente para além da evocação de um passado imaginado. Em *Recife* são reiterados os *topoi* da nostalgia, da perda/desaparecimento dos espaços urbanos tradicionais, das sociabilidades provincianas, das relações de tipo patriarcal, dos traços de ruralidade que permeava a vida urbana, com suas práticas ancestrais, seus tipos sociais, sua arquitetura solarenga, sólida, que parecia aspirar a eternidade. Tudo isso que é o tônus mesmo do *Evocação do Recife* é reiterado em *Recife*, só que, agora, de maneira alusiva, sem muitos desdobramentos ou acréscimos. Não obstante, a despeito desta óbvia remissão ao festejado poema de 35/40 anos antes, *Recife* é vasado num tom de quem quer esclarecer algo, justificar um posicionamento, quase desculpar-se, mas também de quem registra uma mágoa, um desapontamento.

6. O intrigante deste poema é que passados tantos anos, vendo-se objeto – surpreendentemente! – de uma disputa absolutamente bizantina e paroquial que, em última instância, é o que o faz retomar sua cidade natal como matéria poética; depois de haver constatado (*Minha Terra*) que seu mundo ideado já não mais existia, sucumbira, fora soterrado por sucessivas vagas

modernizadoras; que não restava nada dos reconfortantes tempos avoengos, com seu colorido peculiar, seu aroma, seu sabor, sua atmosfera serena e reconciliadora – ainda assim Manuel Bandeira reitera seu olhar evocativo de seres e coisas ausentes.

7. Já se vão mais de 30 anos que nós historiadores sabemos, de maneira similar ao que Carlos Pena Filho pregou em seu “Guia Prático da Cidade do Recife”, que as cidades são *metades roubadas ao mar, metade à imaginação, que é dos sonhos dos homens que uma cidade se inventa*. Sabemos que, enquanto espaços sociais em que relações sociais são tecidas e entrelaçadas, as cidades têm sua materialidade igualmente impregnada daqueles “textos de cultura” de que fala B. Sarlo. Entretanto, para não restar, no dizer do próprio Bandeira, “como forma imperfeita neste mundo de aparências”, é preciso que se compreenda e situe estes textos/discursos sobre as cidades em conformidade com as circunstâncias que presidiram sua construção. Circunstâncias institucionais, intelectuais, estéticas, éticas, políticas, etc.

8. A relação de amizade próxima que Bandeira desenvolveu com Gilberto Freyre não foi fortuita. Pelo contrário, as afinidades e convergências entre os pontos de vistas e concepções ético-estéticas de ambos são flagrantes. Retomo esta questão aqui porque ela ajuda a iluminar as referências e valores subjacentes a parte considerável da obra de Bandeira, em particular no que concerne aos seus poemas sobre o Recife. No texto que escreveu para fazer parte do livro publicado em homenagem aos 50 anos do poeta (1936), Freyre começa por lembrar um passeio de barco, subindo o Capibaribe, que fizera anos antes na companhia de Manuel Bandeira e Mário de Andrade:

Todo o tempo que a lancha levou subindo o rio, até Caxangá, pensei em Manuel Bandeira, através de sua “Evocação do Recife”. E pensei no Recife de há trinta anos, de há quarenta, de há cinquenta, de há cem, de todos os Recife que o rio viu nascer e morrer; em todos os Recife que estão no poema de Manuel Bandeira. Aquele rio, aquela terra, aquela cidade, aquele poeta magro [...] estavam ligados para sempre. (apud VICENTE, 2007, p. 368)

Para Gilberto Freyre, a paisagem que as margens do Capibaribe apresentava àqueles turistas improvisados não era outra coisa que a presentificação propriamente material do poema de Bandeira:

Vi nas margens verdes, saindo do meio dos cajueiros, da sombra das mangueiras, meninazinhas, meninos, muleques iguais aos que há quarenta anos brincavam de roda na rua da União, quebravam os vidros da casa de D. Aninha Viegas, mangavam do pince-nez de Totônio Rodrigues; vi a própria D. Aninha Viegas (com outro nome, decerto) sentada numa cadeira de balanço num terraço de casa de beira de rio, tomando fresco; vi banheiros de palha tristonhos, negros lavando cavalos, moleques nadando na água suja onde já não tomam banho moças nuas como no tempo em que o poeta menino passou as festas em Caxangá. (Idem)

9. Não são tantos, nem tão sofisticados assim, os truques e estratégias narrativas intrínsecos à construção deste texto de Freyre. Mas são eficiente no sentido de fazer crer ao leitor que o poema de Bandeira, antes de ser uma evocação de uma

memória afetiva que cria toda uma ambiência sensorial e senhorial, seria de ordem descritivo-denotativo, algo assemelhado a um “retrato falado”, a uma descrição quase naturalista. Mais ainda, em consonância com a preocupação compartilhada por ambos a propósito do esgarçamento das relações e práticas sócio-espaciais que dava tônica a este passado imaginado, importava sublinhar que com o fim deste mundo de ordem, equilíbrio, harmonia senhorial, em que campo e cidade se interpenetravam, sobreviria a desordem, o dismantelo, a inautenticidade de uma sociedade desajustada, engolfada pelos dejetos de si mesma. Diferente de outrora, quando dos tempos evocados por Bandeira, o Capibaribe que percorriam naquela ocasião, de igual maneira a “todos os rios da zona chamada da mata em Pernambuco são hoje uns rios porcos, onde as usinas de açúcar mijam, defecam, fazem suas precisões; e o resto da gente que se dane” (apud VICENTE, 2007, p. 369).

10. Importa perceber, no entanto, que, a despeito de situar nos vários tempos presentes as forças desagregadoras de uma ordem passada (ordem que é social, política, econômica, mas também a ordem do próprio mundo natural), Gilberto Freyre, assim como Manuel Bandeira, enxergam no trabalho intelectual e artístico um campo de disputa, uma arena onde os valores que dão lastro a uma ou outra das concepções em jogo são definidos. E, mesmo quando derrotados, sabiam que este outro mundo, esta outra cidade continuariam existindo como referência.

Também o poeta – escreveu Gilberto Freyre – quis ver o sobrado amarelo que foi do avô e está ainda de pé, com a escada rangendo de velha. Quis ver a rua da União. Quis ver a rua da Saudade.

A do Sol. A da Aurora [...]. Vimos juntos alguns destes lugares, que se amanhã desaparecerem do mapa do Recife – cidade que há cinco anos serve de brinquedo a amadores de urbanismo para suas experiências gostosas de derrubar casas e igrejas velhas – ficarão para sempre, enquanto houver literatura brasileira, no poema de Manuel Bandeira. (Idem)

11. Para determinada historiografia, a literatura – bem como fotografias, pinturas, etc. – tem o poder de constituir o acervo de imagens que fixam determinada memória dos espaços e experiências da vida social<sup>4</sup>. A ideia de tomar as representações literárias, etc., como suporte de memória social, por sua vez, tem por pressuposto a noção de que tais representações concorrem para formar as percepções e concepções criadas sobre os espaços urbanos – ou outros quaisquer – de vivência coletiva. É neste sentido que determinadas sociabilidades e experiências vividas, transfiguradas literariamente, se impõe como referências para se pensar e ver uma cidade. Em outras palavras, temos aí um dos mecanismos que resultam nas construções simbólicas dos espaços e da vida nas cidades.

12. A força destes poemas de Bandeira, em especial o *Evocação do Recife*, reside justamente no fato de que, para além de sua refinada artesanaria poética ele fixa uma experiência de vida que se esvanecia. Sua nostalgia quase melancólica, seu sentimento de perda não se deve tanto a uma configuração espacial que está sofrendo transformações profundas, mas a um padrão de vida

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, Sandra PESAVENTO, *O imaginário da cidade*, Porto Alegre: UFRGS, 2002.

social que está a desaparecer junto com os solares, as igrejas, os nomes de rua, os tipos sociais, as brincadeiras, os pregões, as comidas, os traços de uma cultura marcadamente oral, etc. Têm razão todos aqueles que assinalaram a apropriação que o imaginário regionalista/tradicionalista fez do *Evocação do Recife* e do poder de referencialidade que ele adquiriu para dizer e significar das tradições que não podiam ser abandonadas ou perdidas em favor de uma modernidade anódina e descaracterizadora, do poder de reconciliação e de apaziguamento que só o respeito ao passado e suas tradições propiciam.

13. Mas é preciso que se observe, igualmente, que Bandeira não fez um poema programático, um manifesto. Como podemos depreender da leitura dos dois outros poemas sobre o Recife, bem como de inúmeros outros escritos de sua autoria, Manuel Bandeira nutria um apreço muito grande por manifestações artísticas e culturais do passado brasileiro. Sob muitos aspectos, ele se via como um provinciano, daí, em boa parte, a amizade longeva e próxima a G. Freyre<sup>5</sup>. Conforme escreveu em crônica publicada em 1933, em que tornava pública sua irreduzível empatia com o trabalho de Freyre:

Sou provinciano. Com os provincianos me sinto bem. Se com estas palavras ofendo algum mineiro requintado peço desculpas. Me explico: as palavras “província”, “provinciano”, “provincianismo” são geralmente empregadas pejorativamente por

5 Silvana Moreli Vicente explora muito bem essa questão em sua tese de doutorado. Ver Silvana Moreli VICENTE. *Cartas Provincianas: correspondência entre Gilberto Freyre e Manuel Bandeira*; São Paulo/USP, tese de Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada, 2007.

só se enxergar nelas as limitações do meio pequeno. Há, é certo, um provincianismo detestável. Justamente o que namora a “Corte”. O jornaleco de município que adota feição material dos vespertinos vibrantes e nervosos do Rio – eis um exemplo de provincianismo bocó. É provinciano, mas provinciano do bom, aquele que está nos hábitos do seu meio, que sente as realidades, as necessidades do seu meio. Esse sente as excelências da província. Não tem vergonha da província – tem é orgulho. (apud VICENTE, 2007, p. 74)

Este estar em sintonia com seu meio, não ansiar ser o que não é nem pode ser – porque as tradições partilhadas são outras –, ser capaz de vislumbrar o potencial ético-estético dessas tradições – no que elas têm de instituidoras de um determinado modo de vida –, tudo isto está plasmado nesses três poemas sobre o Recife. Há um fio a perpassar cada um desses poemas que transcende a nostalgia de referências afetivas de uma infância rememorada que estavam a se perder. Há uma convicção de que as perdas se situavam igualmente num outro plano: na própria possibilidade de construção de uma tradição artística brasileira. Mais ainda, de que esta tradição artística era peça importante na manutenção e fixação de um *ethos*, de uma determinada forma de ser e se viver a cidade. Como disse G. Freyre:, “se amanhã [este lugares] desaparecerem do mapa do Recife [...] ficarão para sempre, enquanto houver literatura brasileira, no poema de Manuel Bandeira”. Este, a meu ver, o sentido maior que orienta a feitura desses poemas – como, de resto, de boa parte da obra do poeta – e, complementarmente, diz de como o Recife é lido e concebido por ele, Manuel Bandeira.

## Poemas de Bandeira

### Evocação do Recife

(in *Livro do Nordeste*, 1925 e *Libertinagem*, 1930)

Recife

Não a Veneza americana

Não a Mauritsstad dos armadores das Índias Ocidentais

Não o Recife dos Mascates

Nem mesmo o Recife que aprendi a amar depois

— Recife das revoluções libertárias

Mas o Recife sem história nem literatura

Recife sem mais nada

Recife da minha infância

A rua da União onde eu brincava de chicote-queimado e partia as vidraças

[da casa de dona Aninha Viegas

Totônio Rodrigues era muito velho e botava o pincenê

[na ponta do nariz

Depois do jantar as famílias tomavam a calçada com cadeiras

[mexericos, namoros, risadas

A gente brincava no meio da rua

Os meninos gritavam:

Coelho sai!

Não sai!

À distância as vozes macias das meninas politonavam:

Roseira dá-me uma rosa  
Craveiro dá-me um botão  
(Dessas rosas muita rosa  
Terá morrido em botão...)

De repente

nos longes da noite

um sino

Uma pessoa grande dizia:

Fogo em Santo Antônio!

Outra contrariava: São José!

Totônio Rodrigues achava sempre que era São José.

Os homens punham o chapéu saíam fumando

E eu tinha raiva de ser menino porque não podia ir ver o fogo.

Rua da União...

Como eram lindos os montes das ruas da minha infância

Rua do Sol

(Tenho medo que hoje se chame de Dr. Fulano de Tal)

Atrás de casa ficava a Rua da Saudade...

...onde se ia fumar escondido

Do lado de lá era o cais da Rua da Aurora...

...onde se ia pescar escondido

Capiberibe

— Capibaribe

Lá longe o sertãozinho de Caxangá

Banheiros de palha

Um dia eu vi uma moça nuinha no banho

Fiquei parado o coração batendo

Ela se riu

Foi o meu primeiro alumbramento

Cheia! As cheias! Barro boi morto árvores destroços redemoinho sumiu

E nos pregões da ponte do trem de ferro os caboclos destemidos

[em jangadas de bananeiras

Novenas

Cavalhadas

E eu me deitei no colo da menina e ela começou a passar a mão

[nos meus cabelos

Capiberibe

— Capibaribe

Rua da União onde todas as tardes passava a preta das bananas

Com o xale vistoso de pano da Costa

E o vendedor de roletes de cana

O de amendoim

que se chamava midubim e não era torrado era cozido

Me lembro de todos os pregões:

Ovos frescos e baratos  
Dez ovos por uma pataca

Foi há muito tempo...

A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros  
Vinha da boca do povo na língua errada do povo  
Língua certa do povo

Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil

Ao passo que nós

O que fazemos

É macaquear

A sintaxe lusíada

A vida com uma porção de coisas que eu não entendia bem  
Terras que não sabia onde ficavam

Recife...

Rua da União...

A casa de meu avô...

Nunca pensei que ela acabasse!  
Tudo lá parecia impregnado de eternidade

Recife...

Meu avô morto.

Recife morto, Recife bom, Recife brasileiro como a casa de meu avô.

## Minha Terra

(in *Belo Belo*, 1948)

Saí menino de minha terra.  
Passei trinta anos longe dela.  
De vez em quando me diziam:  
Sua terra está completamente mudada,  
Tem avenidas, arranha-céus...  
É hoje uma bonita cidade!

Meu coração ficava pequenino.

Revi afinal o meu Recife.  
Está de fato completamente mudado.  
Tem avenidas, arranha-céus.  
É hoje uma bonita cidade.

Diabo leve quem pôs bonita a minha terra!

## Recife

(in *Estrela da Vida Inteira*, 1966)

Há que tempo que não te vejo!  
Não foi por querer, não pude.  
Nesse ponto a vida me foi madrasta,  
Recife.

Mas não houve dia em que não te sentisse dentro de mim:  
Nos ossos, nos olhos, nos ouvidos, no sangue, na carne,  
Recife.

Não como és hoje,  
Mas como eras na minha infância,  
Quando as crianças brincavam no meio da rua  
(Não havia ainda automóveis)  
E os adultos conversavam de cadeiras nas calçadas  
(Continuavas província,  
Recife).

Eras um Recife sem arranha-céus, sem comunistas,  
Sem Arrais, e com arroz,  
Muito arroz,  
De água e sal,  
Recife.

Um Recife ainda do tempo em que o meu avô materno  
Alforriava espontaneamente  
A moça preta Tomásia, sua escrava,  
Que depois foi nossa cozinheira  
Até morrer,  
Recife.

Ainda existirá a velha casa senhorial do Monteiro?  
Meu sonho era acabar morando e morrendo  
Na velha casa do Monteiro.  
Já que não pode ser,  
Quero, na hora da morte, estar lúcido  
Para te mandar a ti o meu último pensamento,  
Recife.

Ah Recife, Recife, non possidebis ossa mea!  
Nem os ossos nem o busto.

Que me adianta um busto depois de eu morto?  
Depois de morto não me interessará senão, se possível,  
Um cantinho no céu,  
“Se o não sonharam”, como disse meu querido João de Deus,  
Recife.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e Regionalismo. Os anos 20 em Pernambuco*. Recife/João Pessoa: Editora Universitária UFPE/ Editora Universitária UFPB, 1996.

BANDEIRA, Manuel. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1974.

PESAVENTO, Sandra. *O imaginário da cidade*, Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SARLO, Beatriz. *Modernidade Periférica - Buenos Aires 1920 e 1939*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

VICENTE, Silvana Moreli. *Cartas Provincianas: correspondência entre Gilberto Freyre e Manuel Bandeira*; São Paulo/USP, tese de Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada, 2007.

## A mulher do vizinho: um conto de Fernando Sabino

MARCUS VINICIUS SANTANA LIMA

Professor convidado História UPE/Campus Petrolina

Em um curtíssimo conto publicado na década de 1960, *A mulher do vizinho*, o escritor mineiro Fernando Sabino descreve uma situação de impasse, um desacordo entre vizinhos moradores do mesmo bairro, provavelmente localizado numa grande cidade brasileira. A breve narrativa literária, que se desenvolve em duas páginas, é protagonizada por, ao menos, quatro personagens principais – um importante empresário sueco, sua esposa, um General do Exército Brasileiro e o delegado do bairro.

Ao queixar-se de traquinagens infantis arquitetadas pelos filhos de um certo industrial sueco, seu vizinho, chamado por Sabino de “General do nosso Exército”, exige do delegado do bairro uma repreensão às crianças responsáveis por chutarem, de maneira recorrente, a bola de meia em seu carro. Impaciente, o oficial militar cobra ao representante da polícia a postura necessária para tratar o caso frequente no cotidiano da vida do General:

Na rua onde mora (ou morava) um conhecido e antipático General do nosso Exército, morava (ou mora) também um sueco cujos filhos passavam o dia jogando futebol com bola de meia.

Ora, às vezes acontecia de cair a bola no carro do General e um dia o General acabou perdendo a paciência, pediu ao delegado do bairro para dar um jeito nos filhos do vizinho.

O delegado resolveu passar uma chamada no homem e intimou-o a comparecer à delegacia.(MORICONI, 2000, p.256).

De caso banal a queixa de polícia, as consequências de uma simples brincadeira de futebol entre crianças de um bairro rico, a julgar pela importância socioeconômica dos que ali vivem – a saber, industriais e generais de exército – tornam-se cruciais não só para o desenvolvimento da trama, mas também, para entendermos um conjunto de **representações sociais** apropriadas pelo escritor brasileiro ao tentar estabelecer uma visão literária sobre o Brasil no início da década de 1960.

Antes que possamos perceber quais as representações sociais tratadas por Fernando Sabino, não custa esclarecermos, desde já, que tipo de conceito é aplicado para a análise ora proposta. Em uma importante obra para a historiografia ocidental, publicada nos idos dos anos 1980, o historiador Roger Chartier propõe, aos pesquisadores de história, o uso do conceito **representações** como estratégia analítica para se interrogar como determinados grupos sociais, independentes de suas respectivas classes socioeconômicas, organizam formas de posicionamento e visões de mundo que são materializadas e se reproduzem na duração do tempo mediante **práticas culturais**.

Essa proposta de Chartier, defendida no livro *A História Cultural: entre práticas e representações*, possibilitou aos historiadores compreenderem como dados grupos de homens

e mulheres agem no jogo das relações sociais, ou (re)significam formas culturais de uso dos códigos sociais, muitas vezes guardados como herança do passado. Filiado a uma história cultural francesa, que nas décadas anteriores se organizava em estudos seriais/quantitativos ou estudos de mentalidades coletivas,<sup>6</sup> o historiador francês buscou a própria reformulação dos estudos culturais na história, ao tentar consolidar novas formas de apreensão do real, não só entre os historiadores – ou seja, como esses historiadores se firmavam no campo da análise – mas, sobretudo, entre os homens e mulheres objetos de análise histórica, e a maneira como eles elaboravam um sistema sincronizado entre formas de compreensão da realidade e mecanismos de uso dessas mesmas formas, num dado tempo e espaço históricos:

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados

6 Para observar as transformações dentro de uma história cultural francesa, e a elaboração de novos conceitos para a reconfiguração dos interesses nesse campo de estudos ver BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. (CHARTIER, 1988, págs. 16-17).

Assim, a nova história cultural ganha conceitos e categorias de análises novos, e ousa, também, novas abordagens. Não só teríamos à disposição os conceitos de representações sociais ou práticas culturais para uso; teríamos, igualmente, à disposição um tipo de abordagem histórica pautada nas práticas de leitura, maneiras pelas quais os grupos interpretam o real e o tornam estável. De fato, há uma relação inevitável, em *A História Cultural*, entre estudos culturais e uma história da leitura, ou mais exatamente, de como uma realidade pode ser “dada a ler”. E essa relação deve ser buscada como estratégia para o entendimento dos meios de organização social.

Imaginemos, portanto, a utilidade de tal abordagem da história cultural, preocupada com as maneiras de apreensão do real, e a apliquemos junto ao conto mencionado acima, de autoria de Fernando Sabino. Como, por exemplo, o escritor literário mineiro apreende a realidade brasileira no início da década de 1960? Ou melhor, quais as formas de interpretação do real que seus personagens empreendem? Há, nessa narrativa literária, elementos para se pensar tipos de organização social? Questões deste nível podem supor boas respostas para o entrecruzamento do discurso histórico com o relato literário.

Na sequência do conto, o empresário sueco é intimado para prestar depoimento na delegacia, em razão do atentado praticado por seus filhos contra o General, e ouvir uma “dura” do delegado encarregado do caso. A repreensão do oficial ao sujeito

estrangeiro é digna de análise, sobretudo, para se observar as visões de mundo que integram a narrativa ficcional, porém, antes de fazermos tal análise é imprescindível que destaquemos um momento anterior do conto, quando do ato da intimação e chegada à delegacia. Vejamos,

O sueco era tímido, meio descuidado no vestir e pelo aspecto não parecia ser um importante industrial, dono de grande fábrica de papel (ou coisa parecida), que realmente ele o era. Obedecendo à intimação recebida, compareceu em companhia da mulher à delegacia e ouviu calado tudo o que o delegado tinha a lhe dizer. O delegado tinha a lhe dizer(...). (MORICONI, Idem).

Suspendemos o que o delegado tinha a lhe dizer, para já analisarmos a descrição de Sabino acerca de seu personagem estrangeiro, sueco, importante industrial, relapso na vestimenta, tímido e, provavelmente, proprietário de uma grande fábrica no Brasil. Qualquer análise histórica que pretenda usar as fontes literárias para dar a conhecer uma determinada realidade, pode, em muitos casos, tentar contextualizar o tempo de publicação do texto literário, ou ainda, o tempo da narrativa literária se esse é diferente daquele. Ou seja, tal como Sydney Chalhoub<sup>7</sup> defende, o historiador deve prestar atenção para as possíveis diferenças

7 Em CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, o autor apresenta com especificidades as diferenças significativas entre o tempo de publicação de uma obra, ou seja, o tempo histórico onde se gesta uma obra ficcional, e o tempo histórico da narrativa que, em vários casos, difere do tempo da edição/publicação. No trato da fonte literária esses dois tempos históricos, um imaginário e outro concreto, devem ser relacionados mutuamente para o processo de interpretação da fonte.

temporais entre o momento de publicação da obra literária e a que tempo histórico a narrativa contida na obra se refere. Isso é salutar para o bom ordenamento do tempo histórico representado por um literato, agindo entre esse possível espaçamento temporal a intencionalidade do escritor, fundamental na compreensão de seus propósitos.

Parece não ser o caso de *A mulher do vizinho*, que, embora não nos forneça explicitamente uma data para os acontecimentos narrados, produz uma referência para um tempo de industrialização brasileira, de entrada do capital externo na economia do país, ao criar um personagem estrangeiro e “dono de grande fábrica de papel (ou coisa parecida)”. Essa referência tácita do escritor mineiro a uma sociedade industrial, urbana, organizada por instituições vigilantes – Exército, delegacias – deve ser aproveitada pelo historiador atento aos vestígios, às indicações e às sutilezas, capaz de perceber o que não se mostra completamente, mas que poderá ser buscado na reconstituição de sua integridade.<sup>8</sup> Portanto, se quisermos aproveitar as pistas deixadas por Fernando Sabino é essencial um breve entendimento de como se desenvolvia, no Brasil dos anos imediatamente anteriores à publicação do conto, o processo de industrialização da economia brasileira, mesmo que este não seja o foco deste artigo.

Apesar das divergências entre as teses sobre o desenvolvimento da economia do Brasil ao longo da primeira metade do

8 A menção que fazemos desse modelo epistemológico ou paradigma tem a ver com a forma como Carlo Ginzburg se refere ao crítico de arte Giovanni Morelli que, segundo o historiador italiano, analisava quadros de museus se dedicando a observar com minúcia “os pormenores mais negligenciáveis”. Sobre a construção de tal paradigma, ver mais em GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

século vinte, parece consensual uma progressiva abertura do mercado econômico do país para a entrada do capital externo no jogo financeiro. A complexidade no entendimento dessas articulações entre Estado, ideologia política, mercado externo e interno, não impede, contudo, a constatação de que, para Sônia Regina de Mendonça, “as transformações do padrão de acumulação ocorridas no Brasil entre 1955 e 1960 foram responsáveis pela emergência de novas contradições, que repercutem até o presente” (LINHARES, 1990, p. 281). Essa acumulação de capital financeiro foi impulsionada, segundo a autora, pela presença cada vez mais notável de multinacionais na dinâmica da economia brasileira dificultando as possibilidades de atuação do pequeno capital. Essa contradição a que se refere a autora, portanto, esteve assentada nas diferenças de arranjos monetários e efetiva participação entre as partes que completavam tal quadro de consolidação do capitalismo no Brasil.

O que nos interessa realmente dessas afirmações é a afinação entre o discurso literário e histórico no que se refere à caracterização de determinada sociedade. Não sendo esta afinação – ou complementaridade – necessária para uma análise histórica da literatura, parece-nos importante buscar tais similitudes no caso ora tratado. Tanto a historiografia brasileira quanto a prática literária de Fernando Sabino almejam lançar um olhar específico sobre o mesmo espaço social, zelando por suas formas de abordagem das relações humanas – em especial o reconhecimento da fixação de multinacionais no território brasileiro. Enquanto a historiografia é construída pelo ideal de cientificidade e racionalidade em sua vontade de produzir conteúdo histórico, a escrita literária se abona na livre criação e aposta no elemento

ficcional para, também, organizar formas significativas e velozes<sup>9</sup> que dialogam com o conhecimento histórico. As diferenças de objetividade são bastante claras, uma vez que a literatura não pretende comprovar suas afirmações; por outro lado, cabe aos historiadores elaborarem arranjos discursivos capazes de convencer a comunidade à qual pertencem e designarem métodos para que esse conjunto de elaborações se efetive. Reconhecidas estas diferenças, seduz-nos como o literato mineiro se apropria da realidade histórica para a formação de uma narrativa plena de representações que circulam fora do texto ficcional, como é o caso daquilo que se expressa na reprimenda do delegado ao inquirir o empresário sueco:

O senhor pensa que só porque o deixaram morar neste país pode logo ir fazendo o que quer? Nunca ouviu falar num troço chamado autoridades constituídas? Não sabe que tem de conhecer as leis do país? Não sabe que existe uma coisa chamada Exército Brasileiro, que o senhor tem de respeitar? Que negócio é esse? Então é ir chegando assim sem mais nem menos e fazendo o que bem entende, como se isso fosse a casa da sogra? Eu ensino o senhor a cumprir a lei, ali no duro: “dura lex”! Seus filhos são uns moleques e outra vez que eu souber que andaram incomodando o General, vai tudo em cana. Morou? Sei como tratar gringos feito o senhor. (MORICONI, Idem).

9 Aludimos ao instigante conceito de narrativa rápida de Umberto Eco, ao precisar que toda narrativa literária é obrigatoriamente rápida por sua incapacidade de dizer tudo sobre a multiplicidade do mundo representado ficcionalmente. Para aprofundar esse debate, conferir ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

A descrição de um personagem sueco, industrial como já alertamos, e sua relação de oposição direta, no corpo do texto ficcional *A mulher do vizinho*, ao representante da polícia – o delegado –, e um general militar – que ocupa um alto posto no Exército Brasileiro – pode sugerir uma rivalidade entre correntes ideológicas tais como o nacionalismo político e o crescente domínio da presença de empresas multinacionais no espaço da economia brasileira. Essa seria uma análise de consistência que certamente desembocaria para um diálogo com os estudos de história econômica e uma história política atenta às formações de ideologias que suplementam ideias e ações de Estado. Entretanto, preferimos optar por outro trajeto, e perceber quais noções e gestos tipicamente da história cultural se estruturam dentro da narrativa literária abordada. É, pois, o caso da maneira como o delegado conduz o inquérito para a solução do entrave entre o empresário sueco, representando ali seus filhos, e um militar brasileiro de prestígio entre as organizações sociais do país.

As maneiras ácida e autoritária através das quais o delegado se interpõe contra o acusado (de quê?), impõem uma profunda reflexão sobre as representações do uso da autoridade por determinados grupos sociais no Brasil. É clara a preocupação do escritor – mesmo que tal preocupação se revele pelo humor – com a prática autoritária dos agentes militares para a resolução de entretelos sociais, como se pode inferir no uso de expressões tais: “sei como tratar gringos como o senhor”/ “Não sabe que existe uma coisa chamada Exército Brasileiro, que o senhor tem de respeitar?”. A ênfase dada pelo personagem do delegado a uma situação desigual de posse de poder, revela-nos um cenário social brasileiro onde as instituições não são apenas representantes dos

interesses coletivos, mas também, é em nome dessa suposta defesa da coletividade que elas, as instituições, principalmente as de vigilância e defesa, são maiores que os sujeitos em si. Diante desta constatação lembrada e reafirmada por um delegado, restaria ao cidadão, em especial o estrangeiro, cumprir a lei ali no “duro” e se organizar mediante os costumes normatizados. A lembrança da lei, aliás, da “dura lex”, é justamente a recordação da disciplina necessária que rege as relações humanas já que a quebra das práticas disciplinares causaria distúrbios sociais, como o desconforto de ver o carro do general “sacudido” por bolinhas de meia.

Se as práticas culturais de agir mediante o rigor da lei demonstram formas de ação humana na sociedade moderna/contemporânea, é importante destacar quais representações sociais essas práticas procuram materializar e reproduzir em uma escala temporal. Para Sabino, o que prevê formas disciplinares de atuação é a elaboração de um discurso centrado na autoridade. Aqui, esse valor específico se constrói segundo a suposta necessidade de controle sobre as diferenças sociais e a tentativa de harmonizar/normatizar os interesses diversos. A autoridade se torna, então, **autoridades constituídas**, ou seja, uma reprodução discursiva pautada pela legitimidade da existência de instituições que produzem de volta para a comunidade ideais de convivência social e “harmonização” das diferenças. Assim, é sintomático que o delegado profira, impulsionado pelo êxtase de ocupar um cargo autoritário, a seguinte pergunta retórica ao inquirido: “nunca ouviu falar num troço chamado *autoridades constituídas*?”. A ironia do delegado ao se referir a mecanismos e códigos sociais de controle é, para o leitor atento, o prenúncio/indício da forma irônica e sarcástica que ele, o delegado, e sua

instituição, a polícia, serão tratados por Sabino nas linhas finais do conto. Um prenúncio sarcástico porque, como veremos, há uma reviravolta no conto que lança o personagem do delegado em uma situação de desamparo hierárquico mesmo dentro da instituição à qual pertence. E irônico porque seria a última coisa a se pensar, um delegado desguarnecido dentro do ambiente no qual o próprio exerce alta posição de autoridade. Além do mais, é exatamente o aparecimento de um personagem anunciado pela trama nas linhas iniciais que encarna o elemento inovador, assumindo a função de desconstituir ou reposicionar a representação social da autoridade. Reportamo-nos à única personagem feminina do conto de Fernando Sabino, a esposa do sueco e mãe das crianças, que age em defesa do marido quando “atentado” pelo delegado de polícia:

- Era tudo que o senhor tinha a dizer a meu marido?

O delegado olhou-a, espantado com atrevimento.

- Pois então fique sabendo que eu também sei tratar tipos como o senhor. Meu marido não é gringo nem meus filhos são moleques. Se por acaso importunaram o General, ele que viesse falar comigo, pois o senhor também está nos importunando. E fique sabendo que sou brasileira, sou prima de uma Major do Exército, sobrinha de um Coronel, e filha de um General! Morou?

Estarrecido, o delegado só teve força para engolir em seco e balbuciar humildemente:

- Da ativa, minha senhora?

E, ante a confirmação, voltou-se para o escrivão, erguendo os braços, desalentado:

- Da ativa, Motinha. Sai dessa. (MORICONI, op cit., p. 257).

Para Michel Foucault, uma determinada realidade é constituída por disputas discursivas, mecanismos de fala e expressão; e o confronto entre essas operações discursivas é permeado por relações de força, quer dizer, os códigos sociais são compostos por formações linguísticas que guardam em si níveis de composição, e a sua constante reelaboração é realizada para que os embates semânticos desencadeados entre os diversos tipos de saber possam dizer alguma coisa sobre algo ou alguém. Essa rede discursiva que atua sobre os homens, e através deles, cria com frequência códigos de postura, comportamento, ação e designam a participação social, gerando uma verdadeira ramificação complexa dos lugares de dizer e ouvir.<sup>10</sup>

Essa estrutura teórica é importante para compreendermos como no conto analisado a representação da autoridade é reposita e ressignificada. Durante uma primeira etapa da narrativa literária, o valor representado pela noção do autoritário é duplo: esse valor legitima a existência da instituição como pedra sedimentar da organização social e permite aos administradores de tais instituições desqualificarem aqueles que desobedecem a norma e a lei. Na medida em que Fernando Sabino dá voz para

10 Usamos essa interpretação do pensamento foucaultiano como está disposta em ARANHA, Gervácio Batista. A história renovada: a emergência dos novos paradigmas. In: **Saeculum**. João Pessoa, n° 4/5 – jul./dez. 1998/1999. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/11239/6354>. Acesso em: 28 ago. 2014, pags. 43-48.

a esposa do inquirido, ela – de família composta por militares, bem como o vizinho queixoso – valendo-se dos laços familiares redireciona o dispositivo da arbitrariedade e lança-o contra a própria instituição legitimadora do dispositivo usado. Nessa reviravolta incandescente, o autor mineiro intenta a desmoralização do poder autoritário constituído e ataca a estabilidade dos códigos normatizadores. O ataque é um golpe duro no imaginário da superioridade e do poder de mando, ataque vistoso e desmobilizador: “ – Da ativa minha senhora?”/ “E, ante a confirmação, voltou-se para o escrivão, erguendo os braços, **desalentado**”.

Se o leitor deve participar da significação das obras literárias (ECO, 1994), supomos que nossa leitura de *A mulher do vizinho* deve estar pautada sobre o que pensa Daniel Faria (MAGALHÃES, 2006) ao defender o caráter político da escrita literária, que intercede ante o leitor e o induz a revisar e reorganizar suas respectivas formas de existência e comportamento. Uma literatura de ação que possibilite tornar a leitura também ativa e produtora de sentidos, a linguagem estética e os jogos de palavras devem extrapolar os limites da página e intervir nos espaços públicos mediante a socialização da leitura e reposição dos códigos sociais. Tratar assim o discurso literário, equivale a dizer que a ficção não se organiza sob o sistema binário da verdade/falsidade, todavia, organiza-se por meio da possibilidade de ação. A literatura já existe como dimensão real da imaginação e leitura, por outro lado, permanece também como a possibilidade de se converter em ação do homem, em repor o imaginário político, social, artístico e cultural de uma época – isso se não quisermos debater seus modos de materialização/produção e comercialização.

Admitindo nossa posição como leitores do Fernando Sabino, em especial a breve história analisada, é indiscutível que o escritor mineiro enfraquece a constituição da autoridade ao iluminar sua instabilidade e seu uso indevido. Por outro lado, é realmente instigante que dois anos depois da publicação deste conto, o Brasil passaria por uma fase nebulosa capitaneada pelas forças militares, justamente estas que mereceram a ironia, o sarcasmo e o deboche do autor brasileiro. As autoridades constituídas perpetradas como representações sociais cujas práticas de mando e arbitrariedade são comumente entendidas como formas de apropriação de grupos sociais específicos, merecem a continuidade de estudos sobre o assunto agora via outras fontes históricas – os escritos literários, as composições musicais e a ficção cinematográfica – para que, lembrando Roger Chartier, pratiquemos uma história social das interpretações e construamos uma leitura histórica da realidade.

Logo, o esforço para o historiador que dialoga com o objeto e fonte literários é aceitar a produção ficcional como gesto da cultura,<sup>11</sup> que é significado em várias frentes, sejam elas a escrita autoral, as regras institucionais de sua produção, a materialização do texto e sua circulação comercial artística, por fim, a leitura deste gesto de cultura. Teríamos assim, um encontro de vários gestos culturais e sociais que se imbricam e se espalham nos espaços do público e do privado. A recuperação desses gestos, presentes em todas as esferas dinâmicas do real, e a reconstrução histórica dos seus usos sociais se tornam caminhos para a pesquisa historiográfica que se projeta nos estudos de uma História

11 Aprofundar o entendimento de gesto como categoria de uma história cultural em CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

cultural renovada e agregadora. A fonte literária se configura em uma proposta eficiente para a catalogação desses gestos e seus usos, bastando para isso considerarmos a premissa de que a ficção extrapola os limites binários de ordenação do mundo. Deixemos, portanto, de avaliar a literatura sob o signo do falso e pensemos outras estratégias de análise.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Gervácio Batista. A história renovada: a emergência dos novos paradigmas. In: **Saeculum**. João Pessoa, n<sup>o</sup> 4/5 – jul./dez. 1998/1999. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/11239/6354>. Acesso em: 28 ago. 2014.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929 -1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CHALHOUB, Sidney; **Machado de Assis**: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. **A História cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A., 1990.

CHARTIER, Roger. **A História ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de (organizadora). **HISTÓRIA**: questões & debates. Curitiba: Ed. da UFPR, ano 23, n. 44, jan/jun. 2006.

LINHARES, Maria Yedda (organizadora). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MORICONI, Italo (organizador). **Os cem melhores contos brasileiros do século**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

é aberta por textos em torno da temática “história e cultura”. No artigo, “O ensino de História e a cultura”, José Carlos Reis discute o debate sobre as identidades do conhecimento histórico e defende a sua pertinência enquanto saber que se constitui “na contra-mão da filosofia, da ciência, da religião e do senso-comum”. Em “Tempo de Experimento: o ofício do historiador e as novas linguagens” o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior chama a atenção para a necessidade dos historiadores profissionais repensarem suas práticas de pesquisa com as chamadas “novas linguagens” e incorporarem em suas reflexões teórico-metodológicas os desafios que a análise destas novas fontes impõe. O que implica em uma transformação na formação acadêmica e nos modos de produção e divulgação da narrativa histórica. Alexandre Silva de Jesus participa desta coletânea com o artigo “Patrimônio, atualidade e experiência: elementos para um programa” onde reflete sobre o funcionamento político do dispositivo patrimonial ou museal, uma vez que entende que os processos de patrimonialização e musealização se confundem. O texto articula reflexões de Nietzsche, Benjamin e Agamben à problematização da ordem patrimonial moderna. A temática “História e Educação” traz quatro contribuições. Carlos Augusto Lima Ferreira em “Ser Professor de História: da academia a sala de aula, algumas questões formativas” constrói uma reflexão sobre a formação do campo de investigação do ensino de história no país apontando o crescente interesse dos historiadores pela temática bem como as fronteiras e/ou barreiras que os pesquisadores da área precisam vencer para a consolidação da área e interesse tais como as relações hierarquizadas entre o ensino e a pesquisa. Ricardo de Aguiar Pacheco discute no artigo “As representações e práticas sociais associadas à formação de professores: formando o professor profissional” como os modelos de formação de professores se articularam às mudanças nas concepções de educação e de professor no Brasil e nos chama a atenção para os dilemas contemporâneos que afetam a construção da identidade docente atual. Os historiadores Nathalia Cavalcanti da Silva e Lucas Victor Silva participam da coletânea com o artigo “Os fatos históricos valem menos como conhecimento a adquirir do que pelas conclusões de ordem social e econômica que deles podemos tirar” que realiza estudo sobre os conteúdos históricos nos Programas de Educação Primária do Estado de Pernambuco na década de 1930. Encerrando esta seção, Juliana Alves de Andrade busca em seu artigo: “Trabalhadores rurais, camponeses e movimentos sociais rurais nos livros didáticos de História: breves apontamentos para uma reflexão sobre o lugar desses sujeitos na literatura escolar” analisar como obras didáticas de História, no contexto atual, abordam as temáticas Campesinato, Trabalhadores Rurais e Movimentos Sociais Rurais nos livros de história, destinados aos alunos do 3º ano do Ensino Médio. A seção “História, infância e Juventude” traz duas contribuições. O artigo “A poesia como estratégia metodológica na escolarização das jovens privadas de liberdade de Pernambuco” de autoria da historiadora Vera Lúcia Braga de Moura tem por objetivo analisar as estratégias de escolarização das adolescentes privadas de liberdade implementadas pela Secretaria Estadual de Educação nos Centros de Atendimento envolvidos na execução da política, bem como o trabalho desenvolvido no bairro da Iputinga. No segundo texto, Humberto Mota de Moraes discute a trajetória do sistema Funabem/Febem enquanto complexo tutelar voltado para crianças das classes populares. O texto discute a história e as estratégias disciplinares presentes na moradia “Cidade da Cultura” também traz relevantes contribuições para a manifestação carnavalesca pouco estudada pela historiografia do carnaval do Recife e que sofreram significativa oposição ao longo do século XX: as escolas de samba. Em “Intelectuais e tradição: disputas pelos dias de intelectuais em torno da presença das escolas de samba na “terra do frevo””, o autor discute a trajetória profissional em relevantes instituições culturais de São Paulo e a importância da mediação e da participação. No artigo “Entre a lembrança e o esquecimento: Histórias da formação de públicos nas instituições culturais” construiu uma abordagem que articula à História, reflexões de campos como a arte, a museologia, a educação e a arte/educação. Sobre “História e Literatura”, a coleção registra a participação de dois artigos. Em “Memorando para ler o Recife em Manuel Bandeira”, o historiador Flávio Weinstein Teixeira constrói uma releitura sobre três conhecidos poemas do escritor pernambucano dedicados à capital: Evocação do Recife (1925/30), Minha Terra (1948) e Recife (1966). O diálogo entre história e literatura é tema da contribuição do historiador Marcus Vinícius Santana Lima. Em “A mulher do vizinho: um conto de Fernando Sabino”, o autor explora a narrativa literária como fonte para o estudo do Recife na década de 1960. A temática “Ensino de História e as leis 10639/2003 e 11.645/08” traz contribuições dos pesquisadores Edson Silva e Maria da Penha da Silva, que participam deste livro com o artigo “De qual ‘índio’ estamos falando?! Reflexões para o ensino da temática indígena”. Ao longo do texto o leitor tem a sua disposição a denúncia sobre os estereótipos e a ignorância sobre a temática que permanecem no cotidiano escolar mesmo após o advento da Lei 11.645/08 que determina a inclusão do tema História e Culturas dos povos indígenas nos currículos da Educação Básica no Brasil. O artigo ressalta a necessidade de renovação dos livros didáticos brasileiros e finaliza sugerindo princípios para uma abordagem renovada e uma rica lista de contribuições atualizadas sobre a temática disponíveis aos pesquisadores e professores brasileiros. Em “Por uma história a partir dos conceitos: África, cultura negra e lei 10639/2003: reflexões para desconstruir certezas”,IVALDO MARCIANO DE FRANÇA LIMA revisita criticamente a utilização dos conceitos de “afro-brasileiro”, “afrodescendente” e “africano” atualmente conveniados como sinônimos para nomear as populações “não brancas”. Um texto que sugere uma abordagem alternativa para a efetivação da lei 10639/2003 na educação básica brasileira. A temática “História e cidade” traz contribuições sobre violência e relações de gênero no espaço urbano. WELLINGTON DA SILVA recua até o Recife do século XIX para analisar o medo motivado pela criminalidade urbana. A leitura do texto “Cidade, violência e medo: o caso do Recife oitocentista (1840-1880)” nos proporciona, entre outras coisas, a percepção de que, pelo menos, desde meados do Oitocentos o problema da violência urbana e os temores por ela provocados povoam as páginas dos periódicos locais. Ricardo dos Santos Batista colabora, neste livro, com um capítulo sobre os “usos femininos” do espaço urbano de Jacobina, Bahia, em meados do século XX. Em “Mulheres, convenções de gênero e espaço urbano”, o autor reflete sobre as convenções de gênero e sexualidade através das quais se tentava controlar os comportamentos femininos desafiantes das normas vigentes. Sobre a “História e Sertão”, temos debates sobre cultura material e propriedade fundiária. As autoras Kalina Vanderlei Silva, Amanda Isabela A. da Silva, Hortênsia Calado Pedro e Suelane Matos da Silva exploram a riqueza analítica dos inventários e testamentos referentes à capitania de Pernambuco no século XVIII, em especial do acervo do Memorial de Justiça de Pernambuco no que diz respeito às comarcas sertanejas. É o tema do artigo “O Sertão em inventários: cultura material e sociedade na Capitania de Pernambuco no século XVIII” que convida pesquisadores a se debruçarem sobre a documentação ainda pouco consultada. A historiadora Maria Ferreira retoma descobertas de sua tese de doutoramento no artigo “Proprietários, famílias e sociabilidade: notas para uma história da

# Ensino de História e as leis 10.639/2003 e 11.645/2008

# De qual “índio” estamos falando?! Reflexões para o ensino da temática indígena

EDSON SILVA  
Centro de Educação/Colégio de Aplicação UFPE  
Doutor em História Social

MARIA DA PENHA DA SILVA  
SEDUC/PCR

## O “índio”: exotização, folclorização e estereótipos na escola

A escola é uma das instituições responsáveis pela veiculação de muitas ideias, imagens e informações equivocadas a respeito dos índios no Brasil. Ainda é comum que à maioria das escolas, principalmente na Educação Infantil, no dia 19 de abril, quando se comemora o Dia do Índio, em todos os anos ver se repetindo as mesmas práticas: enfeitam as crianças, pintam seus rostos, confeccionam penas de cartolina e as colocam nas suas cabeças. São vestidas com saiotas de papel geralmente verdes, e não faltam os gritos e os cenários com ocas e florestas! Dizem que estão imitando os índios, numa tentativa de homenageá-los! Entretanto, tal homenagem se refere à qual índio? As supostas imitações correspondem às situações dos povos indígenas no Brasil? Como essas imagens ficarão gravadas na memória dos/as estudantes desde tão cedo? Quais serão suas atitudes quando se depararem com os índios reais? Quais as consequências da reprodução dessas desinformações sobre a diversidade étnica existente no nosso país?

O que muitas das vezes aprendemos sobre os índios na escola está associado basicamente às imagens do que é também na maioria dos casos é veiculado pela mídia: um índio genérico, ou seja, se estar vinculado a um povo indígena. Ou ainda com um biótipo de indivíduos habitantes na Região Amazônica e no Xingu. Com cabelos lisos, muitas pinturas corporais e adereços de penas, nus, moradores das florestas e de culturas exóticas, etc. Ou também os diversos grupos étnicos são chamados de “tribos” e assim pensados como primitivos, atrasados. Ou ainda imortalizados pela literatura romântica do Século XIX, como nos livros de José de Alencar, onde são apresentados índios belos e ingênuos, ou valentes guerreiros e ameaçadores canibais, ou seja, bárbaros, bons selvagens ou heróis.

As imagens e discursos que afirmam os indígenas na Amazônia como “puros”, autênticos e “verdadeiros” em oposição aos habitantes em outras regiões do país, principalmente nas mais antigas da colonização portuguesa, a exemplo do Nordeste, se baseiam em uma ideia equivocada de culturas melhores, superiores ou inferiores. Quando as pesquisas antropológicas afirmam que as culturas são dinâmicas e apenas diferentes e mais do que isso: são resultados das relações históricas entre os diferentes grupos humanos. Ou seja, para melhor se compreender os atuais povos indígenas no Nordeste, é necessário compreender a história das relações socioculturais decorridas dos mais de 500 anos de colonização na Região.

Se por um lado, em razão da ignorância e do desconhecimento, tais discursos e imagens equivocadas sobre uma suposta “pureza” dos grupos indígenas existem até mesmo na Amazônia, por outro, mesmo naquela Região são utilizados “pré-conceitos”

e discursos perversos para negar as identidades indígenas. A exemplo dos grandes latifundiários, madeireiras, empresas de mineração privadas e até públicas, grandes projetos governamentais para construções de barragens e hidrelétricas e demais interessados nas terras dos povos indígenas. Portanto, negar as identidades dos povos indígenas é a condição para omitir seus direitos, principalmente aos seus territórios.

Na Amazônia e também no Nordeste é comum ainda o uso da expressão “caboclo” para se referir as populações de origens indígenas. Na Região Nordeste, sobretudo após a Lei de Terras de 1850 que determinou os registros cartoriais das propriedades e definiram as terras públicas que poderiam ser vendidas em leilões, os senhores de engenho no litoral, os fazendeiros no interior, os tradicionais invasores das terras dos antigos aldeamentos indígenas bem como as autoridades que possuíam interesses comuns, sistematicamente afirmaram que os índios estavam “confundidos com a massa da população” e por esse motivo não existiam razões para continuidade dos aldeamentos.

Os habitantes dos lugares onde existiram antigos aldeamentos passaram então a serem chamados de “caboclos”, condição essa muitas vezes assumida pelos indígenas para esconder a identidade étnica diante das inúmeras perseguições. A essas populações foram dedicados estudos sobre seus hábitos e costumes, considerados exóticos, suas danças e manifestações folclóricas, consideradas em vias de extinção. Como também aparecerem nas publicações de escritores regionais, cronistas e memorialistas municipais que exaltam de forma idílica a contribuição indígena nas origens e formação social de cidades do interior do Nordeste.

A imagem do “caboclo” aparece em obras literárias sobre fatos pitorescos, recordações, “estórias” contadas nas regiões do interior nordestino. Como personagens típicos e curiosos que buscavam se adaptar às novas situações de sem-terra, vagando em busca de trabalho para sobrevivência. Escritores renomados, intelectuais e pesquisadores como Gilberto Freyre, Raquel de Queiroz, Câmara Cascudo, José Lins Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado, só para citar alguns dentre os mais conhecidos, em seus livros afirmaram o desaparecimento dos índios com a mestiçagem. E quando se referiram em seus escritos aos indígenas se remetiam a um passado idílico e omitiram a presença indígena contemporânea no Nordeste.

Outra ideia equivocada é pensar e afirmar que os índios apenas participaram da formação do Brasil, como se eles estiveram presentes somente no momento inicial da colonização portuguesa na fundação do nosso país, e assim negando que os povos indígenas estão presentes ao longo da História do Brasil.

A legislação educacional em vigor reconhece e garante que as crianças indígenas tenham direito ao ensino específico, diferenciando, intercultural, e bilíngue quando for o caso, do 1º ao 5º ano nas escolas das aldeias. Como são poucas aldeias que possuem escolas para os anos seguintes de estudos, os indígenas que desejam continuar estudando precisam ir para as escolas das cidades próximas aos aldeamentos. No geral, além de enfrentarem os preconceitos por serem índios, nas escolas das cidades se deparam com as citadas visões e imagens sobre os índios citadas acima.

## **Livros e textos didáticos: negando as sociodiversidades indígenas**

Os subsídios e livros didáticos usados nas escolas públicas e privadas, em geral trazem em seus textos e imagens, informações desatualizadas e deturpadas sobre “os índios”, contribuindo assim para a continuidade dos preconceitos e discriminações contra indivíduos e povos indígenas.

Percebemos que após a Lei 11.645/08 que determinou a inclusão do tema História e Culturas dos povos indígenas nos currículos das escolas da Educação Básica no Brasil, algumas coleções de livros didáticos para o Ensino Fundamental têm introduzido com frequência, conteúdos referentes a esse tema. Todavia, são recorrentes os equívocos nas formas de abordagens e também no uso de conceitos superados pelas atuais pesquisas sobre a História do Brasil. Mesmo quando alguns textos trazem informações gerais sobre o reconhecimento da diversidade étnico cultural desses povos, não situa sua localização geográfica, que é um fator primordial que os diferem uns dos outros. Como também usam imagens para ilustrar que esconde essa diferença.

Um exemplo é a coleção de livros de *História Aprendendo Sempre*, da Editora Ática, distribuído pelo o Programa Nacional do Livro Didático/PNLD para atender os anos letivos de 2010 a 2012. Esse livro foi distribuído em diversas regiões do país, inclusive no Nordeste, entretanto não trouxe nenhuma informação sobre os povos indígenas apresentados. Nos citados livros, as imagens apresentam índios/as com o estereótipo dos povos da região amazônica ou do Xingu, indivíduos seminus, portando arco e flecha, pena na cabeça. Como tal ilustração está posta na capa do livro, essa será a primeira impressão que as crianças e

professores/as terão sobre os índios ao manipularem esse subsídio didático. Além de que pode servir de instrumento para reforçar a ideia do índio genérico veiculada pelas produções televisivas e cinematográficas.

Outra ilustração acompanha um poema que concluiu uma Unidade Didática intitulada por “Como aprendemos”, onde os conteúdos dão ênfase à aprendizagem a partir da convivência social com diferentes sujeitos e espaços (com a família, com os/as amigos/as, e na escola). Todavia, há um item específico sobre a forma de aprender das crianças indígenas: “Como as crianças indígenas aprendem”. Além de o texto e a imagem não indicarem de qual grupo étnico está se tratando, a imagem mais uma vez reforça uma ideia genérica sobre as formas de moradias, as formas de se vestirem, as práticas de trabalhos e da produção de cerâmica como utensílios domésticos e a transmissão oral do conhecimento das populações indígenas.

Um aspecto importante é que em nenhum momento há referência à escola como um espaço frequentado pelas crianças indígenas. O que pode levar os/as estudantes que tiverem acesso a esse livro, pensarem que todos/as índios moram nas florestas e em ocas, não estudam, e que a única forma de aprendizagem é pela observação das atividades desenvolvidas pelos mais velhos e pela oralidade.

Não só as coleções didáticas destinadas a todas as regiões do nosso país continuam romantizando a ideia que se tem sobre “o índio”. Analisamos também o livro *História de Pernambuco*, que é destinado aos estudantes do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, distribuído pelo PNLD, para atender aos anos letivos de 2010 a 2012. Observamos que esse material fez uma

abordagem enfatizando a história colonial, explorando a ideia da mestiçagem defendida por Gilberto Freyre e pouco se referiu à história e as expressões socioculturais dos atuais povos indígenas que habitam no referido estado. O livro trás uma breve menção apenas a dois povos indígenas e exibe um mapa com dados desatualizados.

Quando o autor se referiu aos índios no período colonial, utilizou trechos da Carta de Pero Vaz de Caminha. O que nos chamou atenção no texto verbal e na imagem, foi a versão romantizada do encontro dos invasores europeus com os nativos, as expressões de contentamento e harmonia nos rostos dos personagens, reforçando a ideia de índio ingênuo ou bobo. Além de omitir os processos de brutais violências que vivenciaram os povos indígenas diante das invasões coloniais.

Além dos equívocos nos subsídios didáticos, prevalece o racismo institucional. Ou seja, professores, gestores, coordenadores pedagógicos, educadores de uma forma em geral, pessoas que ocupam cargos nas secretarias de Educação, quando o assunto são os índios não raro fazem piadas. Expressam preconceitos com afirmações do tipo “programa de índio”, “isso é coisa de índio” ou “índio tem que morar na oca”. São expressões que refletem a ignorância sobre a diversidade étnica no Brasil e nos vários países da América, resultando em preconceitos e discriminações contra os povos indígenas.

Combater os preconceitos somente é possível com o respeito e, sobretudo, com o (re)conhecimento das diferenças socioculturais. Os povos indígenas com seus saberes milenares oferecem vários exemplos da comunhão necessária e vital para o gênero humano e as demais espécies.

Todavia, se faz necessário ter presente que tratar dos grupos que se convencionou chamar-se genericamente de “índios” é estar em uma situação parecida ao olhar um caleidoscópio: são povos em suas múltiplas expressões socioculturais, diversos entre si e diferentes de nossa sociedade. Pensar os povos indígenas, portanto, é pensar sempre nas sociodiversidades indígenas, ou seja, em experiências plurais e diferenciadas. E suas experiências sociohistóricas os povos indígenas têm muito a nos ensinar diante da doença que são os preconceitos em suas várias formas.

### **A mestiçagem como negação das sociodiversidades indígenas**

No âmbito da Educação, como nos debates em geral sobre o reconhecimento e respeito às sociodiversidades e as diferentes expressões étnico-raciais no Brasil contemporâneo, exigem um repensar sobre a História do país, discussões sobre a chamada “formação” da sociedade brasileira e da “identidade nacional”. A respeito da existência de uma suposta “cultura brasileira”, “nordestina”, “sertaneja” “pernambucana”, etc. A problematização das ideias e concepções a respeito da “mestiçagem”, do lugar dos índios, negros e outras minorias que formam a grande maioria da população em nosso país.

A concepção e afirmação de uma identidade, de uma cultura nacional no Brasil remontam ao Século XIX. Em meados daquele século, quando ainda não tínhamos universidades públicas no Brasil, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), sediado no Rio de Janeiro a Capital do Império, reunia os “homens de ciência” que formava a elite pensante do país.

O IHGB promoveu em 1843 o concurso “Como se deve escrever a História do Brasil”, que foi vencedor o alemão Karl von Martius que com o seu compatriota Johann von Spix, viajaram em uma expedição científica por todo Brasil entre 1817 a 1820. Na sua proposta sobre a escrita da História do Brasil, o naturalista Von Martius salientou a importância do índio, o negro e branco português na formação histórica do país, todavia ressaltando a maior relevância do colonizador pela sua responsabilidade civilizatória. A ênfase nas relações das três raças configurava-se na defesa da mestiçagem, ideia que foi posteriormente retomada por vários pensadores sobre o Brasil.

No pensamento literário, ainda que no Romantismo o índio foi eleito símbolo da identidade nacional, expressa, por exemplo, nas conhecidas obras indianistas de José de Alencar: *O guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874) tratou-se de um índio idealizado, exótico e genérico. No final do Romantismo a produção literária brasileira pouco a pouco passou a exaltar a mestiçagem e com isso o índio foi sendo deixado de lado.

O romance *O sertanejo* (1875), situa-se no conjunto da literatura regionalista de Alencar, em que o autor escreveu um romance temático para cada região do Brasil. Nesse romance, o personagem principal do enredo é Arnaldo, apresentado como homem arreado, porém bom, simples e servidor primeiro vaqueiro de uma fazenda no interior do Ceará. Figura excepcional e misteriosa, com o pleno conhecimento e domínio da Natureza, tendo o hábito de dormir no alto de árvores na mata, cercado de animais selvagens, sabendo distingui-los como ninguém.

Pelas características de Arnaldo descritas por Alencar, pode-se atribuí-las o de um indígena que carregando as peculiaridades

de sua condição convive integrado ao mundo social da fazenda onde trabalha. Arnaldo é apresentado como submisso ao seu senhor e patrão. A sua submissão é o preço do seu reconhecimento. Para a Alencar, a passividade é o preço da integração de Arnaldo no mundo dos colonizadores que negavam a sua identidade indígena. Tantas estas imagens acerca dos indígenas, como as expressadas nas pinturas dos naturalistas viajantes no século XIX, foram incorporadas ao imaginário coletivo do país na época, e posteriormente reproduzido nos manuais didáticos. (SILVA, 1995, p.26-27).

Com o Realismo/Naturalismo nas últimas décadas do Século XIX a ideia da mestiçagem como explicação do Brasil reafirmada. O livro *O mulato* (1881) de Aluísio de Azevedo, por seu título expressa a concepção da mestiçagem. Na ascensão da literatura realista e naturalista influenciada pelos pressupostos raciais deterministas, em oposição ao Romantismo e ao indianismo, houve a exaltação das imagens do mestiço e, portanto, as imagens negras e indígenas foram deixadas de lado nos escritos literários. Sílvio Romero em sua *História da Literatura Brasileira*, que começou a ser publicada no início da última década do Século XIX, escreveu: “O mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional”. (ROMERO, 1980, p.120). Para Sílvio Romero a História do Brasil era uma história da mestiçagem. A mestiçagem que seria superada pelo embranquecimento do português preponderante.

A ideia da mestiçagem com explicação do Brasil que se consolidava no final do Século XIX foi retomada no século seguinte. Ao participar representando o Brasil do Congresso Universal das Raças realizado na cidade de Londres em 1911, o cientista João

Baptista de Lacerda, pesquisador do Museu Nacional no Rio de Janeiro, exaltou a mestiçagem brasileira e defendeu a imigração para o embranquecimento do país e a extinção da raça negra (SCHWARCZ, 2011), assim como fizera Sílvio Romero.

Com o Modernismo, a partir da Semana de Arte de 1922. Na obra mais conhecida desse movimento, o livro *Macunaíma* de Mário de Andrade publicado em 1928, o herói Macunaíma foi apresentado como a síntese da mestiçagem, louvado como símbolo da identidade cultural brasileira nas disputas com a invasão cultural estrangeira.

Na Década de 1930 ocorreram várias e significativas mudanças socioculturais no Brasil, como a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a industrialização crescente no Sudeste com o consequente enriquecimento e aparecimento da classe média urbana, o início das migrações do campo para as cidades principalmente o “Sul maravilha” (São Paulo). Provocando também mudanças na configuração sociocultural do país. Alguns autores afirmam ter ocorrido nesse período um redescobrimto, uma refundação do Brasil. Nesse contexto sociopolítico, a História do país foi discutida e concepções revistas na afirmação de uma identidade sociocultural para o país.

É desse período a publicação dos conhecidos livros *Casa grande & senzala* (1933) de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda e ainda *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) de Caio Prado Jr. Esses autores ao discutirem “as raízes” e “a formação” do Brasil em sintonia com aquele momento sociopolítico buscavam além de explicar o passado, apontar um projeto de futuro para o país. Explicações onde uma identidade nacional, a identidade brasileira,

notadamente em *Casa grande & senzala*, era resultado de uma conformidade mestiça.

O nacionalismo e o desenvolvimentismo foram a tônica anos seguintes, inclusive expressos pela Ditadura Civil-Militar. Com seus arroubos nacionalistas a Ditadura Civil-Militar que se instalou no Brasil em 1964, interessou também sobremaneira a exaltação de um país com a identidade única caminhando a passos largos para o desenvolvimento. Progresso e unidade cultural do gigante país verde e amarelo eram temas indissociáveis nos discursos dos defensores da nação brasileira.

O discurso da monocultura nacional foi também defendido pelas esquerdas em seus projetos políticos de oposição a Ditadura. O antropólogo, escritor e educador Darcy Ribeiro, que se dizia um político apaixonado pelo Brasil, foi um exemplo disso. Darcy foi um dos últimos autores que buscou formular uma explicação, uma síntese, uma teoria geral, para a História do Brasil, por meio de seus vários livros, entrevista e romances, publicados durante e depois do fim da Ditadura.

A ideia de um Brasil moderno formado por uma macroetnia, foi retomada e advogada pelo antropólogo no livro *O povo brasileiro*, segundo o autor a síntese de sua “teoria de Brasil”. Nesse livro publicado em 1995, Darcy mais uma vez enfatizou a sua defesa do mulato, como símbolo do Brasil e síntese da fusão das diferentes expressões socioculturais no país.

Os méritos de Darcy Ribeiro decorrem de ter sido ele o primeiro autor que discutiu o “problema indígena” de uma forma ampla, e por sua explícita posição política em denunciar as opressões sobre os índios na História do Brasil, o que tornou as ideias do antropólogo bastante conhecidas. A obra *Os índios e*

*a civilização*, livro com várias edições, por sua quantidade de informações e sistematização de dados “continua a ser uma peça insubstituível, referência obrigatória para qualquer apreciação global da população indígena brasileira” (OLIVEIRA, 2001, p.421). Além de ter sido traduzido para outras línguas, adotado nos cursos de Ciências Sociais no Brasil, formando uma geração de estudantes, foi também lido por profissionais de outras áreas e pelo público em geral. As ideias de Darcy Ribeiro contidas nesse e outros livros do autor que discutem o Brasil, em muito influenciaram a visão de outros estudiosos e o senso comum sobre os índios, às expressões socioculturais do país.

As ideias de uma identidade e cultura nacional foram afirmadas em grandes narrativas que em muito escondem as diferenças, sejam de classes sociais, gênero e étnicas ao buscar uniformizá-las. Negando ou amenizando também os processos históricos marcados pelas violências de grupos politicamente hegemônicos. Negando ou ainda omitindo as violências sobre grupos subalternos, a exemplo de povos indígenas e os oriundos da África, que foram submetidos a viverem em ambientes coloniais. Observemos ainda que as identidades nacionais além de serem fortemente marcadas pelo etnocentrismo são também pelo sexismo: se diz o mulato, o mestiço, o pernambucano, acentuando-se o gênero masculino.

Faz-se necessário, portanto, problematizar as ideias e afirmações de identidades generalizantes como a mestiçagem no Brasil, um discurso para, negar, desprezar e suprimir a sociodiversidade no país. Afirmar os direitos as diferenças é, pois, questionar o discurso da mestiçagem como identidade nacional usado para esconder a história de índios/as e negros/as na História do Brasil.

## Novas pesquisas, outros olhares

As reflexões sobre os povos indígenas em nosso país na atualidade, ocorrem a partir de novas pesquisas, o que nos possibilita compreender melhor a diversidade étnica presente no Brasil. Muito diferente da maioria dos estudos anteriores à década de 1980, a exemplo do conhecido livro *Os índios e a civilização* de Darcy Ribeiro, que enfatizavam uma história de vitimização dos índios e baseados na ideia da mestiçagem, anunciavam o desaparecimento dos povos indígenas, principalmente os que habitam nas regiões mais antigas da colonização portuguesa, a exemplo do Nordeste. Atualmente o discurso sobre o fim dos índios foi superado, pelos estudos que discutem as diferentes formas de resistências e mobilizações dos povos indígenas como sujeitos atuantes na sociedade brasileira. Nesse sentido, devemos mencionar dentre outras, a importante contribuição das pesquisas realizadas pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional/UFRJ) e de um grupo de estudiosos, com muitas publicações a respeito do assunto, principalmente com novos olhares sobre os índios no Nordeste.

As novas abordagens acadêmicas, juntamente com as mobilizações sociopolíticas dos povos indígenas e os movimentos sociais, provocaram a elaboração de políticas públicas que beneficiaram os indígenas, resultando na conquista e garantia de direitos sociais específicos aprovados na Constituição Federal de 1988 e em vigor.

Destacando no Art. 231 que afirma: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente

ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Com reconhecimento dos direitos as terras onde habitam indígenas, a Lei maior do nosso país apontou também para a necessidade de um atendimento à saúde e uma educação escolar diferenciada para as crianças indígenas, dando início ao movimento pela Educação Intercultural ou bilíngue, como forma de valorização sociocultural e respeito às diferenças étnicas.

Contudo, o distanciamento existente entre os resultados das pesquisas acadêmicas e a difusão desses novos estudos para os demais setores da sociedade, tem efeito sobre as relações sociais, econômicas e políticas na nossa sociedade e para os povos indígenas.

Os índios no Nordeste são muito discriminados. Afora as perseguições dos invasores de suas terras que negam a identidade indígena, fomentando a ideia que só é índio aquele indivíduo que sempre usa o cocar, e que por usar roupas jeans ou usufruir dos atuais equipamentos eletrônicos disponíveis em nossa sociedade estar aculturado, ou seja, “deixou de ser índio”. Tal ideia expressa muito bem os equívocos, as desinformações e os preconceitos contra os índios no Nordeste.

Trata-se de um grande equívoco pensar os índios congelados no tempo, que não vivenciam, como todos os grupos humanos, processos de mudanças socioculturais. É ainda uma profunda contradição da nossa sociedade que por um lado com uma visão romântica considera puros os índios selvagens, embora os chamando de bárbaros e, por outro lado, se participam do convívio conosco afirma-se que não são mais índios! Uma visão esquizofrênica?!

As pesquisas recentes sobre os povos indígenas nas áreas mais antigas de colonização europeia, a exemplo do Nordeste, demonstram que a cultura dos chamados “índios misturados” não pode ser mais vista a partir das perdas. Mas, sim, como expressão das relações sociohistóricas de diferentes atores do mundo colonial (índios, missionários, soldados, governantes, fazendeiros, entre outros) interagindo, local e globalmente, desde as disputas pelas terras às várias influências políticas, no espaço público ou mais próximo, nas articulações, nas alianças e nas organizações socioculturais indígenas.

Os povos indígenas no Nordeste afirmam uma herança sociocultural, a partir da reelaboração de símbolos, de tradições, muitas das quais apropriadas no processo da colonização e relidas pelos horizontes indígenas, em contextos de disputas pela terra, pela conquista e garantia de seus direitos sociais como a educação e saúde diferenciadas.

### **Estudando a temática indígena na escola: algumas sugestões e indicações**

A Lei 11.645/08 modificou o Artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB, determinando a inclusão de conteúdos sobre a temática indígena no currículo da Educação Básica das escolas públicas e privadas. Se antes o assunto era visto apenas como um tema transversal, após a citada alteração, passou a ser obrigatório o ensino sobre a História e as Culturas dos povos indígenas no Brasil. Sobre tal obrigatoriedade, a Prof.<sup>a</sup> Maria Aparecida Bergamaschi (UFRGS), fez um questionamento importante: o que justifica uma lei para obrigar a inclusão de

conteúdos sobre a História e as expressões socioculturais indígenas no currículo escolar da Educação Básica? Tal justificativa reside nas práticas escolares mencionadas no início desse texto, pois a temática indígena sempre foi relegada no currículo escolar, ou quando era tratada ocorria de forma a valorizar a cultura europeia como superior, tida como o berço da civilização em relação às demais sociedades de outros continentes.

A citada Lei surgiu das mobilizações sociais, pelo reconhecimento que somos um país de muitos rostos, com diferentes expressões socioculturais, étnicas, religiosas, etc. As minorias (maiorias) sejam mulheres, ciganos, pessoas negras, idosas, crianças, portadoras de necessidades especiais, etc. reivindicam o reconhecimento e o respeito aos seus direitos!

É necessário, então, desconstruir as ideias de uma suposta identidade e cultura nacional brasileira. Pois tais perspectivas escondem, negam, ignoram e mascaram as diferenças socioculturais. Afirmar os direitos dessas diferenças é, pois, questionar a ideia da mestiçagem como identidade nacional, usada para esconder a história de índios e negros na História do Brasil.

É necessária ainda a continuidade das mobilizações sociais exigindo das autoridades e do poder público o investimento na formação sobre a temática indígena para os professores que atuam na Educação Básica e nas universidades, além da urgente necessidade de produção de vídeos, subsídios didáticos, textos, etc. sobre os povos indígenas para serem utilizados em sala de aula. Lembrando que tais produções deverão contar com as assessorias de pesquisadores e especialistas no assunto. Deverão também ocorrer mobilizações no sentido da aquisição de acervo destinado as bibliotecas possibilitando o acesso a publicações,

sejam livros, revistas, jornais e fontes de informações e pesquisas sobre os povos indígenas.

Outras ações importantes a serem desenvolvidas: a promoção de momentos de intercâmbios entre os povos indígenas e os estudantes durante o calendário letivo, por meio de visitas previamente preparadas do alunado às aldeias, bem como de indígenas às escolas. Principalmente nos municípios onde habitam povos indígenas, como forma de buscar a superação dos preconceitos e as discriminações.

Todavia, ressaltamos que as visitas não devem se constituir como meras apresentações folclóricas, mas como espaço de diálogos e aprendizagens; discutir e propor o apoio aos povos indígenas, por meio da realização de abaixo-assinados, cartas às autoridades com denúncias e exigências de providências para as violências, assassinatos das lideranças indígenas, etc. Estimulando assim por meio de manifestações coletivas nas escolas e com o público em geral, o apoio às campanhas pela demarcação das terras e garantia dos direitos indígenas.

A implementação da Lei 11.645/08 possibilitará estudar, conhecer, compreender a temática indígena. Superar desinformações, equívocos e a ignorância que resultam em estereótipos e preconceitos sobre esses povos. Reconhecendo, respeitando e apoiando suas reivindicações, conquistas e garantias de seus direitos e em suas diversas expressões socioculturais.

Enfim, a efetivação da citada Lei além de provocar mudanças nas antigas práticas pedagógicas preconceituosas, favorecerá novos olhares para a História e a Sociedade. Se na nossa sociedade a escola tem um papel privilegiado na formação humana, com a efetivação da Lei 11.645 será possível no ambiente escolar conhecer,

respeitar e aprender a conviver com as sociodiversidades. E assim, superar as visões exóticas e folclóricas sobre os índios, contribuindo na formação de cidadãos críticos, possibilitando o reconhecimento das diferentes expressões socioculturais existentes no Brasil, e dos direitos das sociodiversidades dos povos indígenas.

Como concretamente lecionar sobre os povos indígenas, quando é facilmente constatável o desconhecimento que temos sobre os povos indígenas? Como tratar dos povos indígenas se no senso comum e no ambiente escolar permanecem imagens exóticas de índios na Região Norte e no Xingu, considerados portadores de uma suposta cultura pura, em oposição aos indígenas em outras regiões mais antigas da colonização, a exemplo do Nordeste, que tem suas identidades sistematicamente negadas e foram invisibilizados na História?

O ponto de partida para o ensino crítico da temática indígena é pensar sempre na atualidade dos povos indígenas. Ou seja, por meio de usos de mapas para localização dos povos indígenas atuais, desvincular a ideia de um passado colonial onde todos os índios supostamente foram exterminados.

Um segundo ponto é a ênfase nas sociodiversidades indígenas, desmistificando imagens genéricas do “índio”, da “cultura indígena”. Discutir as diferentes expressões socioculturais indígenas no passado e no presente, questionando a clássica dicotomia “Tupi” x “Tapuia”. Uma sugestão é utilizar fotografias para demonstrar a diversidade dos povos indígenas no Brasil.

Um terceiro aspecto a ser estudado, é evidenciar a participação efetiva dos povos indígenas nos diversos momentos históricos ao longo da História do Brasil. Desnaturalizando a ideia equivocada da presença do “índio” apenas na época do

“Descobrimento” ou somente na “formação do Brasil”, problematizando o lugar pensado e o ocupado pelos povos indígenas na História do país.

### **Indicações para o estudo da temática indígena**

Sites:

Índio Educa: <http://www.indioeduca.org>

Site organizado por indígenas estudantes universitários de diferentes etnias, que disponibiliza vários conteúdos sobre história, expressões socioculturais e informações atualizadas, por meio de fotos, vídeos, textos, notícias da imprensa e além de indicar subsídios possui um link “ajudando o professor”, para atender a consultas dos docentes.

<http://temaindigena.blogspot.com>

Esse blog que é mantido por Kalna Teao, Doutoranda em História na UFF/RJ, e como afirmado em sua página inicial, destina-se a difusão da temática indígena em seus vários aspectos culturais, históricos, socioeconômicos e políticos, trazendo sugestões de como discutir conteúdos sobre os povos indígenas nas aulas de: Geografia, Sociologia, Filosofia, Religião, Português, Inglês, Artes, Ciências, Educação Física, Matemática e Física.

*Índios on line:* [www.indiosonline.net](http://www.indiosonline.net)

Mantido por um grupo de indígenas em diferentes aldeias no Brasil, é um portal de diálogo intercultural, facilitando a

informação e a comunicação para os vários povos indígenas e a sociedade em geral, objetivando promover os estudos, as pesquisas e as discussões sobre as expressões socioculturais indígenas para o respeito, valorização e salvaguarda das socio-diversidades indígenas por meio da disponibilização de textos, fotos, vídeos.

*Índios no Nordeste:* [www.indiosnonordeste.com.br](http://www.indiosnonordeste.com.br)

Priorizando a divulgação de informações variadas sobre os povos indígenas no Nordeste brasileiro, este site é mantido por dois pesquisadores e professores universitários que atuam na Região. Além de disponibilizar o acesso a muitos textos históricos, dissertações e teses, possui um link com indicações bibliográficas para professores sobre a temática indígena.

*Instituto Socioambiental:* [www.isa.org.br](http://www.isa.org.br)

Portal que prioriza a Amazônia e promove campanhas sobre as temáticas indígenas e ambientais. Além de várias publicações impressas, disponibiliza um acervo on line com textos, notícias e informações sobre os povos indígenas em todo o Brasil, com links direcionados para o professorado, crianças e adolescentes.

*Conselho Indigenista Missionário/CIMI:* [www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)

Órgão da Igreja Católica Romana no Brasil, com atuação em todas as regiões no apoio à mobilização dos povos indígenas nas reivindicações pelas demarcações de suas terras e reconhecimento de seus direitos, o CIMI publica mensalmente o jornal *Porantim* em sua versão impressa e digital, que traz informações

atualizadas sobre os povos indígenas no Brasil, sendo, portanto, um excelente subsídio para discussões em sala de aula.

Filme: *As caravelas passam* (20 min; disponível na Internet)

Sugestões de leituras:

ALMEIDA, Maria R. C. de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2011. De autoria de uma reconhecida e pesquisadora da UFRJ, esse livro é de fácil leitura com linguagem clara e objetiva. A partir das abordagens e estudos mais recentes traça um panorama/síntese sobre os índios na História do Brasil, sendo, portanto, indicado para docentes, estudantes e interessad@s em conhecer o papel e o lugar ocupado e pelos índios ao longo da história do nosso país.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/Secad/Museu Nacional/UFRJ, 2006. Disponível na Internet, esse livro apresenta, a partir da perspectiva de um indígena, Gersem Baniwa (Doutor em Antropologia e professor na UFAM), um panorama histórico e atual sobre os povos indígenas no Brasil, discutindo temas como diversidade sociocultural, organização sociopolítica, territorialização, cidadania, educação e saúde indígenas.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi; SILVA, Aracy Lopes da. (Orgs.). *A temática indígena na escola*. São Paulo: Global, 2008. Coletânea de textos elaborados por diferentes especialistas que além de discutirem sobre os povos indígenas na História do Brasil, oferecem subsídios para formação de professor@s

possibilitando novas práticas pedagógicas que superem visões estereotipadas sobre os povos indígenas.

Revistas:

*Revista Historien*: [www.revistahistorien.com](http://www.revistahistorien.com) (edição temática nº 7, ano IV, mai.-nov./2012).

*Revista História Hoje*: [www.anpuh.org/revistahistoria/public](http://www.anpuh.org/revistahistoria/public) (v. 1, n. 2 (2012))

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria R. C. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2010.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília, MEC/Secad/Museu Nacional/UFRJ, 2006.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Povos indígenas e o Ensino de História: a Lei nº 11.645/2008 como caminho para a interculturalidade. In: BARROSO, Vera L. M; BERGAMASCHI, M. A; PEREIRA, N. M; GEDOZ, S. T; PADRÓS, E. S. (Orgs.). *Ensino de História: desafios contemporâneos*. Porto Alegre, EST/Exclamações/ANPUH/RS. 2010, p.151-166.

CANDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 5ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1975. (Vol.1).

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

GOMES, Nilma L. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/2003. In, MOREIRA, Antonio F;

CANDAU, Vera M. *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. 2ª ed. Petrópolis/RJ, Vozes, 2008, p.67-89.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3ª ed. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2011.

OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2004.

OLIVEIRA, João P. de. Darcy Ribeiro: os índios e a civilização. In: MOTA, D. Leonardo. (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo, SENAC, 2001. v. 2, p.405-422.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi; SILVA, Aracy Lopes da. (Orgs.). *A temática indígena na escola*. São Paulo, Global, 2008.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 4ª ed. Petrópolis/RJ, Vozes, 1982. (a primeira edição brasileira foi publicada em 1970).

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 7ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, Brasília, INL, 1980.

SCHWARCZ. Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011, p. 225-242.

SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. (Orgs.). *A temática indígena na escola: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008*. Recife, EDUFPE, 2013.

SILVA, Edson. Dia do Índio: a folclorização da temática indígena na escola. *Construir Notícias*, v. 72, p. 35-41, 2013.

SILVA, Edson. Os povos indígenas e o ensino: reconhecendo as socio-diversidades nos currículos com a Lei 11.645. In: Adriana Rosa; Natália

Barros. (Orgs.). *Ensino e pesquisa na Educação Básica: abordagens teóricas e metodológicas*. Recife/PE, EDUFPE, 2012, p. 75-87.

SILVA, Edson. História e diversidades: os direitos às diferenças. Questionando Chico Buarque, Tom Zé, Lenine... In: MOREIRA, Harley Abrantes. (Org.). *Africanidades: repensando identidades, discursos e o ensino de História da África*. Recife, Livro Rápido/UPE, 2012, p. 11-37.

SILVA, Edson. *Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988*. 2008, 299f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2008.

SILVA, Maria da Penha da. A temática indígena no currículo escolar à luz da Lei 11.645/2008. *Cadernos de Pesquisas*, São Luís, v. 17, n. 2, maio/ago. 2010, p. 39-47.

SILVA, Maria da Penha da. A presença dos povos indígenas nos subsídios didáticos: leitura crítica sobre as abordagens das imagens e textos impressos. *Minemosine*, v. 1, p. 268-290, 2010.

SOUZA, Ricardo L. de. *Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre*. Belo Horizonte, Autêntica, 2007.

TEIXEIRA, F. M. P. *História: Pernambuco*. 2ª ed. São Paulo, Ática, 2010, (vol. 4º ou 5º ano).

VESENTINI, J. W. *Coleção aprendendo sempre História*. São Paulo, Ática, 2010, (vols. 3 e 4).

## **Por uma história a partir dos conceitos: África, cultura negra e lei 10639/2003. Reflexões para desconstruir certezas.**

IVALDO MARCIANO DE FRANÇA LIMA  
Universidade do Estado da Bahia  
Departamento de Educação

Este trabalho versa sobre questões que são complexas, por envolverem elementos relacionados com a emoção e a paixão, e ao mesmo tempo simples, por estarem diretamente envolvidos com as formas pelas quais lidamos com o cotidiano, ou, em outras palavras, com os termos que usamos para decifrar/ traduzir/ compreender os fenômenos das práticas e costumes culturais. Nos dias atuais tem se tornado terreno árido pensar sobre as categorias com as quais lidamos para nos referirmos aos homens e mulheres “não brancos” em nosso país. Mais ainda quando o objeto em questão diz respeito à fé e ao sagrado. Estes elementos, passíveis de serem interpretados como construções humanas, geralmente são envolvidos em auras de objetos inatingíveis ao debate, pesquisa e discussão. Há terreno proibido para o pensamento?

Tomei a coragem de voltar à discussão sobre algumas destas questões após a apresentação de uma comunicação intitulada “História da África, História da cultura negra brasileira: questões, encontros e desencontros”, durante o X Encontro de História da

ANPUH de Pernambuco, realizada em fins de julho na bela cidade de Petrolina, no campus local da Universidade de Pernambuco.

Ao afirmar, perante uma sala com não mais do que vinte pessoas, em sua maioria estudantes de graduação, no Simpósio temático organizado por mim e pelo Professor Wellington Barbosa, observei algumas faces indignadas com minhas palavras, algumas destas transformadas em protestos e palavras nada gentis. O que proferi nesta ocasião para causar tamanha indignação? Bem, afirmei que a história dos negros brasileiros, bem como suas práticas e costumes não podem e não devem ser interpretados como parte da história da África. Deixei claro também que tinha muitas dúvidas em analisar as relações raciais no Brasil sob o prisma das categorias baseadas na bipolaridade, ou seja, negros e brancos, assim como não conseguia entender um sem número de estudos que enxergava nas manifestações culturais brasileiras meras sobrevivências, ou transposições acríticas do continente africano. Também deixei claro que não consigo enxergar homogeneidades na África, e que por mais que venha tentando, não encontro nada que seja universal em termos de práticas e costumes entre os povos do outro lado do Atlântico. Também afirmei que as relações de descendências não podem ser jogadas no fosso da essencialização e da natureza. Ou seja, não creio que um homem, apenas por ter a cor de sua pele escura, possa ser transformado em imediato num descendente do continente africano.

Enfim, fui interpelado por uma bela jovem, presente na sala em questão, que me fez a clássica pergunta: “por que historicizar estas questões, se com elas, nós negros e negras tivemos tantos ganhos e conquistas”? Enfim, conforme afirmei no início, tomei a coragem de retornar a algumas questões como forma

de recolocar em debate conceitos e termos que eu creio serem fundamentais para os historiadores que lidam com práticas e costumes. Diante de tantas incertezas trazidas com os ventos da pós-modernidade, parece-me que algumas áreas do conhecimento existentes nas ciências humanas ainda permanecem pautadas em dogmas, difíceis de serem questionados, e por que não dizer, enfrentados. Analisar os conceitos de “afro-brasileiro”, “afrodescendente” e “africano”, de certa forma consagrados como sinônimos para nomear os “não brancos” é tarefa por demais complexa, para não dizer difícil.

Estes conceitos (ou palavras) se tornaram corriqueiras entre diferentes estudiosos, e estão presentes na imensa maioria dos trabalhos que versam sobre religiões e manifestações culturais praticadas pelo que hoje denominamos por homens negros e mulheres negras. Foram construídas, nesse processo, como suportes para a compreensão de que todo negro é, invariavelmente, descendente dos homens e mulheres “trazidos” para o “novo mundo” sob a condição de escravos. Em outras palavras, todo ‘negro’, mesmo que tenha nascido neste país e seja parte de uma família que por aqui se encontre há várias gerações, será invariavelmente nomeado como “descendente de africanos”. Esta compreensão é um dos muitos tabus com os quais me deparo, e entabular estas questões é praticamente tocar em feridas ainda não cicatrizadas, e submeter-se a debates que de certa forma ainda são fortemente influenciados pelos movimentos sociais. Todo negro é descendente de africanos? Aliás, as relações de identidade e/ou de descendência só podem ser compreendidas sob o advento da genética? Estamos então diante de uma ditadura da Biologia por sobre as ciências humanas?

Nesse mesmo bojo incluo a lei 10639/2003, que é sempre discutida sob a perspectiva da mesma não estar sendo cumprida a contento, ou de que ela se constitui em uma conquista dos negros e negras deste país, e etc. Mas, em nenhum momento identifico discussões a respeito dos seus limites, ou dos contextos e contornos que cercam sua criação e implementação. A análise destes temas é quase sempre envolta sob o signo dos tabus. Trata-se de temas proibidos ao debate ou a reflexão? Ou estamos às voltas com problemas da ordem do inconsciente e de identidades pautadas em questões políticas que impedem a discussão de determinados temas? Afinal de contas, o conhecimento e a pesquisa devem estar invariavelmente, submetidos à política e aos movimentos sociais?

Devo insistir que tanto os conceitos, como as leis precisam, quase sempre, serem submetidos a análises que nos tragam certezas de seus significados. Não posso, entretanto, jogar no mesmo fosso as leis e os conceitos. Quanto a estes últimos, estou me referindo às ideias utilizadas para entender determinados fenômenos e realidades. Estes conceitos são os melhores ou os mais apropriados para traduzirem dadas realidades e fatos colocados diante dos historiadores, cientistas sociais e estudiosos de modo geral? Revolução, religião, raça e classe social não são apenas nomes. Brasileiro, ou africano, nesse sentido, estão muito além de serem simples adjetivos pátrios. São, neste sentido, conceitos que servem para traduzir fenômenos. Devem, portanto, serem submetidos aos processos de análise, e não serem apropriados como verdades universais, tomados como ferramentas possíveis de serem usados para todo e qualquer contexto.

Em relação às leis, devem ser entendidas como regras, normas que permitem viver em sociedade, dirimindo conflitos entre

os homens e mulheres que possuem diferenças de classes, gêneros, religiões, orientações sexuais, descendências, raças, pontos de vista, concepções de mundo, e etc. E observem bem, prezado leitor e dileta leitora, referi-me a nomes que servem para que compreendamos determinadas circunstâncias e realidades, mas que nada mais são do que construções, invenções. Só existem por que foram construídas, a não ser que estejamos transferindo aquilo que é da cultura para a natureza. Bem, ainda sobre as leis, estas devem impor, no dizer de alguns cientistas políticos, as regras que estabeleçam o convívio com as diferenças, sejam elas quais sejam.

A questão que me pergunto é: será que o uso dos conceitos acima colocados (afro-brasileiro, afrodescendente, africano) nos permite entender os fenômenos relacionados às religiões, práticas, costumes culturais ou a história do continente africano? Pode-se pensar que a história do candomblé baiano, ou do maracatu pernambucano, se constitui em história da África? Aliás, é possível pensar que há uma relação intrínseca entre a cor da pele e a descendência, pensada unicamente numa perspectiva biológica, que nos permite afirmar serem todos os negros e negras deste país descendentes dos africanos que para aqui foram trazidos como escravos? Ou esta não é uma relação que deva ser pensada no campo da biologia e da genética, mas tão somente no campo da cultura? E a propósito, todos os negros e negras deste país se vêem como descendentes de africanos? E se por acaso a resposta seja positiva, não seria tal relação uma construção histórica? Para uma melhor compreensão dos conceitos, remeterei o leitor e a leitora às palavras de Koselleck, para melhor entendimento a respeito da questão que trago nestas linhas:

Foi preciso aprofundar a especialização da análise de conceitos a fim de evitar que a especificidade de seu método fosse identificada, de maneira precipitada, com questões de caráter social e histórico, relacionadas a conteúdos extralingüísticos. Certamente é possível desenvolver uma história da língua concebida como história social. No entanto, a história dos conceitos é delimitada de modo mais rigoroso. A especialização metodológica da história dos conceitos, os quais se expressam por palavras, requer um fundamento que possa diferenciar as expressões “conceito” e “palavra”. Ainda que o “significado” (conceito) e “coisa” seja usado em suas mais diferentes variantes, no campo das ciências históricas existe, do ponto de vista pragmático, uma diferença sutil: a terminologia social e política da língua que se examina conhece uma série de expressões que, por causa da exegese da crítica de fontes, podem ser caracterizadas como conceitos. Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político (KOSELLECK, 2006, p. 108).

A discussão acima, encetada por Reinhart Koselleck, sinaliza para que os historiadores e estudiosos em geral estabeleçam em seus trabalhos um maior cuidado com o uso dos conceitos, sobretudo quando estes são tomados sem uma reflexão apurada. Nem sempre a palavra pode ser tomada como um conceito. E nada melhor do que tomar apoio nos trabalhos de Koselleck, célebre estudioso dos conceitos, para mostrar que minhas reflexões não são desprovidas de sentido. Esta discussão, sem dúvida, se aplica ao presente caso que venho discutindo desde o início destas linhas, sobretudo quando me refiro aos conceitos que estão ligados aos textos sobre práticas e costumes da história dos

negros e negras em nosso país, historicamente marginalizados e socialmente excluídos, em grande parte devido ao racismo que ainda possui grande força na sociedade brasileira. <sup>1</sup>

Um racismo diferente daquele existente nos EUA, ou do que foi implementado pelo regime do apartheid na África do Sul, ou na antiga Rodésia (atual Zimbábue), é verdade, mas um racismo tão cruel e virulento como estes citados. <sup>2</sup> Um racismo que baliza os números da exclusão sócio-histórico-econômica a que são submetidos os negros e negras em nosso país, e ao mesmo tempo, um racismo que ainda permanece mascarado, mas dotado de grande força em nosso imaginário, mesmo nas nossas formas de pensar, até entre aqueles e aquelas que se definem como anti-racistas. <sup>3</sup> Mas, é este racismo que não pode e não deve ser visto

1 Sobre as questões relacionadas com o racismo e a discriminação racial, fundamentais para entender com maior profundidade algumas das questões que trago neste artigo, ver: HASENBALG, 2005; GUIMARÃES, 2002; 2004; 2005; GUIMARÃES; HUNTLEY, 2000; TURRA; VENTURI (orgs), 1998; COMAS; LITTLE; SHAPIRO; LEIRIS; LÉVI-STRAUSS, 1970; WIEVIORKA, 2007. Sobre o conceito de raça, ver também: GUIMARÃES, 2008; HASENBALG, 1998.

2 Sobre a natureza do racismo brasileiro, ver NOGUEIRA, 1998. Sobre as relações raciais na antiga Rodésia, atual Zimbábue, ver: FRY, 2005.

3 No que tange ao que denomino de racismo nas formas de pensar, refiro-me aos contornos diversos que este fenômeno toma em nossa sociedade, sobretudo quando em determinados momentos este se apresenta com roupagens sutis e finas. Uma forma clássica deste racismo sutil é o que está presente nos “antirracistas”, e diz respeito às “quedas” momentâneas de alguns destes para as essencializações. Como se houvessem temas de pesquisa proibidos para “brancos” ou para “negros”, ou, como se a cor da pele representasse a determinação das formas de pensar. Tal perspectiva, a meu ver, se constituiu nas camisas de força a que alguns estudiosos estão submetidos, seja qual for a forma como se enxerga racialmente. Recordo agora de um diálogo a respeito da cor de minha pele, e do que eu estava fazendo na sala de aula como professor de História da África. Tal questionamento me deixou em boa situação para devolver a pergunta que me foi feita: “e por acaso todo professor de história da África deve ser negro”? E depois disso indaguei se a única possibilidade do negro ou da negra estar na universidade é exatamente lecionando ou pesquisando sobre temas “negros”? Meu

como fruto de um passado distante, como uma simples herança do nosso passado escravista. Acima de tudo, refiro-me a um racismo que se retroalimenta no cotidiano, no tempo presente, o que não impede de possuir relações com o passado, desde que este não seja visto como a causa primeira de todos os males.

### **Repensando os conceitos – limites e incoerências.**

Em relação ao subtítulo acima, refiro-me à questão do uso indiscriminado dos conceitos “afro-brasileiro” e “afrodescendente” para nomear as práticas e os costumes construídos pelos ditos “negros” e “negras” em nosso país, sem que em nenhum momento nos questionemos a respeito do uso da palavra “negro” e “negra”, socialmente carregados de pesadas cargas negativas. Aludindo ao já célebre trabalho de Munanga (2004), em relação aos negros brasileiros, nosso país foi palco de um etnocídio discursivo, tanto em relação ao uso das palavras referidas, bem como no que diz respeito ao autorreconhecimento e identificação racial. Não preciso discorrer muito, entretanto, para mostrar o quanto é difícil ser negro no Brasil, tanto nas questões de ordem estética, como nos diversos aspectos da vida social.<sup>4</sup>

interlocutor ficou em situação difícil, pois quase foi obrigado a dizer que música clássica, história da Europa e outros temas “não negros” se constituem em áreas proibidas, ou dispensáveis para negros. Esta forma de pensar e de enxergar o mundo, eivada de essencializações, a meu ver, impede que mesmo alguns “antirracistas” percebam o quanto o racismo está presente em suas mentes.

4 Sobre esta questão, ver: SOUZA, 1990; GOMES, 2006. Uma boa discussão a respeito dos salões de beleza ditos “étnicos”, fruto da positivação da negritude, pode ser visto em: SANTOS, 2000. Não posso deixar de lembrar que uma grande quantidade de meninas negras perde suas vidas, ou os seus cabelos, devido à imposição explícita da estética dos cabelos lisos, normatizado socialmente como “cabelos de brancos”, ou

É nesse sentido que afirmo que o uso de categorias conceituais como afro-brasileiro ou afrodescendente, se por um lado tentam enquadrar uma significativa variedade de cores e tons de pele existentes nas pessoas, decorrentes da mestiçagem existente em nosso país, por outro lado tentam ocultar o fato de que são os ditos “negros” e “negras” que constroem estas práticas, usos e costumes. Ainda assim, também há outro problema que diz respeito ao fato de que mesmo estes conceitos, qual seja, “negro” e “negra”, também traz consigo diferentes problemas de uniformização. É possível enxergar no Brasil uma bipolaridade racial, tal qual nos EUA? Gostaria apenas de enfatizar que para a categoria “negro” não atribuo valor absoluto, havendo grande quantidade de tons de pele, tipos de cabelo, traços físicos e etc. Sei dos problemas relacionados com este conceito, mas, ainda na falta de outro que nos permita entender melhor estas “realidades”, e pelo profundo respeito aos mais diferentes setores dos movimentos sociais negros, entendo o uso da categoria “negro” neste momento como forma de nomear as práticas e os costumes em que os ditos “homens negros” e as “mulheres negras” foram (ou são!) predominantes no processo de construção de determinada prática ou costume cultural. Assim

“cabelos bons”. Em minhas andanças por Alagoínhas conheci uma pequena garota, de apenas oito anos de idade, que se ressentia dos seus cabelos “duros” e “ruins”. Esta criança me fez lembrar minha amada filha Mayara Lima. Seus cabelos de “menina negra” são aceitos por ela, seguramente devido aos muitos diálogos que tivemos, além das histórias que contei para ela. Mayara Lima é uma prova de que é possível construir uma sociedade melhor, mais humana e justa, se todos os dias optarmos pelo combate ao racismo, preconceito e todas as formas de intolerância. Esta criança que eu conheci, na comunidade de Miguel Velho, em Alagoínhas, talvez venha a ser uma das muitas usuárias da “chapinha”, se não conseguirmos mudar os padrões estéticos de beleza racial existentes em nossa sociedade.

sendo, não vejo sentido em nomear os maracatus pernambucanos, ou os afoxés (baianos e pernambucanos), por exemplo, como parte da “cultura afro-brasileira” ou “afrodescendente”. Por que não enquadrá-los como parte da cultura negra? Seria isto uma contradição em meu texto, já que também estou propondo repensar as categorias raciais em nosso país? Talvez sim, mas não vejo problemas em convidá-lo, estimado leitor e prezada leitora, para que me auxilie neste processo de análise crítica dos conceitos, trabalho que não poderá jamais ser feito por uma só pessoa.

Uma discussão sobre os conceitos “Afrodescendente” e “afro-brasileiro” é necessária uma vez que expressam visões acerca dos problemas raciais existentes no Brasil, ao longo de uma história complexa na qual os debates em torno da questão racial foram centrais e, por momentos, pensou-se que estes conceitos resolveriam muitas das questões colocadas, eximindo os que as usam de expressar valores e posições políticas. Faz-se necessário estabelecer uma discussão a respeito dos conceitos utilizados pelos cientistas sociais em geral para nomear determinadas práticas e costumes sócio-histórico-culturais.

Para esta questão, ressalto que também não posso deixar de lado outro debate que ganhou força no final do século XIX, e em alguns casos subsidiou políticas efetivas, que é o não reconhecimento dos ditos “negros” e “negras” como dotadas de cidadania plena em nosso país. Os conceitos de “afro-brasileiro” e “afrodescendente” retiram, mesmo que implicitamente, a brasilidade e a cidadania das pessoas acima referidas, quebrando inclusive, com o paradigma da brasilidade indistinta existente na obra de Freyre, sobretudo a que foi expressa em *Casa Grande e Senzala*

(2006). Mesmo que na prática alguns sejam mais brasileiros do que outros, mostrando que esta “brasilidade indistinta” só serve para os homens e mulheres de pele branca e cabelos lisos. Os conceitos “afro-brasileiro” e “afrodescendente” se constituem em armadilhas que fazem dos ditos “negros” e “negras” deste país verdadeiros estrangeiros, ou, na melhor das hipóteses, cidadãos e cidadãs de segunda classe. <sup>5</sup>

Tomemos como exemplo a música, para não perdemos muito tempo e leitura: se um dito homem “branco” estiver produzindo cultura em uma comunidade qualquer, seguramente a maior parte dos intelectuais ao analisarem o fato atribuirá ao mesmo o título de “produtor de cultura popular”, ou simplesmente cultura brasileira. Mas, se pensarmos que este mesmo homem é negro, o título será deslocado para “cultura afro-brasileira”. A brasilidade indistinta, a que me referi acima, serve apenas para os homens e as mulheres de cor branca, que recebem naturalmente o título e a cidadania brasileira em todos os sentidos. Os não brancos, devem sempre ser entendidos como “afro-brasileiros”, ou, em outras palavras, quase brasileiros. Mais uma vez recorrendo a Kabenguele Munanga, em sua consagrada obra já citada, “Rediscutindo a mestiçagem” a palavra “negro”, conforme já visto, foi acometida do etnocídio discursivo, possível de ser observado na grande quantidade de nomes que foram inventados ao longo dos anos, nos mais diferentes censos realizados em nosso país, para nomear aqueles e aquelas que não se encaixavam no perfil do homem ou da mulher de cor branca. Moreno escuro, claro ou jambo, pardo, mulato

5 Uma excelente discussão a respeito pode ser vista em: NAXARA, 2002.

ou moreno quase branco, dentre outros termos, foram utilizados por diferentes pessoas para se afastarem do rótulo “indejável” de negro. Seria esta grande quantidade de termos uma prova de que no Brasil houve a fuga da condição de “negro”, ou isto reflete o fato de o nosso sistema de classificação e relação racial é bem mais complexa?

Para os que se contrapõem a este raciocínio, uma simples pergunta pode ser feita: se para os “não brancos” existem mais de uma centena de termos, conforme Munanga, alguém por acaso já ouviu falar ou conheceu alguma pessoa que se defina como “branco transparente”, “branco claro” ou “branco escuro”? Não! Branco é branco e ponto final. E além de brancos, brasileiros por completo. Não necessitam de outro adjetivo. São cidadãos plenos tanto na efetividade, como no discurso. Quanto aos “não brancos” (ou mesmo os negros!), estes devem ser vistos como “quase brasileiros”, ou, em outras palavras, afro-brasileiros, ou afro-descendentes. Este último conceito, conforme explicação de uma grande amiga, serve para dar conta do grande número de tons de peles existentes em nosso país. Ora, se a palavra “negro” não serve para se referir aos supostos “herdeiros” dos africanos, por que então usar um conceito que naturaliza relações de descendência, atribuindo aos mesmos uma relação de pertença que necessariamente não lhes contempla? E para tornar mais complexa ainda nossa questão, não seria o conceito “afro-descendente” homogeneizador dos diversos tons de peles existentes no continente africano? Estamos admitindo que na África existam tão somente negros?

## **Africanos e negros: a homogeneização dos homens e mulheres da África.**

Outra questão que desejo abordar nestas linhas, diz respeito à profunda confusão existente em diversos trabalhos a respeito das categorias “negro” e “africano”. Não posso deixar de recorrer ao instigante trabalho *Na casa de meu pai*, de Kwame Appiah (2008), para afirmar que é preciso desfazer esse amálgama existente entre as palavras “negro” e “africano”, principalmente por estar tratando de conceitos que se referem a realidades distintas. Para Appiah, não é possível tratar os africanos de modo homogêneo, uma vez que neste continente existem realidades díspares, às vezes com maior discrepância do que aquela encontrada na Europa. Ou seja, há diferenças enormes entre um cidadão de Gana e um da Namíbia, assim como entre um achanti e um khoi. É preciso maior cuidado com o uso indiscriminado de conceitos no campo da História, conforme afirmei acima, principalmente quando estamos diante de realidades extremamente complexas e ainda merecedoras de estudos que venham corroborar com novas conclusões. Ao que me parece, a homogeneidade existente nos trabalhos daqueles e daquelas que se referem aos vários povos da África como africanos é fruto deste racismo inconsciente, que perpassa vários estudos em diversos sentidos e aspectos. Quando nos referimos aos europeus, dificilmente os tratamos por este termo. Em geral, nos utilizamos dos adjetivos pátrios disponíveis, nomeando-os por portugueses, ingleses, franceses, alemães e etc.

Por africanos entendemos todos e todas oriundos do continente africano. khoisans, mandingas, zulus, xhosas, amáricos,

nupes, dinkas, somalis... Povos extremamente diferentes entre si tanto no que tange as suas práticas, como organização sócio-cultural, percepção de mundo, valores, costumes, idéias... Não há nada mais diverso e diferente do que o continente africano. Mas, tal diversidade e complexidade, no entanto, não impede que alguns intelectuais façam uso de tal conceito com relativa facilidade: africanos! E neste aspecto uma consideração é por demais significativa, posto que traga consigo questões diretamente relacionadas com a história. Ao atribuímos o conceito de africano para os povos da África, de modo indiscriminado para todos os momentos e épocas da história, cometemos o anacronismo de achar que as populações deste continente se viam como uma unidade, um todo homogêneo, ou mesmo um corpo solidário.

Não que eu seja contra o uso dos adjetivos pátrios, mas o termo “africano” tem seus usos e sentidos para muito além do “inocente” e “simples” adjetivo pátrio. Pensar nos povos da África de modo homogêneo é aludir, mesmo que de forma implícita, ao que Ki-Zerbo (2002) denominou por barragem de mitos, e que M-Bokolo (2009) conceitua por mitos científicos. É pensar que os africanos são dotados da passividade histórica, questão cara para os povos do continente africano, e afirmativa clássica dos textos da historiografia produzida pelos ex-administradores coloniais europeus. Ora, se todos os povos da África são africanos, como puderam deixar-se escravizar pelos europeus? E como estes conseguiram invadir e colonizar a quase totalidade dos países africanos? Quando tomamos para a História o que é da paixão, ou dos movimentos sociais, terminamos enveredando

por caminhos que nem sempre nos permitem entender realidades complexas.<sup>6</sup>

Portanto, afirmar que algo é “africano” é por deveras complexo e difícil. É preciso tomar cuidado com as generalizações, principalmente quando estamos nos referindo a um continente dotado das complexidades típicas da imensa variedade de povos, culturas e línguas. O que é uma típica comida africana? O que vem a ser a religião africana? Ou então, o que se entende por língua africana? No tocante a esta, ressalte-se o

6 Eu poderia ter citado outras questões para exemplificar os perigos do uso indiscriminado de categorias e conceitos, mas preferi ficar nestes dois exemplos. No que tange a questão da escravidão, e ao fenômeno conhecido como tráfico Atlântico, diferentes povos foram envolvidos sob as mais diversas situações. A escravidão já era conhecida pelos povos do continente africano antes da chegada dos europeus no século XV, assim como o tráfico Atlântico não se constituiu tendo como base as oposições envolvendo europeus e africanos. Estes últimos participaram de forma ativa do tráfico, seja como agentes na captura de escravos, seja como vendedores destes. É evidente que o uso do termo “africano” nesta observação deve também ser objeto de questionamento, pois, se houve “africanos” que participaram do tráfico, certamente houve muitos destes que o combateram, assim como o fizeram em relação aos tráficos da costa oriental e transaariano. O romantismo e a ingenuidade presentes na visão de que os europeus sozinhos escravizaram os “africanos” é por demais perigosa pelo fato de jogar os povos do continente africano para o fosso da passividade histórica, um mito científico ainda hoje dotado de grande força, segundo Elikia M’Bokolo (2002). No que diz respeito ao período colonial, antecedido pela conferência de Berlim, evidente que a superioridade militar das potências européias foi decisiva para a concretização das invasões, mas isso não nos autoriza a acreditar que houve uma simples oposição entre africanos e europeus. Alguns povos “africanos” apoiaram determinadas invasões, a partir do estabelecimento de alianças com os “invasores”, enquanto outros foram contrários a qualquer tipo de acordo ou cooperação. No dizer de M’ Bembe (2001), os povos do continente africano não podem ser vítimas da vitimização histórica a que são impostos, e devem ser vistos sempre como protagonistas de suas próprias histórias. Sobre esta questão, ver: MBEMBE (2001) Sobre o tráfico Atlântico, ver: REDIKER (2011); SILVA (2004); THORNTON (2004); LOVEJOY (2002 a); OGOT (2010). Sobre a conferência de Berlim e as invasões no continente africano após os anos 1880, ver: AJAYI (2010); BOAHEN (2010); WESSELING (1998); OLIVER (1994).

fato de que no continente africano existe mais de duas mil línguas, distribuídas por sete famílias lingüísticas, o que faz com que um falante do suaili esteja mais distante de um nativo em xona, do que alguém familiarizado com o português e o espanhol. Enfim, a categoria “africano” não nos ajuda muito a entender parte dos mistérios e enigmas existentes neste continente. Além do que, conforme Lovejoy (2002 b) em seu belo trabalho a respeito de Baquaqua, os homens e mulheres trazidos para as Américas como escravos dispunham de opções diversas para constituírem suas identidades, como o uso de chapéus, possíveis de serem empregados de acordo com as conveniências e necessidades. Escravo de determinada nação, africano, integrante de determinado povo ou grupo étnico, ou simplesmente escravo...

### **Religiões – algumas questões para problematizar o uso dos conceitos.**

A respeito das religiões praticadas nos terreiros, que no geral possuem como um dos seus momentos maiores a possessão e o transe, características centrais da relação entre o humano e o divino/sagrado, os problemas com os conceitos ganham maior complexidade.

No geral, estas religiões praticadas nos terreiros a que me referi são consideradas por grande parte dos militantes dos movimentos sociais negros como de “matriz africana”, ou pelos termos “afro-brasileiro” ou “afro-descendente”. A historiografia com a qual trabalhei utiliza os três conceitos sem questionar as contribuições culturais diversas das quais esta religiões

são tributárias. <sup>7</sup> O que significa ser “afro-descendente” neste contexto? Ser negro? Significa compartilhar uma religião que foi trazida nos porões dos navios negreiros? Como explicar, por exemplo, que a maior parte dos praticantes da jurema seja “negros” e “negras”, mas o corpo doutrinário, as entidades cultuadas, os mitos e pontos<sup>8</sup> cantados tenham forte influência ameríndia e/ou cristã?<sup>9</sup>

O que significa, neste contexto, definir uma religião como sendo de “matriz africana”? Este conceito é, a meu ver, uma criação do movimento social que reverbera na academia, provocando perigosos erros de generalizações imprecisas. Estas apontam para a invisibilidade de um sem número de práticas, costumes e heranças que não são, necessariamente, eivadas de uma “cosmovisão africana” (Aliás, é possível afirmar que exista uma cosmovisão africana, mesmo após a leitura da obra já citada de Kwame Appiah?). A jurema, por exemplo, não pode ser tratada como uma religião de “matriz africana”, posto que suas características

7 Para conferir alguns trabalhos que utilizam os conceitos a que me referi, ver: DANTAS (1988); CAPELLI (2007); QUEIROZ (1999). Há quem recuse, de modo tácito, o uso dos conceitos acima citados. Um bom exemplo pode ser visto em: CAMPOS (2001).

8 Ponto é o termo usado pela comunidade juremeira para nomear as diversas músicas cantadas durante as sessões de jurema. Sobre os significados de algumas das letras dos pontos existentes na jurema, ver: CARVALHO (1998).

9 A jurema é bastante complexa, mas pode ser definida como uma religião de entidades, a exemplo dos mestres e mestras, caboclos e caboclas, índios e índias, exus e pomba giras. Estas entidades fazem trabalhos mágicos dos mais variados, a exemplo da cura para enfermidades diversas, problemas relacionados a casamentos (tanto para fazê-los como para desfazê-los), empregos, ganhos materiais e limpezas espirituais. É costume afirmar entre aqueles e aquelas que fazem a jurema que sua religião cura, consola e diverte, uma vez que as cerimônias são regadas com muita bebida e comida em meio à festa. Na jurema existem elementos de diferentes matrizes, podendo ser vistas associadas em um complexo coerente, contribuições bantos, iorubanas, ameríndias e européias.

índigenas e cristãs saltem aos olhos do primeiro pesquisador que a contempla diante de si.<sup>10</sup> Aliás, para entender a jurema é fundamental perceber que estamos nos referindo a uma religião de composição, no qual as partes constituem um todo coerente e organizado, dotado de sentidos. Infelizmente esta religião sofre com os problemas de outro conceito largamente utilizado, que é o de sincretismo, como se as partes de uma religião fossem justapostas, ou mesmo que estejamos tratando de agregações desprovidas de sentidos.<sup>11</sup> Também poderia questionar sobre o sincretismo como um conceito dotado de validade, se acaso concordasse com a existência de religiões que se constituíssem na negação deste fenômeno. Em outras palavras, existem religiões que não sejam sincréticas?

As umbandas, então, constituem o ponto maior desta questão, posto que referir-se às mesmas como “matriz africana” é esquecer que sua constituição e seus primórdios estão eivados de elementos bem distantes do que se convencionou denominar por “africano”, a exemplo da ideia de evolução, elemento bastante presente nas mais variadas umbandas que conheci pelo país afora.<sup>12</sup>

10 Sobre a jurema, ver: PINTO (1995), especialmente as páginas 11 – 12; 15 - 22; LIMA (2004); LUZURIAGA (2001); BRANDÃO; NASCIMENTO (2001); MOTTA (1985; 1988; 1997); SALLES (2004; 2010); ASSUNÇÃO (2006). Sobre o catimbó, ver: CASCUDO (1978; 1988); VANDEZANDE (1975).

11 Uma indicação a respeito do sincretismo enquanto conceito pode ser visto em: FERRETI (1995). O autor em questão defende o uso do conceito, uma vez que acredita em sua atualidade para explicar os fenômenos das trocas existentes nas religiões. Pessoalmente não concordo com as posições do autor em questão, mas me parece ser o que melhor define o sincretismo enquanto conceito.

12 Sobre a umbanda, ver: BIRMAN (1983); ORTIZ (1991); MEYER (1993); NEGRÃO (1979; 1994; 1996).

Creio que utilizar o conceito de “matriz africana” para as religiões de divindades <sup>13</sup> e de entidades como um todo é reforçar a distorção criada por alguns estudiosos e pesquisadores, em uma perspectiva inaugurada por Nina Rodrigues, que foi interpretado como aquele que etnografou um dos muitos tipos de terreiros existentes em Salvador, dotando o mesmo da condição de “modo correto” de se fazer candomblé. <sup>14</sup> Esta construção teórica foi seguida de perto por estudiosos do calibre de Arthur Ramos, Edison Carneiro, Roger Bastide, Ruth Landes e outros que optaram por dar visibilidade aos terreiros vinculados ao modelo nagô baiano, preterindo outras formas de religião e

13 Ao utilizar-me do conceito de religiões de entidades e de divindades procurei rejeitar as formas convencionais de explicar as religiões em que ocorre o fenômeno da possessão a partir de uma suposta africanidade, ou mesmo da forte influência do modelo nagô para todas as religiões praticadas no âmbito de um terreiro. Assim, procuro não utilizar termos que considero inapropriados, a exemplo de religiões de “matriz africana”, “afro-descendentes”, “afro-brasileiras” ou simplesmente religiões negras. Ao utilizar o conceito de religiões de divindades, estou me referindo a todas em que a possessão é feita por uma divindade, que tanto pode ser um orixá ou um vodú. Quando me refiro às entidades, estou tratando de religiões em que os encantados são os que fazem a possessão. A umbanda, em alguns casos, pode ser considerada tanto como uma religião de entidades como de divindades. No tocante a questão do conceito de “Matriz africana”, há que se levar em conta a dificuldade de se afirmar a existência de uma homogeneidade de qualquer aspecto cultural oriundo do continente africano, e que tenha mantido uma “essência” no que denominam “diáspora”. A imensa diversidade existente no continente africano não me permite acreditar na existência de uma matriz que tenha propiciado práticas e costumes culturais desprovidos da diversidade presentes em seu local “de origem”.

14 Tal exposição, a meu ver, deve ser relativizada, uma vez que Nina Rodrigues utilizou-se de uma descrição em um dado terreiro, na obra **Animismo Fetichista dos negros baianos** (1935), para explicar determinadas questões de suas pesquisas. A partir desta obra, no entanto, diferentes autores irão constituir e definir as linhas do terreiro descrito por Nina Rodrigues como forma correta de se cultivar os orixás em nosso país. Sobre esta questão, ver: MOTTA (1996; 2004).

dando as mesmas o caráter de “misturadas”, impuras ou simplesmente descaracterizadas.<sup>15</sup>

Os praticantes destas religiões sabem ler, e os livros que foram produzidos no contexto acadêmico foram devidamente utilizados a favor deste ou daquele terreiro, enquadrado no “modelo correto”, questão que não deve e não pode ser deixada de lado por nenhum estudioso quando da análise destes fenômenos. Afirmar que esta ou aquela religião é mais “pura” ou “menos misturada” é remeter-se a juízos de valor que nem sempre ajudam os estudiosos a entender o fenômeno religioso. Para tal questão, outro aspecto deve ser também colocado. A ideia de que determinadas religiões estão eivadas de maior grau de pureza, quando comparada a outras deve ser visto como um dos muitos frutos do conceito de “sincretismo”, ainda hoje utilizado por grande parte dos estudiosos das religiões praticadas no terreiro. É possível afirmar que exista alguma religião que não seja dotada do fenômeno da sincretização? Ou, para melhor dizer, é possível afirmar que exista alguma religião que não tenha trazido em seu seio aspectos de outras religiões que lhe antecederam? E, para além disso, não seria a atribuição da ideia de sincretismo para as religiões de terreiro uma forma de diminuí-las, quando comparadas com as religiões monoteístas, especialmente o cristianismo?

Em relação ao candomblé, considerado “mais puro” por parte de alguns renomados estudiosos, mesmo este é dotado, segundo Capone (2004), do princípio da evolução espiritual. Tal questão foi percebida em algumas casas de candomblé baianas

15 BASTIDE (1945; 1971; 1973; 2001); RAMOS, Arthur (1935; 1979; 1988 [1934]); LANDES (1967); CARNEIRO (1937; 1959; 2008).

consideradas “mais puras”. A meu ver, tal observação reflete o fato de que nós vivemos em uma sociedade bastante marcada pelo cristianismo, e não é estranho que mesmo os “não cristãos” sofra sua influência. O diálogo religioso, feito no cotidiano, é questão suficiente para explicar os empréstimos e as trocas que são feitas tanto pelos terreiros, como pelas religiões de modo geral. Estas religiões, sejam candomblés ou outras modalidades assemelhadas, não podem e não devem ser entendidas pelo olhar e paradigma comprometido com as teses da antropologia evolucionista. Roger Bastide cometeu grave equívoco ao referir-se a estas religiões como “ilhas de África” na sociedade brasileira, uma vez que sua metáfora expõe uma visão de um terreiro distante e ao mesmo tempo isolado da sociedade em que está inserido (BASTIDE, 1971). Os terreiros trazem consigo heranças das diversas populações do continente africano, mas também possuem elementos de outros povos, além de um tenso diálogo com o presente, e aqui sugiro que se comece a enxergar que a dinâmica e as transformações são questões presentes nestas religiões. As religiões dos orixás, voduns, entidades e as umbandas estão a todo tempo incorporando novas ideias, práticas e inovações, mesmo que estas sejam encobertas pelo “manto da tradição”, influente discurso de legitimidade e poder.

É neste sentido que tento caminhar, no que pese as dificuldades que surgem pelo meio do caminho. Tais conceitos como “afro-brasileiro”, “afrodescendente” ou “matriz africana” não apontam os caminhos para um melhor entendimento das religiões de divindades e de entidades, tampouco servem como facilitadores para a descoberta de suas complexidades. Corro o risco de ser mal interpretado por aqueles que não se preocupam com a

construção de uma história baseada em conceitos. Seguramente há quem acuse os historiadores de pouco refletirem sobre os mesmos, mas ainda assim creio ser extremamente importante a discussão encetada por Paul Veyne (1976), ao afirmar que a história se escreve a partir dos conceitos. Os historiadores e as historiadoras, assim como os estudiosos em geral precisam, com urgência, refletir sobre o uso dos conceitos em seus trabalhos e pesquisas, de modo que tenhamos ganhos diversos.

Assim sendo, gostaria de reafirmar que os conceitos precisam ser pensados em sua historicidade. Necessitamos observar os contextos históricos em que são usados, para percebermos que carregam uma diversidade de sentidos que são historicamente construídos. É nesse sentido que penso conceitos como “afro-descendente”, “afro-brasileiro” e “matriz africana”.

### **Reflexões sobre a lei 10639 e a história da África.**

Há duas questões a serem observadas em relação à história da África e da lei 10639. A primeira diz respeito à certa insistência em “confundir” a história do “negros” brasileiros com o continente africano, como se tal aspecto constituísse uma continuidade, ou mera relação linear. Como se todo homem “negro” ou mulher “negra” fosse, invariavelmente herdeiro natural do continente africano em alusão a cor de sua pele. Como se as vidas das pessoas não fossem objeto de construções e reconstruções diversas, dotadas de infinitas possibilidades. A relação de afeto ou de ancestralidade com o continente africano não pode ser tomado pelo aspecto natural ou biológico, questão em que, a meu ver, subjaz uma fina e sutil forma de naturalizar uma história

que é feita de escolhas e recusas. Esta questão merece maior reflexão, uma vez que toda a humanidade, no final das contas, é oriunda deste continente, segundo os trabalhos apoiados nos achados arqueológicos mais recentes.

A segunda questão, diretamente relacionada com a primeira, diz respeito ao fato de que a lei 10639 contribui, devido ao seu texto, para que persista a ideia de que a história do continente africano possui liames diretos com a história dos “negros” e “negras” aqui estabelecidos ou nascidos há muitas gerações. Evidente que podemos encontrar indícios diversos nas práticas e costumes culturais dos negros e negras brasileiras, a exemplo de aspectos das culturas banto, iorubana e daomeana nos maracatus nação, afoxés, bem como nas religiões de divindades, os já famosos orixás e voduns (candomblé, xangô, batuque, tambor de mina). Evidente que também é possível encontrar relações entre as muitas experiências históricas dos negros e negras brasileiros com várias práticas e costumes culturais dos povos do continente africano, a exemplo dos quilombos brasileiros ou de outros modelos existentes nas Américas, mas isso não nos permite afirmar que o estudo da história do continente africano deva ser feito a partir da análise destas experiências históricas, ou mesmo das práticas e costumes culturais ou das religiões de divindades. Sem contar que toda e qualquer sociedade produzirá elementos que possuem semelhanças quando confrontados. Há que se pensar nos motivos deste amálgama que produzem equívocos e ao mesmo tempo estranhas associações entre a história de homens e mulheres nascidos em um país distante, de outras terras, mas que são ou foram insistentemente representados como africanos.

No que tange a lei 10639, possivelmente a mesma foi concebida dentro de um paradigma em que “negros” e “africanos” estão visceralmente associados. Trata-se de mais uma construção eivada de pressupostos do pan-africanismo, que faz com que todos os negros sejam parte da África, e esta um todo homogêneo.<sup>16</sup> Esta lei foi formulada sob esta influência, o que não me permite negar as intenções de seus formuladores em fazer com que os brasileiros tivessem amplo conhecimento, a partir do ensino nas escolas, da história do continente africano e dos “negros” e “negras” do país. O problema reside exatamente nessa associação, que coloca em um só contexto, questões como as lutas dos escravos contra a escravidão, racismo contemporâneo, as práticas e os costumes culturais dos negros e negras, bem como a história do continente africano e toda a sua imensa complexidade, dentre outros aspectos.

A lei 10639 possui em seu âmago, de modo subjacente, elementos que corroboram para esta associação, levando-me a afirmar a urgente necessidade de se discutir os limites, as fronteiras entre definitivamente o que se trata de história do Brasil, das suas culturas e religiões, e o que é História da África. Creio que se deve deixar bem estabelecido que a história do candomblé ou do maracatu, não constitui o ensino da história da África, assim como esta não deve e não pode ser vista como um sinônimo da escravidão. Antes de esboçar as considerações finais, creio que uma análise mais aprofundada do texto da lei 19639 deva ser feita agora.

16 Sobre o pan-africanismo, ver: KODJO; CHANAIWA (2010); HERNANDEZ (2005); APPIAH (2008); ASANTE; CHANAIWA (2010); DECRAENE (1962); RALSTON; MOURÃO (2010).

## **Sobre a lei 10639: ressonâncias do pan-africanismo.**

Artigo 26 – Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira.

Este artigo mostra a existência da confusão entre dois campos de estudo, que a meu ver são radicalmente distintos. O que o texto da lei define como “cultura afro-brasileira” refere-se às manifestações, práticas, costumes e hábitos construídos na “diáspora”, mais precisamente no Brasil, e que são fruto da composição entre aspectos diversos oriundos do continente africano, e do Brasil. Afro-brasileiro, nesse sentido, é tudo o que reúne contribuições do continente africano, trazido para o Brasil, ressignificado em contexto diferente do existente no continente africano, e acrescido de elementos diversos, sejam europeus, indígenas ou de outros povos que tomaram parte na construção deste país.

A história deste processo, qual seja, a da composição das práticas e costumes do continente africano, dos povos indígenas e outros, pode ser denominado, portanto, de afro-brasileiro. Este caminho implica, inelutavelmente, nas invisibilizações de tudo o que não é “africano”. Torna-se imprescindível, no entanto, definir os limites entre o que é, na perspectiva da lei 10639, “afro-brasileiro” e “africano”. Ambos os conceitos não são sinônimos e não podem ser tratados como se inexistissem diferenças entre o que é próprio da história da África, e do que saiu deste continente e que foi parar em outras terras para ser ressignificado ou objeto de composições com outras práticas.

Ocorre aqui, nesse sentido, o primeiro problema a ser estabelecido. O conceito “afro-brasileiro” não é suficiente para definir um sem número de práticas, costumes e manifestações culturais que possuem heranças diversas, a exemplo de algumas religiões como a jurema sagrada, que me referi acima, eivada de elementos indígenas e europeus, o que a torna, portanto, uma religião que está além da ideia de junção entre elementos “africanos” e brasileiros.

Para a questão racial, no que diz respeito às definições para aqueles e aquelas que possuem algum tipo de ascendência dos povos oriundos do continente africano, os conceitos “afro-brasileiro”, “afrodescendente” e “africano” também não servem como referências para nomear indivíduos nascidos neste país. Ressalte-se que estou me referindo a brasileiros que ainda hoje possuem a cidadania plena negada pelo Estado brasileiro, apesar da aprovação de políticas públicas diversas nos últimos anos, a exemplo da própria lei 10639.

Inciso 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

Neste trecho da lei percebem-se algumas indicações importantes, que precisam ser mais bem discutidas, para que sejam entendidos parte dos motivos existentes na confusão reinante pelo país afora entre o ensino da história da África e da cultura

“afro-brasileira”. Importante perceber que, se no artigo 26, acima referido, ocorre a confusão entre ambos os aspectos, uma vez que só há a afirmação do que é tornado obrigatório, ou seja, o ensino sobre história e cultura afro-brasileira, o inciso 1º estabelece que o conteúdo programático desta matéria deverá contemplar a história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. Este inciso, portanto, define e estabelece as diferenças daquilo que foi tornado obrigatório. Entretanto, o inciso 2º desconstrói as diferenças estabelecidas no inciso 1º, e volta a indicar o caminho de que história da África e cultura “afro-brasileira” são sinônimas, ou “parte de uma mesma coisa”. O texto do inciso 2º servirá para ilustrar o que afirmo, em relação à ideia da confusão entre a história da África e da cultura “afro-brasileira”:

Inciso 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira, serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e literatura e História brasileiras.

Eis então, os principais motivos que justificam a existência de quantidade significativa de cursos de especialização, artigos, textos e livros em que tais temáticas são apresentadas como “mesma coisa”. Há também os livros que essencializam a relação entre a cultura “afro-brasileira” e o continente africano, mostrando a existência de filiações entre um e outro, numa perspectiva linear, a exemplo da obra *História e cultura afro-brasileira* (2007). Este livro, no que pesem seus aspectos positivos, é um dos melhores exemplos para mostrar os contornos

de uma relação essencializada entre a história da África e da cultura negra brasileira, uma vez que a estrutura dos capítulos do livro referido tem, em sua primeira parte, a história do continente africano, seguida de uma segunda parte em que são contemplados os conteúdos referentes à escravidão, para no fim, serem apresentados assuntos da cultura “afro-brasileira”, a exemplo da história dos maracatus, candomblés e etc. Uma simples leitura do índice, que revela a forma como os capítulos do livro foram estruturados, denuncia que a autora, de forma inconsciente ou consciente, esboçou um caminho linear de que para entender a história dos negros no Brasil é preciso remontar à história da África, para em seguida percorrer os caminhos do tráfico Atlântico, e por fim, chegar às práticas e costumes culturais dos negros e negras do tempo presente.

O leitor desavisado, sem o costume da leitura de obras específicas que tratem de aspectos voltados para as religiões de divindades e de entidades, bem como da cultura negra em geral, sentirá de imediato a impressão de que tais práticas e costumes podem ser entendidas como meras transposições do continente africano para o Brasil, uma vez que o livro optou por um percurso que é recorrente tanto na academia, como em algumas obras de divulgação para o grande público. Refiro-me, neste aspecto, a ideia de que religiões como o candomblé, e manifestações culturais como o maracatu são invenções do continente africano, e para o Brasil foram trazidas durante a época da escravidão. Devem ser entendidas, segundo esta perspectiva, como transposições da África para o Brasil. O agravante desta questão reside no fato de que tal concepção não se encontra isolada em uma ou duas obras, mas em significativo número de livros sobre a questão.

Outro exemplo bastante evidente nesse sentido encontra-se na obra “História da África e afro-brasileira” (2010), que tem como subtítulo a frase “Em busca de nossas origens”. Nada é mais esclarecedor, a meu ver, do que este subtítulo, que mostra a força de uma ideia que permeia quantidade significativa de títulos. Nesta concepção, a suposta origem das práticas e costumes “afro-brasileiros” está na África. Foi deste continente, nessa perspectiva, que vieram o maracatu, as congadas, o candomblé e um sem número de práticas, costumes e manifestações culturais.

Retornando a esta breve análise do inciso 1º da lei 10639, gostaria de discorrer rapidamente a respeito da existência de certa influência do pan-africanismo, sobretudo quando remete os negros e negras deste país para uma categoria bastante complexa, que é a de “povo negro”. Não vejo razões em estabelecer a categoria de povo para os homens negros e as mulheres negras, posto que tal questão, longe de contribuir com o fim ao preconceito e a discriminação racial, trará mais problemas, sobretudo ao indicar a existência de separações que necessitam ser destruídas, em nome de uma real igualdade racial que ainda está por ser construída neste país. Reconhecer as diferenças não significa apartar, separar. Os “negros” e “negras” devem ser vistos como parte deste país, que se constituiu a partir da junção do contraditório, das violências e agressões, presentes na tomada das terras dos indígenas, trabalho forçado dos escravos, dentre outras questões. Mas, este é o país dos brasileiros, que se constitui em um só povo, apesar das inúmeras contradições existentes nesta sociedade.

Outra questão que aumenta a complexidade da afirmação existente no inciso 1º, diz respeito a uma tendência explícita para a homogeneização de uma considerável diversidade de

tipos humanos, com diferentes gradações do tom da pele, tipos de cabelo e traços físicos. Ao que me parece, é evidente a influência do pan-africanismo neste trecho da lei, uma vez que para os pan-africanistas os negros e negras da “diáspora” eram parte de um só povo, arrancados do continente africano e jogados em terras distantes para serem submetidos ao trabalho escravo. Foi no bojo do pan-africanismo que diversos intelectuais da dita “diáspora” incentivaram o “retorno” de homens e mulheres para o continente africano, em especial Libéria, Serra Leoa e Etiópia (SOUZA, 2008; HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010).

Creio que uma história do pan-africanismo ainda está por ser escrita, sobretudo às questões relacionadas com os movimentos de retorno ao continente africano, mas tal aspecto não me impede de estabelecer uma discussão crítica sobre a relação entre o pan-africanismo, setores do movimento negro brasileiro e o texto da lei 10 639.

### **Conclusões: repensar os conceitos!**

Creio que após a exposição destas linhas a respeito dos conceitos já referidos ao longo do texto, bem como a breve análise da lei 10639, não posso deixar de esboçar meu profundo otimismo em relação à nova leva de trabalhos que estão sendo gestados tanto sobre a cultura negra, como sobre as religiões de divindades e de entidades, assim como da própria história da África. E neste sentido não se devem desconsiderar os aspectos positivos existentes na lei 10639, a começar pelo aumento do interesse das editoras em obras que tragam estes assuntos como foco. Também não posso deixar de lado a constatação de que se antes de 2003 os

estudos voltados para a história do continente africano estavam confinadas em algumas poucas instituições sérias de ensino superior da região sudeste, agora já há um número significativo de estudiosos que se debruçam de forma específica sobre esta área em praticamente todo o país, constituindo um campo entre os historiadores brasileiros. Eu mesmo, por exemplo, sou um dos reflexos desta lei, posto que minha “virada” para os estudos da história da África se deu sob o bojo da lei 10639.

A análise dos conceitos, a crítica para a ideia de que os negros e os africanos são sinônimos, assim como a reflexão em torno da lei 10639 não devem ser entendidos como exercícios proibidos ou tabus. Precisam ser feitas, de modo que garantam um melhor entendimento destas questões, permitindo novos olhares e dimensões para objetos que há muito necessitam ser compreendidas a luz das novas teorias e abordagens da História e das ciências sociais como um todo.

## REFERÊNCIAS

AJAYI, J. F. Ade (Org). História Geral da África, vol VI - África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

ASANTE, S. K. B; CHANAIWA, David. O pan-africanismo e a integração regional. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, C. (Coords). *História Geral da África, vol VIII – África desde 1935*. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, pp. 872 – 896.

ASSUNÇÃO, Luiz. *O reino dos mestres – A tradição da jurema na umbanda nordestina*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil – contribuição a uma Sociologia das interpenetrações das Civilizações*. São Paulo: Pioneira/USP, 1971.

BASTIDE, Roger. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BASTIDE, Roger. *Imagens do Nordeste místico em branco e preto*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1945.

BASTIDE, Roger. *O candomblé da Bahia*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

BIRMAN, Patrícia. *O que é Umbanda?* São Paulo: Brasiliense, 1983.

BOAHEN, Albert Adu (Org). *História Geral da África, vol VII - África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.

BRANDÃO, Maria do Carmo e RIOS, Luis Felipe. O catimbó-jurema do Recife. In: PRANDI, Reginaldo (org.). *Encantaria Brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001, pp. 160 – 181.

BRANDÃO, Maria do Carmo Tinôco; NASCIMENTO, Luis Felipe Rios do. Nuevos modelos religiosos afro-recifenses y las políticas de identidad e integración. In: *Antropología en Castilla y León e IberoAmérica, V Emigración e integración cultural*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, Instituto de Investigaciones Antropológicas de Castilla y León, s/d, pp. 327 – 338.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. O combate ao catimbó: práticas repressivas as religiões afro-umbandistas nos anos trinta e quarenta. 2001. Tese (doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

CAPELLI, Rogério. Saindo da rota. Uma discussão sobre a pureza na religiosidade afro-brasileira. Dissertação (mestrado em história). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CAPONE, Stefania. *A busca da África no candomblé. Tradição e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas/Contracapa, 2004.

CARNEIRO, Edison. *Candomblés da Bahia*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

CARNEIRO, Edison. *Negros Bantus*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

CARNEIRO, Edison. *Os Cultos de Origem Africana no Brasil*. Rio Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, série Decimália, 1959.

CARVALHO, José Jorge. A tradição mística afro-brasileira. *Série Antropologia*. Brasília: UNB, 1998.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Meleagro – pesquisa do catimbó e notas da magia branca no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1978, 2ª edição.

CASCUDO, Luis da Câmara. Notas sobre o catimbó. In: *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Recife: Ed. Massangana, 1988. Edição Fac-similar de *Novos Estudos Afro-Brasileiros*, Trabalhos apresentados ao I Congresso Afro-brasileiro do Recife, segundo tomo, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937;

COMAS, Juan; LITTLE, Kenneth I; SHAPIRO, Harry; LEIRIS, Michel; LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e ciência*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó Nagô e papai branco usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DECRAENE, Philipe. *O Pan-africanismo*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1962.

FERRETI, Sérgio Figueiredo. *Repensando o sincretismo*. São Paulo/São Luís: Edusp / Fapema, 1995.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2006.

FRY, Peter. *A persistência da raça. Ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Preconceito e discriminação – queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 2004, 2ª edição.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Preconceito racial. Modos, Temas e Tempos*. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 2005, 2ª edição.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. *Tirando a máscara. Ensaio sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HARRIS, Joseph E; ZEGHIDOUR, Slimane. A África e a diáspora negra. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, C. (Coords). *História Geral da África, vol VIII – África desde 1935*. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, pp. 849 – 871.

HASENBALG, Carlos A.; MUNANGA, Kabenguele; SCHWARCZ, Lília Moritz. *Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira*. Niterói: EDUFF, 1998.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ, 2005.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula. Visita à História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra. Vol. I*. Mem Martins (Portugal): Biblioteca Universitária, 2002.

KODJO, Edem; CHANAIWA, David. Pan africanismo e libertação. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, C. (Coords). *História Geral da África, vol VIII – África desde 1935*. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, pp. 897 – 924.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Uma religião que cura, consola e diverte – as redes de sociabilidade da Jurema sagrada. *Cadernos de Estudos Sociais*, volume 20, n. 02, jul-dez de 2004.

LOVEJOY, Paul. E. *A escravidão na África. Uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (a).

LOVEJOY, Paul. Identidade e a miragem da etnicidade. A jornada de Mahommah Gardo Baquaqua para as Américas. *Afro-Ásia*, n.27, 2002 (b), p. 09-39.

LUZURIAGA, José Martin Desmaras. *Jurema e cura – ensaio etnográfico sobre uma forma de jurema nas periferias do Recife*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

M´BOKOLO, Elikia. África negra. História e civilizações – Tomo I (até o século XVIII). Salvador/ São Paulo: EDUFBA/ Casa das Áfricas, 2009.

MATTOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 01, 2001, pp. 172 – 209.

MELO, Elisabete; BRAGA, Luciano. *História da África e afro-brasileira*. Em busca de nossas origens. São Paulo: Selo Negro, 2010.

MEYER, Marlyse. *Maria Padilha e toda a sua quadrilha – de amante de um rei de Castela a Pomba-gira de Umbanda*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

MOTTA, Roberto Mauro Cortez. Jurema. In: MAIOR, Mário Souto e VALENTE, Waldemar. (org.) *Antologia Pernambucana de folclore*. Recife: Massangana, 1988, pp. 267 – 268.

MOTTA, Roberto. A invenção da África: Roger Bastide, Edison Carneiro e os conceitos de memória coletiva e pureza nagô. In: LIMA, Tânia (org.) *Sincretismo religioso – o ritual afro*. Anais do IV Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Massangana/ Fundaj, 1996, vol. 04, p. 24 – 32.

MOTTA, Roberto. Antropologia, pensamento, dominação e sincretismo. In: BRANDÃO, Sylvana (org.). *História das religiões no Brasil*, vol. 3, Recife: Ed. da UFPE, 2004, p. 487 – 523.

MOTTA, Roberto. Catimbós, xangôs e umbandas na região do Recife. In: MOTTA, Roberto (coord.) *Os afros-brasileiros. Anais do III congresso afro-brasileiro*. Recife: Massangana, 1985, pp. 109 – 123.

MOTTA, Roberto. Religiões afro-recifenses: ensaios de classificação. In: *Revista Antropológicas*, ano II, v. 2, série religiões populares, Recife: Ed. UFPE, 1997, pp. 11 – 34.

MUNANGA, Kabengelê. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra. Representações do brasileiro – 1870/1920*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

NEGRÃO, Lísias. *A umbanda como expressão de religiosidade popular. Religião e sociedade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1979.

NEGRÃO, Lísias. Umbanda: entre a cruz e a encruzilhada. In: *Tempo Social*, São Paulo, v. 05, 1994.

NEGRÃO, Lísias. *Umbanda: entre a cruz e a encruzilhada: formação do campo umbandista em São Paulo*, São Paulo: EDUSP, 1996.

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca. As relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: EDUSP, 1998.

OGOT, B. A. A história das sociedades africanas de 1500 a 1800: conclusão. In: OGOT, B. A. (Org). *História Geral da África*, Vol. V – África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, pp. 1057 – 1069.

OLIVER, Roland. *A experiência africana – da pré-história aos dias atuais*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro: 1994.

ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1991, 2ª Edição.

PINTO, Clélia Moreira. *Saravá Jurema Sagrada: as várias faces de um culto mediúnico*. Dissertação (mestrado em Antropologia). Programa de Pós Graduação em antropologia da UFPE, Recife, 1995.

QUEIROZ, Martha Rosa Figueira. Religiões afro-brasileiras no Recife: intelectuais, policiais e repressão. 1999. Dissertação (Mestrado em história) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

RALSTON, Richard David; MOURÃO, Fernando Augusto de Albuquerque. A África e o Novo Mundo. In: BOAHEN, Albert Adu (Coord). *História Geral da África, vol VII – África sob dominação colonial, 1880 – 1935*. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, pp. 875 – 918.

RAMOS, Arthur. *As culturas negras no novo mundo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, 4ª edição.

RAMOS, Arthur. *O folk-lore negro do Brasil – demopsychologia e psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

RAMOS, Arthur. *O negro Brasileiro*. Recife: Fundaj / Massangana, 1988 [1934].

REDIKER, Marcus. *O navio negreiro. Uma história humana*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

RODRIGUES, Nina. *O animismo fetichista dos negros baianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

SALLES, Sandro Guimarães de. À sombra da jurema: a tradição dos mestres juremeiros na umbanda de Alhandra. *Anthropológicas*, ano 08, volume 15, 2004, pp. 99 – 122.

SANTOS, Jocélio Teles. O negro no espelho: imagens e discursos nos salões de beleza étnicos. *Estudos Afro-Asiáticos*, 2000, nº 38, pp. 49 - 65.

SILVA, Alberto da Costa e. Francisco Félix de Souza, mercador de escravos. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/ Editora da UERJ, 2004.

SOUZA, Mônica Lima e. Entre as margens: o retorno à África de libertos no Brasil (1830 – 1870). Tese (doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

THORNTON, John. A África e os africanos na formação do mundo atlântico – 1400 – 1800. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo (orgs). *Racismo cordial – a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998.

UFPE; SALLES, Sandro Guimarães de. *À sombra da jurema encantada: mestres juremeiros na umbanda de Alhandra*. Recife: Editora da UFPE, 2010.

VANDEZANDE, René. *Catimbó. Pesquisa exploratória sobre uma forma nordestina de religião mediúnica*. Dissertação (mestrado em sociologia), UFPE, Recife, 1975.

VEYNE, Paul. A História Conceitual. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1976.

WESSELING, H. L. *Dividir para dominar. A partilha da África 1880-1914*. Rio de Janeiro: UFRJ / Revan, 1998.

WIEVIORKA, Michel. *O racismo, uma introdução*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

é aberta por textos em torno da temática “história e cultura”, José Carlos Reis e Roberto de Albuquerque Júnior chama a atenção para a necessidade dos historiadores profissionais repensarem suas práticas de pesquisa com as chamadas “novas linguagens” e incorporarem em suas reflexões teórico-metodológicas os desafios que a análise destas novas fontes impõe. O que implica em uma transformação na formação acadêmica e nos modos de produção e divulgação da narrativa histórica. Alexandre Silva de Jesus participa desta coletânea com o artigo “Patrimônio, atualidade e experiência: elementos para um programa” onde reflete sobre o funcionamento político do dispositivo patrimonial ou museal, uma vez que entende que os processos de patrimonialização e musealização se confundem. O texto articula reflexões de Nietzsche, Benjamin e Agamben à problematização da ordem patrimonial moderna. A temática “História e Educação” traz quatro contribuições. Carlos Augusto Lima Ferreira em “Ser Professor de História: da academia a sala de aula, algumas questões formativas” constrói uma reflexão sobre a formação do campo de investigação do ensino de história no país apontando o crescente interesse dos historiadores pela temática bem como as fronteiras e/ou barreiras que os pesquisadores da área precisam vencer para a consolidação da área e interesse tais como as relações hierarquizadas entre o ensino e a pesquisa. Ricardo de Aguiar Pacheco discute no artigo “As representações e práticas sociais associadas à formação de professores: formando o professor profissional” como os modelos de formação de professores se articularam às mudanças nas concepções de educação e de professor no Brasil e nos chama a atenção para os dilemas contemporâneos que afetam a construção da identidade docente atual. Os historiadores Nathalia Cavalcanti da Silva e Lucas Victor Silva participam da coletânea com o artigo “Os fatos históricos valem menos como conhecimento a adquirir do que pelas conclusões de ordem social e econômica que deles podemos tirar” que realiza estudo sobre os conteúdos históricos nos Programas de Educação Primária do Estado de Pernambuco na década de 1930. Encerrando esta seção, Juliana Alves de Andrade busca em seu artigo: “Trabalhadores rurais, camponeses e movimentos sociais rurais nos livros didáticos de História: breves apontamentos para uma reflexão sobre o lugar desses sujeitos na literatura escolar” analisar como obras didáticas de História, no contexto atual, abordam as temáticas Campesinato, Trabalhadores Rurais e Movimentos Sociais Rurais nos livros de história, destinados aos alunos do 3º ano do Ensino Médio. A seção “História, infância e Juventude” traz duas contribuições. O artigo “A poesia como estratégia metodológica na escolarização das jovens privadas de liberdade de Pernambuco” de autoria da historiadora Vera Lúcia Braga de Moura tem por objetivo analisar as estratégias de escolarização das adolescentes privadas de liberdade implementadas pela Secretaria Estadual de Educação nos Centros de Atendimento Provisório envolvidos na execução da política, bem como o processo de bairro da Iputinga. No segundo texto, Humberto Miranda em “A Ditadura Civil-Militar em Pernambuco (1964-1990)” discute a trajetória do sistema Funabem/Febem enquanto complexo tutelar voltado para crianças das classes populares. O historiador analisa as práticas e discursos do Estado ditatorial que legitimaram a lógica de controle social e as estratégias disciplinares presentes na montagem e no funcionamento do sistema Funabem/Febem em Pernambuco. A temática “História e Cultura” também traz relevantes contribuições. O historiador Augusto Neves da Silva participa desta coletânea com um artigo sobre uma manifestação carnavalesca pouco estudada pela historiografia do carnaval do Recife e que sofreram significativa oposição ao longo do século XX: as escolas de samba. Em “Intelectuais e tradição: disputas pelos dias de Momo no Recife (1955-1956)” analisa os debates, conflitos e tensões intelectuais em torno da presença das escolas de samba na “terra do frevo”. Já a historiadora Joana D’arc de Sousa Lima parte das memórias de sua trajetória profissional em relevantes instituições culturais de São Paulo e Pernambuco para refletir sobre os temas da formação do público, da mediação e da participação. No artigo “Entre a lembrança e o esquecimento: Histórias da formação de públicos nas instituições culturais” construiu uma abordagem que articula à História, reflexões de campos como a arte, a museologia, a educação e a arte/educação. Sobre “História e Literatura”, a coleção registra a participação de dois artigos. Em “Memorando para ler o Recife em Manuel Bandeira”, o historiador Flávio Weinstein Teixeira constrói uma releitura sobre três conhecidos poemas do escritor pernambucano dedicados à capital: Evocação do Recife (1925/30), Minha Terra (1948) e Recife (1966). O diálogo entre história e literatura é tema da contribuição do historiador Marcus Vinícius Santana Lima. Em “A mulher do vizinho: um conto de Fernando Sabino”, o autor explora a narrativa literária como fonte para o estudo do Recife da década de 1960. A temática “Ensino de História e as leis 10639/2003 e 11.645/08” traz contribuições dos pesquisadores Edson Silva e Maria da Penha da Silva, que participam deste livro com o artigo “De qual ‘índio’ estamos falando?! Reflexões para o ensino da temática indígena”. Ao leitor tem a sua disposição a denúncia sobre os estereótipos e a ignorância sobre a temática que permanecem no cotidiano escolar mesmo após o advento da Lei 11.645/08 que determina a inclusão do tema História e Culturas dos povos indígenas nos currículos da Educação Básica no Brasil. O artigo ressalta a necessidade de renovação dos livros didáticos brasileiros e finaliza sugerindo princípios para uma abordagem renovada e uma rica lista de contribuições atualizadas sobre a temática disponíveis aos pesquisadores e professores brasileiros. Em “Por uma história a partir dos conceitos: África, cultura negra e lei 10639/2003: reflexões para desconstruir certezas”, Ivaldo Marciano de França Lima revisita criticamente a utilização dos conceitos de “afro-brasileiro”, “afrodescendente” e “africano” atualmente convencionados como sinônimos para nomear as populações “não brancas”. Um texto que sugere uma abordagem alternativa para a efetivação da lei 10639/2003 na educação básica brasileira. A temática “História e cidade” traz contribuições sobre violência e relações de gênero no espaço urbano. Wellington Barbosa da Silva recua até o Recife do século XIX para analisar o medo motivado pela criminalidade urbana. A leitura do texto “Cidade, violência e medo: o caso do Recife oitocentista (1840-1880)” nos proporciona, entre outras coisas, a percepção de que, pelo menos, desde meados do Oitocentos o problema da violência urbana e os temores por ela provocados povoam as páginas dos periódicos locais. Ricardo dos Santos Batista colabora, neste livro, com um capítulo sobre os “usos femininos” do espaço urbano de Jacobina, Bahia, em meados do século XX. Em “Mulheres, convenções de gênero e espaço urbano”, o autor reflete sobre as convenções de gênero e sexualidade através das quais se tentava controlar os comportamentos femininos desafiadores das normas vigentes. Sobre a “História e Sertão”, temos debates sobre cultura material e propriedade fundiária. As autoras Kalina Vanderlei Silva, Amanda Isabela A. da Silva, Hortênsia Calado Pedro e Suelane Matos da Silva exploram a riqueza analítica dos inventários e testamentos referentes à capitania de Pernambuco no século XVIII, em especial do acervo do Memorial de Justiça de Pernambuco no que diz respeito às comarcas sertanejas. É o tema do artigo “O Sertão em inventários: cultura material e sociedade na Capitania de Pernambuco no século XVIII” que convida pesquisadores a se debruçarem sobre a documentação ainda pouco consultada. A historiadora Maria Ferreira retoma descobertas de sua tese de doutoramento no artigo “Proprietários, famílias e sociabilidade: notas para uma história da

# História e cidade

## Cidade, violência e medo: o caso do Recife oitocentista (1840 - 1880)

WELLINGTON BARBOSA DA SILVA  
Departamento de História / UFRPE

Clamamos a todos os ventos pela segurança devida à propriedade e à pessoa. Vivemos sob o império do punhal do assassino, a propriedade à mercê da gazua. A polícia impotente e inepta, o crime triunfante e ousado.

A Província, 1872

Criminosos audazes, isolados ou em grupo, afrontam a lei e as autoridades em diversos lugares; [...] fazem com que seja preciso por à disposição da autoridade os meios suficientes para aqueles que quiserem perturbar a ordem pública, ou atentar contra a segurança individual ou de propriedade.

Henrique Pereira de Lucena  
Presidente da província de Pernambuco

1874

No Recife dos dias atuais, a segurança pública parece estar sempre por um fio; os seus habitantes vivem sob o signo do medo. Mesmo quem nunca foi vítima da criminalidade urbana pode percebê-la, seca e cruenta, nos noticiários policiais

veiculados pelos *mass media* (jornais e, principalmente, rádio e televisão): todos os dias, eles fazem um inventário sensacionalista dos crimes ocorridos na cidade. A ação dos criminosos também emerge das conversas cotidianas que se desenrolam no trabalho, em casa, nos botequins e outros espaços de sociabilidade. Nelas, é comum se ouvir um discurso quase uníssono de que as “pessoas de bem” vivem reclusas em seus lares enquanto os ladrões e assassinos andam à solta, fazendo um festim dos diabos. As pesquisas de opinião pública invariavelmente situam a questão da violência urbana como uma das mais importantes preocupações do cidadão comum – confirmando, assim, o sentimento de medo coletivo que paira nos centros urbanos.

Sentindo-se permanentemente ameaçados (de maneira latente ou manifesta) por ladrões e assassinos, os recifenses tendem a acreditar que a atividade criminal é mais frequente e violenta no presente do que no passado. E se recordam com nostalgia de uma idade de ouro perdida na poeira do tempo, uma época onde morava a felicidade: a calma e o sossego prevaleciam e os delitos eram esporádicos ou de pouca monta; além de serem prontamente combatidos pela polícia. Nesse mundo idílico e distante, a vida social transcorria sem grandes sobressaltos, as pessoas podiam circular pelas ruas à noite com certa tranquilidade, conversar despreocupadamente com os vizinhos nas calçadas, deixar as portas e janelas de suas residências destrancadas etc. Uma situação muito diferente dos tempos atuais, tão violentos e atemorizantes.

No entanto, como nos diz Georges Minois, a idade de ouro “jamais existiu, a não ser nos quadros dos pintores e na imaginação dos poetas.” (MINOIS, 2011, p. 427.) Como afirma Luzia Baierl, a “violência é um fenômeno que sempre existiu na história

do homem, em todos os tempos e lugares, assumindo formas e manifestações diferenciadas.” (BAIERL, 2004, p. 21) Na ótica judaico-cristã, a violência entre os homens surgiu ainda nos primórdios da humanidade – exteriorizada no fratricídio perpetrado por Caim. Não precisamos recuar tanto assim nos domínios de Chronos, nem tampouco criminalizar o assassinato de Abel, para deduzirmos que os crimes fazem parte da história desde tempos bem remotos. Mas uma coisa é certa: onde há seres humanos unidos por laços sociais, há desvios e as correspondentes sanções punitivas; e, se os agrupamentos daí advindos possuem uma organização mais complexa, há a criminalização de parte desses desvios e a conseqüente rotulação dos desviantes como criminosos.<sup>1</sup>

O Recife oitocentista, obviamente, não vivenciou uma idade do ouro, nem tampouco se caracterizou por ser uma “terra sem males.” A violência e suas práticas exteriores (como os homicídios, os furtos e roubos etc.) também marcaram o tecido social recifense no século XIX. Os trechos de narrativas que nos serviram de epígrafes deixam entrever essa assertiva. Todavia, o seu cotidiano seria menos violento naquela época do que nos dias atuais? Não é nosso propósito comparar os níveis de violência em temporalidades e contextos sócio-históricos diferentes. Nem tampouco temos estatísticas confiáveis (aliás, nenhuma estatística, diria Disraeli, é confiável), para fazermos comparações relativamente seguras; mas, se cotejarmos a demografia recifense do século XIX e a da atualidade, talvez não seja tão imprudente

1 Aqui me utilizo do referencial teórico de Howard Becker, um dos principais expoentes da “teoria da rotulação”, para quem o desvio é sempre o produto de um “empreendimento” dirigido por dois tipos de “empreendedores da moral”: os que criam a norma e os que as fazem executar. (BECKER, 2008)

supormos que, em termos proporcionais, o Recife daquela época fosse tão ou mais violento quanto o do tempo presente. Pelo menos é a sensação que nos deixa a leitura de algumas fontes documentais coetâneas, nas quais as narrativas sobre uma renitente e assustadora criminalidade são corriqueiras.

Os jornais daquela época trazem muitas notícias que nos deixam entrever essa violência cotidiana. Em princípios de 1830, no ocaso do Primeiro Reinado, um cidadão com a sugestiva alcunha de *O Pacato* publicou nas páginas de um jornal coevo que no bairro de Santo Antônio, onde era “velho habitante” e no do Recife, onde tinha “parentes e afazeres”, era raro o dia no qual não se visse ou se ouvisse “pelas ruas rixas, pancadaria velha e palavras obscenas” e a movimentação de pessoas desconhecidas, suspeitas de viverem da subtração da propriedade alheia. Da mesma maneira que não se via ou se ouvia dizer que as autoridades policiais procurassem rondar esses lugares e coibir tais práticas – um desleixo do qual emanavam, na sua percepção dos fatos, essas desordens, pancadarias e roubos. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 11/1/1830, p. 1149)

Onze dias depois, outro homem, com o pseudônimo de *Assinante de Fora de Portas*, publicou no mesmo periódico uma queixa semelhante, afirmando que, nesse bairro, pertencente à freguesia do Recife, não havia dia onde não se registrassem “pancadas, facadas, mortes etc.” – para desespero dos cidadãos pacíficos que, muitas vezes, se viam atacados dentro de suas próprias casas com faca de ponta. “Sem temor às leis”, os facinorosos cometiam esses atentados a torto e a direito, enquanto a polícia se perdia na inércia e/ou no desleixo de suas funções. Essa situação, segundo ele, acabava transformando o bairro de Fora de

Portas em um lugar inabitável para pessoas como ele: cidadãos pacíficos, laboriosos e respeitadores da lei. Por isso, ele rogava às autoridades competentes para cumprir “exatamente com os seus deveres” para guardá-los “de tantos males”. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 22/1/1830, p. 1190)

De fato, a leitura dos relatos documentais deixa-nos com a sensação de que o Recife do século XIX era uma espécie de “paraíso dos ladrões”, epíteto com o qual o Rio de Janeiro era retratado pelas reportagens policiais nas décadas iniciais dessa mesma centúria. (OTTONI, 2012, p. 10) No decênio de 1870, mais de quarenta anos depois da veiculação das queixas dos dois cidadãos acima citados, as notícias publicadas pelos jornais continuavam denunciando a crescente violência cotidiana e o seu epifenômeno: o medo. Um cidadão, dessa vez se utilizando do espaço aberto por *A Província*, outro jornal da época, afirmou que os roubos reproduziam-se “dentro desta capital, e já nos seus arrabaldes, ora à noite, ora em pleno dia”, sem que a polícia buscase “remover tão crítica situação”, que, na sua percepção, “cada vez se [tornava] mais assustadora.” Neste cenário conturbado e inseguro, a audácia dos ladrões aumentava, chegando ao ponto de eles “não [respeitarem] mais nem os *edifícios públicos*, nem as ruas mais frequentadas e *guardadas pela força pública*”. (A PROVÍNCIA, 13/12/1872, p. 1, 3.)

Alguns acontecimentos, narrados pelo jornal supracitado, pareciam reforçar esta sensação de insegurança na área urbana. Em fins de 1872, segundo o jornal acima, um grupo de representantes “de bancos e demais estabelecimentos comerciais da rua do Comércio”, em sua maior parte de capital estrangeiro, dirigiu à presidência uma petição solicitando a permissão para eles

[...] fazerem a polícia da referida rua e da do Torres, para onde deitam os fundos dos seus estabelecimentos, por meio de gente da confiança os peticionários e por estes paga, em vista dos furtos e roubos que ultimamente tem se dado nesta cidade e da falta de recursos em que para reprimi-los ou evitá-los confessou achar-se o chefe de polícia em ofício à mesma presidência, procurando por este modo os peticionários garantir seus interesses e valores existentes em seus estabelecimentos. (A PROVÍNCIA, 22/10/1872, p. 2)

Esta petição, segundo o mesmo jornal, colocava em evidência “o vergonhoso estado de falta de segurança de propriedade” no qual se achava o Recife. Mas indicava também que a violência criminal era um problema cada vez mais grave e recorrente na capital pernambucana.

A ousadia dos criminosos, como o noticiário policial acima transcrito nos deixa entrever, misturar-se-ia com a desassistência do poder público. O jornal acima referido chegou a criar uma seção (ou rubrica, no linguajar da época) intitulada “Salve-se quem puder” para noticiar os crimes contra a propriedade e a segurança individual cometidos no Recife – uma cidade que, segundo um articulista do mesmo periódico, parecia “achar-se em plena acefalia policial.” (A PROVÍNCIA, 4/10/1872, p. 2-3) O governo ou deixava os cidadãos “entregues aos próprios recursos” ou encarregava o patrulhamento da cidade a “soldados infrenes, com carta branca para fazerem semelhante serviço” como bem entendessem e guiados “antes com instintos ferozes do que disposição de contribuírem para o restabelecimento da segurança.” (A PROVÍNCIA, 22/10/1872, p. 3) Neste caso, o jornal se

referiu à truculenta ação de soldados do Exército que estavam patrulhando a freguesia de São José, quando, na ocasião, “esbordoaram barbaramente, antes das dez horas da noite, a um pobre homem que encontraram dormindo em um dos lados da matriz”. No entanto, outros documentos, legados pela incipiente burocracia policial da época, nos mostram que comportamentos deste tipo também eram recorrentes entre as praças do Corpo de Polícia e de outras instituições policiais, como a Guarda Cívica.

Este periódico era um órgão do Partido Liberal, como aparece registrado na sua primeira página, à guisa de subtítulo. Logo, o noticiário policial estampado em suas páginas não se guiava unicamente pelo imperativo da informação, mas, acima de tudo, ele era orientado para a crítica político-partidária com o intuito de enfraquecer a administração dos políticos conservadores que ocupavam, naquele momento, a presidência da província. E, para isso, nada melhor do que denunciar os desatinos e omissões da principal instituição estatal encarregada de patrulhar o espaço público para coibir as ações criminosas. Porém, a despeito do seu tom panfletário, acusatório, este jornal tratava em suas páginas de um conjunto de práticas corriqueiras, perceptíveis em qualquer sociedade humana e não apenas na sociedade recifense daquela época. Acontecimentos presumíveis em qualquer contexto social, mas que, aparentemente, pareciam tomar conta do cotidiano da capital pernambucana de maneira avassaladora, aglutinados na forma de um denso e assustador nevoeiro: a criminalidade urbana.

Antes de prosseguir fazemos uma ressalva de caráter epistemológico sobre o papel desempenhado pelos jornais naquilo que Adorno e Lamin denominam de “fabricação de cenários de medo

e insegurança”. (ADORNO; LAMIN, 2008, p. 166) Lola Aniyar de Castro, ao analisar a relação entre a notícia e a construção social da realidade, estabelece um liame, embora um tanto instrumental, entre a publicidade do delito e o sentimento de insegurança. Para ela, a forma como a notícia é construída gera “atitudes e valores, isto é, elementos de juízo, para que se crie um sentimento de insegurança que é ‘absolutamente seletivo’”, pois, indica ao leitor/receptor o que ou a quem se deve temer e canalizar a agressividade coletiva: o delinquente – que emerge, violento e perigoso, das suas narrativas. (CASTRO 2005, p. 205) Diversos outros estudos e pesquisas <sup>têm salientado</sup> que os meios de comunicação contribuem para potencializar o medo e o sentimento subjetivo de insegurança ao transformarem – com suas narrativas carregadas de sensacionalismo e programas de tipo folhetinesco – a violência em espetáculo. (ADORNO; LAMIN, 2008, p. 166-169)

Não sabemos até que ponto os jornais coevos superdimensionavam o medo e a sensação de insegurança no Recife oitocentista. Os recifenses, em sua grande maioria, eram analfabetos, mas a leitura dos periódicos em locais públicos, como as tabernas, e a difusão boca a boca do seu conteúdo permitia-lhes tomar conhecimento das notícias e a conseqüente hermenêutica dos fatos narrados. E, como demonstram Adorno e Lamin, o medo também circula através das histórias contadas, das conversas “sobre fatos e acontecimentos, rumores, depoimentos, testemunhos” e, não raro, estas formas de circulação “contribuem para potencializar a insegurança e reproduzir a violência que traz subjacente às narrativas”. Logo, podemos supor que as notícias sobre os crimes, assim disseminada, podiam produzir

um sentimento subjetivo de insegurança sobre uma parcela mais ampla da população.

Independentemente destas questões, as notícias sobre a violência cotidiana e a correspondente crítica ao trabalho da polícia apareciam frequentemente nas páginas dos jornais da oposição, como *A Província*. Neles, criticava-se a “inércia” da polícia e até mesmo “a falta de idoneidade [do seu pessoal] para reprimir o crime”. Em uma de suas edições, este jornal questionou: “Se nas ruas mais frequentadas e *guardadas pela força pública* o crime ergue o colo, o criminoso evade-se, não se dá a conivência com os agentes da autoridade?” (A PROVÍNCIA, 13/12/1872, p. 1.) Na aguda crítica dos seus articulistas, o Corpo de Polícia, visto como ineficaz e suspeito de pactuar com os criminosos, de nenhum modo se prestava “ao mister a que [era] destinado”, servindo unicamente para malbaratar o dinheiro público investido na sua manutenção. (A PROVÍNCIA, 4/10/1872, p. 3.)

Mas, note-se bem, a crítica não era à polícia em si, enquanto agência estatal dotada de autorização para o uso legitimado da força física. O que se criticava eram a sua “apatia e inércia”, a sua incompetência para garantir a segurança individual e de propriedade, quando não a sua suposta conivência com os salteadores. E também do seu uso eleitoral. Para o redator d’*A província*, em épocas de eleição, as autoridades policiais se preocupavam somente com as “diligências eleitorais” e o triunfo do seu partido nas urnas, deixando os ladrões e assassinos em plena liberdade. Uma prática, diga-se de passagem, tão costumeira quanto “democrática”, pois não se relacionava a um grupo político em particular, mas àquele que controlasse os aparelhos do Estado – fosse ele de ideário liberal ou conservador.

Os liberais, quando assumiram a administração provincial, em 1884, sentiram na própria pele as dores, e não apenas as delícias, de ser governo. Depois de passarem alguns anos na oposição, atirando pedras no telhado do vizinho, denunciando e criticando a inoperância administrativa dos conservadores, estes últimos deram-lhes o troco na mesma moeda. E passaram a divulgar os graves atentados contra a segurança individual e de propriedade que, na sua perspectiva, deixavam a província em um “estado de barbárie”: os roubos seriam cada vez mais audaciosos, porém a polícia nunca achava “um criminoso para prender e entregar à Justiça”.

Neste caso, o contra-ataque dos liberais veio rápido como um tiro de pistola. O chefe de polícia revirou os arquivos da sua repartição e se valeu das estatísticas criminais deixadas pelos seus antecessores para mostrar que, em termos de criminalidade, havia “uma diferença espantosa para mais” no tempo em que Pernambuco esteve sob o domínio do partido conservador. E arrematou: “Os crimes que têm sido praticados hoje, são os mesmos que se praticam em todas as épocas e nas cidades mais civilizadas do mundo, cuja polícia, por melhor organizada que seja jamais poderá preveni-los suficientemente”. (RELATÓRIO, 20/9/1884, p. 2)

Embora as autoridades policiais, como fez o chefe de polícia em 1876, geralmente afirmassem que os opositoristas abusavam da liberdade de imprensa, argumentando que, longe de ser uma tribuna popular onde “as grandes questões sociais” pudessem ser discutidas, os jornais se convertiam “em verdadeiro flagelo para a força moral do governo”, os próprios presidentes confirmavam, mesmo involuntariamente, o discurso dos opositores.

(RELATÓRIO, 1/3/1876, p. 1) Em seus relatórios, preparados para serem lidos durante a abertura dos trabalhos legislativos ou quando ocorria a substituição dos governantes, eles discorriam sobre a persistência da violência cotidiana, a “penúrias dos meios coercitivos” à disposição das autoridades e a ineficiência da polícia no tocante ao controle do crime.

Como admitiu Leitão da Cunha, em 1861, durante a abertura dos trabalhos legislativos, ao registrar em seu relatório que, no Recife, a segurança individual ainda era uma quimera. Segundo ele, a precariedade dos meios preventivos em matéria criminal provocava “sempre mui sérios embaraços, tornando-se aí ineficaz a ação da autoridade, e fácil a deplorável tarefa do criminoso”. (RELATÓRIO, 1/4/1861, p. 1-2) Um desses “embaraços” se relacionava justamente com o diminuto contingente do Corpo de Polícia. Em 1861, esta corporação deveria ser composta por 500 soldados. Deveria, pois o seu estado efetivo era de apenas 419 praças, faltando ainda 81 para o seu estado completo. Consequentemente, como explicitou o citado presidente, o corpo policial ressentia-se “da falta de força que [o habilitasse] a reprimir o crime e acossar os criminosos” – embora contasse com “o auxílio eficaz da força de linha”.

No ano seguinte, o presidente era outro, mas o Corpo de Polícia, cujo contingente já era apontado como insuficiente para o patrulhamento da província, passou a contar com apenas 400 praças – isso sem levar em consideração as possíveis baixas provocadas por deserções, prisões disciplinares, enfermidades, entre outros motivos. Nuno Gonçalves, durante o ritual de passagem do governo provincial para seu sucessor, disse aos deputados “ser óbvio que com tão pequena força não era possível

satisfazer todas as precisões do serviço público, em uma província que [tinha] talvez 200 léguas de território e cuja população [elevava-se] seguramente a mais de um milhão de habitantes.” (RELATÓRIO, 20/3/1862, p. 5, 40)

Por conta dessa rarefação de pessoal, conforme salientou o mesmo Nunes Gonçalves, as necessidades mais urgentes do serviço público eram em grande parte satisfeitas pela 1.<sup>a</sup> Linha e pela Guarda Nacional. Em particular, por esta última instituição. Mesmo não tendo sido uma força policial ao pé da letra, a “guarda cidadoa” foi utilizada em larga escala no policiamento do Recife e das cidades interioranas<sup>2</sup> – embora a eficiência do seu trabalho fosse bastante questionada pelas autoridades policiais e administrativas da época. Leitão da Cunha definiu, sem meias palavras, a ação policial da “milícia cidadã” em Pernambuco da seguinte maneira: “[...] sem disciplina, sem instrução e quase sempre sem uniforme e armamento, a Guarda Nacional não tem o prestígio de uma força regular e não pode merecer por esse lado inteira confiança da autoridade.” (Grifo nosso)

Outra das causas que, na ótica de Leitão da Cunha, também concorria “para a repugnância ao serviço do Corpo de Polícia [era] a dificuldade em conseguir-se (sic) baixas depois de terminar o prazo do contrato.” Geralmente, as suas praças serviam por quatro anos consecutivos, sendo-lhes facultada, caso assim quisessem, a possibilidade de elas serem reengajadas por igual período de tempo. Caso contrário, o presidente deveria imediatamente conceder-lhes a baixa. Leitão da Cunha

2 A Lei n.º 2395, de 10 de setembro de 1873 suprimiu da Guarda Nacional as suas funções policiais. Para maiores detalhes sobre a utilização da “milícia cidadã” no patrulhamento cotidiano do Recife na primeira metade do século XIX ver SILVA (2010, p. 91-111).

via a retenção de praças sem contrato como um fator negativo para futuros engajamentos, mas ele mesmo negava-se a conceder-lhes a baixa nestas situações ou não consentia “em sua passagem para o Exército, a que [recorriam] muitos”, pois isso, segundo ele, “importaria desfalcas consideravelmente as fileiras do corpo”.

O número de soldados que compunha o Corpo de Polícia variava de ano para ano. A cada novo ano financeiro, que se estendia de 1.º de julho de um ano a 30 de junho do ano subsequente, a assembleia legislativa provincial definia o quantitativo de praças a serem engajadas e a sua distribuição por companhias. Não obstante, o seu efetivo podia ser aumentado em momentos de risco e de sublevações. Durante o período que nos serve de referencial cronológico era comum existir nas leis de fixação um artigo ratificando esta possibilidade. Na verdade, o corpo policial podia até ser aumentado em situações emergenciais. De modo geral, as leis anuais de fixação do seu efetivo autorizavam o presidente a elevá-lo em mais 100 ou 200 praças de acordo com “as exigências públicas” ou “em circunstâncias extraordinárias”.

Entretanto, se não era fácil completar o efetivo da força pública, preenchendo as vagas ociosas, aumentá-lo se tornava uma tarefa ainda mais complicada. O presidente Leitão da Cunha, citado anteriormente, salientou em seu relatório que a “repugnância invencível que [tinha] a nossa população para vida militar, [tornava] muito raros os assentamentos de praças por contrato”. Por outro lado, o recrutamento forçado não podia “fazer-se efetivo para o Corpo de Polícia, por não haver lei que o [autorizasse].” O engajamento voluntário, assim como a ausência de castigos físicos disciplinares, era um diferencial desta corporação em

relação às tropas do Exército e da Marinha. Mesmo assim, ao que tudo indica os homens livres recifenses não demonstravam muito interesse em ingressar nas suas fileiras.

O fato de a maior parte dos homens livres aptos ao serviço policial se mostrar avessa ao ingresso na força pública era, por si só, um sério empecilho para a ampliação da força pública; mas outro embaraço (o “mais sério de todos”, na perspectiva de Leitão da Cunha) não permitia o aumento do seu contingente, mesmo que houvesse muitos candidatos pleiteando uma vaga na corporação: referimo-nos ao “estado deficiente dos cofres provinciais”. Na abertura dos trabalhos legislativos, os presidentes geralmente tentavam convencer os deputados provinciais da necessidade de se aumentar o efetivo do Corpo de Polícia. Para isso, como fez Nuno Gonçalves, em 1862, alertavam-lhes sobre a dificuldade de se policiar uma província extensa e de população numerosa como a de Pernambuco com uma força policial de recursos humanos tão escassos.

Outros insistiam que a polícia representava um importante instrumento de manutenção da ordem e da tranquilidade pública e, por isso, urgia que os deputados encontrassem uma forma de melhorar suas condições estruturais. Como fez, em 1864, Domingos de Souza Leão. Na condição de vice-presidente da província, ele ponderou “que, se a força pública é uma das garantias de que não pode prescindir a ordem e tranquilidade sociais, a cuja sombra se desenvolvem o bem estar e a propriedade de todos, não será por demais pesado o sacrifício que com ela se fizer.” (RELATÓRIO, 1/3/1864, p. 21) Estas sugestões eram levadas em consideração pelos deputados provinciais, pois, as leis de fixação da força pública, como já foi dito, autorizavam a

ampliação do seu contingente em momentos de graves perturbações da ordem pública.

No entanto, mesmo contando com estas prerrogativas legais, os presidentes não se viam com a faca e o queijo nas mãos. A penúria dos cofres públicos quase sempre inviabilizava a ampliação do contingente policial. Por vezes, as rubricas orçamentárias voltadas para esse fim eram redirecionadas para outras necessidades administrativas, relacionadas com as demandas da produção econômica. De fato, como bem demonstrou Miriam Dolhnikoff, em Pernambuco a construção de pontes e estradas estava entre as principais preocupações dos deputados provinciais, pois, a expansão da infraestrutura era de fundamental importância “para agilizar o escoamento do algodão e do açúcar para o porto do Recife”. (DOLHNIKOFF, 2005, p. 174-175.) No ano de 1858, a assembleia legislativa chegou ao ponto de diminuir o efetivo da força de polícia “para achar meios mais amplos com que fazer face às necessidades sempre crescentes das obras públicas”. (RELATÓRIO, 1/3/1859, p. 5)

As “estreitezas orçamentárias” incidiam não apenas na dificuldade de se alistar um maior número de soldados para a força pública, mas também na incapacidade do governo de pagar melhores soldos àqueles já engajados nas suas fileiras. Se o trabalho litúrgico afastava os cidadãos da polícia de vertente civil, certamente os baixos salários produziam um efeito similar quando o assunto era o engajamento no Corpo de Polícia. Leitão da Cunha, como vimos, enumerou uma série de “embaraços” para explicar o fato de os recifenses se mostrarem tão avessos ao ingresso no Corpo de Polícia, mas não tocou no assunto dos baixos salários pagos aos soldados daquela corporação.

Talvez este fosse o “embaraço” mais evidente à formação de uma força pública numerosa. Em 1870, Frederico de Almeida e Albuquerque, repetindo o discurso de outros presidentes, foi taxativo ao relacionar a dificuldade para se completar o número de praças do Corpo de Polícia com “a pequenez dos [seus] vencimentos”:

Com efeito, com o vencimento diário de 1\$190 que [percebia] cada praça, em uma cidade como esta, onde qualquer homem aplicando-se a qualquer serviço não [obtinha] menos de 1\$600 a 2\$000 por dia, e à vista do elevadíssimo preço dos gêneros de primeira necessidade [era] mui difícil se não impossível encontrar homens de comportamento regular que se [quisessem] alistar àquele corpo.

Por isso, ele sugeriu a ampliação do Corpo de Polícia e o aumento de 310 réis no vencimento diário pago aos seus soldados – totalizando um soldo de 1\$500 réis por dia. Ele reconheceu que estas medidas aumentariam consideravelmente a despesa, onerando os cofres públicos, mas, ao mesmo tempo, alertou os deputados sobre a necessidade de se formar um Corpo de Polícia com praças confiáveis e em número suficiente para o serviço, visto que o mesmo concorria para a manutenção “das principais necessidades sociais”: a segurança individual e de propriedade. E, para isso, o governo devia envidar todos os esforços e fazer mesmo sacrifícios – entre os quais se incluía “fazer toda e qualquer economia em outros ramos do serviço público.” (RELATÓRIO, 1/4/1870, p. 9)

Estas limitações e entraves perduraram durante todo o Império dificultando a formação de uma força pública mais

numerosa, como queriam os diversos presidentes que administraram a província de Pernambuco. Para reduzi-las e, ao mesmo tempo, estabelecer um policiamento pelo menos visível aos olhos dos pernambucanos, os governantes promoveram algumas mudanças na estrutura da corporação. Uma lei promulgada em 29 de maio de 1861 dividiu a força policial em duas sessões: uma urbana e outra volante. A primeira, formada por 150 homens, distribuídos em três companhias, seria “destinada ao serviço da cidade e seus subúrbios”. A segunda, com 250 praças, seria deslocada, na forma de destacamentos, “para as diligências do interior da província”. (RELATÓRIO, 20/3/1862, p. 39-40) Com esta medida, o governo pretendeu fixar na capital pernambucana uma força policial que, embora continuasse reduzida, não seria continuamente desfalcada para policiar as cidades interioranas.

Em 1865, por ocasião da Guerra do Paraguai, estas duas seções do Corpo de Polícia, acrescentadas de mais 100 praças, foram enviadas para o teatro da guerra. Os discursos fervorosos, publicados nos jornais, conclamando voluntários para a defesa da nação, bem como os incentivos pecuniários oferecidos pela administração provincial, não foram suficientes para despertar o sentimento patriótico de boa parte dos soldados de polícia: apenas 188 deles se declararam prontos a marchar enquanto outros 140 se negaram ao serviço da guerra. Destes últimos, 70 não perderam tempo e requereram logo a baixa do serviço e outros 10 a aposentadoria – sendo atendidos pelo governo. Os restantes, fazendo uso da legislação sobre o assunto, preferiram completar seu tempo de serviço no corpo de polícia provisório, criado, na ocasião, para policiar a província enquanto durasse o esforço de guerra.

Este corpo de polícia provisório demorou um pouco para organizar-se adequadamente. A lei n.º 611 de 2 de maio de 1865 fixou-lhe o número máximo de 300 praças. Todavia, o alistamento se deu em ritmo de conta-gotas. Dois meses mais tarde, o governo havia alistado somente 73 novos soldados para as suas fileiras. Quase um ano depois, em março de 1866, a corporação contava com 132 praças, graças ao alistamento de mais 59 novos soldados. No entanto, 40 deles haviam seguido em diligência para a cidade de Garanhuns, no agreste pernambucano, deixando na capital da província o magro contingente de 92 soldados – insuficiente, portanto, para montar um serviço de policiamento que se fizesse pelo menos visível aos olhos da sociedade.

Inicialmente, isto não preocupou muito as autoridades administrativas e policiais, pois, como admitiu Cunha Paranaguá, a sua organização poderia prejudicar a formação do Corpo de Voluntários da Pátria que estava em andamento. Por isso, ele resolveu adiar a sua organização “para ocasião mais oportuna”, com o argumento de que a sua falta “era suprida pela Guarda Nacional paga pelos cofres provinciais.” (RELATÓRIO, 1/3/1866, p. 21) Nessas horas, a ineficiência do serviço de policiamento feito pela milícia cidadã não era levada em consideração. Como não foi durante todo o tempo no qual a mesma foi utilizada para suprir as lacunas deixadas pelo Corpo de Polícia.

No início do decênio seguinte, o seu efetivo teve um acréscimo significativo, pois a lei de 2 de maio de 1871 marcou “o número de praças deste corpo em 800, podendo mesmo ser elevado até 1.000 segundo as exigências do serviço público.” Todavia, o seu estado efetivo em março de 1872 era de 788 praças – faltando ainda 12 soldados para alcançar o seu estado completo.

Na opinião do presidente Oliveira Junqueira, este contingente formava “um numeroso corpo; mas ainda assim [parecia] insuficiente, tantos [eram] os pedidos e requisições de força policial para todos os postos da província!” – o que desfalcava a corporação e impedia que um número fixo de policiais ficasse no Recife, à disposição do chefe de polícia. Para ele, seria mais conveniente

[...] que duas companhias, ou cerca de 200 praças, estivessem sempre nesta capital, já muito populosa e onde se concentram valiosos interesses; mas não [tinha] sido possível reunir mais de 100 praças, máximo que se [obtinha] com esforço por poucos dias e que, lamentavelmente, [descia] à metade, ou a menos ainda. Assim, não se [podia] fazer aqui o serviço de polícia da cidade e nem dar à noite o número de patrulhas conveniente. (RELATÓRIO, 1/3/1872, p. 18-19)

Dois anos mais tarde, em 1874, Henrique Pereira de Lucena, outro presidente de província, também achava insuficiente o número de 800 soldados para o enfrentamento da violência cotidiana – expressa na ação de “criminosos audazes, isolados ou em grupo, [que] afrontavam a lei e as autoridades em diversos lugares”. Convinha, defendeu ele, deslocar para as diversas localidades da província “uma força de polícia, que, guardando as prisões, [fizesse] as diligências e [opusesse] aos ataques do crime o braço dos agentes incumbidos de fazer respeitar a lei.” Em sua opinião, o governo não alcançaria este intento “com 800 praças, e nem mesmo com o duplo”. Mesmo assim, ele cobrou dos deputados uma dotação orçamentária capaz de proporcionar os “meios para se ter uma força policial que pelo menos [pudesse]

sem atropelos fazer face às necessidades maiores e mais urgentes.” (RELATÓRIO, 1/3/1874, p. 17)

Para ele, talvez fosse mais conveniente criar na capital um corpo de polícia, nos moldes do existente, com “um menor número de praças, e nas outras comarcas companhias ou seções, que, sem organização militar, mas compostas de homens escolhidos, [fizessem] a polícia e [guardassem] as prisões”. (RELATÓRIO, 1/3/1874, p. 17) Sua sugestão resultou, em 30 de abril de 1874, na criação da Guarda Local. Esta força policial ficou circunscrita aos municípios interioranos e substituiu, assim, a seção volante do Corpo de Polícia. Por causa de sua criação, este último teve o seu efetivo reduzido para 500 praças. Mas como foi marcado o mesmo número de praças para a Guarda Local, a força pública, como um todo, passou a contar com um contingente 1.000 homens – embora este número nem sempre correspondesse ao seu estado completo. No ano seguinte, os efetivos destes dois aparatos, somados, contabilizavam 900 praças.

A Guarda Local dividia-se em comandos independentes uns dos outros, subordinados diretamente ao presidente da província e não aos comandantes do corpo policial – o que dificultava a sua fiscalização. Por isso, em 1876, outro presidente, João Pedro de Moraes, fez duas sugestões para melhorar o estado da força policial: ou suprimir a Guarda Local e aumentar o Corpo de Polícia ou conservá-la com a condição de reuni-la ao Corpo de Polícia, subordinando-a ao mesmo comando. Ele preferia a primeira alternativa, pois, na sua percepção, o Corpo de Polícia tinha mais mobilidade e prestava melhores serviços; mas, por “razões de economia” aconselhava a adoção da segunda, “porque a média da despesa feita pela província com uma praça da

Guarda Local [seria] muito inferior a que [exigia] uma praça de polícia.” (RELATÓRIO, 1/3/1876, p. 22)

A decisão recaiu sobre a criação de outra força policial: a Guarda Cívica. Esta instituição se diferenciava do Corpo de Polícia por ser composta de guardas civis ou paisanos, que apesar de trabalharem uniformizados e serem igualmente submetidos aos rigores da disciplina, não se subordinavam aos princípios militares norteadores do Corpo de Polícia. Com a formação da Guarda Cívica, inaugurava-se, pelo menos no papel, um aparato policial pautado pelo respeito ao cidadão – mesmo com aqueles reputados como “criminosos”. Os seus componentes deveriam tratar a todos com polidez e cortesia e utilizarem-se de “meios brandos e suasórios” para resolver as desordens e conflitos interpessoais – evitando entrar em disputa com quem quer que fosse e portando-se com prudência mesmo para com aqueles que fossem desatenciosos ou provocadores. O utópico código de conduta expresso no regulamento da Guarda Cívica ainda os proibia de “maltratar de qualquer maneira os presos, ou por palavras ou por gritos e, sobretudo, fisicamente.”<sup>3</sup>

Na verdade, a criação desta guarda tinha sido sugerida alguns anos antes pelo conde de Baependy, então presidente da província. No seu relatório, apresentado à assembleia provincial em 1869, ele lamentou o clima de insegurança que assolava os indivíduos e a propriedade em toda a província. E também a falta de meios adequados para tornar eficaz a perseguição dos criminosos e prevenir os delitos. Os soldados do Corpo de Polícia haviam sido enviados, quatro anos antes, para combater na Guerra

3 Regulamento da Guarda Cívica. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

do Paraguai. Em seu lugar ficou um corpo de polícia provisório constituído por 500 policiais, podendo em circunstâncias extraordinárias ser elevado a 600 soldados. Mesmo assim, o efetivo era insuficiente para atender às necessidades policiais até mesmo da capital pernambucana, impossibilitando o envio de destacamentos para as comarcas interioranas. Por outro lado, o recurso de se utilizar os guardas nacionais no serviço de polícia, não se revelava profícuo, uma vez que eles, “sem os hábitos da vida militar, sem a necessária disciplina e geralmente desarmados, mal se [prestavam, na ótica do presidente] às diligências que deles se [exigia]”.

Então, ele sugeriu “a criação de uma companhia de 120 praças de pret”, com a denominação de “Urbanos”, para realizar o patrulhamento da capital e das freguesias dos arrabaldes. Esta companhia, seguindo o exemplo de sua homônima do município da Corte, ficaria subordinada ao chefe de polícia – devendo este distribuí-la pelas freguesias como julgasse conveniente. (RELATÓRIO, 10/4/1869, p. 6-7) Com isso, o governo poderia destacar soldados do Corpo de Polícia em maior número para as comarcas mais distantes, sem por em risco a segurança da capital – que, apesar de não ter sido mais atormentada por quarteladas e rebeliões, como ocorreram nos decênios de 1830 e 1840, continuava sendo o palco de uma renitente criminalidade cotidiana.

Mesmo com a criação da Guarda Cívica e a manutenção do efetivo do Corpo de Polícia na faixa dos 800 soldados, a força policial pernambucana ainda revelava-se, na ótica dos governantes, muito limitada para atender as necessidades do serviço público. Em 1883, a assembleia pernambucana decretou a drástica redução do Corpo de Polícia para apenas 450 soldados

durante o ano financeiro 1883-1884. Na verdade, a força policial como um todo contaria com 1.050 homens, sendo assim distribuídos: 950 praças para o corpo policial e as 100 restantes para a Guarda Cívica. Porém, o efetivo de 950 soldados seria dividido em duas seções: uma, com os aludidos 450 soldados, e outra com o máximo de 500 praças. A primeira corresponderia ao Corpo de Polícia propriamente dito, de caráter permanente e pago pelos cofres públicos provinciais; a segunda seria “suplementar ou volante”, cujo pagamento de salários ficaria a cargo do governo geral.

O presidente vetou este projeto de lei, fazendo-o retornar à assembleia, com o “valioso motivo” de que a “redução do Corpo de Polícia a 450 praças, numa província importante como esta, com 1.250.000 habitantes, [era] um perigo para a ordem pública”. Segundo ele, a província possuía 42 cadeias nos seus diversos municípios “e a maior parte delas contendo número avultado de criminosos, de sorte que as 450 praças mal chegariam para guardar essas prisões, ficando todo o mais serviço policial em abandono.” Mas, para fazer valer o seu veto, ele também se utilizou de uma filigrana jurídica, pois o projeto apresentado pelos deputados provinciais criava obrigações para o governo central (o custeio das despesas da seção suplementar do corpo policial), exorbitando, assim, de suas atribuições constitucionais. (RELATÓRIO, 1/3/1884, p. 11)

Em 1887, já no lusco-fusco do Império, existiam na província 970 praças voltadas para o policiamento do cotidiano – sendo 850 pertencentes ao Corpo de Polícia e 120 à Guarda Cívica. Mas o presidente Pedro Vicente de Azevedo argumentou que, em “vista das constantes requisições de força e urgências do serviço

policial”, parecia-lhe “indispensável aumentar o corpo ao menos com uma companhia”, ainda que para isso fosse preciso diminuir o soldo dos soldados existentes na corporação. Segundo ele, o desemprego era grande e os salários pagos no mercado de trabalho livre se equiparavam aos do Corpo de Polícia, tornando mais atrativo para os recifenses o ingresso nesta corporação – embora os vencimentos dos seus soldados ainda fossem relativamente baixos:

Não digo que as praças de polícia sejam bem remuneradas, mas atendendo o preço pelo qual se está pagando os trabalhadores em geral na província, creio bem que, aproveitando essa circunstância, poderemos facilmente aumentar o número de praças de polícia, sem acréscimo de despesa. O corpo está sempre completo, não falta quem queira ser soldado, e até com empenho. Nem pareça isto extraordinário; há falta de trabalho, as indústrias sentem-se esmorecidas com a baixa dos preços dos produtos, não se procura aumentá-los, nem buscar em fontes estranhas às até agora conhecidas, as comodidades da vida. (RELATÓRIO, 2/3/1887, p. 18-19) (Grifo nosso)

De acordo com Pedro Vicente, o corpo policial estava sempre completo, não faltava quem quisesse ser soldado. A procura pelo ingresso na corporação seria tão grande que os responsáveis pelo alistamento poderiam se dar ao luxo de escolher entre os pretendentes aqueles “de mais jeito e aptidão para o serviço.” Desse jeito, a crermos no seu relato, o descaso dos recifenses com as oportunidades de emprego oferecidas pelo Corpo de Polícia tornara-se coisa do passado.

Como vimos, no decurso deste texto, a preocupação com a ampliação da força pública para fazer frente à criminalidade era uma marca registrada dos relatórios presidenciais. Marcelo Martins (2011, p. 245.), analisando o contexto da violência em São Paulo, durante a Primeira República, informa-nos que a leitura dos relatórios policiais, processos criminais e notícias de jornal nos deixa entrever o surgimento no Brasil daquilo que Robert Reiner denominou de “fetichismo da polícia”, ou seja, um pressuposto ideológico de que esta instituição “é um pré-requisito essencial para a ordem social, e que, sem a força policial, o caos vai instalar-se.” (REINER, 2004, p. 19.) Não pretendemos fazer uma genealogia deste processo, mas a partir da leitura de documentos diversos sobre o contexto recifense da segunda metade do século XIX podemos antecipar em algumas décadas antes o surgimento deste “fetichismo”, ao notarmos como a sociedade via a polícia como instrumento de controle da criminalidade.

Cobrava-se, por meio dos jornais, uma presença mais constante da polícia nas ruas e a adoção de práticas de policiamento mais proativas que reativas. Os presidentes e os deputados provinciais, por sua vez, demonstravam certo interesse em fazer com que a polícia se tornasse mais eficiente no combate ao crime, ou, pelo menos, se fizesse mais visível aos olhos da população. Apesar das tão propaladas “estreitezas orçamentárias” da província, algumas tentativas foram feitas com este propósito. A divisão do Corpo de Polícia em duas sessões, uma urbana e outra volante, bem como a posterior criação da Guarda Local e da Guarda Cívica expressaram tanto a preocupação das autoridades com a questão da crescente criminalidade urbana quanto a crença de que a polícia era um instrumento indispensável

para debelar este mal que se alastrava por todos os rincões de Pernambuco – e, em particular, na cidade do Recife.

Se ao longo do século XIX a polícia demonstrou ser uma instituição plural, que exercia diversas funções de cunho mais social<sup>4</sup> que policial, pouco a pouco o controle do crime ia se constituindo no seu principal foco de atuação. Era o que os administradores provinciais pretendiam e também parte da sociedade pernambucana, como podemos deduzir da leitura dos periódicos coevos, dos relatórios presidenciais, correspondências do chefe de polícia etc. Em 1872, o redator d'*A província* apontou qual era no seu entendimento a “importantíssima missão” da polícia nas sociedades organizadas: “Instituída para manter a ordem pública, a liberdade, a propriedade, a segurança individual, seu caráter principal é a vigilância.” (A PROVÍNCIA, 13/12/1872, p. 1.)

A despeito deste “fetichismo da polícia”, sabemos o quanto é difícil (e discutível) de se mensurar a eficácia dos aparatos policiais no concernente ao controle do crime. Particularmente durante o Império, quando a polícia judiciária ainda se assentava

4 Em meados de 1838, por exemplo, coube à polícia vender “ao povo” as sacas de farinha de mandioca compradas no Rio de Janeiro, por conta da Fazenda, para evitar a escassez do produto entre a população pobre. (OFÍCIO, 2/7/1838, fl. 3) Em alguns casos, os serviços requeridos aos policiais eram, digamos assim, menos nobres. Em maio de 1846, o presidente da Câmara Municipal oficiou ao presidente da província para que os soldados de polícia voltassem a auxiliar o fiscal da freguesia da Boa Vista a “fazer a corrida de animais daninhos recomendada pelas posturas municipais”. (OFÍCIO, 13/5/1846, fl. 239) Durante a epidemia do cólera, que se abateu sobre o Recife em meados da década de 1850, coube à polícia a demarcação de cemitérios improvisados para o sepultamento das centenas de mortos atingidos por este flagelo. Aos soldados de polícia também ficou a responsabilidade de levar os doentes à força para internamento hospitalar. Bem como a de escoltar os cortejos fúnebres até o cemitério e garantir que os cadáveres fossem realmente sepultados. ([FARIAS, 2007](#))

em grande parte no serviço litúrgico<sup>5</sup> dos cidadãos e a polícia administrativa, embora fosse assalariada, carecia de material humano mais habilitado para o seu serviço ordinário. Em 1887, já na fase crepuscular do Império, o ministro da Justiça repetiu em um dos seus relatórios a velha cantilena de que a “segurança individual e de propriedade ainda não [era] satisfatória” e de que os meios preventivos de que o governo dispunha “para debelar o mal em sua origem” eram deficientes. Para ele:

Enquanto as condições do país impuserem a necessidade de uma organização policial sobre a base do serviço obrigatório e gratuito, e a escolha do pessoal dos corpos de polícia dentre um voluntariado restrito e pouco apto, não pode ser perfeita a ação preventiva, mormente em país tão vasto, de tão disseminada população e de comunicações difíceis em muitos pontos.  
(RELATÓRIO, 12/5/1887)

Uma situação da qual não escapava nem mesmo a Corte do Rio de Janeiro, onde se perpetuava a impossibilidade de se “completar o corpo militar de polícia, com pessoal idôneo”, como desejava o seu comandante. Por outro lado, a velha prática de se distrair para o serviço de polícia as forças do exército

5 No período aqui estudado, a maior parte dos integrantes da polícia de vertente civil exercia o que Fernando Uricoechea denomina de trabalho litúrgico, uma forma de labor no qual as pessoas, enleadas pelo discurso do dever cívico, prestam serviços ao Estado sem receberem nenhuma remuneração dos cofres públicos. Os subdelegados e os inspetores de quarteirão, por exemplo, se enquadravam nesta situação. Entre eles e os governantes não havia ainda “o elo burocrático essencial – um salário que representasse um meio de vida para [os primeiros] e um instrumento de subordinação pra [os segundos].” (URICOECHEA, 1978).

empregadas na guarnição das províncias continuava como um mal sem remédio. Segundo ele, além de “ser inconveniente à disciplina do exército”, este tipo de expediente também gerava “rivalidades e discórdias por espírito de classe” com a força policial. Por isso, ele sugeria que enquanto persistisse esta prática era necessário que se evitasse servir “na mesma localidade a força de linha e a força de polícia”. Uma proposição muito difícil de ser implementada.

Apesar de ter sido criada com a função de policiar exclusivamente as principais freguesias do Recife, a Guarda Cívica não correspondeu às expectativas que condicionaram a sua criação. Com o passar do tempo, suas deficiências foram ressaltadas pelos presidentes de província. Seu efetivo era pequeno (no máximo, 150 praças) e, da mesma maneira que acontecia com o Corpo de Polícia, em alguns momentos ele ficava ainda menor devido às limitações orçamentárias da província. Em 1884, o seu efetivo foi reduzido para apenas 100 guardas cívicos – não preenchendo, como alertou o chefe de polícia, “o fim para que foi ela criada”. Em decorrência disso, enquanto algumas ruas eram policiadas, as demais ficavam em abandono – para onde ordinariamente [afluíam] os desordeiros, os quais contando com a ausência da autoridade policial, que não se [podia] achar em toda parte, [promoviam] frequentes conflitos, cujas consequências [eram] quase sempre deploráveis.” (RELATÓRIO, 1/3/1884, p. 11)

Dois anos depois, em 1886, Pedro Azevedo afirmou categoricamente que o policiamento realizado pelos guardas cívicos era “feito de modo insuficiente”, não condizendo com “uma cidade importante como a do Recife”. De fato, a leitura dos registros legados pelos escrivães de polícia coevos deixa-nos com a

impressão de que a atuação dos guardas cívicos concentrava-se basicamente, e de maneira pouco eficaz, na contenção dos conflitos interpessoais e na tentativa de se dotar o espaço público de certo padrão de moralidade. As detenções efetuadas por eles referiam-se em grande parte a pequenos delitos e infrações das posturas municipais: brigas, agressões físicas, insultos, bebedeiras, batuques e alaridos, desobediência ao toque de recolher etc.

Por terem como incumbência o policiamento exclusivo das freguesias centrais do Recife, embora as fontes documentais mostrem a sua utilização em outras funções (como a escolta de presos para a ilha-presídio de Fernando de Noronha), é provável que a atuação dos guardas cívicos, resultando em algumas prisões de bêbados, vadios, desordeiros e pequenos transgressores, tenha contribuído para inibir os desvios da população em determinadas áreas do Recife. Mas isso não significava a erradicação da atividade criminal na capital pernambucana. Como afirmaram Bayley e Skolnick, “o patrulhamento intensivo de fato reduz o crime, mas apenas temporariamente, em grande parte porque o desloca para outras áreas”. (BAYLEY; SKOLNICK, 2006, p. 18) Logo, a presença mais ostensiva dos guardas cívicos pode ter produzido no máximo o que Robert Reiner definiu como “a aparência de eficácia” – embora os documentos utilizados na elaboração deste texto coloquem em dúvida esta hipótese.

As prisões motivadas por crimes contra a pessoa e a propriedade (furtos e roubos) aparecem de maneira bem residual, enquanto os relatórios presidenciais afirmavam que os recifenses continuavam sendo “vítimas da ferocidade de monstros que [desonravam] a humanidade”. (RELATÓRIO, 1/3/1847) Neste

sentido, tomando emprestadas as palavras de Ivan Vellasco, concluímos que as atividades da força policial no Recife oitocentista estavam “mais próximas da manutenção da ordem nas ruas e controle dos comportamentos indesejáveis que da prevenção e combate à criminalidade violenta”. (VELLASCO, 2007, p. 258.) Aliás, como nos mostra a historiografia hodierna sobre o assunto, o papel da polícia no controle do crime é algo bastante questionável – mesmo levando-se em conta a existência de uma polícia bem estruturada, com homens suficientemente capacitados, bem armados e bem remunerados, cuja atuação resulte no encarceramento de um grande número de criminosos. Como afirmou Stanley Vanagunas, o crescimento das detenções efetuadas pela polícia significa menos o êxito do que o fracasso de seu dever principal: a prevenção do crime. (VANAGUNAS, 2002, p. 46)

Como dissemos no início, não tivemos a pretensão de fazer, neste capítulo, comparações entre temporalidades e contextos sócio-históricos distintos, nem tampouco realçar o que se denominou de “contemporaneidade do não coetâneo”. Porém, a documentação coligida e analisada nos mostra que o medo motivado pela criminalidade urbana, ainda que não possamos medir a sua intensidade e suas diferentes formas de percepção pela população recifense daquela época, também povoava o cotidiano do Recife oitocentista. Sendo assim, mesmo correndo o risco de incorrerem em certos anacronismos, encerramos este capítulo com uma forte sensação de que a criminalidade dos dias atuais na capital pernambucana é um fantasma tão medonho e renitente quanto aquele que assustava os recifenses do passado.

## DOCUMENTOS IMPRESSOS

### RELATÓRIOS dos presidentes de Província e de ministros de Estado

RELATÓRIO do presidente da província Antônio Pinto Chichorro da Gama, 1/3/1847. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>. Acesso em: 20 ago. 2014.

RELATÓRIO do presidente de província José Antônio Saraiva, 1/3/1859. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>. Acesso em: 20 ago. 2014.

RELATÓRIO do presidente da província Ambrósio Leitão da Cunha, em 1/4/1861. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>. Acesso em: 20 ago. 2014.

RELATÓRIO do presidente da província Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, em 20/3/1862. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>. Acesso em: 21 ago. 2014.

RELATÓRIO do presidente da província Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, em 20/3/1862. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>. Acesso em: 21 ago. 2014.

RELATÓRIO do vice-presidente Domingos de Souza Leão, em 1/3/1864. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>. Acesso em: 23 ago. 2014.

RELATÓRIO do presidente da província João Lustosa da Cunha Paranaguá, em 1/3/1866. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>. Acesso em: 20 ago. 2014.

RELATÓRIO do presidente Brás Carneiro Nogueira da Costa e Gama, conde de Baependy, 10/4/1869. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>. Acesso em: 20 ago. 2014.

RELATÓRIO do presidente de província Frederico de Almeida e Albuquerque, 1/4/1870. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>. Acesso em: 23 ago. 2014.

RELATÓRIO do presidente de província João José de Oliveira Junqueira, 1/3/1872. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>. Acesso em: 24 ago. 2014.

RELATÓRIO do presidente de província Henrique Pereira de Lucena, 1/3/1874. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>. Acesso em: 24 ago. 2014.

RELATÓRIO do chefe de Polícia Antônio Francisco Corrêa de Araújo, 16/1/1876. In: RELATÓRIO do presidente de província João Pedro Carvalho de Moraes, 1/3/1876. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>. Acesso em: 26 ago. 2014.

RELATÓRIO do presidente de província João Pedro Carvalho de Moraes, 1/3/1876. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>. Acesso em: 31 ago. 2014.

RELATÓRIO do presidente da província José Manoel de Freitas, 1/3/1884. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>. Acesso em: 31 ago. 2014.

RELATÓRIO do chefe de polícia Raymundo Theodorico de Castro e Silva, 27/8/1884. In: RELATÓRIO do presidente da província José Manoel de Freitas, 20/9/1884. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>. Acesso em: 3 set. 2014.

RELATÓRIO do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça Samuel Wallace Mac-Dowell, 12/5/1887. Disponível em: <http://www.crl.edu/bsd/bsd/u1881/>. Acesso em: 3 set. 2014.

RELATÓRIO do presidente de província Pedro Vicente de Azevedo, 2/3/1887, p. 18-19. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>. Acesso em: 4 set. 2014.

## Jornais

A PROVÍNCIA. Recife, 4/10/1872, n. 9.

A PROVÍNCIA. Recife, 11/10/1872, n. 11.

A PROVÍNCIA. Recife, 22/10/1872, n. 14.

A PROVINCIA. Recife, 13/12/1872, n. 29.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 11/1/1830, n. 286.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 22/1/1830, n. 296.

## DOCUMENTOS MANUSCRITOS

### Ofícios

OFÍCIO do prefeito da Comarca, Francisco Antônio de Sá Barreto, para o vice-presidente da província, Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, 2/7/1838. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano: Prefeitos de Comarca, cód. 8, fl. 3.

OFÍCIO do presidente da Câmara Municipal do Recife, Manoel Joaquim do Rego Albuquerque, para o presidente da província, Antônio Pinto Chichorro da Gama, em 13 de maio de 1846. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano: Polícia Civil, cód. 13, fl. 239.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sergio; LAMIN, Cristiane. Medo, violência e insegurança. In: LIMA, Renato Sergio de; PAULA, Liana de (Orgs.). *Segurança pública e violência: o estado está cumprindo o seu papel?* São Paulo: Contexto, 2008.

BAIERL, Luzia Fátima. *Medo social: da violência visível ao invisível da violência*. São Paulo: Cortez, 2004.

BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H. *Nova polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da libertação*. Rio de Janeiro: Revan, ICC, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

[FARIAS, Rosilene Gomes](#). *O Khamsin do Deserto: cólera e cotidiano no Recife (1856)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. “Políciais habilitados não se improvisam”: a modernização da polícia paulista na Primeira República (1889-1930). In: *Revista de História*, São Paulo, n. 164, jan.-jun. 2011.

MINOIS, Georges. *A idade de ouro: história da busca da felicidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

OTTONI, Ana Vasconcelos. “*O paraíso dos ladrões*”: crime e criminosos nas reportagens da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

REINER, Robert. *A política da polícia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, Wellington Barbosa da. *Sob o Império da necessidade: Guarda Nacional e policiamento no Recife oitocentista (1830-1850)*. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 28.2, 2010, p. 91-111.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

VANAGUNAS, Stanley. Planejamento dos serviços policiais urbanos. In: GREENE, Jack R. *Administração do trabalho policial: questões e análises*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 43-59.

VELLASCO, Ivan de Andrade. Policiais, pedestres e inspetores de quarteirão: algumas questões sobre as vicissitudes do policiamento na província de Minas Gerais (1831-50). In: CARVALHO, José Murilo de Carvalho (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

# Mulheres, convenções de gênero e espaço urbano

RICARDO DOS SANTOS BATISTA

Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia

## 1. Introdução

O espaço urbano é um lugar privilegiado para análises sobre as relações de gênero e sexualidade. O “público” funcionou – e ainda funciona – como palco para a protagonização de tramas, vivências e experiências masculinas e femininas, revelando disputas ideológicas, políticas e conflitos diversos, que emergem a partir de questões e anseios do pesquisador. Esse capítulo tem como objetivo desenvolver uma análise sobre os usos femininos do espaço urbano em um contexto específico, a cidade de Jacobina-Bahia, entre os anos de 1930 e 1960, com ênfase nas convenções de gênero e sexualidade que tentavam normatizar comportamentos e nas ações femininas que rompiam com as regras impostas.

A abolição da escravidão e a proclamação da República contribuíram para que as elites brasileiras idealizassem um “novo país”. O início do século XX foi marcado pelo desejo utópico de uma modernização que propunha, entre outras coisas, mudanças urbanísticas e o fim de hábitos sociais considerados atrasados. Desejava-se alcançar o patamar de desenvolvimento de grandes cidades européias. Segundo Miskolci (2012, p. 35), um discurso relativo à regeneração das camadas economicamente subalternas e

à moralidade ganhou força com o início da República, visto que reforçou representações sociais que associavam o Imperio com a decadência e o passado, e a República com a regeneração e o futuro.

Na Bahia, o ambicioso projeto previa uma reordenação radical do espaço urbano no tocante à remodelação das ruas, ao esgotamento sanitário, a novas concepções de hospitais e escolas, e atingindo o inteior das famílias nas suas tradicionais normas de inter-relação doméstica. (FERREIRA FILHO, 2003, p. 64) A criação da estação ferroviária e a inserção do maquinário na cidade de Jacobina (Figura 1) contribuíram significativamente para difundir a imagem da modernidade naquele lugar. Antes a cidade era habitada apenas do lado direito do rio Itapicurú. Com a presença do trem, muitas pessoas passaram a residir no então chamado bairro da Estação, principalmente os homens que foram empregados pela via férrea, e suas famílias. A nova área surgia isolada do centro pelo rio, e potencializava-se como um local de comércio atacadista. (SILVA, 2009, p. 100) Aos poucos, novas formas de conexão entre os pontos da cidade foram sendo criadas, com a construção de obras como a ponte sobre o Itapicurú, tão esperada pelos jacobinenses.<sup>6</sup> A sua inauguração foi adiada, do mês de setembro para novembro de 1937, o que causou grande expectativa entre a população. Mas mesmo com o relativo atraso, grupos das elites cobravam que a Prefeitura Municipal efetuasse com rapidez as obras de aterramento da estrada que seria utilizada para ligar a ponte à estação ferroviária.<sup>7</sup>

6 *O Lidador*, nº 158 de 1 de novembro de 1936. (*Cinema falado – Caixa Econômica – Ponte sobre o rio Itapicurú*) p. 1.

7 *O Lidador*, nº 201 de 7 de setembro de 1937. (*Foi adiada para Novembro a inauguração da Ponte*) p. 3.

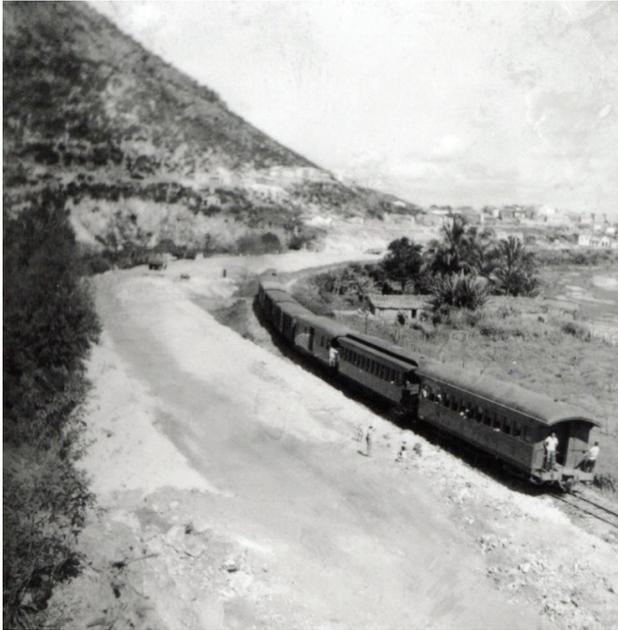


Figura 1. Trem em direção à cidade de Salvador.

Fonte: MENEZES, Adriano; OLIVEIRA, Valter de. *Acervos Digitalizados da microrregião de Jacobina*. Universidade Estadual da Bahia. Departamento de Ciências Humanas, Campus IV. Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade/ Núcleo de Estudos Orais, Memória e Iconografia. Mídia Dvd.

O cinema falado foi considerado “um grande melhoramento para a cidade”. O equipamento sonoro trazido da cidade de São Paulo e instalado por um engenheiro elétrico da empresa *Sonorus* elevava a credibilidade dos donos do estabelecimento entre a população, visto que o empreendimento dava-lhes o *status* de cidadãos comprometidos com a modernização de Jacobina. A luz elétrica e as bandas de jazz também compunham elementos de civilidade e de efervescência cultural. Em 15 de agosto fora inaugurada a *Companhia Força e Luz de Jacobina*, com apoio do intendente

Municipal o Cel. Galdino Cezar de Moraes.<sup>8</sup> Apesar de somente as ruas próximas ao centro terem sido agraciadas com a nova iluminação, as pessoas sentiam-se mais seguras para sair à noite, e uma cultura urbana noturna aos poucos passou a se desenvolver. A luz elétrica possibilitou aos moradores outras formas de percepção do cotidiano, especialmente na maneira de realizar a referida festa, além de favorecer os registros fotográficos que até então só podiam ser realizados durante o dia. (SANTOS, 2001, p. 42-43)

Jacobina iniciou, em 1930, um ciclo de exploração aurífera que durou até aproximadamente o ano de 1960. O periódico *O Lidador*, que circulou na cidade entre 1930 e 1943, divulgava a autorização para pesquisa e extração mineral a particulares no leito do rio Itapicurú, e incentivava a organização da sociedade para o mesmo fim.<sup>9</sup> Influenciados por essa propaganda, e fugindo dos problemas relacionados à alimentação, saúde e emprego causados pela seca de 1932, milhares de forasteiros migraram para Jacobina em busca de melhores condições de vida e de um enriquecimento rápido.

Apesar dos discursos de modernidade, a cidade não correspondia ao que se esperava para um centro desenvolvido. Ao lado de uma notícia de jornal que celebrava os avanços obtidos com a construção das obras públicas encontra-se o registro de queixas contra a verdadeira “imundice em que se encontravam os canos”,<sup>10</sup> pois era um costume da população jogar caldos de ba-

8 *O Lidador*, nº 3 de 7 de setembro de 1935. (*Cia. Força e Luz de Jacobina*). p. 1.

9 *O Lidador*, nº 29 de 23 de março de 1934. (*Vêm cavar ouro*) p. 1.

10 Jacobina não possuía instalações eficientes de rede de esgoto. É provável que a notícia se referisse a um conjunto precário de canos, que transportavam a água suja produzida pelos moradores para o rio.

calhau, de feijão e água suja da cozinha a céu aberto, deixando a cidade mal cheirosa.<sup>11</sup> Além disso, os habitantes solicitavam à prefeitura que instituísse um serviço de coleta de lixo, mesmo que para isso fosse cobrado o imposto relativo,<sup>12</sup> e exigiam que providências fossem tomadas em relação aos animais que andavam soltos pela cidade.

Nesse contexto que contrapunha discursos e práticas, uma série de dispositivos médicos, legislativos e jurídicos, entre outros, agiam para o controle da circulação de pessoas no espaço urbano, e incidiam com maior intensidade sobre as mulheres. Inúmeras advertências eram feitas às lavadeiras jacobinenses que insistiam em estender roupas nas cercas dos currais municipais. Os artigos 58 e 59 do Código de Posturas Municipal proibiam a lavagem de roupa em lagoas, além da utilização dos passeios, ruas, praças, travessas e becos para estender roupas de qualquer natureza.<sup>13</sup> A cada dia, aquelas trabalhadoras (Figura 2) driblavam as imposições na busca pelo sustento de suas famílias, de forma similar às mulheres dos setores populares na cidade de Salvador, que ocupavam zonas limítrofes e ambíguas frente aos modelos femininos impostos pela sociedade branca, senhorial e dominante soteropolitana, em atitudes de inversão da ordem. (FERREIRA FILHO, 1998, p. 247-248)

11 *O Lidador*, nº 38 de 25 de maio de 1934. (*Jacobina progredindo*) e (*O povo reclama contra a imundice dos canos*) p. 2.

12 *O Lidador*, nº 166 de 27 de dezembro de 1936. (Com a fiscalização) p. 4.

13 ARQUIVO PÚBLICO DE JACOBINA. *Código de Posturas da Cidade de Jacobina*. 1930.



Figura 2.  
Lavadeiras no  
Rio do Ouro.

Fonte: MENEZES, Adriano; OLIVEIRA, Valter de. *Acervos Digitalizados da microrregião de Jacobina*. Universidade Estadual da Bahia. Departamento de Ciências Humanas, Campus IV. Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade/ Núcleo de Estudos Orais, Memória e Iconografia. Mídia Dvd.

Na efervescência da chegada de novos moradores, nas relações, organizações e reorganizações de espaços de sociabilidades, a luta entre o “moderno” o “atrasado”<sup>14</sup> ocorria, envolvendo homens e mulheres, e caracterizava a cidade como território de disputa em alguns momentos, de negociações em outros, de desrespeito às leis e repulsa a identidades que não correspondiam necessariamente ao exigido pelas elites, como será possível observar.

14 E aqui se inclui a prostituição, já que os setores conservadores da sociedade consideravam a atividade meretrícia como o fim da moral e porque não dizer, da ordem social.

## 2. As mulheres na cidade

A análise das representações de feminilidade em Jacobina revela a bipolaridade tendo num extremo a categoria que funcionava como modelo de perfeição, e noutro seu oposto, respectivamente a mulher dita decente e a prostituta. Entre esses pólos, no entanto, observa-se uma gama variada de configurações do feminino, a partir das dinâmicas sociais.

A expectativa de uma conduta fundada em valores como castidade, pureza e decência, cuja manutenção funcionava, de modo geral, como garantia para a aceitação das mulheres no círculo social, tem uma genealogia que pode ser traçada até a Colônia. Os discursos sobre padrões ideais de comportamento estavam ligados à mentalidade portuguesa católica, e foram difundidos pela Igreja no combate às ligações fora do casamento, denominadas “tratos ilícitos”. Pregava-se a estigmatização crescente às “solteiras de vida dissoluta”, às “contumazes pecadoras” e às “mal procedidas”. Estas mulheres eram colocadas à margem do projeto normatizador da Igreja e do Estado, por participarem de relações não sacramentadas. (DEL PRIORI, 2009, p. 23,93)

De acordo com o ideal de relacionamento entre gêneros presente no velho mundo dos séculos XVI e XVII, atitudes como obedecer ao marido, fugir de conversas com rapazes, recusar benfeitorias de qualquer homem sem causa urgente e vestir-se de forma adequada eram típicas do comportamento feminino. A mulher era considerada um ser fragilizado frente às tentações do demônio, e por isto devia sujeitar-se às noções morais cristãs. A convicção da inferioridade intelectual feminina foi transportada pelos pioneiros ibéricos, que trouxeram para o

ultramar toda uma bagagem mental que haviam acumulado na Península, e que era ratificada pelas mais respeitadas autoridades, incluindo teólogos proeminentes. (BOXER, 1977, p. 123) Observa-se, por conseguinte, o desenvolvimento de um processo no qual se instituiu a figura da santa como modelo a ser seguido pelo sexo feminino. Com o auxílio do catecismo jesuíta, que buscava forjar um papel ideal para a mulher, o casamento foi incentivado, junto à disseminação da imagem da “boa e santa mãe”, que deveria funcionar como elo de transmissão de normas e valores familiares. (DEL PRIORI, 2009, p. 95) Já no século XIX, as concepções negativas e estigmatizantes sobre a condição feminina foram reforçadas com a utilização de métodos científicos, fundados no pressuposto da inferioridade física e mental da mulher em relação ao homem. Eram enfatizados elementos de domesticação que justificavam a exclusão feminina de espaços públicos, predominantemente tidos como domínio masculino. (RAGO, 2008, p. 175)

O lugar oposto a este modelo era ocupado pela figura da prostituta. O meretrício não era bem visto na cidade. As elites de Salvador, mas também de diversos centros urbanos maiores e menores, e neste último caso Jacobina, buscavam impedir que a população de condição social inferior se entregasse aos hábitos ditos coloniais e ao lado sombrio das cidades, como os locais de prostituição e de jogatina. (RAGO, 2007, p. 170) Além disso, sentiam-se incomodadas com a imagem indecorosa de mulheres consideradas impuras, transmissoras de doenças, que viviam em pecado, afrontavam a moral e os bons costumes. As prostitutas causavam desconforto porque eram representadas como a personificação da sexualidade insubmissa, e com seu poder de

sedução poderiam levar muitos homens para uma vida de exageros e irresponsabilidade. (SANTANA, 1996, p. 18.) Eram vistas como um elemento central de desagregação da família.

Grande parte do pensamento médico baiano, assim como o universo católico, estava de acordo com essa ideia. Para o doutor Ângelo de Lima Godinho, em tese submetida à Faculdade de Medicina na primeira década do século XX, a família estava fadada a desaparecer pela compressão das leis morais. A instituição familiar era vista por ele como alicerce para todas as sociedades organizadas, e a moralidade, que necessariamente não admitia a existência de prostitutas no convívio social, deveria ser a forma de manutenção para o modelo de família vigente.<sup>15</sup> Em artigo para o *Vanguarda*, o frei Hugo Baggio realizava a defesa da família, que funcionava como base primordial da vida social da humanidade.<sup>16</sup> Destacava a necessidade de salvar essa instituição da separação. Para Baggio, a destruição da família acarretaria a destruição da sociedade.

Uma das muitas estratégias utilizadas com o objetivo de diferenciar as mulheres daquela cidade era a propagação de restrições sobre o corpo feminino. A matéria intitulada *Como se conhece as mulheres pelo andar*, publicada no *Lidador* em 1934, ilustra bem este fato, visto que a mulher qualificada com “as direitas” precisava vigiar o seu comportamento no espaço público, não usando enfeites em demasia, decotes, portando-se sóbria e modestamente:

15 GODINHO, Ângelo de Lima. *Influência da prostituição sobre a sociedade actual*. Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1906. 54 f.

16 *Vanguarda*, nº 318 de 12 de Novembro de 1955. (*Salvemos a família*) p. 1.

(...) A mulher que bate com os tacões, tem um gênio que nem o demônio lhe resiste (...) A que anda com a cabeça cahida, olhando para o chão, está disposta sempre a enganar toda a família (...) A que se balanceia, para um e outro lado, não conhece a modéstia nem ao menos pelo avesso – A que pela rua vae mirando a cauda do vestido, os pés, as mangas, e a ponta do nariz entornando a vista, é presumida e não serve pra nada. – A que anda simplesmente, e só olha quando necessário, sem fixar demasiadamente, e que não anda depressa nem devagar, nem direita nem curvada, nem leva no vestuário muitos enfeites, nem dá gargalhadas na rua, nem vae tão séria que assuste, nem tão alegre que faça rir, é modesta, dócil, delicada pundonorosa e honesta. Finalmente, é uma mulher as direitas. (Ramalho Ortigão)<sup>17</sup>

Contudo, a valorização de um comportamento feminino retraído não estava integrada às conquistas alcançadas pelas mulheres no início do século XX.<sup>18</sup> A imagem da mulher ideal, submissa ao homem, e inteiramente dedicada aos afazeres domésticos, o que as restringia ao espaço privado, entrou em decadência em muitos lugares do mundo, e também no Brasil, com as transformações industriais decorrentes da chegada do século XX. (RAGO, 2008, p. 58) Albuquerque Júnior classifica esse processo como uma feminização da sociedade brasileira, que teria se iniciado com a Abolição da escravidão e se intensificado

17 *O Lidador*, nº 61 de 02 de Novembro de 1934. (*Como se conhece a mulher pelo andar*) p. 3.

18 É importante destacar que se faz referência aqui às mulheres da elite. Mulheres pobres viviam na rua constantemente e utilizavam o espaço urbano, como se verifica no caso das lavadeiras.

com a Primeira Guerra Mundial. De acordo com ele, os discursos masculinos falavam, com temor, de um alastramento feminino pela sociedade, trazido pela supressão de fronteiras entre etnias e raças; pelo progressivo acesso, ao mundo da política, de parcelas da sociedade antes excluídas; e pela necessária ampliação do espaço social para a inclusão de novos grupos, que emergiam com maior influência e poder — operários e mulheres, dentre outros. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2003, p. 32) Todos esses fatores teriam contribuído para a perda progressiva de valores, sociabilidades e sensibilidades descritas como patriarcais. Em Jacobina, as mudanças provocadas pelo garimpo podem ter impulsionado uma ocupação mais efetiva do espaço urbano por parte das mulheres.

Em relação às meretrizes o delegado de polícia, Capitão Antônio Rocha Passos, recebia constantes solicitações para que medidas fossem tomadas em prol do fechamento dos prostíbulos. Em janeiro de 1934, um grupo de moradores exigia providências para acabar com esses estabelecimentos, devido ao clima de desordem e de bebedeira ali estabelecido.<sup>19</sup> Para eles, esses ambientes eram prejudiciais à sociedade, além de serem os responsáveis pelo maior número de delitos em Jacobina. Oito meses depois nada havia sido feito e as elites jacobinenses ainda cobravam a ação policial sobre um prostíbulo que funcionava nas imediações da Igreja da Conceição, (Figura 3) já que, para eles, era inadmissível que houvesse um estabelecimento dessa natureza situado no “coração da cidade”.<sup>20</sup>

19 *O Lidador*, nº 20 de 19 de Janeiro de 1934. (*Com os cabarets*) p. 1.

20 *O Lidador*, nº 51 de 24 de Agosto de 1934. (*Os cabarets continuam!*) p. 1.



Figura 3. Igreja da Conceição, Jacobina - BA

Fonte: MENEZES, Adriano; OLIVEIRA, Valter de. *Acervos Digitalizados da microrregião de Jacobina*. Universidade Estadual da Bahia. Departamento de Ciências Humanas, Campus IV. Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade/ Núcleo de Estudos Oraís, Memória e Iconografia. Mídia Dvd.

As prostitutas enfrentavam uma série de imposições e, até mesmo o horário em que deveriam circular na cidade era pré-estabelecido pela lei. Em junho de 1940, foi publicado um edital que, entre várias restrições, proibia a presença de “mundanas” na

rua antes de dez horas da noite.<sup>21</sup> Muitas as moças consideradas “decentes” preocupavam-se com a sua imagem e respondiam em concordância como edital. Acredita-se na preocupação que muitas moças possuíam em não ficar “faladas”, mas é muito provável que, na prática, não houvesse uma separação nítida entre a hora em que as prostitutas frequentavam determinados ambientes.

As meretrizes agiam de forma multifacetada, e constantemente subvertiam a ordem. Espalhadas pela cidade elas subiam as serras em busca de companheiros ou de noitadas de bebida, divertimento e sexo. Em 3 de novembro de 1933, *O Lidador* informou sobre um “cabaré de encomenda”. Era provável que festas de encomenda não ocorressem na zona da prostituição. Outras pessoas, que não os donos dos bordéis, eram os promotores desse tipo de evento, e as mulheres eram contratadas especificamente para servir aos participantes da festa. Quando o dia amanheceu, e resolveram retornar para suas casas, onze pessoas descritas como “tontas de sono e aguardente” caíram da pinguela, uma ponte de madeira, improvisada para atravessar o rio Itapicurú, que corta a cidade, e tiveram contusões e ferimentos graves.<sup>22</sup> Dentre essas pessoas estavam prostitutas, soldados do destacamento local e alguns civis. Observa-se que em determinados momentos a própria polícia, que deveria ser a responsável pelo controle do trabalho das meretrizes, encontrava-se envolvida com as mesmas, compartilhando momentos de diversão, bebedeira e alegrias.

21 *O Lidador*, nº 334 de 16 de Junho de 1940. (*Editado*) p. 4.

22 *O Lidador*, nº 10 de 10 de Novembro de 1933. (*Depois da festa... a pinguela veio ao chão*) p. 1.

Às vésperas da micareta de 1934, *O Lidador* publicou uma nota exigindo que a polícia impedisse a circulação de “mulheres de vida livre” mascaradas, para que não tivessem a “ousadia” de participar da festa junto às famílias jacobinenses.<sup>23</sup> (Figura 4)



Figura 4. Mulher Jacobinense em baile micareta.

Fonte: MENEZES, Adriano; OLIVEIRA, Valter de. *Acervos Digitalizados da microrregião de Jacobina*. Universidade Estadual da Bahia. Departamento de Ciências Humanas, Campus IV. Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade/ Núcleo de Estudos Oraís, Memória e Iconografia. Mídia Dvd.

23 *O Lidador*, nº 30 de 30 de Março de 1934. (Mi-careme) p. 1.

As prostitutas aproveitavam o momento de diversão para zombar das camadas mais abastadas e frequentar espaços em que, teoricamente, não poderiam estar presentes. O mesmo já havia ocorrido no carnaval daquele ano, e como o comportamento das meretrizes era visto como uma humilhação à sua classe social, foi solicitada a ação policial. A utilização das máscaras pelas “mulheres de vida livre” tinha ainda um agravante que não podia ser observado em outros grupos das camadas populares. Como tinham a tez clara, devido à ação dos cafténs que as traziam de fora para trabalhar nos bordéis da cidade, havia dificuldade em reconhecer quem era quem no jogo. (SANTOS, 2003, p. 105)

O jornal, assim como o rádio e os interesses de um grupo social dominante, tentava difundir uma ideia generalizada de repulsa às prostitutas, como se todos os moradores da cidade devessem e, mais, de fato, estigmatizassem essas mulheres.<sup>24</sup> Contudo, a partir da documentação analisada, é possível perceber uma série de subversões, ressignificações, ambivalências que demonstram a contradição. Muitas prostitutas estabeleciam laços de solidariedade, agiam de forma complexa em atitudes que não podiam rotulá-las dentro dos padrões sociais vigentes.

### 3. Histórias de amor e ódio no bairro do meretrício

A região definida como Pilunga era a zona de prostituição jacobinense, a qual não se recomendava que mulheres “decentes” frequentassem. Em verdade, não deveriam pisar naquelas ruas

24 *O Lidador*, nº 51 de 24 de Agosto de 1934. (*Os cabarets continuam!*) p. 1.; *O Lidador*, nº 322 de 24 de março de 1940. (*Jogos e cabarés*) p. 1.; *O Lidador*, nº 90 de 02 de Junho de 1935. (*Educação sexual pelo rádio*) p. 4.

nem de modo passageiro, era recomendável que mudassem o caminho.<sup>25</sup> O complexo englobava a rua São Salvador, rua do Calango (hoje rua dos Humildes), rua dos Artistas, e, com destaque, a rua das Laranjeiras, no centro da cidade. Apesar das evidências de que as prostitutas subiam as serras e se estabeleciam em garimpos, como o Itapicurú, o meretrício conquistou um lugar específico no âmbito urbano, e recebia constantes críticas de setores da sociedade. Foi no Pilunga que as histórias que aqui serão contadas aconteceram.

O clima predominante no Pilunga era de alegria. Casas particulares, pequenos cafés e grandes prostíbulos, todos funcionavam a pleno vapor, incluindo muita música, dança e bebedeira. As festas nos diversos cabarés animavam a noite jacobinense e reuniam um grande número de homens em busca de diversão e de prazer, após passarem o dia tentando acumular riquezas no garimpo. Contudo, as confusões ocorriam com muita frequência. O cabaré de José Alves, situado à rua das Laranjeiras, foi lugar de conflitos como o ocorrido na noite de 6 de abril de 1948.<sup>26</sup>

A presença de policiais era constante naquela área durante os fins de semana. Almir Ferreira, convocado para servir o Tiro de Guerra no início dos anos 1950, contou que comumente saía com seus colegas de alistamento para fazer rondas no local, e que muitos homens iam beber com más intenções, em busca de

25 Terezinha Mascarenhas de Souza Lapa. Nascida em 02/12/1936. Era esposa de um frequentador do Pilunga. Relato em 13/10/2010.

26 FÓRUM JORGE CALMON. *Processo de Lesão Corporal*. Réu Raimundo Jerônimo da Silva. Cartório dos Feitos Cíveis e Criminais. Processo Avulso. Sem classificação, 1948.

peças para brigar e ferir.<sup>27</sup> A orientação que era dada ao militar, visando garantir a ordem, contribuiu para que seu olhar estivesse focado sempre no mau procedimento das pessoas que costumava chamar de “elementos”.

A posse de armas funcionava como um símbolo de relevância na representação da masculinidade, que era construída não só por meio do relacionamento com as mulheres, mas também através de conflitos com outros homens. Mas nem todos os frequentadores do Pilunga estavam de acordo com essa conduta. Muitos deles posicionavam-se contra o porte de armas e contribuíam com o trabalho realizado pelos militares. Na tentativa de evitar ferimentos e mortes entre os presentes, estas pessoas denunciavam aqueles que andavam armados.

Ainda sobre a ação policial, era comum a existência de relações negociadas entre donos de prostíbulos e o instrutor do Tiro de Guerra, conhecido pela população como Preto. Ofereciam-lhe um valor em dinheiro e, em troca, o militar designava grupos de policiais para manter a ordem no Pilunga. O proprietário da boate Galo Branco, que Almir acreditava ser o melhor cabaré da rua das Laranjeiras, foi identificado como um dos adeptos dessa prática. Para além do acordo feito com o chefe militar, quando lá chegavam, os recrutas eram recebidos com guaraná, tira-gostos de assado de galinha e de carne de porco, e sentiam-se muito à vontade.<sup>28</sup> Essa relação garantia que a polícia não se voltasse contra os agentes da prostituição e ao mesmo tempo

27 Almir Santos Ferreira. Nascido por volta de 1921. Alistou-se no serviço militar (Tiro de Guerra) e foi convocado com a classe de 1937. Relato em 13/10/2010.

28 Idem.

contivesse a ação de baderneiros no local, estabelecendo um clima de tranquilidade.

No tocante às relações de gênero, o caso ocorrido no dia 1 de janeiro de 1951 revela complexidade no que diz respeito à prostituição. Por volta de uma e quinze da madrugada daquele dia, o soldado Adalberto Francisco Santos patrulhava a Rua das Laranjeiras quando foi solicitado pela prostituta Sizaltina Santos para prender Lídio Azevedo, em consequência dos ferimentos que o rapaz havia lhe feito. Seguindo para a casa de número vinte e nove da mesma rua, encontraram Lídio segurando uma faca e o policial lhe deu voz de prisão.<sup>29</sup> Segundo Maria Joventina da Conceição, que depôs como testemunha de acusação, Lídio e Sizaltina tornaram-se amantes havia poucos dias.<sup>30</sup> Apesar de seu depoimento ter sido utilizado na tentativa de incriminar o réu, Maria Joventina repetiu informações já fornecidas por outros depoentes que contribuíam para reforçar uma boa imagem do rapaz. Ele pouco frequentava o cabaré e não possuía o hábito de se embriagar, ao contrário de Sizaltina, que com frequência bebia exageradamente e costumava fazer escândalos, tornando-se conhecida por este tipo de comportamento.<sup>31</sup>

Já Lídio, afirmou que estava dançando na boate Galo Branco e recusou-se a ficar com a mulher. Seguindo para o café da Zefa, atendeu ao pedido de uma moça e deu-lhe uma moeda. Este teria sido o motivo pelo qual a meretriz, que o tinha seguido até aquele local, lhe dirigiu xingamentos diversos, o “agarrou pela

29 FÓRUM JORGE CALMON. *Processo de Agressão Física*. Réu Lídio Lopes de Azevedo. Cartório dos Feitos Cíveis e Criminais. Processo Avulso. Sem classificação, 1951. f. 4.

30 Idem, f. 35-36.

31 Idem, f. 36.

goela”, e o empurrou.<sup>32</sup> O depoimento de Lídio entrou em contradição quando afirmou não se lembrar ter agredido Sizaltina, devido ao nível alcoólico em que se encontrava. Lembrava-se de tudo com tantos detalhes, mas não conseguia lembrar-se do momento da agressão? Acredita-se que ele objetivava deixar dúvidas se realmente havia machucado a meretriz. Contestou ainda o depoimento de Maria Joventina, afirmando que ela não o viu ferir Sizaltina.<sup>33</sup>

Uma terceira versão, oferecida pela prostituta, também traz esclarecimentos apesar de não ter sido corroborada por nenhuma das testemunhas de defesa nem de acusação. Em depoimento, a prostituta afirmou que passava pela rua das Laranjeiras quando Lídio lhe deu ordens para que voltasse para casa. Ela teria respondido que procuraria outro amante e, assim, sofreu agressões.<sup>34</sup> É possível que a prostituta tenha desenvolvido uma estratégia para não ser responsabilizada, em juízo, pelo conflito. Evitando que lhe julgassem baseando-se em sua condição de prostituta, e em todas as consequências morais que isso lhe acarretava, a mulher pode ter acentuado a imagem de vítima estrategicamente, negando as investidas que fez contra o homem. Afirmou que saiu para procurar o pão para sua filha, que todos naquele lugar a odiavam, e que não havia discutido de maneira alguma com Lídio.<sup>35</sup> Este é um exemplo de como o envolvimento entre homens e prostitutas mobilizava o bairro do meretrício,

32 Idem, f. 26.

33 Idem, f. 36.

34 Idem, f. 63.

35 Idem, 63-64.

envolvendo homens e mulheres jacobinenses, e ilustra a ação de tantas outras mulheres que se utilizavam de táticas variadas contra as estratégias que se voltavam contra elas, como o discurso jurídico, nesse caso.

Apesar de a promotoria ter conseguido comprovar a autoria do crime, o juiz duvidou do perigo ao qual a mulher foi exposta. Para ele, o exame de corpo de delito não foi preciso, sem descrições do tamanho e profundidade dos ferimentos. Segundo os autos do processo, “Omite-se o exame quais os vasos sofreram lesão, e daí a hemorragia interna, a artéria subclávia esquerda, por exemplo, se atingida, seria fatal para a vida da paciente caso lhe faltasse imediata intervenção cirúrgica”.<sup>36</sup> Considerando a desclassificação do crime de lesões graves para lesões de natureza leve, e tendo Lídio já cumprido a pena de 4 meses, ele foi solto. Não se pretende forjar uma imagem de vitimização, inclusive porque as próprias ações estratégicas da meretriz comprovam o seu poder de ação. Entretanto, pela condição de prostituta, a agressão foi “minimizada” e o agressor liberto.

Noutro processo, a meretriz Delmira Emydia da Silva relatou que, na madrugada do dia 25 de dezembro de 1932, estava em sua residência, à rua da Lama, onde morava com a também prostituta Josepha Rodrigues de Jesus. A casa estava aberta em ocasião especial, por ser noite de natal e os homens buscarem um local para comemorar. De repente, Sebastião Modesto e Júlio Gambôa entraram indo direto à sala de jantar. Delmira os acompanhou para observar o que eles desejavam. Sebastião foi à cozinha e voltou de lá com um pau de lenha grosso de madeira

36 Idem, f. 68.

denominada cassutinga. Seguiu até o quarto onde Josepha dormia com um rapaz chamado Norberto, arrombou a porta e deu três pauladas. Delmira descreveu a agressão da seguinte maneira: “a primeira [paulada] foi forte e aparentemente criminosa, e as outras duas foram de som fofo”.<sup>37</sup> Enquanto isso Júlio Gambôa caminhou até a cozinha, muniu-se também com um pedaço de lenha, voltou para a sala e bloqueou a passagem da porta, no intuito de que ninguém pedisse socorro. Após o crime, Sebastião saiu correndo de dentro do quarto, e o seu comparsa o seguiu. Norberto ficara caído no chão com a cabeça numa poça de sangue, e Josepha ficou machucada, contorcendo-se de dor em cima da cama. Depois de alguns poucos minutos o rapaz faleceu. O seu atestado de óbito, que registrava a idade de 20 anos na data do falecimento, acusava “fratura no crânio a cacete” como causa mortis.<sup>38</sup> Destaca-se a presença constante de jovens nos conflitos do Pilunga. Isso indica que muito cedo rapazes e moças transitavam pelo mundo da prostituição, fosse no status de frequentadores ou de prostitutas.

Quando questionados no inquérito sobre o motivo pelo qual Delmira não pediu ajuda para evitar o acontecido, os depoentes responderam de forma bastante semelhante. Em determinados momentos fica a impressão de que a resposta foi combinada ou até mesmo ensaiada por todos. Sabe-se que as falas dos processos criminais passam por diversos filtros, a exemplo da forma de escrita daquele que registra o relato. Contudo, é visível o cuidado

37 FÓRUM JORGE CALMON. *Processo de Homicídio*. Cartório dos Feitos Cíveis e Criminais. Réus Sebastião Modesto e Júlio Gambôa. Cartório dos Feitos Cíveis e Criminais. Sem classificação, 1932, f. 5.

38 ARQUIVO PUBLICO MUNICIPAL DE JACOBINA. *Atestados de óbito*. 1930 a 1939.

utilizado para justificar que a prostituta não pediu socorro devido à presença de Júlio Gambôa, que a intimidou com o bloqueio da porta da rua. Esta versão foi repetida mesmo pelos depoentes que chegaram ao local depois do crime.<sup>39</sup> Traços da existência de uma rede de sociabilidades emergiam das falas das pessoas, que tinham pela mulher se não amizade, um apreço, visto que no dia a dia mantinham uma convivência social comum. Delmira era mal vista por alguns devido ao seu status de prostituta. Essa condição, associada ao ato de violência que ocorreu dentro de sua casa, poderia contribuir para que ela fosse incriminada como cúmplice da morte de um homem inocente. Mas aparentemente havia uma tendência entre os depoentes a evitar o seu enquadramento como conivente com tal crime. Esta responsabilidade, por outro lado, foi completamente atribuída a Júlio Gambôa.

Para compreender como os acontecimentos chegaram a tal estágio, é interessante estar atento para os motivos que levaram Sebastião a cometer o crime. No depoimento de Josepha, ela afirmou que era sua “amásia”, mas que havia uns vinte dias o rapaz havia lhe mandado cuidar de sua vida, pois não tinha mais condições de lhe sustentar. Ela foi acolhida na casa de Delmira, e naquela noite acordou sob pancadas, depois de ter deitado e dormido com Norberto, ambos dominados pelo álcool.<sup>40</sup>

Emerge claramente, da documentação, a presença de ações solidárias entre essas mulheres, que se uniam por compartilharem experiências semelhantes. Ajudavam-se mutuamente, assim como Delmira fez com Josepha quando esta ficou

39 FÓRUM JORGE CALMON, *Processo de Homicídio*, 1932, f. 14-17.

40 *Idem*, f. 4-5.

desprovida do seu sustento. Havia ainda uma relação semelhante entre as prostitutas e a população menos favorecida, exemplificada pelo caso da louca Maria Fubá. A mulher deu a luz em frente a uma escola e foi recolhida com seu recém-nascido por uma “rapariga”.<sup>41</sup>

Retornando ao processo contra Sebastião Modesto, a versão que este forneceu para os fatos divergia do depoimento de Josepha. Um dos tantos pontos de divergência diz respeito ao tempo em que estavam separados. Ele disse que naquela noite participava de um brinquedo localizado em frente à residência de Delmira,<sup>42</sup> e ordenou à sua amante que procurasse um meio de sobrevivência, porque não podia mais lhe sustentar. Momentos depois deu por falta da mulher, e dirigiu-se para a casa de Delmira, onde tudo aconteceu.<sup>43</sup>

Seriam vinte dias ou apenas algumas horas que separavam o fim do relacionamento de Josepha e Sebastião? Estariam eles num processo de separação ou teria sido apenas uma briga entre tantas outras que ocorriam nas turbulentas relações que envolviam as meretrizes no Pilunga? Se ele tinha recomendado que ela procurasse meios de sobrevivência havia apenas algumas horas, como é que o mesmo já sabia que ela tinha ido se abrigar na casa de Delmira? A versão que datava o desentendimento de vinte dias favorecia a prostituta, pois este era um tempo suficiente para que ela se relacionasse com outra pessoa, sem

41 *O Lidador*, nº 77 de 03 de Março de 1935. (*A louca Maria fubá teve creança*) p. 1.

42 Entenda-se brinquedo aqui como uma festa. Levando em consideração que o bairro era repleto de casas de prostituição, o local onde o brinquedo ocorria também podia ser um prostíbulo.

43 FÓRUM JORGE CALMON. *Processo de Homicídio*, 1932. f. 8.

conservar qualquer responsabilidade sobre uma história que já havia chegado ao fim. Por outro lado, a versão de Sebastião explicaria o porquê de ter entrado repentinamente, enfurecido, à procura da sua ex-amante. Também não se deve descartar a hipótese de que se havia terminado com Josepha há alguns dias, Sebastião poderia estar ainda sofrendo por amor, e movido pelo álcool partiu desesperadamente para a casa de Delmira, por não suportar a ideia de ver a sua amada junto a outro homem. Por seus atos, Sebastião foi condenado a 30 anos de prisão, cumprida na Penitenciária do Estado. E com a divisão de opinião entre os integrantes do Júri sobre a cumplicidade de Júlio, o juiz posicionou-se pró-réu, absorvendo-o das acusações.

Esse crime indica que o ciúme era um sentimento constante no mundo do meretrício jacobinense. As paixões não correspondidas e os desentendimentos entre amantes os levavam a cometer verdadeiras loucuras. Isto porque o amor que era sentido por aquele com quem se relacionava conferia direito à dominação, e o ciúme parecia ser um componente pelo qual se tornava pública a afetividade.<sup>44</sup>

Todos esses casos indicam que as prostitutas viviam histórias de amor e ódio, de crimes e de paixão. Em determinados momentos agiam sob influência de ideias românticas e chegavam até a tomar atitudes drásticas.<sup>45</sup> Não possuíam elementos naturais, biológicos que as essencializava enquanto santas

44 Ver, a este respeito, também SANTANA, 1996, f. 13.

45 FONTES, Oleone Coelho. *Confissões de um proxeneta*. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2008. p. 82.

ou prostitutas.<sup>46</sup> Não eram recriminadas por todos os setores sociais – havia uma convivência mútua. Possuíam identidades transitórias que faziam de si portadoras de complexas identidades femininas.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Nordestino, uma invenção do falo: uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

BATISTA, Ricardo dos Santos. *Lues Venerea e as Roseiras Decaídas: Biopoder e convenções de gênero e sexualidade em Jacobina-BA (1930-1960)*. Dissertação de Mestrado.. Salvador: UFBA, 2010.

BOXER, Charles R. O culto de Maria e a prática da misoginia in BOXER, Charles R. *A mulher na expansão ultra-marina ibérica (1415-1815)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977. p. 123.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2009.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu, que balance!:* Mundos femininos, maternidade e pobreza Salvador 1890-1940. Salvador: CEB, 2003.

FONTES, Oleone Coelho. *Confissões de um proxeneta*. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2008

MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume, 2012.

RAGO, Elisabeth Juliska. *Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

46 Para mais informações cf. BATISTA, Ricardo dos Santos. *Lues Venerea e as Roseiras Decaídas: Biopoder e convenções de gênero e sexualidade em Jacobina-BA (1930-1960)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2010.

RAGO, Margareth. *Os Prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade em São Paulo (1890-1930)*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

SANTANA, Nélia de. *A prostituição feminina em Salvador (1900-1940)*. Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 1996.

SANTOS, Vanicléia Silva. *Sons, danças e ritmos: a micareta em Jacobina-Ba (1920-1950)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2001.

SILVA, Fabiana Machado. *O trem das grotas: a ferrovia Leste Brasileiro e seu impacto social em Jacobina (1920-1945)*. Dissertação de Mestrado. Santo Antônio de Jesus: UNEB, 2009. f. 100.

é aberta por textos em torno da temática “história e teoria”, José Carlos Reis, “O desafio historiográfico”, José Carlos Reis, “O debate sobre as identidades do conhecimento histórico e defende a sua pertinência enquanto saber que se constitui “na contra-mão da filosofia, da ciência, da religião e do senso-comum”. Em “Tempo de Experimento: o ofício do historiador e as novas linguagens” o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior chama a atenção para a necessidade dos historiadores profissionais repensarem suas práticas de pesquisa com as chamadas “novas linguagens” e incorporarem em suas reflexões teórico-metodológicas os desafios que a análise destas novas fontes impõe. O que implica em uma transformação na formação acadêmica e nos modos de produção e divulgação da narrativa histórica. Alexandre Silva de Jesus participa desta coletânea com o artigo “Patrimônio, atualidade e experiência: elementos para um programa” onde reflete sobre o funcionamento político do dispositivo patrimonial ou museal, uma vez que entende que os processos de patrimonialização e musealização se confundem. O texto articula reflexões de Nietzsche, Benjamin e Agamben à problematização da ordem patrimonial moderna. A temática “História e Educação” traz quatro contribuições. Carlos Augusto Lima Ferreira em “Ser Professor de História: da academia a sala de aula, algumas questões formativas” constrói uma reflexão sobre a formação do campo de investigação do ensino de história no país apontando o crescente interesse dos historiadores pela temática bem como as fronteiras e/ou barreiras que os pesquisadores da área precisam vencer para a consolidação da área e interesse tais como as relações hierarquizadas entre o ensino e a pesquisa. Ricardo de Aguiar Pacheco discute no artigo “As representações e práticas sociais associadas à formação de professores: formando o professor profissional” como os modelos de formação de professores se articularam às mudanças nas concepções de educação e de professor no Brasil e nos chama a atenção para os dilemas contemporâneos que afetam a construção da identidade docente atual. Os historiadores Nathalia Cavalcanti da Silva e Lucas Victor Silva participam da coletânea com o artigo “Os fatos históricos valem menos como conhecimento a adquirir do que pelas conclusões de ordem social e econômica que deles podemos tirar” que realiza estudo sobre os conteúdos históricos nos Programas de Educação Primária do Estado de Pernambuco na década de 1930. Encerrando esta seção, Juliana Alves de Andrade busca em seu artigo: “Trabalhadores rurais, camponeses e movimentos sociais rurais nos livros didáticos de História: breves apontamentos para uma reflexão sobre o lugar desses sujeitos na literatura escolar” analisar como obras didáticas de História, no contexto atual, abordam as temáticas Campesinato, Trabalhadores Rurais e Movimentos Sociais Rurais nos livros de história, destinados aos alunos do 3º ano do Ensino Médio. A seção “História, infância e Juventude” traz duas contribuições. O artigo “A poesia como estratégia metodológica na escolarização das jovens privadas de liberdade de Pernambuco” de autoria da historiadora Vera Lúcia Braga de Moura tem por objetivo analisar as estratégias de escolarização das adolescentes privadas de liberdade implementadas pela Secretaria Estadual de Educação nos Centros de Atendimento Provisórios envolvidos na execução da política, bem como o processo de de bairro da Iputinga. No segundo texto, Humberto Miranda em art Ditadura Civil-Militar em Pernambuco (1964-1990)” discute a trajetória do sistema Funabem/Febem enquanto complexo tutelar voltado para crianças das classes populares. O historiador analisa as práticas e discursos do Estado ditatorial que legitimaram a lógica de controle social e as estratégias disciplinares presentes na montagem e no funcionamento do sistema Funabem/Febem em Pernambuco. A temática “História e Cultura” também traz relevantes contribuições. O historiador Augusto Neves da Silva participa desta coletânea com um artigo sobre uma manifestação carnavalesca pouco estudada pela historiografia do carnaval do Recife e que sofreram significativa oposição ao longo do século XX: as escolas de samba. Em “Intelectuais e tradição: disputas pelos dias de Momo no Recife (1955-1956)” analisa os debates, conflitos e tensões intelectuais em torno da presença das escolas de samba na “terra do frevo”. Já a historiadora Joana D’arc de Sousa Lima parte das memórias de sua trajetória profissional em relevantes instituições culturais de São Paulo e Pernambuco para refletir sobre os temas da formação do público, da mediação e da participação. No artigo “Entre a lembrança e o esquecimento: Histórias da formação de públicos nas instituições culturais” construiu uma abordagem que articula à História, reflexões de campos como a arte, a museologia, a educação e a arte/educação. Sobre “História e Literatura”, a coleção registra a participação de dois artigos. Em “Memorando para ler o Recife em Manuel Bandeira”, o historiador Flávio Weinstein Teixeira constrói uma releitura sobre três conhecidos poemas do escritor pernambucano dedicados à capital: Evocação do Recife (1925/30), Minha Terra (1948) e Recife (1966). O diálogo entre história e literatura é tema da contribuição do historiador Marcus Vinícius Santana Lima. Em “A mulher do vizinho: um conto de Fernando Sabino”, o autor explora a narrativa literária como fonte para o estudo do década de 1960. A temática “Ensino de História e as leis 10639/2003 e 11.645/08” traz contribuições dos pesquisadores Edson Silva e Maria da Penha da Silva, que participam deste livro com o artigo “De qual ‘índio’ estamos falando?! Reflexões para o ensino da temática indígena”. Ao o leitor tem a sua disposição a denúncia sobre os estereótipos e a ignorância sobre a temática que permanecem no cotidiano escolar mesmo após o advento da Lei 11.645/08 que determina a inclusão do tema História e Culturas dos povos indígenas nos currículos da Educação Básica no Brasil. O artigo ressalta a necessidade de renovação dos livros didáticos brasileiros e finaliza sugerindo princípios para uma abordagem renovada e uma rica lista de contribuições atualizadas sobre a temática disponíveis aos pesquisadores e professores brasileiros. Em “Por uma história a partir dos conceitos: África, cultura negra e lei 10639/2003: reflexões para desconstruir certezas”, Ivaldo Marciano de França Lima revisita criticamente a utilização dos conceitos de “afro-brasileiro”, “afrodescendente” e “africano” atualmente convencionados como sinônimos para nomear as populações “não brancas”. Um texto que sugere uma abordagem alternativa para a efetivação da lei 10639/2003 na educação básica brasileira. A temática “História e cidade” traz contribuições sobre violência e relações de gênero no espaço urbano. Wellington Barbosa da Silva recua até o Recife do século XIX para analisar o medo motivado pela criminalidade urbana. A leitura do texto “Cidade, violência e medo: o caso do Recife oitocentista (1840-1880)” nos proporciona, entre outras coisas, a percepção de que, pelo menos, desde meados do Oitocentos o problema da violência urbana e os temores por ela provocados povoam as páginas dos periódicos locais. Ricardo dos Santos Batista colabora, neste livro, com um capítulo sobre os “usos femininos” do espaço urbano de Jacobina, Bahia, em meados do século XX. Em “Mulheres, convenções de gênero e espaço urbano”, o autor reflete sobre as convenções de gênero e sexualidade através das quais se tentava controlar os comportamentos femininos desafiadores das normas vigentes. Sobre a “História e Sertão”, temos debates sobre cultura material e propriedade fundiária. As autoras Kalina Vanderlei Silva, Amanda Isabela A. da Silva, Hortênsia Calado Pedro e Suelane Matos da Silva exploram a riqueza analítica dos inventários e testamentos referentes à capitania de Pernambuco no século XVIII, em especial do acervo do Memorial de Justiça de Pernambuco no que diz respeito às comarcas sertanejas. É o tema do artigo “O Sertão em inventários: cultura material e sociedade na Capitania de Pernambuco no século XVIII” que convida pesquisadores a se debruçarem sobre a documentação ainda pouco consultada. A historiadora Maria Ferreira retoma descobertas de sua tese de doutoramento no artigo “Proprietários, famílias e sociabilidade: notas para uma história da

## História e sertão

# O sertão em inventários: cultura material e sociedade na capitania de Pernambuco no século XVIII

KALINA VANDERLEI SILVA  
Professora Adjunta da UPE  
Doutora em História pela UFPE  
Coordenadora do GEHSCAL/UPE

AMANDA ISABELA A. DA SILVA  
Graduanda em História pela UPE  
Pesquisadora GEHSCAL/UPE  
Bolsista PFA/UPE

HORTÊNSIA CALADO PEDRO  
Graduanda em História pela UPE  
Pesquisadora GEHSCAL/UPE  
Bolsista PFA/UPE;

SUELANE MATOS DA SILVA  
Graduanda em História pela UPE  
Pesquisadora GEHSCAL/UPE  
Bolsista PFA/UPE

*Os inventários post-mortem são fontes históricas clássicas para a historiografia ocidental que, entretanto, foram até agora bem pouco utilizadas pelos estudos sobre Pernambuco colonial. Mas essa situação parece prestes a mudar já que hoje os pesquisadores têm à disposição um rico acervo de inventários e testamentos, referente a diferentes comarcas da*

*capitania de Pernambuco* nos séculos XVIII e XIX, e que apenas começou a ser analisado: o acervo do Memorial de Justiça de Pernambuco (MJ-PE).

Desde as primeiras décadas do século XVII, a América Portuguesa havia vivenciado um surto migratório para a região açucareira que seria responsável, juntamente com o aumento do tráfico de escravos, pelo fato de Pernambuco e Bahia representarem, nos *Seiscentos*, 3/4 da população colonial. Essas vilas e cidades açucareiras prosperaram graças ao comércio que promoviam entre a área rural produtora de açúcar, mandioca e tabaco, e os portos do império português, compradores desses produtos e exportadores de escravos. Habitados que eram por africanos, cristãos-novos, portugueses reinóis, mamelucos, núcleos urbanos como Salvador, Olinda, Recife, mas também os então eferescentes Goiânia, Tracunhaém, Cachoeira, Maragogipe, Santo Amaro e Porto Calvo, foram o palco de uma ativa vida social, econômica e cultural promovida não só por escravos e senhores, mas também pelos muitos homens e mulheres livres e pobres que residiam em suas ruas e que encontravam nelas oportunidades de trabalho (SILVA, CEPE, 2010).

Esse crescimento populacional, por sua vez, instigou todo um processo de expansão territorial para além dos limites do mundo do açúcar, que culminou com a formação da sociedade sertaneja colonial, após um longo período de guerras de conquista. Assim foi que o final do século XVIII viu firmadas as estruturas sociais nos semiáridos continentais: uma região dominada por latifúndios e pecuária, mas onde as cidades que funcionavam como entrepostos comerciais também se fortaleciam. Nesse contexto social, construído com base em intensa circulação humana (IVO, 2009),

as elites cultivaram hábitos consoantes com as práticas oficiais do Império, ao menos no que dizia respeito às transmissões de heranças, fazendo com que se multiplicassem os inventários *post-mortem* nas comarcas sertanejas da capitania de Pernambuco.

Segundo as práticas portuguesas e coloniais, todo indivíduo que possuísse bens deveria ter um inventário após sua morte, e as ‘Ordenações Filipinas’ (1603) se preocuparam em estabelecer critérios para a elaboração desses documentos. De acordo com o título LXXX dessas Ordenações, era estritamente proibido que homens menores de 14 anos, mulheres menores que 12 anos e “furiosos” acometidos regularmente por crises inventariassem. Já no Livro IV é possível encontrar disposições referentes à maneira legal pela qual um inventário deveria se adequar, como o número de testemunhas, e questões ligadas à partilha de bens propriamente dita. Esta padronização deveria ser cumprida em todos os domínios portugueses e no ultramar, e seu cumprimento, no caso dos documentos referentes às vilas sertanejas, demonstra o longo alcance da estrutura administrativa do Império português.

Sete (07) partes fundamentais integravam um inventário: o *intróito*, onde estão as informações do processo como data e local do óbito, bem como estado civil do inventariado assim como a data de abertura do processo, o juiz nomeado e as testemunhas. Logo em seguida a *nota dos avaliadores*, posteriormente o *rol de herdeiros e legatários*, e o *arrolamento dos bens materiais*, onde são enumerados os bens deixados. Nos inventários do MJ-PE esses são listados na seguinte ordem: ouro, prata, bronze, objetos domésticos, roupas, escravos, gado, bens de raiz e benfeitorias, bem como o preço no qual foram avaliados. Por fim, são enumeradas as *dívidas e créditos*, a *relação de escravos*

*negros e indígenas e a folha de contas*. Nesta última parte constam o monte-mor e o monte-menor, que correspondem ao total dos bens e ao valor após o abatimento das dívidas. Ainda constam a meação, ou seja, a divisão de 50% pertencente ao cônjuge, o recibo de vendas e leilões e o termo de encerramento, com a custa do processo.

Diferente dos inventários, obrigatório para os que tinham posses, o testamento, por sua vez, era uma categoria facultativa de transmissão de bens: um documento que expressava os desejos do testador sobre a forma como se deveria proceder na administração de seus bens (SAMARA, 2011, p. 199). Eles traziam informações sobre a origem do testador, descrições de suas vontades em torno da realização dos ritos de enterramento, a listagem de benefícios, incluindo as esmolas aos santos e pobres, além de revelar benefícios a afilhados e agregados, o que falava bastante das relações familiares e de compadrio na região.

Por tudo isso, esses documentos, inventários e testamentos, ao detalharem bens e propriedades daquelas elites, assim como valores e relações familiares, permitem que tracemos os contornos das estruturas sociais e culturais da sociedade sertaneja colonial setecentista. E é para traçar esses desenhos que os pesquisadores do GEHSCAL-UPE vêm se debruçando sobre o acervo do MJ-PE, identificando, classificando, catalogando e analisando inventários e testamentos referentes às comarcas da Capitania de Pernambuco entre os anos de 1775 a 1822.<sup>1</sup>

1 O levantamento e a análise dos documentos do Memorial de Justiça de Pernambuco, realizado pelo GEHSCAL-UPE (Grupo de Estudos em História Sociocultural da América Latina), conta com financiamento dos seguintes órgãos de fomento: FACEPE, CNPq, UPE/PFA.

Inventários que arrolam listas de escravos, gado e cavalos, com as respectivas discriminações de valores e nomes que cada um deles recebia de seus donos, assim como descrições e valores de moveis, detalhes de objetos religiosos e de joias em ouro, prata e bronze, relações de bens de raiz. Tudo isso em uma riqueza de detalhes que joga luz sobre diversas questões e fenômenos sociais daquele contexto.

### **Inventários no Sertão:**

As caixas de processos civis do MJ-PE que falam sobre a sociedade colonial sertaneja, assim como a açucareira, incluem, para além dos inventários e testamentos, também sequestros de bens e cartas de herança das seguintes comarcas da Capitania de Pernambuco: Afogados da Ingazeira, Águas Belas, Bonito, Cabo de Santo Agostinho, Cabrobó, Correntes, Escada, Flores, Floresta, Gameleira, Goiana, Ipojuca, Itambé, Nazaré da Mata, Paudalho, São Bento do Uma e Serra Talhada. No caso das comarcas do sertão, esses documentos oferecem inestimáveis indícios acerca de um período quando as estruturas sociais na região já haviam alcançado um certo grau de estabilidade, com uma variedade de grupos sociais e étnicos, e com a atividade econômica principal fixada em torno da criação de gado e do trabalho escravo. Para o presente estudo, que se propõe a oferecer uma visão geral e introdutória da relação entre inventários e sociedade sertaneja setecentista, procuramos nos concentrar em uma comarca, uma das mais importantes do sertão de Pernambuco setecentista: a comarca de Serra Talhada.

E é possível, mergulhando nesses inventários, enxergar em detalhe as estruturas sociais sertanejas, tanto aquelas já bem conhecidas da historiografia, como a escravidão, quanto outros fenômenos menos explorados, tais como as práticas ostentatórias e a situação das mulheres de elite frente a riqueza familiar.<sup>2</sup>

No caso da utilização da mão-de-obra escrava, essa aparece frequentemente nos inventários observados. As quantidades registradas variam, mas o item “Escravos” é uma constante nos documentos levantados, como exemplificado pelo inventário de Anna Maria de Sá, no qual foram registrados, como bens da inventariante, doze escravos de idade entre dezesseis e sessenta e cinco anos, homens e mulheres que provavelmente eram utilizados em atividades produtivas e em serviços domésticos, e que valiam juntos um total de 1450\$000. Quantia que constituía parte considerável da fortuna da inventariada (MJ-PE, Inventário de Anna Maria de Sá. Caixa nº 000964. Comarca de Serra Talhada, 1805).

Ter mais de dez escravos, como neste inventário, era um bom indicativo de riqueza, mas quem não podia ter muitos, não media esforços para ter pelo menos um, que deveria conferir um mínimo de status aos seus donos. É o caso do Manuel Lopes Pereira e de Eugênia Nunes que registraram a posse, cada um, de um único escravo em seus espólios (MJ-PE, Inventário de Manuel

2 Apesar da historiografia para o sertão colonial ainda ser bastante escassa, alguns importantes estudos foram publicados, referentes tanto à escravidão quanto as relações familiares. Ver, por exemplo: BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Editora Gráfica da UFPI, 1999; E BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial Piauiense: família e poder*. Editora Universitária UFPE, 2012.

Lopes Pereira. Caixa nº 000964. Comarca de Serra Talhada, 1806; MJ-PE, Inventário de Eugenia Nunes. Caixa nº 000961. Comarca de Serra Talhada, 1775).

Mas para além da escravidão, as listas de objetos arrolados nesses documentos permitem que construamos uma forte relação entre cultura material e sistema de valores, com a posse de determinados objetos servindo de pistas para práticas cotidianas e hábitos de comportamento dos testadores e inventariantes. Práticas e hábitos que, de outra forma, não poderiam mais ser alcançados. Dessa forma, as relações de objetos de ouro e prata, frequentes nesses registros, assim como louças e tecidos finos, servem de base para deduzirmos as práticas ostentatórias daquela elite. Antônia Mota, estudando o Maranhão no mesmo período, já traçou essa relação entre consumo de bens de luxo e o acúmulo de riqueza entre os grupos abastados (MOTA, 2007).

Por outro lado, o que também transparece de forma notável nesses registros é uma marcante presença feminina no papel de proprietárias de bens. Por exemplo, de um total de duzentos e oitenta e nove (289) pesquisados, foram identificados oitenta e dois (82) referentes a mulheres, entre inventários *post-mortem* e testamentos. Documentos que registram bens que procediam de heranças de família, presentes de casamento e dotes, mas que também resultavam de práticas comerciais e trabalhos realizados fora ou dentro de casa pelas mulheres retratadas. As informações contidas nessas fontes levantam muitas questões sobre a natureza da riqueza e as condições de vida naquelas comarcas, e em associação com os testamentos, permitem também vislumbres de valores e moral no sertão colonial. O próprio quantitativo

de inventários de mulheres já é, por si só, um dado importante que merece maiores reflexões.

São registros como os de Elena Pereyra da Costa, da comarca de Flores, datado em 1786, que tinha como inventariante seu esposo, Francisco Dias Maciel. Nele, Elena é apresentada como uma mulher de posses, senhora de terras, casas, gado, cavalos e escravos, e dona de joias e “trastes” (utensílios de cozinha). Entre seus bens o inventário destaca, especificamente, dois escravos mulatos: uma mulher jovem, avaliada em 40 mil réis, e um homem jovem, avaliado em 10 mil réis (MJ-PE, Inventário por Morte de Esposa Elena Pereyra da Costa/Tutor e Marido Francisco Dias. Caixa Nº 000317; 1786; fl. nº 6). Também o inventário de Anna Roza de Jesus, da Comarca de Afogados, datado de 1820, tem o esposo como inventariante – o que parece comum em nossa documentação – e apesar de não arrolar objetos de ouro e prata, lhe dá a propriedade de um cavalo no valor de 40 mil réis (MJ-PE, Inventário de Anna Roza de Jesus. Caixa nº 001605. Comarca de Afogados, 1820; fl. nº 2).

Muitos dos inventários descrevem utensílios domésticos e outras ferramentas usadas no trabalho rural, assim como dão especial atenção a objetos de caráter devocional, que, muitos deles elaborados em metais preciosos, assumiam uma função não apenas religiosa, mas de ostentação e demarcação de prestígio. Objetos como o rosário de ouro descrito no inventário de José de Barros, morador de Taracatú, datado de 1814, que pesava quatro oitavas de ouro, e que fora avaliado em cinco mil e seiscentos réis (MJ-PE, Inventário de José de Barros. Caixa nº 000968. Comarca de Serra Talhada, 1814).

Nos testamentos, por sua vez, o caráter devocional fica mais claro, já que as fórmulas discursivas postas nessas fontes apontavam, como já foi bem descrito para outras áreas da América portuguesa colonial, para as diretrizes da Igreja tridentina e sua atenção ao ‘bem morrer’ e ao culto aos santos.<sup>3</sup> Nessas fórmulas, como já observou João José Reis (REIS, 1991, p. 92-93), para além de uma breve biografia do testado e da indicação dos testamenteiros, estão presentes os acertos para a encomendação da alma. Um roteiro seguido, por exemplo, pelo testamento de Josefa Moreira da Silva, moradora de Tacaracatú, em 1811:

Em nome da Santíssima Trindade Padre Filho Espirito Santo Três Pessoas distintas e um só Deus Verdadeiro [...] Primeiramente encomendo minha Alma à Santíssima Trindade que a criou e Rogo [...] ao Santo de Meu nome ao Senhor São José [...] e Rogo aos Senhores Capitão Pedro, José Delgado e Alexandre Gomes de Sá e o meu filho Fernando Teixeira da Silva que por serviço de Deus e me fazer mercê queiram ser meus testamenteiros (MJP-PE, Testamento de Josefa Moreira da Silva. Caixa nº 000966. Comarca de Serra Talhada, 1811).

Interessante que Josefa tenha rogado quase no mesmo tom ao seu santo padroeiro, São José, e aos capitães que indicava

3 Para as artes de ‘bem morrer’ na América portuguesa, ver: RODRIGUES, Cláudia. A arte de bem morrer no Rio de Janeiro setecentista. *Varia História*; volume 24, número 39, páginas 255-272. Junho 2008; OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros*. Salvador, 1790-1890. São Paulo: Corrupio/CNPq, 1988. E sobre o culto aos santos, CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A terceira devoção do Setecentos mineiro: o culto a São Miguel e Almas*. São Paulo: USP, 1994.

como testamenteiros, o que torna bem visível o prestígio da elite militar sertaneja nesse imaginário. Mas se era importante lembrar os poderes terrenos, por outro lado não se esquecia que o objetivo desses testamentos era garantir a passagem da alma do testado, assegurando legalmente que os herdeiros não esquecessem nenhum dos rituais e preferências do falecido. Assim, para além da indicação prática dos testamenteiros, logo vinham ditadas as preferências de enterramento, vinculadas às práticas devocionais do falecido. Questões como qual vigário deveria celebrar as missas, qual a quantidade de missas pagas a serem encomendadas, que valor deveria ser deixado para esmolas e qual deveria ser a indumentária a ser vestida pelo morto. Tudo isso pode ser visto, por exemplo, no testamento do morador de Cabrobó, José Rodrigues Brandão (1803):

Meu corpo será amortalhado em hábito de São Francisco, e na falta dele em mortalha branca de Bertanha (sic) e sepultado na Igreja que se achar mais perto do lugar de meu falecimento e acompanhará o Reverendo Vigário e em falta dele o Sacerdote que se achar, em dirá um oitavário de missa de corpo presente e o officio Paroquial pois defendo o oitavário de missas acima declarado continuará a dizer mais dezesseis missas pela minha alma em altar privilegiado pagando por cada uma tanto os do oitavário, como os dezesseis a Esmola de Seis contos e quarenta Reis [...] (MJ-PE, Testamento de José Rodrigues Brandão. Caixa nº 964; Comarca de Serra Talhada, 1803).

Essa preferência pela mortalha franciscana também já foi estudada por João José Reis (REIS, 1991, p. 117-118), assim

como as esmolas dadas na hora da morte, que são igualmente ressaltadas nos testamentos sertanejos: “Ordeno que se me faça Ofício de Corpo presente e outro Paroquial dando-se a esmola costumada e uma Capela de Mitas (sic) com a esmola de trezentos e vinte reis” (MJ-PE, Testamento de Manoel Pereira. Caixa nº 000962. Comarca de Serra Talhada, 1788). O que esses documentos nos mostram é a continuidade, no sertão, das práticas testamentárias e devocionais inspiradas pelas ‘Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia’, assim como pela proliferação de irmandades nos núcleos urbanos coloniais. Ou seja, a sociedade sertaneja colonial, longe de se constituir como um espaço ausente de lei – como descrito por cronistas tais como Henry Koster, para quem no sertão “não há nem religião real e racional” (KOSTER, [1810], 2003, p. 40) - aparece nesses documentos como um espaço onde pelo menos as práticas religiosas seguiam as normatizações das Constituições. Isso apesar da ausência sistemática de clérigos, o que, de resto, dificilmente era uma característica original do sertão. De fato, os objetos devocionais descritos nos inventários remetem a práticas religiosas cotidianas cultivadas fora dos espaços das igrejas e longe dos clérigos. Situação, inclusive, também referida por Koster. Os crucifixos de ouro, como aquele do inventário de Anna Maria de Sá (1805), moradora do Pajeú e dona de muitas posses religiosas, sugerem a função desses objetos não apenas como elementos de ostentação social, mas também como ‘espaços’ de uma religiosidade formada na ausência de representantes mais tradicionais, de acordo com as normas tridentinas (MJ-PE, Inventário de Anna Maria de Sá. Caixa nº 000964. Comarca de Serra Talhada, 1805).

Mas isso também tampouco era um fenômeno sertanejo, já tendo sido observado em outros espaços coloniais como a zona açucareira e as Minas: Luiz Mott, por exemplo, já afirmou o quanto era comum a presença de objetos devocionais nas casas da gente de posse e o quanto essas residências assumiam a função de espaço privilegiado de devoção privada (MOTT, 1997, p. 164). Eram imagens de santos, oratórios, relíquias e até mesmo capelas, dependendo do grau de abastança dos residentes. Todos esses também localizados nos espólios de Serra Talhada, como naquele que descreve os bens de Agostinho Nogueira e sua esposa, que possuíam dois relicários, no valor cada um de quatro mil e duzentos reis, além de uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, avaliada em mil e duzentos reis (MJ-PE, Inventário de Agostinho Nogueira. Caixa nº 000962. Comarca de Serra Talhada, 1800).

Emanuel Araújo (2008, p. 121), por sua vez, descrevendo a prática da ostentação na colônia portuguesa, já enfatizou a pouca preocupação de proprietários de engenhos e fazendeiros para com a posse de móveis; o que se contrapunha a sua ânsia por objetos como fivelas de ouro, brincos, gargantilhas, com os quais pudessem ostentar publicamente riqueza. E isso podemos ver nos dois quadros abaixo:

**Quadro 1 – Item “ouro”. Inventário de Catarina M<sup>a</sup> do Espírito Santo, Comarca de Serra Talhada, 1803**

Um relicário de ouro com vidros	
9\$140	
Uma redoma de ouro	
8\$120	
Dois braços de colar de ouro	
4\$120	
Dois braços de cordões de ouro	
9\$420	
Uma volta de cordão de ouro	
1\$740	
Dois pares de botões de ouro de roupa usados	
5\$660	
Outro par de botões de ouro de roupa usados	
3\$140	
Uma volta de cordão de ouro de pescoço	
2\$280	
Um par de brincos cortados	
3\$520	
Outro par de brincos pequenos	
\$500	
Uma imagem da Conceição de ouro pequena	
\$300	
Um anel de ouro Zabumba	
\$640	
Uma verônica dos três reis	
\$600	
Outra verônica dos três reis	
\$720	
Um par de cadeados de armação de ouro	
1\$480	

Outro par de cadeados de armação de pedras brancas

1\$840

Outro dito par de cadeados de armação de pedras

1\$100

**Fonte:** Memorial da Justiça do Estado de Pernambuco. Inventário de Catarina M<sup>a</sup> do Espírito Santo. Caixa n<sup>o</sup> 000963, comarca de Serra Talhada, 1803.

## **Quadro 2- Item “ouro”. Inventário de Anastácia Ferreira Costa, Flores, Comarca de Serra Talhada, 1801**

Três pares de botões de ouro

4\$180

Um laço de ouro com uma imagem da Conceição

1\$200

Um laço de ouro de pescoço

5\$380

Outro laço de ouro e de pescoço com duas pedras

1\$200

Um par de cadeados com pedras

1\$800

Um par de brincos pequenos

\$620

Outro dito pequeno quebrado par

\$520

Uma volta de colar [?]

1\$600

Seis colheres

\$240

**Fonte:** Memorial da Justiça do Estado de Pernambuco. Inventário de Anastácia Ferreira da Costa. Caixa n<sup>o</sup> 000963; comarca de Serra Talhada, 1801.

Nos quadros 1 e 2 observamos que os objetos de ouro nesses dois inventários dos primeiros anos do século XIX eram principalmente joias, com a exceção de objetos devocionais como o relicário, o mais valioso listado, as ‘verônicas’ e uma imagem de Nossa Senhora da Conceição. De resto, apenas alguns talheres. Tanto pela quantidade de objetos preciosos quanto pelo valor intrínseco dos mesmos, o inventário de Catarina M<sup>a</sup> nos apresenta uma mulher mais abastada que Anastácia Ferreira, mas ambas pertencendo à mesma comarca e no mesmo momento, e muito provavelmente pertencendo a famílias de sesmeiros. Os itens listados, por seu turno, por sua própria natureza enquanto objetos refinados, sugerem a circulação, nas vilas sertanejas, de bens e produtos refinados vindos da Europa (PEREIRA, 2011, p. 03).

Mas não eram só as mulheres que registravam joias e outros objetos de luxo: no processo de Antônio de Barros Rego Colaço (MJ-PE, Inventário de Albano Ribeiro. Caixa nº 000961, Comarca de Serra Talhada, 1778) foram arrolados bens como óculos com armação de prata, tabaqueira e estojo de barbear, camisas, calções, casacas, e até sapatos, que não aparecem em nenhum outro dos inventários levantados. Roupas bastante finas, bem longe de qualquer imagem de “rudeza sertaneja”, mas que não aparecem nos inventários mais antigos: por exemplo, nas caixas 961 e 962 na qual são raras as referências ao item “roupa”, e somente pouco a pouco os tecidos de trato mais fino, até mesmo importados, passariam a constar nos espólios de inventariados da comarca de Serra Talhada.

Tais espólios, ao falarem de riqueza, começam a construir um retrato de uma elite sertaneja setecentista em Pernambuco.

Mas aqui é preciso pisar com cuidado, pois a grande maioria dos inventários não trazem registros de profissões dos personagens citados, apenas e quando muito apontando para cargos militares e propriedades de terras. Apesar disso, vez por outra, surge um processo com um tipo diferente de protagonista inventariando suas posses: Especificamente, clérigos. Entre esses estão aqueles que deixaram para trás, na listagem de seus bens terrenos, algo de ostentação barroca em joias e roupas, ou objetos diretamente relacionados com as atividades agrícolas. Caso, por exemplo, do Padre Antônio da Silva, cujos espólios trazem indicativos de uma associação com o mundo das fazendas, incluindo inúmeras páginas com descrições de utensílios voltados para o cultivo agrícola: ferramentas como foices, serrotes, ‘ciscadores’, facões, assim como cavalos de fábrica, além de 27 escravos de ‘fábrica’ da fazenda, 6 escravos de “uso doméstico” e ainda carimbos que sugeriam seu envolvimento com o comércio (MJ-PE, Inventário do Pe. Antônio da Silva. Caixa nº 000965. Comarca de Serra Talhada, 1810). Nas últimas páginas do inventário ele chega mesmo a ser referido como *vaqueiro*, sendo ainda interessante notar que nenhum objeto religioso que pudesse ser associado ao seu ofício “principal” foi encontrado, exceto seu título de padre.

Atuando em uma região notória pela ausência de clérigos – ainda mais do que a colônia açucareira – e onde não era incomum que os religiosos se tornassem proprietários abastados de terras (FRANÇA, 2002, p. 20-26), o Padre Silva deve ter estado entre o número daqueles que se dedicavam aos mundanos deveres de administração de terras, e em seu caso, aparentemente, deixando de lado qualquer dever devocional.

Uma situação diferente daquela do Padre André de Miranda Rocha, que parece ter se enquadrado entre os “diligentes” eclesiásticos que precisavam possuir um “altar portátil conduzido a cavalo” para adentrar as regiões sertanejas da capitania de Pernambuco (KOSTER, [1810], 2003, p. 139). De fato, o Padre Miranda surge como um clérigo educado, e suas posses mostram mais interesse nos deveres devocionais, apesar de também indicarem uma preocupação ostentatória e riqueza suficiente para mantê-la. Seus bens descrevem um homem letrado, dono de objetos finos, além de escravos e animais: itens como um casaco de seda, um casaco de pano fino ordinário, um calção preto de meia, um colete de cetim de listras, copos de prata, colheres e garfos, selas, cavalos, cabras e ovelhas, além de dois escravos e um jogo de tinteiro e dois livros, um deles o “Compendio de resolucoins Praticas para reza dos oratórios” (MJ-PE, Inventário do Pe. André de Miranda Rocha. Caixa nº 000964. Comarca de Serra Talhada, 1804; VILLATA, 1997, p. 326). Ou seja, um clérigo bem diferente do Padre Miranda, com uma riqueza mais ostentatória que prática, além de provavelmente ter uma melhor formação, visível no fato de possuir um manual de orações.

Assim é que os objetos com função religiosa nos inventários analisados, assim como os próprios inventários dos clérigos, levantam diversas questões sobre a religiosidade colonial sertaneja: a ausência de clérigos, o envolvimento destes com comércio e administração de terras, sua formação, mas também a presença do culto aos santos nas residências privadas. Esse, inclusive, um elemento primordial da fé católica e reforçado pelas “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia” (1853, título

08, nº 22). No entanto, apesar da devoção à Nossa Senhora da Conceição, santa preferida do sertão segundo Koster ([1810] 2003, p. 392-393), presente em oito dos inventários analisados para a Comarca de Serra Talhada,<sup>4</sup> e à Santa Rita, presente em um (MJ-PE, Inventário de Narciza Maria da Ressurreição. Caixa nº 000965, Comarca de Serra Talhada, 1808), nas caixas que analisamos para a mesma comarca percebemos que poucos são os registros que listam bens diretamente relacionados a fé católica, o que pode dar crédito às insinuações de Koster acerca da ausência de uma religião institucional no sertão da capitania (KOSTER, [1810], 2003, p. 211).

### Quadro 3 – Espólios com bens religiosos (quantidades), Comarca de Serra Talhada.

Nº da Caixa	Total de Inventários	Total de inventários com bens religiosos
000961	09	0
000962	17	02
000963	07	03
000964	15	02

4 São eles: Inventário de Alexandre Manoel M. Caixa nº 000962, comarca de Serra Talhada, 1800; Inventário de Agostinho Nogueira. Caixa nº 000962, comarca de Serra Talhada, 1800; Inventário de Anastácia Ferreira da Costa. Caixa nº 000963, comarca de Serra Talhada, 1801; Inventário de Catarina M do Espírito Santo. Caixa nº 000963, comarca de Serra Talhada, 1803; Inventário de Anna Maria de Sá. Caixa nº 000964, comarca de Serra Talhada, 1805; Inventário sem nome. Caixa nº 000966; comarca de Serra Talhada, 1812; Inventário de Iria [?] Francisca de Alencar. Caixa nº 000967, comarca de Serra Talhada, 1813; Inventário de Jerônimo Carneiro de Andrade. Caixa nº 000967, comarca de Serra Talhada, 1813.

000965	11	02
000966	12	01
000967	08	02
000968	13	03

**Fonte:** Memorial da Justiça do Estado de Pernambuco. Caixas nº 000961-968. Comarca de Serra Talhada, 1775-1814.

Mas será que essa pequena quantidade de bens religiosos fala das dificuldades da Igreja em fixar raízes no sertão setecentista e oitocentista da capitania de Pernambuco ou ela insinua práticas religiosas que ainda pouco entendemos, realizadas para além das margens dos registros oficiais? Essa é outra questão a ser respondida. De forma geral, no entanto, aparentemente os objetos espirituais encontrados nos títulos de ouro dos inventários da comarca de Serra Talhada serviam mais como símbolos de fortuna do que como emblemas de devoções religiosas, em uma situação similar à analisada por Mota para o Maranhão setecentista (MOTA, 2007, p 164-166).

#### **Quadro 4- Descrição dos bens religiosos por inventário, Comarca de Serra Talhada.**

Caixa	Descrição dos bens	Inventários
000961	0	0
000962	Um oratório com uma imagem dentro. Dois relicários grandes, uma imagem da Conceição.	Alexandre Manoel M. (1800); Agostinho Nogueira de Carvalho (1800)

000963	Três laços de ouro com uma imagem da Conceição. Duas voltas de cordão de pescoço de ouro com uma imagem da Conceição. Um relicário de ouro e vidro, uma redoma de ouro, uma imagem da Conceição pequena de ouro.	Anastácia Ferreira da Costa (1801); João Baptista Pereira (1801); Catarina M <sup>a</sup> do Espírito Santo (1803)
000964	Livro prática para reza dos oratórios. Uma imagem da conceição de ouro, um crucifixo de caixão, duas verônicas dos três reis encapada com ouro.	Padre André de Miranda Rocha (1804); Anna Maria de Sá (1805)
000965	Um oratório, uma imagem de Santa Rita.	Narciza Maria da Ressurreição (1808)
000966	Duas redomas de ouro com vidro e imagem da Conceição, uma coroa de ouro com uma cruz.	Nome ilegível (1812)
000967	Um crucifixo de ouro com três voltas de cordão, uma redoma grande com vidro e imagem de Nossa Senhora da Conceição com duas voltas de cordão, mais duas redomas pequenas, uma sem vidro e com três voltas de cordão de ouro em ambas, um rosário com Padres Nosso e Aves Maria de ouro com uma cruz, um cordãozinho de braço com duas figas, uma verônica de São João com uma volta de cordão de ouro, uma verônica maior com seus recortados e duas voltas de cordão. Um crucifixo de ouro com seus cordões do mesmo, um rosário de ouro, uma imagem de Nossa Senhora da Conceição de ouro, uma cruzinha de ouro.	Jerônimo Carneiro de Andrade (1813), Iria [?] Francisca de Alencar (1813)
000968	Um rosário e um espírito santo. Duas verônicas da Conceição, sendo uma cortada e ambas com uma volta de cordão. Um rosário com uma cruz de ouro.	Anna Francisca dos Prazeres (1811); Antônio Ferreira de Brito (1814); José de Barros da Silva (1814)

**Fonte:** Memorial da Justiça do Estado de Pernambuco. Inventários Caixa nº 000961-968; Inventários da comarca de Serra Talhada, 1775-1814.

Poucos que fossem, entretanto, esses objetos sugerem práticas já bem conhecidas em outras regiões da América portuguesa. Devoções privadas, realizadas em torno de pequenos oratórios, imagens de santos, ou associadas a rosários.

Por fim, os inventários e testamentos dessas comarcas sertanejas falam também sobre a presença do Estado nos interiores continentais da América portuguesa. De fato, desde Capistrano de Abreu que a historiografia brasileira tem enfatizado a ausência do Estado nesses interiores.<sup>5</sup> E no entanto, a própria elaboração de registros como os inventários indica um esforço administrativo em instituir um certo controle mesmo nas mais distantes localidades. E se esse esforço era levado ao cabo principalmente pela ânsia da Coroa em reter os impostos que lhe eram devidos no momento da transmissão das heranças, o fato de que o mesmo encontrava, por parte da gente livre no sertão, uma aceitação que realmente os levava a procurar escrivães para inventariar e testar, mostra que o mito do sertão colonial ‘sem lei’ é basicamente isso mesmo, um mito.

E é para tentar esclarecer essas questões, e levantar outras mais, que continuaremos a nos debruçar sobre esse riquíssimo repositório documental, cujo potencial apenas começa a ser descortinados.

5 Em seu prefácio ao livro “Revisão do Paraíso – Os Brasileiros e o Estado em 500 Anos de História”, publicado em 2000, Mary Del Priore tece um panorama de algumas das mais influentes teses da historiografia brasileira sobre o Estado colonial, apontando a visão constante, muito forte em Manoel Bonfim, de um Estado parasitário, presente apenas em tributos e extorsões. E mesmo em Faoro, pioneiro nos estudos com ênfase na relação de Estado colonizador e sociedade, a herança colonial da relação intercambiável entre Estado e sociedade teria resultado em um “coito infernal entre a coisa pública e a coisa privada”. DEL PRIORE, Mary (org.). *Revisão do Paraíso – Os Brasileiros e o Estado em 500 Anos de História*. Rio de Janeiro, Ed. Campus. 2000. P. 06-08.

## **INVENTÁRIOS E TESTAMENTOS DO MEMORIAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (MJ-PE)**

Inventário por Morte de Esposa Elena Pereyra da Costa/Tutor e Marido Francisco Dias. Caixa N° 000317. Comarca de Flores, 1786;

Inventário de Anna Roza de Jesus. Caixa n° 001605. Comarca de Afogados,1820;

### **CAIXAS N° 000961-968 DA COMARCA DE SERRA TALHADA, 1775-1814:**

Inventário de Agostinho Nogueira. Caixa n° 000962. 1800;

Inventário de Albano Ribeiro. Caixa n° 000961. 1778;

Inventário de Alexandre Manoel M. Caixa n° 000962, 1800.

Inventário de Anastácia Ferreira da Costa. Caixa n° 000963; 1801;

Inventário de Anna Francisca dos Prazeres. Caixa n° 000968. 1811;

Inventário de Anna Maria de Sá. Caixa n° 000964. 1805;

Inventário de Catarina M<sup>a</sup> do Espírito Santo. Caixa n° 000963, 1803;

Inventário de Eugenia Nunes. Caixa n° 000961. 1775;

Inventário de Iria [?] Francisca de Alencar. Caixa n° 000967, 1813.

Inventário de Jerônimo Carneiro de Andrade. Caixa n° 000967, 1813.

Inventário de Joao Batista Ferreira. Caixa n° 000963. 1801;

Inventário de José de Barros. Caixa n° 000968. 1814;

Inventário de Manuel Lopes Pereira. Caixa n° 000964. 1806;

Inventário de Narciza Maria da Ressurreição. Caixa n° 000965, 1808

Inventário do Pe. André de Miranda Rocha. Caixa n° 000964. 1804;

Inventário do Pe. Antônio da Silva. Caixa n° 000965. 1810;

Inventário sem nome. Caixa n° 000966; 1812.

Testamento de José Rodrigues Brandão. Caixa nº 964. 1803;  
Testamento de Josefa Moreira da Silva. Caixa nº 000966. 1811;  
Testamento de Manoel Pereira. Caixa nº 000962. 1788;

#### **FONTES IMPRESSAS:**

*CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707). Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide em 12 de junho de 1707.* São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil [1810].* Vol.1, 12º ed. Rio-São Paulo-Fortaleza: ABC Editora, 2003.

*ORDENAÇÕES Filipinas (1603).* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Edição 'fac-simile' da edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro. 1870.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ARAÚJO, Emanuel. *Teatro dos Vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial.* Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial Piauiense: família e poder.* Editora Universitária UFPE, 2012.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII.* Editora Gráfica da UFPI, 1999.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A terceira devoção do Setecentos mineiro: o culto a São Miguel e Almas.* São Paulo: USP, 1994.

DEL PRIORE, Mary (org.). *Revisão do Paraíso – Os Brasileiros e o Estado em 500 Anos de História*. Rio de Janeiro, Ed. Campus. 2000.

FRANÇA, Anna Laura Teixeira de. *Santas Normas: o comportamento do clero pernambucano sobre a vigilância das Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia-1707*. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

IVO, Isnara Pereira. *Homens de Caminho: Trânsitos, Comércios e Cores nos Sertões da América Portuguesa – Século XVIII*. Tese apresentada ao Curso de Doutorado, UFMG. 2009.

MOTA, Antônia da Silva. *A dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na capitania do Maranhão*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2007.

MOTT, Luiz. Cotidiano e Vivência Religiosa: Entre a Capela e o Calundu. In SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das letras, vol. 1, 1997.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros, Salvador, 1790/1890*. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988

PERERA, Ana Luiza Castro. *Lençóis de linho, pratos da Índia e brincos de filigrana”: vida cotidiana numa vila mineira setecentista*. IN: *Estud. hist.* (Rio J.) vol.24 no.48, Rio de Janeiro July/Dec. 2011.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. A arte de bem morrer no Rio de Janeiro setecentista. *Varia História*; volume 24, número 39, páginas 255-272. Junho 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita (org). *Paleografia, documentação e metodologia Histórica*. São Paulo, Humanitas, 2011.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: Cepe, 2010.

VILLALTAS, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das letras, vol. 1, 1997.

# Proprietários, famílias e sociabilidade: notas para uma história da apropriação fundiária, Vale do São Francisco, PE, 1840-1880

MARIA FERREIRA

Doutora em História pela UFPE/ Université Blaise Pascal

Este texto corresponde a uma adaptação da minha tese, uma releitura da história da propriedade privada no Vale Médio São Francisco, margem de Pernambuco. O objetivo principal foi analisar como se desenvolveu uma rede de sociabilidade que propiciou a reprodução do sistema latifundiário na região, principalmente no período de implantação da Lei de Terras de 1850 e nas três décadas seguintes. Para tanto, trabalhamos a trajetória social e política de proprietários da região. As pesquisas foram baseadas em fontes judiciais e cartoriais. Constatamos que, articulados em rede de sociabilidade, proprietários fundiários e suas famílias não somente comandaram a burocracia administrativa local, como participaram ativamente da construção sociopolítica, cultural e econômica de um espaço chamado Sertão.

Começamos as pesquisas por processos de inventários *post-mortem* porque estes são documentos que dão um aporte muito consistente para o trabalho, devido às variadas informações sobre múltiplos aspectos da vida dos proprietários e da sociedade em que viveram. Para avançar o estudo comparativo, buscamos, também, outras fontes primárias similares, como registros

paroquiais de terras, correspondências das câmaras municipais, o censo demográfico do Império do Brasil, de 1872, um censo demográfico nominal, registros de demarcação e de vendas de terras das fazendas em estudo.

A análise serial destas fontes indicam práticas de apropriação e uso das terras diferentes das que, até então, a historiografia apontava como sendo a estrutura fundiária predominante na região. Uma primeira leitura dos dados propiciou questionamentos decisivos quanto ao papel da partilha hereditária na construção desse espaço, que ora parecia direcionar as propriedades para casos de desconstrução total dos primeiros latifúndios e ora parecia indicar a sua permanência. A primeira questão foi a seguinte: como, após as partilhas, teriam-se reproduzido os latifúndios e os latifundiários no Médio São Francisco pernambucano? Até então, tínhamos, apenas, um olhar totalizante da divisão hereditária, que dizia ter provocado um processo, alternadamente, encurtamentos e alargamentos de latifúndios.

Neste recorte, a questão posta foi como os proprietários de terras da região reproduziram latifúndios e se mantiveram como categoria dominante num contexto onde as terras eram partilhadas por herança paterna e/ou materna há quatro gerações consecutivas? Os processos de inventários *post-mortem* trazem algumas questões a esse respeito. Primeiro, registram as formas de aquisição de terras, sobressaindo-se a posse herdada ou comprada a particulares. Segundo, registra como as terras eram divididas, predominando uma divisão repedita das propriedades entre os meeiros/meeiras, herdeiras e herdeiros legítimos. Esse elemento da partilha parecia desconstruir o sistema de grandes propriedades devido ao grande número de sucessores. Terceiro,

as partilhas eram feitas em partes iguais. Os meeiros e as meeiras recebiam 50% e os herdeiros e herdeiras recebiam partes iguais dos outros 50% de todos os bens patrimoniais inventariados. As fazendas, os gados, os escravos passavam a pertencer aos novos herdeiros e às novas herdeiras, a cada morte de parentes. Essas famílias tinham muitos filhos, a média era de dez por casal.

Então, a primeira impressão do processo de partilha era a de que, após quatro gerações, as grandes propriedades teriam se transformado em pequenos lotes isolados. Olhados isoladamente, os processos de inventários *post-mortem* indicavam situações contraditórias à reprodução do sistema latifundiário: as divisões de terras entre muitos herdeiros teriam resultado no desmanche das fazendas ou em terrenos muito pequenos, irrelevantes para manter o *status quo* da categoria social de proprietários. A divisão de terras, regida pelas Ordenações Filipinas, como a de todos os outros bens patrimoniais, era executada em regime de igualdade entre herdeiras e herdeiros legítimos. Sendo assim, o sistema de sucessão equitativo parecia um elemento que não alimentaria a permanência dos latifundiários nem do sistema. O passo seguinte foi comparar a leitura dos processos de inventários com a segunda série de documentos, os Registros Paroquiais ou Registros de Terras Públicas. Nestas fontes, a trama toma outra configuração: aparecem registros de posses de terras em comum nas fazendas mencionadas nos inventários, o que dava indícios de que as fazendas eram divididas em partes menores, mas que os herdeiros continuavam ligados nas fazendas. Na terceira série de documentos que comparamos aos dados dos inventários, as escrituras de compra e venda e as escrituras de demarcação das fazendas apontam as fazendas como

copropriedades administradas em condomínios privados, o que vem a caracterizar o quadro fundiário na região. Os condomínios passam a ser uma peça significativa para explicar a reprodução do sistema de latifúndios nesta localidade e como todas essas partilhas não desarticularam as grandes propriedades.

A sucessão hereditária, que pareceu contrária, foi um elemento que facilitou a concentração fundiária nas mãos de um grupo social que se estabeleceu e predominou na região em setores importantes como a economia e a política. Mas, esse novo quadro que construímos ainda não era suficiente para responder à questão que pusemos e eis que formulamos outra: Como teriam sustentado os condomínios? pois, afinal de contas, as sucessões continuavam. Juntamente com as partilhas, as relações sociais surgidas com os casamentos, parentescos, vizinhança, batismos, amizades, como também, as relações no campo da política e até os conflitos, que não eram poucos, contribuíram para neutralizar o efeito de esfacelamento das fazendas decorrente das partilhas. Neste contexto, as famílias buscaram uma estabilidade, onde os condomínios ultrapassaram o simples propósito da colonização. Na prática, foram uma forma de reproduzir a propriedade familiar.

Os condomínios foram um espaço das atividades econômicas e, também, de uma diversidade de relações. Essas famílias veem-se na impossibilidade de manter a riqueza intacta e acabam por utilizar estratégias de preservação, se não do patrimônio familiar inteiro, pelo menos, de partes e de uma posição social que as identificassem com a camada de proprietários de gados, de escravos e de terras. A mesma estratégia de copropriedade utilizada para manter a propriedade de terras, foi adotada nas partilhas dos escravos, para evitar que as famílias fossem obrigadas a vendê-los,

a cada morte de parentes. O grande número de herdeiros também impedia que a cada um coubesse um cativo. Era recorrente que, pelo processo de partilha hereditária, um mesmo escravo passasse a pertencer a vários herdeiros. Essa prática de compartilhar foi caracterizada como um *cossenhorio* de escravos, uma estratégia que foi utilizada no Sertão de Pernambuco para manter a escravidão nas crises (MAUPEOU, 2008, p. 61-110).

### **Fios de uma rede de sociabilidade**

Ter propriedade de terras, de escravos e de gados, autorizou o papel que os indivíduos vieram a ocupar nesta sociedade. Num espaço onde as relações podiam dar sustentação à condição social, colonizadores recém-chegados de Portugal e de outras regiões do Brasil no século XVIII e que se instalaram no Vale Médio São Francisco na condição de fazendeiros, donos de escravos e criadores de gado *vacum*, logo, passaram à condição de funcionários da administração da Coroa como oficiais das Ordenanças e, depois, nas gerações seguintes, no exercício de cargos judiciais e políticos eletivos. Eles foram investidos de autoridade e de autonomia. As suas práticas reforçavam essa autonomia social, política e economicamente indissociáveis. A releitura da vida política desses proprietários feita pelo ângulo das práticas de sociabilidade apontou que a politização desse grupo foi inseparável das condições de vida e trabalho que constituíram e, por conseguinte, do espaço onde construíram suas fronteiras.

A sociabilidade como uma categoria de análise de grupos sociais é um convite para percorrer as relações que tecem a organização social e as suas práticas. A análise dos dados apontam que

o modo como os proprietários se firmaram e se apropriaram da terra e dos escravos, com o passar das gerações, tenha-se devido ao aumento desigual da riqueza de cada um. Famílias ou descendentes delas prosperaram, o que não aconteceu com outras. No entanto, fossem mais ricas ou menos ricas, elas exibiam características de pertencimento a um grupo social que transitava nos lugares de poder. As relações sociais reuniam os herdeiros em ligações de solidariedade análogas as de uma família que permitiram ter resultados interessantes, senão direta e simultaneamente para a totalidade do grupo, ao menos, para uma parte dele. As relações eram formadas de elementos dinâmicos e centrais da rede de sociabilidade, como os matrimônios, o patrimônio, a política. Ao mesmo tempo, a intensidade ou a estreiteza das relações podiam variar de acordo com a intensidade das ligações.

A sociabilidade nesse espaço se baseou em relações sociais que se complementavam. As primeiras foram constituídas dentro das famílias, pelos nomes, pelo lugar de origem comum, mesmo que distante, como os casos de terras adquiridas por parentesco no século XVIII. As segundas, em torno de bens patrimoniais. As terceiras, em torno da política. No seio das famílias, as relações se desenvolveram lateralmente, pelo recurso das alianças matrimoniais, não exclusivamente endogâmicas e colateralmente, por relações de copropriedades, complementares e coerentes, movimentaram várias ligações.

Outro tipo, diferentemente das relações familiares, patrimoniais e políticas, conectavam indivíduos, porém, pelo viés de relações de dependências, no entanto, não eram menos importantes para o funcionamento do sistema. Eram elas as relações de autoridade e de subordinação entre os cossenhores e os seus

escravos, entre proprietários e agregados, que, muitas vezes, foram recrutados por eles para compor a sua guarda pessoal.

### **As redes de alianças e os conectores**

Uma vez constituídas as alianças sociais e políticas, entre 1840 e 1880, três redes maiores ligavam a maior parte dos proprietários da região. Cada uma dessas redes tinha suas características particulares e o lugar social e político que os proprietários ocupavam não era o mesmo, mas, às vezes, se confundiam. Todas as genealogias que mencionamos ao longo deste texto repousam sobre a possibilidade de ligar, entre eles, proprietários, por intermédio de alianças matrimoniais, patrimoniais e políticas.

### **Rede A - Matrimônios: conectores da rede família**

Na rede de poder que se estabeleceu nesta sociedade existem dois personagens que, se eles desaparecessem, poderiam ter modificado completamente as relações entre a maioria dos membros das famílias. Trata-se dos portugueses Manuel Lopes Diniz e Manoel Alves de Carvalho. Segundo Leonardo Gominho (GOMINHO, 1996, p. 56), os Carvalho, de Floresta, vindos da Bahia, eram filhos nascidos de casamentos entre filhos e netos de Manuel Lopes Diniz. Foram estas duas famílias o tronco de outras famílias de destaque da região, como Alves de Barros, Torres Barbosa, Nogueira de Barros, Valgueiro Barros, Torres Carvalho, Carvalho Barros, Lopes Barros, Diniz Carvalho e outras. Os Lopes Diniz também eram ligados aos membros da família Souza Ferraz, por laços de família, de amizade e de compadrio.

Manuel Lopes Diniz foi compadre do capitão Dâmaso de Souza Ferraz, por batizar uma de suas filhas.

A mulher de Manuel Lopes Diniz era tia do capitão Dâmaso de Souza Ferraz. A quinta filha de Manuel Lopes Diniz, Rosa Maria do Nascimento, casou-se com Francisco Gomes de Sá, um dos proprietários da fazenda Mandantes e um dos juizes ordinários de Fazenda Grande. Manuel Lopes Diniz e José Lopes Diniz foram grandes financistas, emprestando dinheiro a juros aos fazendeiros da vilas de Tacaratú e Floresta, como de outras mais próximas da região : Cabrobó, Itabaiana, Penedo, Serra Talhada.

Membros da família Carvalho chegaram ao Sertão de Pernambuco na segunda metade do século XVIII e se instalaram, primeiramente, na fazenda Campo Grande e, depois, na Panela D'Água, dos Lopes Diniz, e em mais quatorze outras, como a Mãe D'Água, Jardim, Tabuleiro Comprido, Curralinho, Cachoeira, Misericórdia, Paus Pretos, Serra do Arapuá, Silêncio, São João, Melancia, Pedra Branca, Belo Horizonte e Malhada Branca, dentre as quais, encontramos referências a sete delas, como propriedades de inventariados e inventariantes estudados.

Inácia Maria da Conceição foi uma das mulheres da família Lopes Diniz a conectar-se definitivamente à família Carvalho. Os casamentos foram um importante fio para tecer as redes de relações dessa elite. Filha de Manuel Lopes Diniz, Maria da Conceição foi a segunda mulher do português Manoel de Carvalho Alves, que já havia desposado uma prima, também, da prole Diniz. Deste casal, nasceram treze filhos, entre eles, Francisco Alves de Carvalho, pessoa que viria a ocupar um importante papel de mando na política e na rede de funcionários da administração judicial de Fazenda Grande. Igualmente ao pai, ele também desposou duas

primas da família Diniz e, na trajetória política, foi o responsável por colocar parentes na estrutura da administração judicial.

Os ancestrais dos proprietários inventariados entre as décadas de 1840 e 1880, eram, na maioria, descendentes de portugueses, mas, grande parte já havia nascido no Brasil, em outras freguesias. Os proprietários das décadas de 1840 a 1880, compõem-se, predominantemente, de membros da geração de bisnetos dos colonizadores do século XVIII. De trinta e dois nomes de famílias mencionados no conjunto das fontes pesquisadas, dezenove são reconhecidos como ramificações dos primeiros grupos de colonizadores da região do Sub-Médio São Francisco, à partir do século XVIII (FERRAZ, 2004, p. 40).

### **Rede B - Conectores patrimoniais: coproprietários**

Com base nas tentativas que fez o Império do Brasil para implantar mudanças na política de terras, como a extinção do Sistema de Sesmarias, em 1822, e a execução da Lei de Terras, de 1850, buscamos analisar o que teria efetivamente mudado entre a geração dos anos 1840 e 1880 e a de meados do século XVIII, na questão fundiária. Como resposta, constatamos que, em matéria de Direito, nada havia sido alterado, pois os proprietários do Brasil Império, tanto como os do período colonial, ainda não podiam ser considerados “proprietários de terras”, pois não possuíam um título legítimo de domínio (SILVA, 1996, p. 80).

A extinção de concessões de sesmarias, em 1822, não extinguiu a vigência dos decretos, leis, alvarás, avisos referentes à terra, do período colonial. O direito à propriedade não era absoluto (SILVA, 1996, p 93), mesmo para os sesmeiros que haviam

cumprido as condições da doação, pois a condicionalidade estipulada nas Ordenações nunca foi revogada. Entretanto, emprega-se o termo proprietário de terra pela força do uso, designando, com essa expressão, todos os que ocuparam terras, independente da situação jurídica.

A Lei de Terras de 1850 continuava a enfrentar problemas para fazer todos os proprietários registrarem suas terras. Nesse contexto, tornou-se interessante explicar as estratégias com as quais eles mantiveram as suas partes de terras como propriedades e as transferiram aos seus. A cada morte de um chefe de família ou do seu meeiro/meeira, as fazendas foram sendo divididas entre os herdeiros legítimos, em partes iguais. Dependendo do tamanho da prole do inventariado ou inventariada, a partilha da fazenda poderia ser grande ou pequena, mas, com as repetições, a cada nova geração, partilhar ia se tornando inevitável. Geralmente, as partilhas eram realizadas entre um número tão grande de herdeiros que toda posse de terra, por menor que fosse, tornava-se importante. Um dos elementos recorrentes na composição dos bens patrimoniais eram as posses de terras em comum. Esse fato se repetiu, não somente entre herdeiros de uma mesma família, mas, entre os herdeiros da maioria das famílias. Por esse sistema de partilhas, construiu-se a figura do coproprietário de terras e um sistema condominial de propriedades. O condomínio tipo misto tinha uma configuração heterogênea, não somente quanto à composição genealógica, mas, também, quanto ao quesito financeiro, visto que neles tinham posses proprietários classificados como ricos, devido ao grande quantitativo de componentes do montante total de seus bens e de sua posição social

e proprietários classificados como empobrecidos, vistos pelos mesmos critérios econômicos e sociais, que eram para menos.

Cada um dos novos coproprietários tinha o domínio de sua posse, parte do todo patrimonial. As vastas extensões das fazendas sofreram divisões sucessivas, mas não deixaram de funcionar como grande propriedade. Seus domínios, mesmo apropriados em comum, guardaram-nas do desaparecimento. Os homens e mulheres, coproprietários dos bens de raiz e de escravos, mantiveram nessas terras elementos que caracterizavam o sistema de dominação nos moldes latifundiários da região, o trabalho escravo e a produção pecuarista.

O número de coproprietários se multiplicava sucessivamente, configurando uma rede baseada em relações sociais, como de casamentos entre parentes colaterais, como primos, tios e sobrinhas, ex-cunhados e, também, entre membros de famílias vizinhas da região. As relações familiares, de amizades, de compadrios e de vizinhanças entre os primeiros colonos tecendo a configuração social que se prolongou na localidade.

Os terrenos adquiridos e transmitidos sob o sistema de condomínio, como o estamos tratando neste texto, não foi um caso isolado na Província de Pernambucano, foi encontrado, também, no Piauí (BRANDÃO, 1995, p. 246.). O sistema teria se desenvolvido pelas atitudes de alguns indivíduos de prestígio da época da colonização, como o Capitão Domingos Afonso Mafrense, que solicitou e recebeu o título de propriedade de Sesmarias. Esse condomínio foi encontrado entre famílias e/ou amigos, mesmo durante o período após a conquista do território. Como na província de Pernambuco, o condomínio, na província do Piauí, ultrapassou o simples propósito

de colonização. Em termos práticos, era uma maneira de ampliar o patrimônio e reproduzir a propriedade familiar na região.

Na Comarca de Flores, Província de Pernambuco, na fazenda Paus Pretos, uma das mais antigas do Vale do Pajeú, funcionou um condomínio com quatro coproprietários. O primeiro perfil social é o de uma mulher solteira: Francisca Maria de Jesus. Suas oitenta braças de terras nesse consórcio foram avaliadas no seu inventário *post-mortem* em cento e oitenta mil réis. Os seus herdeiros legítimos eram oito irmãos, novos coproprietários e cosseñhores desse pequeno terreno e do seu único escravo. Francisca deixou um patrimônio muito modesto, o que surpreenderia, à primeira vista, porque nossa pesquisa trata de um estudo sobre uma categoria social de elite, da qual se esperaria uma abundância de bens materiais ou, ao menos, referências de uma atividade econômica que gerasse lucro. Entre os bens que pertenceram a Francisca, estão descritos um engenho de fiar, um tamborete, um banco, três chapéus de sol, quinze vacas, uma besta, um poldro e o escravo Benedito, de trinta e um anos. Tudo somou um total de oitocentos e trinta e oito mil setecentos e vinte réis.

O quantitativo dos bens de Francisca Maria de Jesus era compatível com um patrimônio empobrecido, remanescente de uma herança. A segunda vista, este patrimônio, talvez não alcance o conceito de “riqueza” se for comprado com o de proprietários da zona canavieira da Província de Pernambuco ou da zona cafeeira da Região Centro Sul do Brasil. No entanto, quando o analisamos de acordo com a realidade do Sertão, à época, vemos que Francisca possuía dois bens que foram os elementos concretos e essenciais de riqueza no Brasil durante os três primeiros séculos da colonização, mesmo que as pessoas não os possuíssem

em abundância e que não gerassem lucros financeiros. As oitenta braças de terras a colocaram na condição de coproprietária do direito de posse e a propriedade do escravo lhe poupava da realização dos trabalhos domésticos, deixando-a numa condição social privilegiada, por comparação a uma população de despossuídos à margem do sistema. Ela possuía um cativo a seu serviço.

Oitenta braças de terras são insuficientes para praticar a criação de gados num cenário onde se desenvolve a pecuária intensiva, mas numa realidade onde a pecuária era extensiva e precária, tecnicamente. Os gados pastavam a céu aberto em terras das matas ou mesmo em terras dos vizinhos. Os proprietários indicavam aos vizinhos a propriedade dos animais imprimindo-lhes as iniciais dos seus nomes a ferro quente sobre o seu couro. No caso de Francisca, provavelmente, quinze vacas não produziam carne, leite e derivados suficientes para realizar um comércio no mercado regional, mas permitiam que ela produzisse os meios de subsistência com o trabalho escravo e o livre, realizado pelos oito irmãos. O engenho de fiar significa que Francisca possuía uma pequena lavoura de algodão ou que trabalhava na produção de tecidos ou de linhas para costuras ou, ainda, que fosse uma costureira, profissão muito comum entre as mulheres sertanejas à época. A besta e o poldro indicam que possuía animais de pequeno porte para transporte. Na realidade, o patrimônio de Francisca indica que ela se diferenciava dos despossuídos na medida em que tinha terras, um criado, animais e, provavelmente, uma profissão. Essa realidade aponta as duas possibilidades do conceito de elite. Em relação aos outros membros da categoria, como aqueles integrantes das famílias que possuíam um patrimônio abundante, casos, como o de Francisca, ilustram um empobrecimento devido às sucessões hereditárias

entre numerosos herdeiros. Isto é visualizado pela pequena extensão do terreno, pela posse de um escravo e de poucos gados.

Em relação à sociedade como um todo, composta por diversas categorias sociais completamente despossuídas, como escravos, agregados, indígenas e mestiços, Francisca indica casos em que o conceito de elite e de riqueza estão associados não somente à abundância ou ao lucro, mas a uma realidade social definida pela posição hierárquica dos grupos sociais. Obviamente, Francisca não era rica no sentido moderno do termo, mas tinha bens que lhes proporcionavam os meios de subsistência, certo poder econômico devido à posse do escravo, bem de maior preço. Isso já lhe dava distinção. Fora o peso econômico relativo desse bem, não podemos deixar de considerar o peso do imaginário social criado em torno dessas famílias. Ser dono de terras e senhor de escravos, independente do quantitativo desses bens, já produzia e reproduzia toda uma imagem idealizada entre os despossuídos e entre os próprios senhores, quer dizer, como cada um dentre eles se percebiam.

O segundo integrante desse condomínio misto foi outra mulher, a coproprietária Maria de Souza da Silveira, viúva de Francisco de Souza Leal. Após a viuvez, tornou-se a “cabeça” da família e passou a administrar os bens dos nove filhos herdeiros, três homens e seis mulheres, até que eles atingissem a maioridade ou casassem. Descendente de tradicional família, era uma mulher muito respeitada na região e conhecida pelo apelido de Mãe Grande dos Paus Pretos. As filhas casaram com homens de famílias tradicionais e enriquecidas na região. Maria de Souza da Silveira possuiu 392 braças de terras, avaliadas ao preço de setecentos e oitenta e quatro mil réis. Entre os outros bens, foram mencionadas uma

casa de quatro vãos, uma casa de um vão, contígua à primeira e uma outra localizada na povoação de Fazenda Grande.

O mobiliário mencionado era constituído por uma cama e por um estrado. É possível que não possuísse somente estes bens móveis. No entanto, no inventário não se informa o motivo da ausência de outros. Foi dona de uma criação de vinte e sete cabeças de gados *vacuns*, seis cabeças de cavalos, trinta e cinco cabrums, cuidados pelo trabalho de doze escravos, sendo sete adultos e cinco crianças. Todos os bens juntos somaram um montante total oito contos e quarenta mil réis, valor dez vezes maior do que o da sua vizinha Francisca. Esse montante colocava a família de Maria de Souza da Silveira entre os mais ricos da região.

Numa escala intermediária de riqueza, entre Francisca e Maria de Souza da Silveira, Manuel de Souza Leal foi o terceiro coproprietário. Ele tinha um montante de cinco contos duzentos e vinte e nove mil trezentos e sessenta réis. Manuel de Souza Leal possuía oitenta e oito braças, avaliadas por oitenta e oito mil réis, mais quarenta e seis cabeças de gados diversos e sete escravos. Manoel Barbosa de Sá e Quitéria Maria de Jesus, foram os quartos coproprietários. Tiveram nove filhos e possuíram um terreno no valor de noventa mil réis, quarenta e seis cabeças de gados e sete escravos. Todos esses bens somaram um montante total de cinco contos duzentos e vinte nove mil réis. Esses quatro coproprietários possuíam juntos, mais de seiscentas braças de terras adquiridas por heranças, na fazenda Paus Pretos.

Nesse contexto, a partilha hereditária, ao contrário de promover a separação dos herdeiros, os tornaram coproprietários e contribuiu para o fortalecimento do sistema condominial de propriedade privada, fornecendo elementos para a constituição de

uma rede de sociabilidade, que teve como papel maior, a sustentação latifundiária nas mãos do grupo. As fazendas de criar foram um espaço de uma diversidade de relações sociais convenientes.

Certamente, as redes, conectadas por três tipos de ligações maiores, foram elementos que promoveram a reprodução do patrimônio fundiário. Quer se tratassem de relações formais ou informais, elas estavam sempre presentes no cotidiano dessa sociedade elitista. Entretanto, apesar da importância de cada um dos três tipos de ligação, isoladamente, não podem ser considerados como elemento de coesão do grupo.

### **Rede C - Conectores da administração pública**

As ligações entre funcionários da administração local envolveram, frequentemente, uma ou duas pessoas que tinham parentes em sua trilha política. Um só membro em cada uma das quatro famílias tradicionais da região e oitenta e oito pessoas, por laços de parentesco, estavam conectadas, somando quarenta e nove pessoas no exercício de funções e cargos na política, na organização militar e na judicial, formando parte da rede de funcionários da administração pública em duas vilas da região, de Floresta e Tacaratú, ao longo de um século.

Na jurisdição do Sertão do Pajeú e, especificamente, na Vila de Floresta, vinte e cinco membros da família Lopes Diniz ocuparam posições de poder e autonomia na administração judicial e militar. Para Graça Salgado, a noção de justiça, no período colonial, tinha um sentido bem mais amplo do que atualmente. Além da relação com o aparelho judicial, era, igualmente, sinônimo de legislação, lei e Direito (SALGADO, 1985, p. 73). Com isso, a

Coroa concedia poderes imensos e autonomia aos investidos nos cargos da administração. A justiça eletiva, com atuação nos municípios, constituía importante instrumento de dominação do senhoriato rural, cuja influência elegia juízes, vereadores e outros funcionários subordinados às câmaras (LEAL, 1975, p. 186).

O primeiro filho de Manuel Lopes Diniz, o coronel Manoel Lopes Diniz, foi o primeiro membro da família a entrar para administração judicial. Não podemos ignorar que a sua passagem na administração tenha influenciado como um dos conectores dos demais familiares que viriam a compor a rede administrativa nas gerações futuras. Em 1802, quando o juiz ordinário deveria ser eleito pelas câmaras municipais, Manoel Lopes Diniz, por mérito pessoal, foi nomeado para exercer, durante um ano, a serventia do ofício de juiz ordinário do Julgado do *Certão* do Pajeú. O papel da Justiça Real era diverso, absorvendo atividades políticas e administrativas, ao mesmo tempo em que coexistia com outras instituições judiciais, como a justiça eclesiástica e a da Inquisição.

O cargo de juiz ordinário era eletivo e foi criado no ano de 1532 pela Câmara Municipal com alçada sobre as demandas ali acontecidas (SALGADO, 1985, p.75). Os ocupantes do cargo não tinham formação jurídica, obrigatoriamente. Nessa época, o analfabetismo era altíssimo, sendo normal que, entre os juízes ordinários, houvesse homens de pouquíssima instrução escolar, pois a única condição exigida para ocupar o cargo era a mesma dos demais membros da Câmara: que fossem « homens bons », ou, pessoas influentes na comunidade, por sua riqueza. As atribuições de um juiz ordinário eram amplas.

A pluralidade de atribuições que ele tinha, tornava-o, em geral, responsável por aspectos administrativos e fiscais, além dos

especificamente judiciais. Além disso, em conjunto com os demais oficiais da Câmara – os vereadores e o procurador – também elaborava a legislação local. Possuía, igualmente, atribuições do ministério público, como as de representar a Câmara contra as ações particulares que prejudicassem o interesse comum.

Floresta só conheceu a sua primeira Câmara de Vereadores na década de 1840, quando foi elevada à categoria de Vila. Em 1846, a pedido do Presidente da Província, a Câmara de Floresta foi empossada pelo juiz de paz do Distrito de Fazenda Grande e major da Guarda Nacional, Francisco de Barros do Nascimento, neto de Manuel Lopes Diniz e o responsável financeiro de todos os negócios da família. Ele era primo e herdeiro político do seu sogro, o capitão Francisco Alves de Carvalho, primeiro juiz de paz de Fazenda Grande, provido no ano de 1830. Conectados por laços familiares bem próximos, também se conectaram por ligações políticas, acumularam cargos e sucederam-se uns aos outros.

No ano de 1847, depois que Francisco de Barros do Nascimento cumpriu o seu mandato de um ano no cargo de juiz de paz, o seu sogro e primo volta ao cargo e, depois, em 1848, Francisco Barros do Nascimento, toma posse, outra vez. Continuando na política, pelo Partido Conservador, nas eleições de 1847, ele se tornou um dos doze eleitores de senadores e deputados provinciais. Em 1864, Francisco Barros do Nascimento foi presidente da Câmara Municipal da Vila de Floresta, então restaurada. Num quadro como este, era muito comum que as autoridades se confundissem em suas atribuições de juizes, major da Guarda Nacional, eleitores, Presidentes da Câmara, como foi o caso de Francisco Barros do Nascimento.

A primeira Câmara de Vereadores da Vila de Floresta, empossada em 1846, já estava adequada às reformas da legislação eleitoral do Império. A Lei de 1º de outubro/1828 determinava que As Câmaras das cidades se comporiam de nove membros, e as das Vilas de sete mais um secretário. O vereador mais votado exercia a função de presidente da câmara, o que corresponderia, hoje, ao cargo de prefeito e as eleições eram realizadas de quatro em quatro anos. A Constituição do Império retirou a atribuição jurídica das Câmaras e eliminou a função de juiz ordinário e instituiu os cargos de juiz municipal ou de paz, promotor e juiz de órfãos.

As Câmaras, transformadas em corporações administrativas, também perderam parte de sua antiga autonomia, ao serem submetidas ao controle dos Conselhos Gerais e de Presidentes de Província. Mesmo tendo reduzidas suas atribuições, as câmaras, em âmbito local, abrangiam amplos aspectos da vida cotidiana dos moradores, legislando e administrando as relações sociais, econômicas e políticas. Entre suas atribuições, destacavam-se: a elaboração e aprovação do Código de Posturas Municipais em que se estabeleciam as normas para o funcionamento do comércio, da utilização/preservação do espaço urbano e dos recursos naturais da Vila, além da regulamentação do comportamento e da convivência social.

Os vereadores eram os responsáveis pela fiscalização dos funcionários, pela realização das eleições e, principalmente, pela vigilância, para que as « posturas », ordens emanadas das câmaras, obrigando o cumprimento de deveres de ordem pública, fossem obedecidas com a aplicação e o recolhimento de multas aos infratores. De acordo com o código aprovado, cabia à Câmara autorizar e cobrar pela utilização dos espaços públicos, que nas

vilas indígenas incluíam o arrendamento das terras dos índios. Tais atribuições, proporcionavam aos vereadores, juízes e diretores, a possibilidade de controlar o espaço e os moradores, com a possibilidade de acumular terras, rendas e outros benefícios pessoais. A Constituição de 1824 declarou independente o poder judiciário e, em consequência, perpétuos os juízes de direito, que só perderiam o cargo por sentença, entretanto, admitiu a sua suspensão pelo Imperador e confiou ao legislador ordinário a tarefa de regular a sua remoção de uns para outros lugares.

Uma das características marcantes da primeira Câmara de Floresta são as relações de parentesco e amizade entre os seus componentes, o que sugere, quando não consideramos somente elas, a trama de solidariedades diversas desses membros da elite. O vereador Norberto Gomes dos Santos era genro do juiz de paz Francisco Alves de Carvalho, o vereador Manuel da Silva Leal era primo e cunhado do presidente da Câmara, Serafim de Souza Ferraz, era amigo do vereador José Rodrigues de Moraes, ao ponto de entregar a este a presidência da Câmara, nas suas ausências.

A primeira Câmara de Vereadores de Floresta, devido a conflitos políticos da época, teve existência curta, ela durou de 1846 a 1849. Em 1849, por lei provincial, a sede do termo de Floresta foi transferida para a povoação de Tacaratú, que foi elevada à Villa. A Rebelião da Serra Negra, luta política envolvendo liberais e conservadores das Vilas de Flores e de Floresta, teria sido o motivo, sobre o qual falaremos mais detalhadamente nas próximas páginas. Os vereadores que assumiram na Câmara Municipal de Tacaratú eram os mesmos de Floresta, mais Manoel da Silva Leal, *pró presidente* ; Gabriel Gomes de Sá Alecrim, Francisco

Antônio Gomes de Novaes, Manoel Salvador da Cruz e Manoel Cavalcante de Albuquerque (FERRAZ, 1992, p. 99).

Mesmo com a mudança da sede municipal, Serafim de Souza Ferraz e José Rodrigues de Moraes, *pró presidentes* na Câmara em Floresta, continuaram na liderança política, em Tacaratú. Fazenda Grande tinha maior votação do que Tacaratú. Serafim de Souza Ferraz foi presidente da Câmara de Tacaratú do ano de 1849 até 1856. A partir do ano de 1857, José Rodrigues de Moraes, assumiu a presidência por mais dez anos consecutivos. No ano de 1864, Floresta foi restaurada à categoria de município, empossando uma nova câmara, com uma nova composição de nomes, agora, com a presença maciça dos Gomes de Sá e de ramos dessa família, como os Gomes de Menezes e Gomes de Novaes, somando nove membros de um total de doze eleitos.

Uma presença que se repetiu nas duas Câmaras, com um intervalo de dezesseis anos entre uma e outra legislatura, foi a do presidente, Francisco de Barros do Nascimento, figura de destaque na política, entre os descendentes da família Lopes Diniz e de outras, na região, ocupando cargos eletivos e de mando, seja na Câmara, como no judicial e na polícia. Ele foi delegado do termo de Floresta, primeiro suplente de juiz municipal e de órfãos, também, do termo de Floresta, procedeu o processo de inventário *post-mortem* do tenente coronel Serafim de Souza Ferraz, foi juiz de paz, suplente de vereador e vereador. Norberto Gomes dos Santos, bisneto de Manuel Lopes Diniz, foi mais um membro da rede de sociabilidade, compondo o quadro da primeira Câmara de Vereadores.

As Câmaras Municipais de Floresta e de Tacaratú, como instituições, mostraram-se como um lugar essencial de articulações. Rapidamente, elas se constituíram em órgãos de defesa

dos interesses dos fazendeiros coproprietários locais. Podemos utilizar, como um dos exemplos, um dos ofícios elaborados pelos seus integrantes e uma petição do presidente da Câmara. Em 1866, a Câmara enviou um ofício ao presidente da Província para que fizesse conhecer à Assembléia Provincial da existência de um Termo devoluto na Serra do Uman, chamado Serrote da Penha, com extensão de uma légua em outra légua. Segundo o ofício, essas terras foram doadas pelo rei de Portugal a uma tribo de índios e que tal tribo desapareceu, estando o terreno ocupado por pessoas que não têm direito algum sobre ele. Justifica que, por este motivo, pede à Assembleia Provincial que autorize esta Câmara a chamar as terras para o seu patrimônio.

O perfil dos componentes das Câmaras Municipais, desde a sua instituição, é caracterizado pela presença maciça de coproprietários de terras, cossenhores de escravos e criadores de gados. Acompanhando-se pelos nomes dos seus membros, alguns se revezando pelas alianças estabelecidas, constatamos que estava presente todo o segmento de « homens bons » da localidade, pertencentes às famílias tradicionais. Dos dezoito vereadores, nas três legislaturas, a maioria, tinha algum grau de parentesco ou amizade e/ou assumiu na Câmara por mais de uma vez, potencializando, assim, a influência dos grandes proprietários e seus descendentes.

Além desses dados do perfil mais genealógico, fizemos um levantamento do perfil patrimonial pela localização geográfica das propriedades e do lugar da atuação cotidiana do conjunto dos vereadores empossados na Câmara, em 1865. Francisco de Barros do Nascimento, conservador, presidente da câmara, era da tradicional fazenda Panela d'Água, neto de Manuel Lopes Diniz e o líder político de sua família, juiz de paz e delegado do Termo. José

Alexandre Gomes de Sá, era líder no Riacho Seco, Ribeira do Navio. Francisco Gomes Novaes, era da fazenda Misericórdia ; Manoel Ferraz de Souza, da fazenda Ilha Grande, na Ema, berço de um ramo da família Ferraz, filho de Serafim de Souza Ferraz, presidente da Câmara e chefe político da região ; João Gomes de Menezes, morava na Vila e era membro da tradicional família Menezes, da fazenda Riacho Grande, no Vale dos Mandantes ; Domingos Gomes de Sá, da fazenda Tapuio ; Antonio Gomes de Sá, da fazenda Riacho. Os Gomes de Sá tiveram presença maior nessa Câmara, dos sete integrantes, quatro eram membros dessa família. Situação semelhante pode ser constatada com a relação dos nomes dos eleitores mais votados de Floresta e de Tacaratú.

Esta lista é importante para se identificar não somente os indivíduos de mais alta renda das duas Vilas mas, também, para perceber a divisão dos votos entre os diversos grupos rivais locais, no jogo político do Império. Para essa eleição, o presidente da assembléia paroquial foi Serafim de Souza Ferraz, terceiro mais votado; o secretário foi José Francisco de Novaes Júnior, filho do segundo mais votado; e os mesários foram Vicente Gomes de Sá Jurubeba, Francisco de Barros do Nascimento e José Joaquim de Sá, todos são nomes já conhecidos de outros cargos. Apenas os doze mais votados foram qualificados para elegerem deputados e senadores. Desses doze proprietários eleitores mais votados, cinco já tinham assumido cargos na Câmara Municipal. Apenas de um, não obtivemos informações sobre a ocupação, mas, é possível afirmar que onze dentre eles tinham um papel de mando, sendo, inclusive, o mais votado, o primeiro juiz de paz de Fazenda Grande, Francisco Alves de Carvalho, pessoa que exercia uma grande influência na Comarca, visto a trajetória e as

alianças realizadas desde os seus ancestrais, como o avô, Manuel Lopes Diniz, o rico português arrendatário da Fazenda Panela d'Água e o tio, nomeado juiz ordinário do Sertão do Pajeú. Este é mais um aspecto de como o poder se constituiu no âmbito local. Pelos nomes que compuseram as atas de eleitores, observamos que membros das famílias Gomes de Sá ocuparam posição de influência nas duas vilas, seus nomes estão presentes em ambas, mas, pelo número de votos obtidos individualmente, eles eram mais fortes em Tacaratú, pois, lá, eles foram os três primeiros mais votados e somaram quatro, entre os nove eleitos.

O direito de votar era muito limitado no Império. Os escravos foram totalmente excluídos. As pessoas livres podiam votar conforme a renda e conforme alguns preceitos específicos. Segundo a Constituição de 1824, o sistema eleitoral era indireto ou em dois graus, dividindo a população que tinha direito ao voto em dois grupos: votantes e eleitores. Votantes eram obrigados a ter renda líquida anual de cem mil réis, provenientes de bens de raiz, indústria ou comércio e idade mínima de vinte e cinco anos. Eleitores renda de duzentos mil réis anual, ter folha corrida da polícia limpa e não ter sido alforriado. Para se candidatar a deputado, precisava dispor de uma renda anual de quatrocentos mil réis e para senador, oitocentos.

Mapeando lugares de poder que os coproprietários abastados ocuparam, os mais frequentes foram de comandantes e oficiais das Ordenanças das jurisdições (FERRAZ, 1992, p.39-40). José Gomes de Sá esteve no comando da jurisdição da Varge da Ema, fazendas Quixabá e Varge Redonda, no Rio de São Francisco, onde embarcava e desembarcava todo o comércio desse rio. A sua jurisdição compreendia, também, três fazendas: Atalho,

Papagaio, Riacho, na foz do Riachos dos Comandantes, como se chamava anteriormente o Riacho dos Mandantes, por separar as jurisdições dos capitães comandantes José Gomes de Sá e do seu irmão Cypriano Gomes de Sá, cuja autoridade ali começava e se estendia pelas paragens que beiravam o rio São Francisco, abrangendo quatro fazendas: fazendas Crauatá, Ambrósio, Sabiucá e Barra, todas localizadas no município de Floresta. A jurisdição do comandante Inácio Gonçalves Torres compreendia cinco fazendas: Tacurubá, onde começam as ilhas do São Francisco e também as fazendas Jatinan, Pedra, Cana Braba e Alegria.

Entre os dois tipos de rede de sociabilidade, a da administração e a das terras, existe, certamente, uma ligação. De modo geral, os Gomes de Sá se projetaram no Rio São Francisco, no Riacho dos Mandantes, em Fazenda Grande, em Tacaratú e no Sertão, como um todo. Os Souza Ferraz e Rodrigues de Moraes, destacaram-se no Riacho do Navio. Alexandre Rufino Gomes foi líder da Barra do Pajeú. Os Sá e Silva e os Silva Leal, lideravam na confluência do Pajeú. Os Novaes, no Pajeú.

O papel dos comandantes era executar e fazer cumprir a lei e determinações do capitão general governador da Província, inclusive, auxiliar na cobrança de impostos. Essa elite de poder formou-se com relativa rapidez na povoação de Floresta e Tacaratú, e, sob condições favoráveis, já estava solidamente estabelecida nas primeiras décadas do século XIX. Não temos acesso a todas os cargos e funções ocupados pelos membros dessa elite, mas, encontramos algumas das raízes do seu poder, o que aponta uma elite, primeiramente, recrutada por nomeação para as funções de comando e que, na segunda geração, já construiu a aristocracia local. A ocupação dos principais cargos

era umas das características da rede de sociabilidade e uma das fontes mais vigorosas de seu poder social, político e econômico. Os proprietários descendentes da família Souza Ferraz, conectores e conectados à rede de poder familiar e político-administrativa, ocuparam muitos cargos na esfera da burocracia militar, como oficiais da tropa auxiliar, comandantes e capitães das Ordenanças e as patentes militares de tenente-coronel e capitão.

Coletivas ou individuais, as conexões da rede política nas vilas de Floresta e Tacaratú foram baseadas na reciprocidade de interesses pelo poder, via acumulação de cargos na estrutura da administração judicial, militar, política e policial nas mãos dos mesmos grupos familiares.

Na Câmara Municipal, membros da família Ferraz exerceram cargos de vereadores, presidentes, vices e prefeitos. Foram, também, delegados de polícia e deputados provinciais. Em número de votos, nas eleições paroquiais de 1847, Serafim de Souza Ferraz, eleito em terceiro lugar, perdeu para Francisco Alves de Carvalho, ramo da família Lopes Diniz e para José Francisco de Novaes. Membros da família Souza Ferraz foram líderes políticos adeptos do partido liberal (GOMINHO, 1996, p.258). Quatorze membros dessa família exerceram grande influência nas Vilas de Floresta e de Tacaratú, onde se conectaram e foram conectores da rede da burocracia administrativa. Pelos casamentos, ligaram-se aos Gomes de Sá. Três filhas do tenente-coronel Serafim de Souza Ferraz, desposaram filhos daquela família. Anna Carolina de Souza Ferraz, primeira filha, desposou Antônio Manuel Gomes de Sá, que viria a ocupar o cargo de capitão da Guarda Nacional e de vereador na Câmara Municipal de Floresta, em 1872, onde, também foram eleitos três cunhados, um para juiz de paz e dois

para vereadores: Francisco Serafim de Souza Ferraz e Fausto Serafim de Souza Ferraz, irmãos de sua mulher.

Na mesma época, Antônia Esmeralda de Souza Ferraz, outra filha, casou-se com José Alexandre Gomes de Sá e Silva, também vereador eleito da Câmara Municipal de Floresta. Quem exercia o controle político de Floresta, nesse momento, era um dos filhos de Serafim de Souza Ferraz, o João Serafim de Souza Ferraz, eleito juiz de paz em 1872. Ele foi um dos líderes políticos da família e conector da rede na esfera pública. Sob a sua influência, elegeu vereadores os dois irmãos e os dois cunhados, citados acima, numa mesma legislatura. Por lei, os dois irmãos não poderiam participar de uma mesma sessão na Câmara. Mas, para conciliar o não-permitido, os irmãos se alternavam nas reuniões da Câmara (GOMINHO, 1996, p. 259). Com base na incompatibilidade do ato, o suplente Francisco de Barros do Nascimento requereu que lhe fosse deferido o juramento, para assumir o cargo de Fausto Serafim de Souza Ferraz. Independente do resultado, o importante a ressaltar é que o ato das eleições continuou a indicar as distinções sociais e não as tornaram menos ligadas aos interesses daqueles que detinham o poder, sendo indicador da permanência de uma ordem hierárquica. Na administração judicial, eles ocuparam cargos de juiz ordinário, juiz de paze juiz de direito.

Os membros da família Novaes e Gomes de Sá têm o perfil social semelhante ao da maioria dos proprietários da região. Também ocuparam cargos na tropa auxiliar da Coroa, como capitão da Segunda Companhia de Ordenanças, sargento-mor da Freguesia do Sertão de Tacaratú, juiz ordinário do Julgado de Tacaratú, capitão-mor interino da vila de Flores, vereadores, na

Câmara Municipal de Floresta e eleitores, para senadores e deputados da Província de Pernambuco, proprietários de fazendas e de escravos, tinham a pecuária como a principal atividade econômica. Pelo casamento, conectaram-se com os Gomes de Sá, Silva Leal e membros de outras famílias da região.

A presença de um único membro dessas famílias na administração colonial serviu de conector de uma rede de poder que se espalhou por meio do exercício de cargos e funções-chaves na trama política local. Entre juizes, deputados provinciais e vereadores, também estiveram conectados, pela organização militar, tenentes, capitães, tenentes-coronéis, majores, capitães-mores e padres.

O cargo de capitão-mor foi criado em 1570, era provido pelo rei ou eleito pela câmara. Devia prestar juramento ao rei, se por ele provido, ou na Câmara, se eleito (SALGADO, 1895, p. 164). A organização militar teve um papel muito importante na empresa colonizadora, pois, ela significava a defesa da conquista das investidas externas e proteção interna, contra possíveis resistências de colonizadores. A vastidão territorial, somada à falta de funcionários régios para fazer a vigilância dos povoamentos, propiciou às Ordenanças uma condição de braço forte para executar a política administrativa da Matrópole. Sendo assim, as Ordenanças incorporavam a administração nos lugares mais distantes. Devido a sua presença obrigatória, elas fortaleciam, também, o poder local de proprietários de terras, que passaram a ter uma força armada e vestida por eles, na maioria das vezes, para impor a sua ordem e, através dela, fazer valer os seus interesses.

As bases desse processo foram firmadas no início da colonização, quando as funções de defesa eram controladas pelos donatários, mas o fortalecimento do poder dos senhores de terras

locais se concretizou com a estruturação das Ordenanças. Pelo regimento geral de 1750, os proprietários de terras tiveram garantido o posto de capitão-mor, o mais alto na hierarquia, cujo recrutamento era feito entre os ‘notáveis do lugar’, os ‘principais da terra’. José Lopes Diniz, proprietário e financista por emprestar dinheiro a juros e Gonçalo Pinto da Silva, ambos filhos de Manoel Lopes Diniz, foram capitães-mores. Os privilégios foram dados por determinação reiterada nas principais leis: regimentos de 1570, alvará de 1709 e provisão de 1758, as quais disciplinaram as Ordenanças na Colônia. Os demais postos de certa graduação também eram preenchidos por ‘pessoas de qualidade’ (SALGADO, 1895, p. 111). Isto implica em dizer que as eleições de oficiais das Ordenanças conferiam apenas um caráter de cunho aparentemente liberal no processo de escolha. Na realidade, eram limitadas a um grupo muito seletivo de indivíduos. Em Floresta e Tacaratú, temos notícias que apenas dois membros da família Lopes Diniz ocuparam os cargos.

Uma questão relevante é que o privilégio de exercer o cargo das Ordenanças não se traduzia em soldos, mas em patentes militares, que conferiam prestígio e posição social de comando. Interessava à Coroa economizar nos gastos com a administração e, no caso das Ordenanças, não seria totalmente inconveniente que, em troca de serviços não remunerados, uma parte do poder se concentrasse, « temporariamente », nas mãos de proprietários.

A partir de 1640 (SALGADO, 1895, p. 111), com a restauração do domínio português, a Coroa adotou uma política de maior controle administrativo. Nos municípios, onde atuava o capitão-mor, foi introduzido como representante direto da Coroa o juiz de fora, que passou a exercer a função de presidente da Câmara.

Esta função era exercida anteriormente por um senhor de terras da localidade, por meio do cargo de juiz ordinário.

No Termo da Comarca de Flores, as alianças, envolvendo os laços familiares e através dos casamentos, constituíram-se em importantes conectores na rede de poder local que se consolidava com o estabelecimento das Vilas. As nomeações de juizes ordinários, eleições de vereadores e juizes de paz expressaram a hegemonia de coproprietários de terras.

## REFERÊNCIAS

BARRIERE, Jean-Paul. "Le notaire au XIXe siècle, médiateur ou notable", dans *Entre pouvoirs locaux et pouvoirs centraux: Figures d'intermédiaires (XVIIIe-XXe siècles)*. Bulletin de la Société d'histoire moderne et contemporaine, tome 45, n° 3-4, juillet-septembre 1998.

BERTRAND, Michel. *Grandeur et misère de l'office: les officiers de finances de Nouvelle- Espagne, XVIIe-XVIIIe siècles*. Publications de la Sorbonne, Paris, 1999.

BERGERON, Louis, et Chaussinand-Nogaret, Guy, *Les Masses de granit, cent mille notables du Premier Empire*, Editions de l'E.H.E.S.S., 1979.

BERGERON, Louis et Chaussinand-Nogaret, Guy (dir.), *Grands notables du Premier Empire*, Editions du C.N.R.S./E.H.E.S.S./Centre de recherches historiques, 1978-1999, 22 vol.

BIANCHI, Serge, *La Révolution culturelle de l'an II. Elites et peuples (1789-1799)*, Aubier, 1982.

BRANDÃO, Tânia Maria Pires. *A Elite Colonial Piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FERRAZ, Socorro ; BARBOSA, Bartira. *Sertão: um espaço construído. Ensaio de História Regional – Rio São Francisco – Brasil*. Universidade de Salamanca – Centro de Estdos Brasileños. Europa Artes Gráficas, S/A, ESPANHA, 2005.

FERRAZ, Carlos Antônio de Souza. *Floresta do Navio*, capítulos da história sertaneja. Biblioteca Pernambucana de História Municipal, volume 26, Recife, 1992.

FERRAZ, Tatiana Valença. *A Formação da Sociedade no Sertão de Pernambuco*: trajetória de formação de núcleos familiares. Recife: UFPE, 2004. (Dissertação em História).

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz – História e Prosopografia. UERJ/CNPq.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. *Dicionário Chorográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*. Imprensa Nacional, 1908, vol. 1(A-O).

GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros Ensaios*. Rio de Janeiro: Difel, 1991.

GOMINHO, Leonardo Ferraz. *Floresta, uma terra, um povo*. Floresta: FIAM, Centro de Estudos de História Municipal, Prefeitura Municipal de Floresta, 1996.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: Trajetória de um Exorcista no Piemonte do Século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LINHARES, Maria Yeda (org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LINS, Wilson. *O Médio São Francisco: uma sociedade de pastores guerreiros*. São Paulo: Nacional, 1983.

LALOUETTE, Jacqueline. *D'exemple à la série: histoire de la prosopographie*. SIECLES,

Cahiers du Centre D'Histoire des Entreprises et des Communautés, v.10, p. 3 à 20, 1999.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. O município e o Regime Representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MAUPEOU, Emanuele Carvalheira. *Cativeiro e Cotidiano num ambiente rural*: O Sertão do Médio São Francisco - Pernambuco (1840-1880). Recife : UFPE, 2008. (Dissertação em História).

MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Três roteiros de penetração do território pernambucano (1738 e 1802)*. Recife: UFPE, 1966.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito á terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma Comunidade Sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (Um estudo de História Regional e Local)*. Salvador/Feira de Santana: Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.

OLIVEIRA, Ana Maria de Carvalho dos Santos. *Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX*. Salvador: Editora da UNEB, 2002.

PESSOA, Angelo Emilio da Silva Pessoa. *Ruínas da Tradição: A Casa da Torre de Garcia D'Avila – Família e propriedade no Sertão Colonial*. São Paulo : USP, 2003 (Tese de História).

PORTO, Costa. *Estudo sobre o Sistema Sesmarial*. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

PRADO Jr. Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

REVEL, Jacques (org). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

ROSAS, Suzana Cavani. *A Questão Agrária na Sociedade Escravista*. Recife: UFPE, 1987. (Dissertação em História).

SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos: administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1895.

SILVA, Lígia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

é aberta por textos em torno da temática “história e memória”, José Carlos Reis, o editor, sobre as identidades do conhecimento histórico e defende a sua pertinência enquanto saber que se constitui “na contra-mão da filosofia, da ciência, da religião e do senso-comum”. Em “Tempo de Experimento: o ofício do historiador e as novas linguagens” o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior chama a atenção para a necessidade dos historiadores profissionais repensarem suas práticas de pesquisa com as chamadas “novas linguagens” e incorporarem em suas reflexões teórico-metodológicas os desafios que a análise destas novas fontes impõe. O que implica em uma transformação na formação acadêmica e nos modos de produção e divulgação da narrativa histórica. Alexandre Silva de Jesus participa desta coletânea com o artigo “Patrimônio, atualidade e experiência: elementos para um programa” onde reflete sobre o funcionamento político do dispositivo patrimonial ou museal, uma vez que entende que os processos de patrimonialização e musealização se confundem. O texto articula reflexões de Nietzsche, Benjamin e Agamben à problematização da ordem patrimonial moderna. A temática “História e Educação” traz quatro contribuições. Carlos Augusto Lima Ferreira em “Ser Professor de História: da academia a sala de aula, algumas questões formativas” constrói uma reflexão sobre a formação do campo de investigação do ensino de história no país apontando o crescente interesse dos historiadores pela temática bem como as fronteiras e/ou barreiras que os pesquisadores da área precisam vencer para a consolidação da área e interesse tais como as relações hierarquizadas entre o ensino e a pesquisa. Ricardo de Aguiar Pacheco discute no artigo “As representações e práticas sociais associadas à formação de professores: formando o professor profissional” como os modelos de formação de professores se articularam às mudanças nas concepções de educação e de professor no Brasil e nos chama a atenção para os dilemas contemporâneos que afetam a construção da identidade docente atual. Os historiadores Nathalia Cavalcanti da Silva e Lucas Victor Silva participam da coletânea com o artigo “Os fatos históricos valem menos como conhecimento a adquirir do que pelas conclusões de ordem social e econômica que deles podemos tirar” que realiza estudo sobre os conteúdos históricos nos Programas de Educação Primária do Estado de Pernambuco na década de 1930. Encerrando esta seção, Juliana Alves de Andrade busca em seu artigo: “Trabalhadores rurais, camponeses e movimentos sociais rurais nos livros didáticos de História: breves apontamentos para uma reflexão sobre o lugar desses sujeitos na literatura escolar” analisar como obras didáticas de História, no contexto atual, abordam as temáticas Camponato, Trabalhadores Rurais e Movimentos Sociais Rurais nos livros de história, destinados aos alunos do 3º ano do Ensino Médio. A seção “História, infância e Juventude” traz duas contribuições. O artigo “A poesia como estratégia metodológica na escolarização das jovens privadas de liberdade de Pernambuco” de autoria da historiadora Vera Lúcia Braga de Moura tem por objetivo analisar as estratégias de escolarização das adolescentes privadas de liberdade implementadas pela Secretaria Estadual de Educação nos Centros de Atendimento Provisórios (CEN para crianças das classes populares. O historiador analisa as práticas e discursos do e as estratégias disciplinares presentes na montagem e no funcionamento do sistema “Cultura” também traz relevantes contribuições. O historiador Augusto Neves da manifestação carnavalesca pouco estudada pela historiografia do carnaval do Recife e que sofreram significativa oposição ao longo do século XIX: as escolas de samba. Em “Intelectuais e tradição: disputas pelos dias de Momo no Recife (1955-1956)” analisa os debates, conflitos e tensões intelectuais em torno da presença das escolas de samba na “terra do frevo”. Já a historiadora Joana D’arc de Sousa Lima parte das memórias de sua trajetória profissional em relevantes instituições culturais de São Paulo e Pernambuco para refletir sobre os temas da formação do público, da mediação e da participação. No artigo “Entre a lembrança e o esquecimento: Histórias da formação de públicos nas instituições culturais” construiu uma abordagem que articula à História, reflexões de campos como a arte, a museologia, a educação e a arte/educação. Sobre “História e Literatura”, a coleção registra a participação de dois artigos. Em “Memorando para ler o Recife em Manuel Bandeira”, o historiador Flávio Weinstein Teixeira constrói uma releitura sobre três conhecidos poemas do escritor pernambucano dedicados à capital: Evocação do Recife (1925/30), Minha Terra (1948) e Recife (1966). O diálogo entre história e literatura é tema da contribuição do historiador Marcus Vinícius Santana Lima. Em “A mulher do vizinho: um conto de Fernando Sabino”, o autor explora a narrativa literária como fonte para o estudo do década de 1960. A temática “Ensino de História e as leis 10639/2003 e 11.645/08” traz contribuições dos pesquisadores Edson Silva e Maria da Penha da Silva, que participam deste livro com o artigo “De qual ‘índio’ estamos falando?! Reflexões para o ensino da temática indígena”. Ao o leitor tem a sua disposição a denúncia sobre os estereótipos e a ignorância sobre a temática que permanecem no cotidiano escolar mesmo após o advento da Lei 11.645/08 que determina a inclusão do tema História e Culturas dos povos indígenas nos currículos da Educação Básica no Brasil. O artigo ressalta a necessidade de renovação dos livros didáticos brasileiros e finaliza sugerindo princípios para uma abordagem renovada e uma rica lista de contribuições atualizadas sobre a temática disponíveis aos pesquisadores e professores brasileiros. Em “Por uma história a partir dos conceitos: África, cultura negra e lei 10639/2003: reflexões para desconstruir certezas”, Ivaldo Marciano de França Lima revisita criticamente a utilização dos conceitos de “afro-brasileiro”, “afrodescendente” e “africano” atualmente convenacionados como sinônimos para nomear as populações “não brancas”. Um texto que sugere uma abordagem alternativa para a efetivação da lei 10639/2003 na educação básica brasileira. A temática “História e cidade” traz contribuições sobre violência e relações de gênero no espaço urbano. Wellington Barbosa da Silva recua até o Recife do século XIX para analisar o medo motivado pela criminalidade urbana. A leitura do texto “Cidade, violência e medo: o caso do Recife oitocentista (1840-1880)” nos proporciona, entre outras coisas, a percepção de que, pelo menos, desde meados do Oitocentos o problema da violência urbana e os temores por ela provocados povoam as páginas dos periódicos locais. Ricardo dos Santos Batista colabora, neste livro, com um capítulo sobre os “usos femininos” do espaço urbano de Jacobina, Bahia, em meados do século XX. Em “Mulheres, convenções de gênero e espaço urbano”, o autor reflete sobre as convenções de gênero e sexualidade através das quais se tentava controlar os comportamentos femininos desafiadores das normas vigentes. Sobre a “História e Sertão”, temos debates sobre cultura material e propriedade fundiária. As autoras Kalina Vanderlei Silva, Amanda Isabela A. da Silva, Hortênsia Calado Pedro e Suelane Matos da Silva exploram a riqueza analítica dos inventários e testamentos referentes à capitania de Pernambuco no século XVIII, em especial do acervo do Memorial de Justiça de Pernambuco no que diz respeito às comarcas sertanejas. É o tema do artigo “O Sertão em inventários: cultura material e sociedade na Capitania de Pernambuco no século XVIII” que convida pesquisadores a se debruçarem sobre a documentação ainda pouco consultada. A historiadora Maria Ferreira retoma descobertas de sua tese de doutoramento no artigo “Proprietários, famílias e sociabilidade: notas para uma história da

# História, fontes e memórias

# Ofícios policiais: Fontes para perscrutar as experiências dos trabalhadores dos engenhos no final do século XIX

BRUNO MELO DE ARAÚJO  
Universidade Federal de Pernambuco  
Departamento de Antropologia e Museologia  
[brunomelodearaujo@yahoo.com.br](mailto:brunomelodearaujo@yahoo.com.br)

MARIA EMÍLIA VASCONCELOS DOS SANTOS  
Doutora em História Social Unicamp  
Professora UFPE/ FBV DeVry Brasil  
[mariaemiliavas@hotmail.com](mailto:mariaemiliavas@hotmail.com)

Neste artigo apresentaremos as possibilidades de uso dos registros policiais existentes para alguns municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco. Primeiro cabe-nos dizer que se trata de uma documentação composta pelos ofícios enviados dos delegados para o chefe de polícia; e depois de novembro de 1891, para o questor policial. Os livros de ofícios eram utilizados para registrar as informações que foram previamente enviadas pelos subdelegados aos delegados e posteriormente eram repassadas sumariamente pelos delegados ao chefe de polícia. O quadro funcional composto por chefe de polícia, delegado de polícia e subdelegado surgiu com a centralização política no Império, em 1841. Elas sinalizavam a preocupação com a construção de uma estrutura hierárquica para a função de polícia judicial e investigativa de cunho civil, sujeita ao controle do Gabinete e do

imperador. E de acordo com Bonelli, ainda não organizada com as características de carreira.<sup>6</sup>

Os ofícios policiais, de acordo com as instruções do código do processo criminal do Império, deveriam comunicar ao chefe de polícia quaisquer acontecimentos graves que ocorressem e interessassem à ordem pública, tranquilidade e segurança dos cidadãos. As autoridades policiais também teriam de informar nestes ofícios a respeito das providências procedidas, para a resolução dos casos relatados. Grosso modo, estes ofícios registravam, de modo sintético, as diligências realizadas para averiguar um crime e as suas circunstâncias, ou seja, indicavam que foram realizadas buscas e investigações para esclarecer os fatos e compor a formação da culpa em virtude de queixas e denúncias dadas.<sup>7</sup>

Estes livros de ofícios não eram escritos diariamente. Acreditamos ter sido apenas registrado neles os incidentes considerados mais importantes pelos delegados. Tais ofícios versavam basicamente sobre diligências, prisões, queixas ou internações de doentes. Estes procedimentos contêm poucos detalhes dos encaminhamentos burocráticos, os delegados por vezes escreviam suas instruções/despachos nas margens dos ofícios. Poderia ser anotado “ciente”, “dê-se providência”, “guarde”, “encaminhe-se para a Detenção”; entre outras

6 Bonelli, Maria da Glória. Os Delegados de Polícia entre o profissionalismo e a política no Brasil, 1842-2000. Prepared for delivery at the 2003 meeting of the Latin American Studies Association, Dallas, Texas, March, 27-29, 2003.

7 Código do Processo do Império do Brasil por Araújo Filgueiras Júnior. Tomo II, Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, 1874. Capítulo IV. Das atribuições dos empregados de polícia. Seção I. Das atribuições do chefe de polícia. Artigo 58. [http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/16420/Codigo\\_Processo\\_Imperio\\_tomoII.pdf?sequen ce=4](http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/16420/Codigo_Processo_Imperio_tomoII.pdf?sequen ce=4), acessado no dia 17 de junho de 2010.

determinações que emitiam as decisões e as diretrizes para o trabalho policial.

O ofício da Delegacia de Ipojuca de 26 de junho de 1890 flagra o que acabamos de dizer com relação às deliberações para a execução/prosseguimento do trabalho policial. O delegado de Ipojuca informa nesse ofício (figura 1) que um menor criminoso deve ser encaminhado para a Escola de Aprendizes Marinheiros.

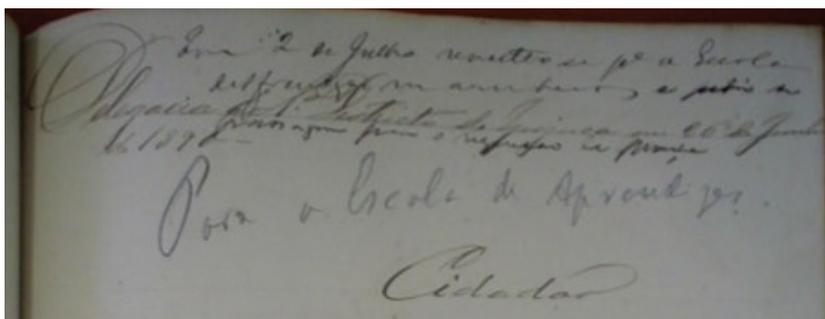


Figura 1: Ofício Policial de Ipojuca.

Ofício de delegacia do 1º Distrito de Ipojuca, folhas sem numeração, RCP - Delegacia de Ipojuca, 1883-1890. N° 205, APEJE

De posse destas informações o chefe de polícia, que era recrutado entre desembargadores e juizes de direito, tinha por função comunicar ao presidente da província por meio de mapas, ofícios e relatórios o estado da província e a estatística criminal. O chefe de polícia deveria também conceder passaportes, obrigar bêbados, vadios e prostitutas a assinar termos de bem viver, proceder a exames de corpo de delito, prender os culpados, julgar contra-venções às posturas das câmaras municipais, inspecionar os teatros e espetáculos públicos, inspecionar as prisões da província,

conceder mandados de busca e ainda tomar cuidado para que os seus delegados, subdelegados e subalternos cumprissem os seus deveres.<sup>8</sup> O questor policial tinha funções semelhantes ao antigo chefe de polícia.<sup>9</sup>

No estudo aqui desenvolvido, foram selecionados 7 códices da Repartição Central de Polícia – RCP, do período de 1884-1893<sup>10</sup>. Os ofícios relatam acontecimentos corriqueiros, que por vezes se desdobraram em inquéritos e processos. Acreditamos que as informações coletadas junto aos ofícios policiais elegidos, permitem vislumbrar detalhes do cotidiano da vida dos trabalhadores de uma das mais pujantes zonas produtoras de açúcar de Pernambuco na segunda metade do século XIX.

Para entender o que encontramos na documentação é interessante saber quais os critérios de recrutamento e quais eram as funções das pessoas responsáveis por fazer tal registro. O delegado e os seus suplentes eram cargos nomeados, no império, pelo presidente da província ou pelo chefe de polícia e na primeira república pelo governador do estado. Eles eram escolhidos entre os juízes municipais, bacharéis formados ou qualquer cidadão que residissem nas cidades e vilas, que fossem cabeça de termo, e possuíssem as qualidades para serem

8 Idem.

9 Maia, Clarissa Nunes. Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. Tese de doutorado, UFPE, Recife, 2001. p.104.

10 O recorte temporal indicado corresponde ao período de análise da minha tese de doutoramento que versava sobre as mudanças e permanências promovidas pela abolição da escravidão para os trabalhadores dos engenhos açucareiros da Mata Sul de Pernambuco. Santos, Maria Emilia Vasconcelos dos. OS SIGNIFICADOS DO 13 DE MAIO: A ABOLIÇÃO E O IMEDIATO pós-ABOLIÇÃO PARA OS TRABALHADORES DOS ENGENHOS DA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO (1884-1893). Tese de Doutorado, Unicamp – IFCH, Campinas, SP, [s.n.], 2014.

eleitores. Os delegados quando não faziam parte da facção dominante da elite local, eram relacionados a ela por laços de dependência. Era função da autoridade policial citada há pouco: zelar pela manutenção da ordem pública, desempenhar funções administrativas, como ajudar na organização das eleições, além de fazer que fossem respeitadas as posturas municipais. Eles também eram responsáveis, após a lei de 1871<sup>11</sup>, pela elaboração dos inquéritos policiais que serviam para instruir as decisões judiciais.<sup>12</sup>

Era da alçada do delegado comandar ou organizar expedições para debelar quilombos, perseguir criminosos, presos e escravos fugidos, fazer prisões, escoltar prisioneiros que mudavam de cadeia ou que transitavam para testemunhar, prestar assistência como: informar sobre a propagação de uma epidemia na sua área de atuação, acudir pessoas com doenças mentais ou acidentadas no trabalho, por exemplo, as pessoas que eram atropeladas por trens que transportavam canas. Assim, em uma oportunidade foi solicitada a presença das autoridades de Escada para acudir a ex-escrava Maria que trabalhava

11 Lei de nº 2.033, de 20 de setembro de 1871.

12 O inquérito policial documenta as investigações do crime realizadas pela polícia. Ver: Rosemberg, André. Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura. Tese de doutoramento, São Paulo: FFLCH/ USP. 2008 Sobre delegados e autoridades policiais ver: Monsma, Karl. Os delegados e os grupos “perigosos” no interior paulista, 1880-1900: representações de escravos, libertos, portugueses e italianos na correspondência policial Trabalho apresentado nas jornadas “A polícia em perspectiva histórica: Argentina e Brasil (do século XIX até a atualidade)”, Buenos Aires, 28-29 de agosto de 2008.

na moagem do engenho Sibiró Grande e tinha sido apanhada casualmente por uma das rodas do vapor.<sup>13</sup>

Processamos sistematicamente dados de mais de 170 registros dos ofícios policiais pesquisados. E a partir desta incursão podemos caracterizar os ofícios policiais da maneira seguinte: em um ofício, na maioria das vezes, o delegado anotava a data da feitura do ofício e do fato transcorrido, um resumo do caso, o tipo de crime, o nome (das vítimas e/ou dos seus autores), a ocupação, a situação jurídica das pessoas envolvidas, onde havia ocorrido o episódio narrado pela autoridade policial e por vezes recortes de jornais. Tal documento informa, em algumas ocasiões, a cor da pele dos sujeitos registrados. Um dos recursos utilizados pela polícia para encontrar criminosos, como apontou André Rosemberg, era a descrição pormenorizada do sujeito através de sinais particulares como: a altura, cor da pele, cor do cabelo, nome e apelido. E até alguns atributos mais específicos como cicatrizes e falta de dentes; além de traços de sua personalidade como a fala mansa ou o andar apressado.<sup>14</sup> Esse tipo de informação é encontrada em algumas guias de prisão e listas de detentos das cadeias anexadas aos ofícios de correspondência entre o delegado ao chefe de polícia.

Em tipos documentais, como os ofícios, há a possibilidade de um tratamento serial e as informações colhidas neste documento

13 Ofício da Subdelegacia de Escada 12 de outubro de 1889, folhas sem numeração, Delegacia de Polícia de Escada, nº 131 (1888-1899) - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

14 André Rosemberg. Op.Cit. pg.222.

podem ser cruzadas com outros, como os processos-crime<sup>15</sup>. São textos marcados por certo estilo narrativo (um repertório de palavras e estrutura textual que se repete) e são produzidos na e para a burocracia e versam sobre o cotidiano de trabalho da repartição policial.

Esta fonte tem um potencial descritivo que não podemos negar; por isso alguns casos podem ser apresentados adotando na escrita o gênero narrativo a fim de percebermos percursos individuais e de grupos. Depois de identificados e lidos todos os documentos inclusos em nossos critérios de seleção;<sup>16</sup> inserimos

- 15 Caso encontremos os processos decorrentes das ocorrências policiais localizadas teremos a chance de descobrir novas informações sobre os sujeitos citados. Identifiquei, inicialmente, uma ocorrência policial e um processo-crime sobre um trabalhador de engenho que era ex-escravo. Pretendo, através da ligação de fontes, cruzar documentos de natureza variada. Por exemplo, no episódio ocorrido no engenho Penderama em 15 de junho de 1890, quando registrado na polícia versava sumariamente sobre uma briga entre José Hanni e João Correia. Através do processo-crime aberto na seqüência ficamos sabendo que, um rapaz com o apelido de Zenandi dirigiu insultos a João Correia, conhecido por João de Amélia. Os insultos diziam respeito ao fato de João Correia ter sido ex-escravo, ou nas palavras do acusado ele era Treze de Maio. Fontes na seqüência: Ofício da Subdelegacia de Ipojuca 18 de junho de 1890, folhas sem numeração, Apeje – RCP – Delegacia de Polícia de Ipojuca, nº 205 (1883-1890). 1890 Vila de Ipojuca Comarca do Cabo - Juízo Municipal do Crime - Sumário Crime. Autora – a Justiça Pública Réo – o indivíduo conhecido por Zenandi, MJ - Fundo Comarca de Ipojuca. Andar térreo – estante 08 – face 1 – prateleira A4 – caixa 15.
- 16 Limitamo-nos aos ofícios de casos ocorridos nas cidades foco de nosso estudo, do recorte temporal pré-estabelecido e que fizessem menção a episódios transcorridos nos engenhos. Essa escolha só aparentemente é de fácil implementação, pois acontece que os engenhos eram o local onde havia ocorrido uma briga, onde morava a pessoa citada no ofício ou ainda por onde passava algum criminoso. Daí a preocupação em deixar claro em quais engenhos ocorreram de fato os eventos, que podiam ser desde uma briga ou onde um trem descarrilado atropelou e matou um carreiro. Ou ainda, quando o engenho é apenas referenciado, informando que um indivíduo lá é nascido, lá reside ou trabalha nele.

as informações em um banco de dados no programa Excel<sup>17</sup>, de modo que organizamos as informações colhidas de modo serial. Pudemos coletar, notadamente, os seguintes dados que podem ser dispostos de modo quantitativo e qualitativo: a variedade semântica dos arranjos de trabalho, o sexo, condição jurídica, alguns nomes, engenhos de moradia e trabalho, datas dos episódios registrados e os tipos de crimes. Enfim, os processamentos dos dados obtidos com a documentação policial possibilitarão o cruzamento com outras séries documentais, como os processos judiciais e inventários que permitirão acessar e reconstituir algumas das experiências dos trabalhadores dos engenhos.

Analisando a tabela da documentação da polícia<sup>18</sup> observamos que há uma variedade de terminologias referentes às ocupações e ofícios. São rendeiros, jornaleiros, moradores, lavradores, agricultores, purgadores, feitores, trabalhador da roça, trabalhador da enxada ou os termos genéricos trabalhador e empregado. Optamos por englobar em nosso texto todas as categorias encontradas sob a chancela de – trabalhadores de engenhos; por conta de ser o engenho o espaço de lida comum<sup>19</sup>. Ao adotar

17 Este programa está sendo utilizado para gerenciar os dados recolhidos nas fontes pesquisadas, dispostos em uma tabela. Tais dados estão inter-relacionados, ou seja, representam as informações de uma documentação específica. A grande vantagem deste programa é que ele faz parte do pacote do Office (não exige o pagamento de licença) e é mais simples de usar.

18 Material em anexo.

19 No Nordeste colonial, segundo Vera Ferlini, A denominação engenho, especifica daquela “máquina e fábrica incrível” de fazer açúcar, passou, com o tempo, a toda propriedade açucareira, com suas terras e lavouras. O complexo açucareiro compunha-se de dois elementos essenciais: a unidade manufatureira, o engenho; e as lavouras de cana, pertencentes ao engenho ou a lavradores de cana. Era, porém, o engenho o coração da produção, somente ele dava sentido ao mar de canaviais do litoral nordestino. P.137. Apesar de perceber as diferenças existentes entre as temporalidades,

esta nomenclatura generalizante como um recurso para facilitar à escrita e o desenvolvimento de algumas indagações, estamos cientes que ela comprime uma variedade de expressões. Por isso pensamos que esta nomenclatura só deverá ser utilizada quando se fizer referência ao conjunto destes trabalhadores, por outro lado, ao se deter em casos específicos, a singularidade ocupacional deverá ser analisada atentamente. Sendo assim, não deixaremos de dar atenção a heterogeneidade presente no mundo dos trabalhadores dos engenhos, como a dos trabalhadores de diferentes status jurídicos. Pois, pensamos a história do trabalho nos engenhos e de seus trabalhadores de uma maneira mais inclusiva. Ou seja, direcionaremos nosso olhar para os homens e as mulheres livres, libertos e escravos que, por vezes, viviam situações em que estas categorias estavam emaranhadas.

O desafio de pensar e investigar o mundo do trabalho para além da dicotomia entre escravos e livres foi levado adiante pelos autores dos artigos do livro *Trabalhadores na Cidade*. Pretendemos praticar uma história, ou melhor, uma história dos trabalhadores como a proposta pelos organizadores da coletânea. Os quais argumentam que:

“Trabalhadores” são todos eles, todos, para baralhar de vez a separação rígida entre escravidão e liberdade, cativos e proletários. Movimento analítico tenso este, é forçoso reconhecer, pois diferentes eram eles, escravos e trabalhadores ditos livres. No horizonte da escravidão a ficção que fundamentava a exploração

da autora e a do nosso trabalho, ainda assim é possível fazer um paralelo entre o complexo açucareiro colonial e o de fins do império.

do trabalho era a dependência pessoal, enfeixada na condição de propriedade, de coisa tida e havida, conferida ao escravizado. [...] Liminar muita vez a circunstância dos sujeitos, escravos, ainda que em liberdade condicional, homens e mulheres livres, porém detidos por suspeição que fossem escravos, trabalhadores escravos e livres presos porque não se lhes apresentavam senhores ou patrões, fugitivos os primeiros, vadios os outros. Realidades imbricadas, confusas, essas da escravidão e da dita liberdade, que urge, pois, distinguir sem seccionar. (grifo meu)<sup>20</sup>

Interessa-nos igualmente, seguindo as discussões do texto acima citado, entender como os indivíduos egressos do cativo e seus ex-senhores vivenciaram as “novas” relações de trabalho, que por vezes estavam ainda embaralhadas. Podemos encontrar alguns indícios desses casos da leitura dos ofícios que os delegados e subdelegados escreveram, e que informavam sobre os trabalhadores da cana. Dentre as possibilidades de análise, essas fontes nos permitem pensar: como estes trabalhadores, antes e depois da Abolição, eram descritos pela pena das autoridades policiais. Para avançar nesses questionamentos, seria necessário mais informações sobre a atuação da polícia nas áreas rurais, para além do período do imediato pós-abolição, que podem ser respondidas em pesquisas futuras. Por ora, vamos fazer um exercício de reconhecimento da documentação pesquisada.

Se por um lado não encontramos indícios de um vasto clima de desordem e caos, como os vividos pelos fazendeiros paulistas

20 Azevedo, Elciene. [et al.]. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, p. 12 e 13.

devido à rebeldia escrava, por outro lado, baseando-nos na documentação disponível, observamos a existência de uma tensão no mundo dos engenhos. Há um grande número de homicídios, assassinatos, ferimentos e brigas entre os homens que trabalhavam ou circulavam pelos engenhos. Um número significativo de homens envolvidos em querelas é explicável pelo seu emprego na lavoura açucareira, visto como tipicamente masculino. Como os homens eram majoritários, este talvez seja um dos elementos que expliquem esse cenário de brigas e confusões, expressão de masculinidade. Mas é preciso refletir quais seriam os outros elementos que ajudariam a entender este fenômeno.<sup>21</sup>

Outras pistas importantes para pensarmos o uso da violência e a coerção no período anterior e posterior a Abolição, que é um tema tão complexo para a historiografia brasileira, podem ser trazidos aqui para iniciarmos uma análise. Vejamos um exemplo: no dia 24 de novembro de 1888 ocorreu um conflito entre os trabalhadores do Engenho Gaipió. A autoridade policial, o senhor Felix José da Câmara Pimentel, que até 1881 tinha sido proprietário deste engenho, foi chamado para proceder a uma diligência no local. Ele apontou uma solução para resolver a

21 Podem dizer que a missão da polícia era a de reprimir e caso procurasse em outras fontes o quadro vislumbrado seria outro. Está observação estaria correta de todo, se o papel da polícia fosse apenas o de reprimir indistintamente. Os estudos recentes sobre a polícia e os policiais mostram outra nuance da atuação desta categoria, e aqui estamos falando, apenas, dos agentes das ruas e não dos delegados e subdelegados. Se antes, os agentes policiais eram vistos como representantes do Estado procura-se agora, enfatizar a interação entre policiais e policiados e os valores por eles compartilhados. Comentários sobre os estudos que tem como objeto os policiais e os sujeitos policiados, ver: Garzoni, Leric de Castro. *Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana* (Rio de Janeiro, início do século XX). Campinas, SP: [s. n.], 2007.

questão em foco e ainda chamou a atenção para a descrição da cor dos infratores. A autoridade policial disse o seguinte: “*ca-bras e negros só o cacete pode intimidar!*” E para finalizar a sua tarefa de zelar pela manutenção da ordem distribuiu umas palmatoadas em um trabalhador envolvido na querela.<sup>22</sup> Sabemos que o emprego da violência não foi exclusivo de sociedades escravistas, mas é necessário ficarmos atentos aos significados das coerções sofridas pelos sujeitos ora investigados.<sup>23</sup> Casos como esse nos dão indícios para refletirmos sobre o relacionamento entre a polícia e os trabalhadores dos engenhos. E também para pensarmos a Abolição como um evento que criou marcos divisórios na vida dos indivíduos ora investigados, seja pelas violências sofridas seja pelas formas de reagir a mesma.

A documentação policial é um conjunto promissor em suas possibilidades. Notadamente, quando ao anotar os nomes dos delegados e subdelegados presentes nos ofícios, nos damos conta que os donos de alguns engenhos eram também agentes policiais. Antes e depois da Abolição, assumir estes cargos funcionava como uma das estratégias para manter poder de mando sobre os trabalhadores e transeuntes da área rural.

Os cargos de mando policial na zona da Mata Sul de Pernambuco, no século XIX, de acordo com Peter Eisenberg eram preenchidos por pessoas que faziam parte uma rede de parentesco e de relações paternalistas:

22 Ofício da Subdelegacia de Ipojuca 24 de novembro de 1888, folhas sem numeração, APEJE – RCP – Delegacia de Polícia de Ipojuca, nº 205 (1883-1890).

23 French, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil Moderno. In: Libby, Douglas, Org.; Furtado, Júnia Ferreira, Org. Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX. São Paulo: annablume, 2006.

Em Escada, o delegado que servia no início do decênio de 1860 era o genro de Henrique Marques Lins – Antônio Marques de Holanda Cavalcante – assistido pelos subdelegados Francisco Antônio de Barros e Silva e João da Rocha Holanda Cavalcanti, o primeiro um genro de Henrique Marques Lins e o segundo, provavelmente, irmão do delegado. Estes três agentes policiais possuíam o total de nove engenhos. Na década de 1880, o delegado de polícia Samuel dos Santos Pontual e três subdelegados possuíam um total de 13 engenhos de açúcar.<sup>24</sup>

Talvez, a reação violenta dos trabalhadores dos engenhos aos seus companheiros de lida e às autoridades policiais, que em alguns casos, eram ex-proprietários de escravos e naquele momento senhores de engenho, fosse uma tentativa de não se enquadrar na posição que ocupavam antes da Abolição. Como afirmou Iacy Maia, a liberdade botou de cabeça para baixo os símbolos de obediência e de deferência pessoal. Em alguns casos, a condição de livre poderia se materializar através do desafio à autoridade do ex-senhor ou de qualquer pessoa que continuassem a tratá-los como escravos.<sup>25</sup>

Por outro lado, há os inquéritos policiais que eram usados para instruir os processos crimes e proceder à formação da

24 Eisenberg, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. RJ: Paz e Terra, 1977, p.153. Vou iniciar a construção de uma listagem com os nomes dos delegados e subdelegados e de seus engenhos, caso os tivessem. A fim de saber se as ocorrências por eles atendidas aconteceram em suas propriedades ou na de seus parentes.

25 Maia, Iacy Mata. *Os “Treze de Maio”: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889)*. Dissertação de mestrado, UFBA, 2002. Ver notadamente o capítulo 1º.

culpa. Encontramos estes documentos armazenados juntos aos processos judiciais e por vezes somente o maço correspondente aos inquéritos. O inquérito policial tem por finalidade, através de investigações, descobrir a autoria de um crime, as circunstâncias em que ele aconteceu, saber quem foram seus autores e cúmplices além de coletar provas. Neste último ponto deve-se, caso o tipo de crime efetuado requeira, fazer-se exame de corpo de delito. O inquérito é uma peça informativa que auxiliava o promotor de justiça a formalizar uma denúncia. Como está exposto na Lei de nº 2.033, de 20 de setembro de 1871:

§ 1º Para a formação da culpa nos crimes communs as mesmas autoridades policiaes deverão em seus districtos proceder às diligencias necessárias para descobrimento dos factos criminosos e suas circunstancias, e transmitirão aos Promotores Públicos, com os autos de corpo de delicto e indicação das testemunhas mais idôneas, todos os esclarecimentos coligidos; e desta remessa ao mesmo tempo darão parte à autoridade competente para a formação da culpa.<sup>26</sup>

O inquérito era um instrumento escrito e como os manuais de direito divulgam tem origem na palavra inquisitorial. Ou seja, o indiciado não tem direito ao contraditório, em outras palavras não

26 Lei 2033/71 – Lei nº 2.033, de 20 de setembro de 1871. Regulamento. Das atribuições criminais. Artigo 10 § 1º. <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104055/lei-2033-71> acessado em 27 de setembro de 2010. Ver também: o artigo 42 do Decreto-lei nº 4.824, de novembro de 1871, sobre as disposições relativas ao inquérito policial. Moraes, Elster Lamoia de. Princípios do moderno inquérito policial. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12390> acessado em 27 de setembro de 2010.

enseja possibilidade de defesa. Não é permitido que o acusado realize sua defesa pré-processual até porque, o inquérito, em tese, não incrimina ninguém e sua principal característica é o fato de ser um instrumento administrativo preliminar ao processo criminal, com a finalidade de recolher provas e apurar a contravenção penal.<sup>27</sup>

De acordo com Marcelo Thadeu Quintanilha o inquérito policial, tanto no Império quanto na República, não só fornecia elementos para denúncia, mas nessa etapa das investigações as autoridades policiais já apresentavam indícios de culpabilidade para os indivíduos objeto de suspeição. A polícia tinha domínio exclusivo sobre a feitura do inquérito, pois o juiz emitia seus pareceres a partir do material produzido pela polícia no máximo a autoridade judicial podia reinquirir testemunhas, mas ele não podia refazer provas documentais.<sup>28</sup>

Ao atentarmos para as peculiaridades dos ofícios e dos inquéritos policiais podemos observar que eles constituem um rico conjunto de fontes que possibilitam a produção de um conhecimento novo sobre o posicionamento e a trajetória de reorganização de escravos, libertos e dos homens livres e pobres no contexto da Abolição e do pós-abolição em Pernambuco.

Em linhas gerais o trabalho do historiador, a operação historiográfica, assim denominada por Michel de Certeau,<sup>29</sup> começa com o gesto de consulta ao arquivo e da colocação de perguntas

27 Idem.

28 Martins, Marcelo Thadeu Quintanilha. Policiais habilitados não se improvisam: A modernização da polícia paulista na primeira república (1889-1930). *Revista de História*, São Paulo, n° 164, jan/jun, 2011.

29 Certeau, Michel de. *A operação historiográfica. A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

pelo pesquisador as suas fontes com o fim de guiar sua investigação. Determinadas perguntas/hipóteses só podem ser feitas a depender dos tipos de fontes documentais acessadas, observando suas potencialidades e carências. Os indícios não estão dados nos documentos, eles são procurados e encontrados. Essas perguntas/ problemas dependem do lugar de onde a colocação é feita, do período histórico em que vive o pesquisador e das questões colocadas ou silenciadas pela historiografia. E finalmente cabe ao historiador a construção de uma escrita sobre o passado. Nesse momento se entrelaçam pesquisa e escrita, sendo todas as etapas da operação historiográfica interligadas.

Em nosso caso específico é importante para produzir respostas mais consistentes sobre os trabalhadores dos engenhos, no contexto da abolição e do pós-abolição, proceder ao entrecruzamento com diferentes conjuntos documentais, exigindo o diálogo com produções teóricas e metodológicas que lidam com as fontes articuladas. Após reunir fragmentos e de criar o efeito de coesão, a construção de uma narrativa tornará possível/palpável o relato histórico acerca desses personagens.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Elciene. [et al.]. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

BONELLI, Maria da Glória. *Os Delegados de Polícia entre o profissionalismo e a política no Brasil, 1842-2000*. Prepared for delivery at the 2003 meeting of the Latin American Studies Association, Dallas, Texas, March, 27-29, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. RJ: Paz e Terra, 1977.

FRENCH, John. *As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil Moderno*. In: Libby, Douglas, Org.; Furtado, Júnia Ferreira, Org. Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX. São Paulo: annablume, 2006.

GARZONI, Leric de Castro. *Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início do século XX)*. Campinas, SP: [s. n.], 2007.

MAIA, Clarissa Nunes. *Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915*. Tese de doutorado, UFPE, Recife, 2001.

MAIA, Iacy Mata. *Os “Treze de Maio”: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889)*. Dissertação de mestrado, UFBA, 2002.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. *Policiais habilitados não se improvisam: A modernização da polícia paulista na primeira república (1889-1930)*. Revista de História, São Paulo, n<sup>o</sup> 164, jan/jun, 2011.

MONSMA, Karl. *Os delegados e os grupos “perigosos” no interior paulista, 1880-1900: representações de escravos, libertos, portugueses e italianos na correspondência policial*

# Memórias indígenas e História Pública sobre os índios: historiografia e emergência étnica no Nordeste contemporâneo

CARLOS FERNANDO DOS SANTOS JÚNIOR  
Mestre em História pela UFPE

A chamada História oficial do Brasil, ou melhor, a memória pública sobre a História do Brasil favoreceu a construção das imagens e os discursos sobre os índios e dos negros como coparticipantes na “formação” social do povo brasileiro. Esta memória situa a participação dos índios e dos negros como colaboradores, cuja cooperação foi situada no passado distante do tempo presente. Um passado relacionado aos períodos colonial e imperial, nos quais a escravidão de africanos e indígenas predominava junto com os processos de ocidentalização do continente americano. No Século XIX, outra memória oficial no Brasil se desenvolveu, a gradativa “assimilação” e “mestiçagem” de índios e negros a sociedade nacional e, concomitantemente, o “desaparecimento” das identidades africanas e indígenas.

No entanto, contra as estimativas do desaparecimento dessas identidades étnicas, no século XX, os povos indígenas e as comunidades quilombolas passaram a afirmar publicamente suas identidades por meio de suas expressões socioculturais, mobilizações sociopolíticas e as suas memórias coletivas sobre o passado/origens/ancestralidades. Destacamos o uso das

memórias que esses sujeitos fazem para legitimar as suas origens/ ancestralidades e exigir do Estado políticas de assistência e reparação de direitos, principalmente o direito a homologação dos territórios considerados tradicionais que ocupam.

Dessa forma, propomos uma discussão: como as populações indígenas utilizam, no tempo presente, as suas memórias, a História e a historiografia para afirmação de suas identidades e conquista de direitos no Brasil? A questão central em debate são os usos que os povos indígenas fazem de suas memórias coletivas e das memórias públicas sobre eles, construídas pela historiografia brasileira, para o acionamento de suas identidades.

O presente artigo foca-se em estabelecer uma relação entre as memórias dos índios no Nordeste, especificamente os povos indígenas em Pernambuco, e as memórias produzidas pela historiografia, bem como o uso que os indígenas fazem dessas duas memórias nos seus projetos políticos pela busca do reconhecimento social e acesso a terra. Em particular, como o povo Pankará e o povo Atikum acionam as suas memórias e a História indígena em Pernambuco para afirmação pública de suas identidades, nas mobilizações pela afirmação étnica, o reconhecimento sociopolítico e o direito a manutenção de seus territórios tradicionais.

A memória deve ser entendida “como a presença do passado no presente, passou, ela própria a ser objeto do conhecimento historiográfico” (ABREU, MATTOS e DANTAS, 2009, p. 196). Assim, as memórias coletivas e outras memórias são objetos de estudo para a História, na medida em que os historiadores/as estejam atentos às análises que procederem sobre as representações do passado impostas pelas memórias e o uso de outras fontes para compreensão do passado representado.

Quanto aos povos indígenas contemporâneos no Nordeste e em Pernambuco, ao fazerem uso das suas memórias e da história para afirmação de sua identidade, estão politicamente afirmando que possuem identidades diferenciadas. Conforme Barth, o acionamento da identidade étnica é uma resposta atualizada a “uma forma particular de organização estatal e às oportunidades políticas criadas por ela” (BARTH, 2004, p. 25).

Então, em situações de conflitos com outros grupos sociais, os indígenas acionam racionalmente a sua etnicidade para contrastar dentro de um contexto sociopolítico. Nesse momento, os indígenas criam estratégias de afirmação da identidade étnica, reelaborando suas tradições e suas relações com o passado, e selecionando alguns itens particulares das expressões socio-culturais como ícones dessa identidade em contraste (Ibidem, p.24). Esses dados nos levam a noção de “identidade contrastiva” pensada quando um grupo afirma sua identidade por meio da oposição a outro (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976 apud MENDONÇA, 2003, p.12).

A memória é um fenômeno construído social e individualmente, uma parte da identidade do indivíduo (POLLAK, 1992, p.202). E utilizando o conceito de “memória coletiva”, de Maurice Halbwachs, Michel Pollak compreendeu que este tipo de memória é seletiva e tem a função de reforçar a coesão social de um grupo por meio da adesão afetiva e a capacidade de negociação para conciliar com as memórias individuais (HALBWACHS, 1968 apud POLLAK, 1989, p.3).

Ao relacionarmos a produção científica contemporânea sobre a história indígena em Pernambuco com as memórias dos grupos indígenas acerca de seu passado, pensamos três

questões que ajudam na compreensão das experiências históricas vivenciadas pelos povos indígenas em Pernambuco: quais eram as populações indígenas habitantes na Região do Sertão de Pernambuco e o que ocorria com entre os Séculos XVIII-XIX? Como foram construídos os argumentos do desaparecimento e miscigenação dos índios, e para a expropriação das terras indígenas na segunda metade do Século XIX? Quais foram as circunstâncias para a emergência dos povos indígenas no Século XX e suas estratégias políticas para o afirmação/reconhecimento de suas identidade?

Conforme conceituado por uma pesquisadora, há um *imbriamento* entre o que chamou de memória funcional (serve de referência a um grupo e vinculada a valores e a orientação para o futuro) e a memória cumulativa (as ciências históricas). Pois “uma memória cumulativa desvinculada da memória funcional decai à condição de fantasmagoria, e uma memória funcional desvinculada da memória cumulativa decai à condição de uma massa de informações sem significado” (ASSMANN, 2011, p.147-155).

Apontamos as quatro formas de memórias acionadas pelos indígenas em Pernambuco para afirmação de suas identidades:

1. As memórias dos seus antepassados/ancestrais míticos que viveram nas serras (brejos de altitude) que pontuam na geografia do Agreste e Sertão (Semiárido), nas ilhas e margens do Rio São Francisco e seus afluentes nos séculos XVIII e XIX;
2. As memórias sobre a extinção dos aldeamentos e a expropriações da terras indígenas ocorridas no final do século XIX, memórias estas que durante o processo de emergência étnica, ocorrida no Século XX, foram acionadas pelos povos

indígenas como elemento de “identidade contrastiva” e mobilizações para as retomadas de seus territórios tradicionais;

3. As memórias sobre a identidade cabocla, como identidade indígena;
4. As memórias sobre a emergência dos índios em Pernambuco no século XX, de suas mobilizações para o reconhecimento oficial e assistência do Governo Federal no que diz respeito a demarcação e homologação das terras indígenas.

Essas memórias são indicativas dos processos históricos da colonização vivenciado pelos povos indígenas no Nordeste. Um processo chamado de *territorialização*, no qual diante das relações socioculturais e político-administrativas com o Estado, as populações indígenas reformularam suas identidades, “instituinto mecanismo de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso)” (OLIVEIRA, 2004, p.24).

A partir do conceito de *territorialização* e por meio das memórias indígenas e da historiografia, é possível traçar a dinâmica histórica dos povos indígenas em Pernambuco entre os séculos XVIII e XX. Uma dinâmica marcada pela descontinuidade/desaparecimento dos índios no final do Século XIX, como citado nos documentos administrativos estatais redigidos pelas autoridades e pelos intelectuais, e a emergência e atuação sociopolítica indígena no Século XX.

A Região do Rio São Francisco entre os séculos XVII e XVIII vivenciou a interiorização da sociedade colonial por meio da instalação das fazendas de criação de gado e de pequenos núcleos

urbanos. Migraram para Região colonos pobres que não conseguiram enriquecer nos centros urbanos litorâneos, criadores de gado, religiosos e índios aldeados no litoral para o povoamento da Região (SILVA, 2003).

Concomitantemente, a incorporação do Sertão nordestino a lógica colonial ocorreram conflitos entre os agentes colonizadores com as populações autóctones da Região, nomeadas pelas fontes da época como *Tapuias*. Estes conflitos foram denominados pela historiografia brasileira como “A Guerra dos Bárbaros” (PUNTONI, 2002).

No período Colonial ocorreram duas experiências consideradas civilizatórias com os índios na Região do São Francisco, na Capitania de Pernambuco. A primeira foi a instalação de missões religiosas nas ilhas do Rio São Francisco, nas quais ordens religiosas (Jesuítas, Franciscanos, Carmelitas, e os Beneditinos) alternadamente cuidaram da administração temporal (dos bens e do trabalho indígena) e espiritual (catequização) dos índios aldeados (POMPA, 2003).

A segunda experiência ocorreu na segunda metade do Século XVIII, quando o Estado português por meio do Diretório Pombalino transferiu a administração e chamada civilização dos índios para as mãos de funcionários régios, em detrimento dos padres missionários. Transformou os aldeamentos missionários em vilas e lugares, promoveu os casamentos entre índios e brancos como estratégia de assimilação (ALMEIDA, 1997; AZEVEDO, 2004; SALDANHA, 2002).

No início do Século XIX, o Sertão de Pernambuco era habitado pelos etnônimos Bancararus, Tuxá, Rodelas e Tamaqueus nas margens do Rio São Francisco, e os Oê, Chocó, Pipipã e Umã

no Vale do Rio Pajeú, território que tem seus limites ao Norte com o Ceará e Paraíba e ao Sul com São Francisco, nas proximidades dos atuais municípios de Cabrobó e Tacaratu no em Pernambuco (COSTA,1987, p. 165-171). A Serra Negra também servia de refúgio para os grupos que se deslocavam entre o Rio Moxotó, as Ilhas do São Francisco e serras do Vale Pajeú. Essas populações vivenciaram conflitos com os criadores de gados na disputa pela Serra Negra que durante o período serviu de refúgio dos índios nos períodos das secas e era o lugar de resistência contra as investidas dos brancos (ROSA, 1988).

Nesse período ocorreu outra experiência considerada civilizatória, os Capuchinhos italianos Frei Vital de Frescarollo e Frei Ângelo Maurício de Nisa atuaram na pacificação dos “gentios” Pipipã, Chocó, Oê (Vouê) e Omaris (Umã), considerados índios “dispersos” e “bravos” que habitavam a Serra Negra e as ribeiras do São Francisco, Pajeú e Moxotó. Em 1801, Frescarollo foi enviado a região pelo Governo da Capitania de Pernambuco para catequizar os índios Umã e os Oê aldeados na Aldeia do Olho d’Água da Gameleira que logo em seguida foi transformada na Missão do Olho d’Água da Gameleira<sup>30</sup>.

No ano de 1802, o religioso fundou a Aldeia do Jacaré para os índios Pipipã da região do Moxotó. Segundo Frescarollo, no início de agosto do ano de 1802 após a Missa, avisados pelos moradores da chegada do religioso, dois índios pipipães foram pedir para serem aldeados e batizados. Informaram que os demais de sua gente estava no mato, esperando pelo missionário no lugar chamado Jacaré (FRESCAROLLO, 1883, p.107-111). Em 1804,

30 APEJE, Correspondência para a Corte (CC-12). Carta, 14/09/1801, fl. 266.

o religioso notificou o seu sucesso na pacificação e aldeamento dos índios Oê, Umã, Pipipã e Chocó.

No total, o missionário aldeou 265 “gentios brabos” e afirmou que não havia mais deles nos matos que pudessem “desgostar os moradores e a Sua Alteza Real”. Mas, o religioso estava cansado e não possuía mais saúde para prosseguir com o trabalho missionário. Em seu lugar, o Frei Ângelo Maurício de Nisa assumiu o comando da Missão do Jacaré e a Missão da Gameleira. Porém o frade encontrou dificuldades no andamento de seu trabalho, em virtude da seca e os ataques dos criadores de gado as aldeias que, conseqüentemente, provocou fugas das missões e novos ataques dos indígenas as fazendas.

Para pôr fim a essa situação, em 1806, o Governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ordenou a Francisco Barbosa Nogueira prender os índios “rebeldes”, em número de sete ou oito, a fim de “evitarem suas as suas terríveis vinganças, como para que não desencaminhem outros, que arrastem atrás de si para os mattos” e a transferir a Aldeia do Jacaré para o lugar mais oportuno<sup>31</sup>. Nesse ano, os índios da Gameleira e da Serra Negra foram autorizados pelo Governo de Pernambuco a criar uma nova aldeia no lugar chamado de Baixa Verde aos cuidados do Frei Ângelo. Em outubro de 1812, foi concedida meia légua de terra em quadra para os índios na nova Missão da Baixa Verde<sup>32</sup> na Serra Grande do Pajeú, na qual Frei Ângelo fundou a Missão

31 APEJE, Ofícios do Governo (OG-11). Ofício. Recife, 04/08/1806, fl. 174.

32 Atualmente, o sítio da antiga Missão da Baixa Verde deu origem ao Município de Triunfo - PE.

de Nossa Senhora das Dores da Baixa Verde<sup>33</sup> e onde permaneceu na direção da missão até o seu falecimento, em 1824 (SILVA e FONTOURA, 2005).

Nas suas histórias orais os Atikum e Pankará, acreditam que os seus ancestrais míticos foram oriundos da Serra Negra. Para os Pankará o seu ancestral foi o “Velho Anjúcá”, filho do índio Umã e irmão de “Atikum”, o ancestral dos Atikum-Umã (MENDONÇA, 2003). Nesse ponto, esses dois povos constroem uma linha parentesco baseada num ancestral mítico em comum, o etnônimo Umã, e no local de origem desse ancestral, a Serra Negra. Tal parentesco foi acionado por no Século XX durante o seu processo de etnogênese, pois possibilitou maior coesão social entre e uma aliança política nos seus processos de reconhecimento.

Essas populações residem nas Serras Umã (os Atikum), Cacaria e Arapuá (os Pankará). As citadas serras estão localizadas no município de Carnaubeira da Penha/PE, no Sertão do Pajeú. No Século XIX, essas serras abrigaram diversos grupos indígenas, dentre os quais os Umã. Outras informações apontam que as serras apresentavam uma ocupação indígena antiga e contínua. Na Serra da Cacaria foi encontrada uma grande concentração de fragmentos de cerâmica e artefatos de pedra indicando ocupação humana no local desde o período muito antigo (MENDONÇA, 2003). E também, nas suas memórias orais tanto dos Atikum quanto dos Pankará remetem a presença de negros na Serra do Arapuá (GRÜNEWALD, 1993; MENDONÇA, 2003).

33 MJPE, Comarca de Flores Cx. 381 ROR 05/03/1814: CARTA. Registro da Carta de Sesmaria de meia légua de terra concedida aos Índios da nova Missão de Baixa Verde na Serra Grande, Termo da Vila de Flores. Fl. 50-51.

Na segunda metade do Século XIX, ocorreram a usurpação das terras indígenas e a extinção dos aldeamentos no Nordeste, legitimadas pela Lei de Terras de 1850 que transformou as terras indígenas não ocupadas em devolutas com a afirmação do desaparecimento dos índios nos aldeamentos. Em 1873, a Presidência da Província de Pernambuco nomeou uma Comissão para averiguar o estado das sete aldeias então existentes<sup>34</sup>. A Comissão constatou que muitas delas se encontravam em péssimo estado, pela má administração dos diretores das aldeias – por não promoverem a instrução civil e religiosa, deixando os índios viverem “na maior imoralidade” – e a ocupação ilegal das terras das aldeias por não índios, que não pagavam o seu arrendamento a Diretoria dos Índios (MELO, 1825/1975, p.340).

A Comissão aconselhou a Presidência da Província que não extinguisse totalmente as aldeias, pois ainda existia um grande número de índios e seria prejudicial deixá-los no abandono. Mas, que promovesse uma reorganização na administração propondo: a extinção de cinco aldeias (Barreiros, Riacho do Mato, Ipanema, Brejo dos Padres e Santa Maria); a demarcação das terras das aldeias extintas e reivindicação das usurpadas; a distribuição de lotes de terras de 22.500 braças quadradas para cada família dos índios; e que as aldeias de Cimbres e Assunção fossem conservadas e organizadas sob um regime de colônia para concentrar os índios das aldeias extintas, que não receberam terras do governo (Ibidem, p.350-351).

34 Riacho do Mato, Barreiros, Cimbres, Ipanema, Brejo dos Padres, Assunção e Santa Maria (MELO, 1825/1975, p.341).

No final do Século XIX, os índios no Nordeste passaram a ser chamados enfaticamente de caboclos. Pois, naquele período, os registros administrativos estatais relatando o “desaparecimento” das populações indígenas nas províncias do Norte, corroboraram para o silêncio oficial e intencional sobre os povos indígenas na Região, ratificando a ideia de assimilação dos índios a sociedade brasileira. Os índios foram “confundidos com a massa da população” – uma frase repetidamente citada pelas autoridades – transformados em “caboclos”, pelos intelectuais do Século XX, por possuírem costumes exóticos e “manifestações folclóricas em vias de extinção” (SILVA, 2004, p.132).

No início do Século XX, os índios no Nordeste vivenciaram sua emergência étnica. Na década de 1920, foram fundados os Postos Indígenas na Região pelo Serviço de Proteção dos Índios (SPI). Marcando o reconhecimento oficial por parte dos governos Federal e Estadual da existência de populações indígenas ou de “remanescentes” dessas populações, em virtude da história das missões e aldeamentos no Sertão. Nas décadas de 1920 a 1950, o Governo Federal reconheceu formalmente grupos de “remanescentes” no Estado de Pernambuco, o que significou a doação de terras para o assentamento desses grupos. Essas doações eram adquiridas por meio da negociação política com o governo estadual e com as prefeituras dos municípios onde ocorreram os processos de identificação das populações indígenas.

Durante esse período, foram fundados vários Postos Indígenas no Nordeste. Em Pernambuco, foram criados postos para os Fulni-ô em Águas Belas (1925), Pankararu em Brejo dos Padres (1937), Atikum Serra do Umã/Floresta (1949), Kambiwá em Buíque (1954) e Xukuru em Pesqueira (1954). Para esse

reconhecimento, as autoridades públicas exigiram expressões socioculturais que caracterizassem o modo de vida dos índios e de seus “remanescentes”, e uma organização política centrada nas figuras das lideranças (Cacique, Pajé e Conselheiro), como elementos definidores da *indianidade* (OLIVEIRA, 2004, p.27).

Durante esse processo de emergência, os índios em Pernambuco contaram com uma rede de solidariedade formada por índios e não índios, que atuaram como mediadores do reconhecimento oficial diante o SPI. Os Fulni-ô (1925) tiveram como seus mediadores o Padre Alfredo Dâmaso e o Antropólogo Estevão Pinto, e estes auxiliaram também os Pankararu (1937). Em seguida, os Pankararu auxiliaram os Kambiwá na Serra Negra (Final da década de 1930) e os Tuxá de Rodelas/BA (1942). Mais tarde, os próprios Tuxá seriam a ponte entre outros grupos e o órgão indigenista, como no caso dos Truká, localizados na Ilha da Assunção na década de 1940 (ARRUTI, 1995, p.26-28).

A exigência feita pelo SPI para o reconhecimento dos índios no Nordeste foi a dança do *Toré*. Era uma exigência de caráter burocrático do próprio órgão. Os seus funcionários estavam acostumados a identificar aqueles índios como caboclos, e não possuíam formação antropológica para entender a dinamicidade e flexibilidade da identidade indígena na Região. Então, os agentes do SPI simplificaram, instituíram o *Toré* como o critério fixo de observação direta e imediata de fácil reconhecimento do índio (Ibidem, p.41).

Assim, só seriam reconhecidos os grupos que soubessem dançar o *Toré* da maneira exigida pelo órgão. As populações que não conheciam ou não dançavam o *Toré* da maneira especificada pelo SPI, recorreram a ajuda dos povos reconhecidos que lhes

ensinavam como deveriam dançar o Toré exigido pela instituição governamental. Este dado revela a existência de uma rede de solidariedade entre os indígenas baseada na crença coletiva de partilharem uma ancestralidade, parentesco e tradições religiosas em comum.

Esse parentesco é sempre lembrado pelos índios quando utilizam as metáforas “Tronco Velho e Pontas de Rama”, na qual os “troncos velhos” corresponderiam aos ancestrais comuns (reais ou imaginários) ligados a um tempo histórico homogeneizado e de religiosidade indígena, dos quais as atuais etnias no Nordeste se consideram descendentes, ou seja, as “pontas da rama” (ARRUTI, 1995, p.33-34). A metáfora “tronco velho e ponta de rama” permitiu a construção de um laço identidade e parentesco, o que foi muito utilizado pelos indígenas durante a ação do SPI, para o reconhecimento das identidades indígenas em Pernambuco.

A imagem do “caboclo” foi reelaborada como expressão de afirmação de etnicidade dos índios em Pernambuco na atualidade. A terminologia foi criada no período colonial para designar os índios da “língua geral” aldeados nas missões litorâneas e transferidos para o Sertão durante a “Guerra dos Bárbaros” (SANTOS JUNIOR, 2010, p.26). No Século XIX, o termo foi utilizado para caracterizar os descendentes dos índios como mestiço sem direito a terra (FERREIRA, 2006). No Século XX, os índios resignificaram a palavra para designar o índio contemporâneo e também pressionar as autoridades o reconhecimento oficial enquanto grupos étnicos diferenciados (SILVA, 2004, p.132).

A emergência dos índios Atikum da Serra do Umã ocorreu na década de 1940, por meio da articulação de alianças com

outras populações indígenas no Sertão do Rio São Francisco-Tuxá (Rodelas-BA), Serra Negra-PE (atualmente os Kambiwá) e Pankararu (Brejo dos Padres em Tacaratu-PE) - os Atikum foram informados sobre a criação de postos indígenas e das exigências do SPI para o reconhecimento oficial. A partir dessa informação ocorreu uma organização do povo em torno do *Toré*, chamando alguns Tuxá de Rodelas para ensinar o ritual, a fim de esperar uma equipe do SPI para o reconhecimento na área (GRÜNEWALD, 2004, p.149-152).

Em 1946, o Diretor da Inspeção Regional nº 4, Raimundo Dantas Carneiro, enviou para a Serra do Umã o Inspetor Especial Tubal Fialho Viana que constatou “a existência de 1.800 descendentes dos índios Aticuns que apesar de mesclados com os civilizados, conservaram os costumes e festas religiosas com todos os rituais de seus primitivos”<sup>35</sup> e relatou os conflitos por terras entre estes índios com os fazendeiros e proprietários de terras do município de Floresta-PE. Em virtude desse parecer, em 1949, o SPI reconheceu o povo Atikum e instalou um Posto Indígena na Serra do Umã.

Nesse processo de reconhecimento, os Atikum foram auxiliados pelos índios Tuxá (Rodelas-BA) e os índios das Serras da Cacaria e do Arapuá (serras próximas a Serra Umã) que ensinaram a dançar o *Toré* exigida pelo SPI. Os responsáveis de levar o *Toré* para a Serra Umã foram Luiz Antônio dos Santos (Luiz Limeira) da Serra da Cacaria e os membros das famílias Amanso, Rosa e Cacheado, moradores da Serra do Arapuá (MENDONÇA, 2003).

35 Inspeções Regionais. IR 4 Nordeste. Microfilme 152. RELATÓRIO, Recife 21/06/1946. Instalação de um posto na Serra do Umã. Foto 1068.

A partir desse reconhecimento e da criação do Posto Atikum, os índios da Serra da Cacaria e da Serra do Arapuá também reivindicaram o seu reconhecimento e o direito a receber a assistência do órgão indigenista estatal. Inicialmente, estes índios desejavam ser assistidos pelo Posto Atikum e que os sítios existentes na Cacaria e Arapuá fossem incorporados à administração do dito posto. Mas, essa solicitação não foi atendida de imediato pela falta de capacidade política do SPI em negociar com o Governo de Pernambuco e os conflitos agrários no município de Floresta, que continuariam por muitas décadas, inviabilizando qualquer nova tentativa de reconhecimento de terras aos índios naqueles locais.

Também ocorreram conflitos entre os Atikum e os índios das Serras da Cacaria e Arapuá por causa dos serviços de assistências médica e das políticas indigenistas do Governo Federal entre os anos de 1950 e 1990. Em 1999, os índios da Serra do Arapuá se mobilizaram para pedir o seu reconhecimento pelas lideranças da Serra do Umã enquanto grupo pertencente a família Atikum, no entanto, foi uma ação de pouco sucesso<sup>36</sup> (MENDONÇA. 2003, p.41).

Em virtude dessa falta de apoio e reconhecimento por parte dos Atikum da Serra Umã, em maio de 2003, durante o “I Encontro Nacional de Povos em Luta pelo Reconhecimento

36 Pelas entrevistas colhidas por Mendonça, em 1999 os índios da Serra do Arapuá foram a aldeia sede (na qual está instalado o PI Atikum) pedir o seu reconhecimento, mas foram impedidos de dançar o Toré. Essa decisão não foi feita pela comunidade Atikum, mas por um membro da família Cirilo, pois a essa família na época exercia um poder político sobre a Serra Umã.

Étnico e Territorial”, promovido pelo CIMI<sup>37</sup>, os índios da Serra do Arapuá publicamente se auto declararam Pankará (ANDRADE, 2010, p.40) visando o seu reconhecimento pela sociedade brasileira e pelos poderes públicos para serem assistidos em suas demandas por terra, saúde e educação.

A mais recente conquista dos povos indígenas em Pernambuco foi a criação do Curso de Licenciatura Intercultural que ocorre na Universidade Federal de Pernambuco/Campus Caruaru, iniciado em 2009. A criação deste Curso foi fruto das mobilizações de professores/as indígenas organizados/as na COPIPE<sup>38</sup> para reivindicar dos governos Federal e Estadual o reconhecimento de um currículo escolar indígena diferenciado e possibilitar aos professores o acesso ao ensino superior, que valorize as expressões socioculturais e saberes indígenas, aliados à formação acadêmica.

A criação desse Curso teve o apoio e a parceria da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - através da articulação interna com a Proacad<sup>39</sup>, do Núcleo de Formação de Docentes do Campus do Agreste, do Núcleo de Estudos sobre Etnicidade (Nepe) e do Núcleo de Estudos Indigenistas (NEI) do Campus de Recife - e com outras instituições como a Universidade Federal Rural de Garanhuns (UFRPE), a Universidade de Pernambuco (UPE), o Centro de Cultura Luiz Freire, a Fundação Nacional

37 Conselho Indigenistas Missionário, órgão anexo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB, atuando em “bases missionárias” em todas as regiões do Brasil e com escritórios nas capitais dos estados e maiores cidades próximas as aldeias indígenas.

38 Comissão dos Professores Indígenas em Pernambuco, formada por representantes dos povos indígenas em Pernambuco.

39 Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos

do Índio (**FUNAI**) e com a Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco (SEDUC)<sup>40</sup>.

As escolas indígenas têm a maioria do seu corpo docente formado por professores com nível superior completo e graduandos. Em geral, nas poucas escolas de Ensino Médio localizadas nas aldeias indígenas, lecionam professores/as não-indígenas. Devemos entender a criação de um curso superior específico para os professores indígenas como uma conquista política coletiva da população indígena, na qual se apropriam do conhecimento acadêmico e do status que proporciona. Dessa forma, utilizam o conhecimento acadêmico como uma arma de afirmação étnica, de reelaboração de suas expressões socioculturais e da História, para fazer oposição a política do não índio que procurou negar as identidades indígenas por meio da construção de uma “história oficial e nacional” do desaparecimento dos índios no Nordeste.

O historiador John Manuel Monteiro apontou, muito bem, que para as lideranças e professores indígenas a apropriação da História lhes “proporciona uma fonte de informações sobre um processo de subordinação e sobre os direitos legais, capazes de sustentar reivindicações concretas no presente e estratégias para o futuro, proporcionando, assim, uma nova arma na articulação de uma nova espécie de resistência” (MONTEIRO, 1999, p.243-244). Contudo, o pesquisador ressaltou que, ao se apropriarem da História para construir a sua própria história indígena, os índios usam de “categorias analíticas e de imagens e representações que são produtos do mundo dos brancos” (Ibidem, p.244).

40 Informação disponível em <http://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/atores/nao-humanos/li-ufpe/>. Acesso em 06/07/2013.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. C; MATTOS, H ; DANTAS, C. V. . Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. In: ROCHA, Helenice; GONTIJO, Rebeca; Magalhães Marcelo. (Orgs.). *A Escrita da história escolar*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, p. 181-198.

ALMEIDA, Rita Heloisa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do Século XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

ANDARADE, Lara Erendira Almeida de. *“Nem emergentes, nem resurgentes, nós somos povos resistentes”: território e organização sócio-política entre os Pankará*. Recife: UFPE, 2010. (Monografia Bacharelado em Ciências Sociais).

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

AZEVEDO, Ana Elizabeth Lago de. *O Diretório Pombalino em Pernambuco*. Recife: UFPE, 2004. (Dissertação Mestrado em História).

BARTH, Frederick. Etnicidade e o conceito de cultura. In: *Antropolítica*, Niteroi, n. 19, p, 15-30, 2º sem. 2005.

COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos. 1701-1739*. Recife: Arquivo Público Estadual, v. 5, 1987.

FERREIRA, Lorena de Mello. *São Miguel de Barreiros: uma aldeia indígena no Império*. Recife, UFPE, 2006. (Dissertação Mestrado em História).

FRESCAROLLO, Fr. Vital de. [1802]. Informações sobre os índios bárbaros dos Certões de Pernambuco. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 46, p. 103-119, 1883.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Etnogênese e ‘regime de índio’ na Serra do Umã. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004, p. 139-174.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *O descobrimento dos outros: povos indígenas do Sertão nordestino no período colonial*. Recife: UFPE, 2000. (Tese Doutorado em História).

MENDONÇA, Carolina Leal. Índios da Serra do Arapuá: identidade, território e conflito no sertão de Pernambuco. Recife: UFPE, 2003. (Dissertação Mestrado em Antropologia).

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 21-36.

MONTEIRO, Jonh Manuel. Armas e Armadilhas: História e resistência dos índios. In: NOVAES, Aduauto. (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 237-249.

MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. *Os índios e a ordem imperial*. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2005.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004, p. 13-42.

POLLAK Michael. Memória, esquecimento e silêncio: memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n 10, p.2001-212, 1992.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil Colonial*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão no NE do Brasil*. Edusp: São Paulo, 2002.

Relatório sobre os Aldeamentos de índios na Província de Pernambuco. Publicado no Diário de Pernambuco em 4 de abril de 1873. In: MELO, José Antonio Gonçalves de. *O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)*. Vol. 1. Recife: Diário de Pernambuco, 1825-1975, p. 339-351.

ROSA, Hildo Leal da. *A Serra Negra: refúgio dos últimos “bárbaros” do Sertão de Pernambuco*. Recife: UFPE, 1988. (Monografia Bacharelado em História).

SALDANHA, Suely Maris. *Fronteiras dos sertões: conflitos e resistência indígena em Pernambuco na Época de Pombal*. Recife: UFPE, 2002. (Dissertação Mestrado em História).

SANTOS JÚNIOR, Carlos Fernando. *Novos súditos do Rei: os povos indígenas e a ocupação portuguesa no Sertão de Pernambuco (Século XVIII)*. Recife: UFPE, 2010. (Monografia Bacharelado em História).

SILVA, Edson. “Os caboclos” que são Índios: história e resistência indígena no Nordeste. In. *Portal do São Francisco – Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco/CESVASF*. Belém de São Francisco, ano III, nº. 3, p.127-137, 2004.

\_\_\_\_\_. *Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira), 1950-1988*. São Paulo: Unicamp, 2008. **(Tese Doutorado em História)**

\_\_\_\_\_. História indígena em Pernambuco: para uma compreensão das mobilizações indígenas recentes a partir de leituras de fontes documentais do Século XIX. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. 64, p. 73-114, 2011.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. “*Nas solidões vastas e assustadoras*”: os pobres do açúcar e a conquista do Sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Recife: UFPE, 2003. (Tese Doutorado em História).

VALLE, Sarah Maranhão. *A perpetuação da conquista: a destruição das aldeias indígenas em Pernambuco do século XIX*. Recife: UFPE, 1992. (Dissertação Mestrado em História).

# Trajetórias marcadas pelo Golpe de 1964

MÁRCIO A. F. VILELA

Doutor em História pela UFPE

Bolsista Pós-doutorado Junior PDJ/CNPq

PABLO F. DE A. PORFÍRIO

Doutor em História pela UFPE

Bolsista Pós-doutorado Junior PDJ/CNPq

## Personagens

No momento em que se completa 50 anos do Golpe civil-militar de 1964, este texto segue as trilhas de vida de dois personagens da história política do Brasil que, cada um ao seu modo, viveram, lutaram, foram exilados e resistiram à mudança de regime político. Trata-se do católico Francisco Julião e do protestante Paulo Stuart Wright. Devido à distância que separa o estado de Pernambuco, onde atuava o líder das Ligas Camponesas, e o estado de Santa Catarina, local em que Paulo dedicou parte da sua atuação política e religiosa, é possível que os mesmos não tivessem uma intensa aproximação. Mas ambos, indistintamente, tiveram suas vidas alteradas pelos acontecimentos de 1964 que pôs fim a um regime democrático no Brasil.

Neste trabalho o Golpe de 1964 e a instituição da ditadura são compreendidos a partir da relação entre setores da sociedade civil e os militares. Os estudos sobre as sociedades e seus regimes autoritários e ditatoriais têm renovado-se nos últimos

anos dentro dessa perspectiva. Para o caso do Brasil, pode-se destacar o trabalho de Angela de Castro Gomes, que na década de 1980 ofereceu uma nova leitura sobre o populismo do governo de Getúlio Vargas, até então compreendido por meio da simples manipulação das massas e de sua repressão. A historiadora mostrou como havia interesses compartilhados entre o Estado e os trabalhadores, que proporcionou o estabelecimento de apoios e compromissos. (GOMES, 2005). Essa forma de abordagem também pode ser pensada para as análises do golpe e a ditadura instalada em 1964. A fórmula que apresenta um governo opressor contra uma sociedade oprimida já não é possível. Estudos recentes sobre a temática, com interpretações destacando os enlaces e apoios, começam a ser apresentados pela historiografia. (ROLLEMBERG, QUADRAT, 2010).

A análise realizada por René Dreifuss, ainda na década de 1980, era que o Golpe de 1964 seria resultante de um trabalho bem articulado por segmentos de várias organizações e setores sociais, capital internacional, empresários nacionais, intelectuais, militares, movimentos femininos, Igreja Católica e partidos políticos, entre outros setores. (DREIFUSS, 2006). Mais recentemente o historiador Daniel Aarão Reis analisou o Golpe de 1964 também como um movimento construído por complexos segmentos civis e militares. É dentro dessa compreensão que passamos a problematizar a atuação política destes personagens. (REIS FILHO, 2005).

Trata-se de considerar que já não cabe individualizar culpados e localizar em suas ações as justificativas para o Golpe. A construção de um discurso de acusação, entretanto, deve ser analisada com mais cuidado. É, portanto, nesta perspectiva que as trajetórias de

Francisco Julião e Paulo Wright foram estudadas, levando-se em consideração que os mesmos atuavam em uma sociedade na qual amplos setores apoiaram a deposição do presidente João Goulart pelos militares. É diante desse cenário, que a intensa atuação desses personagens não encontra mais legitimidade política e social, culminando com a clandestinidade e o exílio.

### **A prisão de Francisco Julião**

Francisco Julião foi preso em junho de 1964. No dia do Golpe, ele se encontrava em Brasília, exercendo o cargo de Deputado Federal pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB – em uma das poucas vezes que foi ao parlamento durante o seu curto mandato. Era pouco assíduo às sessões plenárias, pois passava quase todo o tempo dedicando-se às ações das Ligas Camponesas, que naquele momento sofriam forte concorrência dos sindicatos rurais. Entretanto, no dia do Golpe, ele estava no Congresso Nacional e proferiu um discurso que ficou conhecido, sendo reproduzido em obras sobre a história parlamentar brasileira<sup>41</sup>. Dizia o deputado em 31 de março de 1964:

Senhor presidente, senhores deputados, deixo esta tribuna prometendo ocupa-la mais vezes, pois resolvi que este há de ser para mim o ano parlamentar; resolvi freqüentar mais esta Casa, porque a minha, no Nordeste, já está arrumada. Se, amanhã, alguém tentar levantar os gorilas contra a Nação, já podemos dispor – por isso ficamos no Nordeste o ano todo – podemos dispor de

41 Uma das obras foi *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*, lançado em 1998.

500 mil camponeses para responder aos gorilas como os gorilas quiserem. Na lei, como desejamos; na marra, se eles quiserem. Estamos com nossa casa arrumada (SANTIAGO, 2001, p.155).

O deputado federal justificava a sua ausência daquela Casa Legislativa, no ano de 1963, informando aos presentes que estava organizando, no Nordeste do país, 500 mil camponeses dispostos a enfrentarem o exército, caso este se levantasse, “amanhã”, contra a nação. A possibilidade da ação dos gorilas iria se realizar horas após o término daquela fala. A preparada reação dos camponeses, contudo, não ocorreu.

A notícia do Golpe pegou o deputado ainda no Congresso Nacional e por lá ele ficou até o dia 07 de abril, saindo apenas no período da noite para ir ao seu apartamento. Neste último dia, já circulava a notícia que o Ato Institucional nº 1 estava pronto e seria promulgado, promovendo a cassação de diversos parlamentares.

A partir desse momento, as informações são bastante imprecisas quanto à trajetória de Francisco Julião. Sabe-se, contudo, que ele conseguiu sair do Congresso Nacional, já cercado por tropas do exército, por meio de uma carona oferecida pelo deputado Adauto Lúcio Cardoso, da UDN, cujo carro era oficial e por isso transitava com um pouco mais de facilidade (JULIÃO, 1965, p. 27). No transcorrer da viagem, o deputado udenista teria escrito, na margem de um periódico, uma mensagem para seu colega de plenário: “Está tudo perdido”<sup>42</sup>.

42 Essa informação está em um artigo escrito por Francisco Julião para a Revista *Siempre!*, 02 de outubro de 1974. p. 15. Biblioteca Rubén Bonifaz, UNAM, D.F., México.

Após sair da Câmara dos Deputados, Julião narra que procurou se confundir com os trabalhadores da construção civil, muitos inclusive oriundos da região Nordeste. “Viajei a pé por uma dessas estradas, depois de ônibus até Belo Horizonte. Consegui ficar clandestino durante uns dois meses, em Minas. Em seguida passei para o Estado de Goiás”<sup>43</sup>.

Então, buscou obter recursos financeiros fora do país, para organizar uma mobilização e uma resistência ao Golpe a partir do “Brasil Central”. Estabeleceu contato com o ex-governador do Rio Grande do Sul, que estava em Montevidéu, Uruguai<sup>44</sup>. Leonel Brizola havia se hospedado primeiramente no Hotel Lancaster e depois em um apartamento alugado na capital. Daí denunciava a existência de presos políticos e afirmava que havia “mais de sessenta mil grupos dos 11 no território brasileiro que constituem uma organização embrionária, mas representam o esforço de organização das forças patrióticas”<sup>45</sup>.

Depois do Golpe de abril, o diálogo entre Leonel Brizola e o governo cubano parecia ter se fortalecido. O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, era, naquele período de 1964, dirigente da Ação Popular, organização da chamada esquerda católica. Ele foi enviado a Cuba como um representante da possível resistência ao Golpe que estaria sendo montada em Montevidéu. Levou uma carta de Brizola a Fidel Castro e teria firmado um acordo militar para treinamento de brasileiros naquele país (GASPARI, 2002, p. 182). Aos poucos, Leonel Brizola parecia

43 Entrevista concedida por Francisco Julião a pesquisadora Eliane Moury Fernandes. CEHIBRA. Fundação Joaquim Nabuco. 21 de setembro de 1982. p. 78.

44 Idem.

45 *Correio da Manhã*, 13 de maio de 1964 apud GASPARI, 2002, p. 181.

ampliar seu espaço junto ao governo cubano. Tentava criar uma rede de ação fora do Brasil.

Do seu lado, Francisco Julião avistava a diminuição cada vez maior das suas possibilidades de ação. As Ligas Camponesas havia praticamente desaparecido frente à repressão dos militares e dos latifundiários. A sua tentativa de obter recursos com o ex-governador do Rio Grande do Sul, para montar uma resistência no país, tinha sido fracassada. E, em junho de 1964, na Fazenda Bauzinho, perto da cidade de São Gabriel, município goiano, ocorreu sua prisão.

Segundo a imprensa, Francisco Julião estava magro, calmo e sorridente. Era conhecido como Antônio. Apresentava bigode, barba, usava camisa rota, calça de brim, botinas de couro cru e um chapéu de camponês. Ainda tinha consigo uma Bíblia e um rádio transistor, por onde tentava acompanhar as notícias do país<sup>46</sup>.

A *Folha de São Paulo* caracterizava-o, no episódio de prisão, como sendo uma pessoa que “se vestiu de atitudes místicas. [...] lia a Bíblia para os camponeses na Fazenda Bauzinho e reafirma seus princípios ideológicos, com a convicção de um fanático”<sup>47</sup>.

O jornal apresentava o então ex-deputado como uma pessoa que passou a viver de modo muito simples, em uma “tapera coberta de palha”, com atitudes místicas de um fanático. Na clandestinidade, ele teria exacerbado um caráter religioso, que misturava fanatismo e misticismo, produzindo a imagem de um messiânico.

Em parte, a imagem produzida pela reportagem da *Folha de São Paulo* foi retomada pelo próprio Francisco Julião em

46 *Jornal Folha de São Paulo*, 05 de junho de 1964. Pasta FJ Jp 1 doc 40. Arquivado no acervo Francisco Julião. CEHIBRA - Fundação Joaquim Nabuco.

47 *Jornal Folha de São Paulo*, 05 de junho de 1964. Op. Cit.

algumas de suas entrevistas, quando criava uma interlocução entre movimento camponês e movimentos messiânicos.

Sempre considerei que o movimento camponês não era puramente político e simplesmente social, tinha um fundo místico, toda herança messiânica dos grandes movimentos camponeses e sociais da região, que têm como símbolos, como expressão maior, Canudos<sup>48</sup>.

Em sua entrevista de 1982, Francisco Julião produzia um discurso que associava a experiência das Ligas Camponesas com a de Canudos, as quais envolveram trabalhadores rurais pobres, no interior da região Nordeste do Brasil, com elementos religiosos, místicos e, poder-se-ia pensar, com a presença de um líder.

No início da década de 1960, essa associação não era praticada apenas por Julião, mas também por outros integrantes das Ligas Camponesas. Seus discursos faziam diversas citações a passagens da Bíblia e a experiência de Canudos, considerando esta como uma forma política de organização da população rural. Dizia-se então o movimento de Canudos como precursor das lutas no campo (SARZYNSKI, 2011, p. 32-33). Esse passado, muitas vezes considerado arcaico, atuaria como uma “força cultural ativa em movimentos sociais e políticos modernos” (LOWY, 2010, p. 114).

Ainda em sua entrevista de 1982, o ex-advogado dos camponeses considerava:

48 Entrevista concedida por Francisco Julião a pesquisadora Eliane Moury Fernandes. Op. Cit. p. 25.

Hoje a história já começa a mostrar a outra face do Conselheiro, que não era aquele fanático, louco, paranóico, que a gente conhece através das páginas da história oficial e até mesmo do próprio Euclides da Cunha. Hoje já se está fazendo um estudo científico, sério, através de investigações mais profundas dessas figuras que fizeram história e chefiaram grandes movimentos sociais na região<sup>49</sup>.

Neste trecho, o líder do movimento de Canudos, Antônio Conselheiro, era deslocado das imagens de louco, fanático e paranoico, construídas, segundo Julião, por uma história oficial ou até mesmo pela literatura de Euclides da Cunha. Desejava-se apresentá-lo como um líder histórico, afirmando a “existência de estudo científico sério sobre essas figuras que chefiaram grandes movimentos sociais no Brasil”. Para além de Antônio Conselheiro, quem seriam as outras “figuras”? Poder-se-ia pensar no próprio ex-presidente das Ligas Camponesas, que ao aproximar este movimento social àquele do final do século XIX, estaria, provavelmente, também mobilizando para si a condição de um líder social.

Com isso Francisco Julião responderia àqueles que o considerava louco, fanático, místico, como o apresentou a Folha de São Paulo, nos anos 1960, ou como o definiria Celso Furtado, na década de 1980: “um homem sensível, poeta, sujeito a crises psicossomáticas periódicas, capaz de perder o rumo por influência de uma mulher, mais um advogado astucioso e brilhante do que um líder capaz de dirigir as massas em ações violentas” (FURTADO, 1989, p.119).

49 Entrevista concedida por Francisco Julião a pesquisadora Eliane Moury Fernandes. Op. Cit. p. 26.

O ex-superintendente da SUDENE ao produzir esse Francisco Julião, atualizando, nos anos 1980, representações da década de 1960, poderia dificultar a participação do anistiado em qualquer outra atividade de liderança política. Esse era um tipo de discurso que, provavelmente, diminuía os espaços nos quais Julião transitaria após seu regresso ao Brasil, em 1979. A sua luta seria ainda contra a produção dessas imagens, que o classificava como uma pessoa susceptível a “crises psicossomáticas periódicas”.

De volta ao episódio da prisão, foi por meio de uma denúncia, que a polícia chegou ao então deputado federal cassado. Em meio a suas tentativas de conseguir recursos com Leonel Brizola fora do país, Francisco Julião foi denunciado por uma pessoa, que segundo ele, “não resistiu à tentação”. E ainda sobre o seu delator, afirmava: “na vida de todo homem sempre há um Judas. Quiseram fazer justiça a esse renegado, mas eu não permiti, porque, em primeiro lugar, sou contra a pena de morte. Desde muito jovem que minha filosofia foi a de acreditar que o homem é um ser recuperável. Acredito na recuperação, na regeneração até de bandidos”<sup>50</sup>.

Francisco Julião operava com o discurso do cristianismo, mais especificamente com elementos da narrativa sobre a vida de Jesus Cristo. A traição e o perdão seriam conceitos que marcaram a trajetória de liderança do “Messias” cristão e foram utilizados por Julião para se apresentar. Era algo recorrente o movimento através do qual o ex-deputado aproximava, por meio da memória, a sua trajetória com a de representantes da religiosidade popular, como Antônio Conselheiro, ou institucional, como Jesus

50 Entrevista concedida por Francisco Julião a pesquisadora Eliane Moury Fernandes. Op. Cit. p. 78-79.

Cristo. Se por um lado, essa estratégia tentaria reforçar uma imagem de liderança, por outro, poderia também alimentar os signos de místico, fanático e messiânico que eram atribuídos a ele.

### Asilo político

Era noite de natal, 1965. Havia um intenso movimento de pessoas na embaixada do México no Brasil, situada em um dos prédios com vista para a Baía da Guanabara, Rio de Janeiro. Ali acontecia uma ceia natalina. Os participantes eram brasileiros exilados a espera de um salvo-conduto para sair do país. Naquela ocasião, recebiam a visita de seus familiares para a tradicional festa cristã do final do ano. Entre eles estavam Francisco Julião, João Barbosa do Nascimento e o padre Francisco Lage. Ao sacerdote foi entregue uma caixa na qual, para sua surpresa, encontravam-se os paramentos necessários à celebração de uma cerimônia religiosa. Julião pôde contar com a companhia de Regina de Castro, sua esposa na época, e sua filha, Izabela, com pouco mais de um ano de vida. Foram distribuídos presentes para as crianças. Às 22 horas houve uma missa, seguida da ceia, regada com bebidas, músicas e muita conversa<sup>51</sup>.

Segundo o relato<sup>52</sup> de Francisco Julião, todo o evento foi patrocinado pelo embaixador mexicano Vicente Sánchez Gavito, que era frequentemente lembrado pelo ex-deputado brasileiro

51 Informações retiradas do artigo de Francisco Julião publicado na Revista *Siempre!*, 09 de fevereiro de 1977. p. 45. Biblioteca Rubén Bonifaz, UNAM, D.F., México.

52 Revista *Siempre!*, 09 de fevereiro de 1977. p. 45. Op. Cit.

por uma frase: “El asilo político no se negocia, se hace”<sup>53</sup>. Isto teria dito o diplomata ao ser consultado sobre a possibilidade de aceitá-lo como asilado político. A busca anterior em outras embaixadas não havia sido exitosa. A primeira foi a da Iugoslávia. Sua ideia era ir a este país e depois seguir para Argélia, onde estava Miguel Arraes. O seu pedido de asilo foi negado. Seguiu para a embaixada do Chile, que também não o aceitou, apesar da insistência do seu advogado, Sobral Pinto<sup>54</sup>. Ainda nesse tempo, recorreu ao Partido Comunista e ao movimento de Ação Popular – AP – com o intuito de conseguir se esconder e permanecer no Brasil. As duas organizações afirmaram que estavam com seus dispositivos lotados e não o tinham como receber. Novamente perseguido pela polícia, Francisco Julião não encontrava apoio por parte de organizações de esquerda e percebia que era cada vez mais difícil quem o aceitasse, seja para o exílio, seja para a clandestinidade. “Não havia um lugarzinho para mim! Além disso, eu tinha muito cheiro de Cuba e cheirar a Cuba era cheirar a pólvora, o que não convinha naquele momento” (JULIÃO *apud* CAVALCANTI; RAMOS, 1978, p. 290). Era difícil encontrar quem desejasse associar-se a ele. O ex-dirigente das Ligas Camponesas parecia não ter mais para onde ir, nem o que fazer.

A sua rede política e social de apoio havia se enfraquecido ou praticamente desaparecido em pouco mais de um ano após o Golpe civil-militar, período em que esteve preso em Brasília, Recife e Rio de Janeiro. Ele foi capturado por policiais em junho

53 “O asilo político não se negocia, se faz”. Revista *Siempre!*. 09 de fevereiro de 1977. p. 45. Op. Cit.

54 Ver a entrevista concedida por Francisco Julião ao Jornal *O Pasquim*. 12 e 19 de Janeiro, 1979. p. 13. Fundação Biblioteca Nacional.

de 1964, no interior do Estado de Goiás, onde se escondia na Fazenda Bauzinho, disfarçado como camponês de nome Antônio Ferreira da Silva, dono de uma bíblia, um cachorro chamado Tenente e um rádio transistor<sup>55</sup>.

Libertado por um habeas corpus conseguido junto ao Superior Tribunal Federal, em 27 de setembro de 1965, passou um mês migrando por várias casas no Rio de Janeiro e ainda buscando, sem sucesso, algumas possibilidades para continuar no Brasil. Perseguido outra vez pela polícia, por fim conseguiu o asilo na embaixada do México. Com o auxílio do jornalista, escritor e amigo Antonio Callado, em 28 de outubro de 1965, ingressa àquela representação diplomática e por isso se dizia sempre agradecido pelo aceite, depois de vários rechaços.

Uma semana após aquela ceia de natal, os exilados brasileiros desembarcavam no aeroporto da Cidade do México. Já se contavam os últimos minutos do ano de 1965, quando um avião da VARIG aterrissou. Em suas primeiras e rápidas declarações à imprensa, ainda no aeroporto, Francisco Julião reafirmou a gravidade do problema agrário no Brasil e apontou que a única solução seria “a liquidação total do latifúndio mediante uma reforma agrária integral”<sup>56</sup>. Expressou seus agradecimentos ao Governo e ao povo do México e elogiou a atuação de Vicente Sánchez Gavito<sup>57</sup>.

55 O período de aproximadamente três meses entre o dia do Golpe civil-militar de 1964 e a prisão de Francisco Julião está narrado no livro *Até quarta, Isabela*, escrito pelo ex-dirigente das Ligas Camponesas, quando se encontrava preso em Recife. O texto foi composto por cartas destinadas a sua filha recém-nascida, Izabela, cujo nome aparece no título do livro com a grafia diferente (JULIÃO, 1965).

56 *El Día*. 31 de dezembro de 1965. Hemeroteca Nacional. UNAM. México, D.F.

57 *Idem*.

A embaixada do México no Rio de Janeiro, após o Golpe de 1964, era responsável por uma grande quantidade de concessões de asilo político<sup>58</sup>. Entre a chegada a embaixada e a viagem com destino ao México, alguns procedimentos deveriam ser seguidos. No mesmo dia em que recebeu Francisco Julião, Vicente Sánchez Gavito encaminhou uma notificação ao Ministério de Relações Exteriores do Brasil sobre o asilo outorgado<sup>59</sup>. Ainda em 28 de outubro enviou ao México um telegrama cifrado, no qual também comunicava sua decisão<sup>60</sup>.

Passados dois dias, encaminhou a mensagem confidencial nº 701 ao Secretario de Relaciones Exteriores, Chanceler Antonio Carrillo Flôres, na qual informou alguns dados sobre o recém exilado. Nome, lugar e data de nascimento, profissão, estado civil e o número da carteira de advogado encontravam-se relatados no início da página<sup>61</sup>. Em seguida aparecia o tópico “Observações

58 Em abril de 1964, dias após o Golpe civil-militar, a representação diplomática do México no Rio de Janeiro havia realizado um levantamento do número de exilados em algumas Embaixadas. O resultado foi apresentado à *Secretaria de Relaciones Exteriores* – SRE por meio de telegrama cifrado. “[...] asilados distribuidos en embajadas siguientes: México 35, Uruguay 19, Yugoslavia 18, Paraguay 6, Perú 5, Chile 5, Argentina 2 y Colombia 1”. Tradução de Telegrama Cifrado. Pasta Asilo Político – III 2904-8. Fl. 117. Arquivo Histórico Genaro Estrada – *Secretaria de Relaciones Exteriores* - SRE. México, D.F. Segundo Guillermo Palacios, entre 1º de abril e 15 de dezembro de 1964, 86 brasileiros haviam pedido asilo na Embaixada do México, dos quais 77 conseguiram salvo-conduto para saírem do país e 09 desistiram da solicitação (PALACIOS, 2008, p. 304).

59 Cópia 700/516”65” de 28 de outubro de 1965. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12. Arquivo Histórico Genaro Estrada – *Secretaria de Relaciones Exteriores* - SRE. México, D.F.

60 Tradução de Telegrama Cifrado nº 1589 de 28 de outubro de 1965. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12. Op. Cit.

61 Anexo a Mensagem Confidencial nº 701 de 30 de outubro de 1965. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12. Op. Cit.

Gerais”, no qual se resumia a situação de Francisco Julião ao pedir asilo:

Acusado pelas autoridades militares, foi detido pela Justiça Militar com fundamento na “Lei de Segurança do Estado”. Foi posto em liberdade mediante habeas corpus (grifo no original) do Supremo Tribunal Federal. Entretanto, novas ordens de detenção podem ser executadas, pois a vigência do “Ato Institucional número 2” cancelou os efeitos do habeas corpus (grifo no original). Interrompeu-se o funcionamento normal dos tribunais ordinários e o citado Ato expressamente dispõe que é competente à Justiça Militar julgar os civis acusados de delitos políticos. Como se sabe que os agentes da polícia política (DOPS) redobram seus esforços por localizá-lo, não dispõe de outro recurso que não seja o asilo político<sup>62</sup>.

O fluxo de informações era contínuo e por seu turno a Dirección General del Servicio Diplomático<sup>63</sup> – Departamento de América del Sur, em 30 de outubro, enviou a Secretaría de Gobernación um Correograma Urgente, no qual expressava oficialmente o asilo político concedido a Francisco Julião. Esse documento era uma confirmação, pois o informe já havia sido transmitido anteriormente por telefone<sup>64</sup>.

Em 04 de novembro, a Subsecretaria de Gobernación expediu uma resposta por meio de um Memorandum, que expressava o

62 Idem.

63 Direção integrante da *Secretaría de Relaciones Exteriores* – SRE.

64 Correograma Urgente de 30 de outubro de 1965. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12. Op. Cit.

desejo do Subsecretario em receber as cópias das comunicações produzidas sobre o referido assunto. Ele queria estar apto para informar ao Secretario de Gobernación acerca das resoluções do caso<sup>65</sup>.

O asilo político de Francisco Julião passava assim por várias autoridades diplomáticas e mobilizava setores do governo tanto no México, quanto no Brasil. Não era um processo automático, sem trâmites, como desejava representar o exilado ao reproduzir uma frase do embaixador Sánchez Gavito em referência ao seu pedido: “El asilo político no se negocia, se hace”.

Francisco Julião viveu dois meses em um quarto improvisado na embaixada do México, onde acabou por familiarizar-se com a paisagem da Baía de Guanabara. Esperava receber o salvo-conduto do governo brasileiro e assim ter o direito de sair do país. Para tanto o Ministério da Justiça e o Serviço Nacional de Informação – SNI – foram consultados, a fim de saber se ele tinha alguma condenação por crime comum, o que inviabilizaria o direito ao asilo<sup>66</sup>. Ao mesmo tempo, integrantes do governo mexicano desejavam estar informados de todo o processo. Poderiam estar avaliando as possíveis implicações de receber aquele ex-dirigente das Ligas Camponesas, considerado por várias pessoas no Brasil e nas Américas como um radical líder de esquerda.

O processo de asilo político de Francisco Julião apresentava interrogações, hesitações, negociações. Poucas horas após sua chegada àquela embaixada, o comunicado de concessão do seu

65 Subsecretaria – Memorandum 373 de 04 de novembro de 1965. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12. Op. Cit.

66 Processo SECOM 34.646/65. BR.AN.RIO.TT.O.MCP.PRO.17. Cx. 584. Arquivo Nacional.

asilo seguiu para o Ministério de Relações Exteriores do Brasil, um trâmite obrigatório. Poucas horas depois, o embaixador Vicente Sánchez Gavito recebeu uma ligação em sua casa. No outro lado da linha falava o Ministro Vasco Leitão da Cunha<sup>67</sup>.

Na conversa pairava um tom de dúvida. Os representantes de ambos os países não tinham segurança quanto à concessão do exílio para Francisco Julião. Vasco Leitão perguntou se o embaixador sabia que o ex-deputado estava amparado por um habeas corpus. A resposta afirmativa foi acrescida da seguinte colocação: “se tivesse me apresentado o problema na antevéspera, haveria negado o exílio”<sup>68</sup>.

Um dia antes desta conversa, o governo militar decretou o Ato Institucional nº 2. Vicente Gavito baseou sua decisão para concessão do asilo político nos termos apresentados pelo Ato, que cancelou o efeito do habeas corpus e tornou competência da Justiça Militar o julgamento dos acusado por crimes políticos<sup>69</sup>. O AI-2 garantiu o asilo político para Francisco Julião.

Sobre sua decisão, o embaixador afirmou no Correo Aereo enviado à Secretaria de Relaciones Exteriores: “Ao analisar o que disse o Chanceler brasileiro no curso da conversa que estou resumindo, rogo a você levar em conta que eu estava muito seguro

67 Correo Aereo nº 709 de 4 de novembro de 1975. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12. Op. Cit.

68 Idem.

69 Essas considerações foram escritas por Vicente Sánchez Gavito no anexo a Mensagem Confidencial nº 701 de 30 de outubro de 1965. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12. Op. Cit. Com o Ato Institucional nº 2, as instâncias inferiores da justiça civil ordinária deixaram de ter jurisdição sobre os crimes políticos. Para Anthony Pereira, o AI-2 representa o principal ponto de virada do regime, uma vitória dos partidários da chamada linha-dura (PEREIRA, 2010).

da força da minha posição”<sup>70</sup>. Vasco Leitão havia lhe advertido por telefone sobre uma possível polêmica em decorrência daquela decisão. Apesar da segurança de sua posição, o embaixador mexicano respondeu ao ministro brasileiro com a seguinte frase: “Não desejo polêmicas com ninguém e como tenho a mais absoluta confiança em ti, farei o que você disser”<sup>71</sup>.

O Ministro de Relações Exteriores ficou surpreso com a resposta e tamanha cooperação, segundo Vicente Gavito. O brasileiro propôs então que o embaixador não “formalizasse o asilo” e lhe oferecesse um tempo para analisar a situação<sup>72</sup>. O diplomata mexicano aceitou a proposta e a partir daquele momento tentou retirar do setor radiotelegráfico o seu telegrama cifrado nº 211, endereçado a Secretaria de Relaciones Exteriores<sup>73</sup>, no qual dizia: “Hoje, quinta-feira, concedi asilo político a Francisco Julião Arruda de Paula. Aéreo envio detalhes”<sup>74</sup>.

Outra conversa entre os dois voltou a ocorrer quatro horas depois. Durante este período, existiu a possibilidade de Julião ficar sem o asilo político, que já o havia sido negado por outras embaixadas. Apesar da segurança que Sánchez Gavito depositava em sua decisão, poderia ceder a uma pressão do governo brasileiro.

70 Correo Aereo nº 709 de 4 de novembro de 1975. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12. Op. Cit.

71 Idem.

72 Ibidem.

73 Ibidem.

74 Tradução de Telegrama Cifrado nº 1589 de 28 de outubro de 1965. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12. Op. Cit.

Passadas as horas, o telefone da casa do embaixador do México toca outra vez. Era Vasco Leitão que do outro lado expunha a sua conclusão: “um dos efeitos do Ato Institucional nº 2 era conceder jurisdição exclusiva a Justiça Militar sobre casos desta natureza e que, em tal situação, não temos outro remédio do que formalizar o asilo”<sup>75</sup>. Francisco Julião estaria assim mais próximo de ir-se para o exílio, após o posicionamento do Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Além disso, Vasco Leitão comprometeu-se a conseguir rapidamente o salvo-conduto<sup>76</sup> necessário para se deixar o país na condição de asilado.

A chegada ao México foi, assim, antecipada por dúvidas, negociações, trocas de correspondências, ligações telefônicas e pedidos de informações. Não havia uma recepção inquestionável por parte do governo deste país, como se desejava produzir ao recordar a frase que teria dito o embaixador Sánchez Gavito: “el asilo político no se negocia, se hace”. Ademais, a atuação de um dos ministros do presidente Castelo Branco foi parte integrante para a confirmação do asilo.

75 Correo Aereo nº 709 de 4 de novembro de 1975. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12. Op. Cit.

76 O governo era obrigado a conceder o documento àqueles que haviam recebido asilo político de outro país. Era a garantia para uma partida em segurança. Contudo, havia uma demora proposital com intuito de causar desconforto e uma espera angustiante (ROLLEMBERG, 1999, p. 67). Segundo Francisco Julião, a angústia por viver vários meses em um quarto na embaixada do México contribuiu para o suicídio do secretário particular de João Goulart, Eugenio Caillard. “Possuído por uma insuportável mania de perseguição, não suportou a angústia de viver entre quatro paredes” (JULIÃO, 1978, p. 291). A demora na expedição do salvo-conduto também ocasionava problemas para a própria embaixada. Vicente Sánchez Gavito enviou informativos a *Secretaría de Relaciones Exteriores* no México relatando os altos custos para manter os asilados por um longo período – três meses no caso de Julião. Ver Pasta Asilo Político - III 2904-8. Arquivo Histórico Genaro Estrada – *Secretaría de Relaciones Exteriores* - SRE. México, D.F.

Desse modo chegou Francisco Julião ao México. Não foi recebido por políticos, nem líderes sociais, mas alguns jornalistas. Não tinha dinheiro e provavelmente não conseguiria exercer sua profissão de advogado<sup>77</sup>. Desembarcava com a sua segunda esposa, Regina de Castro, com quem havia se casado em janeiro de 1964 e tinha uma filha, Izabela, e mais dois meninos, filhos do primeiro casamento de Regina<sup>78</sup>. Não tinha um lugar político e social assegurado no seu novo país. Contava apenas com a sua imagem de líder de um conhecido movimento camponês da América Latina, naqueles anos 1950 e início dos 1960.

### O despontar de uma repressão

Nesta segunda parte do texto procuramos analisar, de maneira breve, as reações da Igreja Presbiteriana do Brasil da cidade de Florianópolis, em 1964, em relação a um dos seus membros, Paulo Stuart Wright. Fomos motivados, em grande medida, pelas informações contidas na *Ata n° 1284 do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis*, de 19 de outubro de 1999<sup>79</sup>. Este

77 Para conseguir emprego, o exilado deveria obter uma autorização especial da *Secretaria de Gobernación*, além de pagar um imposto. Quando chegava ao país, o exilado era levado a um hotel por funcionários da *Dirección de Población* da *Secretaria de Gobernación*, recebia uma quantia em dinheiro e tinha sua hospedagem paga, em geral, por um mês (CASTELLANOS, 2002, p. 26-27).

78 Entrevista concedida por Francisco Julião à pesquisadora Eliane Moury Fernandes. Op. cit. p. 80. Do seu primeiro casamento, com Alexina Crespo, nasceram quatro filhos: Anatólio, Anacleto, Anatailde e Anatilde. Nesse período da chegada de Julião ao México, tanto Alexina como os filhos estavam vivendo em Cuba, para onde foram em 1962, devido a ameaças recebidas pelo seu então esposo, Julião, e pela família. Os filhos receberam bolsa de estudo do governo de Fidel Castro.

79 Ata do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, n° 1284, 19/10/99. Arquivo Interno.

documento versava sobre a restituição de Paulo Wright como membro daquela igreja, após trinta e cinco da sua expulsão.

Assim, este Conselho – composto pelo pastor e os atuais presbíteros<sup>80</sup> – reportava-se às decisões tomadas no ano de 1964, quando a Igreja recebera documentos provenientes do Comando do 5º Distrito Naval de Florianópolis acerca da atuação política do então deputado pelo estado de Santa Catarina Paulo Wright. Em razão do referido documento – segundo consta em *Ata* – o Conselho, em 1964, resolveu vetar a posse do Sr. Paulo Stuart Wright ao cargo de presbítero, eliminando-o também do rol de membros efetivos daquela comunidade religiosa<sup>81</sup>.

Em 1999, o Conselho reavaliou a decisão e afirmou que o mesmo não teve direito a um processo legal com os benefícios da ampla defesa e do contraditório e esclareceu que na ausência destas garantias constitucionais nenhuma sentença poderia ser proferida e executada com base no artigo 16 do *Código de Disciplina da IPB* que assegura que “nenhuma sentença será proferida sem que tenha sido assegurado ao acusado o direito de defesa”. Associado

80 É significativo tecer algumas considerações sobre a estrutura administrativa da IPB. As igrejas locais são conduzidas por um Conselho formado pelos presbíteros e o pastor, que é o presidente deste Conselho. Os presbíteros geralmente são pessoas de mais idade que podem ser indicadas pela comunidade ou pelo próprio Conselho, e que só após terem seus nomes aprovados por este Conselho é que são eleitos pela comunidade para um mandato de cinco anos, não havendo, portanto, qualquer restrição em relação ao número de mandatos consecutivos.

81 Segundo dados extraídos da *Estatística do Culto Protestante do Brasil 1967*, do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, órgão ligado ao Ministério da Justiça, a Igreja Presbiteriana de Florianópolis contava, em 1966, com um quantitativo de 591 membros, representando ser uma das maiores da denominação presbiteriana no estado de Santa Catarina. Muito embora em 1967 a estatística registrasse uma exclusão de 379 membros, sugerindo algum tipo de divisão. Importante lembrar que a Igreja Luterana destacava-se em número de templos e membros naquele estado, assim como em toda a região Sul do Brasil.

a isso, “se o acusado for revel e não tiver apresentado defensor, o presidente nomeará pessoa considerada crente para defendê-lo”, conforme versa o artigo 59<sup>82</sup>. Ao mesmo tempo argumentava que a ausência de Paulo Wright a seu julgamento ocorreu devido a seu desaparecimento, em virtude do estado de exceção que vivenciava o país. E concluiu que aquele Conselho era composto por homens crentes e de vida perfeita, mas juridicamente leigos, e que, além disso, tal decisão fora tomada em momento de repressão, o que provocava medo e insegurança na sociedade brasileira<sup>83</sup>. Com esses argumentos o Conselho de 1999 justificou o Conselho acontecido em 1964, retirando de seus pares qualquer possibilidade de que aquela expulsão assumisse alguma conotação política, ou mesmo que haja sido efetivada em cooperação com os militares.

Entendendo o ocorrido como falhas processuais provocadas pela falta de experiência jurídica, associada ao medo decorrente das circunstâncias do momento, a saber, que o réu – que se achava ausente – foi considerado revel sem, ao menos, haver sido citado como determina o *Código de Disciplina*<sup>84</sup>. Também registra que se Paulo Wright estivesse presente em seu julgamento e apresentado a sua defesa, sua expulsão tanto pode-

82 Código de Disciplina da Igreja Presbiteriana do Brasil.

83 Ata do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, nº 1284, 19/10/99. Ver também Resolução da Igreja Presbiteriana de Florianópolis: restauração post mortem de condição de membro de Igreja Paulo Stuart Wright – 19/10/1999. Arquivo Interno.

84 De acordo com o Código de Processo Civil, que é fonte subsidiária do Código de Disciplina da IPB, “torna-se revel o réu que não responder à ação quando regularmente citado. Assim, revelia é a ausência de defesa do réu. Revel é aquele que devidamente citado não se contrapõe ao pedido formulado pelo autor. Ele permanece inerte e não responde à ação. Neste caso os fatos afirmados pelo autor presumem-se verdadeiros, porém esta presunção de veracidade não é absoluta”. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/927/Revel>>. Acesso em: 30 dez. 2012.

ria haver sido evitada como considerada legítima e justa, pois as formalidades legais haveriam sido cumpridas. Neste sentido, a reparação *post mortem* de Paulo Wright revela-se mais em função de supostos erros formais cometidos no processo, levado a cabo por homens considerados perfeitos e crentes, evidenciando-se, assim, uma maneira muito particular da instituição – construída como representante da vontade e da verdade divina na terra – de interagir com seu passado, em dado momento em que estão sendo mobilizadas nacionalmente políticas de reparações<sup>85</sup>.

A maneira como essa instituição ressignificou seu passado frente às questões postas naquele instante, em 1999, é registrado no jornal *Diário Catarinense*, um dos principais periódicos em circulação em Santa Catarina. Este afirmou que houve, por parte do Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos, pressão para que a Igreja Presbiteriana de Florianópolis oficializasse aquele ato<sup>86</sup>.

De acordo com Derlei Catarina De Luca, que na época da reparação era presidenta do Comitê, os caminhos percorridos para conseguir que a Igreja Presbiteriana em Florianópolis realizasse

85 A este respeito, a historiadora Maria Paula Araújo afirmou que, “em nosso mundo contemporâneo, nas últimas décadas, inúmeras sociedades tiveram transições políticas importantes: passaram de regimes ditatoriais e arbitrários para regimes democráticos. Em todos esses casos uma questão se colocou para a sociedade e para o Estado, logo após (e, muitas vezes durante) o processo de consolidação democrática: o que fazer com a herança autoritária? [...] Cada país adota diferentes medidas de ‘justiça de transição’ – de acordo com sua história, sua cultura política e a correlação de forças da época da transição. A justiça de transição implica algumas questões: direito à memória, apuração da verdade, promoção da justiça, reconciliação nacional, reparação das vítimas”. (ARAÚJO, 2012, p. 54-55).

86 PRESBITERIANOS revogam punição a Paulo Wright. Jornal *Diário Catarinense*, Florianópolis, 03 nov. 1999.

esta reparação se revelaram tortuosos. Afirmou que em uma tarde chuvosa conversou com o Bispo Auxiliar da Igreja Católica de Florianópolis, Dom Vitor Schlikman, e que este encarregou um sacerdote que mantinha contatos com a Igreja Presbiteriana para tratar sobre o assunto; mas, segundo Derlei, a instituição só se posicionou positivamente quando o jornalista Moacir Pereira, a pedido daquele bispo, escreveu em sua coluna mantida em um dos periódicos do Estado de Santa Catarina a seguinte provocação: “Amigos de Paulo Wright procuram a revisão de ato de exclusão da Igreja Presbiteriana”<sup>87</sup>.

Paulo Wright era filho dos missionários norte-americanos Latham Sphais Wright e Maggir Belle e nasceu em Herval, distrito de Joaçaba, no estado de Santa Catarina, aos 02 de junho de 1933<sup>88</sup>. Seus pais haviam sido enviados pela Igreja Presbiteriana dos EUA para trabalhar em cooperação com a IPB. Sua dupla nacionalidade contribuiu para sua formação em ciências sociais pela Universidade da Carolina do Sul, nos EUA. De volta ao Brasil, na década de 1950, passou a escrever artigos na revista *Mocidade*, defendendo a necessidade de que o jovem evangélico desenvolvesse consciência política e crítica em relação à responsabilidade social da Igreja. Sobretudo em face da realidade de pobreza, que atingia a maior parte da população do país. Atuou como Secretário-geral da União Cristã de Estudantes Brasileiros (UCEB), participando também da Associação Cristã

87 Email enviado por Derlei De Luca em 08 de janeiro de 2013. Disponível em: <[HTTP://sn11ow.snt.mail.live.com/mail/PrintMessagens.aspx?cpids=420863f4-59eb-1](http://sn11ow.snt.mail.live.com/mail/PrintMessagens.aspx?cpids=420863f4-59eb-1)>.

88 Rio Grande do Norte/Secretaria de Estado do Interior e Segurança/DOSP/RGN. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte, cód.ref. BR RNAPERNA, XX DO. o FC.1563. Memórias Reveladas – Centro de referência das lutas políticas no Brasil (1964-1985).

de Acadêmicos (ACA). Passou também a manter intenso diálogo com setores da Igreja Católica Romana, como a Juventude Universitária Católica (JUC); além disso, foi professor da Escola Dominical<sup>89</sup> após sua ida para a capital Florianópolis, em 1960 (PAEGLE, 2001, p. 122-127; 2006. p. 148-157).

A visão teológica de Paulo Wright se associava a de um segmento presbiteriano que propugnava – especialmente a partir da década de 1950 e 1960 – por maior envolvimento da igreja nos problemas sociais e políticos do país<sup>90</sup>. Sobre esta perspectiva teológica, o pastor presbiteriano e missionário norte-americano Richard Shaull, que nesse período atuava no Brasil e que também participou daquela Conferência, escreveu:

No final dos anos 50 Paulo retornou ao Brasil, depois de abandonar os seus estudos universitários nos Estados Unidos. Logo depois, procurou-me para expressar a sua visão e compromisso [...]. Desde o nosso primeiro encontro percebi que estava diante de alguém apaixonadamente comprometido a seguir com Jesus com absoluta certeza de uma total dedicação à luta pelos pobres. De fato, não havia visto antes ninguém que levasse tão a sério os ensinamentos de Jesus e se dedicasse a pô-los em prática (SHAULL, 2003, p. 153-154).

89 Horário destinado às atividades de educação religiosa, promovidas pela maioria das igrejas evangélicas/protestantes, que ocorre geralmente aos domingos, no turno da manhã.

90 Paulo S. Wright foi um dos participantes da Conferência do Nordeste realizada em 1962, na cidade do Recife, para discutir esta problemática, como destacamos em capítulos anteriores.

Neste fragmento, Richard Shaull expôs de maneira rápida qual era, do seu ponto de vista, a perspectiva teológica de Paulo Wright quando o conhece. Para Richard, Paulo Wright buscava desenvolver o entendimento de que a Igreja deveria assumir uma posição de enfrentamento em relação às péssimas condições sociais da maior parte da população no Brasil. Esta tem sido, portanto, uma memória frequentemente difundida sobre Paulo Wright, cuja atuação política e teológica foi construída como estando sempre a serviço dos mais pobres<sup>91</sup>.

Em 1960, Paulo Wright adquiriu certa experiência política ao disputar, sem sucesso, o cargo de prefeito da cidade de Joaçaba pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Neste mesmo ano muda-se para Florianópolis e pouco tempo depois foi nomeado diretor da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina (IOESC). Em outubro de 1962, é eleito deputado estadual, dessa feita, pelo Partido Social Progressista (PSP), com 2.144 votos (PAEGLE, 2001, p. 123). De acordo com Márcio Moreira Alves, essa filiação política, em 1962, representava uma antítese bizarra<sup>92</sup>, tendo em

91 Tem sido recorrente essas memórias acerca de Paulo Wright, sobretudo entre familiares e pessoas que conviveram ou mantiveram algum contato com ele. Perspectiva bem presente no livro de WRIGHT, Jan Delora. *O coronel tem um segredo: Paulo Stuart Wright não está em Cuba*. Petrópolis: Vozes, 1993.

92 Por este termo é possível que Márcio Moreira Alves estivesse apontando para certa concepção política que norteava o PSP naquele momento. De acordo com o Dicionário Histórico, o Partido Social Progressista foi criado em 1946 por Ademar de Barros, ex-interventor, atuante durante o Estado-Novo em São Paulo, partido que possuía forte viés clientelista. No início da década de 1960 rompeu com o presidente João Goulart, colocando-se na oposição, sobretudo no que diz respeito às questões da Reforma Agrária, fazendo vistas grossas à conspiração que se armou em São Paulo contra Jango, estreitando suas relações com bases mais tradicionais da política e da sociedade. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930, Coordenação: Alzira Alves de Abreu ... [et al.]. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, v. IV, 2001. p. 4401-4407.

vista seu trabalho na defesa dos pescadores, que se encontravam na dependência dos atravessadores, chamados, naquela região, de *pombeiros*. Segundo o autor, com o apoio de Paulo Wright foi fundada a FECOPESCA – Federação das Cooperativas de Pescadores – atendendo aproximadamente quatro mil pescadores. Como deputado estadual passou a defender na tribuna os interesses daquela classe e sua organização, introduzindo mudanças significativas nas relações comerciais anteriormente existentes, o que contrariou as pretensões de grupos econômicos interessados no controle das mesmas (ALVES, 1968, p. 118-120).

É muito provável que sua atuação política tenha provocado uma série de conflitos na Assembleia Legislativa e na Igreja Presbiteriana de Florianópolis. A este respeito Jaime Wright, que neste momento era missionário da Missão Presbiteriana do Brasil Central, ligada à Igreja Presbiteriana dos EUA, afirmou que o discurso político de seu irmão Paulo Wright incomodava os antigos chefes políticos do Estado, sendo também bastante combatido pela liderança da Igreja em Florianópolis. Na visão de Jaime, tal postura política foi considerada de vanguarda, havendo isso provocado a cassação de seu mandato na Assembleia Legislativa assim como sua expulsão da igreja (PAIXÃO JUNIOR, 2000; AQUINO, 2003, p. 27-47). A decisão da expulsão pelo Conselho foi baseada no *Código de Disciplina da IPB*, em seu artigo 09, referente às penalidades, “que consiste em eliminar o faltoso da comunhão da Igreja. Esta pena só pode ser imposta quando o faltoso se mostra incorrigível e contumaz”<sup>93</sup>. Paulo Wright foi assim excomungado, condição que lhe im-

93 Código de Disciplina da Igreja Presbiteriana do Brasil.

pedia de ser designado para realizar orações durante os trabalhos religiosos e também de participar dos sacramentos do pão e do vinho, realizados para lembrar a morte e ressurreição de Jesus Cristo. Este era um sinal bastante visível perante toda a comunidade religiosa de que tal pessoa estava impura aos olhos de Deus e da autoridade da Igreja, que neste contexto é o Conselho.

Considerando inúmeros discursos de protestantes e católicos, a jornalista Marcia Aquino foi capaz de analisar o posicionamento político e teológico de Paulo Wright naquele momento. Para isso procurou manter como eixo central a vida política e teológica, as circunstâncias da prisão, tortura, morte e desaparecimento do ex-deputado das dependências do Departamento de Operações Internas (DOI) – Centro de Operações de Defesa Interna (CODI)<sup>94</sup> de São Paulo, em 1973- (órgão criado pelo II Exército e comandado entre 1970 e 1974 pelo Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra)<sup>95</sup>. Seguindo seu objetivo, Marcia Aquino publicou as memórias do pastor presbiteriano e doutor em História

94 De acordo com Carlos Fico, os CODIs eram órgãos destinados ao planejamento e coordenação das medidas de defesa interna. Os DOIs eram unidades militares destinadas às ações de repressão: prisão e interrogatório, ou, como afirmou o autor, eram designados para o “trabalho sujo”. Ambos estavam sob o comando do Exército (FICO, 2001, p. 115-135).

95 O coronel Brilhante Ustra teve sua condenação – como torturador durante o regime militar – confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 2012. A condenação foi referente às torturas sofridas por três pessoas presas em 1972, durante o período em que o coronel comandou o DOI-CODI de São Paulo (1970-1974). E sob seu comando ocorreu inúmeros casos de torturas e mortes de presos políticos. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/justica-de-sao-paulo-reconhece-ustra-como-torturador-durante-regime-militar> & <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2012/08/coronel-ustra-tem-condenacao-mantida-pelo-tribunal-de-justica-de-sao-paulo>. Acessados em: 10 maio 2013.

pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Osvaldo Henrique Hack, para quem, Paulo Wright

Tinha se envolvido demais politicamente, ideologicamente, e que a igreja não deveria entrar por este lado. Pela definição porque a Igreja Presbiteriana tem uma posição apolítica, como igreja. Ela permite que seus membros participem de política, se candidatem, discutam política. Eu, pessoalmente posso me posicionar, mas a Igreja em si, não. Essa foi a dificuldade: porque o Paulo, como presbítero da igreja, envolveu a igreja. Foi o mesmo problema que ele teve em Joaçaba. Ele envolveu a igreja de Joaçaba (AQUINO, 2003, p. 56-57).

É importante registrar que este é um discurso de alguém que foi pastor da Igreja Presbiteriana de Florianópolis pouco tempo depois da expulsão de Paulo Wright entre os anos de 1966 e 1992, recebendo desta Igreja o título de pastor Emérito. Neste fragmento, defendeu categoricamente que a Igreja Presbiteriana do Brasil tem posição apolítica e que a Igreja em Florianópolis – que em 1964 teve como pastor e presidente do Conselho Eny Luz de Moura – vinha entrando em choque com a posição política assumida pelo deputado estadual. E mesmo afirmando não saber detalhes da posição do Conselho no momento da expulsão, lembrou que Paulo Wright era polêmico em suas ideias e muito livre no pensar. Sua posição caminhava na contramão do que deveria ser um presbítero ou qualquer outra pessoa ligada à Igreja.

Quando é eleito, assume o compromisso de respeitar os estatutos e o código de disciplina da Igreja. Todo o envolvimento

dele – pessoal, familiar, social, comunitário – tem que refletir as convicções e aquilo que a Igreja considera e acha que é razoável e o mais correto (AQUINO, 2003, p. 52).

Mesmo se construindo nessa pessoa polêmica, segundo alguns, isto não impediu que o então deputado Paulo Wright fosse eleito presbítero no dia 08 de março de 1964, junto a outros dois membros como consta em *Ata*:

Foram então eleitos presbíteros da Igreja Presbiteriana de Florianópolis os irmãos Dr. Hurí Gomes Mendonça com trinta e seis votos; Arony Natividade da Costa com vinte e oito votos e Dr. Paulo Stuart Wright com vinte e dois votos. Ao término da reunião foram os presbíteros Dr. Hurí Gomes Mendonça e Dr. Paulo Stuart Wright agradecendo a honra que lhe emprestara<sup>96</sup>.

Como posteriormente descrito na *Ata do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis* de 19 de outubro de 1999, Paulo Wright foi impedido de assumir o cargo de presbítero para o qual havia sido democraticamente eleito. O historiador Eduardo Paegle analisa em artigos aspectos da atuação política e religiosa de Paulo Wright e afirma que os dois outros presbíteros que com ele foram eleitos- Hurí Gomes Mendonça e Arony Natividade da Costa- tiveram seus nomes confirmados e foram devidamente empossados pelo Conselho da igreja algum tempo depois. Mas com Paulo Stuart Wright foi diferente: ele não teve direito à posse,

96 Ata do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis. Livro 09, n° 910, 08/03/64, pp. 103-104. Arquivo Interno.

não havendo sido respeitada a vontade da comunidade religiosa que o elegeu, além do que foi em seguida, pelo mesmo Conselho, expulso do rol de membros da Igreja (PAEGLE, 2001, p. 122-127).

A decisão quanto à não homologação do exercício de presbiterato e expulsão do rol de membros efetivos ocorreu quando o Conselho da Igreja recebeu um dossiê proveniente do 5º Distrito Naval daquela capital<sup>97</sup>, que estava sob o comando do almirante Murilo Vasco do Vale Silva. Esse dossiê – produzido pela Comissão de Averiguação Sumária, nomeada por este Almirante aos 15 dias do mês de abril de 1964 – composto também com acusações provenientes da Secretaria de Segurança Pública<sup>98</sup> – foi encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina em 04 de maio de 1964, e alertava sobre a perigosa posição política do deputado Paulo Wright. Essa documentação foi também utilizada na Assembleia para efetivar a cassação dos direitos políticos de Paulo Wright em 09 de maio de 1964<sup>99</sup>. O referido dossiê foi recebido pela Igreja Presbiteriana de Florianópolis e registrada na *Ata n° 910*, referente à reunião Ordinária do Conselho em 13 de maio de 1964. Nesta *Ata*, foi

97 Ver Ata do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, n° 1284, 19/10/99. Arquivo Interno.

98 Cópia deste e de outros dossiês compõe o Inquérito Policial Militar/IPM n° 709. Documentação localizada no arquivo digital *Brasil: Nunca Mais*, pasta 279. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/>>. Acesso em: 28 ago. 2013. É importante ressaltar que, segundo Derlei De Luca, em 1985 quando a ALESC decidiu revogar a resolução 85/64, que cassou os direitos políticos de Paulo Wright, foi autorizada a abertura de um cofre onde estaria guardado o referido dossiê. afirmou Derlei que para surpresa de todos, a documentação não se encontrava lá, causando isso estranheza, o que foi noticiado na época pela imprensa de Santa Catarina.

99 Documentação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina/ALESC, gentilmente cedida por Derlei De Luca. Arquivo pessoal.

reproduzida parte significativa do ofício n° 0525 em que o 5° Distrito Naval informava a ALESC sobre o dossiê que era encaminhado em anexo. No ofício, o deputado era descrito nos seguintes termos:

Cumpre-se informar que o Sr. Deputado Paulo Stuart Wright, dessa Assembleia Legislativa, eleito sob a legenda do PSP, comunista militante, pauta o seu procedimento e atitudes em face dos problemas nacionais, coerentemente com as suas ideias. Está perfeitamente integrado no movimento de transformação pela violência, do regime estabelecido e afirmado na Constituição da República. A linha de ação do Deputado em causa é fato público e notório, que essa Assembleia sobejamente conhece, o que coloca em posição falsa, diante da Lei Eleitoral, da Constituição e da Lei da Segurança. Na documentação anexa, parte do existente nos vários inquéritos e sindicâncias em andamento encontrará V. Excia. elementos que caracterizem as ligações do referido Deputado com agitadores conhecidos, alguns sem ideologia, simplesmente corrompidos pelo poder do dinheiro do povo, criminalmente usado<sup>100</sup>.

Paralelamente, outros dossiês contra cidadãos comuns, ve-readores, deputados e funcionários da ALESC também foram produzidos por essa mesma Comissão de Averiguação Sumária,

100 Ata do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis. Livro 09, n° 910, p. 104. Arquivo Interno. O ofício n° 0525, intitulado: *Atividades subversivas do Sr. Deputado Paulo Wright*, foi localizado no arquivo digital *Brasil: Nunca Mais*, pasta 279, pp. 17344-17345. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/>. Acesso em: 28 de agosto de 2013.

seguindo as diretrizes do Ato Institucional nº 1. No dossiê que se investigou uma das funcionárias daquela casa legislativa, Elyanne Marinho de Sousa Santos, além de qual eram suas relações com o deputado Paulo Wright, foi explicado pela Comissão Militar que o referido parlamentar, embora ligado à Igreja Presbiteriana, inclusive sendo filho e irmão de pastores presbiterianos norte-americanos, sempre foi comunista e envolvido com outros subversivos conhecidos e atuantes. Este dossiê, assim como outros, foi encaminhado para a ALESC, a qual deveria posicionar-se a respeito<sup>101</sup>.

Tal vinculação direta do referido deputado com a Igreja Presbiteriana de Florianópolis passou a ser extremamente anunciada, podendo ter influído intensamente para o recebimento, discussão e publicação de um fragmento do dossiê na *Ata* do Conselho daquela Igreja. Contribuindo também para que sua expulsão da Igreja ocorresse quase simultaneamente a sua cassação como deputado, uma vez que a Igreja não permitiria em seu rol de membros um acusado e condenado por subversão na ALESC, indicando total aproximação e/ou comprometimento com as ações executadas por aquela casa legislativa e pelos militares.

Sobre a sua cassação, o pastor Osvaldo Hack afirmou que possivelmente haveria agido de modo diferente se estivesse à frente da Igreja Presbiteriana em Florianópolis naquela época; entretanto, logo em seguida, justificou tal ação do Conselho daquela Igreja afirmando que, naquele caso em particular, houve

101 Documentação cedida por Derlei De Luca. Sobre esses e outros dossiês ver também o arquivo digital *Brasil: nunca mais*.

forte interferência externa proveniente do 5º Distrito Naval, ou seja, afirmou a existência de uma imposição dos militares capaz de interferir nas decisões do Conselho, impossibilitando assim outras decisões naquele momento (AQUINO, 2003, p. 54). Evidentemente, não podemos perder de vista ser esse um discurso do presente de alguém que representa a instituição religiosa, cuja postura revelou uma sintonia com as práticas do Regime civil-militar de 1964.

Posteriormente, em janeiro de 1965, o Presbitério de Florianópolis reunido na cidade de Herval D' Oeste, distante da capital 414 km (quatrocentos quilômetros), homologa a posição tomada pelos representantes daquela igreja<sup>102</sup>. Conforme o costume, ao início ou término de cada ano os Presbitérios da Igreja Presbiteriana do Brasil se reúnem, tendo como um de seus objetivos examinar e aprovar as inúmeras atas produzidas no exercício findo pelos Conselhos das igrejas locais sob sua jurisdição, dando-lhes o respectivo parecer. Em relatório produzido por uma comissão do Presbitério de Florianópolis, que examinou aquela ata, constam as seguintes considerações:

O Presbitério aprova as atas do conselho da Igreja de Florianópolis com as seguintes observações: a) As atas n. 910 e 911 foram lavradas com caneta esferográfica. Já estão consideravelmente apagadas e em pouco tempo não poderão ser lidas. b) A ata n. 910, folha 104 linha 15 verso é eliminado um membro do

102 Os Presbitérios são formados por representantes dos Conselhos das igrejas locais mais os pastores. Em cidades grandes, é comum existirem vários Presbitérios, como também, um Presbitério pode ser formado com igrejas de várias cidades. Reúnem-se ordinariamente ao início de cada ano.

rol da igreja, sumariamente, sem ser ouvido, e sob, a acusação, de fora da Igreja, de ser o mesmo comunista. Que o conselho reestude o assunto<sup>103</sup>.

Esse fragmento do relatório afirma que a Igreja Presbiteriana de Florianópolis teve sua ata aprovada, mas com ressalvas, sobretudo no que diz respeito ao caso da expulsão de Paulo Wright. Em entrevista, o professor de História da Igreja e advogado Maely Ferreira Vilela, ao analisar o fragmento acima, afirmou ser possível que os artigos 16 e 59 do *Código de Disciplina* tenham sido discutidos nesta reunião do Presbitério; esclareceu que tais artigos garantiam que nenhuma sentença pudesse ser proferida sem que ao acusado fosse assegurado o direito de defesa e que se porventura o acusado não comparecesse ao ser convocado, deveria ser nomeado defensor que o representasse. E, quanto à alegação de que as acusações a Paulo Wright não haviam sido produzidas pela Igreja, mas pelo 5º Distrito Naval, o professor Maely avaliou que o documento levantava um questionamento referente à competência jurídica da matéria, ou seja, que o fato de ser acusado e cassado pela Assembleia Legislativa não era impedimento para que também fosse punido e responsabilizado perante a Igreja<sup>104</sup>.

103 Documento nº 57. Arquivo interno do Presbitério de Florianópolis. Este documento também foi publicado por PAEGLE, 2006, p. 155.

104 Maely Ferreira Vilela, advogado e pastor presbiteriano, foi entrevistado na cidade do Recife, Pernambuco, em 28 de dezembro de 2012, pelo pesquisador Márcio Vilela. Formado em teologia pelo Seminário Presbiteriano do Norte/Recife, tornando-se posteriormente professor da disciplina de História da Igreja. Em 2002 foi nomeado diretor do Seminário Teológico do Nordeste na cidade de Teresina, atividade que exerceu até 2012.

O pesquisador Eduardo Guilherme de Moura Paegle declarou algo que consideramos significativo problematizar, afirmou que no documento nº 57 a expressão *que o Conselho reestude o assunto*, sugerida pela comissão examinadora, encontra-se riscada, tendo ao lado e com outra escrita a expressão *caiu*, indicando assim uma interferência posterior ao texto do relatório, ou seja, uma alteração produzida pelo próprio Presbitério em Assembleia (PAEGLE, 2006, p. 155); com isso consideramos que a ação do Presbitério de Florianópolis pode haver se efetivado em legitimação à posição assumida pelo Conselho daquela Igreja, aprovando a expulsão de Paulo Wright, como indica o termo *caiu*.

Não se tratou, portanto, de falta de experiência por parte daquele Conselho, como expressou a *Ata nº 1284* de 1999, mas de uma prática na instituição a partir de 1964, quando, muitas vezes, o *Código de Disciplina* e a *Constituição da IPB* não eram observados, seja por conveniência, ou por uma postura autoritária que foi ganhando força na instituição. Ao mesmo tempo, essa posição da IPB encontrava sintonia no próprio ambiente político nacional instituído com o Golpe de 1964.

Para o cientista político Anthony Pereira, neste período – tanto no Brasil como no Cone Sul – o estado de direito era algo distante de uma realização plena, onde a lei nem sempre era o que parecia ser e os réus eram condenados apenas por suas convicções políticas, ou seja, as leis eram vagas e permitiam condenações sobre qualquer tipo de comportamento. Durante o Regime Militar, os processos judiciais estavam em sintonia com o estado de direito em aparência, muito embora nem sempre em substância (PEREIRA, 2010, p. 54).

A Igreja em Florianópolis, assim como seu Presbitério, desenvolveu práticas semelhantes aos órgãos de vigilância e repressão do Estado. Ao expulsar Paulo Wright tendo como referência as acusações produzidas pelos organismos de repressão, atuou reconhecendo e legitimando a vigilância e as punições praticadas pelo Regime militar. Dessa maneira concorre para legitimar as leis que o enquadravam como personagem perigoso para o país – e, neste caso, perigoso também para a Igreja – de acordo com o recém-implantado Ato Institucional nº 1 e a Lei de Segurança Nacional de 1953: leis expressas tanto no dossiê enviado para a Igreja pelo 5º Distrito Naval citado anteriormente quanto no Parecer da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, assim como também no *Diário da Assembleia do Estado de Santa Catarina* quando publicou, no dia 14 de maio, a Resolução 85/64, que cassou em definitivo os direitos políticos do deputado Paulo Stuart Wright, nos termos a seguir:

Resolve – Art.1. – Fica, na conformidade que dispõe a Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com o Ato Institucional, por infringência de dispositivos previstos na Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953, que define os crimes contra o Estado e a ordem Política e Social, bem como o art. 141, & 5º, parte final, da constituição Federal, Cassado o Mandato do Senhor Deputado Paulo Stuart Wright, eleito em 6 de outubro de 1962, sob a Legenda do Partido Social Progressista (P.S.P.).  
Art. 2. – Esta Resolução entrará em vigor da sua publicação, resguardada as disposições em contrário<sup>105</sup>.

105 Diário da Assembleia do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 14 de maio de 1964, p. 21.

A partir da resolução, os pares do deputado Paulo Wright na Assembleia Legislativa recorreram ao artigo 10 do Ato Institucional nº1, promulgado aos 09 de abril de 1964, que garantia a suspensão dos direitos políticos por até dez anos. Entretanto, de acordo com este artigo, esta era uma prerrogativa apenas do chefe do Executivo, que poderia cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais. Com este poder, segundo Thomas Skidmore, até 15 de julho, data limite para a expiração do temido artigo 10, o governo militar havia cassado os direitos políticos de 378 cidadãos<sup>106</sup>. Da perspectiva de análise de Anthony Pereira, nos primeiros anos do regime militar, o governo recorreu à Lei 1802/53 como base legal para a instauração de processos contra aqueles que eram acusados de serem comunistas e defensores do governo de João Goulart (PEREIRA, 2010, p. 88).

Delora Jan Wright, autora do livro *O coronel tem um segredo*, ao comentar aspectos da vida de Paulo Wright, declara que o processo de cassação do seu tio foi acelerado após um telegrama do então Secretário do Conselho Nacional de Segurança, o Gal. Ernesto Geisel, protestante de confissão luterana. Segundo ela, em 09 de maio de 1964, em um tempo considerado curto para tramitar e julgar esse tipo de processo político, as bancadas dos partidos fizeram suas declarações de voto e pronunciaram-se a

106 O historiador Thomas Skidmore esclarece que com o AI-1, elaborado por Francisco Campos, o Comando Revolucionário (o general Artur da Costa e Silva, o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald) incorporava poderes para estabelecer o estado de sítio sem aprovação do Congresso Nacional (SKIDMORE, 1982, p. 372-373).

favor de sua cassação, inclusive o partido o qual Paulo estava filiado, o PSP. Assim,

A Bancada da União Democrática Nacional declara que votou favoravelmente ao parecer da Comissão de Justiça, declarando vago o mandato do Sr. Deputado Paulo Stuart Wright, entre outras, pelas seguintes razões: 1) Demonstradas estão as ligações do referido deputado com elementos reconhecidamente subversivos. a) O Partido Trabalhista Brasileiro, em convenção realizada para organizar as listas de candidatos a deputado em 1962, resolveu excluir o nome do Sr. Paulo Wright, já naquela época conhecido como integrante da extrema esquerda. b) O Partido Social Progressista, que acolheu na sua legenda e permitiu a eleição do Sr. Paulo Wright, expulsou-o tão logo tomou conhecimento das suas ligações com o comunismo. c) Pregou, na tribuna da Assembleia, nos comícios e nos sindicatos, as mesmas ideias do conhecido agitador padre Alípio de Freitas e dos ex-deputados Leonel Brizola, Max da Costa Santos, Neiva Moreira e outros elementos ligados à subversão. d) O ‘dossiê’ da Secretaria da Segurança Pública e as averiguações sumárias procedidas pelo Comando Militar trazem provas suficientes para dar cobertura ao óbvio, que de prova não necessitava (WRIGHT, 1993, p. 42-45).

Cassado pela Assembleia Legislativa, expulso da Igreja Presbiteriana de Florianópolis e prevendo que seria preso a qualquer momento, diante da conjuntura política que se apresentava, Paulo Wright escolheu por refugiar-se na Embaixada

do México, na cidade do Rio de Janeiro<sup>107</sup>, país para onde parte pouco tempo depois, tendo outros brasileiros em situação semelhante, a exemplo de seu amigo, Pe. Alípio de Freitas<sup>108</sup>. Em seguida, Paulo viaja para Cuba, onde realizou inúmeras palestras e contatos políticos. Na segunda metade de 1965 voltou clandestinamente ao Brasil – adquirindo, a partir de então, outras identidades – e passou a integrar os quadros da Ação Popular (AP), tornando-se um de seus principais líderes. Embora procurado pelas forças de repressão, conseguiu – com ajuda de amigos e setores ecumênicos (católicos e protestantes) – manter sua atividade política até setembro de 1973, quando foi preso na cidade de São Paulo por agentes do Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Após essa prisão não se soube/sabe indicar qual seja seu paradeiro, estando seu corpo, até o momento, desaparecido (WRIGHT, 1993, p. 95-118).

107 Em 12 de maio de 1964 solicitou asilo político na Embaixada do México no Rio de Janeiro, recebendo salvo-conduto para deixar o Brasil em 02 de junho do mesmo ano. E retorna clandestinamente ao Brasil no ano seguinte, passando a participar da organização e deflagração da luta armada contra o Regime Militar. Lista de Asilados Políticos. Pasta Asilo Político - III 2904-8. Secretaria de Relaciones Exteriores - SRE. México D.F.

108 Nascido na cidade de Bragança, em Portugal, o padre Alípio de Freitas chegou ao Brasil em 1957, onde passou a desenvolver uma série de atividades junto à Juventude Operária Católica, à Ação Católica Operária e à organização das Ligas Camponesas no Norte e Nordeste. Em 05 de abril de 1964 requereu exílio político na Embaixada do México, retornando clandestinamente ao Brasil no ano seguinte e passando a participar da organização e deflagração da luta armada contra o Regime Militar (FREITAS, 1981).

## Considerações finais

Francisco Julião viveu todo exílio no México, entre 1965-1979, onde desenvolveu uma trajetória intelectual e política. Nesse período, o ex-deputado socialista escreveu cerca de 250 artigos publicados na revista *Siempre!*, no Jornal *El Dia* e publicou alguns livros, dos quais destaca-se: *Brasil antes y después* e *Cambão: La cara oculta de Brasil*. Articulou-se com outros políticos de esquerda, também exilados, sobretudo Leonel Brizola, com quem, após a anistia, ajudou a fundar o PDT. Quando regressou ao Brasil, em 1979, procurou construir sua inserção política no processo de redemocratização do país. Nas eleições estaduais de 1986, Francisco Julião se candidatou ao cargo de deputado federal. Nessa mesma eleição, o PDT apoiou para governador de Pernambuco o candidato e usineiro José Múcio Monteiro, do PFL, que disputava o governo do Estado com Miguel Arraes, candidato do PMDB. Julião, ao atender a orientação do seu partido (PDT), e apoiar o candidato do PFL, provocou uma grande perplexidade, sobretudo naqueles que conheciam seu passado de lutas junto às Ligas Camponesas. Para selar essa aliança foi assinado um acordo intitulado *Pacto da Galiléia*, em que os usineiros de Pernambuco se comprometiam a doar 10% de suas terras para a reforma agrária, caso José Múcio fosse eleito governador (SANTIAGO, 2001, p. 179). José Múcio perdeu a eleição para Miguel Arraes e Francisco Julião não conseguiu se eleger, obtendo menos de quatro mil votos. (SANTIAGO, 2001, p. 124) A derrota eleitoral significou também o seu fracasso na construção de uma reinserção política na redemocratização do Brasil. Depois de 1986, ele escolheu retornar ao México, realizando rápidas visitas ao Brasil. Assim, viveu

um autoexílio na cidade mexicana de Tepoztlán até 1999, quando faleceu pobre e sem prestígio político, vitimado por um infarto.

Já em relação a Paulo Wright, este não pôde atuar no processo de redemocratização política do Brasil, a exemplo de Francisco Julião. Mas a sua trajetória possibilita problematizar como inúmeros membros e pastores ligados à Igreja Presbiteriana do Brasil tiveram, a partir de 1964, suas práticas políticas e religiosas questionadas e investigadas pelos órgãos de repressão e informação do Estado ditatorial e/ou pela própria Igreja Presbiteriana do Brasil; os quais tendo sido, em muitos casos, denunciados por representantes de suas próprias paróquias aos órgãos de informação e segurança, sendo levados a antecipar a prestação de esclarecimentos às autoridades policiais, na tentativa de evitar suas prisões. Ao mesmo tempo, os militares acompanhavam atentamente o comportamento e as ações de inúmeros membros das igrejas e pastores presbiterianos, muitas vezes os denunciando às autoridades eclesiásticas na expectativa de que a Igreja pudesse tomar determinadas providências. Considerado o contexto político nacional de então, os militares, setores da IPB e a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina atuaram conforme um espírito de cooperação e comprometimento vigente; cumprido este objetivo, além da troca de informações e em razão de uma possível ameaça ao Brasil, expulsaram Paulo Wright quase simultaneamente da Igreja e da Assembleia Legislativa. Foi um período de uma duradora relação de cooperação e subordinação da Igreja Presbiteriana do Brasil ao Regime Militar.

Ambos, Francisco Julião e Paulo Wright, contribuem com as suas trajetórias, dentro de suas especificidades, para pensarmos a história do Brasil em um momento de implantação de

um governo antidemocrático. Elas apresentam suas escolhas frente às opções apresentadas por uma sociedade que transitavam de um regime democrático para uma ditadura em 1964. Assim, é possível conhecer histórias de vida, mas também dinâmicas sociais e políticas mais amplas. Nesse estudo de caso, tais trajetórias indicam, de modo significativo, como uma sociedade criou uma série de mecanismos de controle e exclusão, retirando da vida pública personagens que antes de 1964 mantinham uma intensa atuação política no Brasil e eram reconhecidos internacionalmente.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Márcio Moreira. *O Cristo do povo*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1968.

AQUINO, Marcia Elizabeth de. *Personas: gradações do discurso político-religioso no Brasil pós-64*. São Paulo: M. E. de Aquino, 2003.

ARAÚJO, Maria Paula. Uma história oral da Anistia no Brasil: memória, testemunho e reparação. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; RODEGHERO, Carla Simone; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). *Marcas da Memória: história oral da Anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

CASTELLANOS, Diana G. Hidalgo. *Um olhar na vida de exílio de Francisco Julião*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6º edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro. Record, 2001. p. 115-135.

- FREITAS, Alípio de. *Resistir é preciso*. Rio de Janeiro: Record, 1981.
- FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 119.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2002.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª Ed. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2005.
- JULIÃO, Francisco. Esperança é meu signo. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Coord.) *Memórias do Exílio, Brasil 1964-19??*. V. 1. Editora Livramento: São Paulo, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Até quarta, Isabela!* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- LOWY, Michael. Eric Hobsbawm, sociólogo do milenarismo campe-sino. In: *Revista Estudos Avançados* 69. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. Vol. 24, n° 69, maio-ago. 2010. p. 114.
- PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. Entre a cruz e a espada: os aspectos biográficos da vida de Paulo Stuart Wright. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 26, p. 122-127, set./dez. 2001.
- \_\_\_\_\_. *A posição política da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) nos anos de chumbo (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. p. 148-157.
- PAIXÃO JUNIOR, Valdir Gonzales. *A era do trovão: poder e repressão na Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar (1966-1978)*, Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2000.
- PALACIOS, Guillermo. *Intimidades, conflitos e reconciliações. México y Brasil, 1822-1993*. São Paulo: Ed. UNESP; Secretaria de Relações Exteriores, México, 2008.
- PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SANTIAGO, Vandek. *Francisco Julião: Luta, paixão e morte de um agitador* - Coleção Perfil Parlamentar Século XX. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001

SARZYNSKI, Sara. *Ressurrecting Canudos and Revolutionizing Jesus: Religious symbols and rural social activism in Northeastern Brazil*. Paper presented at New York City Latin American History Workshop. 28 jan. 2011.

SHAULL, Richard. *Surpreendidos pela graça. Memórias de um teólogo: Estados Unidos, América Latina, Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WRIGHT, Jan Delora. *O coronel tem um segredo: Paulo Stuart Wright não está em Cuba*. Petrópolis: Vozes, 1993.

## FONTES

Diário da Assembleia do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 14 de maio de 1964.

Diário Catarinense, Florianópolis, 03 nov. 1999.

## UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO:

1. Hemeroteca Nacional

*El Día*. 31 de dezembro de 1965. Hemeroteca Nacional. UNAM. México, D.F.

2. Biblioteca Rubén Bonifaz – Instituto de Filologia

Revista *Siempre!*, 02 de outubro de 1974. Biblioteca Rubén Bonifaz, UNAM, D.F., México.

#### **ARQUIVO HISTÓRICO GENARO ESTRADA – SECRETARIA DE RELACIONES EXTERIORES**

Anexo a Mensagem Confidencial nº 701 de 30 de out. de 1965. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12.

Cópia 700/516”65” de 28 de outubro de 1965. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12. Arquivo Histórico Genaro Estrada – *Secretaria de Relaciones Exteriores* - SRE. México, D.F.

Correo Aereo nº 709 de 4 de nov. de 1975. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12.

Correograma Urgente de 30 de out. de 1965. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12.

Subsecretaria – Memorandum 373 de 04 de nov. de 1965. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12.

Telegrama Cifrado nº 1589 de 28 de out. de 1965. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12.

#### **ARQUIVO NACIONAL**

Processo SECOM 34.646/65. BR.AN.RIO.TT.O.MCP.PRO.17. Cx. 584

#### **FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL**

O Pasquim. 12 de Janeiro, 1979. Fundação Biblioteca Nacional.

O Pasquim. 19 de Janeiro, 1979. Fundação Biblioteca Nacional.

## **ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Rio Grande do Norte/Secretaria de Estado do Interior e Segurança/DOSP/RGN. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte, cód. ref. BR RNAPERN, XX DO. o FC.1563. Memórias Reveladas – Centro de referência das lutas políticas no Brasil (1964-1985).

## **FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – CEHIBRA**

Entrevista concedida por Francisco Julião a pesquisadora Eliane Moury Fernandes. CEHIBRA. Fundação Joaquim Nabuco. 21 de setembro de 1982.

Folha de São Paulo, 05 de junho de 1964. Pasta FJ Jp 1 doc 40. Arquivado no acervo Francisco Julião. CEHIBRA - Fundação Joaquim Nabuco.

## **ATAS DO CONSELHO DA IGREJA PRESBITERIANA DE FLORIANÓPOLIS**

Ata do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, nº 1284, 19/10/99.

Ata do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis. Livro 09, nº 910, 08/03/64.

Ata do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis. Livro 09, nº 910, p. 104.

Resolução da Igreja Presbiteriana de Florianópolis: restauração post mortem de condição de membro de Igreja Paulo Stuart Wright – 19/10/1999.

## **ENTREVISTAS**

Maely Ferreira Vilela, advogada e pastor presbiteriano, foi entrevistado na cidade do Recife, Pernambuco, em 28 de dezembro de 2012, pelo pesquisador Márcio Vilela.

## ACERVOS PESSOAIS

Documentação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina/ALESC, gentilmente cedida por Derlei De Luca. Arquivo pessoal.

## SITES

Arquivo digital *Brasil: Nunca Mais*, pasta 279. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/.](http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/)>. Acesso em: 28 ago. 2013.

Código de Processo Civil, Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/927/Revel>>. Acesso em: 30 dez. 2012.

“Coronel Ustra tem condenação mantida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo”. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2012/08/coronel-ustra-tem-condenacao-mantida-pelo-tribunal-de-justica-de-sao-paulo>>. Acesso em 10 maio 2013

Email enviado por Derlei De Luca em 08 de janeiro de 2013. Disponível em: <<HTTP://sn110w.snt.mail.live.com/mail/PrintMessages.aspx?cpids=420863f4-59eb-1>>

“Justiça mantém decisão que reconhece coronel Ustra como torturador”. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/justica-de-sao-paulo-reconhece-ustra-como-torturador-durante-regime-militar>>. Acesso em 10 maio 2013.

Ofício nº 0525, intitulado: *Atividades subversivas do Sr. Deputado Paulo Wright*, foi localizado no arquivo digital *Brasil: Nunca Mais*, pasta 279, pp. 17344-17345. Disponível em: [http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/.](http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/) Acesso em: 28 de agosto de 2013.

*Título* História e Contemporaneidade: articulando  
espaços, construindo conhecimentos

*Organizadores* Bruno Araújo, Janaína Guimarães,  
Lucas Victor Silva

*Projeto Gráfico e Capa* Tamyres Siqueira

*fontes* Quattrocento Sans, Georgia

*Editoração eletrônica* TIC EdUFPE



sobre as identidades do conhecimento histórico e defende a sua pertinência enquanto saber que não se reconstrói o debate da filosofia, da ciência, da religião e do senso-comum". Em "Tempo de Experimento: o ofício do historiador e as metodologias da história", o historiador Daniel Albuquerque Júnior chama a atenção para a necessidade dos historiadores profissionais repensarem metodologicamente as práticas chamadas "novas linguagens" e incorporarem em suas reflexões teórico-metodológicas os desafios que a atual conjuntura acadêmica e nos modos de produção e divulgação da narrativa histórica impõe. O texto articula reflexões de Nietzsche, Benjamin e Agamben à problematização da ordem patrimonial moderna. O artigo "Apoio à História e Educação" traz quatro contribuições. Carlos Augusto Lima Ferreira em "Ser Professor de História: da academia a sala de aula" discute as "práticas formativas" constrói uma reflexão sobre a formação do campo de investigação do ensino de história no país apontando o ensino de história pelos historiadores pela temática bem como as fronteiras e/ou barreiras que os pesquisadores da área precisam vencer para a construção de um campo de interesse tais como as relações hierarquizadas entre o ensino e a pesquisa. Ricardo de Aguiar Pacheco discute no artigo "Representações e práticas sociais associadas à formação de professores: formando o professor profissional" como os modelos de formação de professores se articularam às mudanças nas concepções de educação e de professor no Brasil e nos chama a atenção para os dilemas contemporâneos que afetam a construção da identidade docente atual. Os historiadores Nathalia Cavalcanti da Silva e Lucas Victor Silva participam da coletânea com o artigo "Os fatos históricos valem menos como conhecimento a adquirir do que pelas conclusões de ordem social e econômica que deles podemos tirar" que realiza estudo sobre os conteúdos históricos nos Programas de Educação Primária do Estado de Pernambuco na década de 1930. Encerrando esta seção, Juliana Alves de Andrade busca em seu artigo: "Trabalhadores rurais, camponeses e movimentos sociais rurais nos livros didáticos de História: breves apontamentos para uma reflexão sobre o lugar desses sujeitos na literatura escolar" analisar como obras didáticas de História, no contexto atual, abordam as temáticas Campesinato, Trabalhadores Rurais e Movimentos Sociais Rurais nos livros de história, destinados aos alunos do 3º ano do Ensino Médio. A seção "História, infância e Juventude" traz duas contribuições. O artigo "A poesia como estratégia metodológica na escolarização das jovens privadas de liberdade de Pernambuco" de autoria da historiadora Vera Lúcia Braga de Moura tem por objetivo analisar as estratégias de escolarização das adolescentes privadas de liberdade implementadas pela Secretaria Estadual de Educação nos Centros de Atendimento Provisórios (CENIP). A autora analisa a proposta pedagógica, os relatórios dos docentes envolvidos na execução da política, bem como o processo de desenvolvimento da proposta pedagógica no CENIP Santa Luzia, localizado no



e Literatura", a coleção registra a participação de dois artigos. Em "Memorando para ler o Recife em Manuel Bandeira", o historiador Flávio Weinstein Teixeira constrói uma releitura sobre três conhecidos poemas do escritor pernambucano dedicados à capital: Evocação do Recife (1925/30), Minha Terra (1948) e Recife (1966). O diálogo entre história e literatura é tema da contribuição do historiador Marcus Vinícius Santana Lima. Em "A mulher do vizinho: um conto de Fernando Sabino", o autor explora a narrativa literária como fonte para o estudo do Recife na década de 1960. A temática "Ensino de História e as leis 10639/2003 e 11.645/08" traz contribuições dos pesquisadores Edson Silva e Maria da Penha da Silva, que participam deste livro com o artigo "De qual 'índio' estamos falando?! Reflexões para o ensino da temática indígena". Ao longo do texto o leitor tem a sua disposição a denúncia sobre os estereótipos e a ignorância sobre a temática que permanecem no cotidiano escolar mesmo após o advento da Lei 11.645/08 que determina a inclusão do tema História e Culturas dos povos indígenas nos currículos da Educação Básica no Brasil. O artigo ressalta a necessidade de renovação dos livros didáticos brasileiros e finaliza sugerindo princípios para uma abordagem renovada e uma rica lista de contribuições atualizadas sobre a temática disponíveis aos pesquisadores e professores brasileiros. Em "Por uma história a partir dos conceitos: África, cultura negra e lei 10639/2003: reflexões para desconstruir certezas",IVALDO MARCIANO DE FRANÇA LIMA revisita criticamente a utilização dos conceitos de "afro-brasileiro", "afrodescendente" e "africano" atualmente convenionados como sinônimos para nomear as populações "não brancas". Um texto que sugere uma abordagem alternativa para a efetivação da lei 10639/2003 na educação básica brasileira. A temática "História e cidade" traz contribuições sobre violência e relações de gênero no espaço urbano. Wellington Barbosa discute a história da cidade do Recife do século XIX para analisar o medo motivado pela criminalidade urbana. A leitura do texto "Cidade, violência e medo: o Recife oitocentista (1840-1880)" nos proporciona, entre outras coisas, a percepção de que, pelo menos, desde meados do Oitocentos o medo da violência urbana e os temores por ela provocados povoam as páginas dos periódicos locais. Ricardo dos Santos Batista colabora com um capítulo sobre os "usos femininos" do espaço urbano de Jacobina, Bahia, em meados do século XX. Em "Mulheres, gênero e espaço urbano", o autor reflete sobre as convenções de gênero e sexualidade através das quais se tenta controlar os usos femininos desafiantes das normas vigentes. Sobre a "História e Sertão", temos debates sobre cultura material e identidade. A contribuição de Thalina Vanderlei Silva, Amanda Isabela A. da Silva, Hortênsia Calado Pedro e Suelane Matos de Silva discute a riqueza dos documentos e testamentos referentes à capitania de Pernambuco no século XVIII, em especial do acervo do Arquivo Histórico. É o tema do artigo "O Sertão em inventários: cultura material e identidade no século XVIII" que convoca os pesquisadores a se debruçarem sobre a documentação ainda pouco consultada. O artigo "Proprietários, famílias e sociabilidade: notas sobre a história do Sertão" discute o autoramento no artigo "Proprietários, famílias e sociabilidade: notas sobre a história do Sertão".